

REVISTA BRASILEIRA DE
CULTURA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

3

Janeiro/Março — 1970

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

Publicação trimestral do Conselho Federal de Cultura

DIRETOR:

Mozart de Araújo

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Clarival do Prado Valladares

Manuel Diegues Júnior

Adonias Filho

Pedro Calmon

Afonso Arinos de Mello Franco

Redação: Palácio da Cultura — 7º andar
Rio de Janeiro — Brasil

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

ANO II

JANEIRO/MARÇO 1970

N.º 3

Sumário

ARTES

CARLOS CAVALCANTI.....As	<i>artes no século XX</i>	
HELZA CAMÊU.....	<i>Importância histórica de Brazilio Itiberê da Cunha e da sua fantasia característica «A Sertaneja»</i>	25

CIÊNCIAS HUMANAS

GILBERTO FREYRE.....	<i>Tempo, ócio e arte</i>	
ÁLVARO TEIXEIRA SOARES.....	<i>Limites do Brasil na Amazônia</i>	
RAYMUNDO FAORO.....Rio	<i>Grande do Sub linhas gerais de sua formação política</i>	87
MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA	<i>Roteiro pombálico no Brasil</i>	111
CARLOS DE ARAÚJO LIMA.....	<i>História do Direito Luso-Brasileiro</i>	119
ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS.....	<i>As Escolas de Direito na Formação da Cultura Brasileira</i>	131

LETRAS

ADONIAS FILHO.....	<i>Aspectos sociais do Romance Brasileiro</i>	147
--------------------	---	-----

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

MÁRIO BARATA.....	<i>Condições e exemplos de defesa do patrimônio histórico e artístico</i>	163
	<i>Calendário cultural</i>	183

Artes

AS ARTES NO SÉCULO XX

CARLOS CAVALCANTI

As formas dominantes nas artes plásticas deste meio século—arquitetura, escultura, pintura — são filhas legítimas e diletas da industrialização.

Nos seus processos técnicos e valores expressivos, estão refletindo e traduzindo, com maior ou menor fidelidade, conforme os casos, as transformações! que a industrialização trouxe à sociedade contemporânea, com as suas imediatas e revolucionárias conseqüências da produção, do consumo e da comunicação de massa. Por isso mesmo, o que se convencionou denominar generalizadamente arte *moderna* apareceu, em primeiro lugar, na Europa e na América, nos países pioneiros da industrialização — Inglaterra e Estados Unidos. Difundiou-se depois rapidamente nos países de norte europeu, suficientemente industrializados. Demorou a aparecer, por exemplo, na Itália, que demorara, por sua vez, a se industrializar, pela pobreza dos recursos naturais indispensáveis à industrialização, primeiro o carvão e o ferro, depois o petróleo.

Aqui no Brasil, evidência nem sempre devidamente lembrada, a arte moderna surgiu em São Paulo, justamente o nosso Estado mais industrializado, com a ruidosa Semana de Arte Moderna, 1922. Repercutiu imediatamente na Guanabara, a segunda área de mais alto índice de industrialização do país. Não poderiam as novas formas de arte, geradas pelo progresso maquinado com a mecanização do trabalho, ter aparecido entre piauienses e cearenses. Não porque esses nossos patrícios sejam destituídos de talento criador para as formas artísticas modernas, mas porque ainda hoje as regiões que habitam se caracterizam pelo baixo teor econômico e social.

Na sociedade industrial em que vivemos, em virtude do desenvolvimento das ciências e de suas aplicações práticas, o conhecimento humano explora um universo invisível e insuspeitado — as relações de tempo-espço, no átomo e no cosmos, a eletricidade, o inconsciente

individual e coletivo. Na outra margem do torrencial rio do saber, a extraordinária contribuição do pensamento matemático à interpretação e explicação do universo.

Como a ciência e a técnica, a arte e a educação estão hoje a serviço da indústria. Por isso mesmo é cada vez maior na sociedade industrial a importância da arte. À medida que se aperfeiçoa, científica e tecnicamente, abandonando agora a idade da máquina para ingressar na idade do circuito elétrico, a humanidade se aperfeiçoa artisticamente. Não se pode negar, portanto, a significação crescente da arte na sociedade industrial. Arte não mais entendida como ócio intelectual recreação ou ornamento do espírito, nem privilégio ou monopólio de elites. Arte entendida como instrumento de conhecimento e explicação do universo e de aprimoramento individual e social, sobretudo na sua dominante aplicação à educação.

Tudo isso porque a criação, percepção e fruição dos valores estéticos perderam os processos e os conceitos consagrados pela tradição, que vinha da mentalidade e da sensibilidade pré-máquinas. Agora, nestes últimos anos, estão sendo os da mentalidade e sensibilidade da idade da eletricidade. Antigamente, os valores estéticos eram considerados acessíveis só a sensibilidade privilegiadas, dotadas de predisposições excepcionais, nos indivíduos ou em determinados segmentos sociais. Hoje criar, sentir e viver a arte está se transformando num tesouro social comum, porque a educação artística, mesmo a capacidade de criar artisticamente, se faz pela prodigiosa e avassaladora multiplicidade, variedade e soberania dos meios de comunicação audiovisual, produzidos em massa e consumidos em massa, como o cinema, o rádio, a publicidade, a televisão, a forma bela do produto industrial.

A função de educar artisticamente, para preparar e formar a humanidade feliz, ociosa e artística do futuro, não está mais restrita às academias e escolas tradicionais, por sua filosofia, organização e finalidades, incapazes de atender às novas necessidades e exigências estéticas das massas. A tarefa de educar artisticamente as massas está sendo feita pela indústria, através da Estética Industrial, nesta revolucionária sociedade de consumo. Como educação artística de massa, o «industrial designer» ao conferir valores estéticos ao produto industrial exerce influência educativa mais direta e eficaz do que os mais respeitáveis teóricos de estética, professores celebrados, perspicazes programas escolares.

O interesse pela ciência e a arte na cultura da civilização industrial é crescente. A arte, sob as suas diferentes manifestações, se integrou desde muito na vida social moderna. As novas gerações brasileiras estão despertando também para a arte, à medida que se acelera o nosso processo de industrialização. Como as necessidades de consumo dos bens materiais ou utilitários produzidos na sociedade industrial são

necessidades de consumo de massa; também de massa são as necessidades de consumo dos bens artísticos ou espirituais.

As artes, que nos seus processos de produção não se massificarem para ser consumidas em massa, essas artes ou formas de arte se marginalizarão, como instrumentos de comunicação de cultura, no sistema industrial.

ARTE E PÚBLICO NA SOCIEDADE INDUSTRIAL

Desde muito tempo se tem falado no divórcio entre a arte moderna e o público. Em 1924, o inspirado pintor moderno Paul Klee se lamentava — «O povo não está conosco!» Nesse sentido, faz-se abundante literatura, enquanto o assunto tem sido objeto de congressos internacionais de historiadores de arte que no campo das artes plásticas se demoram sobretudo no problema do divórcio entre escultores, pintores e o público. As especulações são brilhantes. Em regra, porém, pecam pela falta de objetividade, porque se distanciam da realidade dos fatos, que falam linguagem diferente.

Os fatos não deixam dúvidas. Revelam que o divórcio entre certas artes ou certas formas de arte e o público se acentuou à medida que se intensificava e ampliava o processo de industrialização da sociedade contemporânea. Por outro lado, mostram que as artes isentas de problemas nas suas relações com o público são justamente aquelas nascidas dos processos maquinários e agora elétricos de produção em massa, destinada ao consumo também de massa. Essas artes, espontânea e profundamente identificadas com o público, são as novas artes geradas pela industrialização — o cinema, a publicidade, a televisão, o rádio, sem esquecer no campo da música a revolução da gravação sonora, isto é, o disco.

Os processos de criação e produção nessas artes, como sabemos, não são individuais, muito menos manuais ou artesanais. São coletivos, maquinários, ultimamente eletromagnéticos. Resultam das atividades coordenadas de equipes de indivíduos de diversificadas aptidões e apetrechados de conhecimentos e instrumentais altamente especializados. A aplicação desses conhecimentos e meios mecânicos constituem o que se chama a tecnologia da comunicação de massa. Eis porque as finalidades de consumo dessas novas artes não são nem poderiam ser individuais, como no passado, mas coletivas ou de massa.

Em conseqüência, procuremos ver os fatos lúcidamente, os ateliêres das artes realmente modernas — necessariamente mecanizadas e industrializadas nos processos de criação para terem eficácia social — não podem sêr os mesmos dos mestres artistas glorificados do passado, que nas suas torres de marfim trabalhavam ajudados por aprendizes e produziam para o consumo restrito e privilegiado das elites, representadas

pela corte do rei, nobreza e clero. Agora tudo é diferente, porque a lei inexorável, mesmo para as artes, é a produção e o consumo de massa. Desse modo, os ateliers das artes modernas nascidas com a industrialização, são os imensos e complexos estúdios de cinema e de tevê, as companhias construtoras de arquitetos e urbanistas associados, as fábricas de disco, as agências de publicidade internacionais, estas servidas por elencos humanos multiformes, desde os propriamente artísticos aos sócio-econômicos, para pesquisas de mercados e vulnerabilidade da massa consumidora.

Diante desses fatos, não será difícil concluir pela incompatibilidade entre os processos artesanais de produção e as finalidades de consumo individual, ainda dominantes em algumas artes — principalmente no teatro, na escultura e na pintura — e as exigências de produção e consumo de massa da sociedade industrial, as quais exigências só poderão ser satisfeitas plenamente com a máquina e daqui por diante com os circuitos elétricos.

O CASO DO TEATRO

O caso do teatro é ilustrativo do busilis do problema do divórcio entre as artes tradicionais e o público, neste meio século de ciência e de massa.

O cinema, todos estamos cansados de saber, é o teatro mecanizado e industrializado, porque arte produzida em massa para consumo em massa. O cinema substituiu as velhas formas artesanais e aristocratizadas de representação e narração do teatro.

Eis porque não tendo se mecanizado nem se industrializado, sobrevivência da idade pré-máquina, o teatro perdeu a sua validade social. É uma forma de arte morta, ainda insepulta, nos seus diferentes e outrora apetecidos gêneros, desde a ópera cortesã e pomposa à revista fantasista e picante. Em toda a parte, mesmo nos países desenvolvidos ou considerados de elevada cultura, o teatro precisa de subvenções oficiais para sobreviver, porque a natureza anacrônica de sua produção e consumo o tornou antieconômico, incapaz de dar lucro — sangue, nervo e alma da sociedade industrial. O transporte, por exemplo, de uma companhia teatral — cenários, artistas e técnicos — é laborioso e caro. Um filme, com virtualidades de narração e expressão artística infinitas em relação às do teatro, se remete facilmente pelo correio. O mesmo filme pode ser visto, ao mesmo tempo, em todo o planeta, por milhões de espectadores.

Em nosso país se fazem apelos comoventes, em nome da arte e da cultura, ao público para voltar ao teatro. O público, cada vez mais artístico e culto, não volta nem voltará. Como pelo resto do mundo, os nossos velhos teatros, amados por outras gerações, se transformam

em cinemas. As suas fenecidas e rebuscadas decorações «art-nouveau» são substituídas pelo decorativismo geométrico e funcional em que se sublima plásticamente a nossa sensibilidade afeita e modelada pelo mecanismo da vida moderna. Enquanto o teatro implora subvenções oficiais e procura apiedar o público, o cinema é fonte de renda para os governos e as salas de exibição transbordam dia e noite.

Ninguém de bom senso poderá negar seja o teatro arte e cultura, mas formas de arte e cultura superadas, porque da idade pré-máquina. O próprio cinema, forma de arte da idade da máquina, estará sendo superado amanhã pela televisão, forma de arte da idade do circuito elétrico, na qual já estamos vivendo e alguns artistas pioneiros procuram expressar, introduzindo ocultos dispositivos eletromagnéticos nas suas obras, para efeitos visuais, auditivos e cinéticos simultâneos. O próprio Estado moderno, industrial e realista, está convencido da inviabilidade do teatro como instrumento de comunicação de massa e, portanto, de arte, educação e cultura. As tentativas de mecanização da cenografia teatral têm sido engenhosas e originais, mas limitadas e inconseqüentes, porque não atingem o busilis do problema, que é produzir e consumir em massa. Portanto, cuidemos de ser realistas. Subvencionar empresários teatrais será o mesmo que subvencionar empresários editoriais que se proponham a produzir livros com os processos manuscritos da Idade Média. E ninguém poderá negar sejam os manuscritos medievais expressões de arte e cultura, que desapareceram com os progressos técnicos da imprensa inaugurados por Gutemberg.

As especulações sobre se cinema é arte ou indústria estão empoeiradas. Foram frutos do nefelibatismo — nefelibatas são os caras ou as caras, moços ou velhos, distantes da realidade, ainda numerosos nos quadrantes do nosso orbe — foram frutos do nefelibatismo inseparável, das mentalidades fim de cultura. O norte-americano, com o pragmatismo de sua mentalidade industrial, não perde tempo discutindo bizantinamente o sexo dos anjinhos em relação ao cinema. Transformou-o numa de suas principais fontes de riqueza, ao lado do petróleo, do automóvel e do tanto por cento do dinheiro emprestado.

O CASO DA ARQUITETURA, DA ESCULTURA E DA PINTURA

Nas artes plásticas, também chamadas artes visuais, o divórcio entre arte e público tão ostensivo na escultura e na pintura, praticamente não existe na arquitetura.

Arte por excelência sensível aos condicionamentos históricos e sociais, em virtude de suas finalidades predominantemente utilitárias, a arquitetura logo se mecanizou e industrializou. A mecanização e industrialização se deram tanto nos processos como nos materiais de construção, sobretudo com a padronização e a pré-fabricação. Ex-

pulsando o tijolo, foi a primeira arte moderna a expulsar a mão do homem isto é, a habilidade operatória manual. Arte matriz das demais artes como sabemos, ela está determinando e impondo novas formas técnicas e expressivas as suas subsidiárias mais ilustres — a escultura e a pintura. Está promovendo o fato artístico talvez capital deste século, que nasceu sob o signo da ciência e da massa — a síntese a fusão das três artes plásticas.

Que vivemos numa sociedade de consumo é hoje uma verdade banal. Também sabemos que o «nível de consumo é a medida correta do mérito social.» Valemos socialmente, em nossos dias, pelo que consumimos. Não há mérito social no consumo dos bens- industriais produzidos em massa igualitária e niveladora, que está cada vez mais diluindo as diferenciações de classe. Não há mérito social no consumo de uma geladeira, por exemplo, produzida em massa e de fácil consumo, nos países desenvolvidos. Um norte-americano, outro exemplo não se distingue socialmente pelo consumo de um automóvel.

Uma das marcas de distinção social (poder econômico) que paradoxalmente ainda persiste na sociedade industrial de produção e de consumo de massa democratizadores é o consumo de bens de certas artes, os quais pela natureza de seus processos de produção se transformaram em bens de consumo privilegiado, revelador de mérito social em outras palavras, de poder econômico. A pessoa pode se distinguir socialmente pelo consumo de produto excepcional, único e insubstituível porque produzido manualmente e destinado a consumo em última instância individual. Pode se distinguir pelo consumo do modelo único do costureiro famoso, tratando-se da dona de casa, ou pelo consumo do original único e irrepitível de Van Gogh, tratando-se agora do dono da casa. São consumos economicamente privilegiados e socialmente meritórios, também espiritualmente, pela flagrante distorsão de critérios e valores.

Esse consumo aristocratizado de certos bens da arte especialmente pinturas e esculturas, é uma contradição na sociedade industrial democratizadora por efeito da produção e consumo de massa. Somente como contradição seja possível explicar o mito individualista da *peça única* e, por outro lado, a marginalização social de escultores e pintores, ainda presos às técnicas tradicionais de produção artística

A PEÇA ÚNICA

Mais do que em quaisquer outras artes, a incompatibilidade entre a produção artesanal e a produção mecanizada está flagrante no campo da escultura e da pintura. São as artes plásticas mais socialmente marginalizadas talvez porque ainda não se aperceberam completamente dos recursos audiovisuais da tecnologia da comunicação de massa.

A *peça única* é uma sobrevivência da mentalidade manufatureira, quando ainda não se conheciam a mecanização e a industrialização, com as suas imediatas conseqüências definidoras de nossa época — a produção e o consumo de massa. O valor atribuído à peça única artística é uma contradição aberrante do sistema industrial. Subsiste com o prestígio de um mito ou superstição, com o qual o indivíduo certamente procura preservar a sua soberania, para muitos perdida na sociedade de massa em que vivemos.

A limitação e numeração da tiragem de cópias de seus trabalhos pelos gravadores antigos ou modernos, por exemplo, limitação e numeração restritivas e valorizadoras do consumo, obedecem ao mesmo encantamento milenar da *peça única*. Em outras palavras, obedecem à crença nos poderes mágicos da mão, a primeira e miraculosa ferramenta usada pelo homem no longo caminho da técnica para o domínio da natureza. Aliás, a arte da gravura como ainda hoje se pratica nos seus processos tradicionais é anterior a Gutemberg. Tenho amigos, inteligentes e sensíveis, instruídos, anel de doutor no dedo, viajados pelos sete mares, que deliram porque a sua cópia de gravura do nosso talentoso Goeldi pertence a uma série apenas de dez, em poder de proprietários, cujos nomes êle sabe de cor e salteado. Quando se considera a tecnologia da produção de massa alcançada pela imprensa moderna tudo isso parece pueril. Não fosse o milenar sortilégio do prestígio da presença da mão, criando o prestígio da *peça única*, milhões poderiam ser possuidores ou consumidores de originais de Goeldi.

O mito da *peça única*, destinada em essência à contemplação individual, ainda domina sobretudo no campo da pintura e da escultura, justamente as artes plásticas mais socialmente marginalizadas, porque não produzidas e consumidas em massa. Um quadro de Van Gogh «— voltemos ao atormentado holandês profeta das neuroses deste século — um quadro de Van Gogh vale muito por seus poderes de persuasão estética. Vale muito mais, no entanto, pelo fato de Van Gogh ter morrido e não ser mais possível a produção de seus quadros, que se tornaram insubstituíveis *peças únicas*. Por isso mesmo, passaram a custar milhões alucinantes, sem que às vezes o preço esteja no nível do valor estético, porque como todo o criador artístico Van Gogh deixou também mediocridades. O Van Gogh bom vale tanto quanto o Van Gogh ruim. Ambos custam indiferentemente alucinações em dinheiro. A distorsão do critério de valor é manifesta. O verdadeiro valor, na verdade, é o da *peça única*. Rabiscos distraídos de Picasso fazem milionários. Algo existe de podre na sublime paróquia da pintura, na sociedade industrial. O mesmo, nos mesmos termos, ocorre com a escultura. Eis porque transformados em consumos privilegiados os Van Gogh, como os Portinari, são hoje acessíveis somente aos poderosos econômicos e socialmente meritórios — milionários que os guardam ciosamente nas suas mansões, fundações culturais ou museus que

exibem como títulos de glória social ou mesmo os negociam lucrativamente. O consumo deles é assim a correta medida do mérito social de indivíduos ou de instituições.

A PRODUÇÃO E O CONSUMO EM MASSA DA ARTE E SEUS PROFETAS

O divórcio ou o trágico abismo, assim o denominam alguns estudiosos, entre a escultura e a pintura e a sociedade de consumo de massa, *tem* tido os seus profetas.

O abismo não tem passado ignorado de inspirados artistas intuitiva ou conscientemente lúcidos da situação daquelas duas artes na sociedade industrial com a sua cultura intensamente visual, pouco ou quase nada discursiva. Mais do que nunca, ganha atualidade o pensamento do velho Confúcio sobre o poder da imagem — «mais vale uma imagem, do que mil palavras bonitas».

Entre os intuitivos, armados daqueles poderes proféticos reconhecidos e proclamados nos artistas inspirados, estão o escultor *Brancusi* (1876-1957) e o pintor *Mondrian* (1879-1944). As obras de ambos parecem adequadas à produção mecânica em série, pois sugerem mínimos de material, de processos operatórios mecânicos e de custos e máximos de multiplicidade. O «Pássaro em vôo», de Brancusi, e a «Composição em vermelho e azul», de Mondrian, se apresentam, nesse particular, carregados de eloqüência. O primeiro, pela sublimação plástica do sentimento de vitalidade universal; o segundo, pela mesma sublimação da mecanização da vida moderna. Ambos ainda se identificam, nos meios materiais e valores expressivos, pela síntese, exigência maior do espírito destes tempos de massa e de velocidade. Finalmente, ambos usam a mesma linguagem simbólica, não a alegórica, na qual a percepção visual se enriquece de associações mentais.

Entre os artistas não intuitivos mas conscientes dos antagonismos entre a produção manual e o consumo individual dos bens de arte e a produção mecanizada e o consumo de massa dos bens da sociedade industrial, está *Victor Vasarely* (1908). É húngaro, nacionalizado francês, vivo em Paris. Sentiu como poucos o problema, ao criar a «Plástica cinética», isto é, a plástica do movimento, mãe da «Op-Arte»,

No seu entender, a pintura não pode mais continuar sendo feita, em plena idade da mecanização e da industrialização, com os mesmos processos técnicos manuais e os mesmos valores expressivos — pincéis, tintas solúveis e concepção estática do universo — empregados desde sessenta ou oitenta mil anos, pelos decoradores das cavernas pré-históricas. A pintura adotará os processos de produção mecanizada e de consumo em massa e exprimirá concepções dinâmicas da natureza e da sociedade ou desaparecerá pelo anacronismo de suas formas tradicionais, técnicas e expressivas, socialmente ineficazes.

O lúcido Vasarely não nos deu, porém, a solução do problema. Apenas o denunciou com nitidez. É bem verdade que a insinua no seu estilo, feito de formas geometrizadas que sugerem multiplicidade e de excitações retinianas que visam a provocar sugestões fisiológicas de movimento veloz. Multiplicidade e velocidade — eis como no seu linguajar de artista, não de sociólogo — Vasarely define a nossa vertiginosa e agressiva sociedade de produção e consumo de massa, Como nenhum outro pintor moderno, com as sugestões de multiplicidade e velocidade do seu geometrismo monumental, profetizou o desaparecimento do quadro de cavalete, isto é, da peça *única*, reservada em essência à posse e à contemplação individual.

O CONSUMO EM MASSA DA PINTURA

O consumo em massa da pintura já está sendo obtido de certo modo com o muralismo, isto é, as grandes decorações nos lugares públicos, desde o «hall» dos conjuntos residenciais ou edifícios de apartamentos, as universidades, as praças, as margens das rodovias, os estádios, as fábricas. O mesmo se dá com a escultura monumental que, como a pintura, está se integrando hoje mais nos conjuntos urbanísticos do que nos arquitetônicos. Esse desejo da integração da escultura e da pintura primeiro na arquitetura, no urbanismo depois, transformando-as assim em tesouros sociais comuns, já está de cabelos brancos nos tempos modernos. Na escultura, seu pioneiro foi *Auguste Rodin* (1840-1917), quando pediu que o seu grupo "Os burgueses de Calais», destituídos de base, fossem colocados na praça principal daquela cidade, misturados e confundidos com o vai e vem da multidão. Queria certamente que as suas esculturas não fossem estátuas, fossem gente, comum dos mortais.

A pintura mural e a escultura monumental, que os novos materiais permitem viver ao ar livre, ambos se destinam ao olhar das multidões, não à pupila sofisticada do contemplador individual, como acontecia e ainda acontece com o quadro de cavalete.

O quadro de cavalete, isto é, o quadro de reduzidas dimensões, produzido manualmente, transportável e objeto de comércio, destinado à contemplação ou ao consumo individual, está desaparecendo. Perdurou enquanto nos tempos modernos, da Renascença aos fins do século XIX, a vida social se organizava sob o signo do interesse individual, não do coletivo. Em outros tempos mais recuados, sempre que a sociedade se organizava comunitariamente, dominava a pintura mural. Entre os antigos egípcios, assim como entre os gregos arcaicos, ambos pertencentes a estruturas sociais nas quais o individual não contava na vida coletiva, não se conheceu praticamente o quadro de cavalete. Quem reinava na pintura eram os amplos murais, destinados à edificação da alma popular e propriedade social comum.

Foi quando a organização social grega se dividiu em classes com a propriedade individual de bens antes comuns, que apareceu entre os gregos o quadro de cavalete. A pintura deixou de ser propriedade comum, passou a ser vendida pela primeira vez na história e perdeu as finalidades de meio de comunicação social direta e comum. Naquela remota sociedade de classes, se tornou privilégio da classe dominante, a aristocracia das cidades manufatureiras e mercantilistas, substituta dos velhos clãs tribais e agrários, nos quais tudo pertencia a todos para usufruto comum, inclusive as artes.

Isso tudo se deu na Grécia, na transição do arcaísmo para o classicismo, na idade de ouro do manufatureirismo e do mercantilismo gregos, quando Atenas se tornara a rainha das comunidades helênicas, que já estavam identificadas ou nacionalizadas pelos mesmos interesses, detuses e língua.

Na alta Idade Média, por um conjunto complexo de causas longas a esmiuçar, o quadro de cavalete novamente desapareceu, substituído pelo mural, que era o mosaico bizantino, o afresco românico, o transparente e luminoso vitral gótico. Pela mão da Igreja, a pintura retomava suas finalidades sociais e educativas, ainda que posta a serviço do clero católico, cujos interesses se confundiam com os da realeza e da nobreza. Consideradas as circunstâncias sociais existentes na época, não poderia ser de outro modo.

O quadro de cavalete reapareceu, na evolução da pintura européia, com o advento do individualismo burguês da economia renacentista, manufatureira e mercantilista, igual em substância ao da época clássica da velha Grécia. Mais uma vez, os fatos nos mostram que formas históricas e sociais idênticas produzem formas artísticas também idênticas. A teocracia bizantina, por exemplo, produziu formas artísticas, na técnica e na expressão, idênticas, em última análise, às da teocracia egípcia. Se o quadro de cavalete persistiu até ontem e começou a declinar foi porque a partir de ontem a industrialização, com a massificação da produção, do consumo e da comunicação, não tem deixado lugar ao indivíduo, como valor básico da estrutura da sociedade contemporânea.

Em outras palavras, o quadro de cavalete é na pintura a *peça única*. A sua permanência nestes nossos dias de nova coletivização, imposta pela produção, consumo e comunicação de massa, significa por isso mesmo verdadeiro anacronismo, na opinião de muitos estudiosos. Eis porque nas obras de tantos pintores contemporâneos se manifesta constante tendência para a substituição do quadro de cavalete individualista pelo mural coletivista, com o emprêgo de novos materiais e valores expressivos, dentro do espírito da síntese das artes, sobre o qual já falamos. Nesse sentido, os muralistas mexicanos — Diego Rivera, Orozco, Siqueiros — são pioneiros americanos da pintura moderna de finalidades sociais e propósitos educativos. Inovaram na sua época.

Não fossem as apaixonadas e ardentes implicações de propaganda política partidária de suas obras, teriam maior reconhecimento na história da pintura moderna.

A aplicação de dispositivos eletromagnéticos nas formas escultóricas e pintóricas, para a produção de efeitos de movimento, de som e de luz simultâneos, audiovisuais em outras palavras, como na famosa torre cibernética de *Nicholas Schoffer* (1912), dotada de cérebro eletrônico sensível às variações atmosféricas e aos ruídos urbanos, se por um lado anunciam o ingresso da escultura na era da eletricidade, procuram por outro lado caracterizar as finalidades de consumo de massa da escultura.

Se o muralismo da pintura e o monumentalismo da escultura estão abrindo caminho ao consumo de massa dessas artes, o mesmo ainda não está ocorrendo com os seus processos de produção. Ainda não se produzem em massa pinturas e esculturas, como os demais bens produzidos pela sociedade industrial. Produzidas em massa, pinturas! e esculturas continuarão com os mesmos mágicos poderes de persuasão estética? Só para argumentar, sem pretensão de solucionar o problema, situado hoje na área da estética industrial, será o caso de perguntar se a beleza de um automóvel, de uma geladeira, desaparece ou diminui, deixa de atuar em nossa sensibilidade, pelo fato de terem as suas formas e cores obedecido às necessidades de estandartização para a produção em série e o consumo de massa. A estandartização, tanto se tem repetido, é uma beleza nova, própria da máquina. O pensamento lógico, isto é, o princípio racionalista da forma segundo a função, é incompatível com a parcela de irracionalismo ou inconsciente inseparável da criação artística? Na velha Grécia, o velho Sócrates já dizia que não, porque «se alguma coisa é útil para algo pode nesse sentido se chamar bela.» Eis a essência da beleza do funcionalismo, gerado pela máquina, cujas virtualidades poéticas Marinetti e os futuristas liricamente já exaltavam na primeira década deste século.

Na sociedade industrial, a estandartização, isto é, a produção racionalizada e mecanizada, criações obedecendo ao rigor do pensamento lógico, não apenas cria beleza. Estabelece, impõe a beleza. No seu conhecido livro, «O novo estado industrial», John Kenneth Galbraith escreveu — «E uma vez que a General Motors produz cerca de metade de todos os automóveis, seus desenhos não apenas refletem a moda atual, *eles* são a moda atual. O formato correto de um automóvel, para a maior parte das pessoas, será aquilo que os donos da indústria automobilística decretam que seja.»

Talvez seja preciso acrescentar apenas que para aceitação dessas formas de beleza somos verdadeiramente dirigidos ou automatizados pela influência avassaladora e irresistível da publicidade, nos seus processos subliminares de ação sobre a sensibilidade das massas consumi-

doras. A faculdade crítica individual, no particularismo de seus poderes restritivos, selecionadores e preferenciais, parece assim obliterada ou reduzida ao mínimo, sob a ação da propaganda, agora ainda mais irresistível porque servida pela tecnologia elétrica na comunicação de massa, instantânea e global, como no caso da televisão.

ARTE E LUCRO

Não existe, porém, medalha sem reverso. A medalha da situação de arte, tradicionalmente conceituada, tem na sociedade industrial, para muitos espíritos, o reverso de desafiadora problemática.

Todos sabemos que a motivação do trabalho na sociedade industrial é o lucro ou seja motivação pecuniária. Evidente que se o trabalho de criação artística se submete aos processos de produção industrial, a sua finalidade última será o lucro e não a expressão plena de uma personalidade específica, excepcional e complexa, como se admite seja a do artista. A necessidade vital de expressão artística, desde a criança do primário ao otogenário Picasso, é como sabemos por essência desinteressada, obedecendo à absoluta gratuidade. A combinação feliz de formas, cores e movimentos, capazes de produzir obras de arte exemplares, jamais poderá ter, na opinião de muitos, por motivação originária e exclusiva o lucro. Nenhum poeta cantará a sua alegria ou tristeza visando ao lucro, senão à satisfação da necessidade de expressão e de comunicação estéticas, necessidade que hoje admitimos tão vital ou instintiva, igual à fome e ao amor.

Evidente também — vá o leitor enfileirando essas evidências, agora para poder ir reservando o lugar do «industrial designer» nas artes contemporâneas — evidente também que em toda a criação artística existe uma parcela de inconsciente ou irracional, obscuramente instintivo ou vital, rebelde ao rigor e disciplina do pensamento lógico, indispensável aos processos de mecanização e industrialização. No sistema industrial, poderá a criação artística continuar isenta da motivação do lucro? A pergunta abre as portas de uma nova estética, a dos nossos tempos — a estética industrial. As formas indiscutivelmente belas dos arranha-céus foram criadas nos fins do século passado, pelos norte-americanos, sob inspiração ou motivação do lucro imobiliário. Lançando-se às alturas — escreveu o argentino Angel Guido — os arranha-céus são as novas catedrais de um novo deus, a renda ou o lucro imobiliário.

Por suas finalidades utilitárias, servida pela industrialização e pré-fabricação dos elementos construtivos, a arquitetura moderna parece ter sido a primeira das artes plásticas a solucionar o problema da motivação do lucro nos trabalhos de criação artística na sociedade de produção e consumo de massa. Arte matriz das demais artes, a arquitetura sempre tem sido profética, desde o tempo dos profetas. Sa-

be-se melhor da vida de uma sociedade «lendo» os seus arquitetos do que os seus tantas vezes cerebrinos sociólogos. Por seu espírito científico e realista, o artista da arquitetura moderna está sempre em contacto mais direto com as realidades sociais, técnicas e naturais. Por isso mesmo, parece melhor armado, entre os demais criadores plásticos, para viver o presente e prefigurar o futuro.

A VERSATILIDADE E A COMPLEXIDADE DOS ESTILOS

A versatilidade e a complexidade estilísticas são outros aspectos marcantes que não podem ser esquecidos nas artes da sociedade industrial. Os artistas são hoje em dia extremamente versáteis. Estão mudando constantemente de estilos ou de escolas, assim como também de processos técnicos. Não é falta de personalidade, como muita gente pensa, mas identificação com os nossos tempos, por excelência bastante versáteis e complexos. Na sociedade moderna, não são apenas arquitetos, escultores e pintores que mudam de estilo — tudo muda rapidamente pelos poderes de criação e transformação cada vez maiores da técnica.

A propósito da versatilidade dos tempos modernos, dando-lhe raízes nas) exigências de consumo da sociedade industrial, escreveu Galbraith — «Numa cultura que dá alto valor à alteração tecnológica, haverá a suposição natural de que qualquer produto *nôvo* é inerentemente superior ao antigo. Esta atitude será explorada por aqueles que imaginam estratégias de vendas, com o resultado de que uma grande quantidade de mudanças em produtos e embalagens será feita simplesmente para se obter algo que seja chamado de *nôvo*. Temos aqui a explicação das repetidas alegações de quase toda a publicidade de que os seus produtos são novos».

A complexidade é outra marca da vida moderna que se reflete nas artes. Por isso mesmo, muitos artistas modernos, principalmente pintores, fundem ou misturam diferentes e, às vezes, contraditórias escolas, influências e mesmo técnicas. Diga-se de passagem que complexidade estilística não é peculiaridade dos nossos tempos. Apenas parece hoje mais insistente. Quem quiser se deleitar com um caso na pintura de fascinante complexidade estilística no passado é só olhar El Greco — misturou o mosaico bizantino, o sensualismo veneziano e o ardente ascetismo da catolicidade espanhola apavorada com Lutero, num ecletismo capitoso.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS ESTILOS

A industrialização, com a uniformização dos materiais e das técnicas, no campo da plástica promoveu em primeiro lugar a universalização das formas da arquitetura.

Nada mais natural, considerando-se que a arquitetura se destina a satisfazer as necessidades humanas, individuais e coletivas, fundamentalmente iguais em todas as partes. Todavia, mesmo na aplicação mais rigorosa do funcionalismo racionalista arquitetônico, não se podem excluir no estilo internacional as variantes nacionais e mesmo regionais. Basta se levar em conta a divisão da humanidade em nações tanto do ponto de vista étnico quanto do ponto de vista social e político, além da variedade dos meios naturais ou geográficos que ela ocupa, para se concluir pela relatividade do conceito de uma arquitetura ou de qualquer outra arte intransigentemente internacional. O internacionalismo não exclui, nem poderia fazê-lo, as variantes nacionais e regionais. Um pintor cubista germânico, por exemplo, sob os nevoentos céus nórdicos, se impregna de obscura espiritualidade, isenta de cartesiana plástica, que encontraremos num francês ou num italiano, que vive sob a limpidez dos céus meridionais.

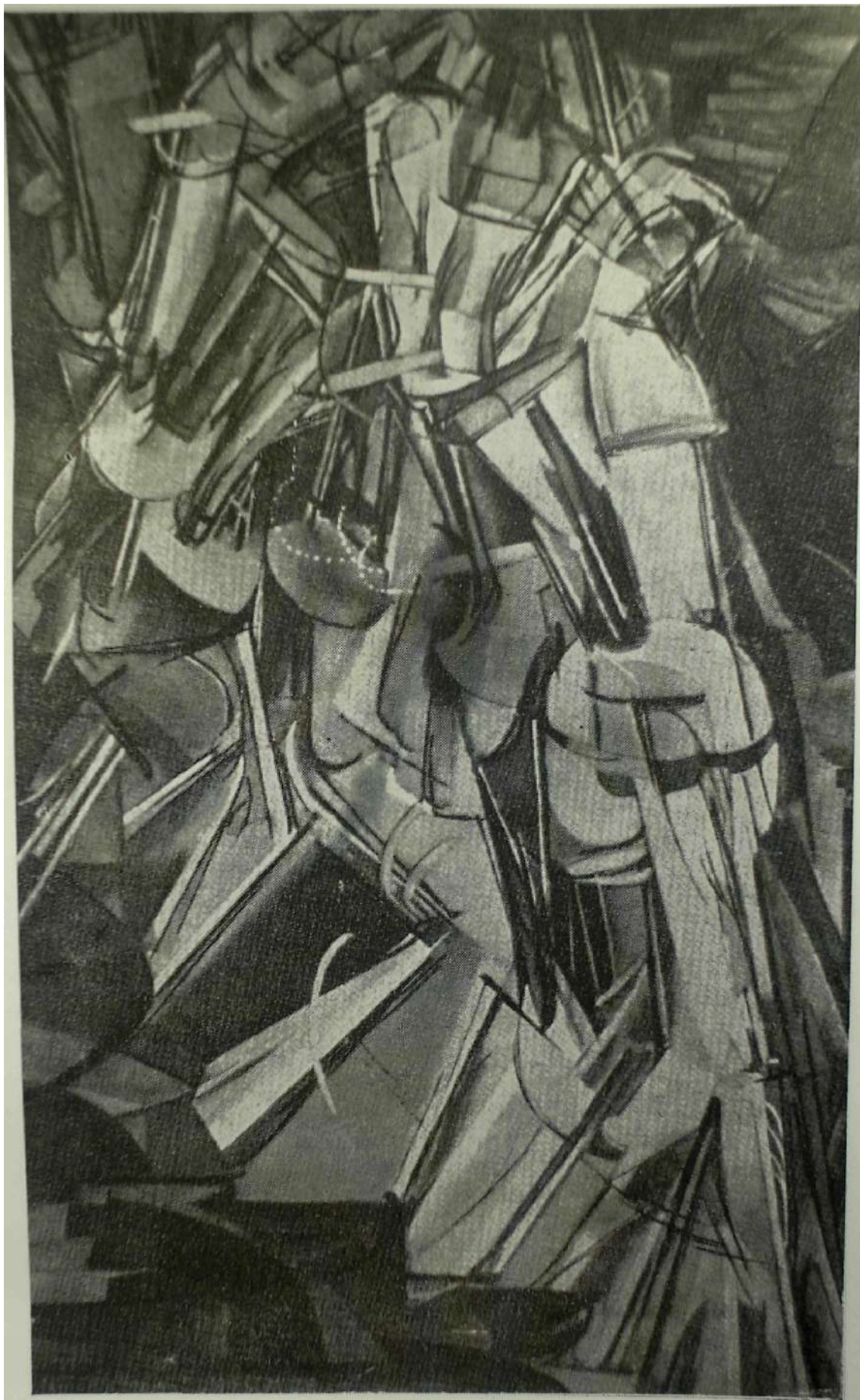
Aliás, os fatos da história ensinam que todo o estilo inicialmente internacional quando reflete novas etapas de evolução histórica e social de agrupamentos humanos como os europeus, tende com o tempo a se nacionalizar. Guarda, no entanto, as características gerais, sinais das peculiaridades comuns da mesma etapa histórica e social. A nacionalização é reflexo das particularidades do meio natural ou do jugo inexorável da natureza, ao qual o homem não tem podido se furtar. A natureza é soberana mesmo nas mais altas abstrações do espírito. Mesmo quando o homem aumenta o seu poder de transfigurá-la, para não dizer destruí-la, como parece que agora está fazendo, ao promover a substituição gradual do meio natural em que ele vivia feliz pelo meio técnico em que ele agora está existindo cada vez mais infeliz.

No campo dos estilos, assim aconteceu no passado, assim está acontecendo no presente. A arquitetura clássica grega, por exemplo, se orientalizou e se romanizou, na fase helenística, sem perda de suas características marcantes. Adaptou-se às diferenciadas condições naturais e sociais às quais fora submetida, diferenciadas mas fundamentalmente as mesmas. Outros grandes estilos arquitetônicos do passado — o bizantino, o românico, o gótico, o renascentista italiano, todos tiveram destino semelhante. Também se nacionalizaram.

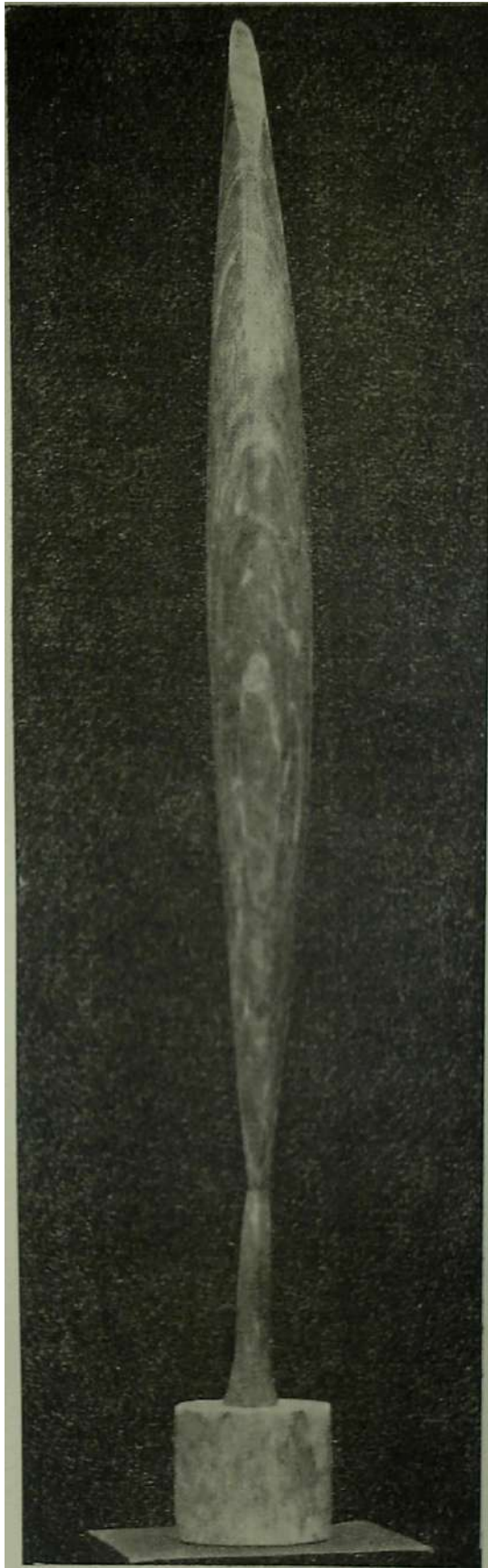
As formas renascentistas italianas se internacionalizaram no seu cientificismo e realismo porque foram expressão da mentalidade científica e utilitarista da burguesia manufatureira e mercantilista que ascendia em quase toda a Europa ao poder econômico e político, quebrando os velhos quadros econômicos e sociais da Idade Média. A ascensão da nova e revolucionária classe, servida pelos meios tecnológicos existentes, começou precisamente nos pequenos e progressistas estados da península italiana. Inovadores na ciência e na técnica, os italianos também o foram nas artes. Assim se tornando modelares as suas atividades práticas de manufatureiristas e mercantilistas, também modelares se tornaram as suas atividades espirituais.



Empire State Building (1930-1932). Nova Iorque, Arquitetos associados Shreve, Lamb e Harvnon. A arquitetura [oi a primeira das artes plásticas a se identificar com os processos de mecanização do trabalho e standardização dos materiais característicos da produção e consumo de massa da sociedade industrial.



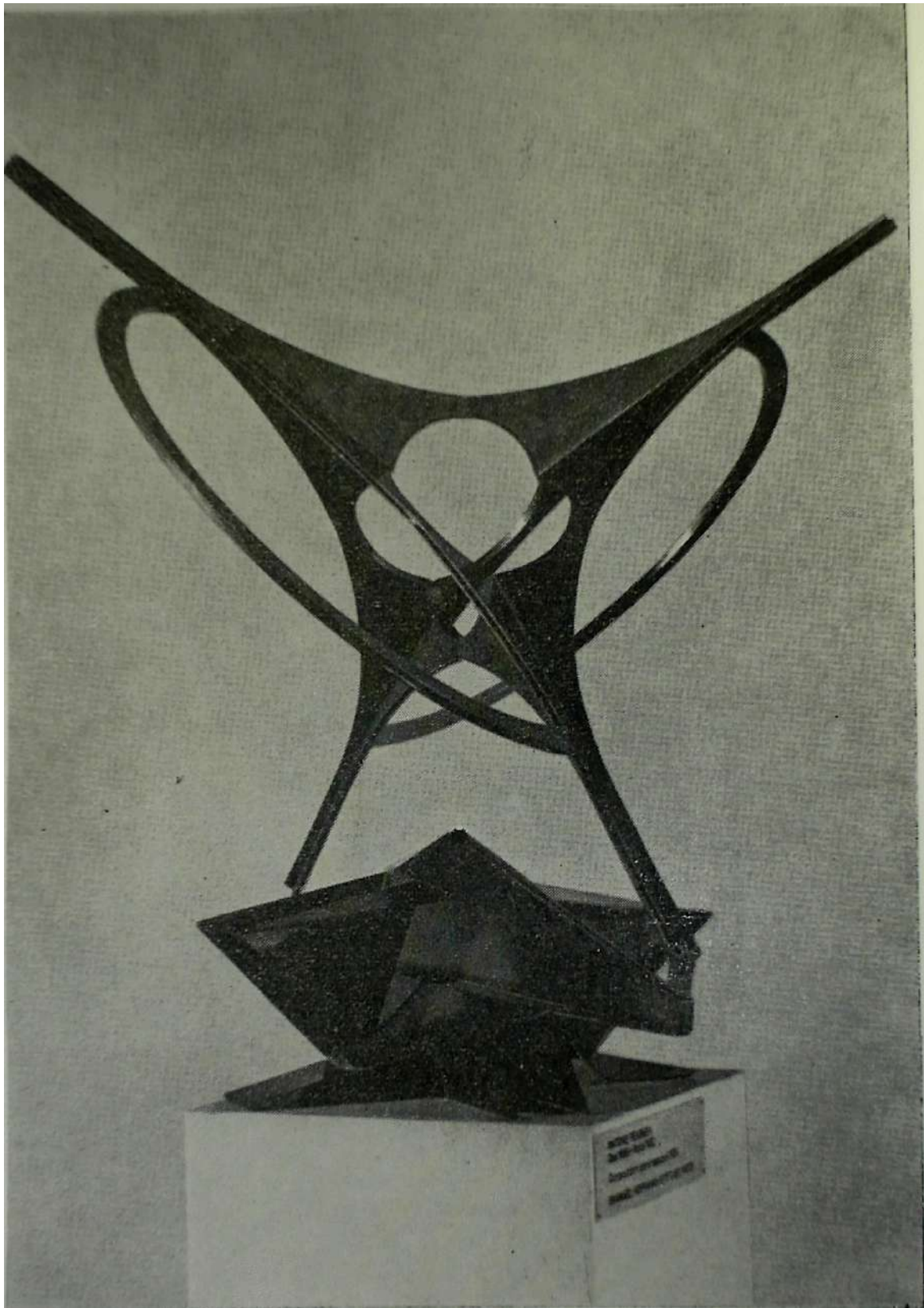
Nu descendo uma escada nº 2 (1912), Marei Duchamp (1887). Museu de Arte, Filadélfia. Desde 1909» os futuristas procuraram expressar a mecanização e velocidade da vida moderna. Cantaram liricamente a beleza da máquina, Exerceram influência no aparecimento de outras concepções plásticas no mesmo sentido,



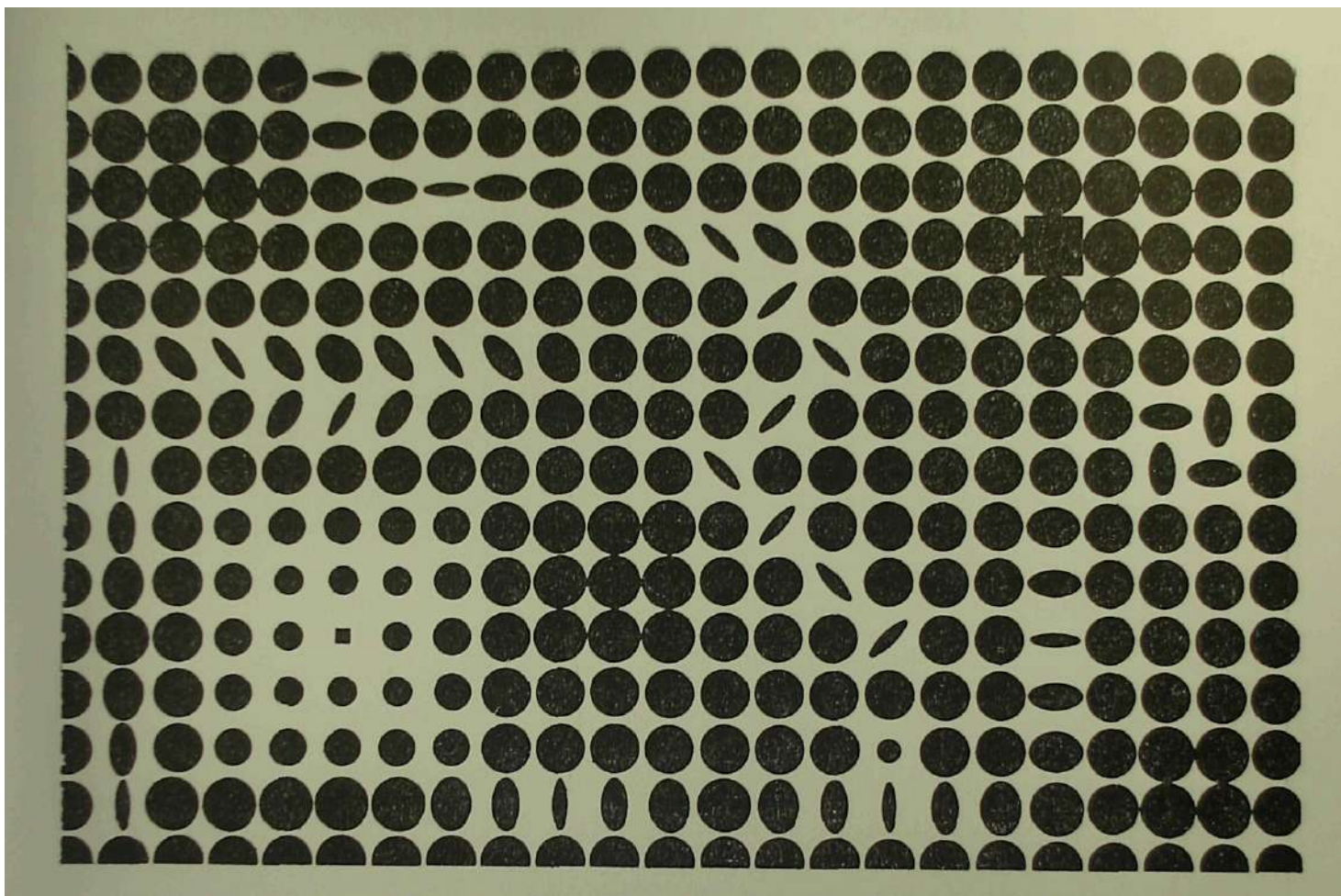
O pássaro em vôo (1925)¹. Constantin Brancusi (1876-1957). Museu de Zurique. Pela economia do material, sentimento de síntese e expressão da vitalidade universal, Brancusi foi um dos profetas da adequação das formas artísticas à produção e consumo de massa. Um dos inspiradores da linha aerodinâmica nos produtos industriais.

Composição (1923). *Piet Mondrian (1872-1944) Coleção particular, Milão*
Partindo do Cubismo, Mondrian estabelecia princípios de composição e proporções de
espaço, posição e cotes, tão elementares que encontraram generalizada aplicação
processos maquinados da produção industrial Por outro lado, sublimou plasticamente
a sensibilidade mecanicista dos nossos tempos.

Crescimento (1938). Hans Arp (1887). Museu Guggenheim, Nova Iorque, Outros escultores e pintores, em lugar de exprimir os dinâmicos ritmos da mecanização, procuram traduzir a vitalidade universal, o impulso primordial da vida, indistinto nos reinos vegetal e animal, formas isentas de definições particulares. Arp como que tenta surpreender a própria formação das formas de vida.



Construção no espaço. Anton Pevsner (1884-1963). Museu de Babiléia. Sob influência do Futurismo, os escultores construtivistas, os irmãos Anton Pevsner e Nahum Gabo à [rente* procuraram exprimir as novas concepções de espaço e a mecanização da vida moderna. Substituíram as formas tradicionais e estáticas da escultura, por novas formas extremamente dinâmicas.



Betelgeuse Victor Vasarely (1908). *Coleção Denise René, Paris.* Criador da Plástica Cinética, fundada em excitações retinianas para sensações de movimento veloz, o seu estilo deu origem à Op-Arte. Um dos criadores plásticos empenhados na solução do problema de produção e consumo de massa da pintura, para integrá-la nas exigências da vertiginosa sociedade industrial. Entende que a pintura não pode ser feita manualmente, em plena idade da mecanização.

Atualmente, as formas internacionais da arquitetura moderna assumem **nos** países escandinavos, por exemplo, nos materiais, na técnica e na expressão, acentos iniludivelmente nacionais.

A verdade, porém, é que num mundo onde as diferenciações raciais e nacionais se tornam cada vez mais tênues, desaparecido o indivíduo substituído pela massa, a civilização industrial está produzindo técnicas e formas universais, que se refletem naturalmente na universalização dos estilos de arte. A tecnologia elétrica, nos seus processos instantâneos, está apressando essa universalização. «A unidade dos plásticos — disse Pierre Francastel — tende a se realizar no planeta antes da unidade das línguas.» Estamos realmente a caminho dessa unidade, que promoverá as demais, à medida que o homem aumentar o seu poder sobre a natureza e tornar menor o império dela, quando passará a viver mais no meio técnico do que no natural. Mas até que se cumpra essa improvável etapa da evolução humana, o domínio completo e a neutralização da natureza, não se pode deixar de ir reconhecendo que quanto mais identificados com as realidades naturais e sociais, em outras palavras, quanto mais nacionais, mais internacionais se tornam as formas artísticas. Certamente isso ocorre quando o artista, nos seus processos intuitivos de eleição, soube captar e exprimir, no âmbito restrito de sua vivência natural e social, os ritmos elementares da vida, que são apreendidos não pela percepção intelectual, mas pela percepção sensível ou vital, que é a mesma em todos nós e, por isso mesmo, universal no espaço e no tempo.

A PROSPERIDADE E A ARTE

As perspectivas que os progressos da ciência e suas aplicações práticas na era da eletrônica estão abrindo ao futuro da humanidade simplesmente maravilham.

Todos sabem, dizem e escrevem que à medida que o homem fôr se libertando das necessidades e privações físicas, da fome, nudez e desabrigo, com a abundância dos bens que a técnica está promovendo, maiores serão as suas necessidades espirituais de sublimação através da arte. As gerações futuras, libertas das necessidades físicas elementares e do castigo bíblico de ganhar o pão com o suor do rosto, serão gerações ociosas, mas artísticas. O «mundo dourado do bem estar» e da ociosidade dignificada pelas ocupações do espírito: A humanidade só de artistas não tardará muito.

IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DE BRAZILIO ITIBERÊ DA CUNHA E DA SUA FANTASIA CARACTERÍSTICA "A SERTANEJA"

HELZA CAMÊU

JHJM 17 de junho de 1869, o «Correio Paulistano» anunciava o lançamento da Fantasia Característica, intitulada «A Sertaneja», de autoria de Brazílio Itiberê da Cunha, então estudante da Faculdade de Direito de S. Paulo. Logo no noticiário da época encontram-se referências freqüentes à música em apreço por inclusão em programas de concerto. Até aí nada demais, pois era, como até agora, fato rotineiro. Mas, se naquele momento logrou inequívoca aceitação, naturalmente por sua originalidade, depois do advento do nacionalismo musical a peça passou a ser considerada de importância capital e seu autor apontado como pioneiro do movimento que veio a se consolidar nas primeiras décadas do 900. As razões derivam de um único ponto: -o tema popular inserto na obra.

Com isso abriram-se caminhos às pesquisas de profundidade no intuito de esclarecer se houve, de parte de Brazílio Itiberê, intenção de fazer música brasileira ou se a peça apenas reflete sua disposição de espírito naquela ocasião, motivada por fatores ainda não claramente percebidos. De qualquer forma que se estabeleça a procura das razões, estas convergirão para um só e mesmo resultado: a nacionalização musical.

Que na época havia preocupações nacionalistas é fora de dúvida, mas será preciso provar que isso interessou os compositores de um determinado nível. Porque música de sentido brasileiro já existia na época; a nacionalização visava somente a obra mais elaborada, pois esta é que se mantinha fora do plano nacional. Para uma certa camada social e até profissional, música clássica era denominação aplicada a todo e qualquer gênero fora do popular. Balisando o movimento musical do tempo, conclui-se que o nível artístico não correspondia ao *sentido* que hoje lhe é dado. Além demais faltavam escolas, professores credenciados, sobretudo interessados nas manifestações típicas brasileiras. A musicalidade brilhante, entontecida pelo sucesso fácil, deixava-se levar pela intuição, desperdiçando talento, que uma boa formação

teria **disciplinado** aproveitado melhor. Mas a verdade é que o momento ainda **não** comportava a avaliação de níveis devido à absoluta **falta de preparo** e às condições sociais.

AMBIENTE MUSICAL

No panorama musical da época distinguiam-se três categorias: a que apreciava e praticava música clássica e romântica, a que fazia música popular e a que se deliciava com o gênero *salão*.

É claro que a primeira vivia em sociedades fechadas, os clubs, e às vezes quase em família, como sucedia no lar de João Manoel da Cunha, pai de Brazílio Itiberê. A música popular ficava naturalmente em seu ambiente próprio, enquanto o gênero salão vicejava dentro de uma sociedade pouco exigente em matéria de arte.

As Províncias, naturalmente, copiavam a Corte.

Nesta altura será preciso frisar que música de salão não pressupõe sistematicamente produção de segunda ordem, visto obras de mestres do Romantismo incluírem-se nessa categoria. Mas o que se difundiu mais no Brasil desse tempo representou uma distorsão do romântico tal a sobrecarga de artifícios que o caracterizou. Virtuosity fácil derivado da valorização justa ou exagerada do intérprete, às vezes artista de possibilidades invulgares, como um Liszt, um Thalberg. Mas essa valorização, plenamente justificada em certos casos, impressionou demais os menos categorizados e o amador, sempre ansiosos pelo sucesso imediato. Daí a abundância de música de nível duvidoso de permeio com a boa produção.

As condições do meio encareciam a composição de conte brilhante, assim como a de caráter langoroso, piegas e as peça bravura, mais feitas para o sucesso fácil do que para se imporem ainda encareciam a temática de origem operística e popular. E porque, valorizavam essas particularidades, favoreciam o aparecimento fantasias, paráfrases, variações e mais uns tantos tipos revela de nível fraco, sem possibilidades de continuação.

Atentando para os dois pontos básicos da composição musical da época — ópera, tema e ritmo populares, — será fácil encontrar-se a relação direta com a obra romântica que entrou no Brasil através do piano e na qual foram largamente explorados os dois recursos

A produção brasileira desse momento apareceu inteira calcada naqueles modelos. Não foi, portanto, repertório popular mas de tipo intermediário que tanto agradava ao profissional, como lisonjeava o amador. Esse modelo não desapareceria logo (se é que chegou a desaparecer), mas foi continuado, ainda figurando nos princípios do século, em obras assinadas por nomes ilustres. O meio nível de cultura musical, estavam naturalmente condicionados a aceitarem esses tipos característicos de momento de transformação, mais pela personalidade do intérprete do que pela do compositor

IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DE BRAZÍLIO ITIBERÊ DA CUNHA

A música de sentido nacional, no entanto, já existia no seio do povo, apenas suas particularidades ainda eram desconhecidas pelo músico de formação acadêmica e ainda mais pela sociedade, qu^a via como produto de segunda ordem. Daí a divisão em campos antagônicos. Realmente há distinção entre música e música popular dando causa à divisão em gêneros diferentes, mas não opostos, de conteúdo e caráter diversos, mas sujeitos às mesmas normas lógicas de formação e até desenvolvimento. Entre eles, portanto, há pontos de contato, de aproximação, mantendo constante interdependência, muito favorável às músicas nacionais.

O preconceito dificultou a expansão da obra brasileira, pois os músicos de talento que, aqui, namoravam as toadas da terra e escreviam aproveitando as fórmulas usuais do populário, saindo para o estrangeiro como que perdiam em entusiasmo e, se não abandonavam de todo o contato com a música brasileira, arrefeciam, perdendo em colorido e originalidade. Esse o caso de Brazílio Itiberê da Cunha.

A falta de conhecimento sobre as verdadeiras características populares deu ensejo a interpretações e estas favoreceram as influências estranhas.

A música de salão que floresceu no Brasil no século passado representa a reprodução fiel do que aqui foi introduzido de autoria de Schulhoff, Smith, Leybach, Lack, Thalberg, Napoleão, Ascher, Gottschalk. Mas sobretudo Gottschalk, cuja música precedeu sua chegada ao Brasil, em 1869. E nela depara-se com o aproveitamento da temática popular, aliás já encontrada na obra de Chopin e de Liszt. Mas nem Chopin, nem Liszt gozaram de tanta popularidade como o compositor americano e isso, simplesmente, devido à sugestão do tema (geralmente de procedência negra), dos ritmos, dos títulos e ainda mais pela facilidade de comunicação.

No caso brasileiro a influência desse repertório de nível intermediário, pelo fato de não ser produto do próprio meio, deu ensejo a experiências válidas, pois estas abriram caminho a nova estética, esta sim, de interesse nacional legítimo. Na época seria impraticável dar ênfase às verdadeiras características populares.

A FAMÍLIA ITIBERÊ

Na família Itiberê, em vida do seu chefe, João Manoel da Cunha, havia culto pela música clássica. Em sua casa fazia-se música de câmara com o conjunto constituído pelo próprio João Manoel da Cunha, como 1^o violino, seu irmão Jacinto Manoel, 2^o violino, José Brito, violai e o Dr. Bento Menezes, violoncelo ou piano.

Na época, os conjuntos amadores desempenharam função relevante na educação musical no interior do Brasil. Assumiam o papel de orientadores abnegados, porque se instruíam, faziam por prazer e interesse em divulgar sempre mais, levando, aumentando ou consolidando

cultura. Também João Manoel da Cunha e seus colaboradores faziam música sem se aperceberem do alcance de sua iniciativa.

Num ambiente desses as tendências e as vocações artísticas desabrochavam naturalmente. E foi o que sucedeu: seus filhos e netos, como também parentes próximos, o continuaram e alguns o fizeram através da composição.

Nesse meio Brazílio Itiberê da Cunha viveu até aproximadamente os 19 anos, quando se matriculou na Faculdade de Direito de S. Paulo.

As informações a respeito de sua instrução musical são falhas. Sabe-se que estudou, primeiro, violino para depois iniciar o piano com sua irmã, Maria Lourença. Quem teria sido o professor de violino? Até onde teriam ido esses estudos? Nada se sabe. Falam em Gottschalk (naturalmente na parte referente à composição) mas, se houve aproximação, esta somente poderia ter se dado durante a estada do compositor americano em S. Paulo, em 1869, ano em que desembarcou no Brasil e aqui faleceu. Foi, portanto, uma estada de alguns meses apenas, a qual grande parte absorvida por iniciativas gigantescas (tal o número de instrumentos programados) que não daria oportunidade a qualquer contato naquele sentido. Gottschalk deveria ter influído pela presença e, sobretudo, através de sua composição, já divulgada antes da chegada ao Brasil. Por essa época «A Sertaneja» já fora lançada, publicada, fazendo parte do repertório pianístico de quase todo o Brasil.

Pelo que ficou registrado, Brazílio Itiberê deveria ter sido pianista brilhante, de técnica fácil, mas isso não chega a concluir por boa preparação, pois há habilidades inatas, surpreendentes, a esse respeito.

Toda a produção musical de Brazílio Itiberê da Cunha não traz qualquer vestígio de convívio com os clássicos, o que faz pensar que o meio familiar nada influíu no desenvolvimento de sua musicalidade. Não teria influído realmente? Ou o nôvo ambiente, o da Faculdade, mais favorável à expansão do espírito jovem, teria desvanecido de toda a orientação inicial? Também será possível aventar que, embora em sua casa praticassem música de alto gabarito, Brazílio Itiberê não partilhasse dos mesmos pontos de vista, enveredando por trilha diversa. O problema da juventude é sempre o mesmo em todas as épocas: rebeldia em relação ao passado.

O tema d'«A Sertaneja» demonstra seu conhecimento, mesmo que superficial, do folclore da região paranaense, conhecimento fácil, insinuado vindo da boca do povo e que, por isso mesmo, deixou impressão profunda. Para chegar a saber-se de onde veio o interesse de Brazílio Itiberê pelo folclore, seria preciso conhecer muito melhor a vida da família de João Manoel da Cunha, o que até agora foi impossível.

A FACULDADE

Saindo do Paraná, então ainda Comarca de S. Paulo, Brazílio Itiberê da Cunha se matriculou na Faculdade de Direito de S. Paulo.

em 24 de março de 1866, contando 19 anos, pois nasceu em 1º de agosto de 1846. Iniciava vida nova.

Estabelecer ligação entre a vida familiar, o meio paranaense e o ambiente de Faculdade, seria resposta para algumas interrogações provocadas pela atividade de Brazílio Itiberê da Cunha em S. Paulo. É possível que o contato com a massa estudantil, heterogênea, tenha modificado convicções. Mas modificado ou reforçado? Não há meios que provem que só depois de seu ingresso na Faculdade é que tenha demonstrado interesse pelas características populares. O certo é que desse tempo é a melhor parte de sua produção musical. Não fugindo ao gosto da época, sua música revela atenções para com o popular e ainda guarda umas tantas constâncias. Esses traços, que deram cunho brasileiro a um estilo quase universal — o salão —, estão provando não só a sensibilidade afinada com o espírito boêmio e popular de sua geração, como as próprias intenções do compositor.

Quando Brazílio Itiberê entrou na Faculdade esta já contava com uma tradição musical deveras interessante, digna de ser apreciada e estudada, pois daí talvez saiam mais esclarecimentos sobre o movimento nacionalizante. Tem-se notícia de que as preocupações nativistas já atingiam o lado musical. Carlos Penteado de Rezende transcreveu em sua obra, «Tradições Musicais da Faculdade de S. Paulo», trecho do artigo de Vicente Xavier Toledo, inserto no «Correio Paulistano» de 8 de agosto de 1867, incitando os músicos à luta:

«Prevalecemo-nos do ensejo para exprimir o desejo que temos de ver nacionalizada também a música no Brasil. Apareça um Gluck e tudo será feito nesta terra onde a poesia germina em todos os corações».

O ensejo derivava diretamente da Campanha Abolicionista, da qual Brazílio Itiberê se fez colaborador ativo, participando do entusiasmo geral, colocando-se a serviço da campanha, tomando parte em concertos, como pianista e compositor, ainda cooperando para alforria de escravos. Num ambiente onde todos comungavam dos mesmos ideais altruísticos, onde Música e Poesia, de mãos dadas, contribuía para abrilhantar e concorrer materialmente para fundos beneficentes, é fora de dúvida que os espíritos jovens, compenetrados de sua participação na vida nacional, estavam capacitados a dar ênfase a tudo o que engrandecesse a obra brasileira. E justamente por isso a música dos estudantes fosse moldada à feição do que existia no meio popular e no gosto da maioria: lundus e modinhas, música de salão, marcada por características brasileiras.

Em comparação com a Poesia, realmente tocada pelo entusiasmo do momento, a Música contribuiu bem modestamente, embora, daí tenha saído estímulo para a obra nacional.

Mas qual a espécie da música mais difundida no meio estudantil?

Do que se conhece nada diferia do que se fazia na Corte. Além da modinha e do lundu, o repertório ainda comportava as danças de procedência européia: valsas, schottischs, polcas, etc. Quanto a estas,

HELZA CAMÊU

é certo que houve, naturalmente, adaptação espontânea, em virtude de interpretações provocadas pelas condições ambientes.

A composição dos colegas de Brazílio Itiberê, em grande parte ou mesmo na totalidade, foi realizada como música de salão: fantasias, variações e árias variadas, peças características. Qualificando como característico tinham como propósito destacar o lado interessante ou excêntrico da peça. Antônio Cardozo de Menezes em sua polca «Os canários» indicou-a dessa forma para ressaltar o efeito no registro agudo do piano imitando o canto do pássaro; Brazílio Itiberê usando a mesma palavra quis se referir ao tema popular.

Da época são as coleções: «Alegria dos salões», «Colar de pérolas», «Souvenirs de l'opera» e outras tantas.

Não há indícios de que na Faculdade de Direito de S. Paulo, no período em que Brazílio Itiberê a frequentou, tivesse lugar a música clássica, nem mesmo a dos mestres do Romantismo. Tudo se media pela bitola do fácil, do agradável, do brilhante, quando não do medíocre irremediável.

Com o tema popular inserto em «A Sertaneja» Brazílio Itiberê escapou do comum, projetando-se para uma etapa memorável.

O TEMA POPULAR

A inclusão do tema popular não se revestiu de originalidade absoluta na época de Brazílio Itiberê, visto já em 1819, compositor austríaco Sigismund Neukomm, aportado ao Brasil, em 1816, na comitiva do Duque Luxemburgo, ter utilizado o tema de um lundu no rondo «O amor brasileiro». Na peça de Neukomm a linha musical do tema ficou desfigurada devido a clima haydniano, enquanto em Brazílio Itiberê marcaram-se características de época: o ritmo de habanera e o tema popular.

As transformações lógicas, que encaminharam até o ponto em que esses elementos passaram a interessar o compositor, estão naturalmente ligadas ao processo de difusão e integração verificado na prática da música em diferentes camadas sociais. Essas transformações não se operaram no transcurso de uma ou duas gerações; tão pouco as modificações deram tempo à observação direta, imediata. Quando o tema popular e os ritmos se impuseram é porque condições especiais já os amparavam e impunham. A presença do colono, a permanência do negro escravo no seio da família e, sobretudo, sua influência junto a gerações mais novas concorreram para difusão das características de cada um. A tradição oral se, por um lado, deu oportunidade à divulgação e à continuação, nem sempre contribuiu para a fixação.

MUITA COISA SE PERDEU À FALTA DE QUEM A LEMBRASSE, A REGISTRASSE.

O aproveitamento do tema popular se impõe quando a consciência desperta e isso é o que sucedeu na época da criação de «A sertaneja». E certo que já havia exemplos e estes nada significariam

se não existissem condições favoráveis. Quer parecer que a campanha abolicionista foi estímulo à nacionalização musical. Apenas, pelo fato de, no momento, predominar o amadorismo fácil, a nacionalização foi retardada de alguns anos mais. Mas foi o amadorismo que permitiu a inclusão na obra de classe dos elementos nacionalizantes que abririam caminho à música brasileira.

A utilização do tema popular, acompanhado ou não das características rítmicas, aponta o início da fase consciente da música nacional.

A SERTANEJA

Quando e onde Brazílio Itiberê da Cunha teria escrito sua Fantasia característica?

Esta a interrogação que preocupa diante da posição do seu autor no panorama da música brasileira.

Suas filhas, Sras. Maria Brazília Itiberê Bernardes e Maria Adelaide Itiberê Mendes de Almeida, julgam realizada em 1864, enquanto um dos seus irmãos, o crítico João Itiberê da Cunha a situou entre 1866 e 1868. Carlos Penteado de Rezende opina: «A Sertaneja» pode ter sido elaborada entre 1863 e 1865, quando estudava preparatórios. A idade e a pouca experiência do autor, porém, servem de argumento em contrário. O mais verossímil é que fosse composta ou em 1866, ou 1867, ou 1868». O certo é que o «Correio Paulistano» de 17 de junho de 1869, anunciou seu lançamento.

Escrevendo-a no Paraná ou já em S. Paulo, nenhuma diferença trará ao curso do raciocínio, pois, de qualquer forma, ao fazê-lo, Brazílio Itiberê deu franca expansão à sua musicalidade ainda não disciplinada por estudos teóricos. Estes, feitos mais tarde, e aliados à permanência em meio estranho, cortaram-lhe os arroubos nacionalistas, a originalidade, dando ocasião a trabalhos completamente destituídos de interesse.

Não foi apenas com «A Sertaneja» que o compositor procurou fazer música brasileira, pois a «Dança americana» apresenta a mesma intenção. Em várias outras peças da fase estudantil, que foi a que viveu no Brasil antes de ingressar na carreira diplomática, encontra-se a característica brasileira aflorando espontaneamente. Essa influência da música popular está presente até em trabalhos escritos já no estrangeiro, como pode-se notar no Noturno, um dos números das «Noites Tropicais».

Mas o que interessa no caso é saber se Brazílio Itiberê da Cunha agiu instintiva ou intencionalmente.

Tudo indica que, naquela ocasião, houve intenção de ressaltar os elementos vindos do povo. Essa intenção se concentra no sub-título d'«A Sertaneja» — *Fantasia característica*. Com isso Brazílio Itiberê quis dar relevo ao tema e ao ritmo, no caso o de habanera, por certo mais difundido na época.

Com a «Dança americana», Brazílio Itiberê pensou em explorar o lado rítmico, ainda pouco conhecido e, por isso, depara-se com mais uma tentativa, não propriamente visando a música brasileira, mas a música continental. É forçoso admitir que em tudo há improvisação aliás compreensível dadas as condições do momento.

Certas particularidades que aparecem na obra de Brazílio Itiberê, provam insinuações, influências em vias de fixação.

«A Sertaneja» avulta no conjunto da obra de Brazílio Itiberê. Nela ficou marcado um ponto distante de transformação, ainda pouco-sensível na época, em caminho da realização consciente; transformações operadas através do aproveitamento de ritmos e do tema popular. Êste bem mais importante, pois ainda apareceria na obra dos compositores responsáveis pelo desenvolvimento em termos nacionais. D'«A Sertaneja» partiu o incentivo para criações mais significativas; suas linhas serviram de modelo de como explorar o tema popular. E, estranho que pareça, Brazílio Itiberê da Cunha foi o mais feliz nesse sentido, pois soube, como nenhum outro, nem mesmo os músicos profissionais, valorizar um motivo simples como o do «Balaio...».

Depois de Brazílio Itiberê, o primeiro a utilizá-lo foi o paulista Alexandre Levy, que tanto poderia tê-lo tirado da obra de Sant'Anna Nery, *Folk-Lore Brésilien*, obra editada em Paris, em 1889, como poderia ter-se inspirado na própria «A Sertaneja». De qualquer forma a sugestão partiria da mesma fonte, visto os exemplos contidos no livro citado terem sido fornecidos por Brazílio Itiberê. Ainda deve-se atentar para o fato de «A Sertaneja» ser posta à venda, em 1869, simultaneamente pelas casas H.L. Levy e Mme Fretin, de S. Paulo. Por esse tempo Alexandre Levy contava apenas 5 anos, mas a música fêz carreira, e por essa razão devia tê-la ouvido muitas vezes. Além disso o próprio interesse nas coisas nacionais o teriam levado a apreciar a composição do estudante Brazílio Itiberê.

A maneira por que Alexandre Levy aproveitou o motivo demonstra claramente a influência do músico amador. O mesmo pode-se notar nas «Variações sobre um tema popular», de Francisco Braga, cujo desenvolvimento estabelece imediata aproximação com seus antecessores. Alberto Nepomuceno também explorou o mesmo tema na peça para piano «A Brasileira» (da qual não se conhece a data de composição) e no Prelúdio de «O Garatuja», trabalho realizado em 1904. Finalmente Luciano Gallet, em 1923, retomou não o motivo popular, mas a própria peça procurando transformá-la na «Rapsódia Sertaneja». Justificando seus pontos de vista, Luciano Gallet escreveu a Mário de Andrade em 1926: «É fácil constatar que evitei, cuidadosamente, fazer obra minha. Quis exclusivamente valorizar a música de Brazílio Itiberê.» A intenção foi boa, mas o resultado não correspondeu, pois muito mais interessante é a peça original.

Se «A Sertaneja», possivelmente, é de 1866 a 1868, como pensa Carlos Penteado de Rezende, o trabalho de Gallet, de 1923, surgindo



Brazilio Itiberê da Cunha
1846-1913

54 anos após a publicação d'«A Sertaneja», dilata, significativamente o tempo para utilização de um tema popular.

O canto «Balaio», parece que teve como área de expansão o litoral paranaense para onde afluíu, no passado, regular contingente de açorianos. Por isso tem-se como provável a procedência portuguesa, vindo a fixar-se no Paraná de onde se irradiou. Sua identificação é feita ou pela letra ou pela linha musical. O motivo em tela foi encontrado também em Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Sua linha melódica se confunde com a do «Pinicapau» ou «Pica-pau». Um dos primeiros, senão o primeiro a divulgá-lo foi o baiano Nuno Marques Pereira, quando cuidou de pássaros brasileiros em sua obra publicada em Lisboa, em 1728, *Compendio Narrativo do Peregrino da América*.

F. A. Pereira da Costa, em *Folk-Lore Pernambucano*, considera o tema como baiano e que serviu a sátiras endereçadas ao Governador da Província da Bahia, Barão de Boa Vista (1841/42). Joaquim Norberto de Souza e Silva o aponta como *fado mineiro* muito antigo e vulgarizado em Pernambuco. Silvio Romero o dá como dança sapateada muito popular no Rio Grande do Sul e logo o identifica nos Reisados da Borboleta, do Maracujá e do Pica-Pau, em Sergipe. O motivo do «Balaio. . .» figura n'A *Música no Brasil*, de G. Pereira de Mello. Alexina de Magalhães Pinto estampou a versão mineira do citado canto, enquanto Oneyda Alvarenga repete as informações de Pereira de Mello e Silvio Romero.

Nas linhas melódicas dos cantos recolhidos por esses pesquisadores ou coincide o desenho completo ou repetem-se pontos básicos.

O roteiro do motivo popular tem sido longo mas, embora modificada no contorno melódico, na letra ou mesmo nas intenções, há pontos que ligam as diferentes versões e entre estes a quase constância do primeiro verso: «Balaio, meu bem, balaio». Meu bem ou meu bom? A versão fornecida por Brazílio Itiberê a Sant'Anna Nery, traduzida para o francês, indica *bom* e não *bem*: «Panier, mon bon panier/ Panier du pitingao/ Qui n'a pas de panier/ Met sa couture par terre.»

Na versão divulgada por Pereira da Costa encontra-se: «Balaio, meu bem, balaio/ Balaio do coração/ Quem tiver o seu balaio/ Não saía com êle não/ Que os rapazes são travessos/ Botam o balaio no chão.»

Nepomuceno poderia ter conhecido o motivo em causa através de uma das versões que chegou até o Norte brasileiro. No entanto o local de trabalho, Rio de Janeiro, e a época parecem indicar sugestão direta de «A Sertaneja».

Brazílio Itiberê da Cunha, além de utilizar o tema popular, ainda deu a um dos períodos da peça o ritmo de *habanera*, coisa que, hoje em dia, parecerá estranho, visto o ritmo em questão fugir completamente da sensibilidade brasileira. Isso agora, depois que se consolidaram as características nacionais, depois que tomaram conhecimento do que

54 anos após a publicação d'«A Sertaneja», dilata, significativamente, o tempo para utilização de um tema popular.

O canto «Balaio», parece que teve como área de expansão o litoral paranaense para onde afluíu, no passado, regular contingente de açorianos. Por isso tem-se como provável a procedência portuguesa, vindo a fixar-se no Paraná de onde se irradiou. Sua identificação e feita ou pela letra ou pela linha musical. O motivo em tela foi encontrado também em Pernambuco Sergipe Bahia, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Sua linha melódica se confunde com a do «Pinicapau» ou «Pica-pau». Um dos primeiros, senão o primeiro a divulgá-lo foi o baiano Nuno Marques Pereira, quando cuidou de pássaros brasileiros em sua obra publicada em Lisboa, em 1728, *Compendio Narrativo do Peregrino da América*.

F. A. Pereira da Costa, em *Folk-Lore Pernambucano*, considera o tema como baiano e que serviu a sátiras endereçadas ao Governador da Província da Bahia, Barão de Boa Vista (1841/42). Joaquim Norberto de Souza e Silva o aponta como *fado mineiro* muito antigo e vulgarizado em Pernambuco. Silvio Romero o dá como dança sapateada muito popular no Rio Grande do Sul e logo o identifica nos Reisados da Borboleta, do Maracujá e do Pica-Pau, em Sergipe. O motivo do «Balaio...» figura n'A *Música no Brasil*, de G. Pereira de Mello. Alexina de Magalhães Pinto estampou a versão mineira do citado canto, enquanto Oneyda Alvarenga repete as informações de Pereira de Mello e Silvio Romero.

Nas linhas melódicas dos cantos recolhidos por esses pesquisadores ou coincide o desenho completo ou repetem-se pontos básicos.

O roteiro do motivo popular tem sido longo mas, embora modificada no contorno melódico, na letra ou mesmo nas intenções, há pontos que ligam as diferentes versões e entre estes a quase constância do primeiro verso: «Balaio, meu bem, balaio». Meu bem ou meu bom? A versão fornecida por Brazílio Itiberê a Sant'Anna Nery, traduzida para o francês, indica *bom* e não *bem*: «Panier, mon bon panier/ Panier du pitingao/ Qui n'a pas de panier/ Met sa couture par terre.»

Na versão divulgada por Pereira da Costa encontra-se: «Balaio, meu bem, balaio/ Balaio do coração/ Quem tiver o seu balaio/ Não saía com êle não/ Que os rapazes são travessos/ Botam o balaio no chão.»

Nepomuceno poderia ter conhecido o motivo em causa através de uma das versões que chegou até o Norte brasileiro. No entanto o local de trabalho, Rio de Janeiro, e a época parecem indicar sugestão direta de «A Sertaneja»;

Brazílio Itiberê da Cunha, além de utilizar o tema popular, ainda deu a um dos períodos da peça o ritmo de *habanera*, coisa que, hoje em dia, parecerá estranho, visto o ritmo em questão fugir completamente da sensibilidade brasileira. Isso agora, depois que se consolidaram as características nacionais, depois que tomaram conhecimento do que

realmente o povo empregava e praticava. No tempo de Brazílio Itiberê, e mesmo depois, pretenderam usar a fórmula rítmica da *habanera* como típica da música brasileira. É claro que isso se verificou entre os compositores não familiarizados com o meio popular. Ainda nos fins do século XIX, Carlos de Mesquita escrevia sua 2ª Habanera sobre *motivos brasileiros*, peça que não diferia muito, ritmicamente, da Canção Criola sobre *motivo espanhol* também de sua autoria. Em 1890, Alexandre Levy compôs seu «Tango Brasileiro», o qual, segundo o redator chefe da «Gazeta Musical», no número de 17/2/1892, era «finamente acabado e conservando o nosso tão afandangado ritmo nacional...»

Ainda por esse meio pode-se notar que Brazílio Itiberê quis fazer obra brasileira, e a realizou no gênero salão característico da época.

Diante das condições artístico-sociais não poderia ser outro o caminho para a música de cunho nacional. Os elementos que, na ocasião, poderiam marcar as intenções nacionalistas foram justamente os utilizados por Brazílio Itiberê da Cunha, elementos esses também encontrados na música vinda do estrangeiro. Brazílio Itiberê da Cunha, se não foi original, contudo mostrou-se inteligente, útil, ao transpor para sua composição os pontos essenciais, necessários, à construção de uma obra nacional, de cuja realidade estavam ainda bem distantes. Com isso é possível afirmar que o compositor estudante agiu consciente e deliberadamente, demonstrando idéias bem avançadas em relação ao momento e ao meio. Que outros tenham lançado mão do tema popular, antes ou depois, nenhuma importância apresenta porque foi a peça de Brazílio Itiberê da Cunha que realmente ficou atestando o princípio consciente de uma nova fase da Música no Brasil.

A IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DE BRAZÍLIO ITIBERÊ DA CUNHA

Se a Fantasia Característica, «A Sertaneja» foi não só exemplo como incentivo aos compositores interessados na obra de sentido nacional; se ainda foi tomada como modelo para a elaboração de trabalhos de maior envergadura, é claro que seu autor teria naturalmente de ser destacado do panorama de sua época para ocupar a posição a que realmente fêz jus. Não importa que Brazílio Itiberê tenha sido um amador e sua música se enquadrasse num gênero intermediário, característico de época, muitas vezes de valor duvidoso. A importância histórica do músico paranaense mede-se pela repercussão d'«A Sertaneja» no processo de desenvolvimento da música brasileira. O direito ao título de precursor não está ligado apenas à obra em si mesma, nem a ordem cronológica, mas sobretudo à ligação que se estabelece entre gerações sucessivas que, assim, vão construindo a tradição. Foram os músicos nacionalistas e, mais tarde, os compositores nacionais que conscientemente, contribuíram para a consagração do nome de Brazílio Itiberê da Cunha, tomando-lhe «A Sertaneja» como padrão de obra nacional.

«A SERTANEJA» — ANALISE

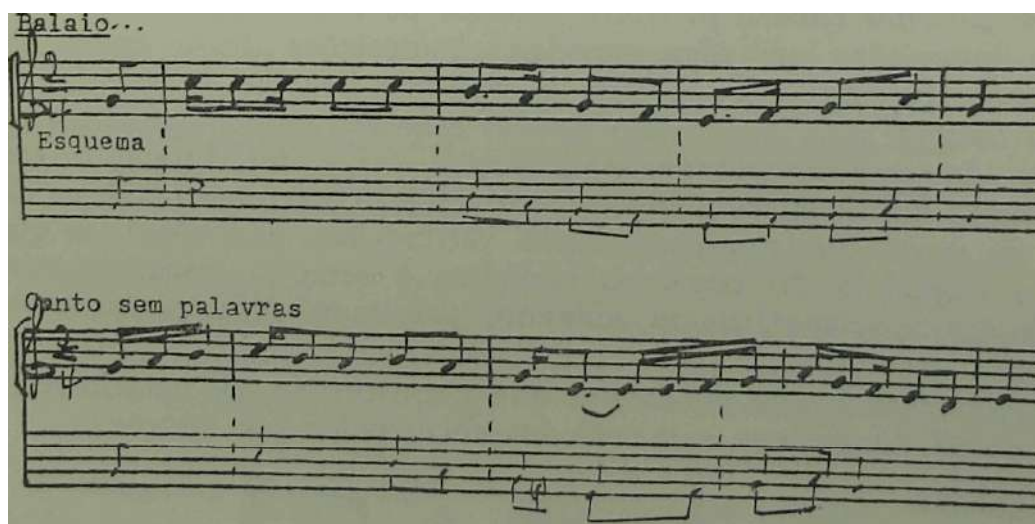
Sempre que aparece «A Sertaneja» vem à baila, fatalmente o motivo do «Balaio, meu bem, baiaio», que, na verdade, e a razão de sua longevidade e celebridade. Apontam-no como um dos temas da fantasia e nada mais. Os outros trechos são considerados de criação do autor, apenas fazendo lembrar ritmos e ambientação nacionais. Também há quem a veja como rapsódia.

A análise da peça, no entanto, dá como resultado um só esquema para todos os motivos e esse esquema parece ter origem no do «Balaio...»

Ora, no suplemento musical da obra de Sant'Anna Nery, «Folk-Lore Brésilien», há sete números devidos à colaboração de Brazílio Itibirê e que estão apontados mesmo como «Noté par Mr. I. da Cunha»: o «Balaio, meu bom balaio», o «Bitu», classificados como modinhas, cujas letras, infelizmente aparecem vertidas para o francês, um canto indígena e mais quatro «airs sans paroles». Entre as quatro «airs sans paroles» está um dos motivos da «A Sertaneja».

É estranho o encontro de cantos sem palavras na música popular. O povo canta focalizando alguma coisa ou algum fato, modificando ou deturpando a letra, mas nunca a abandonando totalmente. É possível que, ao grafar a música, Brazílio Itiberê não tivesse lembrado a letra, mas não é propriamente a falta desta que causa estranheza, mas a indicação — «sem palavras».

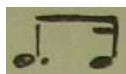
Entre a canção do «Balaio...» e um dos cantos sem palavras há afinidades que parecem provirem de uma só e mesma fonte:



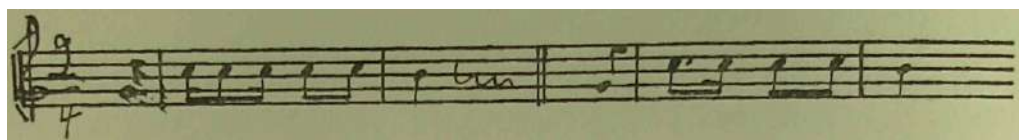
Os esquemas dos dois motivos coincidem curiosamente fazendo supor que o primeiro, pela maior simplicidade, é que tenha dado aparecimento ao segundo. Seria interessante saber se, realmente são cantos distintos firmados em base comum. Isso seria possível admitir tendo em vista a limitação da linha musical.

HELZA CAMÊU

Brazílio Itiberê, ao aproveitar-se dos dois temas, fêz modificações dando ensejo a nova interrogação. Assim, no motivo do «Balaio...», substituiu a sincopa por valor pontuado seguido da fração complementar



o que tornou o desenho mais quadrado.



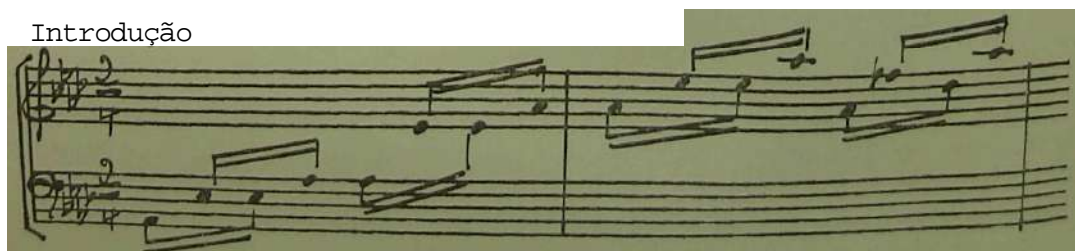
No canto sem palavras transformou os mordentes (N) em quiálteras. Qual das versões seria a original?

Quer parecer que deveria ser a contida na obra de SantAnna Nery, visto tratar-se de trabalho de valor documentário.

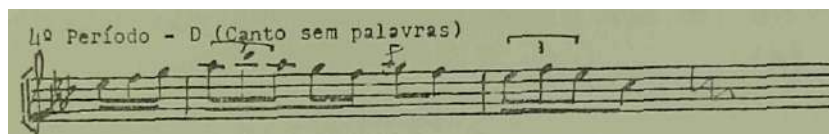
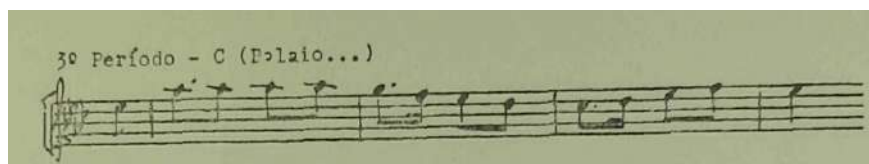
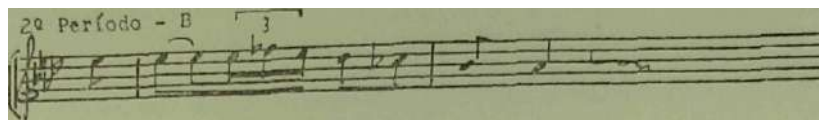
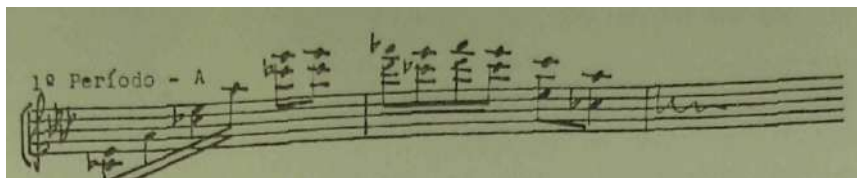
Pelo fato de os dois motivos apresentarem base comum faz supor, ainda mais, que o «Balaio...» tenha sido realmente o inspirador da «A Sertaneja». Inspirador no sentido exato de motivo que deu ensejo ao aparecimento de outros temas, aparentemente estranhos. Isso é conhecido na forma da variação por amplificação, onde o tema condutor, ainda reconhecível melódica, rítmica e harmônicamente, surge profundamente modificado a ponto de tomar feição absolutamente nova e independente. Mário de Andrade teve ocasião de observar que a forma de variação é muito comum no populário, especialmente nos cocos. O mesmo pôde ser notado, em 1948, na música do grupo indígena «Guaikurus». (Documento gravado por Darcy Ribeiro.)

Escrevendo a peça mais ou menos aos 18 ou 19 anos, não se sabe se Brazílio Itiberê já fizera estudos de teoria superior da Música. Certas indecisões em algumas das composições dessa época deixam dúvidas a respeito. Tudo leva a crer que Brazílio Itiberê foi guiado exclusivamente pelo acentuado pendor musical, muito bem demonstrado através da espontaneidade da criação. De tal forma o tema o interessou que, inconscientemente, trabalhou-o, extraíndo dele os demais temas da peça, que aparecem como verdadeiras variações das quais a base, o esqueleto do contorno melódico é sempre, invariavelmente, o do «Balaio...», que, dessa maneira, passou a desempenhar o papel de motivo gerador.

Analisando a peça verifica-se que é constituída por uma Introdução, longa de 47 compassos, e 4 períodos encadeados por ligações:

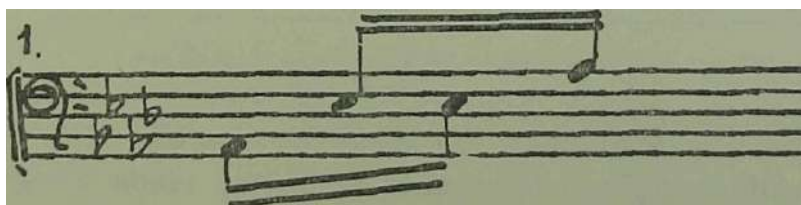


IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DE BRAZÍLIO ITIBERÊ DA CUNHA

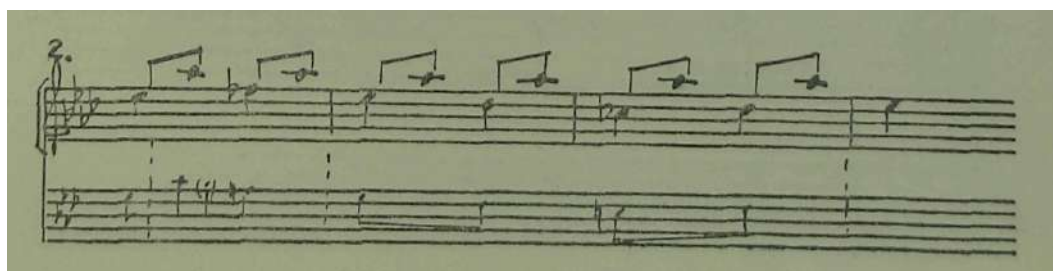


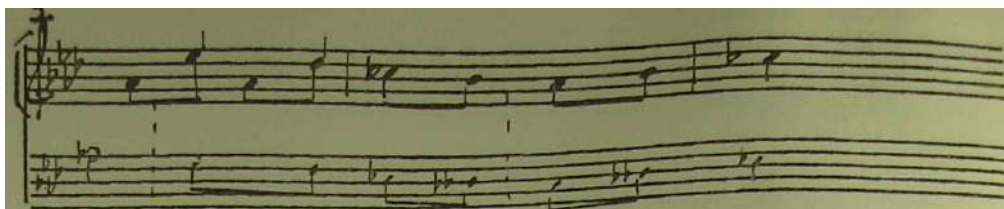
Em C está contido o motivo gerador sem qualquer artifício.

Tomando o desenho inicial (Introdução) depara-se, logo no primeiro compasso, com a cabeça do tema (mi-lá) modificada pelo fato de aparecer em tempo forte marcando a tônica, por isso em intervalo invertido (1):



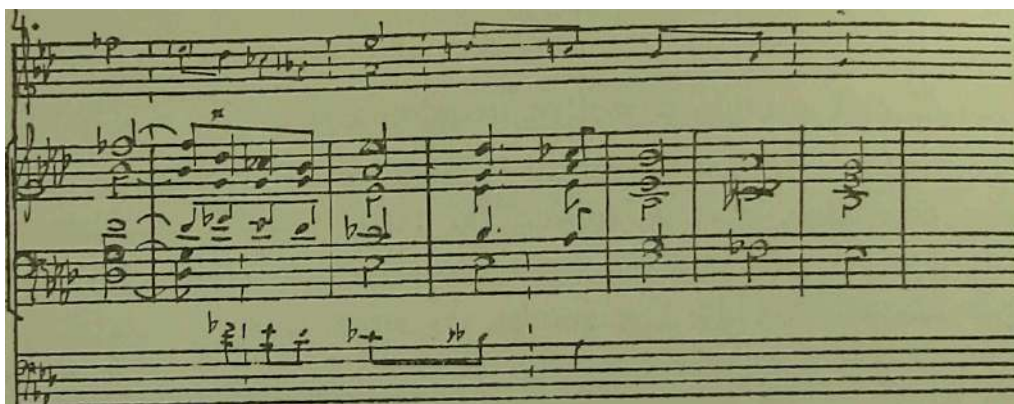
na parte aguda (2) com linhas melódicas calcadas no motivo gerador que, aí, sofre modificações no ritmo, nos graus modais (por alteração) e ainda pela supressão de notas:



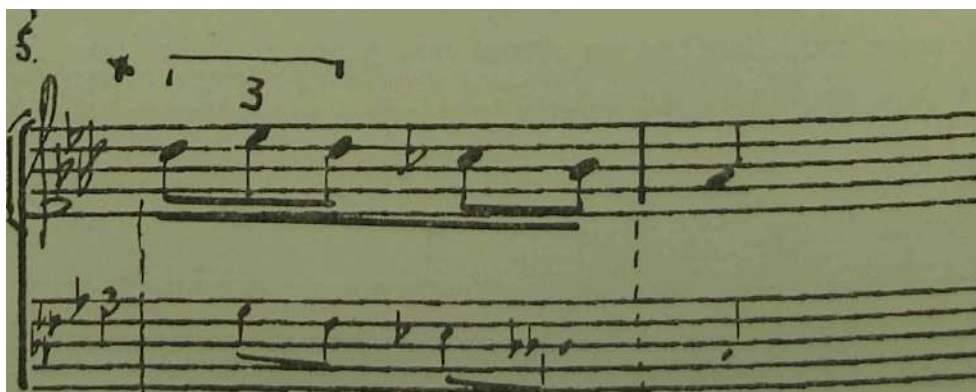


Êste mesmo desenho é apresentado no tom da dominante com as mesmas características da parte analisada.

Ainda na Introdução (do compasso 11 ao 27) há uma frase lírica que não é mais do que o motivo gerador apresentado por aumentação e privado da parte inicial (anacrústica) e da final, tendo como ponto de partida o 6º grau baixado, quando este participa do acorde de sétima diminuta (lá bemol menor) e o 5º quando no acorde perfeito do 1º grau (4):



Rematando a Introdução (5) o mesmo desenho visto em 4 (x) é repetido por diminuição, o que quer dizer que ainda é um fragmento do tema que sugeriu esse desenho curto que serve de ligação:



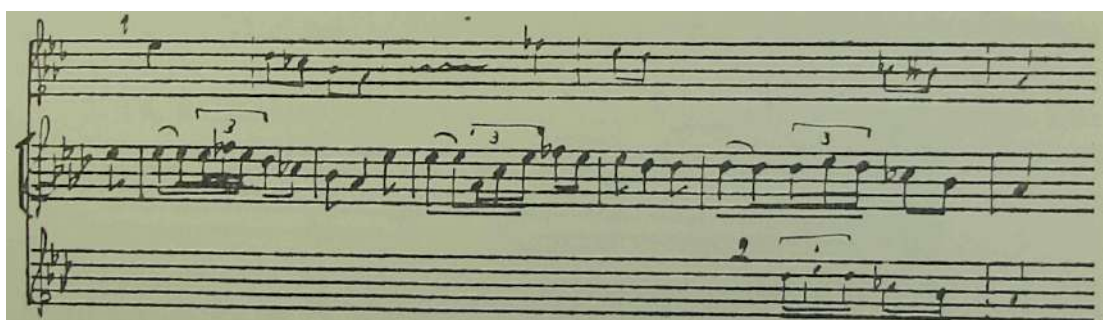
IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DE BRAZÍLIO ITIBERÊ DA CUNHA

Finalmente em A a peça começa a desenvolver-se, e o que se encontra é a mesma combinação do desenho inicial (1) da Introdução apresentado logo com o acorde completo, isto é, com a 3ª. o que lhe dá característica tonal definida. Também aí está o motivo gerador dissimulado por alteração e supressão de notas.

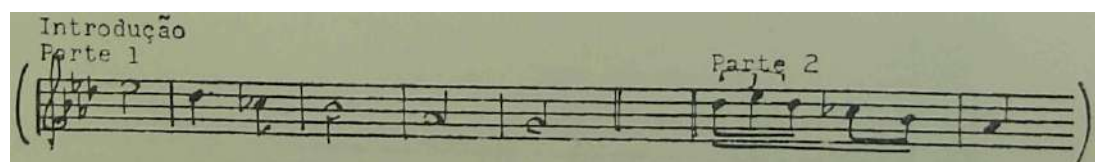


Como no desenho inicial, pode-se notar, no primeiro compasso de A, a sugestão da cabeça do tema (mi-lá).

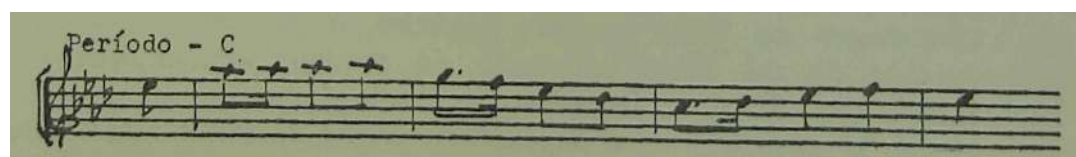
Com o aparecimento de B surge nova idéia a qual, ainda uma vez, é o tema gerador incompleto e modificado, exatamente como foi explorado na Introdução: por aumento e diminuição.



Período — B

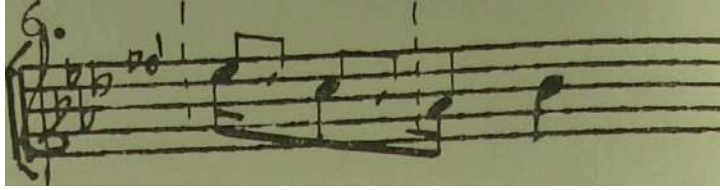


Em C, finalmente, aparece o tema do «Balaio...» claramente exposto e completo:

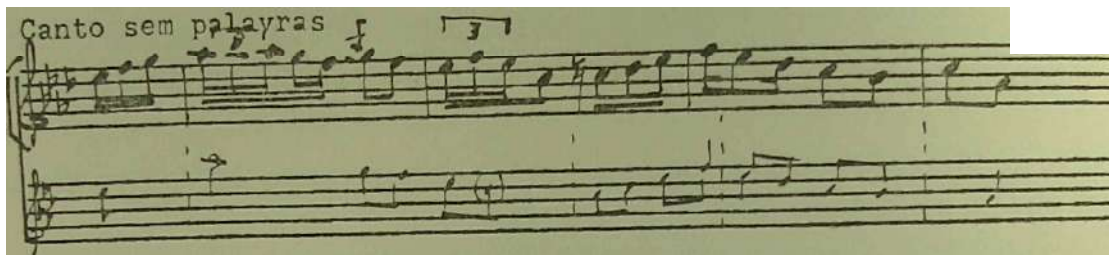


HELZA CAMEU

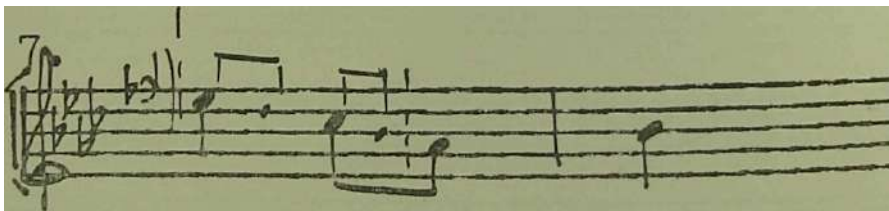
A ligação que se encontra entre este ultimo periodo (C) e o requinte (D) também está calcada no tema mas a. disfarçado num harpejo descendente do acorde perfeito de lá emol maior, apenas com os sons essenciais:



Ao aparecer o 4º periodo (D) deparasse com o canto sem palavras completo:



Entre C e D há nova ligação (7) que obedece ao mesmo motivo das anteriores, mas desta vez vem modificado por aumentação e supressão de notas:



Ao chegar à Coda encontra-se novamente o tema gerador exposto com clareza, mas interrompido:



Como foi observado o tema do «Balaio...» foi aproveitado n'«A Sertaneja» em, todas as suas minúcias, o que demonstra que autor estava de tal forma saturado do motivo popular que pode apresenta-lo seguidamente, fragmentado, dissimulado e mesmo completo, sempre com aparência nova e interessante capaz de iludir numa leitura a superficial. Assim, se na Introdução há atmosfera vaga condizente

com a natureza do trecho, motivada pela ausência da 3ª no acorde perfeito (lá bemol, dó, mi bemol), em *A* esse mesmo grau marca o sentido tonal, dando, desse modo, início ao desenvolvimento da peça. Já em *B* a construção tem clima próximo à modinha, malgrado a presença de quiáleras, vindo logo em seguida a dança e em *D* o movimento de *habanera*. Em conjunto há graça e lirismo contrastando agradavelmente.

A harmonia recai sistematicamente sobre o 1º, 4º e 5º graus e as raras modulações são de caráter passageiro, geralmente aos tons da dominante e subdominante e uma única vez, na Coda, ao tom do 3º grau (dó menor) por meio de acorde comum. Todos os harpejos e escalas que dão à peça toque de virtuosismo, projetam-se, invariavelmente, para a dominante, o que a mantém sempre próximo ao tom principal.

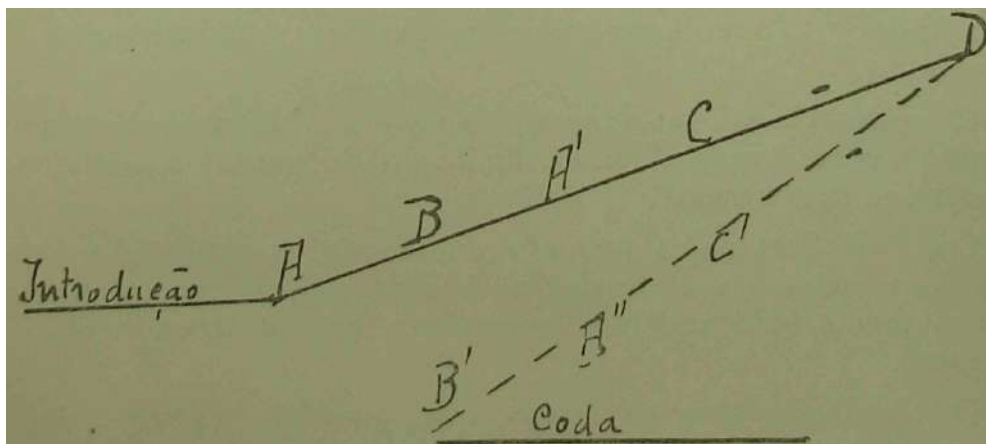
Embora a armadura indique o tom de lá bemol maior, desde a Introdução sente-se o modo menor pelo emprêgo seguido do abaixamento do 3º e 6º graus. Justificando a indicação tonal aparecem os períodos *C* e *D* e mais a Coda.

Na harmonia encontram-se elementos que provam quanto Brazílio Itiberê estava integrado com os processos da música popular e entre eles estão: a maneira de passar do modo maior para o menor dentro da mesma tonalidade e a modulação para a subdominante. Curiosidades que Mário de Andrade encontrou na modinha e apontou como matéria para criar planos tonais característicos.

N'«A Sertaneja» os períodos se encadeiam tendo como apoio, que soa quase como um refrão, o período *A*, de forma a dar ao conjunto o seguinte quadro:

Introdução — *A* — *B* — *A'* — *C* — *D* *C* *A''* — *B'* — Coda

O quadro é o de um rondo imperfeito, pois entre *C-D* e *D-C'* não se nota a volta a *A*, e cujos motivos caminham até um determinado ponto (*D*) retrocedendo logo sobre os mesmos passos:



Pela maneira por que Brazílio Itiberê realizou a peça dá a impressão que foi ao período *A* que procurou dar maior destaque, fazendo ouvir seguidamente. No entanto, pela análise, verifica-se que em *C* está o ponto mais importante, pois aí aparece o tema completo do «Balaio...». O compositor colocou-o no centro da peça, por duas vezes, sem qualquer alteração, não intercalando entre essas duas apresentações o período *A*, mas um outro, o *D*, de aparência absolutamente nova, mas que ainda é uma variação, e das mais amplas, do tema gerador.

Neste ponto pergunta-se: o que é «A Sertaneja»?

Rapsódia, como a têm classificado, Fantasia ou Variações em Rondo?

Em relação a cada uma destas formas, a peça apresenta falhas que não permitem a classificação pronta e exata. Mas se o enquadramento não pode ser justo, e isso acontece até em obras de mestres a aproximação sempre é possível.

Há quem a veja rapsódia, embora o autor a considerasse uma fantasia. Na rapsódia há absoluta independência entre os trechos que a compõem, geralmente pouco ou mesmo sem desenvolvimento procurando apenas o pitoresco e o imprevisto, o que não impede a *realização*, no gênero, de obras com formação mais sólida.

N'«A Sertaneja», mesmo levando em conta os dois temas insertos na obra de Sant'Anna Nery, a classificação como rapsódia não é aceitável, visto os trechos, sendo apresentações modificadas de um tema único, fugirem a essa independência e por conseguinte não se enquadrarem no tipo.

Da forma de variações em rondo há aproximação pelo fato de todos os motivos terem como base a linha melódica de um tema só sendo um deles repetido seguidamente à maneira de refrão. Mas na variação o tema condutor aparece em primeiro lugar, claramente exposto enquanto n'«A Sertaneja» o tema condutor está no centro da peça servindo às variações que o precedem e sucedem como uma espécie de moldura. No entanto todos os períodos são variações do tema aproveitado.

O autor classificou-a como fantasia. Na fantasia também há um plano para seguir: Temas, limitação de períodos distintos, caráter contrastante dos mesmos.

Ora, «A Sertaneja» tem afinidades com a variação e com a fantasia, mas nenhuma em relação à rapsódia, porque, embora sejam ouvidos temas independentes sucessivos, esta independência é apenas aparente.

Da variação tem os temas que guardam estreita dependência com um determinado motivo, tomado como base para os demais (variação sob vários aspectos); do rondo a seqüência de motivos que

voltam sempre a um outro, que soa como refrão. N'«A Sertaneja» isso é imperfeito, pois na parte contrai esse motivo-refrão não aparece por duas vezes.

Da fantasia tem os temas contrastantes, os períodos distintos, mas a dependência de formação dos motivos contraria a classificação.

Fugindo à severidade da forma, o compositor enveredou pelo terreno livre, criando um tipo de *variações quase em rondo*, visto o plano sofrer interrupção no centro da peça. Mas desde o momento que o autor teve o cuidado de classificar a composição como fantasia característica é fora de dúvida que não pensou em planos clássicos. Mas a verdade é que, ainda uma vez, Brazílio Itiberê se mostrou absolutamente coerente com seu tempo, pois a forma do rondo está na música da época, na obra dos mestres do Romantismo e com as mesmas irregularidades; está na produção de músicos categorizados e naturalmente na do amador. Nesse ponto pode-se notar a influência da música de classe sobre a popular, muito embora seja fato comprovado que a forma não depende da formação acadêmica. Ela é livre, resulta da lógica de criação.

Em relação à época verifica-se que a forma de rondo predominou na totalidade das manifestações musicais. No Brasil ainda é encontrada nos princípios deste século, como se pode notar na obra de Ernesto Nazareth.

Brazílio Itiberê da Cunha, por certo, afinava com as normas vigentes em seu tempo, mas sua musicalidade e inteligência abriram-lhe caminhos mais amplos, tanto que de um tema simples fez uma obra cujo interesse perdura um século depois de seu lançamento.

Bibliografia consultada:

- ALVARENGA (Oneyda): Música Popular Brasileira — Ed. Globo, 1950, Rio.
 ANDRADE (Mário): Ensaio sobre a música brasileira — Chiarato, S. Paulo. 1928.
 GALLET (Luciano): Estudos de Folclore — C. Wehrs, Cia. Rio, 1934.
 LEVY (Alexandre): Poliantéia publicada p/Gazeta Musical, Rio, 1892.
 MAGALHÃES Pinto (A) : Cantigas das crianças e do povo e Danças populares do Folclore brasileiro — F. Alves e Cia., Rio, s/d.
 MELLO (G. T. Pereira): A Música no Brasil — Tipografia, S. Joaquim, Bahia, 1908.
 PEREIRA da Costa (F): Folk-lore Pernambucano — R.I.H.-GB. vol. 70, Rio, 1908.
 REZENDE (C. Penteado): Tradições musicais da Faculdade de Direito de S. Paulo — Ed. Saraiva, S. Paulo, 1954.
 ROMERO (Sylvio): Cantos populares do Brasil — J. Olympo, Rio, 1954.

Ciências Humanas

TEMPO, ÓCIO E ARTE: REFLEXÕES DE UM LATINO-AMERICANO EM FACE DO AVANÇO DA AUTOMAÇÃO (*)

GILBERTO FREYRE

VEMOS hoje num ritmo tal de desenvolvimento tecnológico que não é bastante, nem ao homem de ação nem ao de estudo, que considerem problemas das suas ciências ou das suas indústrias, da sua política ou da sua engenharia, fixarem sua atenção apenas no que êsses problemas apresentam de atual, de imediato, de estritamente moderno. O prestígio desta palavra — moderno — é um prestígio em crise.

Em crise porque é um moderno a que falta, atualmente, tempo e condições sociais para prolongar-se como moderno o bastante para se impor como um fenômeno tecnológica e sociologicamente ou filosoficamente significativo. É assim que com a valorização excessiva que se fêz de semelhante modernismo está prestes a dissolver-se a glorificação exclusiva do trabalho e do trabalhismo, como filosofia básica de civilização industrial; enquanto a arte parece pronta a, associada com outros empenhos, ao lazer, tomar, sob vários aspectos, o lugar psico-socialmente vazio, do trabalho assim glorificado. Trata-se de filosofia — a de glorificação do Trabalho — vinda do que se convencionou denominar de início de uma época moderna no desenvolvimento humano: a marcada pela emergência do capitalismo urbano-industrial e pela reação aos abusos, quer no plano econômico, quer no social, desse sistema. Época quase de todo ultrapassada. Daí, com a crescente automação, estarem sendo ultrapassadas também ideologias como a trabalhista, a laborista, a proletarista marxista. São ruídos em torno de ex-realidades já fantasmas em grande parte do mundo: o Burguês gordo e de charutão na boca; o Proletário magro e de macacão azul,

(*) Este ensaio já aparecido nas línguas francesa, inglesa, espanhola (*Diogene, Paris*) é agora publicado pela Revista Brasileira de Cultura, no original português.

todo melado de graxa de uma era agora paleotécnica: a da máquina servida, em vez de tecnologicamente, dominada pelo Homem; ou ciberneticamente orientada, segundo a mais adiantada ciência transformada em super-técnica.

Antes de prosseguirmos nestas considerações em torno do que seja ócio em relação com trabalho nas sociedades e nas economias atuais mais desenvolvidas, um pouco de semântica. Lembremo-nos que *ócio* é o positivo de que *negócio* é o negativo. O positivo é o tempo livre de trabalho, de comércio, de preocupação com assuntos apenas úteis. O negativo é o tempo ocupado exclusiva ou quase exclusivamente por essas preocupações de trabalhos e de comércio, com os ágapes rotarianos como uma expressão da predominância do senso de negócio sobre o espírito do ócio.

Quanto ao sinônimo de ócio, lazer, derivasse, como se sabe, de palavra grega que significa escola: isto é, refere-se a estudo livre daquelas mesmas preocupações utilitárias, comerciais. Ambas as palavras parecem ter desde as suas raízes implicado numa caracterização de uso não só desinteressado de proveitos econômicos, como recreativo de tempo. O que sugere suas afinidades com o sentido, também em grande parte, recreativo, da palavra arte, como significando aquela expressão de personalidade ou de grupo humano que importa em afirmação de sua criatividade: criatividade pessoal por vezes prolongada em coletiva.

Atentemos, mais, no seguinte: a palavra recreação não significa, em sua raiz, passatempo frívolo, porém contínua criação, criação repetida: re-criação. Compreende-se assim que a arte seja, principalmente desfrute recreativo ou lúdico de tempo que implique em criações, singulares ou repetidas, capazes de transmitir sentido de beleza ou visão" mais profunda que a comum, de realidade mais obscura, atingida pioneiramente por artistas ou por indivíduo de gênio, e transmitida espectadores, ouvintes, leitores, seus contemporâneos e, em vários casos também a seus pósteros.

Quanto a lúdico não é preciso que se recorde aqui ser palavra que vem do latim *ludus*, que significa brinquedo. Quem desfruta lúdicamente o tempo brinca com o tempo, no sentido de gozá-lo re-criando-se, quando não criando.

O problema das relações entre ócio e trabalho em economias e sociedades modernas é preocupação cada vez maior de sociólogos tanto quanto de homens de governo e de homens de empresa e de educadores.

São cientistas sociais da responsabilidade de um Ernest W. Burgess que se pronunciam sobre o assunto reconhecendo estarmos de fato no fim de uma época de que a motivação predominante de vida foi o trabalho e no início de outra época em que o gozo do lazer é que começa a ser o motivo central de vida. Trata-se nada menos do que de uma revolução. Mas revolução que não parece implicar, como pretendem os retardatários que se extremam na glorificação da figura

do chamado proletário sobre o chamado burguês, na extinção do capitalismo e sim na sua provável substituição pelo que se vem denominando capitalismo cibernético que, modificado pela automação e reinterpretado por Keynes, supera de tal modo a filosofia do «laissez-faire», que aceita a presença do Estado nas atividades econômicas. Esta presença, porém, não para dirigir mas para regular tais atividades, no interesse geral, visando menos a cura que a prevenção de crises ou de desajustamentos entre produtores e mercados, já que as crises nas relações entre o chamado Capital e o chamado Trabalho, tendem, com a automação, a se tornarem quase impossíveis com a crescente presença do trabalhador, sob o crescente aspecto de técnico, nas organizações industriais de produção e de transporte.

Temos todos — homens de ação e homens de estudo atuais — que considerar, em vários problemas aparentemente modernos, as projeções desse futuro quase presente, sobre eles, problemas efêmeramente modernos. Esta a exata situação do homem de hoje em face do que seja moderno tanto na sua ciência como nas suas técnicas: é um moderno efêmero.

Um problema à base de vários desses problemas que sendo modernos são também, por antecipação, pós-modernos, é o da transição, em que parte considerável do mundo já se encontra, de uma civilização mecanicamente industrial, em que o problema máximo foi — ou é ainda em algumas áreas — o da organização do trabalho, nas indústrias, para outra, supra-industrial, em que o problema máximo começa a ser o da organização do lazer entre as populações das áreas mais adiantadamente industriais. São populações, essas, responsáveis, em várias categorias, pelo funcionamento de indústrias em vias de passarem do estado de simples mecanização ao de arrojada automatização.

A repercussão dessa revolução tecnológica será imensa no plano da organização de relações de caráter econômico entre os homens. Mas será igualmente imensa no plano psico-social das relações interumanas; no plano cultural dessas relações; nos estilos de convivência humana; nos objetos em que se rixará a preocupação, a criatividade, a atividade lúdica do homem — quer do médio, quer do estética ou intelectualmente superior. Não há exagero algum em esperar-se desse novo tipo de civilização um tipo também novo de homem; e das suas relações com a arte, um novo tipo de relações.

Podemos até contar com a revalorização de certas expressões atuais de comportamento humano que, de serem consideradas principalmente defeitos, — defeitos latinos em contraste com virtudes anglo-saxônicas, em alguns casos — poderão vir a ser consideradas menos defeitos do que virtudes. Há Píreus no tempo semelhantes aos Píreus no espaço, dos quais não cogitou Pascal e sobre os quais deixou de escrever Montaigne. Nem por isto deixam esses outros Píreus de ser realidades. O ardor excessivo no trabalho incessante, por exemplo, está entre virtudes a pique de se tornarem defeitos. O

ata na conquista da fortuna, de sucesso, de prestígio social, pelo trabalho assim absorvente, com sacrifício de outras expressões de vida no indivíduo e das suas relações com a comunidade, é outra virtude em estado de crise aguda.

São virtudes, essas, e algumas outras, que já não se apresentam inteiramente como virtudes, aos olhos do sociólogo ou do psicólogo social que, alongado em filósofo social, considere as crescentes projeções sobre os atuais estilos de convivência humana, da crescente automação e do crescente aumento de média de vida entre os homens, tornando o tempo-lazer muito mais largo que o tempo-trabalho. Defeitos como os dos indivíduos que trabalham sem se deixarem, porém, matar pelo trabalho e escravizar pelo tempo-dinheiro — o «time is money» dos anglo-saxões — estão a pique de poder ser, em parte, reinterpretados como virtudes, dada a relativa rapidez com que o próprio Brasil tropical — tropical e quase tropical — poderá ser atraído, de modo considerável para a automação; e com que o próprio brasileiro, a despeito de homem situado em clima tropical (ao qual se vem associando, além de uma patologia, que seria inseparável desse clima, um pendor, também inseparável, segundo alguns, da gente do trópico, para a inatividade, volutuosa ou não), poderá graças aos avanços de ciências médicas, higiênicas, sanitárias, ter prolongada a sua média de vida tanto quanto essa média já se acha prolongada nos Estados Unidos e no Norte da Europa: nos países de clima frio, de civilização industrial à base de incessante atividade na grande maioria dos seus habitantes, de religião ou de ética, principalmente Protestante, na sua expressão mais ou menos Calvinista, glorificadora do trabalho útil e remunerado e detratora do tempo inocupado e nem sempre remunerado.

Sucede que caminhamos precisamente, com a crescente automação, para uma época de imenso tempo desocupado: de preponderância desse tempo sobre o ocupado, identificado com o ganho, a remuneração, o trabalho produtor de riqueza individual e não apenas de bem estar coletivo. É assunto, este, que já versei perante um auditório brasileiro constituído principalmente por líderes industriais e por líderes operários. Venho hoje feri-lo de nôvo, em artigo de revista, para um público mais amplo considerando aspectos do mesmo problema sob pontos de vista de possível interesse para aqueles que, em vários países, começam a viver ou breve viverão, senão em cheio, quase em cheio, a maior parte da sua vida, numa época de imensa preponderância do tempo desocupado sobre o ocupado.

Pode-se prever uma democratização de nôvo tipo nas relações interpessoais que venha a ser, senão trazida, favorecida, por esse crescente tempo desocupado, ou livre, para todos os componentes de uma sociedade de tipo industrial cuja técnica de produção e cujo regimen de trabalho passem de mecanizados para automatizados, tendo por conseqüência a automação. Isto porque a tendência em sociedades desse tipo vai ser provavelmente no sentido de cada sociedade suprir os seus componentes de espaços para recreação e para lazer e de

facilidades recreativas ou lúdicas de diferentes tipos, permitindo a mais ampla liberdade de escolha de recreações da parte dos mesmos componentes. Sendo assim, é de esperar que, nesses espaços recreativos, prováveis substitutos, em escala mais larga, dos atuais clubes recreativos e esportivos, misturem-se indivíduos de procedências diversas, quanto às suas categorias nos seus respectivos lugares de trabalho — a categoria empresarial a burocrática, a técnica — e de vários graus de qualificação. Também dos dois sexos e de diversas idades.

Reunidos por gostos idênticos quanto ao modo, da sua livre escolha, de gozarem o tempo livre, o lazer, o ócio desprendido de negócio, nesses espaços recreativos, a associação desses indivíduos de procedências, categorias e idades diversas e dos dois sexos, possivelmente se verificará antes à base de tais preferências de caráter lúdico do que do prolongamento, nos mesmos espaços, de categorias hierárquicas em vigor nos espaços de tempo ocupado. Teríamos, assim, a tendência para um reajustamento de relações interpessoais, nos espaços recreativos, capaz de retificar desajustamentos causados por divisões de caráter hierárquico em espaços de trabalho. Uma tendência saudavelmente democrática sem que, em tais casos, a democratização de relações interpessoais importasse no desconhecimento de diferenças de aptidões, de inteligência, de capacidade de aprofundamento no estudo e no saber, dos diferentes membros de um complexo industrial, sabido, como é, que, no lazer e nas atividades lúdicas que preenchem o tempo ocioso, podem se verificar aproximações e se definir afinidades entre indivíduos desiguais no grau de inteligência, no saber e na cultura. São célebres as amizades que se têm formado, entre indivíduos assim desiguais — e essa espécie de desigualdade é provavelmente irreduzível entre os homens, por motivos antes biológicos do que sociológicos — reunidos, durante meses ou semanas, para eles memoráveis, pelo mesmo gosto ou entusiasmo em torno de aventuras ou experimentos de pesca, de caça, de navegação, de alpinismo, de colheita de plantas agrestes em matas ou florestas, de criação de canários, de gaios, de galinhas de raça. A tourada tem sido um desses gostos lúdicos, comuns a indivíduos de camadas sociais diversas, entre latino-americanos.

Destaque-se, a esta altura, de *automatização* — isto é, «mecanização avançada», «substituição progressiva do trabalho humano pela máquina», como a define o Professor Wilson Batalha, à página 15 do seu «*Automação, Segunda Revolução Industrial*», publicado em 1961 em *Cadernos da Indústria* (Rio de Janeiro) — que se distingue hoje da *automação*, em que a substituição vai além, não apenas de trabalho, mas de controle: o controle humano substituído pela super-máquina. Tanto um como o outro processo tendem a concorrer de tal modo para o aumento de tempo livre nas sociedades industriais que essa dilatação de tempo livre é já forte motivo de inquietação para industriais, sociólogos, juristas, psiquiatras, educadores, líderes religiosos. Refere-se ao assunto João XXIII. «*Automatarias operationes*» é como a automatização é considerada no texto latino da sua monumental *Mater et Magistra*.

Na Grã-Bretanha pareceu-me, na última vez que lá estive, haver excessivo receio das conseqüências sociais da automação sobre o sistema britânico de economia industrial. Na República Federal Alemã, não me impressionou a inquietação dos seus líderes em torno do problema: preocupam-se com êle mas não o consideram de aspectos principalmente negativos e sim positivos. Em 1967, fui convidado a participar num dos maiores centros industriais dos Estados Unidos - Corning Glass — de um conclave de homens de ação e de homens de estudo em que um dos temas considerados pelos organizadores de tão interessante reunião — da qual participaram, ao lado de industriais como David Rockefeller, e de líderes operários, homens de estudo da eminência de Julian Huxley, John dos Passos, Raymond Aaron. *Salvador de Madariaga* - foi o dos prováveis efeitos da automação sobre sociedades industriais supra-desenvolvidas. É claro que o que mais parece inquietar certos líderes industriais e certos homens de governo preocupados atualmente com o problema da automação e a possibilidade de, com a intensificação desse processo de produção, desenvolver-se, nas mesmas sociedades, o desemprego. A verdade porem, e que, se com a automação, diminuem as oportunidades de trabalho para os operários não-qualificados, aumentam essas oportunidades para os qualificados, aumentando também, com o aumento de qualificação e de responsabilidade, a participação de técnicos de um novo tipo e de vários graus — pois a figura convencional do operário tende a desaparecer — no trabalho industrial de produção. E claro — advertem estudiosos do assunto — que, alargando-se com a automação, com a maior utilização da energia atômica, com as possibilidades que se abrem ao homem para obter produtos sintéticos por processos químicos, as possibilidades de produção industrial, alargam-se também as possibilidades de aproveitamento de técnicos de vários graus em novas indústrias. Claro é, também, que, com o aparecimento de novas indústrias ao lado das tradicionais, será necessário que esses dois tipos de indústrias se harmonizem, quer através de novas formas de planejamento, em que colaborarem com os elementos empresariais e manageriais os técnicos, quer através de intervenções em conflitos de atividade econômica da parte de governos que, vigilantes pela predominância do interesse geral sobre os particulares, não se excedam dessa vigilância, passando ao dirigismo mais ou menos totalitário de que as conseqüências podem ser — ou são, sem dúvida — válidas em certos setores de atividade técnico-econômica, ou política e militar; mas não nos de vida psico-social e de criatividade cultural mais amplos. Os exemplos da União Soviética e da China Popular parecem a alguns observadores ser, neste particular, muito expressivos. São países em que, com o tempo dos homens dirigido por um Estado interessado principalmente — em sua fase atual de reconstrução — em trabalho útil, das populações, a esse Estado, e na recreação de tal modo ideologicamente condicionada que seja, também ela, atividade a exclusivo serviço do Estado totalitário, as artes têm — várias delas — declinado e com essas artes, quase todas as ciências e quase todos os estudos

menos relacionados com o desenvolvimento tecnológico dos mesmos países. Aqueles avanços se tem verificado, na Rússia Soviética, de modo notável, em setores técnico-científicos; em estudos de física e de química agrária, principalmente. Sua arquitetura, porém, do mesmo modo que sua pintura, sua escultura, sua música para não nos referirmos à sua literatura, à sua filosofia, à sua sociologia, apresentam-se, segundo vários observadores deficientes em arjos de criatividade e de livre originalidade. Sendo assim, parece que a Rússia — ou a

União soviética - vem caminhando para a época de automação preparando espectadores para espetáculo, jogos e concertos dirigidos pelo Estado e sem cuidar de prepará-los para um diversificado uso de tempo livre que, resultasse, em alguns setores, e da parte de alguns indivíduos em criações ou expressões de caráter artístico, condicionadas por uma diversidade possivelmente anárquica.

Mas não será a automação — já adiantada nos Estados Unidos, nas áreas mais industriais da Europa Ocidental e na própria União Soviética — tecnologicamente tão avançada — assunto de interesse apenas platônico para países ainda em grande parte, técnica e economicamente subdesenvolvidos, como o Brasil? Como os da América Latina situada em espaço tropical? Parece que não. Lembremo-nos de que num mundo em que grande parte de lavouras e de indústrias dependia de trabalho escravo como o mundo do meado do século XIX, verificou-se quase repentina propagação do sistema de trabalho a áreas onde se supunha que o regimen de trabalho escravo se prolongasse até os últimos anos daquele século e possivelmente até os primeiros anos do XX. O plano de gradual extinção do trabalho escravo no Brasil baseava-se nessa relação de tempo: relação que fracassou, com resultados nada vantajosos para lavouras e indústrias, ainda demasiadamente dependentes, no Brasil da segunda metade do século XIX, do então crescentemente arcaico braço escravo.

O mesmo pode suceder com o modo por que venha a comunicar-se a áreas brasileiras de alguma indústria, como o próprio Nordeste, o sistema automatizado de produção industrial e a própria automação, criando de repente problemas de transição de um tipo de trabalho para outro que apanhem de surpresa líderes industriais, homens de governo, educadores. Digo educadores porque cada dia se torna mais evidente a necessidade de reorientar-se a educação de jovens e dos próprios adultos, da era que o mundo começa a viver em suas áreas mais industrializadas, a fim de que essa educação deixe de ser, quando técnica, para funções especializadas relacionadas com o manejo de máquinas ainda demasiadamente dependentes de trabalho humano. Semelhante especialismo não o quer nem o reclama a automação. Reclama maior responsabilidade técnica e dentro dessa maior responsabilidade mais amplo conhecimento, pelo técnico, de várias funções do sistema de produção industrial a que se ligue e não de uma só. Como, porém, a responsabilidade, assim alargada terá de exercer-se num número muito menor de horas de trabalho industrial, a educação

do homem pós-moderno que se destine a esse tipo de trabalho é problema do qual já é tempo de andarem governos e homens de empresa, até em países como o Brasil, tendo em vista esta realidade que do futuro já se projeta sobre a atualidade, em áreas industriais de vanguarda: começamos a viver uma época de civilização mais de lazer do que de trabalho. O homem pós-moderno precisará de ser educado — por mais fantástico que isto ainda pareça à maioria da gente de hoje — mais para o lazer do que para o trabalho. E dessa educação tende a fazer parte uma educação artística que habilite o indivíduo a encher o seu tempo desocupado com atividades lúdicas ou criadoras — criadoras e não apenas espectadoras — de caráter artístico.

Daí um pensador da lucidez do Professor Sidney Hook sugerir, no seu recente *Education for modern man*, que o problema da educação de caráter criador deslocou-se do plano em que a criatividade estimulada pela educação, vinha se associando ao preparo de homens segundo vocações específicas, para o de preparação dos homens para o uso de lazer em sociedades automatizadas. Lembra o Professor Hook que já se verifica há alguns anos o fato de os técnicos em eletrônica na cidade de Nova York trabalharem apenas vinte horas por semana. O problema para o educador é: o que vão fazer com o seu imenso tempo livre técnicos dessa e de outras especialidades que venham a trabalhar apenas dez horas por semana? É certo que se prevê que à crescente redução de horas de trabalho industrial se junte verdadeira multiplicação do que Hook chama «oportunidades vocacionais», embora duvide que essas oportunidades, à proporção que aumentem os desenvolvimentos tecnológicos, se ampliem em posições que permitam, pelo seu grande número, completo aproveitamento dos indivíduos mais capazes pela sua mais alta instrução e pelo seu mais elevado saber de nível universitário. Nesse nível talvez venha a verificar-se um desajustamento entre o que outrora se chamava oferta e procura. De qualquer modo, porém, impõe-se o desenvolvimento de um tipo de educação que prepare não só indivíduos de quem as indústrias reclamem cada dia menor número de horas de trabalho, como indivíduos que dificilmente serão aproveitados, com vantagem econômica para eles e para o sistema social de que sejam membros, em posições adequadas ao seu saber ou à sua instrução de nível superior, para o lazer, o ócio, o tempo desocupado, em que passarão a viver. É provável que nesse novo tipo de educação os estudos humanísticos venham a recuperar, sob novos aspectos, sua importância, ao lado dos científicos. Provavelmente, também, que se desenvolva a educação não só para as artes superiormente criadoras como para as artesanais que, numa sociedade industrial de abundante tempo livre para todos os seus membros, são atividades que tendem a ser notavelmente valorizadas ou revalorizadas.

Sendo assim, talvez, haja certo simplismo sociológico no clamor do Professor Uslar-Pietri, ao qual se junta o do Professor Cosío Villegos — dois brilhantes professores latino-americanos — por um novo tipo de educação para a América Latina que se liberte de elementos,

segundo eles, parasitários, concentrando-se em ser educação científica e técnica. Para esses dois críticos do regímen de educação atualmente predominante na América Latina, o que há de mais alarmante nesse regímen é o fato de, ainda agora, numa universidade tipicamente latino-americana, como a Nacional, do México, haver sete mil estudantes de Direito para apenas mil de engenharia e cento e cinquenta de física. Mas esse desajustamento da *realidade* seja transitório. Os elementos humanísticos no estudo do Direito não são todos parasitários se os considerarmos sob o critério de uma educação que venha a ser

adaptada às sociedades já automatizadas em que os empresários, os técnicos e os cientistas, reclamados por um tipo industrial democrático de civilização, ao seu saber relativo a máquinas, a operações automatizadas e a processos químico-sintéticos, precisem de acrescentar outro — humanístico, artístico, religioso — que os habilite a viver o tempo desocupado que a técnica e a ciência lhes começa a proporcionar com tanta largueza.

Não só que os habilite a viver esse tempo lúdicamente, criadoramente, saudavelmente: também que os habilite a impedir que seu sistema político-industrial se aproxime dos totalitários através de excessos daquele planejamento político-econômico que, até certo ponto, a automação exige dos dirigentes, quer do governo, quer das indústrias, numa sociedade automatizada.

Sobre *este* ponto é bom que se leia o que tem a dizer no seu *Liberal Education in an Industrial Democracy* (1957), o Professor Mortimer Adler, sem nos esquecermos do que adverte o já citado Sidney Hook: o primeiro, neo-tomista na sua filosofia social; o segundo, discípulo de John Dewey. Hook salienta dos indivíduos de formação exclusivamente científica e técnica, que são, quase todos, pouco sensíveis aos valores e à defesa dos valores democráticos, inclusive a liberdade de criação artística e de ideais, políticos e culturais da sociedade em que vivem. Daí destacar que as vozes que hoje se levantam em algumas das modernas sociedades de indústrias em processo de automatização — embora de agricultura terrivelmente arcaica — são menos vozes de cientistas físicos, de matemáticos e de técnicos, do que de poetas, de dramaturgos, de artistas, de humanistas. De Hook é também o reparo de ter sido o grande físico-matemático que foi Albert *Einstein* homem de idéias de todo simplistas com relação à assuntos políticos: a sua formação quase exclusivamente científica não o tornara sensível aos valores político-sociais mais necessitados de consideração e de compreensão numa democracia industrial. Daí a necessidade que educadores de hoje, dentre os mais idôneos, salientam, de uma educação para o lazer que se junte à educação para o desempenho pelos homens de um futuro já extremamente próximo de nós, de funções ou responsabilidades técnicas, e que inclua a sua iniciação, quer em artes — para que êle possa escolher a da sua preferência que se torne companheira dileta dele, em grande parte do seu tempo desocupado — quer no conhecimento de assuntos político-sociais e jurídico-políticos,

sob critério quer científico-social, quer humanístico. Pois sem êsse conhecimento, sem que se desenvolva nêles a sensibilidade a valôres libertários e democráticos através de estudos livremente humanísticos de História, de Filosofia, de Religião, de Sociologia, de Antropologia, de Economia, de Direito, os indivíduos de formação exclusivamente técnico-científica correm o risco de se tornarem, numa sociedade industrial automatizada, quase *robots* submissos a dirigentes de feitio rigidamente totalitário ou absolutamente ditatorial, de um nôvo tipo.

Que artes — artes no sentido mais amplo da expressão — tendem principalmente encher o tempo-ôcio de um homem moderno? Que artistas são por êle mais estimados ou desejados? Depende, por um lado, das tradições psico e sócio-culturais da sociedade a que pertença êsse homem moderno e, por outro, das próprias predisposições dêsse mesmo homem como indivíduo que, moderno, pode guardar dentro de si arcaísmos artisticamente significativos. Tudo indica, com relação ao Brasil, em particular, com relação à América Latina, em geral, que as tradições psico e sócio-culturais da sociedade brasileira se juntam a predominâncias de predisposições individuais no sentido de um gôsto pela arte da música — tão dos africanos e dos indígenas desta parte da América e tão da Igreja Católica, civilizadora principal dessa mesma sociedade — maior que o gôsto por outras artes. Entretanto, há tradições outras, de arte, que, dentro de um maior tempo-ôcio para um maior número de brasileiros, poderão se exprimir em atividades artísticas consideráveis. Entre essas tradições, a da cerâmica, a da escultura em madeira, a da renda, a da marcenaria, a da culinária.

Aqui tocamos num ponto merecedor de atenção especial. É êste: com o aumento do tempo-ôcio para um maior número de brasileiros, apresenta-se, sob nôvo aspecto, o problema de atividades artísticas social e culturalmente condicionadas pelo sexo puro ou pelo meio-sexo de cada um. Trata-se, nas expressões dêste último tipo, de um possível afastamento de convenções que vêm abafando vocações em grande número de indivíduos: vocações de homens para bordar, por exemplo; ou para cozinhar; ou para costurar. Ou de mulheres, para marcenaria ou carpintaria.

O aumento de tempo-ôcio, numa civilização em que homens e mulheres se encontrem livres para dispor da maior parte do seu tempo, segundo suas predisposições mais íntimas, pode resultar em forte modificação nas convenções de rígido condicionamento de atividades artísticas pela suposta expressão sócio-cultural do sexo do indivíduo apenas em determinado sentido. Poderá o indivíduo do sexo masculino, dono dêsse maior tempo-ôcio, sentir-se livre para utilizá-lo na satisfação fora dê quadros rigidamente profissionais e rigidamente sexuais de atividade, de desejos nêle reprimidos pelo império das convenções dominantes; e entregar-se com todo o gôsto e até todo o afã à arte de bordar ou de fazer renda; ou de cozinhar; ou de inventar novas combinações de doces; ou de costurar. O mesmo poderá acontecer, em sentido contrário, à mulher, que poderá dedicar-se, dentro de um maior tempo-ôcio,

a artes a que se sinta inclinada, em desacordo com as convenções dominantes com relação ao que seja atividade profissionalmente masculina ou atividade profissionalmente feminina. A desprofissionalização dessas atividades criará, provavelmente, condições favoráveis a uma maior liberdade na satisfação, por indivíduos dos dois sexos, e de meio-sexo, de desejos de caráter artístico, neles abafados por convenções mais ou menos tirânicas, ainda fortes em sociedades modernas, segundo as quais determinados trabalhos são próprios apenas de um sexo e vergonhosamente impróprios de outro.

Também é de esperar-se que, com o aumento de tempo-ócio, se acentue nas universidades, em cursos quer de artes, quer de ciências, a presença de indivíduos já idosos, dos dois sexos. Há muito de convencional na idéia de ser a universidade apenas para jovens; e de o aprendizado de artes, assim como o de ciências, constituir um privilégio de adolescentes e de moços. Não constitui.

A cada ano maior extensão de média de vida humana, que é um dos fenômenos mais significativos da nossa época, começa a dar a numerosos indivíduos um período de quase completo ócio entre as idades de 65 a 75 anos, que vários deles vêm aproveitando para o aprendizado de ciências e, principalmente de artes, em cursos universitários, quer regulares, quer de extensão. Sabe-se de Winston Churchill ter, já homem de idade proveta, começado a dedicar-se à pintura. Vários são os indivíduos idosos que, aposentados ou jubilados nas suas profissões, vêm adquirindo, em cursos universitários ou por correspondência, conhecimentos de jardinagem e horticultura e, à base *desses* conhecimentos, constituindo-se em rivais de especialistas no cultivo, em suas chácaras ou quintais, de orquídeas, de rosas, de hortênsias: ocupações de um acentuado caráter artístico, lúdico, recreativo. O ex-Governador Carlos Lacerda, sem ser já homem de idade plenamente proveta, constituiu-se num cultor sistemático, durante os seus ócios, de rosas que sabe fazer desabrochar de seus jardins de modo verdadeiramente artístico. E não nos esqueçamos desses quase artistas que dedicam o seu tempo ocioso a colecionar obras de arte: obras de arte que, a certa altura, são incorporadas a museus com grande vantagem para o grande público. Foi o que sucedeu com as preciosidades que Guerra Junqueira passou todos os seus ócios a colecionar, viajando, montado bíblicamente num burrico, por velhas estradas rústicas de Portugal e da Espanha. Estão hoje, essas obras de arte, num museu do Porto, dirigido por uma filha do poeta-colecionador.

Vários dos chamados «hobbies» têm o seu que de atividade artística a encher tempo ocioso: antigo professor de Economia Política da Faculdade de Direito do Recife dedicava seus ócios a duas pequenas porém difíceis artes muito diferentes da ciência da sua especialidade: a arte de consertar relógios e a arte de verter para o português trechos de clássicos latinos. Enquanto de outro mestre da mesma Escola se sabe que vem consagrando os seus lazes à arte da poesia.

Do que já pode e deve cuidar toda universidade que se preocupe não só do tempo presente como desse tempo - considerado por alguns estritamente presente — projetado em futuro próximo, dentro do intenso ritmo em que, nos nossos dias, esses dois tempos se interpenetram, é de facilitar aos estudantes de diversas especialidades a iniciação, quer em estudos cívicos e sociológicos que habilitem especialistas ou técnicos a estimar, em democracias, os valores de que essas democracias vivem e que são valores de execução ou de aplicação ao cotidiano político-social ou economico-social menos simplista que a aplicação a esse mesmo cotidiano de flores totalitários, quer em estudos das mais diferentes artes recreativas, lúdicas religiosas, solidaristas, umas, individualistas, outras. É preciso que o técnico em Direito ou em Medicina ou em Engenharia seja iniciado, durante a sua formação universitária, num conhecimento de artes varias — pintura, escultura, musica, marcenaria, cerâmica, carpintaria, construção culinária — que o habilite a escolher uma, de sua preferencia, em que se inicie; e que assim adquirida venha a ser companheira sua no tempo-lazer, habilitando-o até, em alguns casos, a ganhar algum *sutplus* com sua arte lúdica. O útil acrescentado ao agradável.

Noutros casos, será uma arte que desempenhará para o indivíduo que a adquira e encontre nela agradável companheira durante o crescente tempo-lazer que vai caracterizar a civilização pos-moderna já quase diante de nós, o papel saudavelmente psico-cultural de uma laborterapia: um resguardo, portanto, desse indivíduo e da sociedade particular a que êle pertença, do perigo — de que já hoje ha evidencias de existir em sociedades como a sueca, célebre tanto pela sua quase perfeição econômico-social ou tecnológico-social como pelo número de suicídios entre sua gente — da insipidez, da monotonia, do tédio de vida sempre que o homem não sabendo matar o tempo — o tempo desocupado — cujo excesso o oprime, mata-se a si mesmo.

LIMITES DO BRASIL NA AMAZÔNIA

DENSIFICAÇÃO DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA DAS FRONTEIRAS. AÇÃO DO EXÉRCITO, MARINHA E AERONÁUTICA

ÁLVARO TEIXEIRA SOARES

1. DO TRATADO DE MADRID AO "UTI POSSIDETIS" DE 1810

PARA se estudar a evolução do processo histórico, diplomático e jurídico da definição das nossas fronteiras na Amazônia, é evidente que temos de partir do Tratado de Madrid, de 13 de janeiro de 1750, porque até então a raia fronteiriça era teórica.

A impetuosa expansão promovida pelos Bandeirantes, sempre apoiada pelas autoridades portuguesas, mesmo durante os sessenta anos de união das coroas de Portugal e Espanha no tempo dos Filipes de 1580 a 1640, alarmou as autoridades espanholas do Alto Peru.

A fundação em 1680, na riba setentrional do estuário platino, da Colônia do Sacramento por Dom Manuel Lobo em obediência a ordens emanadas de Dom Pedro II, rei de Portugal, e a subsequente Instituição da Capitania d'El-Rey, no reinado de Dom João V, depois Província de São Pedro do Rio Grande e, na República, Rio Grande do Sul, demonstraram que a expansão portuguesa na América do Sul cumpriu dois propósitos fundamentais:

- 1) a busca dos limites arcaicos ou naturais; e
- 2) a totalização do Brasil num enquadramento geográfico dotado de continuidade territorial.

Assim, o avanço em direção à bacia amazônica com a integração da bacia Tocantins-Araguaia e a conquista dos campos gerais, do pantanal e das serranias de Mato Grosso, representou o resultado prático de um pensamento político permanente, posto em ação.

Da mesma forma, no Sul esse pensamento político, oriundo do Conselho Ultramarino e transformado em energia criadora, após a **fun-**

dação da vila de Santo Antônio da Laguna, se empenhou em vencer o grande vazio existente entre Laguna e Colônia do Sacramento. Durante muito tempo esta praça forte tão só se valeu da ligação marítima com as bases do Rio de Janeiro e de Santos. For conseguinte, abrir caminhos terrestres em direção à Colônia do Sacramento com o concomitante assenhoreio das terras intermédias, foi pensamento de alta política traduzido em ação permanente e incansável. Conquistar o dilatado Pampa e povoá-lo. Imperativo geopolítico ao qual se deve dar importância imediata. Os procônules portugueses cumpriram esse imperativo geopolítico. Dirá Moyses Vellmho, numa bela síntese, em sua *Capitania d'ELRey*:

«O pampa, que tudo absorvia e escondia na sua imensidade___a obstinada resistência dos nativos, a rebeldia dos mestiços, o ressentimento dos desajustados e os aventureiros, e os desertores, e os criminosos — foi o grande aliado, o cúmplice das turbas gauchescas que tanto tumultuaram as províncias do Prata».

Debruçando-se um diplomata, um historiador, um geógrafo, um engenheiro, um militar e um sociólogo sobre o mapa do Brasil, que sentem ao estudar o passado? Por certo, uma profunda emoção de grandeza ante a obra realizada pelos nossos Maiores naquela época turbulenta de expansão territorial e de consolidação da Coroa de Portugal em terras americanas. O passado não é cemitério. O passado é uma soma prodigiosa de energias latentes que descortinam caminhos novos aos porvindouros. Esta é a lição da História.

Muitas e muitas vezes em conversa com historiadores honestos do Uruguai, da Bolívia, do Peru e da Colômbia, se me foi proposto este problema fundamental: — como se explica que um país pequeno, que já não era mais a grande potência marítima de quinhentos, houvesse conseguido com uma tenacidade extraordinária realizar um plano de avassalamento de terras que pode figurar na história moderna como um dos mais singulares ensinamentos da Geopolítica aplicada à rugosa realidade?

Respondi-lhes que, por mais curioso que possa parecer, Portugal sempre tivera um sentido diplomático muito mais agudo que a Espanha. O historiador uruguaio Francisco Bauzá, estudando os acontecimentos do século XVIII ocorridos no Prata e cristalizados na luta pela posse de Colônia do Sacramento, escreveu com azedume:

«La diplomacia espanola se mostro completamente inepta con relación a Portugal. Nunca se vió un cúmulo más abultado de errores, que los de la Corte de Madrid en sus negociaciones con la de Lisboa. Unas veces por temor a complicaciones con Inglaterra, y otras por indolência, se dejó arrebatat inmensas zonas en el Continente, a pesar de las advertências repetidas de los gobernadores y virreys que se cansaban de

señalar los peligros y su remedio». (*Historia de la dominacion espanola e ei Uruguay*», Montevidéo, 3ª edição, 1929, pagina 491) .

O segundo motivo residiu em que a administração colonial portuguesa, tendente a um rígido unitarismo, contrastou com a administração castelhana, propendente à paralização administrativa. A América portuguesa consolidou-se numa so unidade. A América espanhola dividiu-se no período colonial em Vice-reinos e Capitánias. A matriz histórica dessas divisões alentou a vida das futuras nações hispano-americanas .

Internacionalmente, a Amazônia brasileira aparece pela primeira vez nas difíceis negociações do Congresso de Utrecht, de 1712 a 1715. Dom Luís da Cunha, sucessor na chefia da Missão diplomática em Londres do Visconde de Fonte Arcada e que seria o maior diplomata de Portugal no seu tempo, e o Conde de Tarouca (Teles da Silva), plenipotenciários de um país sem poderio militar-naval e que antes vivia em «apagada e vil tristeza», enfrentam com habilidade a Espanha, França e Inglaterra. Propósito fundamental da diplomacia portuguesa: não só consolidar a posse na foz do Amazonas, como evitar que franceses aumentassem seu território da Guiana à custa das Terras do Cabo do Norte, assunto que motivara a notável resposta do Secretário de Estado Roque Monteiro Paim ao Embaixador de França em Lisboa em 30 de julho de 1699 («Rev. do Instituto Histórico, vol. VI, 1844, pág. 266) . Evitar que a Inglaterra, aliada de Portugal, mas vencedora da Guerra da Sucessão d'Espanha, alimentasse quaisquer veleidades amazônicas. Nação vencida, a França tinha fôlego de gato. Quando os representantes das províncias Unidas, Buys e Van der Dussen, vestidos de preto como puritanos, entraram com fortes exigências contra a França, receberam do Abade de Polignac, negociador francês e sucessor de Bossuet na Academia francesa, a seguinte resposta: «*On voit, Messieurs, que vous n'avez pas l'habitude de vaincre.*» Que valia Portugal através dessas difíceis negociações? A motivação política portuguesa tão-sòmente poderia radicar-se no talento dos seus negociadores, que foram pacientes e finos, opondo contra-astúcia à ação dos «grandes». Foi o que aconteceu em Utrecht. Mas, Bolingbroke, árbitro do Congresso, pretendia negociar com Portugal, cobrando-lhe a libra de carne de Shylock. Com a Espanha, os negócios eram lentos e difíceis e complicados, e justamente por causa da indefinição de soberanias em terras americanas.

Ao cabo, o Conde de Tarouca e Dom Luís da Cunha puderam escrever de Utrecht o que se segue a Diogo de Mendonça Côrte-Real, Secretário d'Estado de El-Rey Dom João V:

«O tratado que remetemos a V.M. nos deixa o grande gosto de entender que S.M. que Deus guarde foi bem servido pelas razões seguintes. Tudo o que pretendíamos da **Fiança**

a respeito do Maranhão, era a desistência das terras do Cabo do Norte, e não se esperavam dantes mais que aquelas em que se achavam os Fortes de Araguan e Camaú; mas agora nos ficam cedidas sem alguma limitação, antes com grande aumento de nos darem em propriedade toda a margem setentrional do rio das Amazonas; e na verdade que, se quisermos intentar o comércio por este rio, como já se mostrou que era fácil, chegando as tropas portuguesas até o Quito e vizinhança do Mar do Sul, podemos julgar de suma importância ter esta porta franqueada no Peru, a qual El-Rey de França reconhece que nos toca, e lha fechamos a êle suposto que nem para uma, nem outra circunstância tivéssemos ordem» (Eduardo Brazão. *Portugal no Congresso de Utrecht*, Lisboa 1934, pág. 99).

Assim, os plenipotenciários portugueses no Congresso de Utrecht indicavam ao Rei de Portugal a factibilidade do caminho para Quito e daí para o Mar do Sul (Oceano Pacífico).

Numa interessante «Memória sobre trabalhos históricos, desde 1750 que se podem consultar nas negociações das demarcações de limites», estudo feito em 1851 por Varnhagen, pai da nossa História, como lhe chamou João Francisco Lisboa, e por ordem de Paulino José Soares de Sousa, então Ministro dos Negócios Estrangeiros do império, e que se encontra na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Códice nº 6-24-14, o nosso grande historiador assinalou a importância das instruções secretíssimas passadas pela Corte de Madrid em 30 de outubro de 1713 ao Duque d'Osuna, seu plenipotenciário em Utrecht, a respeito da redação ambígua que convinha se desse ao artigo que tratasse da entrega de Colônia do Sacramento pelos Espanhóis. Essa redação motivou uma série de questões diplomáticas e militares na riba platina. Varnhagen assinalou também a correspondência do embaixador espanhol em Paris, Conde de Aranda, pela qual se vê que os geógrafos Bellin e Buache gravaram errado, mas com pleno conhecimento de causa, por assim dizer por ordem superior, os mapas a respeito da região do Oiapoque; e que as demoras na demarcação na Amazônia, após os tratados de Madrid e de Santo Ildefonso, que tanto desgostaram as duas Cortes, provieram da inação dos comissários espanhóis.

A obra do Congresso de Utrecht ficou, porque Portugal não foi desalojado do senhorio da foz do Amazonas, posição estratégica da mais alta importância.

Contudo, os ingleses, holandeses e franceses da Guiana, os flibusteiros e ínterlopos que subiram os rios Essequibo, Demerara e Oiapoque, procuraram penetrar nas posses portuguesas, pretendendo transpor as *serranias* do Norte (Tumucumaque, Acarí, Roraima e Parima), da *mesma* forma que os espanhóis de Nova Granada (hoje, Colômbia) e *Venezuela*,

Os problemas entre Lisboa e Madrid se tornaram tão sérios, tanto na bacia amazônica como no Prata, que a diplomacia teve de entrar em ação para evitar a possibilidade de uma guerra — tanto no Norte como no Sul. Por causa de Colônia do Sacramento já havia uma guerra intermitente *localizada*, entre Portugal e Espanha. Cada vez que Portugal perdia Colônia do Sacramento pela força das armas, recuperava-a pela ação diplomática.

Na parte final do reinado de Dom João V, justamente a partir de 1748, reconheceram as Cortes de Lisboa e de Madrid a necessidade de procurarem um entendimento definitivo.

Numa síntese geopolítica, verdadeiramente luminosa, Capistrano de Abreu explicará o desenvolvimento da «mancha de azeite» de Portugal na Amazônia:

«A rápida expansão do Brasil pelo Amazonas até ao Javari, facilitada pela direção uniforme da bacia, sempre emparelhada à linha equinocial no rumo aproximado do E.~O, pela ausência de empecilhos à navegação num rio de profundidade máxima e declive mínimo, favorecida pelos ventos que demandam as terras andinas, o avanço vertiginoso decorrente das descobertas de Cuiabá e Mato Grosso até ao Guaporé, o incremento vigoroso do Sul, intimaram a necessidade de atacar de frente a questão de limites entre possessões portuguesas e espanholas, no velho e no novo mundo, sempre adiada, sempre renascente, de interpretar autenticamente o convênio de 1494. Com este fim, os dois monarcas da península assinaram um tratado em Madrid, a 13 de janeiro de 1750». («Caminhos, etc, página 126).

Afirmou o Barão do Rio Branco com sua alta autoridade de historiador que «o verdadeiro negociador foi o ilustre paulista Alexandre Gusmão, embora o seu nome não figure nesse documento», que foi assinado pelo negociador de proa, o Visconde de Vila Nova de Cerveira. Alexandre de Gusmão, membro do Conselho Ultramarino e Secretário privado d'El-Rey Dom João V, foi considerado por Rodrigo Octavio o verdadeiro «pai do Panamericanismo», porque o Tratado de Madrid, ao estabelecer os limites naturais (cumiadas das serras ou grandes rios), determinou também que, mesmo que as Metrôpoles se empenhassem em guerra na Europa, reinaria paz entre suas colônias na América do Sul.

Pelo Tratado de Madrid, que adotou o princípio do *uti possidetis*, Portugal ficou senhor de quase 3/4 partes da bacia amazônica, mas *perdeu a* Colônia do Sacramento em troca dos Sete Povos das Missões.

Celebrado o tratado, prestou-se este a uma controvérsia pouco feliz. O brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos, que durante vinte

anos fôra governador de Colônia do Sacramento e a defendera em 1735 inexpugnavelmente de um cêrco impôsto pelos espanhóis comandados por Salcedo que durou quase oito meses e durante o qual 935 homens com 80 peças de artilharia zelaram pela honra de sua bandeira, saiu à praça com uma carta impressa para criticar a obra de Gusmão, mas não criticar o negociador ostensivo (ou figura de proa), o Visconde de Vila Nova de Cerveira; o que provava que Gusmão fôra de fato o ideador e o negociador principal, ou de retaguarda, digamos assim, do Tratado de Madrid. Gusmão replicou a Vasconcelos com uma carta notável, também impressa. As críticas portuguesas ao Tratado de Madrid consistiram principalmente em que, com a cessão de Colônia do Sacramento, Portugal perdia todo o território ao norte da cidadela, isto é, a vasta campina uruguaia. As sete aldeias dos índios com seu território circundante não valiam a praça forte, que tantos sacrifícios de sangue e de fazenda custara a Portugal. Dessarte, os espanhóis ficavam e de senhores do estuário do Prata; Portugal perdia um limite natural e ficava metido num território interno, dependente das chaves do estuário. Na Espanha, as críticas foram também muito vivas, alegando-se que a Rainha Bárbara de Bragança, espôsa de Fernando VI, pelo fato de ser filha de Dom João V, exercera influência decisiva sôbre o rumo das negociações. Dizia-se ademais que o negociador espanhol Carbajal y Lencastre se deixara envolver pela argumentação da Côrte de Lisboa, quando devia contrariá-la.

Os índios guaranis opuseram-se aos demarcadores português e espanhol (o Conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrada, desde 1733 governador do Rio de Janeiro e das Capitânicas do Centro e do Sul; e o Marquês de Valdelirios). Daí a chamada guerra guarani, que durou de 1754 a 1756, na qual foram os índios derrotados, pôsto chefiados por um cacique hábil e fanático, San Sepê, que morreu em combate.

Contudo, a conquista do Rio Grande se processou como resultado de um grande pensamento politico. Daí afirmar Jaime Cortesão que «o Rio Grande era o complemento econômico do Brasil mineiro».

Na Amazônia as posses portuguesas não foram perturbadas pelos espanhóis. A explicação disto se encontra em que os Portugueses conheciam a Amazônia muito melhor que os Espanhóis, fato que foi reconhecido em 1782 pelo Rei Carlos III d'Espanha ao inaugurar a Junta de Govêrno, em Madrid. Assim, puderam as autoridades portuguesas proceder a importantes levantamentos cartográficos, à fundação de fortes estratégicos, como Tabatinga em 1766, e ao estabelecimento de uma cortina de fortificações que se estendiam de São José de Mirabitanas ao forte de São Joaquim, que as autoridades do Império deixaram desmantelar-se, construções do tempo de Pombal, que também mandara construir as monumentais fortalezas de Macapá e do Principe da Beira, no Guaporé. O General Lyra Tavares, no seu belo livro *A Engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*, publicado

em Lisboa em 1965, assinalou o mérito excepcional desses engenheiros militares que construíram fortificações no parâmetro do Brasil.

O Tratado de Madrid foi anulado pelo tratado de El Pardo, de 12 de fevereiro de 1761- Pombal, que estabeleceu um sistema de espionagem que tinha seu quartel general em Madrid e inaugurara a «propaganda dirigida» através da Europa com sua campanha contra os Jesuítas, espalhando livros e panfletos em francês, espanhol, italiano e latim, resolveu adotar uma política de mão forte contra a Espanha: —reconquistar Colônia do Sacramento e ampliar a expansão na Amazônia. Pombal fundou três Capitânias gerais (a do Piauí, a do Rio Negro e a de Mato Grosso). Ademais, fundou umas 15 cidades à beira-Amazonas com toponímia tirada do Reino e fomentou uma emigração anual de quase 2.000 pessoas de Portugal para as paragens amazônicas. Enquanto Pombal esteve no poder, isto é, de 1750 a 1777, as posses portuguesas na Amazônia consolidaram-se e expandiram-se. O estadista, que dissera a seu Secretário d'Estado Dom Luís da Cunha Manuel, sobrinho do famoso Dom Luís da Cunha, que «vale mais e custa menos fazer a guerra com dinheiro do que com exércitos», no final do seu enérgico proconsulado se empenhou noutra guerra no Prata. Ele perdeu a Colônia do Sacramento e a ilha de Santa Catarina, esta ignominiosamente defendida pelo brigadeiro Antônio Carlos Furtado de Mendonça, que dispunha de 2.000 homens contra os 10.000 atacantes espanhóis de Pedro de Cevallos.

A Rainha Dona Maria I resolveu liquidar a situação político-militar por meio do infeliz tratado de 1º de outubro de 1777, o chamado tratado de Santo Ildefonso, a respeito do qual externou o Barão do Rio Branco os seguintes conceitos:

«... tratado que os espanhóis violaram no Amazonas e no Paraguai, fundando estabelecimentos em território português durante a demarcação, que não se ultimou em consequência de profundas divergências entre os comissários dos dois países. Para responder às usurpações espanholas, ocuparam os portugueses a margem direita do Paraguai, fundando Coimbra e conservaram a fronteira de Tabatinga. Durante a guerra de 1801, estendemos os nossos domínios do Rio Grande do Sul até ao Uruguai, Quaraim e Jaguarão, de sorte que, o dar-se a independência das colônias espanholas, grande parte da linha das fronteiras estabelecidas pelo tratado de 1777 estava modificada, ocorrendo mais a circunstância de não ter sido este tratado revalidado pelos de Badajoz e Amiens (1801 e 1802)».

Quem se der ao trabalho de seguir as linhas mestras da expansão de Portugal na Amazônia verificará que a avançada portuguesa se fez com vistas a conseguir uma saída para o Norte e para o Oeste. Por *muito tempo* firmou-se a esperança de uma saída para o Norte, que

seria pelo Demerara ou pelo Essequibo, plano de larga envergadura que demandaria molização de forças militares importantes. Para Oeste o lance heróico de Pedro Teixeira não pôde ter seguimento, primeiro

porque portugueses encontraram terras altas que lhes dificultaram

o passo: e segundo, porque se lhes depararam aldeamentos castelhanos fixados nas cumiadas e nas vertentes andinas por causa da busca da prata e de outros metais. Recorda-se que Potosi, fundada no tempo de Carlos V numa altitude de 4.000 metros, devido à sua produção de prata, chegou a ter no século XVII uma população superior a 100.000 habitantes. Bogotá foi fundada por Jimenez de Quesada a 2.680 metros de altitude; e Quito, a 2.800 metros de altitude. A mineração da prata sedentarizou populações em altas paragens andinas.

Nos meados do século XVIII, intensificada a mineração no Centro, levada a expansão militar no extremo norte aos seus pontos de estabilização mais afastados, conquistado Mato Grosso, portugueses e espanhóis encararam-se com imensa desconfiança. Uma negociação diplomática tem sempre dois inimigos — o demasiado e o muito pouco. O Tratado de 1777 pecara pelo demasiado de concessões a Espanha. Contudo, as condições desairosas desse tratado não paralisaram a expansão portuguesa. Na Amazônia, numerosas foram as expedições que demandaram rios extensos e penetraram em rincões perdidos da nossa atual fronteira no Norte e no Oeste. Intenso propósito de levantamentos cartográficos, e realmente notáveis, de rios desconhecidos conjugou-se com o estabelecimento de postos militares ao longo dessas vias fluviais. Foi essa a sistemática de Manuel Lobo d'Almada. Uma dessas últimas expedições foi a de Ricardo Franco de Almeida Serra, concluída em 1781, aos rios Maú, Tacutú e Pirara, de que ele nos deixou uma narrativa interessante dirigida ao astrônomo e explorador Antônio Pires da Silva Pontes e estampada na «Revista do Instituto Histórico», vol. VI, 1844, págs. 84 e segs.

Assim, no movimentado período que vai de 1719 — data da fundação do forte de São Joaquim, segundo alguns historiadores — até à Revolução francesa, a região situada ao norte do rio Amazonas até as cordilheiras setentrionais foi intensamente percorrida, e policiada, pelas autoridades portuguesas. Contudo, a França ficara encurralada na sua Guiana, mas nem por isso perdera a esperança de meter uma cunha na bacia amazônica. Por isso, a França resolveu penetrar nas Terras do Cabo do Norte por meios militares em 1836. Mais tarde, tivemos as explorações do prussiano Schomburgk (que se naturalizou inglês e foi enobrecido como Sir Robert Hermann Schomburgk), o qual, comissionado pela Real Sociedade de Geografia de Londres, partiu em 1835 para a Guiana inglesa a fim de proceder a várias explorações e trabalhos cartográficos, entre os quais o reconhecimento da primeira fronteira *eventual* da Guiana inglesa com a Venezuela. Desinteressadamente *ajudado pelas* autoridades do forte de São Joaquim, foi êle praticamente o «inventor» do litígio anglo-brasileiro da Guiana, que só teve solução

definitiva pela arbitragem de 1904 com a infeliz decisão do árbitro, o rei da Itália Vitor Manuel III. «Região onde não existe uma vaca», como dizia com ironia Lord Salisbury ao nosso Ministro em Londres Souza Correia, foi essa a zona litigiosa entre os governos de Londres e do Rio de Janeiro. É oportuno assinalar que Antônio Ladislau Monteiro Baena, já em 1841, soltara o grito de alerta contra o possível projeto de expansão britânica nas terras do Repununi, escrevendo uma «Memória sobre o intuito que tem os ingleses de Demerari de usurpar as terras ao Oeste do rio Repununi adjacentes à face austral da cordilheira do Rio Branco para amplificar sua colônia», memória publicada na «Revista do Instituto Histórico», vol. III, ano de 1841, págs. 322-332.

Assim, pela escotilha aberta num remoto recanto da fronteira Brasil com a Guiana inglesa, haviam os ingleses obtido acesso às águas da vertente amazônica; mas, curioso, jamais tiraram proveito disso, mesmo depois da infeliz sentença do árbitro de 1904.

O ano de 1810 marca o início da campanha em prol da libertação política dos povos hispano-americanos. A Junta Suprema de Santa Fé de Bogotá dirigiu-se em 1810 à de Caracas para lhe fazer saber que o princípio fundamental do Nôvo Reino de Granada era o da confraternidade e o da união com todos os povos do Continente americano.

Bolívar impõe-se como a figura máxima da destruição de uma «velha ordem» e da construção de uma «nova ordem». Simon Bolívar, nascido em Caracas em 1783 e falecido em Santa Marta na Colômbia em 17 de dezembro de 1830, herói de umas cem batalhas, libertador de seis povos e fundador de uma república à qual deu seu nome, atingiu as culminâncias do poder e da glória para conhecer uma queda dramática só comparável à de Napoleão. Bolívar encarou o Brasil, sob suas instituições monárquicas, com certa suspicácia, a qual subiu de tom por motivo dos enredos de Rivadávia, presidente da Confederação das Províncias Unidas do Rio da Prata, tendentes a levar o Libertador a mover guerra ao Império do Brasil. Na correspondência e papéis políticos de Bolívar, publicados em 22 volumes pelo governo venezuelano, bem como na de Santander, encontram-se provas desse plano. Contudo, Bolívar não anuiu às idéias de Rivadávia.

O plano gigantesco de Bolívar, exposto na famosa Carta de Jamaica, de 6 de setembro de 1815, de construir uma grande nacionalidade hispano-americana espalhada sobre um território de uns quatro milhões de quilômetros quadrados ou mesmo mais (Venezuela, Nova Granada com sua província do Panamá, Equador, Peru e Bolívia), não foi entendido por seus colaboradores. Os acontecimentos tiveram rumo a contra-pêlo dos planos bolivarianos, porque nem Bolívar nos moveu guerra, antes procurou manter boas relações com o Império, nem a grande unidade territorial que êle arquitetara chegou a materializar-se,

porque se fragmentou em vários países. Contudo, no século passado ficou certa política residual de prevenções hispano-americanas contra o Brasil, que acabaram felizmente por se dissipar.

A historiador espanhol Mário Hernández Sánchez-Braba, em sua «História Universal da América», publicada em dois grossos volumes em Madrid em 1963, analisou o Congresso do Panamá (ao qual o Brasil não compareceu), e afirmou que

«Una buena parte del Congreso de Panamá giro en torno al deseo hispanoamericano de conseguir una declaración colectiva con los Estados Unidos que promoviese la accesión dei conjunto de Repúblicas hispanoamericanas a la doctrina Monroe, en cuanto significase mutuo auxilio en cuestiones defensivas de la integridad territorial, en caso de intentos de penetración extranjera. Es evidente que los delegados hispanoamericanos intentaron conseguir tal accesión sin ninguna clase de êxito; en otras palabras, en aquella ocasión" Hispanoamérica *solicito* cooperación norteamericana sin fruto porque los Estados Unidos no se manifestaron dispuesto a ello».

O Império do Brasil, então nação jovem em sua vida independente viu-se isolado no Continente americano, com suas fronteiras indefinidas suportando prevenções alheias porque era regido por instituições monárquicas num Continente republicano, mas disposto a reagir contra condições adversas. Fa-lo-á magistralmente por meio de uma ação diplomática persistente, bem orientada e realmente notável. O Brasil não dispunha de poderio militar-naval; mas dispunha de uma diplomacia vigilante, cauta e previdente.

2. AÇÃO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA

O *uti possidetis* de 1810, tantas vezes invocado pelos políticos e historiadores hispano-americanos, corresponde ao nosso *uti possidetis* de 1822, segundo a interpretação dada pelo Conselheiro Paranhos, então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império, em despacho de 30 de dezembro de 1856, dirigido a Filipe José Pereira Leal, Ministro em Caracas:

«O princípio adotado pelo Governo Imperial sobre limites é, como V. S. sabe, o *uti possidetis*. A adoção deste princípio é base *sine qua non* para a ratificação por S. M. o Imperador de qualquer tratado desse gênero com as Repúblicas vizinhas. Sendo necessário fixar uma época para a definição da posse, e podendo haver dúvida sobre qual fosse essa época o Governo Imperial não duvidou admitir a do ano de 1810, por coincidir o estado da posse naquele ano

com o de 1822, em que teve lugar a emancipação *política* do Brasil. Isto pelo que diz respeito às República indenezuela, Nova Granada e Equador, que declararam-pendentes em 1810.

O princípio adotado sobre navegação fluvial é que ela pertence pelo Direito das Gentes ao soberano por cujo território passa o rio, e só pode estender-se aos outros ribeirinhos às demais nações, em virtude de convenções prévias, nas quais se regule o exercício do direito imperfeito dos primeiros, e franquezas concedidas aos não ribeirinhos, por modo que se proveja a segurança e polícia territorial e se conciliem os interesses especiais, comuns e gerais. Nestes princípios fundam-se os tratados de limites com Venezuela e Nova Granada, de 25 de novembro de 1852 e 25 de julho de 1853, e as Convenções da navegação fluvial de 25 de janeiro e 14 de junho de 1853.

Devo chamar a atenção de V.S. especialmente para as duas seguintes cláusulas contidas nas referidas convenções: 1^a, a navegação do Amazonas e seus afluentes pertence exclusivamente aos ribeirinhos; 2^a, os Governos de Venezuela e Nova Granada concorrerão com o do Brasil para subvencionar a primeira empresa de navegação por vapor que se estabelecer para aquele fim recíproco.

Ao adotar a primeira destas cláusulas na Convenção que celebrou com o Peru em 23 de outubro de 1851, e ao ordenar depois que fosse ela inserta nas já citadas com Venezuela e Nova Granada não tinha o Governo Imperial em vista manifestar um sentimento hostil ou mesquinho para com Nações cujas relações de amizade e comércio lhe convém e deseja manter e estreitar. Seu pensamento era e é atender a considerações de prudência que lhe parecem assaz óbvias. As margens do Amazonas e seus afluentes estão atualmente tão pouco povoadas, que a ação protetora e repressiva dos Governos que as possuem não se faz nelas sentir de um modo regular e eficaz. Nestas circunstâncias franquear a todos aquelas vias fluviais, não seria servir aos interesses gerais do mundo civilizado, seria abrir desertos interiores às aventuras flíbusteadas e à impunidade dos malvados, obrigando-se o Imperador e os seus ribeirinhos a manter uma polícia difícil e dispendiosa nessas paragens».

Por causa da defesa dos legítimos interesses do Brasil na Amazônia, a diplomacia brasileira exercerá uma ação notável de esclarecimento e de previsão em face de antagonistas fortes, como a França e a Inglaterra, bem como em face dos países convizinhos. É uma tarefa admirável, dotada do mais alto senso político e de um profundo conhe-

cimento dos precedentes históricos e diplomáticos. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois Visconde de Sepetiba, notável ministro de Dom Pedro II, dedicou o máximo dos seus esforços ao contestado entre a França e o Brasil. Logo em 1841 consegue êle neutralizar o território litigioso com a Guiana francesa e em 1842 o território também litigioso com a Guiana inglesa. Atente-se nesta circunstância: nessa época era o Brasil um país fraco no jogo reito pelas grandes potências.

Parecendo não se ter conformado com a derrota no Congresso de Utrecht, a França, no tempo de Luís Filipe, acesa em veleidades imperialistas, fomentou explorações e expedições de Caiena que se internaram em território brasileiro. Assim, em 1831 Lepneur explorou o Oiapoque e o rio Uaçá. Adam de la Bauve percorreu o Jari e outros afluentes amazônicos, inclusive o Trombetas numa extensão de quase 200 kms. Desceu o Trombetas, subiu o Negro e o Rio Branco até ao forte de São Joaquim, aonde chegou em 1834. Depois subiu o Pirara e voltou a São Joaquim a 15 de dezembro de 1834. Estudou o Tacutú e o Repununi, seguindo velhos roteiros portugueses, desceu este uituio rio e chegou ao posto inglês de Amapá no baixo Essequibo em 18 de fevereiro de 1835 (ver Pandiá Calogeras, *Da Regência. à queda de Rosas*, São Paulo, 1935, págs. 245 e segs.). Quando em 1835 se deu a revolta sangrenta de Malcher e Vinagre no Pará, as autoridades de Caiena pensaram ser o momento azado à expansão territorial. A êsse respeito existe um ofício muito interessante de William Hunter, Encarregado de Negócios dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, de 12 de setembro de 1838, dirigido ao Secretário de Estado Forsyth, no qual fala dos propósitos expansionistas da França, dizendo: «... que o Príncipe de Joinville pode resolver muitas questões intrincadas, mesmo a das fronteiras da Guiana francesa por meio da cessão das duas províncias refratárias do Pará e do Maranhão e o nascimento de outra monarquia no território americano. Naturalmente tudo isso são boatos — mas tudo isso pode muito bem não ser absurdo». *Êste ofício* encontra-se na coleção de Manning, «Diplomatic correspondence of the United States/Inter-American Affairs/1831-1860», Washington, 1935, pág 230.

O Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, de 1854, às págs. XX diz o seguinte:

«A ocupação do Amapá por forças francesas, desde 1836 a 1840, teve em resultado ficar considerado neutro o território compreendido entre o rio Oiapoque e o ponto daquela ocupação na altura da baía de Vicente Pinson».

As pretensões francesas e inglesas — contra as quais o Visconde de Sepetiba e o Visconde de Uruguai reagiram corajosa e habilmente — cifravam-se em estabelecer eventual domínio sobre uma vasta área. Se essas pretensões fossem unificadas, sem dúvida alguma poderiam

estender-se do Oiapoque até ao Cassiquiare. Território imenso por certo. Nessa altura Joaquim Caetano da Silva publica em francês o seu notável trabalho de defesa dos direitos do Brasil ao Amapá

Palavras não existem para exaltar o trabalho magistral dos diplomatas do Império que, defendendo o que era nosso com a apresentação de títulos irrefutáveis, abriram caminho para a admirável vitória do Barão do Rio Branco na questão do Amapá. A decisão do árbitro, o Presidente do Conselho Federal da Suíça, Hauser, deu ganho de causa ao Brasil que ficou com 225.000 km², ao passo que a França ficou apenas com 5.000 km².

O litígio da Guiana inglesa-Brasil, submetido à decisão do árbitro de 1904, ultimou-se na divisão do território litigioso de 33.200 km², dando 19.630 km² para a Inglaterra, e 13.570 km² para o *otasii*. Nabuco, o advogado do Brasil, defendeu os nossos direitos num trabalho magistral de história, cartografia, ciência jurídica e alto sentido diplomático que deve ser gratamente lembrado.

Nesse período, que vai de 1840 até à abertura do rio Amazonas à livre navegação internacional em 7 de dezembro de 1866 durante a Guerra da Tríplice Aliança, a diplomacia imperial empenhou-se num prélio denodado em prol da defesa da nossa Amazônia fazendo-o com uma tenacidade que ainda hoje nos comove, quer contra as aspirações absurdas de flibusteiros norte-americanos crentes de obter o endosso do governo de Washington para forçar o Império a abrir a navegação do grande rio aos norte-americanos em primeiro lugar e depois às demais bandeiras, quando justamente a política imperial consistia primeiro em resolver o assunto de limites com os países condôminos da bacia amazônica, e depois abrir o rio à navegação internacional; quer exercendo notável e persistente ação diplomática em Lima, Caracas, Bogotá e La Paz. Em 8 de maio de 1850 o Secretário de Estado Clayton dirigiu um aviso ao Secretário da Marinha Preston, no qual afirmou que o Departamento a seu cargo «de algum tempo a esta parte vinha contemplando certas providências com vista a obter para os cidadãos dos Estados Unidos a navegação do rio Amazonas e de alguns dos seus tributários» (ver Lawrence F. Hill, *Diplomatic relations between the United and Brazil*, 1932, pág. 231) .

A campanha de Maury, Herdon e Gibbon para despertar o interesse da opinião pública dos Estados Unidos pela abertura do rio Amazonas ao comércio internacional parecia ir de vento em popa. Maury considerava a Amazônia um verdadeiro Jardim das Hespérides.

Em 26 de julho de 1851, J. Randolph Clay, ministro dos Estados Unidos em Lima, assinou um tratado de amizade, comércio e navegação com o Peru, tratado que garantia aos nacionais de ambas as partes *signatárias* a cláusula da nação mais favorecida. Como firmou Hill. «suspeitando da tática e dos motivos norte-americanos, o Governo brasileiro estabeleceu planos para neutralizá-los». É a missão do Barão

da Ponte Ribeiro. Durante algum tempo Ponte Ribeiro e Clay, tanto no Peru como na Bolívia, se empenharam numa batalha vivaz e nem sempre igual, consoante afirmou Hill. Ponte Ribeiro derrotou o diplomata norte-americano, porque a 23 de outubro de 1851 negociou com o governo de Lima, representado pelo Ministro das Relações Exteriores Bartolomé Herrera, o Tratado de Comércio, Limites e Navegação o qual estabeleceu a exclusividade da navegação amazônica para ambas as partes signatárias. Não obstante os protestos do ministro norte-americano, o tratado foi ratificado. O «ataque de flanco» da diplomacia norte-americana não colhe êxito.

É preciso assinalar que Ponte Ribeiro assinara com o governo de Lima o tratado de Amizade, Comércio e Navegação, de 8 de julho de 1841, que não obtivera a aprovação do Governo Imperial. Pelo art. XIV desse tratado, as Altas Partes Contratantes convieram em demarcar limites fixos e preciosos conforme ao *uti possidetis* de 1821. O art. VII do Tratado de 1851 voltou a reconhecer o princípio do *uti possidetis*; e as Altas Partes Contratantes «reconhecem, respectivamente, como fronteira a povoação de Tabatinga; e daí para o norte em linha reta a encontrar o rio Iaporá (Japurá), defronte da foz do Apaporis, e, de Tabatinga para o sul, o rio Javari, desde a sua confluência com o Amazonas».

Dirá o Barão do Rio Branco, na Exposição de Motivos sobre Tratado de 8 de setembro de 1909 entre o Brasil e o Peru:

«O chamado *uti possidetis jûris*, do momento da independência das nações sul-americanas, foi uma invenção mal achada de publicistas e diplomatas de origem espanhola que, nas discussões sobre fronteiras com o Brasil, quiseram tomar por fundamento das mesmas o inválido Tratado preliminar de 1777. «El *uti possidetis* à la época de la emancipación de las colônias espanolas» — escreveu de Lima, em 11 de setembro de 1857 o notável jurisconsulto D. Andrés Bello — «era la posesión natural de Espana, lo que Esparta poseía real Y efectivamente con cualquiera título ó sin título alguno, no lo que Espana tenía derecho de posser y no poseía».

O tratado celebrado com o Peru em 1851, obra prima da diplomacia imperial por sua oportunidade histórica, teve a excepcional vantagem de, ao fixar os limites com o Peru, por uma espécie de explosão em cadeia mexer com os eventuais limites entre Nova Granada e Peru, Nova Granada e Brasil, Nova Granada e Venezuela, Venezuela e o Brasil; e, por último, com os possíveis limites entre Peru e Bolívia e o Brasil. Toda uma temática política referente à definição de fronteiras na Amazônia entrou em ação.

Outro notável diplomata do Império, o Comendador Miguel Maria Lisboa (depois Barão de Japurá que faleceu como Ministro do Império em Lisboa com 76 anos de idade) negociou e assinou em Caracas

em 1852 um tratado de limites e uma convenção sobre navegação fluvial. Em 1853 assinou em Santa Fé de Bogotá com Lourenço Maria Lleras, Ministro das Relações Exteriores, um tratado de limites e uma convenção sobre navegação fluvial. Esses tratados de limites e essas convenções sobre navegação fluvial não foram ratificadas. Tratado o Conselheiro Filipe José Pereira Leal assinou em Caracas o de Limites com a Venezuela.

Ciente de que o ditador Melgarejo, da Bolívia, pretendia este *entrar* na Guerra da Tríplice Aliança ao lado de Lopez, porque este lhe oferecera a parte da Província de Mato Grosso conquistada pelas forças paraguaias, o Governo Imperial despachou o Barão de Lopes Netto a La Paz de Ayacucho, onde assinou o Tratado de Amizade, Comércio, Limites e Extradicação, de 27 de maio de 1867.

As negociações de Lopes Netto com Mariano Donato Munoz, Ministro das Relações Exteriores de Melgarejo, não foram nada laces, pelo contrário, encontraram dificuldades enormes, dado o clima então reinante, o da Guerra do Paraguai. Dirá um historiador boliviano, citado no meu livro *O Drama da Tríplice Aliança (1865-1876)*: «Es (Melgarejo) desprendido con la heredad nacional, cuando no la conoce personalmente. En cambio, se constuye en guardián celoso de lo que él cree boliviano, discutiendo palmo a palmo los territorios de las fronteras donde estuvo confinado. *Esto si que no! Esto es boliviano*—«exclama con énfasis cuando el Ministro brasileiro López Netto trata de incluir en el mapa del Brasil, los pueblos de Santo Corazón y San Matias» (Alfredo Sanjinés, *El Quixote Mestizo*, La Paz, 1951 páginas 348-49) .

Dirá o Barão do Rio Branco numa extraordinária síntese não apenas de ciência geográfica, mas de alta ciência política, que convém aqui reproduzir:

«Pelo Tratado de 27 de março de 1867, com a Bolívia, estabelecendo a linha Javari-Beni, — muito diferente da de 1777 —, o Brasil cedeu a essa República os territórios do Juruá e do Purus, com os seus afluentes, entre os quais o Gregório, o Tarauacá, o Acre ou Aquiri, e o Yaco ou Hyaco, ao sul da dita linha Javari-Beni. Pelo Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, *recuperou-os*, resgatando ao mesmo tempo, mediante uma indenização e outras compensações, o seu título anterior, português-brasileiro, por isso *que*, enquanto esses territórios foram bolivianos, o Governo da Bolívia não havia cedido ao Peru parte alguma deles, não tendo nunca admitido a linha provisória Javari-Inambari, nem a do projetado acordo Polar-Gómez (o meridiano de 69 graus oeste de Greenwich) ou qualquer outra das que, por parte do Peru, andavam sendo citadas. Contra o antigo título português-brasileiro, baseado no Direito Internacional, nada

podiam valer os decretos dos Reis de Espanha fixando os limites administrativos das suas possessões no Vice-Reinado de Lima e na Audiência de Charcas, nem o caduco Tratado de 1777, sobretudo depois da Convenção de 1851 entre o Brasil e o Peru».

A 7 de dezembro de 1866, em plena guerra da Tríplice Aliança, o Brasil abriu o Amazonas, o Tocantins, o Tapajós, o Madeira e o rio Negro até Manaus à navegação de todas as bandeiras, — campanha pela qual se bateram Tavares Bastos, Octaviano, Mauá, Souza Franco, Saraiva, Ladário e o Conselheiro Nabuco. Não contente de abrir o Amazonas, o Brasil pelo mesmo decreto abriu ao comércio internacional um rio absolutamente seu, o São Francisco. Neste ponto o Governo Imperial dava exemplo ao mundo inteiro, exemplo que anteciparia os esforços de internacionalização à *outrance* dos rios, propugnada pela conferência internacional de Barcelona, de 1921. Soza-Rodriguez, em sua obra *Le droit fluvial international et les fleuves de l'Amérique latine*, referindo-se à questão da navegação do Amazonas, afirmou com muita propriedade:

«A política dos Estados Unidos acabou, pois, por triunfar, mas ela não triunfou senão porque o próprio Brasil se inteirou das vantagens que tinha em permitir a livre navegação do Amazonas. Ademais, notemos que essa liberdade só foi concedida quando o Brasil a julgou oportuna e não foi concedida especialmente aos Estados Unidos, mas ao mesmo tempo às bandeiras de todas as nações, e isto não sobre a base do reconhecimento de um direito que lhe fosse proveitoso, doutrina que o Brasil jamais admitiu, mas em virtude de um decreto ato de soberania, e a título de concessão graciosa». (Paris 1935, pág. 163).

Contudo, a despeito do trabalho magistral de Miguel Maria Lisboa e do Conselheiro Nascentes de Azambuja em sua memorável missão especial a Bogotá de 1868 a 1870, foi só no tempo do Barão do Rio Branco que se assinou o Tratado de limites de 24 de abril de 1907 com a Colômbia, durante a missão especial de Enéas Martins.

Disse o Barão do Rio Branco no seu estilo lapidar de historiador, ao apresentar ao Presidente Afonso Pena, o Tratado de Limites Brasil-Colômbia, de 1907:

«O Tratado de Limites põe termo feliz a negociações mandadas iniciar há 54 anos pelo Visconde de Uruguai e nas quais tanto se ilustraram, por nossa parte, os Conselheiros Miguel Maria Lisboa, em 1853, e Joaquim Maria Nascente de Azambuja, de 1868 a 1870. Seria injustiça deixar eu nesta ocasião de recomendar ao alto apreço de Vossa Excelência o Plenipotenciário brasileiro, Dr. Enéas Martins, pelo zelo.

tato e competência com que se houve nas negociações dos acordos que agora vão ser submetidos às duas Câmaras Congresso Nacional».

Assim, ficaram definitivamente definidas, fechadas e demarcadas, as nossas fronteiras na Amazônia após um paciente e admirável trabalho da diplomacia brasileira, o qual se traduziu nas seguintes informações sobre a extensão dessas fronteiras:

Guiana francesa, 655 kms de extensão;
Guiana holandesa, 593 kms 040;
Guiana inglesa (hoje, Estado da Guiana), 1.605 kms 800;
Venezuela, 2.199 kms 267;
Colômbia, 1.644 kms 180;
Peru, 2.995 kms 272; e
Bolívia (cuja extensa fronteira com o Brasil é partícipe da bacia amazônica, bem como da platina), 3.125 kms 951.

O trabalho da diplomacia brasileira, representado no passado pela ação do Barão da Ponte Ribeiro, do Barão de Lopes Netto, de Filipe José Pereira Leal, do Conselheiro Nascentes de Azambuja, do Barão de Japurá, de Nabuco, de Enéas Martins e do Barão do Rio Branco, é assinalado, como bem merece, com emoção quanto à defesa dos interesses do Brasil na Amazônia, — trabalho que foi obra de tenacidade, de cultura, de fino sentido político e diplomático e de continuidade histórica.

3. DENSIFICAÇÃO DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA DAS FRONTEIRAS. AÇÃO DO EXÉRCITO, MARINHA E AERONÁUTICA,

A lição do passado fortalece o ânimo do presente quanto ao aproveitamento econômico da Amazônia. Na vida das nações, tempo perdido é irrecuperável. Por conseguinte, no lidar com problemas de grande complexidade cumpre sempre ter-se o ânimo decidido de resolvê-los.

No passado, tivemos o exemplo gigantesco de Mauá, a máxima expressão do empresariado brasileiro, preocupado com o aproveitamento econômico da Amazônia bem como sua colonização. Quando a 1^o de janeiro de 1853, iniciou êle o serviço regular de navegação a vapor de Belém a Iquitos, não se contentou de realizar obra de caráter limitado. Entendeu de ampliá-la, dando-lhe atenção permanente: «o modesto serviço foi, porém, julgado insuficiente e os interesses da região amazônica exigiram imperiosamente maior desenvolvimento. Prestei-me quanto era possível, e sucessivamente novos navios fundeavam na capital do Pará por conta da companhia», dirá êle em sua *Autobiografia*. A «Companhia de Comércio e Navegação do Amazonas», por êle fundada, chegou a ter mais de 12 navios, construídos em

estaleiros nossos (no da Ponta d'Areia, em sua mor parte) e comandados por oficiais brasileiros, trafegando de Belém a Iquitos. Mauá acreditou nas imensas possibilidades de comércio através dos rios amazonicos, estradas que marcham. Convém ter presente que os Estados Unidos transportam por ano 489 milhões de toneladas através dos seus rios; que a pequena Bélgica transporta 85 milhões de toneladas através dos seus rios e canais; e que o Brasil transporta menos de 10 milhões de toneladas por ano através dos seus numerosos rios que apresentam baixo índice de utilização. Por conseguinte, Mauá foi um pioneiro genial e mais que pioneiro, um realizador. Acreditou no aproveitamento econômico da Amazônia.

No século passado, quando o Império mantinha o Amazonas fechado à navegação internacional porque procurava antes liquidar a questão de limites com os países vizinhos na área, certos publicistas estrangeiros mostraram-se particularmente azedos na apreciação da política brasileira, bem como não deixaram de manifestar a opinião de que as terras amazônicas deveriam merecer a atenção de povos mais fortes e mais cultos. Charles Mansfield, em sua obra *Paraguay, Brazil and the Ptate*, publicada em 1856, manifestou-se muito claro ao apreciar (ou melhor, ao depreciar) o Brasil:

«Now the first fact is, that here, in South America, are numberless thousands of square miles of the most splendid land in the world, for the production of every article the soil will yield to man. Here, in Brazil, and in the provinces drained by the tributaries of the La Plata, is every variety of soil mountain, valley, plain, and forest, claimed by a race of people who, like dogs in manger, will not cultivate themselves, and yet claim a right to prevent others from doing so. What a monstrous folly, to guarantee by treaties the possession of those lands to the Iberians!

Now one of two things will be done some day: either the industrious masses of Europe will invade these countries, and take by force what they require here for their necessities; or these lands must be silently conquered by the slow and sure process of immigration, and the present owners absorbed in the industrious race that will really people the country» (pág. 223).

No meu livro, *O Gigante e o Rio*, publicado em 1957, no qual estudei a ação de Mauá tanto no Brasil como no Uruguai e na Argentina, reproduzi conceitos do grande Empreendedor, extraídos do Relatório da sua companhia de navegação apresentado aos acionistas em 1864. Mauá informou que ura inglês Edward Haslewood, num livro intitulado «Novas Colônias no Alto Amazonas», procurou demonstrar às potências européias, e em particular à Inglaterra, que a aquisição

de terras nessas fertilíssimas regiões seria de vantagem incalculável para o comércio do mundo e, ao mesmo tempo, para os Estados que então possuísem esse território. Chegou mesmo a advogar a idéia do estabelecimento de uma colônia européia às margens do Amazonas, o que seria acontecimento importantíssimo para o mundo, por que obrigaria o Brasil a abrir o rio ao comércio internacional.

Esses exemplos do passado, colhidos a esmo, mostram como certas ambições internacionais tatalaram como milhares sobre a Amazônia brasileira. Razão por que, no tempo do Império, a nossa diplomacia pelejou pelo respeito das nações mais fortes aos nossos direitos de soberania. Foi a política de Paulino José Soares de Souza. Se tivemos a história daquele ministro norte-americano, acreditado junto a Dom Pedro II de 1861 a 1869, que se empenhou em negócios, tais como a constituição de uma companhia para transferir negros do Sul dos Estados Unidos para a Amazônia; tivemos também o episódio simpático da fixação de antigos confederados, chefiados pelo major Lansford Warren Hastings, na boca do Tabajós em 1867.

O portentoso exemplo de Mauá não teve êmulos ou seguidores brasileiros. Estrangeiros, sim, aproveitaram-se da experiência de Mauá e lhe copiaram os planos. O exemplo heróico do general Couto de Magalhães ao estabelecer a navegação a vapor no Araguaia em 1863 e pretendendo num assomo de audácia ligar o Amazonas ao Prata com o aproveitamento do rio Taquari, ficou sem seguimento. Se o plano de Couto de Magalhães tivesse contado com o firme apoio do Governo através do tempo, horizontes econômicos verdadeiramente imensos se teriam descortinado ao comércio e ao povoamento do Brasil centrali

Thomas Hancock estabeleceu na Inglaterra a primeira fábrica de borracha em 1820. Em 1833 se estabeleceu nos Estados Unidos a primeira fábrica de produtos de borracha, a Roxbury índia Rubber, em Massachussetts. Em 1844 descobriu-se o processo de vulcanização da borracha. O ciclo da borracha, no Brasil, começou pouco depois de 1850 e terminou melancòlicamente em 1914. O ciclo da borracha ativou o giro de riquezas na Amazônia brasileira, no Béni boliviano e nos Lhanos orientais da Colômbia. Mas, foi uma experiência de extrativismo predatório que passou, quando o Brasil perdeu o monopólio da borracha. Craveiro Costa, em sua obra, «A Conquista do Deserto ocidental», assinalou que em 1867 o Brasil exportou 53.045 arrobas de *hevea brasiliensis*. Perdemos o monopólio da borracha devido a um espírito de ganância inqualificável que nos desonrou no mercado internacional, esta é a verdade. Esquecemo-nos do revide alheio que apareceu. Estrangeiros também se beneficiaram da experiência brasileira, transferindo a borracha para a península de Malaia. Depois se enriqueceram, enquanto nós nos empobrecemos. A seguir, período mormacento de inatividade e desalento se implantou na Amazônia, que durou de 1914 a 1940.

Contra êsses fatores negativos, acumulados num passado tristonho, reage a consciência nacional no sentido de uma grande obra política, que é prática e gerencial, de aproveitamento econômico da Amazônia, vivificando-a com planos de colonização de gente brasileira, bem como com um planejamento audaz e diversificado no qual não figura apenas o Governo Federal, mas figuram também as nossas Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e o empresariado nacional.

Está em nossas mãos criar condições de civilização moderna na Amazônia, e com gente nossa, insisto em dizer gente jovem nossa. Não precisamos de imigrantes estrangeiros na Amazônia. As dilatadas distâncias da área bem como a falta de comunicações regulares através desse território facilitariam a formação de quistos étnicos, o que devemos evitar. Precisaremos de gente jovem que sejam empresários, topógrafos, geólogos, sanitaristas, prospectores, médicos, engenheiros, agricultores, botânicos, arquitetos, gente jovem brasileira que vá para a Amazônia devassar regiões, colonizar, sanear, abrir estradas, fundar empreendimentos comerciais e industriais e edificar cidades novas num modelo novo. Por isso, é preciso criar na Amazônia uma casa popular que utilize os materiais da região. A propósito, recomendo a leitura desse número admirável da revista «*I aba*» (Arquitetura brasileira do ano), no qual figuram estudos altamente interessantes; e, à justeza do assunto, um *deles* é o do arquiteto César Oiticica, intitulado «Experiência do clima e materiais na habitação popular». O número dessa revista é dedicado à Amazônia.

A densificação demográfica e econômica da Amazônia apresenta dois problemas imediatos; 1) o aproveitamento das terras aptas à colonização intensiva tanto na região bragantina do Pará, como no Amapá, Roraima e Rondônia; 2) a densificação das nossas fronteiras para transformá-las em *fronteiras vivas*.

Criando-se na Amazônia o que chamaríamos *civilização de fronteira*, estaremos levando o sangue arterial da nossa riqueza aos recantos mais remotos das nossas raias fronteiriças. Nessa tarefa de vigilância, densificação demográfica e aproveitamento econômico terá papel primordial a *gente jovem e pioneira* que se estabelecer nas nossas raias, radicada nas *glebas que lhe forem doadas pelo Governo Federal* com a obrigação de povoá-las e aproveitá-las economicamente; bem como *notável* missão a cumprir terão as nossas Forças Armadas.

Repito aqui conceitos que verti num estudo publicado no «Correio da Manhã» em sua edição de 19 de dezembro de 1968: Muita gente associa a idéia de Fronteiras com ermo, a desolação, a agrestia, a insegurança, o abandono, o perigo. «Nossos antepassados bandeirantes e pioneiros não tiveram esse horror à Fronteira, e por isso mesmo a Fronteira *está* onde *está*», disse o embaixador M. Pio Corrêa na publicação do Itamaraty, «A Nova Política de Fronteiras».

É evidente que a tarefa de vigiar, povoar e enriquecer as fronteiras na Amazônia requer um planejamento de envergadura a ser cumprido durante anos a fio. Claro. Mas, será uma tarefa de entusiasmo criador. Será uma tarefa que poderá levar gente jovem das grandes cidades para as paragens raieiras. Dentro da faixa federal de Fronteira, que lhe pertence, o Governo Federal, para transformar essas fronteiras em zonas hacheadas de progresso, de vigilância militar de densificação demográfica, terá de criar novos territórios federais. Assim, por exemplo, vizinho do Amapá, será de pensar-se na criação de um território federal entre os rios Jari e Trombetas, entestando com a Guiana holandesa e o Estado da Guiana (a antiga Guiana inglesa). Há poucos dias, em declarações a «O Globo», o Sr. Artur César Ferreira Reis manifestou-se favorável à criação de novos territórios federais na Amazônia. Em abono do seu ponto de vista, citou o caso dos territórios federais de Roraima e de Rondônia, noutros tempos das áreas mais atrasadas da Amazônia, mas hoje sacudidos por intenso surto de progresso material. O êxito da «Operação Rondon» demonstrou que a mocidade, em se lhe oferecendo oportunidades, sente a grandeza de um belo plano, comunga com êle e o executa no terreno.

Órgão periférico do Estado, segundo a definição de Ratzel, um dos mestres da Geopolítica, a fronteira deve ser zona de forte sensibilidade política, econômica e social, quando é uma *fronteira viva*. Das fronteiras do Brasil, a fronteira com o Uruguai é a que apresenta o mais alto grau de sensibilidade. O Estatuto Jurídico da Fronteira Brasil-Líruuguai, de 1933, constitui o resultado dessa sensibilização política, econômica e social.

No meu livro, *Amazônia*, publicado em 1967, assinalei a necessidade de o Governo Federal dar pleno cumprimento ao aproveitamento da faixa de 150 kms de profundidade ao longo das fronteiras, cumprindo-se assim o disposto na Lei n^o 2.597, de setembro de 1955, no Decreto-lei n^o 39.605-B, de 16 de julho de 1956, e na Lei n^o 4.947, de 1966. O Governo Federal deve utilizar-se dessa faculdade legal para cumprir os requisitos básicos de resguardo das fronteiras amazônicas porque estas fronteiras são imensas e pouco povoadas. Velha Lei n^o 691, de 1850, estabeleceu em 10 léguas ou 66 kms de profundidade a faixa de fronteira de domínio do Governo central, prova do interesse do Governo imperial pela segurança das nossas lindes. Essa lei ainda *está* em vigor. (A propósito deste assunto, existe interessante parecer, de 1^o de maio de 1967, do Sr. Adroaldo Mesquita da Costa, Consultor-Geral da República. Mereceria também releitura o parecer do Senhor Orozimbo Nonato, então Consultor-Geral da República, intitulado «A zona das fronteiras», publicado no «Jornal do Comércio» em sua edição de 24 de abril de 1941).

Conforme assinalou o Ministro Ruben Rosa, no seu voto proferido no Tribunal de Contas da União, em Brasília, a 22 de agosto de

1962 e publicado em Opúsculo intitulado *Dos Territórios Federais* «a Constituição de 1937 inovou o tema dos territórios não só dando-lhes nova redação como fazendo predominar na criação deles o espírito da *defesa nacional*».

Ê esse o espírito de reflexão e de ação que deve prevalecer no examinar-se o problema das nossas fronteiras na Amazônia. Não podemos adotar outra atitude que não seja a do estudo, da vigilância e da ação planificada.

Viajei longamente pela Bolívia e pela Colômbia. Em companhia do então Presidente Paz Estenssoro, do Embaixador dos Estados Unidos Gerald Drew e do Embaixador do Uruguai Lacarte Muró, durante sete dias discorri por diversas áreas da Bolívia para assistir à inauguração de melhoramentos rurais, rodoviários e educacionais do governo boliviano. Enorme proveito colhi dessas andanças, porque visitei o Béni, bem como conheci Tarija, o deserto do Chaco, Villa-Montes e a zona do Pilcomaio.

Quanto à fronteira com a Bolívia, zonas mortas entorpecem-lhe a vida de relações, favorecem o contrabando e alentam pretensa situação de indefinição. País participante tanto da bacia amazônica bem como da bacia platina, — encruzilhada entre o Amazonas e o Prata, e o Atlântico e o Pacífico —, a Bolívia desde o tempo do Império foi encarada como um sócio eventual numa grande obra de densificação econômica através de uma fronteira de mais de 3 000 kms de extensão. Foi esse o significado do famoso Tratado de 1867, negociado pelo Barão de Lopes Netto. O art. IX desse tratado previu a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, promessa renovada solenemente, como afirmou o Barão do Rio Branco, pelo Tratado de 15 de março de 1882. No tempo do Império, aconselharam a construção dessa ferrovia Tavares Bastos, o Marquês de São Vicente, o Barão de Cotegipe, o Visconde do Rio Branco e outros. Tomada em globo, a construção da ferrovia, com desastre nas cachoeiras, endemias, acidentes vários, teria matado cerca de 40.000 homens, consoante afirmou Júlio Nogueira em sua obra *A Madeira-Mamoré* (Rio de Janeiro, 1913, pág. 43). Foi esse também o alcance do Tratado de Petrópolis, negociado em 1903 pelo Barão do Rio Branco e que o Barão denominou «Tratado de permuta de territórios e outras compensações». Foi esse o fito dos Tratados de 1938 (construção da ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra; e descimento e aproveitamento do petróleo boliviano), negociados pelo embaixador Pimentel Brandão, quando Getúlio Vargas era Presidente da República. O negociador boliviano desses tratados, num livro admirável «*Una obra, un destino*», consignou a repercussão que tais tratados tiveram em todas as capitais americanas. Foi esse o significado da grande negociação de Roboré, de 1958. Em 1938, Santa Cruz de la Sierra, isolada do mundo, era um burgo de uns 20.000 habitantes; — em 1969, devido à construção da estrada de

ferro Corumbá-Santa Cruz de la Sierra, que tem 654 kms de extensão ela já conta com uma população de 145.000 habitantes. Contudo por causa de um debate que se estabeleceu a respeito da *negociação* de Roboré, nem a ferrovia Corumbá-Santa Cruz de la Sierra chegou a Cochabamba para se ter a ferrovia transcontinental Anca-completa; nem foi construída pelo Brasil a ferrovia Puerto Grether-Ichilo-Trinidad, que está sendo construída pelos argentinos da ferrovia Yacuiba-Santa Cruz de la Sierra, que já chegou a Montero a 40 kms ao norte de Santa Cruz. Assim, a ferrovia argentina acabará chegando à riba do Guaporé, bem em frente ao Brasil isto é, acabará cruzando a Amazônia boliviana (Béni). O petróleo boliviano desce de Madre-jones a Buenos Aires por um oleoduto e o gás natural boliviano desce de Madrejones a San Lorenzo por um gasduto. A Argentina acaba de assinar com a Bolívia um contrato de fornecimento de petróleo boliviano da ordem de 300 milhões de dólares durante dez anos, isto é, à razão de 30 milhões de dólares por ano.

A extensa fronteira Brasil-Colômbia, servida por grandes afluentes amazônicos, apresenta apenas uma pequena área de hacheamento demográfico, econômico e social: é a zona constituída por Letícia, do lado colombiano, que já conta 12.000 habitantes; e Tabatinga, Marco e Benjamin Constant, do lado brasileiro. O restante dessa extensa fronteira é ainda deserto demográfico e econômico. É pena que tal aconteça, porque se trata de uma nítida «fronteira de aproximação», para usar o conceito do general Júlio Londono, em sua obra «Sur America o la geografia como destino» (1948), que se lê com viva interesse. Londono, do exército colombiano, ex-embaixador e professor universitário, assinala que a serra de Macarena divide os maravilhosos Lhanos orientais do maciço rochoso andino, constituindo por isso obstáculo de porte a ser vencido.

Maior selvaticidade ocorre na extensa fronteira Brasil-Venezuela com a agravante de que, na zona Tacutu-Maú, o produto da garimpagem do ouro e dos diamantes dos garimpos de Arimatã, na região setentrional de Roraima, por força da gravitação da relativa proximidade em relação à Guiana, é transportado para o estrangeiro com evidente prejuízo para a economia e para o fisco do Brasil.

Em relação à fronteira com o Peru, parece ainda estar de pé a lição do ex-Presidente Belaunde Terry em sua obra «La conquista del Peru por los peruanos», publicada em 1963. Duas rodovias peruanas estão sendo construídas em direção ao Acre. A mais oriental já se encontra a pouca distância do território brasileiro, faltando construir *uns 80 km para* chegar ao Acre. É a rodovia de Puerto Maldonado-Ibéria-Inapari. A outra rodovia, a mais ocidental, é a de Lima-Cerro dei Pasco-Pucalpa. Em virtude de recentes entendimentos feitos com o Peru, levados a cabo pelo Itamaraty mas motivados pelo Ministro Mário Andreazza, as estradas peruanas se vincularão com as brasileiras

que estão sendo abertas no Acre. Assim, mercê da vinculação rodoviária brasileiro-peruana, o setor da fronteira Brasil-Peru, justamente no Acre adquirirá um sentido de vida nova, porque o deserto demográfico e econômico será vencido pelas rodovias. A respeito dos limites Brasil-Peru, recomendo a leitura da obra de Alberto Wagner de Reyna «Los *Limites* del Peru», de 1961.

Nesta hora de verdadeira «integração do Brasil», procura-se vencer o arquipelaguismo econômico que reinou em nosso território dura tanto tempo. O Governo Federal, bem como as Forças Armadas, empenham-se na realização de extensa obra de integração rodoviária de vigilância e de aproveitamento econômico da Amazônia com seu adensamento demográfico, partindo dos centros estáveis de riqueza econômica. Já se entra pelo «fundo do quintal» na Amazônia por meio da rodovia Brasília-Belém. Através de Rondônia a BR-264 já chegou a Rio Branco, capital do Acre, e mui breve as cidades acreanas situadas sobre a chamada «Linha Cunha Gomes», isto é, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó e Sena Madureira, serão ligadas por estradas de rodagem. O devassamento de Rondônia faz-se a passos rápidos por meio do deslocamento de gentes de São Paulo, o dínamo industrial do Brasil, e de Mato Grosso para esse território federal. Já não se pode desconhecer a existência de um eixo econômico, que se vinca de dia para dia, São Paulo-Cuiabá-Porto Velho. Os bandeirantes de hoje trafegam em caminhões. Noutros tempos tinham as botas de seteléguas de Fernão Dias. Coloniza-se a área do rio Abunã, em Mato Grosso.

Em dezembro de 1968 estive em Manaus para conhecer a Zona Franca, havendo escrito extenso estudo publicado em «O Globo» em sua edição de 7 de janeiro do corrente ano. Lá tive ensejo de ouvir uma preleção admirável no Quartel do Comando do Grupamento de Elementos de Fronteira feita pelo General Edmundo da Costa Neves, autoridade máxima dessa organização militar.

Os Destacamentos de Fronteira encontram-se localizados em Boa Vista, capital de Roraima, onde também existe um Batalhão de Engenharia; Cucuí, Japurá, Santo Antônio do Içá, Tabatinga, Ipiranga, Estirão do Equador, Palmeiras, Rio Branco, Porto Velho, Guajaramirim e Guaporé (região do Forte do Príncipe da Beira, monumental construção militar do tempo de Pombal). Esses destacamentos, que se encontram alojados em quartéis modernos e confortáveis, perfazem atualmente efetivos de 4.500 a 5.000 homens. Atentando-se para a vastidão territorial da Amazônia e para a necessidade de resguardo das nossas fronteiras, é preciso pensar que imperativos de segurança nacional obrigam ao aumento desses efetivos. Oxalá novos Destacamentos de Fronteira sejam criados (em Cruzeiro do Sul e Taumaturgo, segundo as últimas informações), porque o nosso arco imenso de fronteira no Setentrião e no Oeste reclama contínua vigilância e, ao mes-

mo tempo, medidas de repressão ao contrabando e ao trânsito de aventureiros empenhados em comércio predatório através da raia.

O Comando Militar bem como o Comando Naval de Manaus, a construção de vivendas para oficiais e suboficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica naquela cidade patenteiam o interesse do Governo Federal pela execução de providências de molde a darem uma consciência atuante às populações locais, que não mais se sentirão desamparadas. O Ministério da Aeronáutica iniciará dentro em pouco a construção de 46 novos campos de pouso na Amazônia.

Nas áreas da fronteira, cada quartel de Destacamento de Fronteira será por certo a crisálida de uma futura cidade. Ao lado do quartel, o campo de pouso da Aeronáutica serve como base de comunicação e de expansão. A propósito citarei conceitos do General Lira Tavares, Ministro do Exército:

O grande sentido da presença do Exército na Amazônia Ocidental é o de promover a fixação do povoamento através da criação da auto-suficiência de suas organizações e do nucleamento das populações civis adventícias, que tendem a viver em tórno dos quartéis, pelas condições melhores de segurança e subsistência (. . . .). As granjas militares, os recursos médicos, as escolas e as serrarias das unidades de fronteiras, além de outras facilidades que o Exército trata de desenvolver, abrangem nos seus benefícios, os militares e a comunidade civil.

Realiza-se agora na Amazônia um gigantesco mutirão. Vê-se que a ação dos Destacamentos de Fronteira é ação de fixação e de expansão tecnificadas. As largas fronteiras, em grande parte mortas porque despovoadas, com as Guianas bem como com a Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia reclamam uma verdadeira *conquista* da retaguarda para a periferia, tendo Belém, Macapá, Manaus, Boa Vista, Tabatinga, Rio Branco e Porto Velho como centros de propulsão de adensamento demográfico e econômico. Num extenso setor da fronteira Brasi-Guiana-Venezuela -existem os prospectores de diamantes, que os ingleses chamam *pork-knockers*, sedentarizados durante algum tempo. Pois bem, não *existe espécie* alguma de policiamento do nosso lado dessa fronteira. Todo o ouro e diamantes são expatriados para Georgetown. É situação que não pode perdurar.

A vigilância a ser exercida nos grandes rios amazônicos compete à nossa Marinha de Guerra. Por isso, seria de urgente conveniência que se aumentasse o número dos nossos navios de guerra em serviço *nas águas* da região, para não só darmos prova tangível de que estamos acautelando o que é nosso, bem como para que esses nossos navios procedam a trabalhos de sondagens e de cartografia, indispensáveis à navegação nos afluentes amazônicos.

Há poucos dias assinalava com muita justeza o Professor Maurício Joppert da Silva em «O Globo» (edição de 26-08-1969), «A conjugação da navegação com as obras de aproveitamento hidrelétrico e os métodos de comboios de barcaças, impelidos por empurradores deram nôvo bafejo à navegação que volta a competir com os outros sistemas» Ora, na Amazônia temos cerca de 40.000 km de vias navegáveis. Nessas condições, o aproveitamento do transporte, por meio de comboios de barcaças impelidos por empurradores, deverá transformar-se numa preocupação constante na Amazônia não só porque seja um transporte barato, mas também porque constitua a melhor solução para transferir carga pesada de um ponto a outro na bacia amazônica.

Fronteiras mortas não são símbolos tangíveis de soberania. Já em sua obra, que merece releitura, intitulada *Fronteiras nacionais* (3ª edição Rio de Janeiro, 1922), José Maria Mac-Dowell assinalava o abandono das fronteiras do Brasil, notadamente da fronteira norte, referindo-se como jurista a uma série de fatos, que frisaram pelo escândalo, de concessões irregulares feitas a estrangeiros que não souberam aproveitá-las economicamente.

Fronteiras mortas não só propiciam o contrabando em larga escala, como atraem aventureiros que as consideram «terras de ninguém», aí se fixando mercê de falsos títulos de propriedade ou nelas estanciando em razzias predatórias. Mal o Pico da Neblina (de 3.014 metros de altitude) na fronteira com a Venezuela foi reconhecido como parte do Brasil em decorrência dos trabalhos demarcatórios realizados pela Comissão Demarcadora de Limites — 1ª Divisão, do Ministério das Relações Exteriores, chefiada pelo General Bandeira Coelho, apareceu um aventureiro que se julgou dono desse acidente orográfico.

Sem dúvida a fronteira está marcada no mapa. Está. Mas pode ser zona morta, quando não tiver população brasileira, polícia brasileira, guarnição militar brasileira. Então que soberania é essa que *dinamicamente* não se *exerce*?

Se na *Amazônia* ainda existem desertos demográficos, muita culpa cabe sem dúvida ao nosso federalismo antiquado. Se o Governo Federal houvesse de há muito cuidado da criação de novos territórios federais, zonas vazias poderiam ter sido transformadas em áreas de progresso. Atente-se, por exemplo, para o deserto existente entre os rios Jari e Nhamundá e as serras de Tumucumaque a Acari, o qual apresenta apenas os *tristes* povoados de Aperó, Meriruma, Tacalé e Tarima na bacia do rio Paru. Nada mais. Essa zona já devia ser de há muito um *território* federal. Em contraste com essa área, aí está a rodovia Brasília-Belém, eminentemente *pioneira* e *colonizadora*, a qual já suscitou *um* deslocamento de cerca de 500.000 nordestinos para suas margens e *acarretou* a fundação de mais de 30 povoados ao longo do seu percurso.

Felizmente, a Engenharia do Exército está construindo a rodovia Manaus-Guajaramirim (a BR-319); e o 6º BEC, instalado em Boa Vista (Roraima), construirá as rodovias Manaus-Boa Vista, fronteira da Venezuela, e a Boa Vista — fronteira do Estado da Guiana (a antiga Guiana inglesa).

Se a fronteira fôr morta, se não tiver vida econômico-social, que valerá como elemento de afirmação de soberania e que proteção terão os bens dominiais do Governo Federal? Mais uma razão, pois, entre muitas outras igualmente militantes, para que, na faixa federal de fronteira, a densificação demográfica, econômica e social seja *também* iniciativa de planejamento militar. Imperativos de segurança nacional obrigam o Governo Federal a ativar o uso público da faixa federal de fronteira no sentido de coloniza-la, bem como de protegê-la militarmente. Napoleão afirmou que «a Política de todas as Potências está na sua Geografia». Neste caso, a nossa geografia obriga-nos a prestar atenção ao fato de ser o Brasil um país-continente que necessita ter altamente sensibilizado seu órgão periférico — a fronteira. Se quisermos as nossas fronteiras em estado de vivas e de vigiadas, pensemos em povoá-las e militarizá-las progressivamente. É uma função de nacionalismo claro e aberto, sadio e previsor, nacionalismo que não enxerqa fantasmas ao meio dia, e que deseja coisa que está na consciência de todos nós — um Brasil forte e progressista. Assim procedendo não estaremos incomodando ninguém. Estaremos, isto sim, cumprindo' em toda a plenitude, o dever fundamental de zelar pelo que é nosso numa permanente missão de resguardo e vigilância.

RIO GRANDE DO SUL: LINHAS GERAIS DE SUA FORMAÇÃO POLÍTICA

RAYMUNDO FAORO

A expansão lusa na direção do sul processou-se lentamente, com retardamento de quase dois séculos. Paranaguá, no atual estado do Paraná é de 1647, e Desterro, na Ilha de Santa Catarina, de 1673. O espantallo das Tordesilhas opunha, em favor dos espanhóis, título de legitimidade às pretensões portuguesas, amparadas pela prioridade da descoberta e navegação do Rio da Prata, ponto extremo das reivindicações territoriais portuguesas na América (expedição de D. Nimo Manuel de 1513). O Prata estava, na margem direita, ocupado, desde o século XVI, pelos castelhanos, sediados em Buenos Aires, duas vezes fundada, como atalaia do comércio ao rico e lendário Potosi. A margem esquerda, sobretudo no território do atual Estado do Rio Grande do Sul, não definida a soberania de nenhuma das duas potências peninsulares sobre a região, ficara entregue, no curso da primeira metade do século XVII, às lutas entre jesuítas e bandeirantes. As aldeias jesuítas fixaram-se, desde 1619, aquém do rio Uruguai, sob o estímulo dos espanhóis, espraiando-se nos vales dos rios Ibicuí e Vacacai, procurando, pela bacia do Jacui, aproximar-se do Atlântico. Os povoados proliferaram, como prolongamento das reduções do Paraguai e do Parapanema, estas em território do atual Estado do Paraná: N. S. da Conceição, em 1619; São Nicolau, sobre o Piratini, em 1612; N. S. da Candelária sobre o Ibicuí, em 1626; N. S. da Assunção, sobre o Ijuí, em 1626. Imensa obra de evangelização dos índios teve lugar, arredia, mas não hostil, às autoridades espanholas, estruturada na lição de Santo Inácio, criando uma civilização original, com economia própria, baseada na agricultura.

Entre 1630 e 1635, introduziram os padres nas reduções algumas cabeças de gado, de proveniência vicentina, porém originárias do Paraguai, distribuindo, em 1634, noventa e nove cabeças para cada aldeamento, proibida, nos anos iniciais, a matança. A bagualada já campeava

livremente nos pampas trazida pela expedição de Mendoza ao Prata em 1535, com o desembarque de setenta e dois cavalos e éguas. Os rebanhos, protegidos pelos acidentes naturais de florestas e rios (os rincões), proliferaram com abundância, povoando as famosas «vacarias do mar». Um acidente, porém, cortou o espraiamento jesuítico rumo ao mar. As incursões bandeirantes, em busca do índio forte e manso alcançaram o Rio Grande do Sul, em 1636, com Antônio Raposo Tavares, repetindo-se em 1637 (André Fernandes) e 1638 (Fernão Dias Paes). A ferro e fogo os padres, com os índios remanescentes da preia paulista, batidos impiedosamente, retraíram-se, espavoridos, aos seus pontos de partida, volvendo sobre o Uruguai para a mesopotâmia do Paraná. Lograram os inacianos, depois de recolhidos ao Paraguai deter as investidas dos bandeirantes, que, ao destruírem os obstáculos jesuíticos, no Paraná e Rio Grande do Sul, ameaçavam abrir caminho pelo interior, ao Peru e ao Prata. A luta prossegue pelo espaço de quarenta anos, sem que se cansem os padres de advertir às autoridades espanholas: «Vayan abriendo paso y camino ai Peru». No Prata, os paulistas, mercê desses avisos, eram esperados a todo momento à frente de numerosas tropas.

O Rio Grande, como conseqüência dessa luta áspera e dura, ficou ao abandono durante cinquenta anos. O gado solto, sem pastoreio e abate, multiplicou-se extraordinariamente. Ganhou o pampa, em todas as direções, alimentado pelas pastagens naturais das planuras do sul, no Uruguai e no Rio Grande.

Em 1680, afinal, tomou realidade a advertência jesuítica, em obra oficial da metrópole lusa, e não da iniciativa tumultuária paulista. D. Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, no cumprimento estrito de ordem regia, em desafio audacioso ao Tratado de Tordesilhas, ocupa a ilha de São Miguel, na margem esquerda do Prata, frente a Buenos Aires. Nascia uma praça fortificada, teatro, durante um século, de luta armada entre as metrópoles portuguesa e espanhola, com o nome de Colônia do Sacramento, cobrindo as trinta léguas, até a boca do Rio da Prata, doadas em 1674 a Salvador Correia de Sá e Benevides, na jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro, ampliado em 1676 até os confins das terras concedidas, por força de bula papal. A trinta dias de viagem marítima do Rio, com o apoio mais próximo na ilha *do Desterro*, em Santa Catarina, a Colônia, no espaço de um século, foi quatro vezes arrasada e três vezes restituída a Portugal, vivendo na dependência das guerras da Europa e dos tratados. Destruída, mal assentados seus fundamentos em terra, a Colônia renasceu, no ano *seguinte, para permanecer em* mãos portuguesas até 1706. Portugal a recuperou em 1715, como decorrência do Tratado de Utrecht, com o *território de toda a* margem esquerda do Prata ou circunscrito ao raio de um tiro de canhão, conforme a interpretação, respectivamente, lusa e castelhana.

A fundação de Laguna, em 1682 ou 84, forneceu à Colônia um ponto de apoio mais próximo para acudi-la das aperturas em que a colocavam o índio, industriado pelo jesuíta, e o castelhano. A costa do Rio Grande, desprovida de abrigos naturais, hostil à abordagem poderia ser evitada, com a base em Laguna pela abertura de caminhos terrestres. Concomitantemente com a consolidação desses dois pontos do domínio português — a Colônia e a Laguna - os jesuítas, aliviados da pressão paulista nas suas bases paraguaias, retornam ao Rio Grande, da pressão paulista nas suas bases e paraguaias, retornam ao Rio Grande, atravessando, pela segunda vez o Uruguai, em cuja margem esquerda estabelecem os Sete Povos das Missões (São Nicolau, São Miguel, São

Luiz, São Borja, São Lourenço, São João e Santo Ângelo), em fundação nos domínios reivindicados pela Coroa lusa. Mais tarde, para fechar o cerco sobre a Colônia, os espanhóis fundaram Montevideu (1726), dificultando a expansão conquistadora da praça portuguesa, limitada a viver, durante um século, das incursões na sua orla, em busca do gado ou prosperando pelo contrabando com o Prata, negócio de vulto, na época, e que fazia, escoar a prata peruana para as mãos inglesas cujos artigos serviam de instrumento à burla do monopólio comercial castelhano. A extração de couros, decorrente da pilhagem de gado, e o contrabando de mercadorias de proveniência inglesa, definem duas figuras marginais, que seriam uma constante da sociedade riograndense: o pilhador de gado (o futuro gaúcho) e o contrabandista. A nota específica dessa incipiente sociedade seria a organização militar. A Colônia, como presídio armado, condicionava todas as atividades econômicas sob sua proteção. Seria o germe de um patriciado militar, enriquecido pelas pilhagens do gado, com o fito de recolher couros (as arreadas), praticado por grupo nômade, sem lei e sem rei, a golpes de lança e boleadeira, ajudado pelo cavalo. O contrabando era praticado pelos soldados e chefes, em ambas as margens do Prata, sob o estímulo discreto da Inglaterra, fornecedora dos produtos descaminhados. As riquezas do Potosi escoavam-se, desse modo, para as Ilhas Britânicas, após a intermediação portuguesa.

A Colônia, sitiada nos seus estreitos limites, inquietada pela vizinhança incômoda vivia precariamente. Nenhuma expansão dela se projetara, em demanda ao interior e à costa, atravessando os campos próximos, no rumo do Rio Grande. De outro lado, a Laguna, apertada entre o mar e a serra, não lograra constituir núcleo seguro de socorro. Entre um e outro estabelecimento mediava longo espaço, cuja travessia marítima não se suavizava por nenhum porto, dificultada a passagem terrestre pelo assédio dos índios e pela ausência de caminhos. Perdida a Colônia, o deserto intermédio cairia em mãos espanholas, pela pressão do Prata ou pela descida das Missões jesuíticas. Diante de tais circunstâncias, para evitar o malogro do presídio, duas novas iniciativas, de cunho diverso, procuram cobrir o deserto interior, povoado de gado e cavalgadas. A primeira dessas providências prate da Laguna. Parece que mesmo antes de ser ela criada, Domingos Brito Peixoto, seu

fundador, alcançara a Lagoa dos Patos. Um caminho precário entre o Rio e a Colônia foi aberto em 1703, por Domingos de Filgueira, sobre a velha trilha bandeirante, sucedendo-se em 1/15, determinação do Governador do Rio ao capitão-mor da Laguna para que reconhecesse o Continente, ordem logo cumprida, com a entrada exploratória até o Rio Pardo. Nessas excursões iniciais esboçam-se os raios da penetração lagunense: a barra do Rio Grande, pela costa; e o rio Pardo, pelo interior, nas margens do Jacuí. Um fato veio, porém, apressar a conquista, já reconhecida pela sua riqueza. O aparecimento em 1723, de cinco castelhanos para comerciar gado recolhido do sul, logo comunicado a São Paulo, provocou imediata ordem de Rodrigo César de Menezes a Francisco de Brito Peixoto para seguir para o Rio Grande, onde deveria fundar uma povoação. Originasse daí a «frota» de João Magalhães, genro do fundador da Laguna, levada a cabo em 1725. Reconhecendo caminhos e estabelecendo currais abriu-se o comércio de trânsito. É a fase das «invernadas» que se inicia, caracterizada pela necessidade de reunir o gado alçado, arrebanhado para as tropeadas. Começa aí o ciclo dos tropeiros, persistente na economia do sul por dois séculos, incrementado pela necessidade de muares e gados das Minas, sem os quais não se poderia expandir o «rush» do ouro, carecedor de transporte e alimentação. O reconhecimento determinou a ocupação definitiva do solo, a partir da Laguna para o sul, pela gente de Brito Peixoto e pelo próprio João Magalhães, passo a passo, via Tramandaí, buscando Viamão, rumo ao Guaíba, a magnífica rede interior navegável do Continente, desde a barra do Rio Grande até aos afluentes do Guaíba. As invernadas cedem lugar às estâncias de gado e às lavouras, consolidadas a partir de 1733 pelas cartas de sesmaria. As estâncias invadem a faixa que vai do Tramandaí ao canal do Rio Grande, condensando-se na zona de Viamão, centro geográfico desse movimento de populações. Concomitantemente, a construção da estrada confiada ao sargento-mor Francisco de Souza Faria e aberta em 1727 (em 1732 melhorada pelo tropeiro Cristóvão Pereira de Abreu, contratador dos couros da Colônia), que, do morro dos Conventos, em Araranguá, infletia para o planalto catarinense, na altura de Lajes, daí buscando o planalto de Curitiba, marginaliza a Laguna, reduzida a um pobre porto de mar com sua população em fuga para o Rio Grande, onde as terras eram férteis e o gado abundante. Abra-se a era da estância, caracterizada pela pilhagem do gado, associada à agricultura, que florescerá por cinquenta anos. Uma sociedade pacífica e ordeira, sem o tumulto militar da outra, que nascera na Colônia, conservará, no futuro, feição particular.

A outra iniciativa, que aproximaria os dois elos extremos da conquista do Rio Grande, parte de uma expedição destinada a socorrer a Colônia do Sacramento, posta a cerco durante 22 meses. O Brigadeiro José da Silva Pais recolhesse, em 1737, ao rio Grande, atravessando-lhe a barra, onde já o aguarda o tropeiro Cristóvão Pereira de

Abreu, à frente de 160 aventureiros. Ligam-se, desta sorte, as duas fontes de penetração lusitana, no extremo alcançado pelos lagunenses. Na barra, funda a fortificação Jesus Maria José, origem da atual cidade do Rio Grande. O Rio Grande militar e guerreiro que se expande em torno das fortalezas e acampamentos, por meio das estâncias, completa-se com o Rio Grande agro-pecuário, na busca de interpenetração de atividades e interesses. Viamão ganha o no Gravataí, transpondo-o, e se espalha pelos campos que confinam com o rio dos Sinos, à margem do qual em 1824 se localizará a colonização alemã. As populações se adensam nos dois núcleos, mercê da imigração açoriana situados no Rio Grande (1749) e em Viamão (1/52), seguindo a linha de penetração já iniciada pelos paulistas e lagunenses e soldados desmilitarizados.

O esboço de colonização, impulsionado a partir dos 2 centros, consolida-se com as conseqüências do Tratado de Madri (1750). A Espanha, na forma desse ajuste, incorporaria ao seu domínio, definitivamente, a Colônia do Sacramento, com todo o território do atual Uruguai. Por sua vez, Portugal receberia as Missões, afastados os estabelecimentos jesuítas para a outra margem do rio Uruguai, com o deslocamento de suas populações, em repúdio ao princípio do *uti possidetis*. A Comissão demarcadora, sob a chefia, pelos portugueses, ce Gomes Freire de Andrade, encontrou, para cumprir sua tarefa, tenaz oposição dos índios aldeados, instigados pelos inacianos. Sepé Tiaraju, figura que se projetaria na história cercada da aura da lenda, opôs-se aos planos das Coroas peninsulares. O número de índios rebelados, *insolentes* nas suas exibições bélicas, forçou a criação de um exército demarcador, preparado para longa e áspera campanha. O plano estratégico de Gomes Freire, pacientemente lançado, projetou o terceiro, último e definitivo elo da conquista riograndense, ligando-se aos dois outros (Rio Grande e Viamão) pela imensa e contínua via hidrográfica da Lagoa dos Patos, rio Guaíba e seus afluentes. O domínio dessa base líquida consolidaria a conquista e definiria o contorno da colonização. Partindo do Rio Grande, com escala no porto de Viamão (depois Porto dos Casais e Porto Alegre), subiu Gomes Freire o rio Jacuí (afluente do Guaíba), até alcançar seu extremo navegável, onde fundou, no alto de um penhasco sobranceiro às suas águas e às várzeas e coxilhões do rio Capivari, uma fortaleza, com o mesmo nome da do Rio Grande «Jesus Maria José», guarnecida pelos Dragões, de eficiência comprovada no Rio Grande. Nascia a «tranqueira» do Rio Pardo (1752), que, invicta nas lutas posteriores, serviria de base para o domínio do território das Missões. No caminho de Viamão até o Rio Pardo a terra já se encontrava povoada, provida de fazendas de gado. Atrás da nova fortaleza, algumas famílias açorianas, aí prudentemente localizadas, deram começo à hoje cidade do Rio Pardo. Alargada a fronteira, protegida ao longo do Jacuí com depósitos de munição e vivercs, estava o exército da Comissão demarcadora, composto de *espanhóis* e portugueses, em condições de levar a guerra às aldeias

jesuíticas. Nos primeiros combates, o cacique Sepé Tiaraju foi morto, passando o comando dos índios ao cacique Nicolau Neenquiru, que sustentou a maior batalha da campanha — Caibaté (1756) —, ^{ra} a qual pereceu, depois de combater com valentia. Depois dessa cruel matança de índios, sacrificados pela deficiência de técnica militar e armamento, cessou a resistência, logrando Gomes Freire atingir a capital das Missões (o povoado de São Miguel) e banto Ângelo, ^a em poucos dias. Os remanescentes das Missões atravessaram o rio Uruguai ou fugiram para as florestas vizinhas. Os oficiais e soldados das forças vitoriosas recebem, como prêmio aos serviços, largas sesmarias, trocando a disciplina militar pela vida das estâncias de caráter semi-guerreiro, em constante preia de gado alçado (amadadas), tenazmente disputado pelos espanhóis, com os quais se concertaria a ^{pa} precária das incertas fronteiras em conflito.

Ao traçado inicial da conquista - Colônia do Sacramento e Laguna - substitui, por obra militar, a linha da colonização protegida pela bacia hidrográfica que se irradia da barra do Rio Grande, Viamão e Rio Pardo. Dentro de tal configuração geográfica, que exercia pressão para o exterior, define-se e consolida-se a economia riograndense. A agricultura toma particular incremento com o cultivo do trigo, ajudada pela mão-de-obra escrava, como desenvolvimento do núcleo de Viamão. Em 1748, a produção tritícola atingira 220.297 alqueires, iniciadas as exportações em 1790. O gado, nessa época, pouco valia, utilizado o couro para «surrões» de trigo. A estância, que, pela sua mobilidade, permitia rápida expansão, caracteriza-se como empresa de pilhagens de animais alçados, sem a preocupação da engorda e cria. Dentro de pouco tempo — em 1822 já o Rio Grande consumia trigo americano — a situação se alteraria, com a predominância absoluta do gado e o abandono do trigo. No outro extremo da faixa agrícola, interpenetrando-se, estratificava-se a sociedade militar rio-grandense. A militarização da campanha obedecia a moldes próprios, diferenciada do militarismo burocrático, cujo padrão era o Regimento dos Dragões. A diferenciação de atitudes levará ao conflito, veiado a princípio, entre as duas ordens. Os corpos de milícias, anteriormente da tênue defesa dos Dragões, manterão o vínculo entre a estância guerreira e a burocracia portuguesa, vínculo de estabilidade precária, sacudido, não raro, por violentas tensões, provocadas por interesses em choque.

Nem a anulação do Tratado de Madri, pelo de El Pardo (1761), com a volta ao *statu quo* anterior, nem o Tratado de Santo Ildefonso (1777) conseguiram desarticular a fronteira firmada com a campanha de Gomes Freire de Andrade. As Missões seriam do Rio Grande, pela fatalidade da sociedade que se criara na campanha. As hostilidades peninsulares, decorrentes do «Pacto de Família» destinado a combater a hegemonia marítima e comercial inglesa, ao qual não aderiu

Portugal, fiel a uma aliança muitas vezes secular, repercutiram imediatamente na América. O governador de Buenos Aires, D. Pedro Ceballos, tomou, em 1762, a Colônia do Sacramento, novamente em mãos de Portugal, em vista do Tratado de El Pardo, e, com um exército de três mil homens, depois de atravessar a planície uruguaia, ocupou a vila de Rio Grande (24 de abril de 1763), lançando uma cabeça de ponte em São José do Norte. O governador do Rio Grande, cel. Elói Madureira, transferiu a sede do governo para Porto Alegre, onde permaneceria definitivamente. Em poder de Portugal restavam apenas as povoações situadas ao norte da Lagoa dos Patos e do Jacuí, em ocupação que se prolongou por treze anos, e apesar das determinações do Tratado de Paris (10 de fevereiro de 1763), apenas a Colônia do Sacramento foi absorvida. A posse espanhola sofreu constante inquietação de assaltos e guerrilhas, já comandados por rio-grandenses, os caudilhos à frente de seus gaúchos. A estância desenvolvia, assediada pelo castelhano, constante atividade militar, com o auxílio de peões, preadores de gado e contrabandistas. A guerra estimulava os aventureiros, com a promessa dos despojos e das vastas sesmarias. Apertado dentro de sua fronteira hidrográfica, o Rio Grande não cede à pressão espanhola, espetacularmente lançada, numa ocasião, pelo exército de três mil homens do governador de Buenos Aires, D. Juan Ortiz y Saicedo, concentrado às portas da tranqueira do Rio Pardo, em 1773. Vencido Rio Pardo, o espanhol desceria, pelo Jacuí, ao Guaíba, encontrando-se com as forças que se projetariam da barra do Rio Grande, descrevendo, em sentido contrário, o curso estratégico de Gomes Freire de Andrade. A resistência, sob o comando de valoroso governador do Rio Grande, o Cel. Marcelino de Figueiredo (1769-1780), conseguiu deter as duas posições chaves, São José do Norte e Rio Pardo, nas mãos de Portugal, defendidas por apenas quatrocentos e trezentos homens, respectivamente. É que, em auxílio da pesada e tarda máquina portuguesa de guerra, conjugava-se, agora, uma técnica guerreira peculiar ao pampa, baseada na velocidade do cavalo e na surpresa das arremetidas. Tropas pouco numerosas, sem canhões ou carretas, a cavalo, equipadas de lança, pistola e faca, alimentadas com o gado entre uma correria e outra, sob a chefia do mais hábil, arguto e valente, desmantelariam os tardos comboios militares. O chefe é, agora, o caudilho, animado pela adesão carismática e incondicional dos seus seguidores. A «arriada», constituída para apoderar-se de gado e para a represália das investidas castelhanas, amadurece e se apura numa arte *militar* que, por quase duzentos anos, dominaria o sul, aquém e além do Prata. Nesse ambiente surge o primeiro legendário caudilho rio-grandense, Rafael Pinto Bandeira (1740-1795), a quem incumbia retardar, inquietar e atalhar a investida castelhana. Graças aos estragos que lhe causou na vanguarda, com ataques de surpresa, não se atreveu Vertiz y Saicedo acometer Rio Pardo, aturdido com a irrupção de um fenômeno que ainda não compreendera em toda a extensão. Junto à

organização burocrática, levanta-se um poder nôvo, àquela inassimilável, que o guardava e vigiava, mas não o submetia incondicionalmente. A ocupação teve fim graças a uma campanha de grande envergadura, chefiada pelo Tenente-General Henrique Bönn, a serviço de Portugal, à frente do mais numeroso exército já reunido em território brasileiro (6.800 homens). Depois de dois anos de luta, onde se destacou a ação de Rafael Pinto Bandeira e a primeira geração guerreira de rio-grandenses, o Rio Grande foi reconjuistado (1º de abril de 1776). As guarnições espanholas, uma a uma, cedem lugar às forças lusas e rio-grandenses.

Essa jornada de treze anos revela a coexistência de duas sociedades, com seus heróis diversos. José Marcelino é o herói oficial e Rafael Pinto Bandeira o herói popular. A revelia do governador do Rio Grande, Rafael Pinto Bandeira, que se torna o mais rico estancieiro, partilha as terras entre seus amigos e colaboradores, contemplados com rebanhos tomados do castelhano. Define-se, a partir desse remoto período colonial, uma dissensão econômica e social, que só teria termo em 1930, depois da sangrenta década de 1835-45 e da penosa Revolução federalista. O conflito, obscuramente pressentido, definido no mal-estar de uma ordem social desajustada, teria, já em plena República, formulação clara.

A luta libertadora, antes do revide castelhano, que já começara com o arrasamento da Colônia do Sacramento, mais uma vez, esta a última vez, teve um desfecho infeliz e inesperado, com o Tratado de Santo Ildefonso (1777). O território riograndense reduziu-se em mais de um terço do que o previsto no Tratado de Madri, com a volta do território das Missões ao domínio espanhol. A sociedade riograndense, formada à margem do oficialismo, consciente de seus interesses e de sua força militar, não aceitou o ajuste de 1777, que feria um movimento em ascensão, para o qual as Missões constituíam um espaço satélite, exposto ao comércio e contrabando riograndense, invadido pelas «arriadas», dependente de sua economia. A obra de Gomes Freire, colonizando Rio Pardo, projetava-se ao norte e noroeste, com a ocupação de Santa Maria da Boca do Monte, com o cêrco do território das Missões, desorganizado na sua vida interna, exausto de homens e recursos depois da sangria de 1756. A longa e precária paz de vinte e quatro anos preparou a ação de 1801, motivada pelas hostilidades das Corôas peninsulares, agitadas com as guerras napoleônicas. Com o estímulo do comandante dos Dragões do Rio Pardo, cel. Patrício Corrêa da Câmara, primeiro visconde de Pelotas, dois caudilhos riograndenses, filhos da escola guerrilheira de Rafael Pinto Bandeira, em avanço fulminante, conquistam para Portugal o extenso território das Missões. José Borges do Canto, filho de estancieiro, soldado raso desertor do Regimento dos Dragões, figura que se tornara lendária no mundo dos aventureiros que dominavam a fronteira em guerra permanente, em manobra associada com Manoel dos Santos Pedroso, fazendeiro da região de Santa

Maria, à frente de bando pouco numeroso, talam as velhas Missões, então administradas por um prepôsto do vice-rei de Buenos Aires. Aos conquistadores se incorporam os remanescentes das reduções jesuíticas, ansiosos pela mudança de domínio, reduzidos à miséria por um governo distante e desinteressado de seus problemas. Da antiga civilização haviam restado apenas ruínas e uma população de 1.500 índios em completa miséria. Após a conquista a larga distribuição de sesmarias, disputadas pela fama de fertilidade de suas terras, consolidou a colonização, que atrai povoadores de São Paulo das comarcas de Curitiba e Lajes, juntamente com os soldados aquinhoados pelos seus feitos.

O feito militar completa a integração geográfica do Rio Grande, de forma definitiva. As Missões passaram a ser riograndenses e a Colônia do Sacramento, depois de um século de disputas, incorpora-se definitivamente ao domínio espanhol. A população, de 17.923 habitantes em 1780, cresce rapidamente, fomentada pelas correntes imigratórias do norte — os «baianos», como os riograndenses passam a chamar os filhos das outras províncias — alcançando 70.656 pessoas em 1814, com cerca de um quarto de escravos. Com a elevação à Capitania Geral, em 1807, encerra-se, também, um ciclo da história riograndense. A sociedade estratifica-se, enrijecendo-se a estrutura de classes. A estância ocupa o centro da vida econômica, manancial do tropeiro de cavalgaduras que alimenta as feiras de gado de São Paulo, sobretudo a de Sorocaba, para daí espriar-se para o norte, e fonte do gado, que as charqueadas passam a consumir. Essa vinculação comercial afasta a fazenda do tropismo feudal e autárquico, para torná-la dependente do mercado, onde o produto valoriza a terra e não vice-versa. Graças às charqueadas, introduzidas no Rio Grande como decorrência da retração dos produtores cearenses, assolados pela grande seca de 1777, o gado se valoriza, determinando a transformação da estância, empresa de pilhagem, em empresa racional, de tendência exclusivista, ao ponto de expulsar o cultivo de trigo da economia sulina. A economia riograndense articula-se ao resto do Brasil com o caráter subsidiário, atendendo às necessidades de alimentação da escravatura e das classes pobres do Norte, bem como fornecendo as cavalgaduras ao país, o único meio de transporte então utilizado. Formava-se, com isso, uma unidade fechada de produção, ligada ao mercado interno nacional, com interesses homogêneos, sem nenhum produto de exportação (com exceções sem grande significação). A peculiaridade, associada à formação militar, dariam à sociedade sulina uma consciência de isolamento, agravado pelo caráter secundário de sua economia, não essencial aos interesses da classe dominante da Corte, preocupada com as exportações agrícolas. As charqueadas, que logo modificaram a paisagem, sediadas sobretudo na região de São Francisco de Paula — a atual Pelotas — progrediram rapidamente em consequência das agitações decorrentes da emancipação do Prata (1810). Os «saladeros» de Buenos Aires e Montevidéu concorriam nos mercados brasileiros com um produto melhor e mais

barato desbancando o similar riograndense nos períodos de paz. Esse o outro caráter da economia riograndense: a concorrência estrangeira. Sem a proteção do Centro, a produção do sul não poderia se impor no mercado consumidor, estimulando no riograndense sentimento de revolta pelo abandono, agravado com os altos impostos que feriam o charque. Na terceira década do século XIX a estância se tornara uma empresa lucrativa, ligada ao mercado, dependente sua prosperidade da charqueada.

A mobilidade vertical das classes perde seu impulso, findas guerras de fronteira. As terras já estavam cobertas de sesmarias, não raro gerando pleitos intermináveis. Alargasse, na base, o proletariado rural, composto do gaúcho: «vagabundo, mas valente nas guerrilhas* coureador, por sua conta, mas excelente campeiro; arisco, indócil, mas agradecido quando bem tratado...» Extintas as antigas arreadas tornava-se peão, entre nômade e campeador, ganhando, com o tempo, uma aura de respeito. As estâncias imensas transformavam o Rio Grande num «deserto povoado», onde, em 1803, contavam-se apenas quinhentos proprietários, formando, na fronteira, o patriciado militar, no mesmo pé de igualdade do tropeiro. A guerra fazia dos chefes os caudilhos, aos quais a peonada seguia, num movimento de identificação emocional, carismáticamente. O contrabando também criava os chefes, à frente de bandos armados, sujeitos às suas próprias leis, fomentando um caminho de ascensão, aberto marcialmente na ordem cerrada da sociedade estancieira. Ao Leste, todavia, formava-se uma sociedade pacífica e próspera, com sede em Porto Alegre, arredia da aventura e das guerras, agarrada à bacia hidrográfica, fiel aos costumes açorianos.

O século XIX reservou ao Rio Grande a missão de vigiar a fronteira meridional, como sentinela da política imperial no Prata. As campanhas platinas firmaram a sociedade marcial, fazendo surgir os líderes riograndenses, em geral vinculados às milícias. A solidariedade do particular com o Estado firmou-se, no curso do século, em amálgama de interesses, entendido o Estado como obra do homem em armas, sem a mística "das entidades burocráticas. Se o Estado se afastasse do cidadão, a este ocorreria o recurso revolucionário, de rebeldia, substituído pela camada de guerreiros nativos. Daí o caráter altivo, sobranceiro, às vezes *autoritário* do homem riograndense, amante da liberdade e da autonomia, mas, ao mesmo tempo, exigente da disciplina dos comandados.

No curso do governo do primeiro presidente da Província, Desembargador José Feliciano Fernandes, futuro senador do Império e Visconde de São Leopoldo, chegaram ao Rio Grande os primeiros imigrantes alemães, estabelecidos à margem do rio dos Sinos (1824). Consolidar-se-ia, com essa medida, uma tradição do imigrante pequeno proprietário rural, iniciada com o açoriano, e que se propagaria até as primeiras décadas do século XX. Em 1858 já teriam entrado 7.911 imigrantes. Vinte anos após a primeira leva de alemães se haver insta-

lado, disputando as terras aos índios, São Leopoldo, a capital teuto-brasileira, já exportava produtos da lavoura, do artesanato e da pequena indústria. A margem da sociedade pastoril com seus contrastes de classe, floresce o pequeno propretário, modificando, de sempre de modo crescente, a paisagem pastoril riograndense

A organização política da Província, com a Assembléia Provincial, trouxe à tona as tensões sociais latentes na economia do gado. A asfixia tributária a que a submetia o Governo Imperial, comprometendo

similares no período regencial. As classes produtoras, credoras e charqueadores, unidas ao patnciado militar nao burocrático, encontraram expansão de seu descontentamento na imprensa e na assembléia provincial. O esforço das guerras contínuas, desfalcando a riqueza dos campos sem indenização, em época em que o gado não se encontrava solto, à mercê do pilhador, acendeu fundos descontentamentos. O Rio Grande exigia, como unidade econômica e social, um lugar nas decisões do Centro, empolgado pelos exportadores de produtos tropicais e pelos importadores urbanos, donos do capital financeiro. O isolamento forçava uma abertura, em busca da Integração nacional. Um líder de extraordinário prestígio, célebre pelos feitos nas guerras contra Artigas, fêz-se o porta-voz das reivindicações: o deputado Bento Gonçalves. O presidente da Província, José Mariani, com o apoio do comandante das armas, o Marechal Barreto Pinto, move-lhe a surda guerra de extermínio. Uma pequena intriga precipita o confronto pelas armas. Bento Gonçalves, acusado de conspirar contra a integridade do Império por seus entendimentos com o caudilho uruguaio J. Antonio Lavalleja, logra, em concerto com a Corte, nomear nôvo presidente provincial, Fernandes Braga. A mudança não conseguiu aliviar a dissensão, alimentada pela sociedade pastora comandada por seus caudilhos. A revolução começa em 19 de setembro de 1835, com a entrada triunfal de Bento Gonçalves em Porto Alegre, à frente das tropas riograndense, reforçadas por adesões nas linhas imperiais, notadamente do Cel. Bento Manoel Ribeiro e do Major João Manoel de Lima e Silva, irmão do Regente e tio do futuro Duque de Caxias. Logram os revolucionários indicar para o governo da Província o Dr. José Araújo Ribeiro, deputado geral pelo Rio Grande, que, bem recebido por Bento Gonçalves, é hostilizado pela facção exaltada da Assembléia, extremamente federalista. Esse equívoco, gerado por desconfianças e intrigas, provoca defecção do Cel. Bento Manoel. Deflagra-se a Revolução, agora identificada com o federalismo, ao qual, por fidelidade aos conjurados, se filia Bento Gonçalves. Instala-se a duplicidade de governo, com o Dr. Marciano Ribeiro na presidência da Província e o Major João Manoel de Lima e Silva comandante das armas, pelo lado farroupilha, em Porto Alegre, e os delegados imperiais em São José do Norte, junto à barra do Rio Grande. A guerra se desenrola em torno

da vasta bacia hidrográfica da Província, com a vantagem inicial das armas farroupilhas, que, em 7 de abril de 1836, se assemelhavam de Pelotas. Antônio de Sousa Neto, um dos mais expressivos líderes rebeldes, vence os imperiais no Seival (10 de junho de 1836) coloca quase todo o território da Província em poder dos farroupilhas com exceção da estratégica linha da barra do Rio Grande, chave do território, cuja importância já fora notada por Silva Pais, 'um * antes. A perda de Porto Alegre (15 de junho de 1836), devida a um golpe de surpresa por parte dos imperiais, compromete, para o futuro o êxito da guerra. Com essa vitória, os farroupilhas ficam desfalcados da base hidrográfica, com suas comunicações nacionais, à cuja borda vivia a pacífica população do Leste, sedentária e avessa à sociedade da fronteira, com suas reivindicações federalistas. As populações lagunenses e açorianas, com o tropismo nacional e integrador ao Império que lhes ditou a economia, separou-se da causa farroupilha, fornecendo a base da reação do Centro. Daí por diante a guerra, agravada pelo desastre do Fanfa (4 de outubro de 1836), no qual são aprisionados Bento Gonçalves e Onofre Pires, tornou-se uma causa perdida, sustentada com obstinação durante nove anos. O General Antônio Neto, em 11 de novembro de 1836, proclama a República do Piratini, separada do Império, com sede na vila de Piratini. Bento Gonçalves, escolhido presidente quando ainda prisioneiro, é substituído na chefia do Executivo por José Gomes de Vasconcelos Jardim. O Major Manoel de Lima e Silva, promovido a general, assume a chefia do Exército revolucionário, sucedido, por morte, pelo General Antônio Neto, uma das maiores figuras da década heróica, substituído, no período final, por Davi Canabarro. O separatismo foi meio necessário ao prosseguimento da luta, com a reserva expressa dos revolucionários de se reincorporarem ao país logo que banido o trono. Federalismo e república são o lema da insurreição, que, à repulsa ao Império, aliava-se ao sentido nacional, vinculada estreitamente aos movimentos sediciosos das outras províncias, ampliando suas pretensões, parece, e uma união federal com o Uruguai, Santa Fé e Três Rios. Os farroupilhas, para uma população de 200.000 habitantes, reuniram um efetivo militar de cerca de 10.000 homens. A marinha republicana, num certo período sob o comando de José Garibaldi, composta de poucos e mal equipados barcos, não logrou anular a supremacia imperial, firmemente estabelecida na bacia hidrográfica Guaíba-Lagôa dos Patos, embora creditasse aos seus serviços alguns feitos de brilho efêmero, como a expedição à Laguna, onde Davi Canabarro proclamou a República Juliana (1839), de curta duração. Depois da evasão de Bento Gonçalves, que se reintegrou à guerra, a Revolução, nos primeiros cinco anos, mercê do domínio do «hinterland», manteve maior agressividade nas ações. Ajudou-a o opulento rebanho (5.000.000 bovinos, 1.000.000 de eqüinos), bem como a continuidade do comércio de muares para São Paulo e a exportação pelo Porto do Rio Grande, tolerados pelos

imperiais. A República organizou-se internamente, com a cobrança de ingressos fiscais, estabelecendo relações diplomáticas com o Uruguai e as províncias de Entre-Rios e Corrientes, que lhe franquearam os portos de Montevideu e Buenos Aires. Cuidou de obras públicas e da sua institucionalização, convocada uma Assembléia Constituinte, que se encerrou sem votar a Carta Magna, dilacerada por dissensões de grupos. O ponto mais alto da luta seria atingido com o malogrado ataque a São José do Norte, comandado por Bento Gonçalves (16 de julho de 1840), desfechado com o propósito de tomar a entrada da Lagoa dos Patos. Depois desse episódio sangrento, a guerra declina, condenada ao marasmo, incapazes os rebeldes de conquistar Pôrto Alegre, durante três anos cercada pelas tropas de Bento Gonçalves. As reservas de munições, cercada pelas tropas de Bento Gonçalves. As reservas de munições, vestuário e víveres dos farroupilhas exauriam-se rapidamente. Do lado imperial, o comando do Gen. Luís Alves de Lima e Silva, barão de Caxias, que atraíra às suas fileiras o Brigadeiro Bento Manoel Ribeiro, que mais uma vez mudara de lado, tornou impossível a vitória farroupilha. Com seu tino militar, aliado ao tato conciliador, levantou, no Rio Grande, o espectro da invasão estrangeira de Rosas, logrando, com tais artifícios e o acêno de uma paz honrosa, pôr têrmo à luta, pelo convênio de Ponche Verde (28 de janeiro de 1845), cujas cláusulas, incluída a anistia ampla, honram os chefes farrapos. Aos republicanos coube indicar o presidente da Província.

A guerrilha cedera ante o poder bélico de uma estratégia de grande envergadura, com extraordinária superioridade de armas e combatentes. O poder do Império, concentrado no sul, prevaleceu sôbre os dispersos caudilhos, que serviriam, sob o comando de Caxias, nas duras campanhas posteriores: a luta contra Rosas (1852) e a Guerra do Paraguai (1864-70). Essas guerras, ao contrário da Revolução Farroupilha, não provocaram o colapso econômico da Província, senão que, a par de seus sacrifícios em soldados (33.803 soldados riograndenses na guerra do Paraguai), forneceu produtos agrícolas e pecuários, indenizados pelo justo valor. A agricultura, florescente com a colonização alemã, pôde, na contingência, contribuir largamente para a alimentação das tropas.

A diferenciação de interesses, aliada à desconfiança que a Revolução Farroupilha criara ao Império, extremara o isolamento riograndense, afastado da mesa das grandes deliberações do Centro. A ponte entre a Província e o Império foi, porém, aos poucos estendida pelo Partido Liberal, que, após a Guerra do Paraguai, depois de 1872, domina o Rio Grande até a República, com a originalidade da oposição vencer os pleitos mesmo contra o Gabinete. O Rio Grande, desamparado pelas oligarquias partidárias, surge, no cenário nacional, com uma linguagem nova e demolidora, em nome do povo, entidade até então desconhecida no Parlamento. Por meio da agitação democrática, Silveira Martins irrompe no cenário político carregado de ameaça revolucionária, como um farroupilha popular, ameaçando a paz das coligações e do reveza-

imperiais. A República organizou-se internamente, com a cobrança de ingressos fiscais, estabelecendo relações diplomáticas com o Uruguai e as províncias de Entre-Rios e Corrientes, que lhe franquearam os portos de Montevideu e Buenos Aires. Cuidou de obras públicas e da sua institucionalização, convocada uma Assembléia Constituinte, que se encerrou sem votar a Carta Magna, dilacerada por dissensões de grupos. O ponto mais alto da luta seria atingido com o malogrado ataque a São José do Norte, comandado por Bento Gonçalves (16 de julho de 1840), desfechado com o propósito de tomar a entrada da Lagoa dos Patos. Depois desse episódio sangrento, a guerra declina, condenada ao marasmo, incapazes os rebeldes de conquistar Pôrto Alegre, durante três anos cercada pelas tropas de Bento Gonçalves. As reservas de munições, cercada pelas tropas de Bento Gonçalves. As reservas de munições, vestuário e víveres dos farroupilhas exauriam-se rapidamente. Do lado imperial, o comando do Gen. Luís Alves de Lima e Silva, barão de Caxias, que atraíra às suas fileiras o Brigadeiro Bento Manoel Ribeiro, que mais uma vez mudara de lado, tornou impossível a vitória farroupilha. Com seu tino militar, aliado ao tato conciliador, levantou, no Rio Grande, o espectro da invasão estrangeira de Rosas, logrando, com tais artifícios e o acêno de uma paz honrosa, pôr têrmo à luta, pelo convênio de Ponche Verde (28 de janeiro de 1845), cujas cláusulas, incluída a anistia ampla, honram os chefes farrapos. Aos republicanos coube indicar o presidente da Província.

A guerrilha cedera ante o poder bélico de uma estratégia de grande envergadura, com extraordinária superioridade de armas e combatentes. O poder do Império, concentrado no sul, prevaleceu sôbre os dispersos caudilhos, que serviriam, sob o comando de Caxias, nas duras campanhas posteriores: a luta contra Rosas (1852) e a Guerra do Paraguai (1864-70). Essas guerras, ao contrário da Revolução Farroupilha, não provocaram o colapso econômico da Província, senão que, a par de seus sacrifícios em soldados (33.803 soldados riograndenses na guerra do Paraguai), forneceu produtos agrícolas e pecuários, indenizados pelo justo valor. A agricultura, florescente com a colonização alemã, pôde, na contingência, contribuir largamente para a alimentação das tropas.

A diferenciação de interesses, aliada à desconfiança que a Revolução Farroupilha criara ao Império, extremara o isolamento riograndense, afastado da mesa das grandes deliberações do Centro. A ponte entre a Província e o Império foi, porém, aos poucos estendida pelo Partido Liberal, que, após a Guerra do Paraguai, depois de 1872, domina o Rio Grande até a República, com a originalidade da oposição vencer os pleitos mesmo contra o Gabinete. O Rio Grande, desamparado pelas oligarquias partidárias, surge, no cenário nacional, com uma linguagem nova e demolidora, em nome do povo, entidade até então desconhecida no Parlamento. Por meio da agitação democrática, Silveira Martins irrompe no cenário político carregado de ameaça revolucionária, como um farroupilha popular, ameaçando a paz das coligações e do reveza-

mento pacífico dos partidos no exercício do poder. Uma liderança nova que o Rio Grande prestigiará durante trinta anos, ameaça, vez ou outra, «riograndisizar o Brasil». Ensaia Silveira Martins, premido pelas combinações financeiras do café, uma abertura política para sua Província, com base no elemento popular não explorado. É uma tentativa, se não de hegemonia, pelo menos de rompimento do cêrculo político a que ficara confinado o sul. Graças aos reclamos de seu líder, o Rio Grande entrou na fase ferroviária (Pôrto Alegre — São Leopoldo — Nôvo Hamburgo: 1874-76; Pôrto Alegre — Uruguaiana (1877 — 1880) — Cachoeira — Santa Maria (1885) Pelotas — Bagé (1881-84); Quaraí — Itaquí (1888). A barra do Rio Grande, cuja obstrução dificultava o comércio, recebe melhoria. Sômente em 1874, instala-se o Tribunal de Relação em Pôrto Alegre. Logrando atendimento para as reivindicações riograndenses, tornou-se Silveira Martins paladino da integração da Província com o Império, obra em que a República o surpreendeu.

Relevante, pelas conseqüências que traria, é a expansão das correntes imigratórias de alemães e italianos, oficialmente estimulados depois da segunda metade do século XIX. Ainda nesse fato é possível identificar a tensão das camadas dominantes do sul, gerada pela prepotência da política central, dominada pelo café e pelo açúcar. Buscava-se com a radicação do estrangeiro o incentivo a novas atividades econômicas — a agricultura da pequena propriedade e a indústria —, capazes de alargar o domínio dos senhores do gado, reforçando-lhe, em nome de uma economia diversificada, o peso diante do descaso dos meios políticos. O «progresso», ideologia prevalente no século, encontrava, — no Rio Grande, a tradução específica no estímulo à agricultura, quase abandonada pela sociedade pastoril, e às indústrias. A colonização alemã prosperava intensamente, espalhando-se pelos vales dos rios Caí, Taquarí e Pardo. A prosperidade das pequenas indústrias (calçados, arreamentos, chapéus) dava nova dimensão à Província. A partir de 1874, a corrente imigratória italiana, aquinhoada com lotes agrícolas, ganha impulso, com 60.000 colonos entrados no Rio Grande até 1889, dando feição particular a uma imensa região. Ao contrário da corrente imigratória localizada em São Paulo, os colonos riograndenses não se destinaram a substituir a mão-de-obra escrava. Formaram, apoiados na pequena propriedade, uma camada social de nível médio, justaposta à grande propriedade pastoril, com esta não vinculada por laços de solidariedade, aproximando-se da sociedade do Leste, pacífica, ordeira, abrigada junto às cidades. Estariam ausentes, portanto, das agitações do início da República, alheias às ideologias em pugna. A indústria, que nascia dos descendentes de imigrantes, teve rápido incremento no fim do século XIX e começo do XX, sem desenvolver-se além da mediania. Não alcançou, mesmo neste momento, o porte da grande indústria, em conseqüência da pouca possibilidade de capitalização dos estabelecimentos domésticos. Além disso, a poupança dos criadores de

gado não se canalizou para essa nova sociedade, empregada na melhoria das raças. O êxito da pequena burguesia industrial foi o elemento que tolheu, paradoxalmente, a criação da grande indústria.

Enquanto a imigração, pelos seus filhos e neto prospera, proli-fera no campo, sem horizontes, o proletariado rural, o peão, andarengo e inculto, sem a vida fácil dos antigos gaúchos, com o gado farto para carnear. Agora, o abate do gado para matar a fome torna-se crime, sujeito à repressão severa. A estatística criminal revela-se, ano a ano, mais alarmante, povoado o pampa de contingentes nômades e associais. A libertação dos escravos iria agravar o problema, conjugado com a abolição do recrutamento, sorvedouro natural dêesses elementos ingovernáveis.

O Partido Liberal, no momento em que reconciliaria o Rio Grande com o Império, removendo a tensão decorrente da economia subsidiária, tensão abrandada com o progresso agrícola e industrial, perdeu a agressividade democrática e popular dos idos de 1872. Tornava-se conservador, apoiado pela grande propriedade pastoril e pelos comerciantes de importação, em progressivo abandono de suas origens. Seu domínio, consolidado pela máquina de compressão eleitoral, que os gabinetes conservadores se acostumaram a respeitar, encontrou contestação nos propagandistas republicanos. «A Federação», que começou a circular em 1º de janeiro de 1884, apareceu disposta a desafiar a chefia de Silveira Martins, procurando vincular a Revolução Farroupilha, com suas côres heróicas, marcadamente federalistas, à causa republicana. Essa a tarefa que se propõe Júlio de Castilhos, avultando entre seus companheiros de propaganda, Venâncio Aires, Ramiro Barcelos, Assis Brasil, Pinheiro Machado, Demétrio Ribeiro e outros. Apela os republicanos para ressentimentos da predominância da Côrte, tentando despertar o dissídio contra o despotismo do Centro. A ressonância popular para a nova orientação é mínima. Um aliado inesperado, porém, lhes dá alento, recrutado nos quartéis, exasperados com a «Questão Militar», alimentada pelo exército em rápida ascensão, depois de longa campanha do Paraguai. A oficialidade que servia no Rio Grande do Sul, entre a qual se contava Deodoro da Fonseca, oferecia-lhes a oportunidade de um levante armado. O positivismo, do qual estavam encharcados os jovens republicanos, seria mais um traço de aproximação, sobretudo com a oficialidade moldada pela pregação de Benjamin Constant. A combinação entre República e Exército, a serviço da sonhada hegemonia riograndense, fruto do sentimento de isolamento econômico e político, seria uma constante da política riograndense, que desembocaria em 1930, com o reencontro da diretriz popular e democrática, já cultivada por Silveira Martins. Na disposição conjuratória de preparar a República com a espada, a espada dos burocratas e dos caudilhos, detendo-se apenas «diante da vitória ou da morte», colheu-os a surpresa do 15 de novembro.

gado não se canalizou para essa nova sociedade, empregada na melhoria das raças. O êxito da pequena burguesia industrial foi o elemento que tolheu, paradoxalmente, a criação da grande indústria.

Enquanto a imigração, pelos seus filhos e neto prospera, proliferava no campo, sem horizontes, o proletariado rural, o peão, andarengo e inculto, sem a vida fácil dos antigos gaúchos, com o gado farto para carnear. Agora, o abate do gado para matar a fome torna-se crime, sujeito à repressão severa. A estatística criminal revela-se, ano a ano, mais alarmante, povoado o pampa de contingentes nômades e associas. A libertação dos escravos iria agravar o problema, conjugado com a abolição do recrutamento, sorvedouro natural dêesses elementos ingovernáveis.

O Partido Liberal, no momento em que reconciliaria o Rio Grande com o Império, removendo a tensão decorrente da economia subsidiária, tensão abrandada com o progresso agrícola e industrial, perdeu a agressividade democrática e popular dos idos de 1872. Tornava-se conservador, apoiado pela grande propriedade pastoril e pelos comerciantes de importação, em progressivo abandono de suas origens. Seu domínio, consolidado pela máquina de compressão eleitoral, que os gabinetes conservadores se acostumaram a respeitar, encontrou contestação nos propagandistas republicanos. «A Federação», que começou a circular em 1º de janeiro de 1884, apareceu disposta a desafiar a chefia de Silveira Martins, procurando vincular a Revolução Farroupilha, com suas côres heróicas, marcadamente federalistas, à causa republicana. Essa a tarefa que se propõe Júlio de Castilhos, avultando entre seus companheiros de propaganda, Venâncio Aires, Ramiro Barcelos, Assis Brasil, Pinheiro Machado, Demétrio Ribeiro e outros. Apela os republicanos para ressentimentos da predominância da Côrte, tentando despertar o dissídio contra o despotismo do Centro. A ressonância popular para a nova orientação é mínima. Um aliado inesperado, porém, lhes dá alento, recrutado nos quartéis, exasperados com a «Questão Militar», alimentada pelo exército em rápida ascensão, depois de longa campanha do Paraguai. A oficialidade que servia no Rio Grande do Sul, entre a qual se contava Deodoro da Fonseca, oferecia-lhes a oportunidade de um levante armado. O positivismo, do qual estavam encharcados os jovens republicanos, seria mais um traço de aproximação, sobretudo com a oficialidade moldada pela pregação de Benjamin Constant. A combinação entre República e Exército, a serviço da sonhada hegemonia riograndense, fruto do sentimento de isolamento econômico e político, seria uma constante da política riograndense, que desembocaria em 1930, com o reencontro da diretriz popular e democrática, já cultivada por Silveira Martins. Na disposição conjuratória de preparar a República com a espada, a espada dos burocratas e dos caudilhos, detendo-se apenas «diante da vitória ou da morte», colheu-os a surpresa do 15 de novembro.

Silveira Martins, presidente da Província, admirado até a idolatria pelos seus partidários, ouvido e respeitado pela Corte, não raro temido é chamado pelo Imperador, na hora derradeira, para salvar o trono. Preso e isolado, deixara o Rio Grande ermo, à mercê dos republicanos, aos quais se juntaram logo os remanescentes do Partido Conservador' O espectro liberal exigia cautela, não permitindo, de imediato, um governo republicano, somente possível com o esmagamento militar dos adversários. Para preparar com suavidade a transição, escolheram os jovens de «A Federação», para governador interino, a figura veneranda do 2º Visconde de Pelotas, senador do Império, coberto de glórias na campanha do Paraguai. De índole conciliatória soldado da tradição de Caxias, sem vínculos com a geração positivista, serviria de biombo aos seus ardorosos secretários: Júlio de Castilhos Ramiro Barcelos, Antão de Faria e Barros Cassai. O dissídio de mentalidades precipitou os acontecimentos, com o abandono do governo pelo velho marechal. Sucederiam três anos de agitações, que revelariam a dura e áspera liderança de Júlio de Castilhos, com o férreo domínio do Partido Republicano; afeiçoado ao seu ideário positivista. Entre os republicanos de Castilhos e os liberais de Silveira Martins não havia meio termo possível: as conciliações fracassariam todas mesmo as que aspiravam a criar uma terceira solução como a de Assis Brasil, na mesma trilha malograda do Visconde de Pelotas. Os liberais e os dissidentes republicanos fundariam a União Nacional, que, com o regresso de Silveira Martins da Europa, em 1892 se transformaria no Partido Federalista, aceita a República como fato consumado, mas hostil à ascensão do jovem Júlio de Castilhos. Com o afastamento dos funcionários públicos, nomeação de republicanos, distribuindo a largas patentes da Guarda Nacional, sem desdenhar o uso da violência, o Partido Republicano desmontou, da cúpula à base, a máquina eleitoral do Partido Liberal, a mais poderosa do Império. Com realismo, impiedosamente, feriram-se as fontes do poder liberal, com o castigo financeiro necessário, com a destruição da propriedade em muitos casos. A Constituinte federal contou, diante da abstenção da União Nacional, com representantes apenas do Partido Republicano, fato que se repetiu na estadual. Castilhos fez votar sua Carta — 14 de julho de 1891 —, obra de manifesta inspiração positivista, ajustada à conjuntura riograndense, onde somente um executivo forte, reduzida a Assembléia à fiscalização orçamentária, poderia firmar o predomínio de um Partido. Era o instrumento apropriado à hora e ao líder, consciente de uma missão política. Eleito Presidente do Estado pela unanimidade dos deputados, Castilhos, apeado depois do poder, volta à chefia do executivo, onde se instala, por escrutínio direto, em 1893. Emigrados os federalistas, feridos na propriedade, ameaçados na vida, encontra Castilhos pela frente a Revolução, a mais cruenta que o Rio Grande conheceria.

As divergências entre castilhistas e gasparistas decorriam de causas profundas. Não se cifravam a disputas de chefes. Ambas as facções

eram federalistas, bandeira que, depois de arvorada pelos Farroupilhas, incorpora-se ao ideário gaúcho. Sustentava-a a peculiar economia subsidiária do Rio Grande, alijada das decisões da oligarquia produtora de artigos de exportação. A consciência de autonomia, com o Estado auto-suficiente para suas necessidades fundamentais, exasperava-se até ao isolamento. Em termos de política econômica essa situação poder-se-ia romper ou com a garantia de exportações, tarefa impossível face à concorrência platina, ou com a hegemonia sobre o país. O Partido Liberal encontrara um «modus vivendi» com o Império, na forma de autonomia integradora, à qual se acomodara o alto comércio e a grande propriedade rural. Por isso, o Congresso de Bagé, comandado por Silveira Martins, advogava o federalismo sob contróle da União, em termos moderados nas disputas internas, substituída a carta autoritária de 14 de julho por uma ordem majoritária-minoritária, que garantisse a representação das minorias. No plano federal, empenhava-se por um governo parlamentar, onde a predominância dos grandes Estados sofreria o contrapêso das possíveis coligações das unidades federadas menores. A bancada riograndense na Constituinte federal sustentava outras idéias, postulando, dentro da União, Estados autônomos, livres, como se fôssem pequenas repúblicas. A União teria suas rendas discriminadas taxativamente, cabendo as restantes aos Estados, que, em caso de calamidade pública ou insuficiência de recursos, a socorreriam. Haveria, assim, uma organização federal dependente dos Estados. Não toleravam, ainda, o comando intervencionista do Centro na economia privada e local, como ocorrera no Império, por meio da orientação financeira central. A criação do «Banco Emissor» no Rio Grande, por ferir a liberdade bancária, propôsto no período do encilhamento, provocou grave crise, com a renúncia do presidente do Rio Grande e de Demétrio Ribeiro, ministro do governo Deodoro. Para resistir ao Centro, urgia a organização de um Estado livre e autônomo, firmemente controlado por um Partido monolítico, representativo, inclusive, das camadas médias da população, em franca ascendência, como resultante da imigração. O positivismo, sem os extremos sectários, assegurava ao grupo dominante a unidade de pensamento, necessária para um Estado que, refugiado no isolamento, sonhava com a hegemonia nacional. O castilhismo tornava-se uma concepção específica do federalismo isolacionista e hegemônico, acobertado pela tradição de 1835.

A implantação do Partido Republicano, diante dessa situação, fêz-se a ferro e fogo. Os federalistas, perseguidos na propriedade, expurgados das listas eleitorais, impedidos de votar pelo oficialismo armado (os batalhões patrióticos), emigraram, em massa, para o Uruguai. A revolução, adiada uma vez pela interferência pacificadora de Silveira Martins («chefe partido, conselho; correligionário, peço; riograndense, suplico: guerra civil não»), tornou-se inevitável, com a eleição direta de Júlio de Castilhos, que assumiu o governo estadual em 25 de janeiro de 1893, para um quinquênio. A Revolução de 93 (início em 5 de

fevereiro de 1893) tem assim, causas puramente locais, meramente ocasional o encontro com a Revolta da armada, que obedecia a outras inspirações. À frente de 5.000 homens, mal armados, com a disciplina precária das guerrilhas, o General João Nunes da Silva Tavares, orientado pelo chefe civil Silveira Martins, começa as hostilidades. Castilhos aceita o desafio, que lhe consolidaria a liderança do Rio Grande, movido pela sua extraordinária capacidade de dirigir e mandar, firme e tenaz. A Revolução, que duraria 30 meses, causando mais de 10.000 mortos desenrolar-se-ia num ambiente de ódio e fanatismo, que os movimentos anteriores desconheciam (Castilhos: «Não poupe adversários, castigue nas pessoas e bens, respeitando famílias»). Os adversários eram inimigos da República ou da humanidade, pagando os prisioneiros com a degola. Ao furor ideológico acrescentavam o ódio fermentado dos peões, bloqueados em sua ascensão social, marginalizados na vida nômade e miserável dos campos," ressentidos contra os senhores das terras e dos gados. Por esse meio extravasou-se a opressão de classe, reprimida, todavia, na formação de uma consciência diferenciada. O coureador antigo, o velho ladrão de gado, os remanescentes das arreadas e guerrilhas, mal estabilizados às atividades sedentárias e regulares, forarn a matéria prima que fermentaria as vinganças e crueldades indiscriminadas. Os chefes, formados numa tradição de cavalheirismo, intoxicados ideologicamente, não puderam deter a onda de terror que varreu os campos. A insurreição limitou-se à guerrilha, incapaz de assegurar posições estáveis, sem conseguir sensibilizar à sua causa as populações do Leste, onde Porto Alegre avultava como centro regional, dominando a colônia. A bacia hidrográfica, a espinha dorsal do Rio Grande, permaneceu nas mãos dos legalistas, que, com isso, pugnavam contra uma causa vencida. A Revolução revelou um extraordinário talento de guerrilheiro, Gumercindo Saraiva, cuja Coluna, abandonando a orla da fronteira, onde operavam as demais forças, ao longo de 18 meses, depois de atravessar o Rio Grande de ponta a ponta, empreendeu uma marcha de 2.500 quilômetros, no território dos três Estados do Sul. No seu encalço, o chefe legalista Pinheiro Machado não lhe deu descanso, combatendo-o tenazmente, golpe a golpe, descrevendo os maiores feitos da guerra. Os dois caudilhos se equivaliam em intrepidez e obstinação, nas negaças, recuos, surpresas e ataques das guerrilhas. Morto o caudilho revolucionário (10 de agosto de 1894), a guerra entrou em rápido declínio, limitada por parte dos insurretos, aos assaltos às cidades e vilas da fronteira, transitoriamente ocupadas, e às irrupções momentâneas e descoordenadas num ponto e outro. As hostilidades se encerram com a invasão das forças remanescentes da Revolta da Armada, comandadas por Saldanha da Gama, que, à frente de 3.000 homens, tentou dar novo alento à Revolução, perecendo em Campo Osório (24 de junho de 1895). A paz foi assinada em 23 de agosto de 1895, sob o patrocínio de Prudente de Moraes, assegurando aos rebeldes a reintegração na vida riograndense. O Presidente da República visava, com a interme-

dição, acompanhada friamente pelo castilhismo, evitar o domínio absoluto do Partido Republicano. Respondia, com isso, à resistência que o Rio Grande opusera à sua candidatura, cujo significado, o predomínio de São Paulo na federação, não escapara ao entendimento dos republicanos do sul.

Júlio de Castilhos, findo seu mandato, por não querer se reeleger, escolheu Antônio Augusto Borges de Medeiros para sucedê-lo. Conservou a chefia do Partido, obediente ao comando férreo do jovem de 35 anos, que, por morte (1903), passou às mãos do Presidente do Estado, durante 25 anos na chefia do governo (1898-1908 e 1913-1928). Durante quarenta anos o Partido Republicano permaneceu fiel à orientação castilhista, esgotada, pelo atingimento de suas metas, em 1930. O Rio Grande não seria caudatário dos dois grandes Estados, nem aceitava a partilha da Federação por eles desfrutada. Prudentemente, isolar-se-ia do jôgo político, na forma da tradição, solapando a aliança São Paulo — Minas e estimulando a rebeldia coordenada dos pequenos Estados. Esta a política posta em prática até a Revolução de 30, constantemente defendida por Borges de Medeiros, por meio de seu delegado, o Senhor Pinheiro Machado, cuja argúcia e senso de oportunidade dominou o cenário da primeira República. Organizou no Congresso, uma fôrça parlamentar capaz de controlar e moderar o Presidente da República. Opôs, de outro lado, tenaz resistência à supremacia paulista, em luta contra as candidaturas de Prudente de Moraes e Campos Sales, inaugurando a reação contra as indicações dos sucessores pelos próprios presidentes. A oposição («nem oposição sistemática, nem apoio incondicional»), com cautela e prudência, não chegava ao rompimento. Sem suporte seguro para manobrar na resistência, via-se o Rio Grande na contingência de limitar-se às escaramuças de bastidores. A sucessão de Afonso Pena, todavia, devolver-lhe-ia o velho aliado castilhista, o exército. A política, com a candidatura Hermes da Fonseca, deslocar-se-ia de seu eixo oligárquico, para, sob a influência riograndense, aniquilar as situações estaduais, numa manobra envolvente contra São Paulo. O momento não favoreceu a audaciosa manobra. Borges de Medeiros, depois de desaparecido Pinheiro Machado, logra indicar Epiácio Pessoa, filho de um pequeno Estado, à Presidência. Na oportunidade seguinte, engajava-se na Reação Republicana, com a candidatura Nilo Peçanha contra Bernardes, afinando-se, mais uma vez, com os sentimentos militares, agora estimulados pela presença popular — quase se diria populista — na campanha. Povo e exército eram as saídas possíveis para o cêrco oligárquico, combatido pelo isolacionismo hegemônico. (Borges, após a derrota eleitoral: «Quanto ao Rio Grande, êle não deve inquietar-se, porque já se habituou, de longa data, a trabalhar e viver *per se*. Por isso, se fôr necessário, isolar-se em sua modesta autonomia e na fatalidade histórica e geográfica que lhe assinala seu território, localizado neste extremo meridional, nada o fará sair

da linha em que se tem mantido até hoje.). A herança farroupilha pesava em tais decisões, como espectro constante e inquietador.

Apesar do revés da Revolução Federalista, a oposição não esmorecera de sua pugnacidade e vigilância. Coesa e disciplinada — em contrapartida ao Partido oficial, monolítico e aguerrido — obrigava o governo a manter alto padrão de conduta, com a incorporação, nos postos de chefia, dos mais destacados valores das novas gerações. A chefia suprema unilateral não degenerou numa constelação de satélites obedientes. Um vasto plano de obras públicas, o alargamento da instrução, em todos os graus, o alto padrão de moralidade dos dirigentes, fiéis ao exemplo de Borges de Medeiros, o estímulo permanente à imigração e colonização, mantiveram o Estado em constante progresso. A barra do Rio Grande foi, definitivamente, aberta ao tráfego marítimo, o que, complementado com a ligação ferroviária até São Paulo pôs termo à segregação geográfica de dois séculos. A produção gaúcha, enriquecida pela agricultura e pelas suas modestas indústrias, é levada, com facilidade, aos mercados consumidores. O processo de urbanização se acelera, elevada Porto Alegre à categoria de metrópole econômica.

Na pecuária, uma relevante mudança se faz notar após a primeira guerra mundial, provocada pela introdução dos frigoríficos. A velha charqueada, com o desperdício dos sub-produtos bovinos, cede lugar às novas empresas, criadas pelo capital estrangeiro: Armour, Swift e Anglo. A indústria não resultou da poupança das estâncias, como prolongamento natural a uma fase mais adiantada de produção, senão que foi enxertada de fora, como exigência do consumidor estrangeiro. As relações entre o criador de gado e o industrial provocam a melhoria dos rebanhos, com a importação de raças européias, de maior rentabilidade, provocando, a longo prazo, o aperfeiçoamento e melhoria dos campos. A estância assume, com a nova conjuntura, caráter capitalista gerando o melhor aproveitamento da mão-de-obra, com o abandono do trabalhador supérfluo. O velho peão — o gaúcho antigo — reduz-se a assalariado, extinta a parceria paternalista aos agregados, com sua criação particular nos campos do proprietário. O proletário abriga-se à margem das cidades e vilas, no regime do sub-emprêgo, condenado à marginalização social, sem terras para cultivar e sem oportunidades de trabalho industrial. Com o peão define-se outro exemplar típico da vida gaúcha: o tropeiro. Ele se converte em especulador e mero intermediário.

A indústria, que medra à sombra do capital estrangeiro e das oficinas dos imigrantes, ocupará, em pouco tempo, o segundo lugar na riqueza do Rio Grande, depois da pecuária, que se prolonga na produção de lã. O ramo mais importante será a da alimentação, com a exploração dos produtos bovinos e suínos, impulsionada pelos frigoríficos estrangeiros e as empresas de descendentes de imigrantes. A indústria dos artefatos de couro, cortumes e sapatos, aproveitando a matéria prima abundante,

assumirá rápido relêvo, seguindo-se a metalúrgica e têxtil e a extrativa da madeira. Sem afastar o predomínio da pecuária, onde se notam fundos contrastes de fortuna, emerge, na agricultura e na indústria, uma forte classe média, não solidária com os interesses dos criadores de gado. Antes, porém, que a nova situação alterasse a composição do comando político do Estado, um fato, na undécima hora, retardou a substituição das lideranças.

A reeleição de Borges de Medeiros, em 1922, vivamente impugnada pela oposição, reunida em tórno da candidatura de Assis Brasil, cujos partidários apoiaram Bernardes, levou à Revolução de 1923. Ensaia-se, por meio de colunas esparsas de guerrilhas, que irromperam na orla da fronteira, o preparo de condições para a intervenção federal no Estado. 1923 é um revide tardio à decepção de 1893, gerado pelo antagonismo combativo das facções, inconformadas com o longo e impenetrável domínio do Partido Republicano. A luta desencadeava-se, ideologicamente, contra a Constituição de 14 de julho, animada pela reconquista das liberdades públicas. As escaramuças e guerrilhas, empreendidas sem crueldade, culminaram na Paz de Pedras Altas (1923), que, segundo uma de suas cláusulas, proibia as reeleições. Findo o mandato de Borges, em 1928, foi eleito, sem oposição, Getúlio Vargas. Com uma política de brandura e entendimento, os velhos ódios se amainaram, o que permitiu ao Presidente do Estado, candidato à Presidente da República, na hora derradeira da política castilhistas, tecida no inconformismo do predomínio paulista, unir as facções para o lance extremo da Revolução. A revolta se estruturou numa coligação de inconformismos, com os Estados sublevados, os «tenentes» e o proletariado industrial, então em surgimento, contra a velha República, com sua oligarquia anacrônica, ferida por profunda crise econômica. No poder, Getúlio, ainda traduzindo sua formação castilhistas, procura anular o ascendente paulista, mantendo o Estado em discórdia, sob seu controle, afastado, também, da influência de Minas Gerais. Para fugir ao vácuo, dado que o Rio Grande, como Estado, não lhe poderia oferecer base segura de sustentação, procura Getúlio organizar o proletariado urbano, sob a orientação do recém-criado Ministério do Trabalho, destinado a controlar e coordenar, e, na ausência de líderes, criá-los à imagem do governo, ao mesmo tempo em que reorganiza o Exército, afeiçoando-o à ordem revolucionária, dirigido, de fato, pelo líder revolucionário Cel. Góis Monteiro. Como terceiro elo da corrente, lança-se a Revolução a uma política de incentivo industrial, de cunho nacionalista, resultante da necessidade de substituir importações, comprometidas pela crise econômica, que não permitia compensá-las com as exportações em crise. O Rio Grande chegava, depois de 40 anos, ao poder supremo da República, mas, para assegurar a posição, viu-se forçado a ceder às pretensões hegemônicas, em favor de forças não locais, nacionais na sua índole e dinâmicas: exército, povo e indústria. Condenava-o a isso a sua debilidade econômica, com a economia de subsistência, sem pêsso na exportação

nacional. O ascendente do Exército, acentuado pela necessidade de combater a insurreição paulista de 1932, anulou a força das milícias estaduais, uma das bases da liderança gaúcha, com uma tradição secular de guerra. A ordem federativa sofreu rápida transformação, perdido o caráter autonomista, que agoniza, simbolicamente, com a intervenção no Rio Grande, em 1937, sem que a Brigada Militar pudesse resistir ao assédio, sacrificado o último caudilho riograndense, o Governador Flôres da Cunha (interventor de 1930 a 34 e governador a partir de 1934). Daí por diante, a ascendência dos políticos riograndenses não se daria mais como prolongamento do Estado, resultaria de movimentos nacionais, com o predomínio das camadas médias e o proletariado, fiel à liderança de Vargas. A política castilhista, ao se realizar, provocava situação inversa às suas inspirações originais.

Enquanto a estrutura política nacional se alterava, o Rio Grande sofria profundas mudanças internas. A classe média rural e urbana, resultante da colonização alemã e italiana, projetando-se na agricultura e na indústria, vinculada ao proletariado (em 1934: 94.018 operários), empenha-se para conquistar o comando dos negócios estaduais. Durante a Ditadura, a pressão se manifesta silenciosamente nos municípios, com os prefeitos nomeados. No cenário estadual, desponta um líder dessas camadas médias, Alberto Pasqualini, esforçando-se em dar cunho doutrinário às aspirações de vasta parte da população. Não é possível identificar, em tal movimento, como ocorrera com a pregação de Júlio de Castilhos, o esboço de uma missão regional. Parece, antes, um esforço integratório nacional, como prolongamento da obra de Vargas. Reaberto o debate eleitoral, em 1945, os velhos partidos — Republicano (Castilhos, Borges), Republicano Liberal (Flôres da Cunha), Libertador (Silveira Martins, Assis Brasil, Raul Pilla) — se surpreendem diante do aparecimento avassalador de novas forças, à procura de lideranças autênticas. O Estado rompe-se, eleitoralmente, em dois blocos (PSD e PTB), coligados, eventualmente, com os remanescentes dos antigos Partidos. A estância perde, definitivamente, o comando eleitoral, em favor da agricultura de pequenos lavradores, da indústria e das camadas médias urbanas, inclusive o proletariado. Não significa esse fato que a pecuária tenha decrescido em importância na economia do sul. Sua população rarefeita passou a constituir um entrave na representação popular, ocupada pelas demais categorias econômicas. Ocuparia, entretanto, papel de destaque nas preocupações do Estado, que a tutelaria, como faria com os plantadores de arroz, também organizados em empresa capitalista.

Depois de vinte anos de atividade política, com o revezamento dos partidos antagônicos no governo do Estado (Walter Jobim, PSD — 1947 — 50; Ernesto Dornelles, PTB — 1951 — 54; Ildo Menegheti, PSD, UDN, PL — 1955 — 58; Leonel Brizola, PTB, PRP — 1959 — 62; Ildo Menegheti, PSD, UDN, PL — 1963 — 66), o Rio Grande não

encontrou caracterização política, com lideranças capazes de definir-lhe as aspirações. O predomínio das camadas médias da população, ora com coloração demagógica, ora de feição conservadora, de interesses não homogêneos, às vezes antagônicos, foi fator hostil à sedimentação social e continuidade política. Iniludível é a ascensão dos descendentes de imigrantes, nas atividades econômicas e políticas, em nítida diferenciação, sem que, todavia, se tenha estruturado uma específica cultura regional, como o foi a cultura estancieira e militar. Talvez a sociedade em maturação não permita ainda discenir os valores que a informam. Além disso, a instabilidade econômica muito terá contribuído para a situação atual. Vinte anos de inflação prejudicaram sua expansão pecuária e agrícola, peada pelos tabelamentos oficiais, em favor das populações urbanas, cujos produtos, de natureza industrial, disputavam livremente os preços no mercado. Sem grande indústria, limitado às indústrias de pequeno e médio porte (em 1958, apenas 101.481 operários para 5.200.000 de habitantes e 237.000 kw), embora com papel de relêvo no Brasil, desprovido de recursos naturais (com exceção do carvão), pobre de capital financeiro, enfrentou o Estado, nos últimos anos, sensível crise de empobrecimento, se comparados seus níveis de aumento de produção com os da área mais rica do país. As finanças públicas ressentiram-se agudamente, com apelos constantes ao Tesouro Nacional. Sua posição de terceiro membro da Federação viu-se ameaçada, com desprestígio de suas reivindicações junto à União, Desapareceu, contudo, a consciência de isolamento, como sepultadas estão as premissas da política hegemônica, à maneira de Castilhos.

Depois de se reencontrar consigo mesmo, recuperando-se dos estravios de suas tensões internas, será possível discernir a feição político-cultural do Rio Grande, ora em obscura reformulação.

ROTEIRO POMBALINO NO BRASIL

MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA

DEVE-SE, em boa parte, a alguns aspectos da literatura histórica jesuítica, o limitado e precário conhecimento que se tem da patriótica e monumental contribuição do Gabinete Pombal ao Brasil. Contribuição prestada, em geral, por meio de suas equipes de trabalho que aqui agiam sob a sua sábia direção, no decorrer das três primeiras décadas da segunda metade do século XVIII. Essa contribuição se fêz sentir sobretudo na Amazônia, em Mato Grosso, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, e ainda em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. I

Para mostrar alguns de seus pontos mais importantes, em relação à conservação da unidade territorial brasileira, vamos apresentá-los em forma de roteiro, na certeza de que, com isto, a ninguém será dado conhecer a fundo a sua extensão e importância. I

Partindo do princípio de que toda a parte territorial situada ao Norte do Rio Amazonas era, praticamente, terra de ninguém, até o ano de 1751, porque nela entravam quando e como queriam, franceses, ingleses, holandeses e castelhanos, temos o primeiro ponto de nosso roteiro.

Para dar fim a essa grave e ameaçadora situação, proveniente, sobretudo, do estado de extrema miséria a que chegara toda a vasta região amazônica, o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, já veio credenciado para transferir de São Luís do Maranhão para Belém do Pará, a sede principal de governo do norte do país, ficando o governador do Maranhão a ele subordinado.

Francisco Xavier, depois de em Belém do Pará tomar todas as medidas ligadas à sua nova e importante função, e de escrever ao irmão ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, a primeira das 187 cartas *que lhe dirigiu* no decorrer dos anos em que lá esteve, dando-lhe notícia da calamitosa situação em que se encontrava tudo aquilo que ia governar, em data de 18 de dezembro de 1751, passa ao capitão-mor João Batista

de Oliveira a Instrução que levou para estabelecer, como estabeleceu, a nova Vila de São José de Macapá: primeiro ato de envergadura administrativa do seu govêrno, em defesa da Amazônia.

Nessa Instrução se lê: «Por ser preciso e conveniente aos serviços de S. M., que na nova povoação e fortaleza do Macapá haja uma pessoa que não só contenha aquêles novos moradores em paz, mas que também os persuada ao trabalho e cultura das terras, não deixando precipitar essa gente no abominável vício da preguiça, nem no outro igualmente pernicioso que é o do desprezo do trabalho manual, o qual tem sido muita parte de se reduzirem essas terras à penúria e miséria em que se acham, etc..., passe logo àquela povoação e fortaleza, adonde fará executar as ordens seguintes:

«A primeira cousa em que V. Mercê deve cuidar, é em conservar em paz e união a estas gentes, e que vivam numa recíproca amizade, fazendo-lhes compreender que um dos principais meios, não só da sua conservação, mas do seu aumento, consiste nesse sabido e elementar fundamento, sem o qual não é possível que haja república que subsista e floresça, etc.

«Logo que V. Mercê chegar àquela povoação, deve pôr todo o cuidado e esforço em persuadir e obrigar a essa gente ao trabalho e cultura das terras, advertindo-lhes que êste foi o único fim para que S. M. os mandou transportar para êste Estado, e que nêle devem seguir a mesma vida e trabalho com que foram criados em suas terras, certificando-lhes, etc.

«Para evitar o abuso que está tão arraigado nestas terras de que «só os índios são os que devem trabalhar, e que a todo branco é injurioso o pegar em instrumento para cultivar as terras, não consentirá V. Mercê que êstes povoadores se sirvam de índio algum para o trabalho da cultura, etc...». Só podiam ter índio caçador e pescador, enquanto não tivessem ganho a necessária prática, destinada a êsses serviços, ligados diretamente à sua subsistência.

«Como S. M. defende com repetidas ordens todo o comércio com Caiena, será preciso que V. Mercê proíba e vigie com todo o cuidado para que tal não aconteça.

«Sucedendo porém virem alguns francêses à dita povoação, ainda com pretextos que lhes pareça justo, lhes deve V. Mercê logo intimar que nas terras das conquistas de El Rei Nosso Senhor, não podem ser admitidos sem ordem expressa sua, e que devem, sem demora, tornar para os domínios de S. M. Cristianíssima, provendo-os dos gêneros que permitir a terra, para a sua viagem; e não bastando essa advertência, que deve ser feita com muita prudência e suma brandura, nestes têrmos, fará V. Mercê a apreensão nela e me avisará com a brevidade que fôr possível, para eu dar a providência que me parecer justa.

«Acontecendo (o que não espero) que os ditos francêses venham cometer algum atentado com algum corpo de gente, a embarçar-nos

As três missões jesuíticas, castelhanas, da margem direita do rio Guaporé, foram, com muito jeito e talento, dali removidas pelo trabalho conjugado dos dois grandes governadores de Mato Grosso e do Grão Pará, D. Antônio Rolim de Moura e Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Dali saíram, mas passaram depois disso a constituir forte obstáculo contra o cumprimento do Tratado de 1750, em sua parte Norte.

Dêsse Tratado, era 1º Comissário Régio, demarcador de sua parte Sul, Gomes Freire de Andrade, e do marco do Jaurú para cima, o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

A vasta documentação, pouco conhecida, das ações jesuíticas contra o cumprimento do Tratado de 1750, estão, já agora, ao alcance de quem as quiser conhecer, tendo cabido ao ilustre Professor Jaime Cortesão, já falecido, revelar grande parte da mesma, em seus magníficos trabalhos sobre Alexandre de Gusmão e o referido Tratado de 1750, publicados pelo nosso Itamaraty. Tratado finalmente anulado pelo de El Pardo, de 12 de fevereiro de 1761.

No Sul, a razão então apresentada para o Tratado não ser pôsto em prática, se tornou clara: não davam aos dois Reis o direito de trocar as terras ocupadas pelos jesuítas de Espanha, com as suas sete missões da banda oriental do rio Uruguai, pela Colônia do Sacramento, mandada fundar, no ano de 1678, na embocadura do Rio da Prata, pelo então Príncipe Regente de Portugal, D. Pedro, depois rei D. Pedro II.

Como dêste roteiro não podem deixar de constar pontos cruciantes das várias tentativas de cumprimento do já referido Tratado de 1750, posso lembrar que, depois de minuciosa preparação, Mendonça Furtado, em carta ao irmão, Sebastião José, informa-o que no dia seguinte, isto é, a 2 de outubro de 1754, partia com tôda a sua numerosa comitiva para o alto Rio Negro, aonde, na aldeia de Mariuá, devia se encontrar com os Comissários Demarcadores de Espanha. Agora, se para chegarem até ali, levaram 88 dias, o que pensar sobre o fato dêle ter lá ficado mais de dois anos, à espera, em vão, dos seus ilustres colegas espanhóis? Não deixando de ser curioso o fato, por êle mesmo observado, que as notícias que lhe vinham dos mesmos, eram sempre fornecidas por importantes jesuítas de Lisboa. Assim, se no Sul o bravíssimo futuro Conde de Bobadela teve de enfrentar incríveis trapaças e tramóias, arquitetadas pelos do grupo contrário à realização do Tratado, quantas mais não teve também Mendonça Furtado de enfrentar, na sua parte Norte?

Para se ter uma pequena idéia de quanto foram difíceis, por vêzes, as ações das equipes pombalinas no Brasil, basta lembrar que em um estudo do 1º Comissário Iturriaga, êle considerava como sendo da Espanha tôda a região situada ao Norte do Rio Amazonas. Mas, não foi esta a fonte de maiores dificuldades que tiveram de enfrentar. Sem o jôgo castelhano-jesuítico se tornar claro e preciso, como no Sul, pela

troca das 7 missões pela Colônia, as resistências veladas, no Norte, pelo que se viu, provinham, sobretudo, da perda das terras da margem direita do Guaporé. Tanto assim, que logo depois de terem conseguido anular o Tratado de 1750, pelo de El Pardo de 1761, o Governador de Santa Cruz de la Sierra, recebeu ordem de comunicar ao muito ilustre Governador Rolim de Moura que, em vista do disposto no mesmo tratado anulatório, as referidas terras deviam lhes ser prontamente devolvidas.

A resposta do Governador foi, não só prontamente dada, contrária à referida pretensão, como também com o correr do tempo teve ela de ser duramente sustentada, em combates que se tornaram decisivos para os portugueses e para o Brasil; pelos quais, não só o mesmo Governador recebeu o honroso título de Conde de Azambuja, como dali foi passado para a governança da Capitania da Bahia, e desta para o Vice-reinado do Estado do Brasil, segundo, em ordem, da série Rio de Janeiro, iniciada a partir do ano de 1763.

Pelo roteiro, na mesma Capitania de Mato Grosso, um pouco mais para o sul, a partir da antiga Vila Bela, há dois rios que, durante o período das águas, permitem ir por êles, dali até a cidade de Cuiabá. Um dêles é tributário da bacia Amazônica, que é o Alegre, e o outro, da do Prata, que é o Aguapeí. Nas proximidades de suas respectivas nascentes, há um varadouro, pelo qual as canoas são passadas por terra, de um para o outro rio. Pois bem, pelo disposto no art. VII do Tratado de 1750, tôda a área territorial percorrida por êstes dois rios, ia ser perdida, se não fôssem as ações firmes e quase temerárias dos dois grandes e já mencionados Governadores.

Deixando as plagas matogrossenses, neste roteiro pombalino, vamos ter ao antigo Continente de São Pedro do Rio Grande, hoje Estado do Rio Grande do Sul. Aí, como na Amazônia e em Mato Grosso, vamos encontrar marcas inconfundíveis das contribuições pombalinas e de suas equipes de trabalho, prestadas ao Brasil.

Por motivos claros, mas longos de explicar, em maio de 1763, D. Pedro de Cevalhos invadiu grande parte das terras do Rio Grande. Nelas, estiveram os castelhanos enquistados, de 1763 até 1776. Para que tal se desse, D. Pedro, o invasor, fingiu desconhecer que desde o dia 10 de fevereiro, anterior, já, em Paris, tinha sido assinado o Tratado de Paz, que dava fim à célebre Guerra dos 7 Anos, na qual a França e a Espanha haviam sido derrotadas pela Inglaterra; guerra em que, a partir do ano de 1762 Portugal se viu envolvido, por causa da assinatura do tratado conhecido por Pacto de Família, por ser velho e tradicional aliado da Inglaterra, e por ser a rainha, mulher do rei D. José I, de Portugal, uma Bourbon, da Espanha.

Assim que o Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo teve notícia da assinatura do referido Pacto, firmado entre os Bourbons da França e da Espanha, previu, pela razão acima indicada, que os seus

signatários iam querer, como tentaram, que D. José a eles se juntasse contra a Inglaterra. Esta sua capacidade de previsão já se tinha manifestado, em relação ao sul do Brasil, quando, a partir do ano de 1751, ficou encarregado do cumprimento, por parte de Portugal, do Tratado de Limites, assinado em Madri, a 13 de janeiro de 1750, com a Espanha.

Com a percuciência que Deus lhe dera, desde os seus primeiros contatos com os negociadores espanhóis, o futuro Marquês de Pombal, ficou certo de que jamais, os espanhóis daquele tempo, iam abandonar a idéia de serem os verdadeiros donos das terras situadas abaixo do paralelo 28, Sul, que passa por Laguna; razão porque, desde então, teria pensado na organização do plano de defesa territorial do Brasil, a que deu o nome de SISTEMA POLÍTICO, MILITAR E CIVIL, por ele pôsto silenciosamente em prática, a partir do ano de 1757; plano que tive ocasião de revelar, em conferência realizada no Instituto Histórico, a convite de seu então Presidente perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, no dia 8 de maio de 1953.

Por muitas razões posso afirmar que, devido à existência desse plano, é que foi possível se dar a expulsão dos castelhanos de D. Pedro de Cevallos, do Rio Grande, a partir do dia 1º de abril de 1776.

Esta expulsão pode ser tida por milagrosa, pelo fato de se ter, finalmente, dado, poucos meses antes da morte do rei D. José, e da queda de Pombal; porque se assim não fôsse, não seria com a gente da famosa *Viradeira*, que envolveu a coitada da jovem D. Maria I, que essa quase impossível expulsão se iria dar.

O que ela custou, também quase que posso dizer, que só eu sei, por se acharem ainda por publicar os documentos que mostram e provam, como foi possível chegar a essa milagrosa expulsão, depois de anos e anos de difícil, penosa e custosa preparação.

São documentos belíssimos e surpreendentes, pelo que contam e revelam. Aparecerão todos em «O CONTINENTE DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE E A COLÔNIA DO SACRAMENTO NA ERA POMBALINA», em que virão acompanhados de outros muitos documentos espanhóis que, em contra-partida, mostram os, por vêzes, ansiosos reflexos que na Espanha iam tendo os preparativos militares e civis que iam se cumprindo, pelo Gabinete Pombal, visando a sua já referida expulsão. Virão eles ainda acompanhados de linda e inédita documentação icorográfica, a côres, pela qual vai se tornar verdadeiramente conhecida a indumentária dos soldados que serviam nos regimentos mandados e organizados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, e, especialmente o garbo de seus oficiais e soldados de cavalaria, montados em impressionantes cavalos de rara beleza. Para o revelado nessa documentação se tornar mais acessível, temos ainda dois mapas minuciosos, também coloridos, da Ilha de Santa Catarina e seus contornos, e outro de tôda a região do Rio Grande, em que as lutas se deram.

O que aqui está, é apenas um panorama de parte das contribuições do Gabinete Pombal ao Brasil, porque há ainda muito mais a revelar.

O fato da Cidade do Rio de Janeiro, a partir do ano de 1763, ter sido honrada com o predicamento de sede do Vice-Reinado do Estado do Brasil, não passou de uma consequência natural do cumprimento do Sistema Político, Militar e Civil, de Pombal, criado para preservar e defender a unidade territorial do grande Império que, reiteradamente, ele e o irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, mostraram desejo e real intenção de aqui verem criado.

HISTÓRIA DO DIREITO LUSO-BRASILEIRO

CARLOS DE ARAÚJO LIMA

ESTAMOS certos? Estarão êles errados? Queremos nos referir aos povos que encontramos, na Europa, conscientes do que representa a História dos respectivos Direitos, instituindo essa cadeira como fundamental e obrigatória no curso jurídico. Como temos divulgado e o faremos por todos os meios, quer em contato com estudantes e mestres de nossas universidades, quer em livros e palestras (Presença de Portugal no Direito Criminal Brasileiro, Image Editôra; Carta de Segurança, edição da Fundação Cultural do Amazonas em convênio com o Conselho Federal de Cultura, ambos no ano de 1969) é inacreditável que essa matéria — a História do Direito Brasileiro — funcione como um requinte cultural de doutorado e não se inscreva como essencial e obrigatória, no primeiro ano do aprendizado jurídico. De um professor ilustre ouvimos certa feita que ainda não teria existência, com autenticidade e características próprias, um Direito Brasileiro.

Suas ponderações que não nos convenceram, tiveram, entretanto, um efeito. A cadeira, a nosso ver, deve ser titulada como *História do Direito Luso-Brasileiro*. Nela compreendidas — origem, unidade, diferenciação. *Direito bifurcado*, na expressão de Sylvio Romero, transplantado de galho das Ordenações para o solo brasileiro, seu levantamento histórico é uma realidade bibliográfica já expressiva que consta de estudos, subsídios, monografias, publicações, realizados em nosso meio, partindo ou querendo partir, seus autores, das relações de convivência e costumes imperantes em nossos índios. Podemos referir, nesse particular, Martins Junior, Aurelino Leal, Assis Ribeiro, Bezerra Camara, Aldebaro Klautau, entre tantos que a essas pesquisas se dedicaram, destacando-se um Waldemar Ferreira, com o seu tratado.

Como compreender as instituições em vigor sem olhar o passado, sem ver o porque surgiram e o terreno em que suas raízes medraram, quase tôdas nos costumes e forais dos concelhos lusos?

Como viver a consciência da oportunidade e funcionalidade de tais instituições sem a perspectiva, o olhar para a frente, o pressentimento das novas direções face à percepção da realidade social. Como não

surpreender e observar nas vivências e no temperamento do povo os prováveis infletimentos do Direito na Lei?

Quando Rippert estuda o declínio do Direito está fixando a constante de uma crise que consiste no legalismo fluido a que se refere Jean Cruet, isto é, à quase inoperância da lei, da lei que nem sempre é Direito. O problema, em essência, está nesse ponto: o Direito nem sempre está na Lei.

Parece que muito contribui para essa problemática — Lei sem Direito é uma superfetação, é uma impressão de Direito, é um artifício, é inexistência da Lei com elemento de coordenação e disciplinação social — o fato de os nossos juristas não terem o conhecimento, ou melhor, a habilitação histórica. O fato histórico, a idéia histórica, o conhecimento que nem sempre é a compreensão histórica, tudo isso, é evidente, e imporia em ampliação crescente de interêsse e saber na proporção em que fôsse se abrindo, em leque infinito e socratiano, o campo de estudo.

Vejamos, no entanto, as vantagens imediatas. Mesmo no terreno do conhecimento, êste é precário no adolescente universitário, o qual, quando muito, carrega para o curso superior, vagas reminiscências da História do Brasil ensinada nos bancos escolares. O jovem que ingressa na Faculdade de Direito teria, logo na entrada do seu aprendizado, ao acompanhar a criação ou adoção de instituições que vão se definindo em sintonia com a sedimentação da nacionalidade, uma oportunidade mais fecunda de fixar, melhor ainda, de tomar consciência também do muito que devemos em ternura, respeito e entúsimos a figuras e personagens cuja atuação precisa ser lembrada e entendida.

A internacionalização do interêsse cultural neutraliza em parte a atenção pelo que é nosso e estimula a receptividade para soluções que não nos dizem respeito porque não resultaram da nossa formação e da nossa índole. O desconhecimento desses fatores da afirmação nacional, da autenticidade luso-brasileira, do porque nasceram essas formas de convivência brotadas do direito costumeiro — *costume he ley* — do primeiro período jurídico, começado com a Fundação de Portugal por Afonso Henriques e que se encerra com o Conde de Bolonha, Afonso III em 1248, é responsável, assim o cremos, pela tendência a desvincular a lei do direito, o que decorre da ignorância da evolução dêste último.

TRADIÇÃO E COSTUMES

Portugal resultou de um processo de decantações e superposições de influências as mais diversas e antagônicas. Nesse rumo e em campo criminal basta o registro de que aos séculos de impregnação visigótica, tão característica, em que prevalecia a justiça pública, o interesse coletivo na repressão dos crimes, se segue o domínio árabe em que prepondera

a auto tutela. Territorialmente pequeno, recebeu através dos inúmeros concelhos que o constituíram as mais estranhas infiltrações. Apesar disso ou talvez por isso, é, e se define como nação, isto é, como um corpo inteiriço no sentir, no pensar, no querer. Compreende-se a força do costume e a expansão do direito costumeiro quando se entra em contato com a história portuguesa. Os povos só podem contar com eles mesmos. As ameaças externas, as guerras, as terríveis fermentações internas, poder real, nobres, clero, em luta de primeiro plano porfiando na conquista e manutenção de privilégios e isenções, tudo induzia as vilas, grêmios, concelhos a elaborarem, na contingência vivida dos seus problemas, a solução para os mesmos. Os forais são os diplomas de que nos podemos valer para ciência dessa maneira de conviver e de sobreviver consagrada, freqüentemente, pelo Rei. Cabe aqui a contribuição de Alexandre Herculano definindo os concelhos como *pequenas repúblicas unidas pelos laços da monarquia*. O eu social a que aludia, pela força de coesão exacerbada pela consciência dos perigos, iria, na elaboração do direito costumeiro assumir tal relevância que Affonso III, no Juramento de Paris, se comprometia publicamente a «qualquer que seja o título por que alcançar o reino de Portugal guardará, e fará guardar a todos os municípios, concelhos, cavaleiros e peões, aos religiosos, e ao clero do reino, *todos os seus costumes e foros escritos e não escritos* de que estivessem de posse desde o tempo de seu avô, e de seu bisavô.» Vale, também, não esquecer que, ressaltando, a tempo, o empenho em reforçar o seu prestígio e força, hábilmente e para neutralizar o compromisso acima afirmava que «*se esforçará por abolir todos os maus costumes e abusos introduzidos em qualquer ocasião*, ou por qualquer pessoa, no tempo de seu pai e de seu irmão, especialmente o excesso de extorquir multas em dinheiro dos vizinhos de qualquer lugar em consequência de homicídios perpetrados nêle, sobretudo sendo conhecido o autor do assassinio». Esta atribuição iria ganhar vulto com os *juizes de fora*, com o atendimento nas côrtes aos *agravos* dos povos, com a ação dos corregedores, com o *placito regio* «nenhumas bulas nem letras pontificiais serão publicads em Portugal sem consentimento meu» Pedro I — com as confirmações, meio de verificar a procedência e normalidade dos títulos de propriedade, senhorio, isenções, com as cartas de seguro que intervinham até na justiça canônica ensejando o livre curso das apelações interpostas e evitando excomunhões inescrupulosas...

Lembra Ivan Lins no seu precioso estudo sobre Antonio Vieira, que êste «antecipando-se de quase dois séculos ao fundador da Sociologia,» proclamava no Sermão de Quarta-Feira de Cinza, pregado em Roma no ano de 1672:

«Se quereis ver o futuro, lede as histórias e olhai para o passado: se quereis ver o passado, lede as profecias, e olhai para o futuro. E quem quiser ver o presente para onde há de olhar? Não o disse Salomão, mas eu o direi. Digo que oihe juntamente para um e para outro espelho. Olhai para

o passado e para o futuro, e vereis o presente. A razão ou consequência é manifesta. Se no passado se vê o futuro e no futuro se vê o passado, segue-se que no passado e no futuro se vê o presente, porque o presente é o futuro do passado e o mesmo presente é o passado do futuro».

A História do Direito Luso-Brasileiro habilitará o jurista, dentro da realidade sentida ou pressentida, a sintonizar as normas que espe-
lhem essa realidade.

Ela é aquilo que Marcelo Caetano, mestre também nessa matéria, define com esta precisão e clareza:

«Encontra-se a cadeira de História do Direito Português no primeiro ano dos estudos jurídicos. Quer isso dizer que se pretende com ela facilitar a introdução do estudante no mundo do Direito: é uma cadeira propedêutica, de intenção eminentemente formativa, destinada à educação do futuro jurista.»

... «O que interessa, pois, é agrupar os fatos jurídicos nas instituições características de cada época e *procurar compreendê-los e explicá-los* de acôrdo com os modos de ser e de viver dos homens dessa época, destacando embora as constantes que possam revelar a identidade da natureza humana e a marca do caráter nacional».

(Lições de História de Direito Português — o grifo é nosso).

Exemplifiquemos: João Mendes de Almeida Junior, em seu tão proveitoso *O Processo Criminal Brasileiro*, invoca o capítulo XXI do *Deuteronomio*. «Quando era achado o cadáver de um homem assassinado, sem que se soubesse quem foi o assassino, iam os anciãos e os juizes ao lugar onde estava o cadáver, mediam a distância daí às cidades do contôrno; e os anciãos da cidade mais vizinha, tomando uma novilha ainda não posta ao jugo nem ao arado, cortavam-lhe o pescoço. Chegando os sacerdotes, por cuja sentença se determinava tôda a causa, os anicãos da dita cidade vizinha, perante êles, levando as suas mãos sôbre a novilha degolada, declaravam solenemente que suas mãos não foram as que derramaram o sangue do assassinado, nem os seus olhos viram quem o derramou.»

O Tempo carreando civilizações e culturas, nos faz encontrar em Portugal no ano de 1380, nos Foros de S. Martinho de Mouro (*Inéditos*, vol. IV), essa norma de conduta já com outro aspecto:

Todo homê que acharem morto no dito julgado de morte foccedanha, e nom foubarem quem no matou, penhorará o moordomo os que moram nas tres aldeyas mays chegadas darredor, por trinta maravedis de coomha, e fe foubarem o matador, e ouver per hu pague a coomha, nom feerem as ditas tres aldeyas penhoradas, nem conftrangudas.

Manda o corregedor, que se guarde seu costume mao, poy he antigo, porque efeto pode feer mays tofte defcoberto o malfeytor.

No Elucidário de Santa Rosa Viterbo lá está, igualmente, essa lei costumeira:

Em todos os nossos Forais antigos era o Omizio uma das coimas que se nunca omitia. Do que aleivosamente tirou a vida do seu proximo. No aro de Lamego era costume, que achando-se homem, ou mulher mortos, sem se saber o seu agressor: a terra, ou lugar mais vizinho, era obrigado a pagar de Coima ao Mordomo trinta maravedis, ou provar quem o matou, ou porque modo, e de que sorte morreu.

El Rey D. Afonso IV aboliu este costume nas suas primeiras cortes.

O jurista que acompanha e analisa os dados da história depois de sentir essa reação dos hebreus na sua forma preponderantemente religiosa vai surpreendê-la em Portugal, já com mais realismo e substância prática, como elemento de evolução da justiça. Observe-se que a essa época, com a erosão que se dava na justiça particular, o Rei, encarnação do Estado, já se sentia com autoridade para abolir esse costume. Como assinalamos e cremos tê-lo demonstrado em *Carta de Segurança*, é no reinado de Afonso IV que a auto tutela (direito de represália) cede lugar à tutela pública, àquela em que toda a sociedade tem empenho na repressão e prevenção dos atos que a vulneram.

Os *juízos de Deus*, prova do fogo, prova da água, o duelo etc... vingaram na Baixa Idade Média e, aqui e ali, na Alta. Compreendemos que isso tenha acontecido em Portugal quando tomamos conhecimento do *medianido*. Que era, que representava o *medianido*?

Já falamos na singular coesão que o imperativo da própria conservação forçava os concelhos a manter. Os *apelidos*, previstos expressamente nas Ordenações, com sanções pecuniárias para os que não acudissem ao interesse de todos nos momentos de perigo e com uma agravação muito severa aos que usassem, naquela emergência de expressão diversa de *aqui del rey* (o Poder Real se ampliava, se impunha, e, psicologicamente zelava por si mesma em detalhes de grande significado moral como esse...) os *apelidos*, são dessa coesão prova bem válida e expressiva.

Herculano a propósito dos *juízos de Deus* esclarece que «nas causas criminosas entre habitantes de diversos concelhos, que se decidiam nos *medianidos*, achamos vestígios do combate judicial, e já também notamos que o foral tipo d'Évora estabelecia em regra, nessa hipótese, a alternativa do repto ou da prova testemunhal.»

Sobre a influência dos *medianidos* nas ordálias, conferindo a estas maior resistência no tempo, ainda Herculano faz ver que eram «remédio

eficaz para resolver muitas dificuldades, e até garantia admirável considerados em relação ao sistema jurisdicional dos grêmios, mas que, avaliados sob outro aspecto, contribuíam por certo para radicar as provas bárbaras dos *juízos de Deus*, que obviamente deviam ser preferidos naqueles tribunais mistos, para onde tanto os magistrados como os jurados levavam prevenções e afeições de espírito da localidade, e onde, portanto, os acôrdos da razão fria e imparcial seriam difíceis.»

A necessidade da compreensão histórica na formação do jurista visa à harmonia da Lei com o Direito. O problema ou o conflito começa na verdade elementar, tão lúcida e desenvolvida por Jean Cruet: o Direito brota da Vida e a tem de refletir. A Lei, por mais perfeita, é uma *parada do Direito*. Daí instituições que complementam essa omissão ou carência, como o júri, cujas raízes vêm de tão longe e abrangem os *homens bons* dos concelhos portugueses... Os jurados *sentem o Direito* porque vivem a vida do homem comum, no cotidiano da existência humana. Os juízes profissionais, juízes togados, conhecem o *Direito* através da leitura da Doutrina ou dos julgados dos tribunais e, por isso, também correm o risco de pronunciar justiça *harta e fria*. Muitas vês a sensação da Verdade vale mais do que o seu aparente conhecimento.

Temos um conceito, uma forma de *sentir* a importância da História... Que é *cenestesia*? Conjunto de sensações pelas quais tomamos ciência do nosso ser como existência individual.

Os livros consultados revelam a mesma dificuldade no definir. *Cenestesia* está para além dos sentidos, excede-os, supera-os. Sentimento vago que temos do nosso ser — diz mestre Laudelino Freire — independentemente da indicação dos sentidos.

Pois bem, para nós, assim como há a cenestesia, essa reação que independe dos sentidos para que nos sintamos como indivíduos no mundo exterior e interior, a *História*, a *História*, na sua integral expressão, conteúdo e alcance, é a Cenestesia da Humanidade. Possibilita a esta se sentir como um Todo. Um Todo no Tempo e no Espaço.

O DIREITO E A LEI

Como preliminar e síntese do Direito na Europa, vale a pena divulgar aqui trecho de uma conferência de José Hermano Saraiva, *A Lei e o Direito*, Lisboa 1967:

«5. Não foi pela força do hábito que dei primazia ao argumento histórico; é que poucas vês a lição da história se reveste de tão instrutiva e tão flagrante oportunidade.

Pretendo referir-me, especialmente, ao processo de formação do direito europeu.

Sabe-se como, até ao século XII, o direito se caracterizava pelos costumes locais, pelos privilégios e pelas exceções.

Populações de sangues e usanças bárbaras diferentes tinham-se instalado nas antigas províncias do império; as suas instituições jurídicas eram em grande parte as regras costumeiras; no direito público coexistiam farrapos adulterados do direito clássico, influências do direito canônico, regras do legislador nacional. Cada classe tinha o seu estatuto — direitos do nobre, direitos do clero, direitos da cidade, direitos dos mestres, direitos foraleiros. Em muitos territórios o arbítrio do senhor da terra era o único direito. O solo europeu — na expressiva frase do Professor Marcelo Caetano — era um imenso «mosaico, em que cada pedra correspondia ao particularismo de certo regime jurídico. Esta situação adequava-se a uma sociedade de economia fechada, onde o comércio, o crédito, a moeda e a circulação das riquezas não passavam de uma fase embrionária.

Com as cruzadas, as condições de vida alteraram-se completamente. O Levante e o Poente, a Itália e a Flandres estabeleceram correntes de comércio ativo. Cresceu rapidamente a riqueza; as cidades extravazaram dos antigos muros; aumentaram a cultura, a técnica e as exigências dos homens.»

Vem, então, o período de influência do direito comum. O Rei dispõe de autoridade e força para legislar, e, como observa Nuno Espinosa, o faz *com abundância a que nem sempre corresponde um efetivo conhecimento, por parte dos povos, de qual a norma vigente.*

Surgiram, tinham de aparecer, as Ordenações, compilação geral, que comenta Pedro Martins «estão longe de resumir e representar as leis gerais da monarquia nas épocas que precederam a sua redação.»

Para nós, de hoje, é pitoresca, a forma por que o Rei se situa, na parte final das Ordenações Afonsinas:

Foi acabada esta obra na villa de Arrude, aos 28 de julho de 1446, ano de Nosso Senhor Jesus Cristo, Dom Affonso, o Quinto.

E se aos entendidos a dita obra não parecer assim bem e estudiosamente pensada e composta, como tão alto feito e tão grande substância exigia, culpem e repreendam o dito Doutor (Ruy Fernandes) que foi dela o compilador e principal oôrador; e d'outra guifa feja dado louvor e gloria ao Todo Poderoso Nosso Senhor DEOS, que sem a sua graça e ajuda obra alguma, de mérito, pode ser trazida à boa perfeição. Ergo feja El Louvado para todo e sempre. Amém.»

Essa legislação era um misto de superstição e desigualdade.

A constante consistia na *graveza dos casos e na qualidade das pessoas.*

C. Assis Ribeiro em sua *História do Direito Penal Brasileiro*, frisa que «todos os códigos naqueles tempos elaborados, evidenciam expressamente a íntima união da Religião com o Estado e, outrossim, as desigualdades nos julgamentos de acôrdo com as classes. Todos conferem aos juizes arbitrio despótico e todos são racistas. Mas não devemos criticar o direito passado exclusivamente à luz das doutrinas contemporâneas.

Cumpre-nos compreendê-lo. Êle é um vivo sentimento da realidade de um período histórico. Não estamos desligados dêle, como nos adverte o método aplicado ao estudo da história. Porque nêle está a consciência jurídica de nossos antepassados.

Já observou alguém, que nas instituições humanas, nada é subitâneo. Eis porque urge compreender as denominadas «terríveis ordenações «indicando-lhes as causas e os efeitos.»

Nas Ordenações Filipinas, *do regedor da Casa da Suplicação*, achamos o modelo ou *aspiração* do verdadeiro juiz:

deve o Regedor dela ter as qualidades que para o cargo de tanta confiança e autoridade se requerem. Pelo que se deve sempre procurar, que seja homem Fidalgo, de limpo sangue, de sã consciência, prudente, e de muita autoridade, e letrado, se fôr possível; e sobretudo tão inteiro que sem respeito de amor, ódio ou perturbação outra do ânimo possa a todos guardar justiça igualmente.

E assim deve temperar a severidade, que seu cargo pede, com paciência e brandura no ouvir as partes, que os homens de baixo estado, e pessoas miseráveis achem nêle fácil e gracioso acolhimento, com que sem pêjo o vejam e lhe requeiram sua justiça, para que suas causas se não percam ao desamparo, mas hajam bom e breve despacho.

Havia o juramento perante o Chanceler Mor. Também um sacerdote, *que todos os dias pela manhã diga Missa no Oratório da Relação, antes de se começar o despacho.*

Julgar é, realmente, uma função que excede tanto a condição humana que assim como nos juízos de Deus os homens pensavam que colhiam as manifestações divinas para bem decidir, um sacerdote, uma oração na Santa Capela do Palais em Paris ou no Oratório da Relação de Portugal, é sempre, em essência, a mesma confissão implícita do receio ou da impossibilidade de fazer justiça.

A MORAL NAS ORDENAÇÕES

A sociedade medieval portuguesa, afeita por circunstâncias de sua sedimentação à violência, havia de se mostrar rude no comportamento sexual. Herculano, Theofilo Braga, Gama Barros, todos os historia-

dores, apresentam fatos de uma brutalidade quase inacreditável. A fúria de sobreviver acarretava e promovia todos os excessos. Some-se a essa realidade de ordem social os elementos de natureza racial, caldeamento de tantos povos, culminando com as ardências mouras.

Previam as Ordenações o crime dos que praticam sodomia com alimárias, decorrência evidente da falta de mulher, comum até hoje, em lugares êrmos e abandonados.

Colhe aqui lembrar, a propósito de violência, que Herculano confere particular atenção ao crime em que, a seu ver, ela mais se manifesta, expressamente intitulado *merdimbuca*. Como ato de vingança era o que de mais torpe se podia executar. «Era aquela a máxima afronta — informa Herculano — e por isso considerada como ação altamente criminosa. O nosso povo, nos ímpetos de cólera, ainda hoje usa com frequência de uma frase que recorda aquele mau hábito de outros tempos. *Dar com a lama na cara*. A interpretação literal, que parece deveria ser *intromissão*, repugna ao senso comum, e em muitos casos como no foral de Anciães se conhece que a ação era às vêzes mais violenta, à vista da frase que aí se emprega: «*siquis home per mala voluntate dederit cum m... in vultu hominis, etc.*»

Dois anos de África sendo homem, e de internação em Castro Marim para mulher, era a sanção para «homem que se vestir em trajos de mulher ou mulher em trajos de homem, e dos que trazem máscara» figura criminal em que, sentimos, a falsa identidade podia igualmente ser o efeito da distorsão sexual.

Aqui a desigualdade de tratamento vai beneficiar um representante do poder judiciário, na casuística da previsão legal. *Do que matou sua mulher pola achar em adulterio.*» Achando o homem casado sua mulher em adultério licitamente poderá matar, assim a ela como o adúltero, salvo se o marido fôr peão e o adúltero Fidalgo ou nosso Desembargador ou pessoa de maior qualidade. Porém quando matasse alguma das sobreditas pessoas, achando-a com sua mulher em adultério, não morrerá por isso, mas será degredado para África com pregão na audiência pelo tempo, que aos Julgadores bem parecer, segundo a pessoa que matar, não passando de três anos».

Que acontecia a quem fôsse surpreendido dormindo com mulher casada?

«Mandamos que o homem que dormir com mulher casada e que em fama de casada estiver, *morra por ello*.

...«E tôda mulher que fizer adultério a seu marido, morra por isso. E aquelle com que ela se for, morra por isso, sem mais no-lo fazerem saber.»

Excepcionados, já vimos, o Fidalgo ou o Desembargador...

E se o marido consentisse que a mulher tivesse relações com outrem? Resolve assim o Código Filipino:

«E sendo provado que algum homem consentio a sua mulher, que lhe fizesse adultério, serão êle e ela açoutados com senhas capellas de cornos, e degredados para o Brazil.»

A legislação tinha de ser casuística. Esta hipótese, por exemplo, Ordenação Afonsina:

«E porque algumas vezes acontece que o marido acusa sua mulher de adultério e aquele que com ela pecou e depois se reconcilia com a mulher e perdoa-lhe o dito pecado e deixa o feito do adultério sendo apreciado pela Justiça a qual procede contra esse segundo o rigor do Direito e outras vezes lhe perdoa requerendo à Justiça que o solte; e porque segundo Direito o marido não pode perdoar o adúltero senão somente a adúltera em favor do matrimonio acontecia algumas vezes ficar a adúltera reconciliada com o marido e ser feita justiça ao adúltero, o que parecia ao povo cousa de escandalo; por tanto o Rey meu Senhor e Pai, segundo ouvimos por informação algumas vezes mandou, que quando o marido se reconciliava com a mulher e perdoava ao adúltero, fosse êste relevado da morte e degredado para Ceuta por sete anos.»

Do texto acima merece destaque a parte em que a legislação proclama — o marido não pode perdoar o adúltero senão somente a adúltera em favor do matrimônio. Eis um elemento que impõe atenção particular ao analista da transformação da justiça particular para pública em Portugal, e no qual a constante do interesse especial pela sociedade familiar está patente. Como se debruça, de forma interessantíssima nas *varadas, intrare in fustem*, entrar em varas, de que se origina a expressão comum ainda hoje, em Portugal e no Brasil, *entrar aos paus*, pena essa que em determinadas regiões era aplicada aos pequenos delitos, lesões corporais, ofensas leves físicas e morais (injúrias causadas por pequenas desavenças de vizinhança) e que mereceu de Herculano páginas tão curiosas e de Paulo Merêa um ensaio a que modestamente deu o nome de *achêga* para o curso de História de Direito Português, na Universidade de Coimbra, *Composição Corporal*. Em respeito à família o juiz, alcaide ou seu representante, dirigia-se à casa da infratora, experimentava na presença do marido e numa almofada as varas, em batida certa, nem a mais nem a menos e entregava essas varas o marido para que êste executasse na espôsa a sentença. Se, por acaso, o marido ao cumprir a decisão, o fazia batendo fora da justa medida, mostrando-se compassivo ou apiedado, era êle quem *entrava aos paus*...

Sendo que, lembra Merêa, no caso de ser a acusada criatura de qualidade podia ela transferir a outrem a condição passiva, na recepção das varadas...

Ainda com referência aos crimes sexuais dessa época, há o que ver na *Crônica de D. Pedro I* de Fernão Lopes.

No capítulo VII — *como el rei quisera meter um bispo a tormento porque dormia com uma mulher casada*.

Esse mesmo monarca, *Pedro o Justiceiro*, o vingador, que fazia *trigosa justiça*, temperamento em que incidiu o trauma passional de Inês de Castro e do assassinato desta, no capítulo IX do livro de Fernão Lopes, vemos em circunstâncias que podem hoje espantar mas que correspondiam à atmosfera e mentalidade imperantes. *Como el rei mandou queimar a mulher de Afonso André e doutras justiças que mandou fazer*.

... «e foi-se a el rei por se queixar do que lhe feito havia.

E el rei, como o vio, antes que lhe ele falasse, pediu-lhe alvisaras do que mandara fazer, dizendo que já o tinha vingado da aleivosa de sua mulher e do que lhe punha os cornos, e que, melhor sabia ele quem ela era, que ele».

O crime de estupro, sem perdão, também punido com morte. *Roussada* chamava-se a vítima. Processualmente a lei, resguardando a prova da verdade e a possível inocência do acusado, especificava nas Ordenações os cinco sinais que tinham de coexistir. A *forçada* tinha que sair gritando logo — vêde que me Fez Fuan — e mostrar que estava carpida, e ser logo abrigada na casa do juiz ou do *homem bom*.

A propósito, ainda Fernão Lopes informa, no livro citado:

«Que diremos de Maria Roussada, mulher casada com seu marido, que dormira com ela por força, a que então chamavam roussar, por a qual cousa ele merecia morte?

E tendo já dela filhos e filhas, viviam ambos em grande benquerença. E ouvindo-a el rei chamar por tal nome, perguntou porque lho chamavam; e soube da guisa como tudo fora e que se avieram que casassem ambos, por tal feito não vir mais à praça. El rei, por cumprir justiça, mandou-o enforçar; e, atrás dêle, iam a mulher e os filhos carpindo.»

Note-se que no crime de sedução, *do que dorme com mulher virgem ou viuva honesta por sua vontade*, a êsses a lei manda que casem e o casamento faz desaparecer o crime.

O respeito e a moral administrativa também estavam previstos em proibição e cominação severa para atos como *do oficial do Rei que dorme com mulher que perante ele requer*. «Todo o Desembargador ou Oficial de Justiça, e outro algum nosso oficial, assim da Côrte como de nossos Reinos, Advogado, Procurador, Escrivão, Porteiro, Meirinho, que dormir com mulher que demanda, ou desembargo requeira perante ele se for leigo perca o Ofício e mais seja degredado para a Africa por um ano. E se for Clerigo perca todo que de Nós tiver».

Esse dispositivo fala em Clérigo, estão êles, os religiosos, com uma freqüência impressionante, na casuística prescrição das Ordenações.

A *danação*, os coitos desenfreados, os costumes *maaos*, se escancaram à simples leitura dos enunciados legislativos. O jeito era tentar frear êsses males, de forma oblíqua, punindo as *barregãs* dos clérigos pois êstes estavam imunes à justiça real. Essa imunidade foi de tal ordem que Capistrano de Abreu refere um caso na Bahia, no século XVIII, de quase revolução porque o oficial de justiça quis cumprir o mandato e o acusado se homiziara em local religioso. Ainda Capistrano, em assunto dessa natureza, lembra que desde muito antes, por efeito do respeito e medo à força das excomuniões e penetração da justiça canônica, os meirinhos antes de procederem às intimações ou execuções dos mandados, examinavam cuidadosamente a cabeça daqueles em que incidia a lei, à procura preliminarmente e prudentemente de tonsura... Ora, êsses fatos são muito eloqüentes quando a gente se reporta à carta de seguro, como espusemos anteriormente, concedida pelo Rei para neutralizar excomunhão e determinar na justiça canônica o prosseguimento dos recursos interpostos para Roma... Aí, nesse ponto, parece que a força moral do Rei superava o aspecto negativo do caso ameaçado de distorsões na justiça da Igreja.

Gama Barros, em sua monumental História da Administração Pública em Portugal, volume II, 2ª edição, dedica um capítulo que impressiona — *estado moral do clero em geral*.

«No principio do seculo XV a dissolução do clero era a mesma. Reunindo D. João I as côrtes em Braga, os procuradores dos concelhos representaram que muitos clerigos e religiosos tinham *barregãs* em suas casas à vista dos prelados e de todo povo, trazendo-as «vestidas e guarnidas tambem nilhor que os leigos trazem as suas molheres» e por esta razão muitas donzellas deixavam de tomar marido legítimo e juntavam-se com clerigos, com frades e freires ou com outras pessoas religiosas.»

Certo é que o poder real já ganhara tamanha consistência que os próprios prelados «julgavam tão grande a imoralidade do clero, que não viam outro meio de atalhar o escândalo senão o castigo que el rei impuzesse às *barregãs* porque, diziam elles, por maiores penas que se fulminem contra os clérigos e religiosos, não deixarão de ter concubinas.»

O Direito Criminal será sempre um campo de pesquisa, que a História ampliará e aprofundará cada vez mais.

Porque os preceitos que visam prevenir e reprimir o Crime estão condicionados ao conhecimento do Homem.

Vieira no sermão 27º do Rosário dá uma oportuna idéia da extrema dificuldade para êsse conhecimento:

«os homens não são feitos de uma só peça como os anjos e os brutos. Os Anjos e os brutos (para que nos explique-mos assim) são inteiriços; o Anjo porque é todo espírito; o Bruto porque todo é corpo.»

AS ESCOLAS DE DIREITO NA FORMAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA

ARTHUR CÉSAR FERREIRA REIS

O ONZE DE AGÔSTO E A CULTURA BRASILEIRA

- 1 — A cultura brasileira em suas raízes mais profundas.
- 2 — Coimbra na formação dos quadros brasileiros.
- 3 — A criação dos cursos jurídicos na linha das mudanças que se efetuam no Brasil para ajustá-lo aos novos tempos, criados pela independência.
- 4 — O iluminismo brasileiro foi uma resultante dos cursos jurídicos ou já vinha sendo uma resultante de outra motivação vinculada às idéias que nos chegavam, via de Portugal, desde o século XVIII?
- 5 — No decorrer do Império, o que significou a contribuição dos cursos jurídicos no processo de desenvolvimento político, social e cultural do Brasil.

A cultura brasileira tem suas raízes em três continentes: América, África e Europa. Resulta, portanto, de culturas as mais variadas, multiformes, ricas em conteúdo e em valores e côres. Resulta do condicionamento que o meio físico e as naturezas espirituais e materiais de étnias diversas permitiram. Meio físico também o mais variado, como étnias igualmente diversas, diferentes, ricas e algumas profundamente exóticas. Como conseqüência imediata, teremos de considerar que nossa cultura não é, assim, uma cultura autônoma, mas, como produto de um imenso conflito, uma cultura mestiça.

Dos que aqui se encontravam à chegada dos europeus peninsulares, ibéricos, sabemos muito e ao mesmo tempo pouco. Sabemos muito porque os antropólogos e os linguistas realizaram pesquisa intensa que

permitiu o conhecimento dos grupos tribais em muitas das respectivas peculiaridades. Sim, porque êsses mesmos grupos tribais não eram todos integrantes de uma única família humana ou social. Eram distintos, conflitantes, distanciados entre si, como sucedia, aliás, na própria Europa, de étnias e culturas variadas diferentes, Europa que procedia, desde os fins do século XV, aos descobrimentos de novos mundos e novas humanidades, dêsse modo completando a façanha que começara nas Cruzadas e nos contatos mais distantes e difíceis com o Oriente mais velho, mas só agora sabido em sua realidade admirável.

A contribuição dos grupos tribais americanos que não haviam, no espaço onde seria construído êste país, realizado a aventura política de um império, como ocorria em outras regiões das Américas, teria sido uma contribuição que se registra na nomenclatura geográfica, nas denominações da natureza, em suas peculiaridades, nos nomes de pessoas, na alimentação, nos tipos físicos, em certos usos e costumes e comportamentos sociais que só hoje começam a ser devidamente constatados para explicar o que nos define e constitui muito de nossa melhor feição psicológica. É de assinalar que a êsse gentio primitivo em suas manifestações, devemos, ou antes, devem os que vieram criar o Brasil como nação, a identificação do território como natureza e como mundo físico. Sem êles, muito pouco ou muito mais vagarosamente teria sido possível inventariar a terra, percorrendo-a e possuindo-a sem as dificuldades que foram sendo vencidas com relativa facilidade. Sem êles, a sociedade solidária não poderia ter funcionado com a velocidade e a profundidade por que se elaborou e realizou com sua presença e sua atuação constante e decisiva o domínio do espaço e a formulação de sua economia e de sua ação construtiva material.

Os que chegaram da África forçados, na imigração violenta que os negreiros promoveram sob a tese de que se fazia necessária a importação e o movimento migratório para suprir falhas de mão-de-obra e sustentar a economia tropical, que dava fundamento à relação de troca, que se operava com a Europa, de mercados ávidos pela produção tropical, produção que os portugueses mantinha incessantemente pela utilização de seus mundos ultramarinos, montados em três continentes, êsses que chegavam sem liberdade e sem direito à esperança de se virem considerados membros da espécie humana, trouxeram igualmente uma contribuição que ninguém pode ignorar. Foi uma contribuição que não se restringiu ao trabalho no empenho de plantação de cana e fabricação de açúcar, na fazenda onde se cultivava o tabaco e o algodão ou nas áreas da mineração. Porque se ampliou imensamente, como a do indígena americano, no enriquecimento das dietas alimentares, nos costumes e usos diários, no vocabulário da língua imperial, que se impuzera como conseqüência da presença do europeu, que se fazia de senhor e de legítimo dono do espaço como homem político, e como na contribuição

daqueles, na própria sociedade mestiça que recebeu um contingente gigantesco, contingente que, inclusive, nos assegurou certa doçura, certa meiguice que é característica positiva de nossa presença como parte da espécie humana.

Por fim os ibéricos de Portugal, por si também resultantes de uma ampla e centenária pluralização de culturas, étnicas, a que não foram estranhos, em tempos recuados de sua formação histórica, elementos escuros, trazidos à península na época das invasões árabes. Esses transferiram-nos a fórmula política do Estado, com todo seu cerimonial, sua estrutura e sua aparelhagem. E nisso estava a superioridade por que se apresentavam e lhes autorizou, com a permanência, a afirmação da superioridade de sua cultura. O lineamento de nossas raízes políticas encontra nêles, no que nos legaram, todo o conteúdo que nos fez Povo, Nação e Estado. E como tal, a segurança e a experiência, constante de instituições novas, que nos incorporaram às fórmulas e instituições que davam conteúdo à vida que se vivia na Europa dos grandes impérios, dos códigos, das universidades, das regras de legitimidade da própria existência pela contextura dos textos da lei escrita.

A ordem política foi-nos, assim, imposta ou a ela nos confinamos através do sistema institucional de que os portugueses foram os portadores. Esse sistema institucional, à época dos primeiros contatos com o que viria a constituir o Brasil na imensidade geográfica que o faz continente, ao mesmo tempo que o define também como arquipélago, não diferia dos demais em vigor na Europa. Havia normas e regras absolutamente idênticas em tôdas as unidades que, desde o medievo, compunham a família política européia. O velho direito romano estendera-se e servira de fonte maior a todo o regime político legal adotado. A contribuição germânica não excedera em nenhum momento a contribuição de Roma. Se mais tarde Napoleão se orgulhava do Código que o fazia imortal, os romanos, que haviam elaborado os princípios jurídicos fundamentais e dentro dos quais tôda a sociedade européia se afirmara, teriam razão de sentir o mesmo orgulho. Portugal pautara-se e disciplinara-se de acôrdo com as lições que Roma distribuira. A própria maior instituição cultural, representada no idioma, que operava a unificação do país em crescimento territorial, era uma resultante da romanização, o rústico falar dos soldados, mercadores, funcionários, colonos e não o falar acadêmico dos letrados que criavam os valores literários.

Durante trezentos anos, os que aqui nasceram ou os que aqui vieram para partilhar conosco das venturas e desventuras do dia a dia, estiveram submetidos à regulamentação legal do direito português. Esse direito elaborava-se continuamente. Tomara corpo na codificação Afonsina, Manuelina, e por fim Felipina. Os juristas que lhes haviam dado

forma escrita, eram juristas da mesma estirpe dos que, em outros países, criavam o direito escrito. Formavam-se nos Estados Gerais de Coimbra. Lá aprendiam as letras jurídicas ao lado dos que aprendiam as lições de teologia, das humanidades, da filosofia, da ciência médica. O experimentalismo no ensino não entrara ainda na cogitação de mestres, de discípulos nem dos orientadores do magistério, os responsáveis pelo funcionamento da Universidade. Até lá iam os nossos, os que aqui nasciam, para o ordenamento legal. Não dispúnhamos como até bem pouco sucedia em Angola e Moçambique, de Estados Gerais que seriam o embrião da Universidade. Esta só nos chegaria depois de experiências atrevidas, mas insuficientes, no Paraná e no Amazonas, com as vésperas do primeiro centenário da independência política.

Tôda a formação da inteligência brasileira fêz-se, em consequência, na Europa: em Coimbra e em Montpelier. Sabemos hoje, através de investigações de eruditos, brasileiros ou não, os nomes dos que frequentaram os dois centros de altos estudos. Os bacharéis de Coimbra nem todos voltaram ao Brasil. Muitos dêles ficaram em Portugal, principalmente no século XVIII, quando as idéias reformistas começavam a penetrar no Reino, pondo fim ao distanciamento em que êle vivera do que, na Europa, se estava realizando no campo da cultura. Os "estrangeirados" que chegavam ou influíam na elaboração da nova consciência, promoviam uma retomada de contato com o pensamento europeu, restituindo a Portugal aquela posição ímpar que desfrutara no século XVI, fazendo os descobrimentos de mares, terras, humanidades, naturezas e delas dando ao mundo a informação que se refletia numa literatura exótica, fundamental na reformulação do espírito europeu, que dessa forma reajustava os princípios do Renascimento, assegurando-lhe seiva, que não era mais aquela restrita ao classicismo em que se firmara para eclodir.

As reações que se operavam em Portugal não constituíam, então, um movimento isolado na península. Sucedia o mesmo na Espanha, onde uma série de homens de pensamento reagia valentemente ao conservadorismo, denunciando a precariedade das instituições, o passado comprometedor e que muitos pretendiam ainda defender, num reacionarismo, como diríamos hoje,, realmente impressionante. A investida contra todo êsse processo rotineiro estava amadurecendo. E no caso espanhol, atingira a própria área americana do império, através de sociedades que estudavam a terra, suas necessidades, suas peculiaridades e seus anseios: as Sociedades Econômicas de Amigos del Pais, de que tinham fundado, em Espanha, mais de 70.

Em Portugal, seja no que nos ensinava Teófilo Braga, seja no que nos dizem hoje Hernani Cidade e Silva Dias, o movimento tomava alento. E dêsse movimento participava a inteligência brasileira. Ora os nossos se mantinham na linha do conservadorismo, e isso era o mí-

nimo, ora já assumiam uma posição de autonomia de pensamento que, se não poderia ter taxado de rebelde, revolucionário, subversivo, já permitia descobrir que as gerações que formávamos ali estavam contaminadas das novidades que se importavam da França e da Inglaterra.

A preocupação que havia, em torno à problemática do Brasil ascendente, era visível. Uma vasta literatura, meio pragmática, vinha sendo elaborada sem tergiversações e com uma decidida preocupação em saber o que, realmente, representávamos e poderíamos representar mais tarde para a solução da problemática portuguesa e, quem sabe, de nós próprios se ocorresse o que já ocorria em terras americanas, aquelas onde a colonização fôra empresa britânica.

Entre 1772 e 1822, oitocentos e sessenta e seis brasileiros formaram-se em Coimbra. Dêses, quinhentos e sessenta e oito graduaram-se em *Direito* e os restantes em outros campos do saber humano, convindo registrar que dos quinhentos e sessenta e oito bacharéis em leis, como então se chamavam, duzentos e oitenta e um também se graduaram em ciências naturais e matemáticas. A freqüência dos estudantes brasileiros à Universidade era realmente ponderável. E vários dêles vieram, posteriormente, a instalar-se na própria Universidade, servindo-a como professôres. No momento exato em que Sebastião José de Carvalho e Melo iniciou a reforma universitária, inclusive introduzindo o estudo experimental e montando os laboratórios e jardins botânicos e zoológicos, as mesas operatórias, as chamadas aulas de anatomia, que agora passavam a ter, ao invés de animais, pessoas humanas para a aprendizagem dos alunos, apelou para um brasileiro, que fêz a reforma, o famoso Dr. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, que não se arreceiou das reservas que se opunham, nem da rotina de muitos que teve de afastar para que não entravassem as mudanças fulminantes que comandou. Ao lado dêle, outro brasileiro, Valente do Couto, nascido em Macapá, na Amazônia, e a cujo cargo correu a reforma na parte do ensino das matemáticas.

É certo que uma campanha desmedida se fizera ouvir. Os oratorianos acusavam os Jesuítas de espírito retrógrado. Domingos Maurício, o insigne mestre da Companhia de Jesus, já demonstrou a falta de fundamento na acusação de que os Inacianos ignoravam as novidades da época. Não as admitiam, no entanto, em seu domínio, exercido sôbre o ensino médio e universitário. Rafael Bluteau e posteriormente o agitado e atrevido José Antônio Verney, censurando o ensino como se ministrava, pedindo as mudanças, negando qualquer sentido ao sistema pedagógico em vigor, que êles reputavam responsável pela decadência nacional, uma vez que não poderia autorizar a formação dos quadros de que a nação carecia para recompor-se e recuperar-se por seus próprios recursos técnicos, serviam à causa da reforma que Pombal decretaria com a energia que era a sua constante como homem de govêrno.

Os brasileiros constituíam a parcela mais dinâmica da vida intelectual da mãe pátria na oportunidade. O Arcadismo representava-se, como riqueza de formas, pelos brasileiros, alguns deles participantes da Inconfidência Mineira. E de Portugal, chegavam solicitações às autoridades que governavam as Capitanias brasileiras para que as melhores inteligências locais fôsem remetidas ao Reino, a fim de cursarem a Universidade. Lembro o caso de paraenses que, concluído o curso, foram proibidos de regressar à Amazônia sob a alegação de que eram necessários na península pelo muito que sabiam e pelo muito que poderiam servir, na metrópole, ao mesmo tempo que se reclamava a ida de outros, daquele tipo, para aumentar o rendimento da Universidade e melhorar os quadros administrativos europeus.

A exploração do Brasil, como a exploração da África, empresa científica oficial, estava então atribuída a brasileiros. Bastará referir dois nomes: Alexandre Rodrigues Ferreira e Lacerda e Almeida, cientistas os dois, sagrados, no tempo, pela operosidade e pela alta competência, de que se tornaram famosos, nas tarefas que executaram, sendo ainda em nossos dias, merecedores de imensa admiração. A geração brasileira integrava-se "de figuras do porte mental de José Bonifácio de Andrada e Silva, João da Silva Feijó, Antônio Pires da Silva Pontes, Francisco José de Lacerda e Almeida, Pizarro e Araújo, Valente do Couto, Souza Caldas, Ferreira da Câmara, Francisco de Melo Franco, José da Silva Lisboa, José de Sá Bitencourt Acioly, José Vieira Couto, Manoel de Arruda Câmara, José Manoel de Siqueira. Tal geração representava realmente a vitalidade da colônia, pois nela se incluíam filhos de tôdas as regiões, desde os trechos de fronteira, como eram os casos de Valente do Couto e Manoel de Siqueira, aquêles de Macapá e êste de Cuiabá, aos territórios interiores, como Ferreira Bitencourt, Vieira Couto, do nordeste e ao sul, como José Bonifácio e Arruda Câmara, respectivamente de São Paulo e da Paraíba."

Quando, sob D. Maria, tentou-se destruir a obra de reforma nos meios universitários, e nos círculos profissionais e governamentais, presos à rotina, apavorados com as mudanças que o mundo experimentava e lhes parecia o fim de tôda uma civilização que imaginava insubstituível, preparava-se a resistência a tudo quanto representasse mudança, foi um brasileiro, Francisco de Melo Franco, no panfleto famoso, "O Reino da Estupidez", quem fez a crítica acerba a êsse movimento de retrocesso que não teve êxito maior porque já alvoreciam, realmente, os novos dias que o sistema liberal iria implantar.

As academias literárias, que se montavam no Brasil, provocando o que denominamos agora de "movimento academicista" e de que em breve teremos os textos da produção, que se guardava inédita, e representando a incorporação do Brasil, província ultramarina, às inquieta-

ções que abalavam as velhas estruturas espirituais e institucionais, valiam, igualmente, como centros vivos de comunicabilidade, no decorrer da qual já se formulavam idéias comprometedoras, anunciadoras de um pensamento filiado à França e aos princípios de liberdade. A biblioteca do cônego mineiro Luís Vieira da Silva, inconfidente, não revelava a preocupação de um conhecimento que não era mais aquêle do passado recente?

Desembarcando no Rio de Janeiro, para fundar um nôvo Império, D. João, Príncipe Regente, abriu perspectivas à inteligência brasileira através de uma vasta série de atos que punham fim ao sistema colonialista vigorante para graduar-nos num autêntico Estado soberano. As perspectivas que se rasgavam podiam ser encontradas nos quadros dos serviços públicos que se montavam, na aparelhagem administrativa que se estabelecia, nos institutos novos que iam permitir que aqui mesmo se fôssem formando as elites regionais, que dêsse modo não careceriam mais de ter de fazer a travessia do Atlântico para a diplomação ou o enriquecimento cultural que, até então, só a metrópole europeia concedia.

A fundação da Imprensa Régia, a impressão de dezenas de publicações, que se principiara a editar, os debates que se abriram à volta da própria problemática nacional, agora a propor-se em sua atualidade, em sua gravidade e em suas peculiaridades, constituindo uma preocupação e uma atividade que se começava a criar, indicavam a existência dos tempos novos que o Brasil experimentava, inclusive naquele esforço por melhor conhecer-se que se ativou de maneira ponderável.

Os doutores de Coimbra tinham, assim, agora, maiores possibilidades de encarrear-se. Não se limitariam mais ao exercício da magistratura regular e quantitativamente inexpressiva. Os Ministérios, os serviços especializados das carreiras à conquista dos quais se lançavam e se organizavam os que não eram reinóis, compunham, ademais, motivação para que se fôsse elaborando um estado de consciência renovado, capaz de levar a exigências, que se iam formulando e para cuja solução o caminho seria a mudança radical, isto é, a soberania total, de que já desfrutavam os Estados Unidos e o Haiti.

Com a independência aquêles conhecimentos, adquiridos em Coimbra e, de certo modo alterados para ajustar-se às novidades do iluminismo e da Grande Revolução, que se iniciara com os Enciclopedistas e os economistas britânicos, todos lidos e sabidos entre nós, iam agora ser postos em comprovação maior no que podiam representar para a formulação de pensamento e de condições políticas que se deviam experimentar. Os textos legais que se decretaram, inclusive a Constituição de 1824, por acaso não poderá servir a essa avaliação do que aquêles conhecimentos e novidades haviam assegurado à inteligência brasileira? Lembremos que a Constituição, seja no projeto que a Constituinte não soube

discutir com a necessária velocidade, detendo-se em questões políticas que a absorveram e autorizaram o golpe de D. Pedro, dissolvendo-a e dispensando-a da elaboração do diploma fundamental do Império, seja no código admirável que foi mandado vigorar depois da consulta que se faz à nação por intermédio das Câmaras Municipais, que representavam anseios e decisões populares, era fruto daquele saber acumulado e bem digerido. Não se improvisara o conhecimento. Êle viera pela lição de mestres portugueses e de mestres franceses, insisto, lidos e sabidos pelos que recebiam a incumbência de tornar efetivas as medidas necessárias ao bem comum de uma nação que nascia.

Os juristas que vieram de Coimbra, portanto, os responsáveis pela urdidura jurídica de nossos tempos heróicos. Se examinarmos os textos legais que se estavam elaborando na mesma conjuntura nas demais unidades que nasciam na América espanhola, a legislação brasileira que se fêz por mãos e pela inteligência dos nossos, em nada desmerece dos conhecimentos e da atualização dêsses conhecimentos que os nossos possuíam. Estávamos em dia com as novidades democráticas e liberais em pleno vigor pelo mundo afora. Corra-se, a propósito, tôda a série de atos legais que se praticaram. Mesmo aquêles anteriores ao funcionamento do Parlamento Nacional: fazem honra aos que os expediram ou escreveram, com a particularidade de que não importavam em cópias ou meras adaptações das novidades, atos que refletiam, inclusive, a compreensão de que não poderíamos ter a tessitura jurídica em conflito com a realidade, imposta pelas condições e peculiaridades do Brasil. O sistema unitário, que adotamos, era o único implantável, capaz de impedir a secessão. As limitações às Províncias não podiam deixar de ser mantidas, dêsse modo impedindo-se a proliferação das pequenas pátrias. A própria mão estendida às demais partes das Américas, como fundamento do panamericanismo, não resulta também dessa formação jurídica ?

Muito do que hoje em dia anda por aí, indicado como conquista dos técnicos ou exigência do que se intitula a segurança nacional, já entrara na cogitação dos juristas que formulavam o contexto legal do país. Será suficiente registrar, como exemplificação, o que entendemos hoje de chamar atestado de ideologia. Por isso mesmo é velho. Não se podia exercer cargo público sem apresentar a comprovação de que aceitara a independência e jurara fidelidade ao regime e às instituições vigentes. Os serviços públicos deviam ser estruturados de maneira a constituírem, realmente, o instrumento essencial ao funcionamento do Estado. Uma comissão estudou a reformulação dêsses serviços, que deveriam ter legislação adequada. Um órgão próprio, cuidaria da formação de pessoal e da mecânica dos serviços oficiais. Os exemplos seriam quase infinitos. Será bastante examinar o cedulário que se expediu e dá a justa medida de que os homens que criavam o Império na sua

estrutura jurídica tinham a noção exata de suas responsabilidades e, mais que isso, a preparação essencial a que dessem boa conta de seus deveres.

As necessidades do país, no entanto, não se restringiam à elaboração de seus textos legais. Fazia-se sentir a conveniência da formação de suas elites, em quantidade e qualidade que permitisse a continuidade da Pátria, através da ação de seus quadros de direção política e administrativa. Os Seminários haviam dado excelente contribuição. Nas Províncias e na própria Côrte eles haviam assegurado a formação de pessoal habilitado nas humanidades que se exigiam. Parlamentares, presidentes de Província, diplomatas, servidores graduados tinham formado a inteligência pragmática naqueles Seminários que funcionavam em Belém, São Luís, Olinda, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Mariana. Impunha-se a renovação com o estabelecimento de novos institutos de ensino superior. As Escolas de Direito eram a necessidade mais visível. Compreende-se a exigência. Entendia-se que os homens que traziam a formação jurídica dispunham de uma massa de conhecimentos que não se encontravam nos que possuíam outros cursos superiores. Está certo até certo ponto, portanto, a tese dos que sustentam que o grande movimento de reforma, de atualização do Brasil, com a preparação de seus quadros dirigentes, de suas elites intelectuais, vai ser encontrado nas Escolas de Direito que, em 1827, se instalam em Olinda e em São Paulo. Nelas, os filhos dos grandes proprietários rurais, ainda os senhores das decisões políticas no País, iriam fazer sua formação, para a direção dos negócios nacionais. E assim realmente ocorreu. Porque daí em diante, os quadros brasileiros, as chamadas "elites" brasileiras, que se recrutavam igualmente nos cursos médicos em funcionamento desde época muito mais distante, não precisavam mais realizar a aventura de uma presença na Europa para freqüentar seus cursos universitários. Coimbra deixaria de exercer aquela influência poderosa do passado. Sua projeção declinava. Seu papel na vida brasileira encerrava-se. Olinda e São Paulo substituíram-na, com larga margem de sucesso, tanto mais quanto agora não se doutoravam apenas uns tantos, mais felizes e de possibilidades menos limitadas. Agora, o caminho estava franqueado a todos quantos aqui estivessem em condições de freqüentar os cursos de direito.

Os códigos e leis que se vão atualizar ou elaborar já constituirão, em consequência, uma resultante da atividade que se desenvolve nas duas Academias.

Tôda uma geração de homens públicos recebeu ali, os elementos culturais de que vão carecer para o exercício, não apenas da profissão de advogado ou o exercício da magistratura. Ali aprendem o essencial, na época, para a compreensão da grave problemática que vai viver o país, sob a forma imperial, o sistema unitário que, insistamos, era o

sistema necessário, no momento, para evitar a desagregação da unidade e a adoção de fórmulas liberais como era do figurino ideológico da época.

É preciso, a esta altura destas notas históricas, lembrar que o Brasil passava pela dramática experiência política de nação soberana. As Províncias hesitavam, ou antes, não se comportavam corretamente naquela fase decisiva. A inexperiência de seus responsáveis pela causa pública era visível. A caudilhagem, que marcava a hora na América espanhola, não tivera vez no Brasil, é certo, mas nem por isso a prova sangrenta deixara também de ocorrer. A Constituição fôra gisada em termos de consolidação da ordem interna e de consolidação da unidade. Contra ela, no entanto, fazia-se a crítica negativa, sob a alegação de que as liberdades que deviam ser concedidas às mesmas Províncias haviam sido restringidas. Contra êsse estado de espírito, os homens no poder não se mostravam capazes de uma ação menos drástica ou mais sensata. A solução da fôrça fôra empregada continuamente. O espírito público não se fazia sentir senão através da comoção militar, a quartelada continuada, e das manifestações de rua dos que se apresentavam como legítimos representantes daquelas inquietações.

As duas escolas de direito, organizadas com o objetivo da criação de profissionais e, mais que isso, de estadistas, porque, na verdade, essa foi função que as duas nunca deixaram de possuir, a da formação de governantes, de diplomatas, e de parlamentares, nacionais ou provinciais, nos primeiros tempos realmente não podiam proporcionar a riqueza numérica suficiente para o preenchimento dos cargos que se constatavam. Com o decorrer do tempo, todavia, essa riqueza passou a existir e, com ela, o exame mais sereno, a análise menos dramática, a solução mais humana e legal que se foi adotando para a problemática brasileira. O que João Camilo de Oliveira Torres chama de «Democracia Coroada», ou seja, o funcionamento das instituições imperiais em termos de ordem democrática, que foi senão uma conquista de que as duas escolas foram responsáveis?

Textos legais da maior significação, não apenas para a ordem jurídica e o prestígio dos bacharéis brasileiros de então, refletiam o êxito das duas faculdades. Também a projeção no exterior ocorreu. Porque foi graças ao espírito de ordem, espírito de ordem jurídica, que não era uma constante nas demais nações, emergidas do regime colonial, como nós do Brasil, que o Brasil começou a ser a grande realidade política de que pode ufanar-se e explicaria a frase famosa do presidente Paul, da Venezuela, ao saber do 15 de Novembro — «acabou-se a única república que havia na América.»

Os textos a que nos referimos eram o Código do Processo Criminal do Império, o Código Criminal, o Código Comercial e o Regulamento

737. Pelo Código do Processo, fizera-se uma reformulação da vida provincial através da reorganização judiciária, que implicara na reformulação municipal. Os Conselhos do Governo, que funcionavam nas Províncias, e mais tarde seriam substituídos pelas Assembléias Provinciais, examinaram a aplicação do Código e, na execução que lhes fôra atribuída, procederam à revisão da estrutura municipal, extinguindo municípios, criando municípios, criando comarcas, assentando uma nova máquina administrativa. Na verdade, o Código complementava, a certos aspectos, a própria Carta Constitucional de 1824.

A geração de juristas que elaborou tôda essa vasta e admirável codificação só não alcançou êxito no momento em que tentou o Código Civil. Teixeira de Freitas acreditara que soara a hora de profundas modificações na vida civil, e quem dizia vida civil dizia também vida social. Ora, se assim era, como concordar em que se registrassem e fixassem direitos de pessoas sôbre outras pessoas, reconhecendo a umas a condição de sêres livres, membros de uma sociedade autônoma, senhora de seus destinos e de sua conduta, e a outros sêres também humanos, e também membros da mesma família humana, negar-se a condição de ser livre, capaz de conduzir-se e não podendo ser objeto de transação mercantil, transferido em herança e incapacitado para o exercício de qualquer ato que importasse em decisão própria? Teixeira de Freitas recusou dar ingresso no projeto de Código àqueles dispositivos, contrários à dignidade humana. Sua filosofia de vida e sua consciência de homem e de jurista, envolvido pelo movimento universal de libertação, de combate ao sistema da escravidão, não lhe permitiam anuência às exigências de uma sociedade que se estruturara, durante três séculos, de maneira diferente e não podia abrir mão do que entendia fundado em princípios de bom direito, nem em aceitar a novidade, que importava em destruir, com a instituição centenária, o suporte de uma economia agrária, realizada para suprir mercados externos e promover o bem-estar de uns poucos.

É tempo de lembrar que na feitura de tôda essa ordem admirável que consagrou as instituições monárquicas e lhe abriu o crédito que a nação lhe concedeu, houve uns tantos que não podem deixar de ser mencionados pelos próprios nomes, como sejam: Bernardo Pereira de Vasconcelos, Manoel Alves Branco, Paula Batista, Pimenta Bueno, Cândido Mendes, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Paulino José Soares de Souza, Brás Florentino Henrique de Souza, Joaquim Rodrigues de Souza. Pimenta Bueno, para destacar um, não se sagrou apenas como o intérprete sereno, objetivo, da Constituição imperial. Foi, igualmente um analista e professor do direito administrativo que se executava nas Províncias ou era privativo dos Ministérios de Estado. Sua projeção maior lhe veio, porém, de seu "Direito Internacional Privado", primeira obra que, no gênero, se escreveu no continente, obra que resultava de

sua experiência como jurista, como administrador, como diplomata, como parlamentar, como chefe de gabinete, primeiro Ministro, portanto. Os outros, ora fazendo a exegese dos diplomas que regulavam a ordem jurídica nacional, ou tendo participado de sua elaboração, recorde-se mais uma vez, haviam saído dos bancos acadêmicos de Olinda e São Paulo.

Com essa literatura jurídica e êsses monumentos de saber e de legislação ordenadora de um sistema político, escrevia-se, também, contribuição efetiva do ensino das duas Academias a literatura política, que se divulgava nas colunas dos periódicos, dos panfletos e dos livros de maior tomo. Nêles, a crítica a homens públicos, a instituições, a sistemas, sofria a análise, contundente muitas vêzes. "Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro", de Tavares Bastos, como o seu "Provincia", não estavam nessa linha de entendimento, de crítica severa? O livro de Américo Brasiliense acêrca dos "Programas dos Partidos e o Segundo Império", também não se inscrevia entre as obras de análise da vida política nacional como fruto da experiência política de seu autor mas, também, como fruto do que aprendera no curso jurídico de São Paulo?

Dois livros recentes, um intitulado "História das Idéias Políticas no Brasil", de autoria de Nelson Saldanha, da Universidade de Pernambuco, e outro de Maciel de Barros, intitulado "A Ilustração Brasileira e a idéia de Universidade", da Universidade de São Paulo, fazem a história, a análise e a crítica sensata do que os bacharéis saídos de Olinda e Recife, produziram a serviço do Brasil. São ensaios meditados, que sustentavam a tese do quanto deve o país a seus homens, formados nas escolas de Olinda e São Paulo. Completam as obras, que escreveram, anteriormente, Clóvis Bevilacqua e Spencer Vampré, acêrca das duas Faculdades e do papel de ambas, na formação da inteligência e do espírito brasileiros.

Aquela afirmativa de Tobias Monteiro, em panfleto que fêz época, "Funcionários e Doutores", no qual atribuía aos dois profissionais todos os males que enervavam o Brasil, continham seus processos de desenvolvimento, desserviam à Nação, empobreciam-na, dificultavam sua elaboração mais veloz e mais pragmática, aquela afirmativa, evidentemente, quando se lê e medita o que Saldanha e Barros, citados, escreveram, sem sentimentalismo, mas à luz de uma indagação e de um critério crítico ponderável, perde conteúdo. Porque, na verdade, o ensino do direito no Brasil, principiado em 1827, como o ato de 11 de agosto, não valeu apenas como ensino para criar profissionais mas, como sustentei, serviu para criar consciência ética e assegurar com a plenitude de direitos, o encaminhamento regular da solução brasileira aos problemas que, ontem como hoje, são essenciais para o fortaleci-

mento do poder e a segurança das instituições, sem o que o progresso material e espiritual serão letra morta, nada significando para a ascensão e a potencialidade de nossa pátria. Com o Onze de Agosto, o Brasil abriu perspectivas admiráveis na formação de seus melhores quadros de inteligência e de pragmatismo. Olinda e São Paulo foram a raiz das várias dezenas de escolas de direito que depois da implantação da República se foram estabelecendo nas antigas Províncias e constituem hoje uma área positiva, no contexto universitário brasileiro, para a manutenção e enriquecimento daqueles objetivos políticos e culturais que levaram ao Onze de Agosto de 1827.

Letras

ASPECTOS SOCIAIS DO ROMANCE BRASILEIRO

ADONIAS FILHO

VALE observar que o romance brasileiro, em todos os caminhos de sua temática, contraria a evasão. É um pequeno detalhe, de importância crítica e significação histórica, mas que talvez possa explicar porque certos movimentos novelísticos — enquadrados nos movimentos literários — não conseguiram, à sua sombra, maior irradiação. Geograficamente marcado, não deixando de refletir condições culturais típicas, tornou-se um romance interessado no sentido da manifestação nativista. O mundo brasileiro, em sua exterioridade plástica e sua efervescência social, de tal modo se impôs que acabou por eliminar qualquer tendência para a evasão. Não vingou o trabalho especulativo, de raízes subjetivas, destinado a urdir uma problemática subjetiva. É precisamente por isso — sobretudo porque resultante e articulado com a oralidade — não temos um romance morto.

Está claro que, ao realizarmos um romance socialmente interessado, não exterminávamos a possibilidade da introversão. A auscultação interior, em busca da criatura humana na base da sua condição e de suas paixões, subsistiu em penetração psicológica que se condicionava a tipos sociais brasileiros. A sondagem, se possível de enquadramento na psicologia social — e capaz de justificar o moderno realismo psicológico —, caracterizava flagrantemente a anti-evasão como a constante mais poderosa no comportamento novelístico brasileiro. É um estado por assim dizer orgânico e nos limites de todos os círculos históricos. As denominações que vêm sendo empregadas, documentário ou realismo, testemunho ou reportagem, denunciam tão-somente a repulsa à evasão.

Mas, se esse romance deve surpreender a percepção crítica europeia quanto aos valores temáticos, não pode situar-se — em virtude mesmo dos valores temáticos — nas classificações estabelecidas pela percepção crítica europeia para valores temáticos europeus. Entrosado, porém, no complexo cultural brasileiro e dele retirando sua motivação, compete à crítica classificá-lo dentro de sua própria percepção. Esta, a meu

ver, será a chave para esclarecer-se, não apenas a posição estética do romance brasileiro, mas sua própria mensagem como realização coletiva. Efetivamente, se considerarmos a temática e a estilística como os seus dados fundamentais, logo concluiremos que ele se fecha como um monobloco em torno da temática nacional e da estilística como manifestação restrita ao romancista. A articulação — com exceções de casos isolados que não alteram a mensagem coletiva — se estabelece entre êsses dados: a contribuição estilística se manifestando através dos próprios valores temáticos. É como se o romance brasileiro convertesse os valores temáticos em seu próprio sangue.

Não foi realizado, até hoje, o levantamento dêsses valores temáticos. A crítica histórica, de Ferdinand Wolf a Ronald de Carvalho, os tem desprezado para restringir o nosso romance — e mais que o romance, a nossa literatura — a reflexo da ficção européia. A crítica histórica, condicionando o reconhecimento às escolas européias — como o romantismo e o naturalismo — negava, com o desprezo dos valores temáticos, o próprio complexo cultural brasileiro. Admitia a evasão, como é fácil verificar, onde evasão não havia.

Inúmeras seriam as conseqüências resultantes dessa atitude crítica como, por exemplo, o isolamento do romance das matrizes nacionais. Os produtos culturais geradores dessas matrizes, em três séculos de fermentação oral, e responsáveis sobretudo pela matéria ficcional, não foram considerados. E, admitida em preconceito de evasão, o romance foi e continua sendo configurado à margem daquelas matrizes. Mas, se e quando levantadas — trabalho que começa a ser realizado e do qual tanto Sílvio Romero se aproximou — provarão o entrosamento do romance com a oralidade decorrente do complexo cultural brasileiro. Realmente surpreendente a formação do nosso romance à sombra da oralidade.

Poder-se-á mesmo acrescentar que não encontrará explicação, principalmente em seus aspectos sociais, fora da oralidade. É nesse ventre que se realiza o processo: o fabulário popular engendrando a epopéia; os contos e os abecedários, mobilizando o repositório folclórico, fornecendo os tecidos para o romance. Em sua continuidade, a partir do século XVI até a eclosão erudita do romance nos começos do século XIX, em sua continuidade — abrangendo as contribuições indígena, africana e ibérica — a oralidade executa trabalho simplesmente extraordinário que a crítica histórica inexplicavelmente não associou ao romance. É o mesmo trabalho que, provocando a matéria ficcional, engendra as constantes literárias. As vinculações a serem estabelecidas — da oralidade com a matéria ficcional e desta com as constantes literárias e das constantes literárias com a epopéia nativista — demonstram que o ciclo novelístico é realmente brasileiro na base das fundações.

Os movimentos temáticos que o concretizam, em torno da matéria ficcional e das constantes literárias advindas da oralidade, têm suas raízes nas próprias raízes do complexo cultural brasileiro: o indianismo, o escravismo, o sertanismo, o urbanismo. Esses movimentos temáticos, a partir da epopéia — embora ultrapassados o indianismo e o escravismo em consequência do processo de mudança que atinge o complexo cultural brasileiro — caracterizam ainda hoje, através do sertanismo e do urbanismo, o nosso romance. Temos que atentar bem nisso: a interferência da oralidade, fluxo ininterrupto que atua desde o século XVI, é tão flagrante na moderna novelística sertanista, por exemplo, quanto o fôra nos autos e nos contos populares do século XVIII. E, se fôsse possível ampliar a afirmação, diríamos que a terra não era literariamente virgem no instante da descoberta. Os contos e os autos populares, através do sincretismo luso-indígena-africano — e posteriormente brasileiro —, já denunciavam a vocação documentária do romance brasileiro como suas únicas matrizes e raízes autênticas.

Entremos, pois, neste caminho

As constantes literárias ibéricas, quando atingem o Brasil, não encontram uma terra literariamente virgem. No momento do desembarque português e, a seguir, quando são estabelecidas as feitorias, uma ficção primitiva de carreira oral transita em lábios indígenas. É enorme a área geográfica que ocupa essa ficção veiculada pela língua tupi. Nenhuma língua primitiva do mundo, observa Couto de Magalhães, ocupou tão grande extensão geográfica. Na idade da pedra, como todos os primitivos nessa idade, o selvagem brasileiro dispõe de valores concepcionais intelectivos e dos consequentes meios de expressão. A imaginação, que moveu a mão do homem paleolítico em desenhos de beleza e possibilitou o ritmo plástico — ritmo que marca sua literatura e sua música —, completa-se no homem neolítico que, produzindo o instrumento decorador, revela o interesse imediato e prático. Em sua forma expressional primitiva, servindo-se tanto da imaginação quanto da percepção para conceber as narrativas numa inspiração imediata, o selvagem cria uma ficção.

É uma ficção que, em seus incidentes primários e seu elementarismo descritivo, não oculta o fundo nativo que projeta ambiente brasileiro. A arte indígena da narrativa, fazendo da repetição rítmica o traço fundamental como em qualquer literatura primitiva — como já observara Franz Boas —, adquire significação peculiar precisamente porque oferece qualidades próprias. Usando a linguagem que era o veículo comum da vida diária, e a observação seria feita por Mary Austin a propósito da ficção indígena norte-americana, sempre apresenta o argumento lógico numa base simbólica. Em qualquer das lendas do

fabulário indígena, são flagrantes todos os elementos ficcionais: o cenário, a personagem, a trama episódica, o diálogo e certa mensagem.

O cenário surge ao vivo na aparição da selva, os rios e as árvores, as estrelas e o sol, as noites e as madrugadas. A personagem dispõe de conduta psicológica na revelação de um caráter como, por exemplo, a astúcia no jabuti e a falsa esperteza na raposa. A trama episódica constitui uma seqüência lógica e engendra o centro de interesse. A ação é breve e assegura o equilíbrio ao relacionar o cenário, a personagem e a trama episódica. O diálogo é conversacional. E a mensagem, que Couto de Magalhães pôde captar ao examinar os argumentos, revigora os mitos indígenas que tanto penetraram na estrutura psicológica do povo brasileiro.

Esse ciclo ficcional indígena, ao lado dos mitos — que tanto preocuparam os cronistas Nóbrega e Anchieta, Gabriel Soares e Simão de Vasconcelos —, constituirá parte do repositório comum folclórico que, ingressando na ficção escrita, marcará decisivamente tanto o teatro quanto o romance brasileiros. Não seria mesmo possível evitar que o ciclo ficcional indígena, robustecido por fatores como a extensão geográfica que percorria numa emigração ininterrupta — e como o acervo vocabular que impôs à língua nacional —, atingisse o cerne da ficção brasileira. Sua contribuição ao repositório folclórico, se não igual à portuguesa, é maior que a africana. No acervo vocabular, e sobretudo na linguagem popular, sua contribuição é imensa. Mas, se essa ficção de trânsito oral não permitiu que os portugueses encontrassem uma terra literariamente virgem, sua evolução prosseguiu, como prosseguiu a evolução africana, ao lado das constantes literárias ibéricas. É através dos contos e dos autos populares que a manifestação se fará. E talvez se possa mesmo dizer que os contos antecedem o romance, assim como os autos antecedem o teatro.

As tradições indígenas, ficcional e mítica, concorrerem para formar a tessitura dos nossos contos populares. Ao lado dos dialetos tupi e guarani — a partir de Anchieta, estudados até hoje —, enriquecendo de brasileirismos o nosso vocabulário e impondo a toponomástica nacional, aquelas tradições se infiltram e se transfiguram ao fundir-se na combinação cultural. Outras permanecem, em sua pureza original, dentro dessa mesma combinação. É o que explica o reencontro por Silvio Romero dos contos divulgados por Couto de Magalhães. A penetração, se flagrante no trânsito oral, atingirá o ciclo ficcional escrito em desenvolvimento obstinado e lento.

Mas, se o indígena oferece um dos alicerces, a contribuição do outro será feita pelo africano. Se a transmissão dos contos indígenas, nos meados do século XVIII ainda se realizando em idioma tupi, acompanhou o roteiro histórico a partir das primeiras expedições exploradoras, a transmissão afro-negra conhece processos diferentes. No ciclo

oral, face à contribuição original para a ficção brasileira, o africano assume uma posição singular. Em todos os desdobramentos, nas alterações, nas fases de transição que os contos atravessam, a atuação negra é significativa. A escrava negra, ao transmitir os contos de tôdas as procedências — indígena, ibérica, africana e, conseqüência da fusão, já pròpriamente brasileiro —, converte-se em uma espécie de jogral que não se restringe ao elemento africano. Se sua contribuição como *conteur* é extraordinária sua participação não o é menos no ciclo ficcional africano.

Não nos interessa pesquisar a origem dos contos — se, de fato, africanos —, mas os dados que, por seu intermédio, foram transmitidos aos contos populares e posteriormente ao romance. Mas, procedentes da África ou aclimatados no Brasil, originais ou alterados pelos contatos com as tradições ficcionais ibérica e indígena, também sobrevivem no repositório folclórico. É na base dessa sobrevivência que se torna possível o reconhecimento.

A colaboração cultural africana, fora do círculo ficcional, é imensa. Marcaria certos tecidos como superstições, festas populares, sensibilidade musical e a própria alimentação. Não se deve esquecer, porém, que em tôda essa colaboração há uma limitação geográfica: o negro não atingiu o sertão. O fluxo negro, se alcançou zonas de mineração, deteve-se na faixa litorânea. Não participou densamente das grandes migrações: entradas, bandeiras, preação. Se ponderável nos ciclos do açúcar, do ouro e do café, é estranho ao ciclo do ouro. Apesar da presença nos engenhos de açúcar, não invadiu a área sertaneja nordestina que, nos tipos étnicos e nos costumes, abrigam sobrevivências indígenas que vão da cabeça chata dos Cariris às comidas de milho e mandioca, da rêde observada por Vaz Caminha ao mais popular dos mitos que é o do caipora. Detendo-se na linha litorânea, na migração folclórica encontraremos a reafirmação da limitação geográfica. E, porque essa migração se restringe, é que, quando mobilizados, os contos populares africanos não ultrapassam o litoral. Situa-se neste recôncavo a carreira dos contos divulgados por Silvio Romero e nêle é que se move o acervo folclórico negro.

Mas, se o fluxo é enorme nessa fase totêmica de uma ficção primitiva — incorporando contos de animais e o ciclo inteiro do *Kinbun* — nêle por vêzes se mantendo a língua e as crenças —, a verdade é que a expansão folclórica negra dar-se-ia sobretudo através de um personagem — pai João — que se completaria em elementos brasileiros. Nêle se condensam, observa Artur Ramos, o transmissor da tradição africana e o cronista oral da história da escravidão no Brasil. O grande universo negro, das selvas africanas às plantações brasileiras, abriga-se em sua voz: os contos, as parlandas, as cantigas da escravidão. É o

bardo, músico, mestre de cerimônias dos jogos e autos populares. E, porque é um ser vivo, e porque interfere na efervescência ficcional, não pode identificar-se — como julgou Artur Ramos — com o *Uncle Remus* norte-americano.

O *Uncle Remus* é uma personagem literária inseparável dos livros de Joel Chandler Harris. Revelador do caráter e do dialeto negros já adaptados, confessa Alphonso Smith. É a correspondência negra do índio, de Fenimore Cooper. E, ao contrário do pai João, não é uma personagem coletiva que, dispondo de personalidade social, vai fundir-se com os produtos culturais em sua própria efervescência.

Essa ficção primitiva, em sua oralidade — e é necessário não esquecer que resiste a três séculos de fermentação e desenvolvimento —, atingirá a ficção erudita para caracterizá-la nas constantes literárias e nos movimentos temáticos. E, se por um lado os contos populares antecedem e já marcam socialmente o romance, pelo outro os autos populares — como o dos *Pagés* na matriz indígena, o do *Congo* na matriz africana e o da *Náu Catarineta*, na matriz ibérica — também antecedem e já marcam a dramaturgia brasileira. Vale observar, neste momento, que o mais autêntico auto popular brasileiro — *Bumba-meu-Boi* —, nascido no século XVIII por sincretismo dos autos indígena-negro-ibérico, já incorpora as constantes literárias e os movimentos temáticos que transferirá para a ficção erudita.

Os movimentos temáticos como o indianismo, escravismo, sertanismo e urbanismo estão potencialmente nêle como nêle — êsse auto *Bumba-meu-Boi* — potencialmente estão as constantes literárias como o lirismo, o drama e a vocação documentária. Coloca-se, pois, entre a ficção primitiva de trânsito oral e a ficção erudita de trânsito escrito como uma espécie de ligação espantosa que prova ter sido necessária a fermentação dos produtos culturais durante três séculos para que — na novelística e na dramaturgia — a ficção brasileira se fizesse. E se fizesse, principalmente à sombra do romance, contra a evasão. Tudo finalmente se esclarece, porém, ao saber-se que em um processo de intercurso, recebendo as matrizes culturais acumuladas e contribuindo para enriquecê-las em seu próprio círculo, as matrizes culturais nacionais tornaram-se responsáveis pela ficção. É normal, pois, que orgânica e historicamente a ficção se realizasse na procura de uma caracterização nacional.

Temos que reconhecer, agora, que a ficção — a partir do nascimento — absorve a oralidade. Dar-se-á a absorção, e o melhor documento será o romance na base de toda a sua história, mas dar-se-á a absorção através de elementos ponderáveis como

- a fala
- a técnica da narrativa
- a temática.

Servindo-se desses veículos, a oralidade atua em circulação progressiva. Na continuidade histórica, da primeira manifestação ficcional com o teatro de Martins Pena ao romance contemporâneo, a circulação se realiza num processo de penetração que reage em função das mudanças culturais brasileiras. Na dinâmica dessa continuidade histórica, em suas relações com a oralidade, a ficção se altera quando

incorpora traços expressivos da fala
apreende a técnica da narrativa
adota a temática.

É na temática, porém, — a temática que necessita da linguagem e da técnica da narrativa — que a circulação oral penetra verticalmente na ficção para transmitir-lhe

o inconsciente popular
a sensibilidade coletiva
os costumes, as tradições e as crenças.

A conclusão que se impõe é incontestável: se a ficção dispõe de constantes literárias oriundas da formação social brasileira; se essas constantes resultam do caráter nacional configurado pelos produtos culturais; se a circulação oral decorrente desses produtos culturais penetra verticalmente na ficção e lhe transmite o inconsciente popular, a sensibilidade coletiva, os costumes, as tradições e as crenças — está claro que a ficção se condiciona ao caráter nacional e, em sua continuidade histórica, não sofre influências das escolas literárias. Transcende tôdas essas escolas — romantismo, naturalismo, simbolismo — para, integrando-se no próprio ritmo da mudança cultural, refletir intensamente o caráter nacional. A penetração da oralidade em circulação progressiva comprova que a ficção brasileira, ao invés de evadir-se, se enraiza no comportamento cultural brasileiro articulando-se, em consequência, com o seu processo de mudança.

É no fundo desse quadro geral — contendo as condições e os elementos de ação social — que o romance, um dos agentes literários da ficção, se move e se expande em torno do corpo nacional. Nesse quadro, as verificações imediatas são: a permanência das constantes literárias, a crescente absorção da oralidade, a sistematização dos motivos temáticos e a estruturação da linguagem expressional brasileira. O percurso, que irá conformar o romance em sua evolução histórica, se realiza em torno desse enorme e fantástico quadro.

Tendo os alicerces nas constantes literárias lírica, dramática e documentária — sem que se obscureça, naturalmente, o imaginativismo —; participando da circulação oral que a memória coletiva alimenta; captando e sistematizando a temática na base dos cenários e dos costumes; submetendo a linguagem à força expressional da fala — será impossível

divorciar a ficção, e, portanto, o romance, do povo brasileiro. Observaremos que nascendo do caráter que confere a esse povo uma personalidade nacional, a ele se identifica de tal modo, refletindo-o e projetando-o, que se desenvolve à sombra de todos os seus valores. O percurso histórico se traduzirá em consequência, nessa penetração dos valores brasileiros que, esmagando as resistências, encaminha a ficção para a sua fase contemporânea.

Esta a colocação histórica e crítica da ficção brasileira. Não se registram fases, escolas e movimentos literários que a retirem dessa colocação. O percurso que realiza é ininterrupto e de tal modo linear que se articulam rigorosamente os elementos formadores com sua fase contemporânea.

E, já que vimos como a oralidade transfere os seus principais componentes — as constantes literárias e os movimentos temáticos — para o romance na ficção erudita, será fatal também que entregue à novelística as determinantes regionais. O complexo e longo círculo oral, do século XVI ao XIX, distendendo-se sobre o território inteiro à sombra dos produtos culturais, teve o seu processo na linha das exigências daquelas determinantes. E, consequência dessa realidade geográfica — tão sensível quanto a realidade social que, na dependência dos produtos culturais, aguardou que o país adquirisse o “caráter nacional” e juridicamente se configurasse para que surgisse a ficção erudita —, e, consequência dessa realidade geográfica, sobreveio o que chamarei de a regionalização da matéria ficcional. É a matéria ficcional, pois, culturalmente gerada e geograficamente distribuída, que engendra o regionalismo.

A matéria ficcional, e tenho que repetir, é regional. Nos contos e nos autos populares, sobretudo nos abecedários, a conformação regional é sensível. Adaptam-se regionalmente — mantendo as características essenciais e o conteúdo mitológico — em enorme variação. É a região, na homogeneidade social da comunidade sertaneja ou na heterogeneidade da comunidade urbana, que, concentrando matrizes nacionais, completa a matéria ficcional com seus próprios componentes. Essa penetração de tecidos localistas, com exemplo nas inúmeras versões dos autos e contos populares, prova que a oralidade se sujeitava à imposição regional.

Ao nascer, pois, à sombra mesma da oralidade, é regional a matéria que a ficção apreende. Não sendo possível realizar-se fora dessa matéria, capta-a em forma documental. Estruturados os movimentos temáticos, que resultam da matéria ficcional, não será difícil verificar a configuração regionalista. E não é por outro motivo que os dois movimentos temáticos subsistentes — o sertanismo e o urbanismo, quando superados o indianismo e o escravismo pelo processo da mudança social

-- se irradiam e se fragmentam em obediência ao curso histórico e ao imperativo geográfico, também responsáveis pela organização política nacional.

Não esqueçamos que, ao surgir, já a ficção encontra uma nação politicamente organizada em torno da imposição geográfica. As Capitâneas da Colônia, já descritas no século XVI do Amazonas ao Prata, adaptam-se mais rigorosamente à imposição geográfica para constituir as Províncias do Império no século XIX. Aires do Casal, neste ponto, completa Gabriel Soares. E, se resultam da própria expansão histórica em suas causas gerais — o impulso metropolitano através das donatárias particulares, o bandeirismo, a irradiação dos criadores de gado, o missionarismo católico —, configuram-se geograficamente desde o colonato, incluindo Mato Grosso e Goiás, conquistados e povoados no século XVIII.

Essa regionalização, e seria mais certo dizer provincialismo, constitutivo da organização política no Império, robustecer-se-á numa progressiva fixação que vem da Colônia aos nossos dias. Reconhecer-se-á nêlo o federalismo republicano que, mantendo "a organização democrática estadual" — na expressão e segundo Rui Barbosa —, não corrompeu a estrutura nacional. Irrrompendo em torno de complexos culturais próprios às Províncias, inunda a matéria ficcional com elementos locais. É o instante de justificar-se, pois, que o repositório folclórico, e como já observaram todos os pesquisadores, se caracteriza em função da Província. O gênio lingüístico, em um exemplo objetivo, articula provincialismos na fala comum. A matéria ficcional, em seu percurso oral tangida pelo repositório folclórico e pelo gênio lingüístico, se insere na área da Província identificando-a como área regional.

É nessa área, em obediência ao provincialismo, que os movimentos temáticos — sertanismo e urbanismo — prosseguem até os primeiros anos da República. Os movimentos não subsistentes, que cessam quando cessam as motivações — o indianismo e o escravismo —, êsses também se revigoram pelo nativismo regional. É flagrante nêles o aproveitamento literário do acontecimento histórico. No escravismo, a partir de Bernardo Guimarães, os suportes orais negros, tão evidentes nos autos e contos populares, se mostram como as verdadeiras raízes. Sujeito ao trânsito oral, pois — com a memória coletiva o apreendendo e a imaginação popular o transfigurando —, o acontecimento histórico gera o mito em seu próprio ventre.

É no mito, baseado na tradição oral, que Santa Rita Durão recolhe a motivação e as personagens do *Caramuru*. Moema, antes que se converta em personagem ficcional na epopéia poética, já era uma índia estilizada pela imaginação popular. E também Paraguaçu que, convertida em mito de extraordinária duração, sobrevive na cabocla das

festas do dois de julho, na Bahia. Nativo, como se verifica, o mito indianista estava no sangue, na história e na voz do povo. O mito escravista, com exemplo no ciclo do sacrifício aberto pelo *Negrinho do Pastoreio*, também estava no sangue e na voz.

É dêsse fundo coletivo — com base folclórica nos autos e nos contos populares —, gerando a estilização da personagem ficcional, que o indianismo emerge com destino inevitável na ficção e no romance brasileiro. A estilização, porém, partindo da oralidade para o aproveitamento literário, se desfigura a realidade humana do índio como em José de Alencar, respeita-a como em Gonçalves Dias, na órbita poética. E é realmente curioso observar como o indianismo, alcançando a novelística e a poesia, atinge em cheio, com Martins Pena, o teatro.

Tendo como antecessores Anchieta, Basílio da Gama e Santa Rita Durão, Martins Pena situar-se-á ao lado de Gonçalves Dias e José de Alencar. A aproximação é surpreendente de uma perspectiva crítica. A configuração romântica que se atribuíra ao indianismo, fazendo-a retornar à ficção brasileira através de Chateaubriand, será insustentável quando a relacionarmos, na oralidade, com o teatro colonial coletivo e anônimo. É flagrante, perfeitamente enraizada no ciclo oral, a estilização do índio como personagem ficcional. Observemos a enorme transformação a que se submete: da participação sem identidade no *Auto dos Pagés* ao personagem já caracterizado no *Auto do Bum-ba-meu-Boi*. Aí, na representação coletiva e em sua própria fala, identifica-se ao caboclo que Capistrano de Abreu reconheceu como o herói dos contos populares. O indianismo, como se vê, emerge da oralidade na base do mais autêntico fluxo folclórico.

Mas, quando a revelação folclórica não bastasse como prova do nativismo indianista, bastaria a substituição do mito romântico do «bom selvagem» pela realidade humana do índio — e que Cassiano Ricardo já demonstrara em Gonçalves Dias — para que o nativismo se justificasse. O mito, que Chateaubriand consagra literariamente, já está corrompido em Fenimore Cooper. Debruçado sobre o panorama da fronteira norte-americana, convertendo-a em crônica clássica de uma época heróica — como diz Van Doren —, Cooper provoca, através do indianismo, uma mitologia nacional. Em conflito com o romantismo, suas personagens índias tornando-se uma porção na lenda dos Estados Unidos como o *Uncle Remus*, Cooper herda o folclore e através dêle é que enriquece a mitologia do seu povo. O mito europeu não o atinge como, não atingindo Basílio da Gama e Santa Rita Durão, também não atinge Martins Pena, Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães e José de Alencar. A explicação é simples: o mito romântico não subsiste face ao mito indianista nativo.

O que subsiste, à sombra dêsses movimentos temáticos em sua primeira manifestação erudita, é o provincialismo que se conforma em função do conteúdo indianista ou escravista, sertanista ou urbano.

É o provincialismo que transparece em Bernardo Guimarães, Manuel Joaquim de Macedo, Manuel Antônio de Almeida, Franklin Távora. Mas, quando superados o indianismo e o escravismo — por falta de matéria viva que os sustentasse — o que vemos é o provincialismo estruturar-se ainda mais a partir de Alfredo d'Escragno Taunay até Adolfo Caminha.

A verdade é que a matéria ficcional nativista, nascida dos produtos culturais e convertida em movimentos temáticos, se impunha como a grande motivação. E seria através do provincialismo, como consequência da realidade regional, que se realizaria. Tentaremos, através do sertanismo e do urbanismo e à sombra de romancistas e dramaturgos, essa que será uma rápida viagem.

Em Taunay, se o sertanismo está flagrante no romance *Inocência*, o urbanismo constitui a própria temática dos outros romances: *Manuscrito de uma Mulher* e *Ouro sobre Azul*. O roteiro de *Inocência*, em seu ruralismo, é o mesmo que se observará em Martins Pena e Bernardo Guimarães. O urbanismo dos outros romances — como do drama *Amélia Smith* — não será diferente, no próprio ambiente dos salões cariocas, em Joaquim Manoel de Macedo e José de Alencar. É inevitável, como se verifica, a imposição da matéria ficcional. Mas, com *Inocência*, sempre um romance de base no movimento temático sertanista, o que Taunay sobretudo consegue é articular o roceiro de Martins Pena, como tipo social, à ficção posterior, dentro do provincialismo regional.

Observemos como esse tipo social se configura regionalmente: o roceiro fluminense de Martins Pena, o matuto nordestino de Franklin Távora, o caipira mineiro de Bernardo Guimarães, o matuto do Brasil Central de Taunay. E na ficção posterior: o matuto de Afonso Arinos, o caipira paulista de Monteiro Lobato e Valdomiro Silveira. Atentemos em sua gênese, como personagem, no caboclo dos contos e dos autos populares.

Mas, nesse período que se pode situar entre Taunay e Adolfo Caminha, é indiscutível o predomínio do movimento temático urbanista — o predomínio e a sua significação no quadro geral da ficção brasileira. O sertanismo, porém, robustece, com Inglês de Souza, os elementos já incorporados à novelística por Alencar, Távora e Bernardo Guimarães. O provincialismo regional reafirma sua participação no sentido do documentário. A matéria ficcional amazônica, e tão importante na oralidade como área mitológica, encontra o seu primeiro romancista. O processo de apreensão da matéria ficcional é o mesmo de Manuel Antônio de Almeida e Távora. A matéria ficcional, em consequência do ambiente, é que é diferente. E a conclusão é simples: dentro do movimento temático, o ficcionista sujeita o artesanato à exploração da matéria ficcional. Essa exploração, acrescida das constantes literárias, anulou o romantismo. Anulará também o naturalismo, a começar de Inglês de Souza.

Observemos o detalhe: o romancista Inglês de Souza, trabalhando a matéria ficcional amazônica, continua o documentário iniciado por Martins Pena. As constantes literárias, lírica e dramática, são visíveis como em José de Alencar. O que distingue um do outro, excluída naturalmente a órbita estilística, é a matéria ficcional. Quando apreendida em sua realidade, a matéria ficcional força o documentário. Prova-se, dêsse modo, a inexistência de um comportamento romântico ou naturalista na ficção brasileira. Debruçados sobre a matéria ficcional brasileira engendrada pelos produtos culturais que conformam o caráter nacional, gravitando em torno das constantes literárias também oriundas dos produtos culturais, os ficcionistas — de Martins Pena a Adolfo Caminha e dêste até os contemporâneos — adquirem um só comportamento: fixam em documentário, dentro dos movimentos temáticos, a matéria ficcional.

E, a título de ilustração, se tomarmos o movimento temático urbanista como roteiro, verificaremos que a força descritiva que favorece o documentário, não se altera no processo da fixação. E, se essa força descritiva é sensível em Macedo, Antônio de Almeida e Alencar — com interesse pela análise do caráter na interiorização do drama em função do ambiente social — não o será menos em Aluísio de Azevedo. O romancista não inaugura, mas continua um processo que se realiza em virtude da imposição da matéria ficcional. Não seria por acaso que, abandonando a matéria ficcional maranhense após a publicação de *O Mulato*, apreende a matéria ficcional carioca. Antes que venha a fixar novos aspectos da metrópole, como a casa de pensão e o cortiço, o romancista se detém em torno da província: temos, então, *O Mulato*.

A simples leitura do romance, face à fixação dos costumes e das festas populares, basta para demonstrar que Aluísio de Azevedo continua a linha anteriormente aberta. Apoiando-o nas constantes literárias lírica e dramática ao lado da contribuição imaginativa — que caracterizariam livros menores como *O Homem* e *O Coruja* — leva-o ao plano que tanto preocupara Alencar, Távora e Bernardo Guimarães: dentro do provincialismo, a matéria ficcional brasileira. É do fundo dessa matéria que extrai o mulato, com Alencar extraíra o gaúcho, Távora o cangaceiro e Guimarães o matuto. Se o rigor na auscultação é maior e provoca o documentário em côres mais realistas é precisamente porque, já encontrando a matéria ficcional trabalhada, pôde indavdi-la em profundidade. No provincialismo metropolitano — ao tomar o caminho de Macedo, Antônio de Almeida e Alencar —, a necessidade dessa invasão em profundidade restringe a matéria ficcional a espaços sociais limitados como a casa de pensão e o cortiço. É o que acontece com Raul Pompéia em relação ao *O Ateneu*.

A matéria ficcional, se tão ampla como no provincialismo carioca — a ponto de absorver um romancista como Machado de Assis —,

implica em sondagem psicológica ao limitar-se a espaços sociais. Foi a sondagem que Aluizio Azevedo, em *Casa de Pensão* e *O Cortiço*, não pôde evitar. Adquire em dimensão vertical o que perde em extensão horizontal. O documentário, se poderoso nos elementos exteriores, não anula a fixação do caráter em suas reações psicológicas. Em *O Ateneu*, por exemplo, o documentário é o internato, o caráter é Aristarco. O caráter, individualizando a personagem em sua personalidade, gravita em torno e sustenta o próprio documentário. Essa conciliação, que Machado de Assis realiza de modo extraordinário, demonstra não apenas a força do documentário na ficção brasileira, mas a impossibilidade em afastar-se a ficção da matéria ficcional.

O fundo brasileiro da ficção, resultante dessa matéria que não reflete porque é o país em si mesma, prosseguirá a caracterizar o romance até o Modernismo. Em todas as passagens, sempre no provincialismo, ninguém — como Graça Aranha, Xavier Marques, Lima Barreto, Coelho Neto, Domingos Olympio, Afrânio Peixoto, Lindolfo Rocha, Manuel de Oliveira Paiva — mas ninguém mesmo conseguirá escapar à sua influência através dos movimentos temáticos, urbanismo e sertanismo. Um crítico da lucidez de Astrojildo Pereira já mostrou, no romance introvertido de Machado de Assis, suas relações sociais com o Segundo Reinado. Há um compromisso, pois, decorrente das causas e das matrizes, das fundações e das raízes, que contrariam e impedem a evasão.

Um compromisso, espécie de testemunho, mas compromisso que ainda não se partiu com o mundo brasileiro. A grande solicitação, que vem do povo como humanidade e vida, que vem da terra como cenário, foi atendida e teria que se concentrar fatalmente — em expansão e densidade — na fase moderna tanto da ficção quanto do romance. O Modernismo, por isso mesmo, tornou-se um movimento de base.

A revolução, aparentemente poética, interferiu de modo extraordinário na ficção porque se estabeleceu como um impacto linguístico. O nativismo poético, reclamando a expressão brasileira, atento à importância da fala como atributo e receptividade da linguagem literária, não concorreu apenas para a renovação do teatro. O «genius» linguístico, finalmente liberto com a alteração do português em consequência do contato com a formação social do Brasil, êsse «genius» linguístico se fez vida na ficção. E, a partir da entrada que está em Mário de Andrade, com *Macunaíma*, a superação gramatical em proveito do instinto criador do povo.

Após a libertação linguística, que marcará para sempre o Modernismo como um movimento literário de interesse culturalmente histórico, e sem que se desvinculasse da linha documentária, pôde o romance — e já romance moderno porque, a partir de 1930, coincidindo com a revolução militar e política — ressurgir, em sua afirmação artis-

tica, dentro do complexo social brasileiro. O moderno romance brasileiro, em consequência, — e como já o disse na segunda série de *Modernos Ficcionalistas Brasileiros* —, prosseguiria com o material nativo — a paisagem, os problemas, os tipos sociais, o povo — em plena missão de testemunho e, portanto, documentária. A auscultação se faria em provincialismos, ou agrupamentos regionais como o nordestino, em tórno da evidente preocupação social. Manter-se-ia, como no dia da estréia, contra a evasão.

Está claro que êsse romance — como, aliás, tôda a ficção — não vingaria por ser documentário, seu conteúdo temático não bastando para justificá-lo como literatura. Vingaria, como vingou, precisamente porque — sem perder as raízes orais — aplicou os elementos literários, sobretudo de estilística, ao conteúdo temático. O exemplo imediato está na linguagem que, nas diferenças individuais dos romancistas, recolheu a fala, dando-lhe inflexão estética. Quero dizer com isso que, se o universo brasileiro se mostra em quadro e imagem, problema e drama, ficcionalmente se movendo no poder de uma temática que oferece, com os mitos e os símbolos, o caráter nacional — quero dizer com isso que é o romancista, porém, como intérprete de um complexo cultural definido, quem confere validade literária ao documento. Encontra-o já oralmente legitimado na apreensão que vem do conto popular ou do abecedário para o tratamento literário. E trabalhando-o como costume, aceitando-o como mensagem, revaloriza-o pela contribuição criadora e o artesanato literário. Complementa a brasileira, pois, sem deixar de ser literatura.

Agora, quando devíamos nos deter sôbre a consequência imediata do Modernismo que é o romance brasileiro de 30, creio bastar o meu último livro — precisamente *O Romance Brasileiro de 30* — para confirmá-lo nos movimentos temáticos, nas constantes literárias e nos provincialismos. Permanece a vinculação ao documentário, e sem que isso o deforme no sentido de uma penetração interiorizante, que vem das origens. É fácil nêle enxergar, ainda aí, a sombra da grande oralidade que se fêz através dos contos e dos autos populares. E nêle estão, como acabamos de ver, os séculos da formação nacional e da oralidade literária. E, precisamente por tudo isso, é que se ergue contra a evasão.

A verdade é que o mundo brasileiro, marcou em sua complementação cultural, a fôrça e o destino do seu romance.

Patrimônio Histórico

CONDIÇÕES E EXEMPLOS DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

MÁRIO BARATA

UMA das maiores surpresas do têrço final dêste século, está sendo, no mundo inteiro, o amadurecimento das idéias humanísticas de proteção e conservação dos bens culturais em geral, destacando-se entre êles os de caráter histórico, artístico e paisagístico. Um estudioso do assunto nos anos 30 ou 40 da centúria dificilmente preveria que, nos anos 60, organizações como a UNESCO, o Conselho da Europa e a própria OEA dedicariam amplo e profundo interêsse a êste setor, que durante muito tempo, sobretudo nas nações de pouco desenvolvimento cultural, pareciam preocupação de pouca monta, restrita a grupo de amadores teóricos e até, ofensivamente, às vêzes considerados sonhadores, afastados da vida real.

A intensidade que êste movimento de salvaguarda cultural está atingindo parece ser em parte uma consequência, nos países avançados, do bem estar crescente e da existência de maiores recursos à disposição das atividades humanas. Mas por outro lado pode-se perceber, na situação vigente, um acréscimo dêsse esforço de preservação como resposta de homens de ação cultos e intelectualmente preparados ao *brutal desafio colocado em muitos casos pela recente expansão da tecnologia e as mudanças supervenientes, no «habitat» e no comportamento humanos.*

Diversas necessidades e novas aspirações surgiram em decorrência da rapidez dos transportes, da industrialização tendendo à automação, do surto dos instrumentos de comunicação de massas, da técnica resolvendo problemas inúmeros e se expandindo em campos inesperados para o homem. Comoções e instabilidades psico-sociais se produzem nessas condições de mudança brusca, podendo acelerar o desaparecimento de tradições culturais, sobretudo nos países pouco desenvolvidos, nos quais o estudo e a cultura são menos estáveis e pouco enraizados, podendo a industrialização e a tecnologia provocar choques brutais e às vêzes consideráveis perturbações. Nestas nações

não ocorre o desenvolvimento progressivo que dá tempo para se adaptarem elementos anteriores a novas configurações e a novos contextos sociais e humanos. O desrespeito pelo passado pode assumir formas de inconsciência ou mesmo insensatez quase generalizada, com prejuízo dos valores que existem em monumentos e criações que paulatinamente ajudaram a formar a civilização contemporânea e ligam o homem a suas raízes estruturais, sociológicas e técnicas. O «tecnologismo» como vício de comportamento pode aí, com maior facilidade, repudiar o humanismo. E o aproveitamento do cotidiano sepultar a presença do passado, erroneamente considerada supérflua e desnecessária.

A êsse desafio das condições gerais e rápidas de mudança, sobretudo a UNESCO respondeu com esforço redobrado e enfático, simbolizando a consciência de milhares de homens de valor e lucidez intelectual, em dezenas de países. Em contraste com a situação das nações cujos conselhos de pesquisas se desinteressaram de certas ciências humanas, a UNESCO apoiou exemplos como os da França, da Itália, do Japão, em que os centros máximos de amparo às investigações científicas, incorporam o financiamento e estímulo aos trabalhos e publicações de livros, no campo histórico e artístico. E desdobrou o exemplo anglo-norte-americano, germânico, escandinavo de melhoria e eficácia na conservação do patrimônio estético e humanístico do mundo, através de Fundações culturais e do respeito e integridade devidos ao novo *homem universitário*, de *status* intangível, garantido pelas instituições, e de metodologia avançada obtida pelo uso de técnicas modernas de pensamento e ação.

Como «experts» culturais e participantes do Conselho da Europa asseveraram recentemente, nossa época está passando da noção passiva de conservação à concepção ativa de colocação em valor e de integração dos monumentos ao «*environnement*» e à economia geral do país. São, de agora em diante considerados como uma das soluções às necessidades do «*habitat*» e do meio ambiente equilibrados permitindo o desenvolvimento do homem na civilização industrial.

O primeiro episódio em que se configurou a noção exemplar e o esforço considerável da UNESCO neste campo do patrimônio universal foi o da campanha de salvação dos monumentos da Núbia. Essa ação coletiva, que honrosamente para nosso país teve como presidente um brasileiro de capacidade excepcional: o professor Paulo Estevão Berredo Carneiro, constituiu-se no maior êxito de solidariedade internacional, em campo cultural, no século XX. A ela seguir-se-á sobretudo a recém-iniciada campanha de verdadeiro salvamento e recuperação da cidade de Veneza, a cujo serviço se achava — nos primórdios da situação que conduzia ao citado esforço — outro brasileiro ilustre, o professor e crítico de arte Lourival Gomes Machado, quando ocorreu, em 1967, o seu falecimento na Itália, como funcionário do referido organismo internacional.

A essa tarefa de proteção ao patrimônio histórico e artístico, no plano brasileiro, dedicou exatamente a metade da duração cronológica de sua existência — tôda a sua maturidade, por assim dizer — uma inteligência e dignidade raras: o Dr. Rodrigo M. F. de Andrade. Sua compreensão do problema era grande e excepcionalmente viva e lúcida e a êle se deveu a montagem e o prestígio do serviço especializado do Ministério da Educação e Cultura, que dirigiu por mais de 30 anos com eficiência e dedicação de causar assombro. Servidor do país na República, como raros o foram mesmo no Império, aproveitava o respeito pessoal que granjeou no Brasil para transferi-lo ao campo da defesa, feita em condições operacionais cada vez mais difíceis e desprovidas de recursos, dos monumentos e bens móveis e imóveis representativos do que chamou «a identidade brasileira».

Êste artigo visa modestamente à divulgação de elementos da doutrina vigente no campo dessa proteção a bens culturais, no plano internacional, e a situar aspectos da situação atual dessa preservação, no Brasil, fundamentado para isto em relatórios recentes da própria repartição dela encarregada.

Hoje em dia a idéia fundamental em relação à conservação de monumentos arquitetônicos é a de garantir-lhes certas condições de sítio, isto é, de «*environnement*». Ligado em parte a isto observa-se a tendência crescente ao tombamento de conjuntos urbanos e arquitetônico-paisagísticos. A *escolha* dos mesmos é sempre resultante de vários critérios de valor e de ponderação e exame das implicações do tombamento, feitos e aplicados por conselho de especialistas.

No caso de ruínas, a consolidação e conservação do que resta de um monumento é um passo básico. Chama-se *anastilose* a reconstrução de um monumento desmembrado, quando fragmentos importantes subsistem, sendo possível, graças a mensurações e estudos, reconstituir a sua forma e determinar as suas dimensões com exatidão. Devem-se utilizar materiais cuja côr ou textura se distingam, mesmo harmonizando-se com o conjunto, do que restara do original. Essa condição, hoje bastante adotada, inclusive em objetos e bens móveis, evita a ilusão falsificadora.

H. J. Plenderleith, conhecido especialista e diretor do Centro de Roma da UNESCO desde 1959, considerou que podem ser feitas *anastiloses* audaciosas, desde que:

- 1) Conheçam-se irrefutavelmente os planos e a decoração do monumento original e o lugar de cada fragmento.
- 2) O monumento reconstituído se integre na paisagem. Aí diminuem os inconvenientes visuais da manutenção dos sinais de reconstituição, visíveis de perto, já que êle funciona sobretudo à distância.

MÁRIO BARATA

3) Exista, ao lado ou bastante perto do monumento, um centro de documentação permanente que permita verificar quais são os elementos originais e quais os reconstituídos (1).

A prática da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem recorrido pouco a anástiloses. ao passo que a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Ministério de Obras Públicas de Portugal fá-lo mais freqüentemente. O cuidado, a cautela, a prudência caracterizam sobremaneira a atuação do «Patrimônio» no Brasil, que em relação ao uso das anástiloses se acresce da crônica falta de recursos financeiros que aflige a repartição. Todavia, tanto no Portugal de hoje como no Brasil, tem-se em mente que a conservação deve ter prioridade sobre a restauração, como disse P. Coremans, em reunião do ICOM. em Nova York.

A conservação pura e simples é já tarefa árdua em todos os campos da arte. devido á ação desagregadora da umidade, às deteriorações mecânicas produzidas pelo calor, à ação de fungos, criptógamos e vegetais em geral, a de parasitos e insetos, a migração de sais e eflorescências. «doenças» de pedras, etc. Toda uma ciência impede hoje a adoção de técnicas erradas de conservação e restauração, sobretudo no caso da pintura.

Livros de Plenderleith (*La Conservation des Antiquités et des Oeuvres d'art*. Paris. 1966). de G. Thomson e outros (*Recent advances in conservation*, London. 1963). de G. L. Stout e outros, bem como aulas e cursos de especialistas como Edson Motta — no caso brasileiro — têm divulgado soluções aconselhadas pela experiência científica no campo da conservação e restauração.

Destaque-se o Centro de Roma (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e a Restauração de Bens Culturais) criado pela UNESCO, na capital italiana, e de cujo Conselho fez parte em 1967-1968 o Brasil, ali representado pelo Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A sede prevista para a instituição é o Palazzo San Michele, importante monumento setecentista adquirido em 1968 pelo Governo italiano. O Centro coopera com a «Scuola di Perfezionamento per lo studio dei monumenti» da Universidade de Roma.

PRESERVAÇÃO DE VENEZA

Exemplo atual de campanha em desenvolvimento para proteger e recuperar uma cidade de arte, mantendo-a viva -- aspecto indispensável de sua preservação — é organizada pela UNESCO em prol de Veneza. Campanha difícil, pelas suas implicações com o desenvolvimento industrial e urbanístico da região costeira de Marghera e Mat*

(1) in *La Prévention des Biens Culturels*. UNESCO, 1969, p. 142.

CONDIÇÕES E EXEMPLOS DE DEFESA DO PATRIMÔNIO

O *Rapporto su Venezia* de Rollet-Andriani e M. Conil I acoste numa iniciativa da conhecida entidade, reúne conclusões e informações o respeito do atual conflito entre a potente indústria petroquímica de Marghera e o destino da capital do Adriático. As principais conseqüências desse contraste impor-lo um planejamento de expansão econômica de que até hoje, em lugar nenhum do mundo, se teve precedente. A livre iniciativa econômica chocar-se-à com o imperativo da salvaguarda de um patrimônio histórico e artístico excepcional, Talvez a Inteligência humana forneça meios para mudar, parcial e sabiamente, o complexo industrial. A batalha está travada.

Em janeiro de 1967 saía a edição do *Le Courrier sobre Florenca-Venezia / uma campanha mundial da UNESCO*, incluindo áspetros dos estragos e desgastes causados pela grande inundação de novembro de 1966. Para a história da preservação de bens culturais é um número excepcional. Em dezembro de 1968, publicou-se o número VENEZA EM PERIGO com belas e inúmeras ilustrações. A segunda parte da revista inclui o apelo oficial de René Maheu, diretor geral da instituição (ligada à ONU) em prol da salvação, dos templos da ilha de Filae, no Egito, lançado aos 6 de novembro de 1968. também no campo da arqueologia e história da arte.

No tocante a Venexa já foi assinado acordo preliminar entre o Governo italiano e a UNESCO, visando a sistematização da campanha e a um plano, de bases internacionais, para salvar a vitalidade da bela urbe do Adriático. Não se trata só de manter de pé os monumentos, cada vez mais abalados pelas inundações ou, um pouco» pelas ondas diárias produzidas pelas lanchas nos canais, mas de dar condições de vida jovem e ativa à cidade, prejudicada pelas novas formações urbanas e industriais, da terra firme, em frente das ilhas da laguna vêneta.

Ali Vrioni, técnico da referida organização internacional, assina excelente artigo, cujo título conclui: «ainda há tempo de salvar Venexa*. Mas alerta: as possibilidades de sobrevivência física de Venexa são igualmente afetadas; não há nenhuma garantia de que uma cidade transformada em museu, parcialmente despovoada e de capacidades econômicas aleatórias possa defender-se* contra a natureza e os efeitos nocivos da atividade humana com a mesma eficácia de uma cidade em plena explosão vital (pág. 7),

Em 70 anos Venexa afundou 20 centímetros e a isso adicionando-se as mudanças próximas, que estão rapidamente alterando a paisagem reunidos através dos séculos na pérola da laguna como maravilha do mundo, cidade com 10.000 tesou-

ros! A atual situação e multiplicada conspiração da cidade, nos últimos tempos, na quase legendaria metrópole é a

águas, cidade «cuja decoração confirma a continuidade do espetáculo que Veneza constitui». E acusa o perigo das eflorescências salinas, que atacam a superfície das fachadas, as fundações dos palácios, as pinturas, somadas — curiosamente — ao do peso e decomposição de detritos orgânicos dos milhares de pombos da cidade. Uma pintura em São Moisés tinha por trás «um peso de 500 quilos desse guano» (pg. 27).

Técnicos italianos ou mundiais, porém, irão salvá-la. Folgamos com isto — pelo proveito direto e por um sentimento de universalismo natural na humanidade — mesmo evocando melancolicamente — num plano menor e para lição moral — que no Brasil não se soube evitar o fim dos belos e importantes azulejos do Solar do Saldanha, na Bahia, somente ameaçados pelo desleixo dos homens, que os destruiu impiedosamente.

Após o salvamento de Abu Simbel, no Egito, teremos ainda ali, pois, o de Filae e, na Europa, seguramente, o muito mais difícil, de Veneza.

A atual ameaça de morte contra essa cidade única — voltando ao assunto — não é figura de retórica e está superiormente analisada no volumoso documento «Apresentação dos Problemas de Veneza», preparado pela UNESCO, com inteligência e ciência. As marés, as correntes marítimas, conjugadas a resultados de desvio de rios próximos e de aterro de paludes vizinhos e, diretamente, o lento mas notável afundamento dos solos da laguna vêneta, combinado com o alteamento do nível do mar e das chamadas águas-altas (inundações periódicas) e a maior frequência destas, nos últimos anos, aceleraram de muito o perigo de fim à vista para Veneza.

A citada organização internacional se prepara para colocar à disposição das autoridades italianas estudos sobre a hidrografia lagunar, correntes, fenômenos de mecânica dos solos e, por fim, influências hidrobiológicas indispensáveis a uma ação de proteção. As decisões serão italianas. O governo do país já criou organismos de estudo, de coordenação e de ação — neste particular — no nível nacional e no local. Mas fez bem em convidar a UNESCO a cooperar nas tarefas de salvação de Veneza.

Notícias vindas da mesma cidade informaram recentemente que uma comissão do governo italiano concluiu que Veneza será destruída pelo mar no prazo de 20 anos, a não ser que as águas dos canais sofram uma drenagem parcial. Para evitar o desastre, a comissão, que é composta de 70 membros, propôs um programa de oito pontos. O professor Antônio Franco, chefe da mesma, disse que Veneza afundou quase 100 milímetros entre 1904 e 1952 e submergiu outros 50 milímetros de 1952 a 1961, e previu que a «Cidade das Gôndolas» afundará outros 200 milímetros até o ano de 1990, enquanto o nível

CONDIÇÕES E EXEMPLOS DE DEFESA DO PATRIMÔNIO

águas se elevará 100 milímetros no mesmo período. Acrescentou cinco grupos de peritos estabeleceram o seguinte programa para Tar a cidade; imediata construção de um aqueduto para abastecer as indústrias em terra; revisão do sistema de água potável da cidade; todos os poços artesianos da zona deverão ser fechados dentro de dois meses; perfurações petrolíferas no Mar Adriático, perto de Veneza, devem ser proibidas; devem ser proibidas novas obras ao longo dos rios Benta e Piave sem que antes sejam feitos estudos para determinar suas conseqüências em relação à cidade; nos canais a água deve ser bombeada sob a terra; o governo deve conceder subsídios aos venezianos que desejam reparar seus edifícios; deve ser financiada a construção de um modelo de Veneza e dos canais para que sejam estudados os efeitos das marés e correntes sob as águas».

Sintetizemos a situação, verdadeiramente alarmante. Esculturas caem, pinturas se descoloram, edifícios tombam em ruínas, 3.500 pessoas por ano — sobretudo jovens — abandonam definitivamente a sua cidade, cujo casario fica cada vez mais vazio e em péssimo estado. O relatório da UNESCO conclui: é necessário dar à cidade novo impulso e nova juventude. Veneza não renuncia à vida e nós — no mundo inteiro — desde os intelectuais, metaforicamente, de todos os tempos passados, aos poetas e artistas e homens sensíveis de hoje e aos homens comuns (seguramente mais cultos) dos próximos séculos — não renunciaremos a essa maravilhosa e quase irreal cidade. O Governo e o povo brasileiros devem ajudar financeiramente — de modo direto ou não — a Campanha da UNESCO para preservar Veneza. Vamos todos a bem da cultura e da humanidade, da paz e do espírito de fraternidade construtiva, impedir, modestamente que seja, o declínio, inadmissível, da cidade do Adriático.

PRESERVAÇÃO DO BARROCO IBERO-AMERICANO E AS NORMAS DE QUITO

rapei de relevo à proteção e conservação do passado histórico e artístico na América Latina coube a algumas instituições nacionais que recolheram documentação e publicaram análises de monumentos, em alguns dos nossos países. O estudo é necessariamente a base para o desenvolvimento do patrimônio histórico e artístico nacional ou continental e o fundamento desse estudo, com as pesquisas e investigações necessárias está sendo elaborado por institutos ou centros como o Instituto de Investigações Estéticas da Universidade do México, o Instituto de Investigações Estéticas da Faculdade de Artes e Ofícios da Universidade de Buenos Aires, o Centro de Investigações Estéticas da Faculdade da Univertral da Venezuela e, num plano especial, a Diretoria do Pa-

MÁRIO BARATA

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação é Cultura do Brasil.

Para a preservação dos monumentos e o turismo cultural o problema de interligação ibero-americana começou a ficar bem encaminhado recentemente. Deve-se dizer que finalmente está se implantando na América do Sul, com o apoio e diretrizes iniciais da UNESCO e com nova orientação — bastante significativa e digna de encômios — da OEA, a noção da salvaguarda e recuperação de monumentos e conjuntos histórico-artísticos, entrosados ao desenvolvimento do turismo, como fonte de renda para uma região.

1969 afigurou-se, nesse particular, como o começo prático de nova era, o lançamento de outra etapa na preservação de patrimônios históricos e artísticos nacionais, a cujo fecundo impulso muito se deverá, brevemente. Uma das últimas publicações da OEA (*) intitula-se precisamente *Preservación de Monumentos*, n° 2 da série *Patrimônio Cultural*. P.A.U., Washington, 1968. Apresenta as chamadas *Normas de Quito*, com o informe e as conclusões da hoje já famosa reunião celebrada na capital equatoriana, de 29 de novembro a 2 de dezembro de 1967, estudando a aplicação imediata de uma das atividades previstas para a OEA pela Declaração dos Presidentes das Américas, de Punta dei Este, de 1967. Decidiu-se ali «estender a cooperação Interamericana à conservação e à utilização dos monumentos arqueológicos, históricos e artísticos».

Da reunião no Equador participou o arquiteto Renato Soeiro, Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação e Cultura do Brasil. Sua experiência e o reconhecimento internacional do prestígio dessa repartição conduziram à indicação, no término da Reunião, da sugestão para funcionamento, no Rio de Janeiro, de um Centro Interamericano de formação em matéria de ics- tauração e «colocação em valor» de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Posteriormente, a quinta reunião do Conselho Interamericano Cultural aprovou Resolução (21-68) a respeito.

Pouco depois, a participação de Soeiro, como vice-presidente da importante reunião promovida pela UNESCO, em Pistóia (Itália) de 9 a 14 de setembro de 1968, destinada a estudos sobre *Formação dos Arquitetos e Técnicos em Matéria de Conservação dos Monumentos e Sítios* levou-o a encarar ainda mais — bem como a seus companheiros técnicos da OEA — a necessidade de obter arquitetos especializados nesse setor, apoiando todos a proposta de extensão do Centro previsto no Rio ao campo da formação de arquitetos especializados, feita) por G. de Zéndegui. 3

O relatório final de Pistóia era excelente, incluindo o histórico do aspecto educacional em causa e o texto básico de nosso antigo colega

(2) Circulando no Brasil aos cuidados de Waldemar Lopes e G. Jardim. U.P.A.. Rio de Janeiro.

CONDIÇÕES E EXEMPLOS DE DEFESA DO PATRIMÔNIO

do ICOM, Piètro Gazzola, atual presidente do ICOMOS, que também estudava a participação do ensino de disciplinas históricas na formação de arquitetos. Trata-se de belo relatório, longo e pertinente, que conclui apresentando os moldes de funcionamento, anexo à Faculdade de Arquitetura da Universidade de Roma, de uma Escola de pós-graduação e aperfeiçoamento de arquitetos especializados em monumentos. É internacional, sendo os cursos dados em italiano, francês e inglês, em cinco seções. Esse Curso corresponderia a uma necessidade e foi estabelecido como promoção da UNESCO.

Para o mundo latino-americano, um curso — bem mais modesto, ao início — será criado no Rio de Janeiro, de acordo com a decisão — já referida, de passagem — em janeiro último do grupo de trabalho que reestruturou o Departamento de Assuntos Culturais da OEA, reunido em Washington, igualmente com a presença de Renato Soeiro.

Relembre-se, ainda, que se a UNESCO foi o primeiro organismo internacional a pensar na reorganização do conjunto «Pelourinho», no Salvador, em bases práticas de finalidade turística, coube a OEA aprovar, na reunião de Quito, esse projeto, como um dos planos-pilotos a serem executados com o apoio financeiro da entidade.

As *Normas de Quito* deixam bem claro que as medidas levando à preservação de monumentos se ligam a uma adequada utilização dos mesmos e «não só guardam relação com os planos de desenvolvimento, como são ou devem ser parte dos mesmos».

A Resolução n' 2 do C.I.C. da OEA já estabelecera que «a extensão da assistência técnica e ajuda financeira do patrimônio cultural dos Estados-Membros será levada a cabo em função de seu desenvolvimento econômico e turístico». Isso implica na planificação em nível nacional, isto é, «a avaliação dos recursos disponíveis e a formulação de projetos específicos dentro de um plano regulador geral».

O *Capítulo VI* das *Normas de Quito*, tratando da «Colocação em valor», estabelece que se incorporará a um potencial econômico um valor atual e se o acrescentará através da passagem da cultura, do domínio de minorias eruditas para o das maiorias populares.

O item 6 dessa parte fala do incremento do valor real de mn bem por ação reflexa, constituindo uma forma de *phis-valia* que deve ser levada em conta pelos órgãos estatais, contrabalançando através de taxa-ção o caso oposto em que o ambiente preservado diminui o valor econômico de prédios próximos dos monumentos, que ficarão com seus impostos diminuídos.

A lei deve ser justa em ambos os casos. E, além disso, previu-se muito as reações contrárias de interesses privados e a necessidade de contorná-las, por formação de uma consciência pública ou cívica de apoio no interesse superior da coletividade, neste terreno.

MÁRIO BARATA

Recomendou-se também, na reunião do Equador, o lógico e indicado contato com Espanha e Portugal, no estudo dos monumentos, já que a restauração só vai até o momento «em que começam as hipóteses».

A prioridade dos projetos levará em conta a avaliação dos benefícios econômicos que de sua execução advirão para uma área dada. O estudo de grandeza das inversões e das etapas necessárias até findarem-se os trabalhos de restauração e conservação incluem as obras de infraestrutura e adaptações, que o equipamento turístico exija, para a colocação em valor dos monumentos. O seccionamento em etapas não fará perder de vista a obra global e sobretudo a continuidade de pesquisas, estudos e catalogação e inventários -a respeito.

Como vemos, estamos no pórtico de nova era para o Patrimônio Histórico e Artístico nos países da América do Sul. Para o México e um pouco a América Central essa nova etapa chegou mais cedo, devido a importância que ali logo se deu ao turismo, como indústria e fonte de renda capaz de auxiliar a cultura.

Que o Ministério da Educação e Cultura e os órgãos executivos do nosso país continuem aprovando as novas tarefas da DPHAN, nesse terreno de singular importância e atualidade, são os votos de todos os técnicos e dos homens cultos do Brasil, no plano nacional. Tornou-se, inclusive, urgente, a enunciação de Curso de Pós-Graduação dos referidos Arquitetos Especialistas, nas atuais formulações da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em vista de possível convênio com o Centro Interamericano a ser criado nesta cidade.

DEGRADAÇÃO DE MATERIAIS E PROBLEMAS CONSERVATIVOS DE ESCULTURAS AO AR LIVRE

Em setembro de 1969 realizou-se importante simpósio científico sobre o tema acima, em Bolonha, e mostra documentária a respeito nessa cidade e, pouco antes, em Ferrara. Esses empreendimentos se deveram conjuntamente ao Ministério da Educação italiano, a Entidade de Manifestações Artísticas de Bolonha e ao Município e à Província de Ferrara.

O volume publicado a respeito na grande cidade da Emília é um resumo notável da ação do ar poluído, com fumaças diversas e formação de ácido sulfúrico e outras substâncias e sua atuação sobre as pedras e os metais.

Giorgio Tottaca estudou inicialmente as alterações das pedras, suas causas e métodos de tratamento. A seguir vêm exemplos de fenômenos de degradação em monumentos de Ferrara (Duomo), Bolonha, (San Petronio e uso de arenárias), Módena (obras de Wilkanowski e outros no Duomo), Parma (esculturas de Antelami), Florença e Ve-

CONDIÇÕES E EXEMPLOS DE DEFESA DO PATRIMÔNIO

neza. O nível dos trabalhos é surpreendente, dando um exemplo de método científico simultaneamente aplicado no campo da restauração e no da História da Arte.

Snyers e Henau estudam «a conservação da pedra» no já citado manual da UNESCO de 1969 e o ICOMOS programou há poucos meses reunião sobre a proteção de obras desse *material*. O problema atinge o Brasil em áreas como a da pedra-sabão e da proteção aos 12 profetas do Aleijadinho, em Congonhas.

CARTA DE VENEZA

Em relação às grandes linhas de conservação de monumentos arquitetônicos nada melhor do que reproduzir, a seguir, os termos da *Carta de Veneza*, tão citada e que rego o *ICOMOS* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), entidade ligada à *UNESCO*.

Diz, o documento, o seguinte: «O II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de monumentos históricos, realizado em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964, aprovou o seguinte:

«A noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada, mas também a moldura em que ela é inserida. O monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho. Reconhece-se, conseqüentemente, um valor monumental tanto aos grandes conjuntos arquitetônicos, quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer do tempo, significação cultural e humana.

«A conservação e a restauração de monumentos constituem disciplina que apela para todas as ciências e todas as técnicas capazes de contribuir para o estudo e salvaguarda do patrimônio nacional, sob a direção de arquitetos especializados.

«A conservação e a restauração de monumentos visam a salvar guardar tanto a obra de arte, quanto o testemunho histórico.

«A conservação de monumentos é sempre favorecida quando se atribui a esses monumentos função útil à sociedade, utilização essa que não pode alterar a disposição dos elementos que os compõem, nem seu ambiente. É, pois, dentro desses limites que devem ser concebidas e podem ser autorizadas as reformas exigidas pela evolução dos usos e costumes.

H «A conservação de monumentos impõe, antes de tudo, perseverança em sua manutenção.

«Desde que as técnicas tradicionais se revelem insuficientes, a consolidação de um monumento pode ser assegurada recorrendo-se a todas as técnicas modernas empregadas em obras de conservação e de construção, cuja eficácia tenha sido comprovada por meios científicos e pela experiência.

MÁRIO BARATA

Recomendou-se também, na reunião do Equador, o lógico e Indicado contato com Espanha e Portugal, no estudo dos monumentos, já que a restauração só vai até o momento «em que começam as hipóteses*».

A prioridade dos projetos levará em conta a avaliação dos benefícios econômicos que de sua execução advirão para uma área dada. O estudo de grandeza das inversões e das etapas necessárias até findarem-se os trabalhos de restauração e conservação incluem as obras de infraestrutura e adaptações, que o equipamento turístico exija, para a colocação em valor dos monumentos. O sedonamento em etapas não fará perder de vista a obra global e sobretudo a continuidade de pesquisas, estudos e catalogação e inventários a respeito.

Como vemos, estamos no pórtico de nova era para o Patrimônio Histórico e Artístico nos países da América do Sul. Para o México e um pouco a América Central essa nova etapa chegou mais cedo, devido a importância que ali logo se deu ao turismo, como indústria e fonte de renda capaz de auxiliar a cultura.

Que o Ministério da Educação e Cultura e os órgãos executivos do nosso país continuem aprovando as novas tarefas da D PH AN, nesse terreno de singular importância e atualidade, são os votos de todos os técnicos e dos homens cultos do Brasil, no plano nacional. Tornou-se, inclusive, urgente, a enunciação de Curso de Pós-Graduação dos referidos Arquitetos Especialistas, nas atuais formulações da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em vista de possível convênio com o Centro Interamericano a ser criado nesta cidade.

DEGRADAÇÃO DE MATERIAIS E PROBLEMAS CONSERVATIVOS DE ESCULTURAS AO AR LIVRE

Em setembro de 1969 realizou-se importante simpósio científico sobre o tema acima, em Bolonha, e mostra documentaria a respeito nessa cidade e, pouco antes, em Ferrara. Esses empreendimentos se deveram conjuntamente ao Ministério da Educação italiano, a Entidade de Manifestações Artísticas de Bolonha e ao Município e à Província de Ferrara.

O volume publicado a respeito na grande cidade da Emilia é um resumo notável da ação do ar poluído, com fumaças diversas e formação de ácido sulfúrico e outras substâncias e sua atuação sobre as pedras e os metais.

Giorgio Tottaca estudou inicialmente as alterações das pedras, suas causas e métodos de tratamento, A seguir vêm exemplos de fenômenos de degradação em monumentos de Ferrara (Duomo), Bolonha. (San Petronio e uso de arenárias), Módena (obras de Wiligelmo e outros no Duomo), Parma (esculturas de AntelamJ), Florença e Ve-

CONDIÇÕES E EXEMPLOS DE DEFESA DO PATRIMÔNIO

neza. O nível dos trabalhos é surpreendente, dando um exemplo de método científico simultaneamente aplicado no campo da restauração e no da História da Arte.

Snyers e Henau estudam «a conservação da pedra» no já citado manual da UNESCO de 1969 e o ICOMOS programou há poucos meses reunião sobre a proteção de obras desse material. O problema atinge o Brasil em áreas como a da pedra-sabão e da proteção aos 12 profetas do Aleijadinho, em Congonhas.

CARTA DE VENEZA

Em relação às grandes Unhas de conservação de monumentos arquitetônicos nada melhor do que reproduzir, a seguir, os termos da *Carta de Veneza*, tão citada e que rego o *ICOMOS* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), entidade ligada à *UNESCO*.

Diz, o documento, o seguinte: «O II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de monumentos históricos, realizado em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964, aprovou o seguinte:

«A noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada, mas também a moldura em que ela é inserida. O monumento é inseparável do meio onde se encontra situado e, bem assim, da história da qual é testemunho. Reconhece-se, conseqüentemente, um valor monumental tanto aos grandes conjuntos arquitetônicos, quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer do tempo, significação cultural e humana.

«A conservação e a restauração de monumentos constituem disciplina que apela para todas as ciências e todas as técnicas capazes de contribuir para o estudo e salvaguarda do patrimônio nacional, sob a direção de arquitetos especializados.

«A conservação e a restauração de monumentos visam a salvar tanto a obra de arte, quanto o testemunho histórico.

«A conservação de monumentos é sempre favorecida quando se atribui a esses monumentos função útil à sociedade, utilização essa que não pode alterar a disposição dos elementos que os compõem, nem seu ambiente. É, pois, dentro desses limites que devem ser concebidas e podem ser autorizadas as reformas exigidas pela evolução dos usos e costumes.

«A conservação de monumentos impõe, antes de tudo, perseverança em sua manutenção.

«Desde que as técnicas tradicionais se revelem insuficientes, a consolidação de um monumento pode ser assegurada recorrendo-se a todas as técnicas modernas empregadas em obras de conservação e de construção, cuja eficácia tenha sido comprovada por meios científicos e pela experiência.

«A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Ela visa a conservar e a revelar o valor estético e histórico do monumento" Apoiar-se no respeito à substância da coisa antiga ou sobre documentos autênticos e deverá deter-se onde começa a conjectura. Além disso todo trabalho complementar, verificado indispensável, deverá se destacar da composição arquitetônica e levará a marca de nosso tempo.

«Os elementos destinados a substituir as partes que faltarem deverão integrar-se harmoniosamente no conjunto, embora distinguindo-se dos elementos originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.

«As contribuições de todas as épocas para a construção de um monumento devem ser respeitadas, não devendo considerar-se a unidade do estilo como o objetivo a alcançar no curso de uma restauração.

«Quando ocorrem num edifício diversas contribuições superpostas, a recuperação do estado jacente não se justifica senão excepcionalmente e sob a condição de que os elementos a serem retirados não apresentem nenhum interesse, ao passo que a composição, colocada à mostra, constitua um testemunho de alto valor histórico, arqueológico ou estético e seu estado de conservação seja julgado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão sobre as eliminações a serem feitas não podem depender somente do critério do autor do projeto.

«Os acréscimos não podem ser tolerados senão quando respeitem todas as partes interessantes do edifício, seu quadro tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.

«A remoção total ou parcial de um monumento do sítio original para outro local não pode ser tolerada, salvo se sua preservação assim o exigir ou se razões de grande interesse nacional ou internacional a justificarem.

«A preservação do monumento implica a da moldura tradicional; as construções, demolições ou agenciamentos novos não poderão, pois, alterar as relações de volume e colorido do monumento com seu ambiente próprio.

«Quer sejam urbanos ou rurais, os sítios que são testemunhos de determinada civilização, de algum acontecimento histórico ou de uma evolução significativa, devem constituir objeto de cuidados especiais tanto com o objetivo de salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, como de favorecer seu agenciamento e valorizar sua ocorrência. Conseqüentemente, todo elemento arquitetônico ou de outra espécie que lhe comprometa o equilíbrio ou a escala deve ser evitado ou eliminado.

«Os trabalhos de escavações devem ser executados de conformidade com as normas definidas pela recomendação da UNESCO, de 1956, relativas a escavações arqueológicas. O agenciamento de ruínas medidas necessárias à conservação e à proteção permanente dos

CONDIÇÕES E EXEMPLOS DE DEFESA DO PATRIMÔNIO

mentos arquitetônicos, assim como dos objetos descobertos, serão assegurados. Por outro lado, todas as iniciativas deverão ser tomadas com o objetivo de facilitar a compreensão do monumento descoberto sem, jamais, desvirtuar sua significação. Todo trabalho de reconstrução deverá, entretanto, ser excluído *a priori*; somente a anastylose pode ser admitida, quer dizer, a recomposição de partes existentes, porém desmembradas. Os elementos de integração serão sempre identificáveis e representarão o mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas.

«Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavações serão sempre acompanhados de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias.

«Todas as fases dos trabalhos de recuperação, de consolidação, de recomposição e de integração, assim como os elementos técnicos e formais-identificados no decurso dos trabalhos, deverão ser consignados nos mesmos relatórios. Essa documentação deverá ser depositada em arquivo de órgão da administração pública e posta à disposição dos pesquisadores; sua publicação é aconselhável. — Veneza, 29.V. 1964.»

CONFERÊNCIA EUROPÉIA DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELA DEFESA E VALORIZAÇÃO DE SÍTIOS E CONJUNTOS DE INTERESSE HISTÓRICO E ARTÍSTICO

O Conselho da Europa levou a efeito em Bruxelas, de 25 a 27 de novembro de 1969, importante Conferência de Ministros de Estado dos 18 países membros de seu Conselho de Cooperação Cultural, para tratar do patrimônio cultural imóvel. Foi a primeira Conferência da organização nesse domínio; não visava, segundo palavras do Príncipe de Liège, «colocar em evidência aspectos sobretudo políticos de ação que os Governos serão chamados a empreender num futuro imediato, em consequência das decisões da própria reunião».

Dois relatórios dos três que serviram de base à Conferência tratavam respectivamente do «Valor do patrimônio imóvel do passado para a vida do homem de amanhã e a integração dos sítios e conjuntos históricos na vida econômica e social» e «A formação e informação da opinião pública, nas questões relativas à defesa dos monumentos históricos».

Duas *resoluções* foram publicadas, em consequência dos trabalhos efetuados. A primeira dizia essencialmente:

Considerandot

— que os cinco confrontos de estudos sobre o assunto realizados pelo C.E. fizeram ressaltar claramente todo o valor que o patrimônio cultural imóvel possui, tanto do ponto de vista cultural como dos pontos de vista humano» social e

MÁRIO BARATA

econômico e que os mesmos sublinharam as múltiplas ameaças que em todos os países pesam sobre este patrimônio europeu;

— que o agravamento destas ameaças é inquietante em razão do desequilíbrio crescente entre os perigos a eliminar e os recursos disponíveis para fazer face a isso;

— que a tomada de consciência do valor social deste patrimônio lhe confere uma dimensão nova que impõe sua conservação e sua integração ativa na vida dos homens.

-Recomenda aos Governos, notadamente:

— Fazer rapidamente inventário de proteção dos bens culturais, para que as informações recolhidas possam servir de base aos planos de urbanização ou aproveitamento do território ou a outras medidas de proteção.

— Integrar esse patrimônio cultural na política geral de aproveitamento do território, sobretudo pela cooperação permanente em todos os níveis das administrações.

— Adoção de medidas de ordem fiscal e sucessoral e administrativa encarregando os proprietários ou usuários a assegurarem a reanimação ou restauração do patrimônio cultural imóvel.

— Incluir nos orçamentos trabalhos de proteção aos bens colocados em perigo por trabalhos públicos ou privados.

Sugeria ainda:

A elaboração de uma Carta enunciando a política global de salvaguarda e reanimação desse patrimônio.

— Que se fizesse brevemente o Ano Europeu da Conservação do Patrimônio Cultural Imóvel (1970 é o ano da Conservação da Natureza).

MANUAL DE PRESERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS

A XI publicação da série *Museus e Monumentos* da UNESCO lançada em 1969 é o volume *La pteservation des biens culturels/ notamment en milieu tropical*, redigido em cooperação com o Centro de Roma da UNESCO e também publicado em espanhol e inglês.

Livro prático, verdadeiro manual, será útil aos que trabalham» com seriedade, neste setor. O 11' estudo: *A conservação dos sítios urbanos* é de autoria de Rodrigo M.F. de Andrade, que ainda viu o livro impresso, semanas antes de seu falecimento. Ao que me informara, foi revisto por *comitê* da publicação, que unificava certos aspectos em todos os estudos publicados, mas guardou a marca essencial do autor e nos transmite a sua preciosa experiência, obtida com bom senso, neste setor. Rodrigo toma explicitamente Ouro Preto como paradigma para ilustrar bom número de pontos da problemática em questão.

CONDIÇÕES E EXEMPLOS DE DEFESA DO PATRIMÔNIO

inspeção para verificar se as leis estão sendo cumpridas, os efeitos da modernização e expansão urbana, conflitos de jurisdição, planejamento dos transportes e aspectos práticos de preservação são ali estudados.

O respeito pela configuração do sítio, inclusive nos «acidentes geográficos», desníveis do solo em velhas estradas ou ruas, jardins públicos ou privados deve tender a conservação e o caráter original da *urbis*. A conservação de uma paisagem urbana inteira pode apresentar tanta importância como a de um monumento particular e sua vizinhança, diz-nos.

Certas formas de publicidade comercial devem ser excluídas e esta obedecerá a normas estritas quanto às dimensões, forma, apresentação, localização e conteúdo, para poder figurar em sítio tombado ou nas suas proximidades.

Em relação aos critérios para novos edifícios Rodrigo diz que, caso se trate de preencher, num bairro histórico, certos espaços vazios, é o princípio da fiel imitação que deverá prevalecer. Em outros casos, com uso de materiais diferentes dos antigos, convém acentuar ao máximo o contraste. Nos dois casos o sucesso dependerá aliás da competência e senso artístico do arquiteto, conclui. Em geral — acrescentou — a criação de molduras ou «décors» mais ou menos fictícios é a desaconselhar e, em todas as circunstâncias, devem-se evitar as demasiadas diferenças de escala e velar pela harmonia das cores e proporções.

A UNESCO E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO BRASIL

Michel Parent, Inspetor principal dos Monumentos Franceses, cedido pelo Ministério da Cultura da França à UNESCO, foi encarregado de estudos preliminares sobre a valorização dos locais tombados pela D.P.H.A.N. no Brasil. Os resultados do trabalho foram enfeixados no chamado Relatório Parent, que constitui «verdadeira análise histórica e crítica do acervo monumental brasileiro».

A missão se deteve principalmente nos seguintes locais: Alcântara «conjunto de monumentos históricos localizados numa ilha a 30 minutos de lancha de São Luiz do Maranhão», Olinda (inteiramente tombada pela D.P.H.A.N.) Pelourinho (bairro de Salvador), Parati (cidade litorânea do Estado do Rio) também tombada. Ouro Preto, Anchieta (no Espírito Santo) e zona das Missões, no Rio Grande do Sul.

Três projetos principais foram elaborados, relativos a Parati. Ouro Preto e Pelourinho. Os estudos preliminares sobre Parati couberam ao arquiteto belga Limburg Stirum; os de Ouro Preto (e futuramente os de Alcântara) ao urbanista português Viana de Lima. Os do Pelourinho aos urbanistas ingleses Schankland, Walton e Morris, que aqui permaneceram desde fins de 67 até meados de 68.

O bairro do Pelourinho, um dos mais antigos do Brasil, será, em 1973, de acordo com os planos já aprovados, um centro de atração

MÁRIO BARATA

turística. As obras compreenderão a restauração de quase mil edifícios dos séculos XVIII e XIX que compõem o bairro — atualmente em precárias condições, transformados em casas de cômodos — e os serviços de calçamento e esgoto. Quase toda a população será transferida para residências fornecidas pelo Banco Nacional de Habitação.

Os casarões e as unidades menores, depois de restaurados mantendo-se o estilo do século em que foram construídos, serão transformados em hotéis, cinemas, teatros, atelier de artistas populares, escolas de artes plásticas, salas de exposições e lojas de objetos típicos. O governo Luis Viana Filho, que organizará belo museu regional no antigo Engenho Freguezia, no Recôncavo, criou a Fundação do Patrimônio Cultural da Bahia, destinada a executar as obras do projeto. Anote-se ainda que a Embratur acompanha os trabalhos dando total apoio à D.P.H.A.N. A UNESCO não financia projetos deste tipo, limitando-se a fornecer assistência técnica e providenciando eventual contribuição de organizações financeiras internacionais, interessadas em investimentos em nosso país.

Contribuíram para os mencionados entendimentos o Prof. Carlos Chagas Filho e o Prof. Paulo Carneiro, antigos Delegados do Brasil, na UNESCO.

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

O objetivo principal da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é o tombamento, a conservação e a colocação em valor do patrimônio cultural nacional, móvel e imóvel. Compreende a Diretoria duas grandes divisões: a) *Estados e Tombamento* e b) *Conservação e Restauração*, cada uma delas subdividida em duas seções: *Arte e História* (na primeira) e *Projetos e Execução* (na segunda). Inclui 4 Distritos, localizados em Salvador, Recife, Belo Horizonte e São Paulo, cujos Chefes se beneficiam, como observou Coremans, de autonomia suficiente para prosseguir nas tarefas correntes. Na Bahia, em Pernambuco, Estado do Rio de Janeiro, Guanabara e Minas Gerais, se encontra a maior concentração de monumentos antigos e obras de arte do país.

Paul Coremans, em seu relatório de junho de 1964 à UNESCO considerou indispensável a reestruturação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que sugeriu, deveria se transformar num Instituto, com edifício próprio, moderno, a ser construído «e que serviria de exemplo a toda a América Latina».

- I O atual Diretor da Repartição, Arquiteto Renato Soeiro, resumiu em relatórios e pareceres recentes, no Ministério da Educação e no Conselho Federal de Cultura, o planejamento para reformular a Diretoria e atender às necessidades do país neste setor.

CONDIÇÕES E EXEMPLOS DE DEFESA DO PATRIMÔNIO

Segundo êle, entre outras coisas:

«A instrumentação atualizada da DPHAN adaptando-se ao artigo 172 de Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, consta das sugestões encaminhadas ao Senhor Ministro da Educação e Cultura e foi então indicada em organograma anexo, destacando-se:

a) criação de *mais* (4) *quatro Divisões técnicas* correspondentes aos serviços de: "

I — *Restauração de obras de talha e pintura*, que já funciona em âmbito nacional e interamericano;

II — *Arqueologia* que vem promovendo sistematicamente o cadastramento das jazidas arqueológicas em todo o país;

III — *Museus regionais e casas históricas* que, à vista das iniciativas já realizadas e programadas, necessita estruturação própria, e finalmente a de:

IV — *Difusão cultural*, que deverá abranger não só a divulgação através do ensino, como a iniciativa de execução de filmes documentários, publicações, programas de Rádio e TV Educativa, além da promoção de exposições, conferências, iniciativas ligadas ao turismo cultural, etc. atividades muito restritas até então. Para caracterizá-las, basta citar o fato de, por carência de meios, há 6 anos, estarem suspensas as suas publicações especializadas.

b) organização de *mais* 5 (cinco) Distritos, com sedes nas cidades de Belém (Estado do Pará); São Luís (Estado do Maranhão); Rio de Janeiro (Estado da Guanabara); Brasília (Sede) e Porto Alegre (Estado do Rio Grande do Sul).

c) constituição de um Serviço de Consultoria Jurídica.

d) reformulação completa dos seus quadros administrativos e técnicos.

O diretor da Repartição fornecia-nos então também, com certa ênfase as *Indicações de medidas complementares às leis específicas de proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* relatadas abaixo:

a) Efetivação da legislação proposta pelo Conselho Federal de Cultura assegurando utilização condigna e conveniente aos monumentos inscritos nos Livros do Tombo da DPHAN.

b) Distinção, em projeto a ser proposto, entre zona monumental e zona de ambientação como indispensável à maior e mais eficiente proteção aos bens tombados agrupadamente e constitutivos de conjuntos urbanísticos integrantes do patrimônio histórico e artístico nacional.

Na 1» Zona estaria vedada qualquer interferência, exceto para fim de recuperação da autenticidade dos atuais componentes e de admissão de elementos em áreas não ocupadas e cuja introdução contribua para a valorização daquela autenticidade. Na 2» Zona será permitida

intervenção desde que não prejudique a ambiência e, especialmente a escala da zona monumental.

c) Obrigatoriedade legal de prévia consulta ao órgão encarregado da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional para fim de aprovação de toda e qualquer iniciativa, pública ou particular, que interfira, de algum modo, na visibilidade e na ambiência de bem tombado.

d) Conveniência de se atribuírem aos proprietários mediante proposta legislativa, de imóveis tombados, que o requeiram, benefícios e isenções compensatórios dos ônus do tombamento:

e) Conveniência de estenderem-se às atividades culturais os benefícios concedidos pelo Grupo de Trabalho de Reforma Universitária em favor das atividades educativas.

f) Conveniência de serem sugeridas aos órgãos competentes pela reformulação dos currículos de ensino, sugestões tendentes à:

1?) Introdução nos currículos de ensino, do primário ao universitário de: noções sobre história da arte; informações sobre a existência dos monumentos, sua significação e dever de preservá-los, como contribuição indispensável à formação da consciência e da integração da própria nacionalidade.

2º) Criação em grau universitário de cursos de técnica de museus.

3º) Criação em grau pós-universitário de cadeiras especializadas em conservação e restauração de monumentos e de obras de arte (baseado nas conclusões do encontro de Pistoia, promovido pela UNESCO, em 14-9-1968).»

As conclusões do Relatório do arquiteto Renato Soeiro, relativo a 1969, estimam que:

«São perfeitamente conciliáveis as iniciativas visando o desenvolvimento dos centros urbanos e rurais com a proteção, a preservação e a revalorização da paisagem e dos monumentos e demais bens de valor histórico e artístico ali localizados, desde que respeitada a legislação específica vigente e judiciosamente projetados os respectivos planos. Conciliáveis e desejáveis, pois de conseqüências propícias à economia do próprio país que certamente se beneficiará de uma política inteligentemente planejada de exploração de suas consideráveis riquezas, paisagísticas e culturais.

<A DPHAN, pela experiência que tem tido com os monumentos restaurados e não devidamente utilizados, tem adotado como orientação, sempre que possível, o aproveitamento desses bens da arquitetura civil, militar e religiosa disponíveis, em museus, casas históricas ou quaisquer instituições culturais ou de ensino. Essa iniciativa, às vezes sob a sua própria responsabilidade, outras por Convênio com entidades Idôneas, objetiva não só garantir a esses monumentos sua preservação como testemunho válido do passado, mas também dar-lhes uma destinação-atuante na sociedade contemporânea.

CONDIÇÕES E EXEMPLOS DE DEFESA DO PATRIMÔNIO

«Para enfrentar esses desafios, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem procurado:

a — promover a realização de planos diretores dos principais conjuntos tombados no país. Ouro Preto, Parati, Salvador (Pelourinho), São Luís e Alcântara, com o auxílio de organizações internacionais, UNESCO e a OEA e dos organismos nacionais de financiamento;

b — acompanhar os projetos de obras públicas junto aos órgãos específicos — DNER, DER, DPVN, EBCT, etc., e Serviços de Urbanização das Prefeituras Municipais;

c — estudar os circuitos de interesse cultural e turística com melhoria das vias de acesso e a indicação de unidades de apoio (Pousadas), sempre que possível em exemplares de arquitetura tradicional;

d — organizar novos museus e casas históricas conciliando a defesa do patrimônio móvel e imóvel do país;

e — solicitar o concurso de outros órgãos da administração pública federal, dos Governos dos Estados, dos Municípios, das Universidades e outras instituições públicas ou privadas através Ajustes ou Convênios;

f — solicitar o concurso da iniciativa privada e de particulares visando o levantamento de fundos destinados à complementação dos recursos orçamentários da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — como inicialmente através da Fundação Rodrigo M.F. de Andrade, em organização.

«Concluindo, esta Diretoria considera da maior necessidade para o pleno atendimento das atribuições do órgão, o seguinte:

1º — maiores recursos humanos e financeiros;

2º — a complementação da legislação protetora dos bens de valor cultural do país;

3º — flexibilidade do órgão especializado;

4º — a remuneração adequada do pessoal técnico especializado;

5º — a formação em pós-graduação e extensão universitária de especialistas de conservação de monumentos e obras de valor cultural;

6º — a informação sobre o valor dos bens de valor cultural no país, nos currículos de ensino dos diferentes níveis;

7º — a reformulação da atual Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional».

CALENDÁRIO CULTURAL DE 1970

Segundo Trimestre

ABRIL

24 DE ABRIL — CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE ZEFERINO BRASIL.

Zeferino de Souza Brasil nascido em Taquari (RS), aos vinte e quatro de abril de 1870, faleceu no dia 3 de outubro de 1942, em Porto Alegre (RS). Foi romancista e teatrólogo mas adquiriu prestígio como poeta, chegando mesmo a ser eleito o Príncipe dos Poetas do Rio Grande do Sul. De linhagem simbolista, deixou grande obra inédita. Entre as obras divulgadas, destacamos: *AHegros e Surdinas* (1891) — *Traços Côr de Rosa* (1893) — *Alma Gaúcha* (1935) — *Vovô Mtom* (1903) — *Torre de Marfim* (1910).

29 DE ABRIL — CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE OSÓRIO DUQUE ESTRADA.

Joaquim Osório Duque Estrada nasceu aos vinte e nove dias de abril de 1870, em Pati do Alferes (RJ) e faleceu no dia 5 de fevereiro de 1927, no Rio de Janeiro. B autor da letra oficial do Hino Nacional Brasileiro com música de Francisco Manuel da Silva.

MAIO

23 DE MAIO — DIA DO LIVRO INFANTIL.

O Dia do Livro Infantil foi instituído pelo Decreto-lei n° 1.333 de 20 de junho de 1967.

JUNHO

6 DE JUNHO — SESQUICENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE JOAQUIM NORBERTO.

Joaquim Norberto de Sousa e Silva nasceu aos seis de Junho de 1820, no Rio de Janeiro e faleceu em Jia H de maio de 1891, em Niterói (RJ). Poeta, romancista, teatrólogo, biógrafo, historiador e crítico literário, cultivou quase todos os gêneros literários. Foi um dos maiores historiadores da Inconfidência Mineira, destacando-se com a obra "Historia da Conjuração Mineira". Entre suas obras citam-se: *Mosaico Poético* (1844) — *Diário de Marília* (1845) — *O Chapim do Rtt* (1851).

CALENDÁRIO CULTURAL DE 1970

7 DE JUNHO — CENTENÁRIO DE FALECIMENTO DE ARAUJO LIMA MARQUÊS DE OLINDA.

Pedro de Araújo Lima nasceu em 22 de dezembro de 1793, em Serinhaém boje Cameleira (PE), e falecido aos sete dias de junho de 1870, no Rio de Janeiro Político abstraído das causas populares, não deixou seu nome ligado à nenhum movimento do Império, à exceção do período regencial.

19 DE JUNHO — CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE PANDIA CALOGERAS.

João Pandiá Calógeras nasceu aos dezenove dias de junho de 1870, no Rio de Janeiro e faleceu no dia 21 de abril de 1934 em Petrópolis (RJ). Engenheiro, deputado em várias legislaturas, ministro de Estado em dois governos (foi o primeiro Ministro da Guerra civil) e escritor, teve a sua vida dedicada aos grandes estudos sobre o Brasil. Autor de vasta obra de sociologia e de história, com sucessivas edições.

24 DE JUNHO — SESQUICENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE JOAQUIM MANOEL DE MACEDO.

Joaquim Manoel de Macedo nasceu aos vinte e quatro dias de junho de 1820 em Itaboraí (RJ) e faleceu no dia 11 de abril de 1882 no Rio de Janeiro. Considerado o fundador do romance nacional, seu prestígio de Hedonista na época foi superado pelo de Alencar. Sua produção é das mais vastas abrangendo o romance, a poesia e o teatro. Entre suas obras se destacam: *A Moreninha* (1844) reeditada constantemente — *O Moço Loiro* (1845) — *As Mulheres de Mantitha* (1870).

27 DE JUNHO — CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE ALFREDO DE CARVALHO.

Alfredo Ferreira de Carvalho nasceu aos vinte e sete dias de junho de 1870, em Recife (PE) e faleceu no dia 23 de junho de 1916 na mesma cidade. Jornalista, crítico de arte e de literatura, historiador. Foi por excelência um historiador de Pernambuco, tendo traduzido e escrito vários trabalhos sobre o domínio holandês no Brasil. Antes de morrer dedicou-se a dois trabalhos: "Anotações à História da Revolução de 1817" e "Biblioteca Pernambucana Alienígena", obra ilustrada.

(Notas de Luiz ANTONIO BARKETO)

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

4

Abril/Julho - - 1970

terializar essa sua adesão ao recuado paganismo helênico. Rirão, quem sabe ?, ainda, os incompreensivos por leviandade, ou os puritanos, prevenidos contra os gestos livres e graciosos de imaginação ativa e do júbilo juvenil. Por mim, que presenciei, com certa desconfiança de começo, ao espetáculo, ele se me fez muito logo simpático, por parecer-me compatível com os meus sonhos sociais de então: o falanstério de Fourier, nos termos líricos em que o apresentava um livro, então dos meus prediletos: *Trauãil*, de Zola. Nada havia, no entanto, nada de grotesco naquilo tudo. Sorrir, sim, eu sorria, um pouco, então, afastado sempre, como me impunha uma congênita e definitiva timidez, e também, vejo-o hoje, a inconfiança complacente que no poeta ilustre provocara o meu apagamento. (7)

A formação dos simbolistas do Paraná recebeu grandes subsídios Jó Esoterismo. De todos, foi Dário Vellozo o mais inebriado por essa misticidade obscura, cuja correnteza subterrânea tem aflorado tantas vezes à superfície da cultura ocidental, e, tão próximo ainda, em pleno Romantismo francês novecentista, (8) apresentando como credenciais mais autnéticas os trabalhos da Alquimia medieval, que preludiam à ciência moderna. Dário Vellozo, por muito tempo, entreteve, parece, luta espiritual íntima. Foi, aos poucos, porém, insultando esoterismo na sua obra de poeta e de escritor. Aos poucos, também, um hermetismo estrito foi dominando aquela produção. Chegou a um compromisso *sai-generis* entre os elementos da antiga retórica altissonante, e uma concisão bastante rígida. Foi, por outro lado, criando um vocabulário e expressões — tipo muito particulares, uma verdadeira tecnologia «iniciática», que invadiu por completo o texto dos seus numerosíssimos opúsculos e revistas especiais, por ele próprio compostos e impressos, em pequena tipografia de sua propriedade.

Por outro lado, muitos dos simbolistas eram remanescentes, apesar de ainda jovens, das campanhas republicana e abolicionista, principalmente Nestor Vítor e Rocha Pombo. (9) Com os princípios republicanos tinham se insinuado convicções positivistas (que só mais tarde encontraram, em João Pernetta, irmão de Emiliano, o seu apóstolo local), e principalmente um laicismo, um ultra-voltairianismo, um anticlericalismo fanáticos, *ultra* porque implicavam quase sempre em ateísmo militante, quando o próprio Voltaire era deísta. Isso, muito por influxo da Maçonaria, e nesta Dário Vellozo encontrava aspectos rituais e iniciáticos para ele cheios de atrativo, por que afins com os do Esoterismo antigo.

Dário já era, de tudo isso, como a própria encarnação, quando lhe veio às mãos instrumento decisivo de eficiência apostolar: o professorado, na cátedra de História Universal e do Brasil do Ginásio Paranaense e da Escola Normal. Foi-lhe ela incomparável tribuna. Dentro em pouco, o seu prestígio era levado para o Estado inteiro, e até muitas vezes para Santa Catarina, por várias gerações de estudantes.

Dário Vellozo não era um Sócrates, como a Eusébio Mota se lhe afigurava ser, mas realmente o *aedo*, o *vatea*, em missão de proselitismo e de encantamento. Dificilmente algum aluno teve coragem de dis-

sentir da sua *lição*: nem mesmo teria qualquer disposição defensiva, pessoal consciente em relação a ele. Depõe Tasso da Silveira, como eu poderia fazê-lo, não estivesse já assim realizado esse registro *ad rei memoriam*: «Ele é o Mestre querido e evocado a todos os instantes. Amam-no os jovens com um amor que é antes paixão exclusiva, admiração que não admite restrições, entusiasmo que não quer mais analisar. Segue: «Cada um trabalha, no mais rude esforço íntimo por se fazer individualmente indefectível aos olhos do Mestre. Os pequeninos vícios desconhecidos tomam na consciência de cada um proporções de faltas graves. O Mestre vai adivinhar pelos olhos...» (10)

Inesquecível, a magia evocativa que representava o elemento dinâmico em suas aulas. Sem ser propriamente um visualista e um plástico, ainda assim estas lhe saíam como quadros cheios de vida. Prova de que sabia estimular as imaginações. A História apresentava-se-lhe como um panorama, um *friso* rico e sugestivo, que se ia desenrolando, em cores brilhantes, aqui e ali carregadas de treva e lampejos sinistros. Porque Dário interpretava apaixonadamente a História à luz de suas convicções, dos seus princípios. A História-erudição e documentário, que aliás seria realmente imprópria naquele grau do ensino, porém subentendida nos fundamentos da matéria a expor, era substituída pela re-criação, por assim dizer artística, encantatório, levada num verbo musical, que se fazia cetinoso ou soava com característicos sibilos ríspidos, ligeiramente anasalados, tão seus característicos, de ironia e condenação.

«Os cenários antigos se desenham nítidos.» (— Diria, talvez eu: envoltos num halo transfigurador.) — «As grandes figuras universais tomam relevo de estátuas animadas.» Se trata de Jesus: «Contornamos o lago de Genezaré, enternece-mos com os apóstolos.» Depois: I «Raras vezes pregador cristão terá conseguido gravar tão fundo na argila plástica das almas o semblante divino de Jesus. E a impressão dominante e sempre a de doçura, de uma doçura infinita, iluminando tudo, escorrendo sobre a vida, como um luar». (11)

O mel do Mestre crisólogo insinuava em nós um Jesus que era o de Renan, poética sombra romanesca. A Companhia de Jesus era a «infame», de Voltaire. Savonarola, Galileu; o Marquês de Pombal (por ter expulso os jesuítas); o papa Clemente XIV, por que dissolvera a referida Companhia, eram apresentados como os gigantes da História, de par com os prógonos da Revolução Francesa. Até mesmo os mediocríssimos e incompreensivos Waldeck-Rousseau e Combes eram venerados como padrões de civismo e de laicismo esclarecido, portadores da grande tradição da Verdade e da Justiça. A Rocha Pombo aludia-se com amargura, por motivo de ter traçado nobres páginas sobre a catequese jesuítica nos primórdios da nacionalidade, em sua monumental *História do Brasil*. Nós, seus alunos, éramos com tudo isso plenamente concondantes. Mais ainda, como ainda observa Tasso da Silveira: *império de tal força de pretlégio, os estudantes se tornam, em relação Dário, verdadeiros discípulos, no sentido filosófico da palavra.*» Alguns aliás, foram-lhe discípulos amados e verdadeiros apóstolos.

Bastante para além e para oeste de Curitiba, Dário construiu um solar, modesto e simpático, de madeira, com a sua varanda coberta de trepadeiras, e que rodeou de árvores. Ao fundo havia um terreno de labor, no qual, tolstoiano a seu modo, fez lavrarem a terra filhos e filhas, e lavrou-a, enquanto pôde, ele próprio. Chamou-lhe o «Retiro Saudoso», do nome do arrabalde do Rio de Janeiro em que nascera. No dia aniversário do Mestre, havia, todos os anos, peregrinação carinhosa ao «Retiro Saudoso». Satisfação sincera para ele, que nos recebia sorrindo, e com aqueles seus olhos azuis, dum azul escuro e vivaz, olhos 'le poeta, iluminados de sonho, olhos de polemista, por vezes, agudos e intimidantes. Uma festa para nós, também, e como uma celebração um pouco misteriosa.

Daí, pôde Dário Vellozo dar um passo para diante. À antiga Grécia daria sua preferência par nela situar o seu sonho. Tudo que se lhe referisse cativava-o e o exaltava, Uma Grécia também de sonho, trabalhada, alindada pelo trabalho lendário de dois milênios de idealização. Por vezes, até, uma Grécia unilateral, parcial, romântica, e tal como tem a sua arbitrária apologia num livro que apaixonada e religiosamente relíamos: *O Último Fauno*, do português João Grave» (12)

O passo para diante dado por Dário Vellozo foi precisamente o que de menos eficaz fez, mas que tanto deu na vista, e tanto foi criticado: a realização das «Festas da Primavera». Os jovens e as jovens, revestidos de dâmidés de cores rigorosamente autênticas em relação às da indumentária grega antiga, por sobre as brancas túnicas. Crianças «empunhando guirlandas que formavam, entre uma fila e outra, ensombrada abóbada de flores», recorda ainda Tasso da Silveira. Depois do desfile, no jardim principal da cidade, começavam os jogos atléticos, os velhos jogos olímpicos: pentatlon, lançamento do disco, lutas, etc; e também torneios poéticos e corais.

Faltavam, ali, sem dúvida, o teatro, a Tragédia, a Comédia, mas sobretudo a Dança, — está claro que por absoluta deficiência do meio. Na Curitiba atual até isso seria possível. Em compensação, cada ano era eleita para personificar a Primavera, uma «Cloris» curitibana, não menos bela do que a antiga figura mitológica, personificação helênica da Primavera...

Dário Vellozo sobreviveu ao maremoto da guerra mundial de 1914 que fez esvaecer o seu sonho. Daí o ter-lhe dado, afinal, corpo diferente, porém, dessa vez, concreto: fez edificar o Templo das Musas, ainda no seu querido Retiro Saudoso. Ali presidia a celebrações complexamente rituais, a serviço do Instituto Pitagórico, a que tanto se devotou, e que permanece. Com a rica biblioteca especial Mima de Dano Vellozo (Simbolismo e todo o Esoterismo mundial), esse singelo Partenon curitibano foi em boa hora devidamente tombado. Já então chegara para o poeta, com a aposentadoria de sua cátedra, a possibilidade de *mais* profundamente recolher-se àquela «vie recluse en poeise. como se exprime Patrice de La Tour du Pin. Edificada a sua epopéia in-

NOVA HÉLADE

trlnsecamente esoterista *Atlântida*, vimos o estro do poeta de *Rudel* — tím seu antigo ciclo arcaizante, à maneira medieval, e tão cordial da atmosfera sentimental —, chegar à simplicidade superior, superioridade de arte, que subentende complexidade interior, e ressoar em harpejos de penetrante suavidade. Um poeta que Manuel Bandeira declarou td sido «grandemente sacrificado» pelo <nefelibatismo> terá sido um dos que mais longamente foram marcados por essa tendência; e verificamos agora, — quando as suas poesias completas foram por fim reunidas no III volume das OBRAS (edição do Centenário), — que terá sido Daria Vellozo o mais carregado de decadentismo dentre todos os poetas do movimento, para o que terá concorrido a sua completa entrega ao Esoterismo, a todas as doutrinas iniciáticas de raízes oriental ou medievais, mas sobretudo gregas.

A expressão intencionalmente elíptica e mesmo, tanta vez rígida, levou-o a um hieratismo não propriamente hermético, porém eminentemente incomunicativo. Já, porém, em *Cinerário* (1929), assinalam-se muitos indícios de uma flexibilização do instrumento verbal. A florida «Nova Hélaide» insinuara no teor esoterista progressivas intervenções daquele «natural» de que falava Sainte-Beuve, numa humanização da expressão que evidenciava reservas secretas de sensibilidade e mesmo de sensualidade, no sentido estético do vocábulo. Na adusta *Atlântida*, suma de seus conhecimentos esoteristas, mesmo ali já encontramos traços assim:

Branca areia das praias!...
Areia de cambraias !...
Longas praias,
Polvilhadas do pó da loa cheia !

No alto o céu sereno, azul de seda,
A noite — de brilhantes tauxiado.
No litoral — as praias marulhosas
De âmbar e cristal pulverizado.

.....; «o Norte a [lama
Da zona quente, e temperada ao Sub
Numa a púrpura viva, — a outra recama
O Unho das geadas sob o azul. (13)

Retorna, sem dúvida, quase a cada passo, a nota decadentista. já. porém capaz **de fluide***:

E às merencóreas lágrimas colhia,
Em sua merencôrtã soledade.
Transmutando-as de gotas de agonia
Em lírios brancos dt stetnidadt. (H)

Já se permite por vezes um livre movimento contemplativo:

*Calma e silêncio; os astros cintilando
Nos altos céus,
Filtrando,
Através dos tênues véus
Da noite majestosa,
O aroma das pétalas, a rosa
Da lua branca... (15)*

*De manso e manso a neve das Estrelas
Faz-lhe mais branca a face pálida. (16)*

O velho Mestre aquele quase fantasmático Euzébio Mota, o esquivo Mentor da colorida e florida aventura helenizante, já se fora, deixando o Mago do Retiro Saudoso sem o apoio do seu sorriso, quem sabe talvez enigmático... Morrerá sozinho comigo, seu antigo aluno tímido, num quarto de hotel carioca. Naquele Templo das Musas, Dário Vellozo sentia insinuar-se o seu próprio crepúsculo nos magníficos, imensos crepúsculos do planalto que acolhera o carioca imigrado. Êste, agora, o seu verso irá aproximar-se da musicalidade que poderia ter sido a sua em toda a sua vida, não fôra a constrição voluntária, o ascetismo expressional a que se jungiu; neste soneto, dos derradeiros que escreveu («Santuário Branco»):

*Branco de luz astral, branco de espuma,
O arminho encontro de macio pouso,
A impressão de jardim tranqüilo e umbroso,
Todo luar — sem névoas e sem bruma.*

*Ninho, tecido de frouxel precioso,
Para o êxtase, o sonho, a prece, o encanto...
De onde se eleva o mavioso canto.
Blandícia de esperança e de repouso.*

*Nem rumores do mundo, nem rumores
De paixões, que malsinam, de venenos
Que travam de amargura os sonhadores;*

*Serenidades refluindo em tudo,
Dúcteis arpejos de vergéis amenos,
A pureza das almas de veludo. (17)*

Dário Vellozo faleceu no Retiro Saudoso, de Curitiba, a 28 de setembro de 1937. Foi sepultado em cova rasa, o seu corpo «envolto no hábito de Unho dos pitagóricos».

*O segredo
Da Hélade espiritual
Nos lábios de ouro do Cantor expirai (18)*

NOVA HÉLADE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (*)

1. Tasso da Silveira, *Dário Vellozo/PeriŪ* espiritual. MCMXXI. Rio. Depois *In A Igreja Silenciosa*, Anuário do Brasil, Rio, 1922.
2. Dário Vellozo, *A Trança Loura*, In *obras*, V. I, pág. 419.
3. Dário Vellozo, *Cinerário*, Palingenésia, Curitiba, 1929, págs. 27 a 29. Id., pág. 165.
4. A. J. Pereira Da Silva, *Soltudes*, "Estranho pássaro". Leite Ribeiro, editora. Rio, 1918, pág. 205.
5. Dário Vellozo, *Atlântida*, Curitiba, 1938, pág. 262.
6. Hoje Cor tona, porém a do Sul, porquanto existe outra, da qual o orago não é Pitágoras, porém a admirável mística Santa Margarida de Cortona.
7. Apesar dessa minha reserva, e como participação na derradeira Festa da Primavera, em setembro de 1913, publiquei, em Opúsculo, um conto, intitulado *Sonata Paga*, dedicada a Emiliano Pernetá, com a mesma apresentação gráfica de um outro, da autoria do meu saudoso amigo e companheiro de juventude, Acir Guimarães, intitulado *Sinfonia do Amor*.
8. v. Auguste Via t te, *Victor Hugo et les Uuminés de son temos*, Edí tio de l'Arbre, Montreal, Canadá, 1924.
v. E. Michelet. *De VEsoterisme dans TArt*, Paris, 1891.
v. Victor Charbonnel, *Les Mystiques dans la Littérature presente*, Mercure de France, Paris, 1897.
9. v. Valfrido Piloto, *Paranistas*, Curitiba, 1938.
10. Tasso da Silveira, *op. cit.*, págs. 233/7.
11. Tasso da Silveira, *op. cit.*, pág. 233.
12. Imagino o estupor que causaria então, se por lá o lessem, o desabusado ensaio «AnŪ-Helênicas», de Jackson de Figueiredo, in *Afirmções*. Anuário do Brasil. Rio. 1934, págs. 297/332.
13. Dário Vellozo, *Atlântida*, págs. 84, 101.
14. Dário Vellozo, *Atlântida*, pág. 202.
15. Dário Vellozo, *Atlântida*, pág. 218.
16. Dário Vellozo, *Atlântida*, pág. 298.
17. Dário Vellozo, *Fogo Sagrado*, in *Obras*, III, pág. 550.
18. Dário Vellozo, *Atlântida*, pág. 263.

(*) O centenário do nascimento de Dário Vellozo foi comemorado pelo Instituto Pitagórico (Templo das Musas, Rua Professor Dário VeDozo n' 460. Curitiba; com a publicação integral das OBRAS do homenageado, em três volumes: I a) *Horto de Lisis*, abrangendo os livros *Ramo de Ouro*, *Luz de Crotona*. *No Jardim do Templo*, *Na Espiral da Harmonia* e *Irradiações Pitagóricas*; b) *Símbolos e Miragens*; c) *Reiro Saudoso*; d) *A Trança Louca*; e e) *Jesus-Pitagórico*; II a) {Primeiros Ensaio: b) *Esquifés*; c) *No Sólido do Amanhã*; d) *Da Tribuna e da Imprensa*; e) *A/o Limiar da Paz*; f) *Livro de Algr*; g) *Flauta Rústica*; h) *Pnquc UI jPoeslsl* a) *Efêmeras*; b) *Alma Penitente*; c) *Esotéricas*; d) *Hebcon*; e) *Rudel*; [] *Cmerërto*; o) *Atlântida*; h) *Fogo Sagrado*; num total de il. 363-pa Ojnos. Realizou-se no Templo das Musas, de 23 a 26 de novembro de I Primeiro Encontro Internacional Pitagórico, com numerosas delegações, em comemoração, também, do sexagésimo aniversário da fundação do Instituto Pitagórico. De relevante significação foi o lançamento de *Dário Vellozo/Cronologia do ilustre critico c pedagogo Erasmo Pilotto* (roteiro biográfico modela

CALENDÁRIO CULTURAL DE 1970

Terceiro Trimestre

CALENDÁRIO CULTURAL DE 1970

JULHO

1º DE JULHO — CINQUENTENÁRIO DE FALECIMENTO DE DELFIM MOREIRA

Delfim Moreira da Costa Ribeiro nasceu no dia 7 de novembro de 1868 na Fazenda da Pedra, município de Cristina (MG), e faleceu ao primeiro dia do mês de julho de 1920, em Santa Rita do Sapucaí. Foi secretário de governo em Minas Gerais por dois quadriênios e Vice-Presidente da República, assumindo a Presidência em virtude da morte de Rodrigues Alves, permanecendo no cargo até a eleição de Epi-tácio Pessoa. A sua atuação foi destacada principalmente no campo da instrução pública no interior.

18 DE JULHO — DUZENTOS E CINQUENTA ANOS DA EXECUÇÃO DE FELIPE DOS SANTOS

Felipe dos Santos Freire foi executado em Vila Rica, hoje Ouro Preto (MG) aos dezoito dias do mês de julho de 1720, chefe da sedição que em Minas Gerais servira de princípio para a luta republicana culminada em 1898.

18 DE JULHO — CENTENÁRIO DE FALECIMENTO DE FRANCISCO JOSÉ FURTADO

Francisco José Furtado nasceu em Oeiras (PI) no dia 3 de agosto de 1818 e faleceu aos dezoito dias do mês de julho de 1870, no Rio de Janeiro. Foi, como político, orador no Parlamento e um dos chefes do Partido liberal. Juiz íntegro e ilustrado, um dos maiores que o Brasil já possuiu.

22 DE JULHO — CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO POETA AZEVEDO CRUZ

João Antonio de Azevedo Cruz nasceu no município de Campos (RJ) aos vinte e dois dias do mês de julho de 1870 e faleceu em Nova Friburgo (RJ), no dia 22 de janeiro de 1935. Poeta de tendência simbolista, publicou *Profissão de Fé* em 1901. Suas poesias escolhidas foram reunidas em 1943 no livro *«Sonhos»*.

24 DE JULHO — CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO POETA ALPHONSUS DE GUIMARAENS

Alonso Henriques da Costa Guimarães (Alphonsus de Guimarães) nasceu aos vinte e quatro dias do mês de julho de 1870 em Ouro Preto (MG) e faleceu no dia 15 de julho de 1924 em Mariana, Minas Gerais. Poeta dos maiores do Brasil filiou-se à corrente simbolista, influenciado por Verlaine e Mallarmé, de quem foi tradutor.

CALENDÁRIO CULTURAL DE 1970

e a quem dedicou um soneto em francês no qual confessa o que lhe deve. Sua biografia é pobre, pois sempre viveu no interior de Minas como juiz. Os seus versos eram mandados para os jornais das cidades ou revistas da capital. Dentre as suas obras podemos destacar: «Serenar» *das Dores de Nossa Senhora* e «Câmara Ardente», Rio 1889. «Dona Mística», Rio 1899. «Kiryale», Porto 1902. «Paupre Luro, Ouro Preto 1921. «Pastoral aos Crentes do Amor e da Morte, São Paulo... 1923 (edição póstuma). Todos estes livros e mais os inéditos foram reunidos em «Poesias».

26 DE JULHO — TREZENTOS E CINQUENTA ANOS DE NASCIMENTO DO PADRE ANTONIO DE SÁ

Antonio de Sá nasceu aos vinte e seis dias de julho de 1620, no Rio de Janeiro e faleceu na mesma cidade no dia 1º de janeiro de 1678. Comparado à Vieira, o padre Antonio de Sá foi um dos maiores pregadores brasileiros existindo uma edição impressa em Lisboa, no ano de 1750. que reúne os seus sermões.

AGOSTO

5 DE AGOSTO — CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO POETA JOÃO ITIBERÊ DA CUNHA

João Itiberê da Cunha nasceu em Açungui, hoje Cerro Azul aos oito dias do mês de agosto de 1870 e faleceu no Rio de Janeiro a 25 de fevereiro de 1953. Compositor, crítico musical, jornalista e poeta. Foi o introdutor do movimento simbolista no Paraná. A sua produção poética está reunida em «*Ptéludes*», publicado na Bélgica em 1890.

SETEMBRO

4 DE SETEMBRO — CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO POETA PETHION DE VILAR

Egas Monir Barreto de Aragão era o nome de batismo do poeta baiano Pethion de Vilar, que nasceu aos quatro dias do mês de setembro de 1870, em Salvador, BA e faleceu na mesma cidade no dia 18 de novembro de 1924. Médico, professor, jornalista, poeta, foi um dos líderes do movimento simbolista baiano. Suas obras: «*Suprema Epopéia*», Bahia 1900. «*Ura Moderna*». «*Poesias Escolhidas*», Lisboa, 1923 (edição póstuma).

7 DE SETEMBRO — CINQUENTENÁRIO DA CRIAÇÃO DA PRIMEIRA UNIVERSIDADE BRASILEIRA.

a do Rio de Janeiro, composta de três faculdades: Direito, Engenharia e Medicina.

(Notas de Luiz Antonio Barreto).

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

5

Julho/Setembro — 1970

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

Publicação trimestral do Conselho Federal de Cultura

DIRETOR:

Mozart de Araújo

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Clarival do Prado Valladares

Manuel Diegues Júnior

Adonias Filho

Pedro Calmon

Afonso Árinós. de Melo Franco

Redação: Palácio da Cultura — 7º andar

Rio de Janeiro — Brasil

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

ANO II

JULHO/SETEMBRO-1970

Sumário

ARTES

- ÊNIO DE FREITAS E CASTRO — *Dicionários de Música Brasileiros* 9

CIÊNCIAS HUMANAS

- RACHEL DE QUEIROZ *O Diário de André Rebouças* 23
HÉLIO VIANNA *A Biblioteca do Imperador* 29
PEDRO CALMON. *Bocage e o Brasil*
ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS *As Raízes e o Desenvolvimento*
H *da Cultura Brasileira* 79
ALMIR DE ANDRADE *A Dialética Aristotélica e o*
Princípio de Contradição 95

LETRAS

- R. MAGALHÃES JÚNIOR. *A Estréia Literária de José de*
Alencar 117
CASSIANO RICARDO. *Osmar Pimentel e a Nossa Cri-*
tica de Poesia 129
ANDRADE MURICY o **Saturkon** 143
RAYMUNDO FAORO *O Espelho e « Lâmpada* 153

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

- MÁRIO BARATA . *Situação do Patrimônio His-*
tórico e Artístico no Brasil
o o Compromisso de Bra-
*sília** 175
Calendário Cultural 190

artes

Dicionários de Música Brasileiros

ÊNIO DE FREITAS E CASTRO

1. PRELÚDIO

DICIONÁRIO, diz-nos o dicionarista Caldas Aulete. é uma «coleção de todas as palavras ou somente de certa classe de palavras de uma língua por ordem alfabética com a sua significação na mesma língua ou com a tradução em outra.» A essa definição devemos acrescentar, como o fez o dicionarista Cândido de Figueiredo, que essa coleção de palavras por ordem alfabética constituindo um dicionário; pode ser também de «termos próprios de uma ciência ou arte».

Um dicionário de música, pois, será uma coleção em ordem alfabética, de termos próprios da arte musical, com a explicação de seus significados. «e um dicionário de música brasileira, além disso, deverá preencher a condição de obra feita e editada em nosso país, em nossa língua.

Não exigimos, como se vê, que o dicionário de música brasileiro tenha autor brasileiro, nem que se ocupe de música brasileira. No primeiro caso intitularíamos nosso estudo de — dicionários de música de autores brasileiros —, e no segundo diríamos — dicionários de música brasileira —, espécies de dicionários que ainda não existem no Brasil.

O que desejamos é simplesmente arrolar os dicionários musicais até agora editados entre nós, comentando-os e dando uma notícia sobre os autores na medida do possível, para termos uma idéia do fez e do que ainda necessitamos fazer.

Não é possível esquecer que o dicionário é certamente um dos melhores instrumentos de trabalho para a atividade intelectual, e não pode faltar na estante de qualquer estudante que se preze, como indispensável é ao professor, este obrigado, certamente, se quer bem cumprir seus deveres, a possuir em seu local de trabalho uma série deles.

Segundo o «Larousse de la Musique» (1957), um dos bons dicionários franceses, os mais antigos dicionários de música remontam aos séculos X e XI. mas sua floração começa, especialmente, no século XVIII, citando-se o aparecimento de 6 dicionários musicais importantes nesse século, em latim, em inglês, em alemão e em francês.

O Sr. Vladimir Fédorov, musicólogo que assina o artigo respectivo no «Larousse de la Musique», estabelece 5 classes diferentes de dicionários musicais, a saber:

- 1) dicionários enciclopédicos (daremos como exemplo o próprio «Larousse de la Musique»);
- 2) dicionários gerais não biográficos (como por exemplo o «Dictionnaire pratique et historique de la musique» de Michel Brenet, muito conhecido);
- 3) dicionários biográficos (como a célebre «Biographie universelle de musiciens» do belga Fetis);
- 4) dicionários de termos (como o «Diccionario técnico de la Música» do espanhol Felipe Pedrell);
- 5) dicionários especializados (como «A dictionary of Musical Themes» de Harold Barlow e Sam Morgenstern).

Na primeira classe encontramos no Brasil, atualmente, uma edição — o «Dicionário enciclopédico da música e músicos» de Roberto Fux, edição brasileira organizada por Hans Koranyi, publicado em São Paulo em 1959. É o menos brasileiro de nossos dicionários musicais, por se tratar de uma adaptação de original alemão, mas a adaptação o tornou bem brasileiro uma vez que incluiu larga contribuição de termos da música folclórica brasileira e referência a grande número de personalidades nossas.

Na segunda classe temos o «Dicionário Musical» da Frei Pedro Sinzig, cuja primeira edição é de 1947 (Rio de Janeiro).

Na terceira classe podemos citar três obras — o «Dicionário bio-bibliográfico musical» de Vasco Mariz (1948 — Rio de Janeiro), o «Dicionário bio-bibliográfico de música» de Leticia Pagano (1951 — São Paulo), e o «Dicionário biográfico de música popular» de Sylvio Túllio Cardoso (1965 — Rio de Janeiro).

Na quarta classe aparecem os outros cinco dicionários musicais brasileiros — o «Dicionário Musical» de Raphael Coelho Machado (primeira edição 1842 — Rio de Janeiro), o «Dicionário Musical» de Isaac Newton (1904 — Maceió), o «Vocabulário Musical» de J. B. Ferreira da Silva (1921 — Rio de Janeiro), a «Terminologia Musical» de Savino de Benedictis (1941 — São Paulo) e o «Dicionário Musical» de Luiz Cosme (1957 — Rio de Janeiro).

Na quinta classe estamos quase que inteiramente falhos, a não ser que se tomem como dicionários, ou esboços de dicionários, ou

DICIONÁRIOS DE MÚSICA BRASILEIROS

contribuições para futuros dicionários, obras como a «Relação das óperas de autores brasileiros», de Luiz Heitor Corrêa de Azevedo (1938 — Rio de Janeiro), que se poderia realmente intitular «dicionário das óperas de autores brasileiros»; a obra de Sebastião de Arruda e Melo sobre as óperas (1.º volume — óperas líricas, 2.º volume Descrição das óperas, 1926 e 1928 — Rio de Janeiro), também uma espécie de dicionário de óperas; «O livro das grandes sinfonias» de Upton-Borowski, revisto e atualizado por Luiz Heitor, que incluiu a parte brasileira (1949 — Porto Alegre) e apresenta os autores por ordem alfabética, ordem de dicionário; «As grandes óperas» de Newman (3 volumes — Porto Alegre); e as «Maravilhas da música universal» de David Ewen (1960 — Porto Alegre), também estas duas últimas obras com a apresentação em ordem alfabética. São obras de divulgação e consulta, como os dicionários, mas é evidente que faltou o intuito de fazer delas verdadeiros léxicos, e alguns deles apenas edições brasileiras de obras não produzidas no Brasil.

2. DICIONÁRIOS E AUTORES

O primeiro dicionário musical publicado no Brasil, de que tenho conhecimento, é o de Raphael Coelho Machado. O exemplar existente em minha biblioteca é uma «nova edição aumentada pelo autor e por RAPHAEL MACHADO FILHO». Foi feita pelo Irvreiro-editor B. L. Garnier, do Rio de Janeiro, e impressa em Paris, na Tip. H. Garnier, 6, r. des Sts-Pères, 1909.

Raphael Coelho Machado, segundo dados do artigo de necrológio publicado pelo «Diário de Notícias» do Rio de Janeiro (não é o jornal atual do mesmo nome), de 16 de agosto de 1887, era natural de Angra do Heroísmo (Ilha Terceira, Açores), onde nasceu em 1814. Veiu a falecer no Rio de Janeiro, em 16 de agosto de 1887 (o artigo mencionado acima detalha que o falecimento se dera «hoje», «às 2 horas da madrugada»). Tinha pois 73 anos de idade, dos quais 46 passados no Brasil, uma vez que para cá viera, com 24 anos, em 1838.

Sacramento Blake dá como data de sua morte o dia 15 de agosto, o que se deve retificar face à referência explícita acima citada. Parece também ter incorrido em equívoco sobre a data de sua vinda para o Brasil, pois 1835 é o ano mencionado no artigo como o de salda de Angra do Heroísmo para Lisboa, onde teria continuado *seus* estudos musicais. E isto é, certamente, o mais provável. Saiu de *soa* terra natal em 1835. mas só em 1838 veio para o Brasil, proveniente de Lisboa.

Sacramento Blake apresenta o seu «Dicionário Musical» como o *primeiro dicionário* que possuímos neste gênero». A primeira edição impressa no Rio de Janeiro em 1842. a segunda ainda no Rio em

1855, e a terceira em Paris em 1888, depois de sua morte, portanto, e «publicada pelo filho do autor, com acréscimos feitos por este». O filho era certamente o Sr. Raphael Machado Filho cujo nome consta da edição em meu poder, sendo que esta nova edição, posterior à terceira, pois c de 1909, foi impressa na Imprimerie du Commerce, no Havre. Este sucessivo número de edições dá bem a idéia da aceitação que o dicionário encontrou.

Na página de rosto lê-se:

«Dicionário / Musical / contendo: / 1º Todos os vocábulos e phrases da escripturação musical; / 2º Todos os termos technicos da musica desde a sua maior antigüidade; / 3º Uma taboa com todas as abreviaturas usadas na escripturação musical; suas palavras correspondentes; / 4º A etymologia dos termos vulgares e os synonymos em geral».

Suponho que o Dicionário de Raphael Coelho Machado pode ser visto como bom livro para a época em que apareceu. E obra séria e certamente alcançou prestar excelentes serviços a todos quantos, no Brasil, não podiam dispor de dicionários estrangeiros ou não dominavam outro idioma além do português.

Raphael Coelho Machado devia ser um bom músico e homem de cultura bastante elevada. Publicou também, em 1852 um «Breve tratado d'harmonia», que foi reeditado pela Casa Arthur Napoleão. Na página de rosto deste figuram os títulos do autor: «Cavalleiro da Ordem da Rosa, professor de harmonia e instrumentação no Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Sócio honorário e benemérito de várias sociedades artísticas, li t heras rias c de beneficência». «Tendo sido educado no intuito de seguir a vida eclesiástica, fez n essa conformidade os seus estudos» informa o artigo de necrológio já citado, onde se relacionam as suas obras e se diz que foi também compositor tendo durante 22 anos dirigido um coro que atuava em festividades religiosas.

Sessenta e dois anos se passariam sem que outro livro do mesmo gênero fosse publicado no Brasil. Só em 1904, já no século XX, teríamos o nosso segundo «Dicionário Musical». Apareceu ele em Maceió, impresso pela Typographia Commercial «compilado e coordenado pelo professor Isaac Newton, natural do Estado die Alagoas.

Diz o autor, no prefácio, que o Dicionário de Raphael Coelho Machado, o único que conhecia em português, «apesar de deficiente e lacunoso no que diz respeito á tecnologia musical», lhe foi, «entretanto seguro guia no plano» que se havia traçado. Depois de se referir a três edições daquele dicionário, acrescenta que o mesmo só continha i .600 vocábulos, ao passo que no seu apresentava «4.000 vocábulos aproximadamente». Traz pequenos exemplos musicais o

DICIONÁRIOS DE MÚSICA BRASILEIROS

que apresenta um notável avanço sobre o dicionário anterior, sem nenhuma ilustração.

Um tanto enfaticamente diz em sua página de rosto:

«Dicionário Musical / contendo: / Todas as abreviaturas, expressões, phrases. / Vocábulos, sua tecnologia a par da nomenclatura dos / instrumentos musicas desde sua / mais remota antiguidade; e mais ainda a theoria, pratica / etymologia e synonymia, em geral; seguidas de / uma ligeira e rudimentar explanação histórica na maioria / de seus respectivos artigos».

Parece não existir outra edição do dicionário de Isaac Newton, e também pode ser considerado bom para a época e especialmente se levarmos em conta o meio onde surgiu, que não era nem o Rio nem São Paulo, e nem sequer Bahia ou Recife, as maiores cidades do nordeste. Não consegui, porém, até agora, nenhuma informação sobre o autor.

Mais 17 anos vão decorrer até o aparecimento de nosso terceiro dicionário, o «Vocabulário Musical» «organizado pelo Dr. J. B. Ferreira da Silva / Diplomado pelo Conservatório de música de Leipzig». Foi editado pela firma Sampaio Araújo & Cia., proprietária da Casa Artur Napoleão e impresso por Marcos de Mendonça & Cia., rua Sete de Setembro, 34, Rio de Janeiro.

No «Introito» o autor afirma que trabalhou «durante largos anos», «pacientemente», «por entre as obras dos grandes compositores e musicografos estrangeiros» para que o «Vocabulário Musical» pudesse ser publicado, como está na página de rosto:

«Contendo, por ordem alfabética, cerca de doze mil palavras e frases alemãs, árabes, espanholas, francesas, gregas, hebraicas, italianas e latinas, empregadas na literatura musical e vertidas para a lingua portuguesa no seu significado especial».

Traz também, como o dicionário de Newton, pequenos exemplos musicais elucidativos. Creio que ficou igualmente na edição inicial e nada consegui até agora saber sobre o autor, nem sequer qual a espécie de diploma que ele trouxe do Conservatório de Leipzig.

O quarto dicionário a ocupar o seu lugar entre os demais é um pequeno livro intitulado «Terminologia musical». Traz, como indicação, sob o título, a de que é um «vademecum indispensável a todos os estudantes e amadores da música». Foi editado pela Casa Ricordi, de São Paulo, em 1941 e seu autor é o professor Savino de Benedictis, natural de Nápoles, onde nasceu em 1883, lente do Conservatório

Dramático e Musical de São Paulo e um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Música.

Vasco Mariz nos informa que ele é compositor, musicólogo e professor, ao que podemos acrescentar ainda o título de maestro. É autor, além dessa «Terminologia», de opúsculos sobre canto coral, harmonia e teoria musical. Publicou um «Tratado de harmonia» (1948, São Paulo, edição Ricordi).

Em 1935 Caldeira Filho, na «Fôlha da Noite» (São Paulo), comentando obra sua afirmava tratar-se de autor «cujo valor já é soavelmente conhecido do nosso público», e em 1962, n'«O Estado de São Paulo» escrevia a propósito de uma sua composição apresentada em concerto sinfônico regido por Camargo Guarnieri, ter o «mestre consagrado como compositor e professor» reafirmado «uma musicalidade fecunda, capaz de chegar a uma linguagem moderna, sem sacrifício, porém, daquilo que é a música...»

O «vade mecum» do prof. Benedictis contém 639 vocábulos e apareceu vinte anos depois do Vocabulário de Ferreira da Silva.

É, sem dúvida, uma publicação despretensiosa que, julgo, ficou também na primeira edição.

3. INTERLÚDIO

Como vimos, levamos um século para chegar ao nosso quarto dicionário musical, pois o primeiro apareceu em 1842 e este em 1941, com intervalos de 62 anos, 17 e 20. Estatisticamente teríamos um dicionário para cada quarto de século...

Mas daí para a frente a evolução se acelera e vamos encontrar, entre 1947 e 1965 os outros 6, isto é, uma média de um dicionário para cada três anos nos 18 anos decorridos.

Intensificação maior devemos esperar, por certo, nos próximos anos, correspondendo à evolução natural do país.

4. DICIONÁRIOS E AUTORES

Um marco importante na história do dicionário musical no Brasil foi plantado, seis anos depois da «Terminologia» do prof. Benedictis, por Frei Pedro Sinzig, o inesquecível, o denodado, o bom e infatigável franciscano, com a publicação, em 1947, no Rio de Janeiro, de seu «Dicionário Musical», que tem, como epígrafe, a indicação «Pelo mundo do som». Em 1949 veio a segunda edição, inteiramente igual à primeira.

Era realmente alguma coisa de novo em nossa bibliografia musical. Como muito bem o autor observa na «Nota prévia», os outros dicionários, incluindo os estrangeiros que consultávamos, não tinham

DICIONÁRIOS DE MÚSICA BRASILEIROS

«têrmos e explicações de coisas nossas, de instrumentos, de cantos, danças, costumes, etc. do Brasil», além de lhes faltarem «informações mais ou menos completas sôbre música sacra», assunto em que Frei Pedro era grande autoridade. E a edição se fez recheada de exemplos e ilustrações (exatamente 273 clichês). Assim êste quinto dicionário musical brasileiro é quiçá o mais importante, até agora, pela relevância que deu às nossas coisas, a maioria, por certo, pela primeira vez dicionarizadas.

O dicionário de música em português que frei Pedro cita na sua «Nota prévia» é o de Ernesto Vieira (segunda edição de 1899). É um dicionário de autor português, publicado em Portugal. Não encontramos qualquer referência, até agora, a nenhum outro dicionarista musical português, e assim somos levados a aceitar o dicionário de Raphael Coelho Machado não só como o primeiro dicionário musical brasileiro como o primeiro de língua portuguesa. O dicionário de Ernesto Vieira é de 1890. É, pois, o segundo dicionário musical de língua portuguesa, e o primeiro de Portugal. E Portugal só em 1956 e 1958 nos deu um segundo, e desta vez um grande dicionário, capaz de ombrear com os melhores, o «Dicionário de música» do padre Tomás Borba, concluído por Fernando Lopes Graça.

E a citação dêste dicionário, do padre Tomás Borba, vem muito a propósito por causa de um fato bem curioso. É que também o dicionarista musical padre Tomás Borba nasceu em Angra do Heroísmo. Cinquenta e três anos apenas separa o nascimento de Raphael Coelho Machado, em Angra do Heroísmo, do nascimento de Tomás Borba, nessa mesma cidade. O primeiro nasceu em 1814, o segundo em 1867. Porém mais de um século separa os dois dicionários — o de Machado aparece no Brasil em 1842, o de Borba em Portugal em 1956.

Não teria porém o nosso frei Pedro Sinzig o prazer de conhecer êste último livro, pois faleceu em dezembro de 1952. E também o padre Borba parece ter ignorado completamente a existência do dicionário de frei Pedro, pois não o cita em seu prefácio (cita o de Coelho Machado e o de Vieira). Isso, aliás, é desculpável, pois o próprio Fernando Lopes Graça, que tem tido bastante contacto com o Brasil e com brasileiros, entre os dicionários musicais de língua portuguesa só cita o dicionário bio-bibliográfico de Vasco Mariz, dos brasileiros.

Por certo que o Dicionário Musical de Frei Pedro Sinzig representa um grande esforço, e um esforço iluminado pela sua franciscana bondade, pela sua inteligência, pela sua sensibilidade, pela sua fé e pelo seu amor ao Brasil, a sua segunda pátria.

Nasceu frei Pedro em 1876 em Linz, na Alemanha (é mais conhecida a cidade austriaca do mesmo nome). Veio para o Brasil

com 17 anos em 1893. Morreu em Düsseldorf em 8 de dezembro de 1952. Foi à Alemanha em busca de saúde.

O seu dicionário, a julgar por uma referência da «nota prévia» seria completado por um «volume à parte» para a vida e obra dos músicos. Certamente; tivesse ele vivido mais e se teria dedicado a isso.

O sexto dicionário musical brasileiro seguiu de muito perto o de frei Pedro. É o «Dicionário Bio-bibliográfico Musical» de Vasco Mariz, editado como o anterior pela Livraria Kosmos do Rio de Janeiro. Apareceu em 1948 e o autor o concluiu em 1947. Nele se pode ler que frei Pedro Sinzig «acaba de publicar um Dicionário Técnico Musical».

Este sexto dicionário será, na realidade, em seu gênero, o primeiro, uma vez que nenhum dos anteriores trata de personalidades. Renato Almeida assinala, no Prefácio, que no «gênero bio-bibliográfico» Vasco Mariz «abre caminho na musicologia brasileira», como, acrescentaremos, abriu caminho em outros gêneros (veja-se por exemplo esse volume precioso que dedicou à «Canção Brasileira»). E c. exatamente, o «volume à parte» que frei Pedro julgava necessário. O dicionário de Vasco Mariz constitui o complemento do dicionário técnico de frei Pedro.

Nele, a par dos músicos de prestígio internacional, ele incluiu 103 músicos brasileiros, o que constitui por certo já uma bem apreciável contribuição de um país, como o nosso, ainda neófito no terreno da cultura.

Pena é que tivesse evitado «dar desenvolvimento exagerado à contribuição dos músicos nacionais», considerando um erro tal procedimento. Diz que procedeu «a rigorosa seleção de valores, incluindo apenas os de mérito e popularidade indiscutíveis». E assim deixou de abrigar em seu dicionário muitos que lá deviam estar, de «mérito e popularidade discutíveis» do ponto de vista nacional, mas de «mérito e popularidade indiscutíveis» do ponto de vista estadual, como é o caso do mineiro José Joaquim de Mendanha para o Rio Grande do Sul, como é o caso de Euclides Fonseca para Pernambuco, de Pedro Jatobá para a Bahia, de Fabiano Lozano para São Paulo, tantos outros. Lamento sua orientação e diria mesmo que, para mim, nunca parecerá «exagerado» dar o maior «desenvolvimento» possível «à contribuição dos músicos nacionais». Mas se trata de mera divergência de orientação que não quer, nem de longe, contribuir para subestimar a notável contribuição à nossa bibliografia que o seu dicionário veio trazer.

Nasceu Vasco Mariz no Rio de Janeiro em 1921. O seu dicionário foi pois, obra de jovem e o primeiro de um carioca. Ingressou

DICIONÁRIOS DE MÚSICA BRASILEIROS

na carreira diplomática em 1945 e fez carreira como cantor, levando à sério sua arte. Hoje está já nos últimos escalões da carreira, mas continua a ser um músico.

No gênero de dicionário bio-bibliográfico que o Dicionário de Vasco Mariz inaugurou, vamos ter mais um, em 1951. apenas três anos depois, desta vez em São Paulo, uma edição do autor impressa na Gráfica Irmãos Vitale. É o «Dicionário bio-bibliográfico de músicos» de autoria de Letícia Pagano.

No prefácio ela informa ter incluído cerca de 3.000 nomes. E pretendia ultrapassar essa cifra na segunda edição que não sei se chegou a vir a lume. Dizendo tratar-se de uma «obra desprezível» com «um rápido esboço da vida dos grandes músicos» desejou que sua leitura representasse «um estímulo para meus alunos e para todos os estudantes da música».

Como não incluiu na bibliografia existente no final do livro nenhum dicionário brasileiro, nem português, temos de concluir que a autora não conhecia o dicionário de Vasco Mariz e assim, a seu modo, fez também obra do pioneirismo.

E por certo ela não usou o mesmo critério de «rigorosa seleção de valores» e vamos encontrar 148 nomes, ou seja, 45 mais do que no dicionário anterior. Mas não são realmente apenas mais 45 nomes de artistas brasileiros músicos porquê dos dicionarizados por Vasco Mariz não figuram mais que 58, havendo assim 90 novos... E ainda assim, com uma larga porcentagem de gente que se valorizou em São Paulo, parece-nos que muitos valores ficaram de fora. Mas não vamos criticar a autora por isso. o que era inevitável, não cabendo esquecer que a obra foi feita sem pretensões.

Sobre a autora só pude apurar, pelas suas próprias palavras, tratar-se de uma professora de música, provavelmente de curso secundário, e, por informações pessoais ter ela, mais tarde, publicado também uma história da música. Alguns verbetes de seu dicionário são verdadeiramente sumários. Duvido que sirvam «para leitura» ou «para estímulo», mas devemos reconhecer e agradecer seu esforço que revela determinação e boa vontade. Deve ter prestado muito bons serviços, para muita gente estudiosa, o seu dicionário»

O gaúcho Luiz Cosme vai dar uma simpática contribuição com um «Dicionário Musical», o oitavo a aparecer no país. publicado 1957 pelo Instituto Nacional do Livro, que sempre me fez lembrar «Lexique» de Georges Migot. que é de 1946. Ambos os livros são feitos por compositores e são assim como que uma apresentação experiência pessoal (muito mais no caso de Migot).

Luiz Cosme diz na «nota preliminar» que julgou «de útil elaboração de um dicionário musical, de cuja falta aliás já se vinham

ressentindo os estudiosos da música», assim como resolveu «incluir também verbetes referentes à arte do ballet» e mais «dedicando igualmente grande atenção à nomenclatura musical brasileira».

Vê-se que essa «nomenclatura musical brasileira» era para ele, especialmente, a referente à música folclórica. Mas não inovou nesse particular pois já o havia feito frei Pedro Sinzig, cujo dicionário aliás ele cita uma vez. Como não traz bibliografia temos de nos basear nas citações feitas para saber quais as suas fontes. Para a música popular foram, em primeiro lugar a obra de Oneyda Alvarenga sobre «Música popular brasileira», cuja primeira edição é de 1947, em segundo lugar vem Renato de Almeida e depois se encontram algumas citações de Luiz da Câmara Cascudo, do Dicionário de Folclore Brasileiro.

O dicionário de Cosme não é grande (137 páginas) e traz exemplos musicais assim como páginas com figuras de instrumentos musicais. Inúmeras vezes ele transcreve também versos de melodias populares.

Luiz Cosme nasceu em Porto Alegre, em 1908, e faleceu no Rio de Janeiro em 1965. depois de prolongada enfermidade, sendo de admirar que esta, tendo lhe roubado as forças físicas nunca conseguiu abater-lhe o ânimo.

Não me parece destinado a fazer uma grande carreira o dicionário de Cosme, mas o que nele se encontra, embora não seja muito, é certamente proveitoso para quem não dispuser de outras obras de consulta.

E vamos agora considerar o nosso nono dicionário musical, o único enciclopédico. É o «Dicionário Enciclopédico da Música e Músicos» de Robert Fux, uma «edição brasileira organizada» por Hansl Koranyi que, nas obras consultadas em português cita o dicionário de Frei Pedro Sinzig, além de outras 10.

O título original é «Kleines Musïc-Lexikon» (em tradução literal «Pequeno Dicionário de Música»), cuja primeira edição, informa o tradutor é de 1940, a ela se tendo seguido mais quatro. A edição brasileira apareceu em São Paulo (Gráfica São José) em 1959. 12 anos após à publicação do dicionário de Frei Pedro. Creio que o livro já foi reimpresso, mas continua na primeira edição. Na orelha da sob re capa lê-se o seguinte:

«Mais de 10.000 *verbetes* / em mais de 10 *idiomas* / (Português, Castelhan, Inglês, Francês, Italiano, Alemão, Latim. Grego, Russo e Árabe) / apresentam mais de 5.000 *anos* / de história de música, com os dados importantes de / mais de / 1.000 *compositores* e *músicos* / e descrevem mais de / 500 *instrumentos* / antigos e modernos, explicando, enfim mais o / 15.000 *termos de música*».

DICIONARIO MUSICAL,

CONTENDO:

- 1.º Todos os vocabulos e phrasas da escripturação musical.
- 2.º Todos os termos technicos da musica desde a sua maior antiguidade.
- 3.º Humna taboa com todas as abreviaturas usadas na escripturação musical e suas palavras correspondentes.
- 4.º A etymologia dos termos athenoz volgares e os synonymos em geral.

Raphael Bello Machado.

*Qui nihil in quod ferimus, vult in gloria
Poesie. L. 3. Feb. 1791.*



RIO DE JANEIRO.

TYPOGRAPHIA FRANCEZA, RUA DE S. JOSÉ, N. 64.

1842.

*chado. o primeiro editado em lingua portu-
guêsa.*

Segundo o autor desta edição brasileira trata-se de um «manual médio», evitando de um lado o tipo do «livro de bolso» e de outro o livro de grande extensão. E é de fato uma «edição brasileira» pelo muito que incluiu do Brasil, quer em palavras usadas na música folclórica, quer quanto a músicos e compositores e outras informações de ordem geral. Traz 277 clichés compreendendo ilustrações diversas, exemplos musicais e fotografias de compositores.

Seu plano abrange duas partes distintas, a primeira um índice, que muito contribui para economizar espaço e facilitar a consulta, a segunda a apresentação dos verbetes propriamente dita. No índice encontramos o nome de 154 músicos brasileiros, havendo dados especiais sobre 70 deles no capítulo intitulado «Breve história da música brasileira». Os outros estão apenas citados.

Sobre Robert Fux colhemos as informações de que estudou direito e ciências políticas na Universidade de Viena. Lecionou História Medieval e História da Música na Universidade de Salzburgo, mas o seu dicionário foi publicado em Zurich, para onde fôra em 1938. Nascido em 1905 em Viena faleceu trágicamente em 1953 por ocasião de uma escalada aos Alpes do Tirol, vítima de uma avalanche.

Sobre o Sr. Hans Koranyi não tenho informações, a não ser a de que foi amigo pessoal de Fux «pelos laços de uma amizade de quase meio-século», isto é, por toda a vida deste, e à possibilidade de verificar, pelo trabalho apresentado, tratar-se de pessoa já identificada com a vida e o meio musicais brasileiros, que lhe permitiram, realmente sanar uma lacuna da bibliografia musical brasileira.

Julgo que este dicionário tem virtudes para fazer, e certamente já está fazendo, uma boa carreira entre nós.

E eis-nos agora face ao último dicionário musical publicado no Brasil. É o último e é o primeiro a versar música não erudita. Intitula-se «Dicionário biográfico de música popular» e é seu autor o Sr. Sylvio Tullio Cardoso. Apareceu no Rio de Janeiro em 1965, em edição do autor.

Na introdução ele diz que pretendeu suprir uma lacuna e que seu trabalho é um «passo inicial» para «a obra definitiva» que virá depois.

O livro está dividido em duas partes, a primeira dedicada a «artistas nacionais», a segunda a «artistas internacionais». Na parte nacional existem 517 verbetes, incluindo compositores, instrumentistas, cantores, conjuntos e letristas (assim chama o autor os que só fazer a letra). Não está ainda aceita em nossos dicionários a palavra «letrista», mas é de uso corrente entre os cultores de nossa música popular.

Sylvio Tullio Cardoso nasceu no Rio de Janeiro em 1924 e faleceu na mesma cidade em 1967. Foi jornalista e crítico de discos

de música popular. Daí o ter baseado a sua obra, especialmente, no disco.

Enriqueceu o livro com inúmeras páginas apresentando fotografias dos artistas dicionarizados. Penso que deveria ter desdobrado em dois o seu volume, um para os brasileiros e outro para os de outras nacionalidades («artistas internacionais» não é denominação bem adequada, pois também os brasileiros podem ser internacionais).

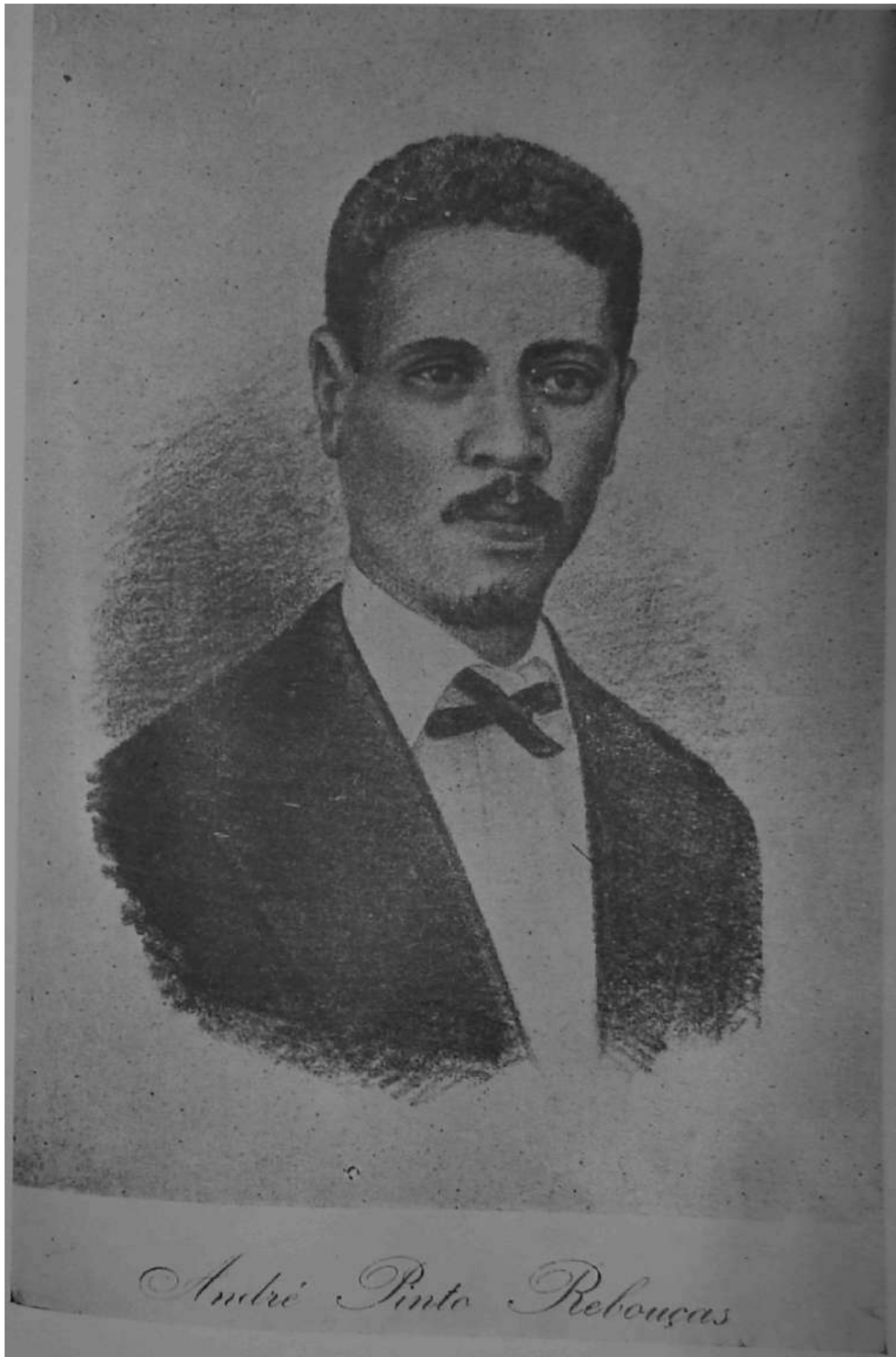
Como se vê também este dicionário é obra pioneira entre nós, e só pode merecer encômios de quantos se interessam por música, especialmente pela música brasileira.

POSLÚDIO

Para terminar oferecemos a relação cronológica dos dicionários musicais brasileiros acima mencionados:

- 1 — *Dicionário Musical* — MACHADO (RAPHAEL COELHO) — 1ª ed. 1842, 2ª ed. 1855. 3ª ed. 1888 — Rio de Janeiro. Existem edições posteriores.
- 2 — *Dicionário Musical* — NEWTON (ISAAC) — 1ª ed. — Maceió — 1904 (autor brasileiro).
- 3 — *Vocabulário Musical* — SILVA (J. B. FERREIRA DA) — 1ª ed. — 1921 — Rio de Janeiro (autor brasileiro).
- 4 — *Terminologia Musical* — BENEDICTIS (SAVINO DE) — 1ª ed. — 1941 — São Paulo.
- 5 — *Dicionário Musical* — SINZIG (FREI PEDRO) — 1º ed. — 1947, 2ª ed. 1959 — Rio de Janeiro.
- 6 — *Dicionário Bio-Bibliográfico Musical* — MARIZ (VASCO) — 1ª ed. — 1948 — Rio de Janeiro (autor brasileiro).
- 7 — *Dicionário Bio-Bibliográfico de Músicos* — PÁG ANO (LE-TÍCIA) — 1ª ed. — 1951 — São Paulo (autora brasileira).
- 8 — *Dicionário Musical* — COSME (Luiz) — 1ª ed. — 1957 — Rio de Janeiro (autor brasileiro).
- 9 — *Dicionário Enciclopédico da Música e Músicos* -- Fux (ROBERT) e KORANYI (HANS) - 1ª Cd. — 1959 — São Paulo.
- 10 — *Dicionário Biográfico de Música Popular* — CARDOSO (SYLVIO TULLIO) - 1ª ed. - - 1965 - Rio de Janeiro (autor brasileiro).

ciências **humanas**



André Pinto Rebouças

Chuviscos à noite; dia e tarde escuros e ventosos

Temperatura de 3° - 6° centigrados

5^h - Acordar, Toilette, Banho, Desporto, Balanço &

7^h - Respondo à Carta de Carlos Gomez de 15
Janeiro em Milão, annuenciando que em Maio
entregarei ao Editor Ricordi a obra - *Lo Schiavo*

10^h - No Escriptorio do amigo Charles Necta conti-
nuando os trabalhos sobre a Estrada de Ferro
Conde d'Eu - Posto e Ramal de Cadedello -
& Companhia para Melhoramento das Rodas do Brasil

3^h - Na Legação Brasileira com o amigo Joaquim
Tabuco, Secretario Consoa, e addido Henrique
de Miranda.

4^h - Em Queen Ann's Mansions com o conigo J. C.
Rodrigues

6^h - Jantares no Restaurant Blanchard com o
recomendado Alexandre de Oliveira Monteiro.

*Página do <Diário> de André Rebouças
escrito em Londres em 1883, existente
tituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

18^o Aniversario de fallecimiento de madre por May A Caplina Pinto Rebouças
1883 21 Days

29 MONDAY (148-217)

148
May

Chuva a noite; fortes aguaceiros pela manhã; sem nu-
de Sol ora de vento de chuva; tarde secas e humida -

- 5^h - Temperatura das 5^h p^m 27^o e Centigrados -
e acordar, toilette, Banha, Oração, Balação &
- 7^h - Quando para a Revista de Invenções e outros - Utição de
das Matérias dos Egípcios - escrito em 1879 para a
Revista Industrial - He escrito de J. C. Rodrigues, em New-York
- 8^h - Continuando o Recurso Antichimico até 8 Maio 1876,
em que foi collocado o ultimo voto da Comissão de Amoyon
No. 57 das Leis de M. F. de S. O.
- 9^h - A la Escola de Tarte com fim de Instrução e Fr. Chapp, tendo
o arbol - Frutas e Fructos com Escavos -
- 10^h - A la Typographia Alina, vendo mais de um - Agricultura
Nacional e Libros de Comercio
- 10^h - A la Gabinete de Leis e - e outros assuntos de - e -
A la Revue de Agosto - e outros - e -
Novo - Mundo de - e -
- 12^h - Na Club de Invenção, com o fim de - e -
J. de Carvalho, B. de - e -
de Invenção e da Typographia de J. de - e -
- 2^h - De volta ao Hotel da Rua - e -
- 3^h - Continua o Recurso Antichimico até 10 de
Julho de 1876

Página do «Diário» de André Rebouças
escrito em Londres em 1883. existente
no *Histórico e Geográfico Brasileiro*.

3^o Aniversario de fallecimiento de meu sobrinho Pay 170
1883 30 Days @ Cambridge Antonio Pereira Rebouças June
19 TUESDAY (170-188)

Cambridge commencement Venus Saturno
Luar cumulado; Marte, Venus e Saturno muito proximos (30)
nuvens pela manhã; dia de Sol; tarde clara

Temperatura de 19^o7 - 26^o3 centigrados.

- 5^h - Acordar, Toilette, Banho, Dracô, Balancete &
7^h - Recordando e apurando a 29^a Lição de Ingresso
8^h - Na Capella Imperial, ouvindo Missa pelo 3^o
aniversario de fallecimento de meu bom Pay; foi
regada pelo Padre Andre' Mutun, antiga dividade
de familia da Bahia
9^h - Deu a 29^a Lição na Escola Polytechnica -
11^h - Na Gazeta da Tarde entregando aos Jôes de Redacção
entregando-lhes o 9^o artigo da Seiv - Abolição
Immediata e Sem Indemnisação IX -
11^h - Na Typographia Aldina accelerando a impressao
do Livro Agricultura Nacional - Estados
Economicos - Jôrnal prompto até a pg 96 p
12^h - De volta ao Hotel da Villa Regia, em Sta. Inez
2^h - Continuando o Resumo Autobiographico até 7 de
Outubro de 1878.
5^h - Na Gazeta da Tarde, em sessão do Conselho da
Confederação Abolicionista, com os amigos Miguel
Antonio Dias e José Fa. Clapp.

*Página do Diário de André Rebouças,
escrita em Londres em 1883, existente no Ins-
tituto Histórica e Geografico Brasileiro.*

O Diário de André Rebouças

RACHEL DE QUEIROZ

ANDEI esta semana relendo o Diário e as Notas Autobiográficas de André Rebouças (seleção de Ana Flora e Inácio José Veríssimo) publicado faz mais de trinta anos, em 1938, pela nossa José Olímpio, justamente no centenário de nascimento do grande engenheiro, pessoa de minha especial predileção entre as figuras maiores do 2.º reinado. E tal leitura deixou-me cada vez mais convencida de que o ambiente onde vive tem muito mais importância para o indivíduo, do que as características de raça, côr, etc., que traga do sangue. André Rebouças, negro de pele, cabelo e feições, era na verdade o menos «negro» dos homens — quer nas más, que nas boas qualidades que tradicionalmente se atribuem aos negros. Era de espírito e coração um europeu, como o era toda a elite brasileira, no reinado de D. Pedro II; europeu até naquele desmedido amor ao Brasil, que ele porém idolatrava como uma entidade ideal e incorpórea, detestando ao mesmo tempo a vida que se vivia aqui, o trato dos homens públicos com os quais era obrigado a lidar, a política que aqui se fazia. Pura reação de romântico, leitor de Lamartine e Victor Hugo, amador apaixonado de óperas. (Note-se que, da melomania operística nasceu uma das grandes amizades da vida de Rebouças, sua amizade com Carlos Gomes; foi Rebouças um dos primeiros a descobrir e celebrar o maestro; com ele conviveu intimamente, durante sua estada na Itália, em 1872/73; ajudou-o o mais que pôde, durante a vida inteira, admirou-o e o estimou profundamente, até à morte).

Sim, Rebouças amava com exaltação e transportes românticos, um Brasil que propriamente não existia; por amor desse Brasil deixou tudo e foi alistar-se para guerrear no Paraguai. E justamente o episódio do Paraguai faz ressaltar, logo ao começo do Diário, a ambivalência dos sentimentos de Rebouças em relação à sua terra: q apaixonado patriotismo que não lhe permitia ver correr sangue de brasileiros sem lhe acrescentar também o seu; — e simultaneamente

o seu desgosto, a sua cólera, quase o seu nojo, por aquela guerra pela desídia, incapacidade e despreparo dos que o dirigiam, pelo personalismo criminoso desses chefes, que em patéticos e revoltados comentários, nunca poupa.

Outro traço singular e contraditório de André Rebouças, é que ele, o negro, o abolicionista dedicado, não se rebelava abertamente contra o preconceito de côr. Na sua viagem aos Estados Unidos (1873) é ele diariamente recusado e humilhado, sendo-lhe negada entrada nos hotéis, nos restaurantes, nos bufês ferroviários, vendo-se na contingência de passar dias inteiros sem se alimentar «por culpa do prejuízo de côr». Mas nem uma vez, no Diário, André mostra cólera ou revolta contra essa discriminação. Ao contrário, anota o fato sem comentários, quase com displicência, quase se diria com espírito esportivo. Ao registrar a ocorrência de que não pôde entrar no hotel ou comer na estação, escreve com a mesma objetividade tranqüila com que diariamente registra o tempo — se chove, cai neve, ou faz sol. A discriminação não o faz ver os Estados Unidos com maus olhos, sequer lhe diminui a admiração pela terra e seus homens e pela sua já notável civilização técnica. Será essa atitude do nosso grande negro pura humildade cristã e resignação — ou será antes que o Rebouças, de formação européia, impregnado dos preconceitos do homem branco, prevalecia contra o Rebouças negro, cuja revolta seria natural e de esperar ante a brutalidade da «linha de côr»? Afinal, ele era monarquista, acreditava em sangue azul, tinha que defender os privilégios aristocráticos e, assim, tudo o levava a tratar os preconceitos de côr dos americanos como simples «excentricidade» local? No fundo, talvez ele aceitasse o preconceito — abrindo apenas exceção para si e para os como ele — que pelo valor pessoal venciam a barreira da raça. Aliás, em nenhum trecho do Diário emprega, em relação a si próprio, a palavra «negro», como o fazia com tanta freqüência José do Patrocínio; falando de si e do irmão, diz certa vez «somos mulatos», e outra vez repete o «mulato» em relação a si mesmo. Mais tarde, no exílio, refere-se algumas vezes ao seu «coração africano». Note-se que a família Rebouças tinha escravos, e já foi durante o auge da campanha abolicionista que André anota no Diário: «Libertei com meu pai os três últimos escravos que possuíamos. Roque, Julia e Emília», Rebouças foi abolicionista dedicado, em certo período até apaixonado, — mesmo porque ele nada sabia fazer sem paixão. Mas foi de certo modo um abolicionista tardio: — só em abril de 1870, aos 32 anos de idade, começou estudos e leituras para «trabalhos abolicionistas». Foi abolicionista por imperativo de sua consciência de homem civilizado, e bem pensante, homem de idéias liberais. Como o foram Nabuco, Taunay, tantos outros dos seus amigos brancos, fidalgos e companheiros de ideal. Não mostra Rebouças especiais afinidades com Patrocínio, embora chegassem a ser amigos, além

companheiros de causa, e durante a campanha — em maio de 86 — ter servido André como padrinho de batismo a José do Patrocínio Filho.

Patrocínio, esse sim, foi abolicionista principalmente e acima de tudo porque era negro. Aliás, sejamos justos: Patrocínio trazia ainda na carne viva o estigma da escravidão: era filho de cativa negra, que jamais foi a companheira do padre que a levava da senzala para a sua cama; e o menino, filho dessa relação casual e puramente carnal, só teve do pai um reconhecimento muitíssimo precário. Já Rebouças, era filho de uma família de côr, oriunda da Bahia, onde a raça negra sempre manteve uma espécie de aristocracia subterrânea, que transcendia das humilhações do cativo. Sua mãe era uma senhora casada, venerada rainha do lar. Seus tios eram homens ilustres, educados na Europa. Seu pai (de quem Rebouças muito se orgulhava) foi parlamentar, era advogado, muito bem recebido na sociedade da Corte, e usava o título de Conselheiro; fez com que os filhos estudassem na Europa, como já o fizera anteriormente com os dois irmãos. Os Rebouças eram o tipo da família burguesa segundo os moldes do século XIX, onde tudo era igual aos brancos, sendo a côr apenas um acidente. Os «velhos amigos da família», aos quais freqüentemente Rebouças se refere, com muita naturalidade e sem nenhum snobismo, são barões, condes, fidalgos e notáveis da alta sociedade, no Rio imperial.

Contraditório nas suas atitudes em relação ao preconceito de côr e ao cativo. André Rebouças apresentava outra contradição importante na sua personalidade, a provar que ele mesmo um «sonhador de sonhos», um extremado romântico — e essa foi a sua atitude para com a Casa Imperial. Nos seus primeiros anos de vida, eram constantes e evidentes as reservas que fazia em relação a D. Pedro II. Inúmeras vezes se queixa de injustiças do Imperador, contra si ou contra outrem, de «esquecimentos», de promessas não cumpridas. Não se sente em Rebouças, na primeira parte do Diário, nem mesmo durante a campanha abolicionista, nenhum entusiasmo especial pela monarquia e pelo monarca. Freqüentemente escreve comentários acerbos sobre príncipes («Reis! Reis!» é como termina magoadamente um período em que trata das injustiças feitas aos filhos e viúva de seu querido irmão Antônio). Ou mais tarde, em Portugal, visitando o castelo real da Penna, erguido com grandes dificuldades para satisfazer a um capricho de D. Fernando (viúvo de D. Maria II?) diz Rebouças: «... tem-se realmente dor, que ainda em 1870, os povos suem para satisfazer os caprichos dos reis». Outro traço significativo do desamor de Rebouças a D. Pedro II, é que desde 1887, passa a chamar a Princesa Isabel de «Isabel I», como se o Imperador já estivesse morto. Aliás, a 21 de setembro de 1888 (qua-

tro meses após a Abolição) lê-se no Diário uma nota lacônica, que explica muito: «Primeiro encontro com o Imperador, *depois do conflito* do Caminho de Ferro do Paraná e da campanha da Abolição». .. Recomendou-me que guiasse seu neto engenheiro e meu ex-discípulo para o trabalho. «Está muito palaciano!!» frase incompreensível para um príncipe». Mais adiante, a 27 de dezembro de 88, outra nota significativa: «Tristíssima conversação com o Príncipe Engenheiro — Narra-nos as intrigas para abdicação do Imperador; para casá-lo e impedir sua volta ao Brasil e um sem número de misérias que me reforçaram a convicção de quanto é infeliz a sorte dos reis e dos príncipes!»

O amor de Rebouças pelo Imperador cresceu e floriu depois da campanha da Abolição (durante a qual estiveram afastados); regressava o Imperador daquela viagem à Europa, onde sofrerá gravíssima crise de saúde; e nessa ausência do pai, a Princesa Isabel, como Regente, assinara a lei de 13 de maio. D. Pedro viera convalescer nos bons ares do Paço de Petrópolis e era em Petrópolis que morava então Rebouças, a conselho médico. Viam-se assim. Rebouças e o Imperador quase diariamente, quer nas visitas daquele ao filho órfão de D. Leopoldina, D. Pedro Augusto, junto de quem funcionava como espécie de aio ou tutor benévolo e ao qual, curiosamente sempre se refere como «príncipe engenheiro»; quer nos encontros obrigatórios e quase diários à Estação ferroviária, quando ambos desciam para o Rio.

Mas embora esse convívio constante a «paixão imperial» de Rebouças só foi se desencadear realmente suscitada pela crise de 15 de novembro de 89, — a proclamação da República, a deposição, o banimento, a tragédia. Seduziu o coração do grande romântico a figura do nobre velho de barbas brancas, derrubado do trono, tangido da sua terra, proscrito como um rei Lear. Foi então que a sua dedicação ao monarca sem coroa atingiu uma exaltação quase mística, uma paixão fervente que nada tinha mais da reverência muito moderada e do olhar lúcido e crítico que marcava sua atitude anterior.

No exílio, com a morte do Imperador é que se inicia o período realmente extraordinário da vida de Rebouças. Pois sem meios de viver na Europa, já que seus haveres, reunidos no Brasil, derretiam-se ao converter-se em libras esterlinas àquele câmbio vil de após república, -- resolveu nosso herói ir viver — onde? na África!

* * *

A resolução de partir para a África tomou-a Rebouças já sob a influência daquela espécie de socialismo místico de que se abeberava em Tolstoi: uma religiosidade intensa, baseada na renúncia e na pobreza, o desprezo pelas grandezas do mundo e pelos prazeres da carne. Guerra à propriedade, ou antes ao latifúndio, pois que a pequena propriedade sempre a considerou solução cristã e fecunda para resolver o problema das grandes massas camponesas.

Assim, foi André, para a África. Já que no Brasil se rava um banido, (provavelmente sem razão, pois que outros, mais comprometidos do que ele com a monarquia, viviam tranqüi e bem remunerados sob o nôvo regime), — ia procurar «o confine mártir», que lhe representava a outra metade da sua herança racial. Por intermédio de um poderoso amigo português, obteve passagei num navio que o levou passando pelo Canal de Suez, à África Oriental Portuguesa, deixando-o em Moçambique.

Apaixonara-se Rebouças, nessa época, por um singular slogan: «*Vamos vestir 300 milhões de negros!*» A gente se pergunta: Porque *vestir*? Será que o *vestir* representava para ele o civilizar, o evangelizar, o libertar, o transformar a explorada, a obscura e bárbara massa negra em gente livre e progressista, igual à européia, igual àqueles anglo-saxões que ele admirava tanto? É de esperar que sim, sendo Rebouças quem era. Pois que a idéia de simplesmente *vestir* aqueles nus parece absurdamente futil e primária.

Contudo, uma vez na África, aparentemente não *se* entregou Rebouças a nenhum programa de evangelização, quer religiosa, quer social ou política. Sua demora nas colônias portuguesas foi mínima. E nas cartas aos amigos, que são os únicos documentos que temos desse período em diante, jamais faz qualquer referência aos negros ou aos seus problemas. Não se refere a contatos com nativos, nem mesmo qualquer interesse, sequer literário, pelo drama africano. Só em julho de 93, já prestes a deixar a África, em carta ao amigo Rangel da Costa, faz uma curta referência a negros, no meio de uma feroz catilinária contra os «asiáticos amarelos» que esse discípulo de Tosloï, fugindo à sua doutrina de compaixão e amor ao próximo, parece odiar estranhamente:

«O Africano é simplesmente um homem por civilizar; mas o Chin, o coolie, o proletário asiático é um ené corrupto e depravado, durante milhares de anos, pela escravidão, pela embriaguez, f/elo ópio e pela ferocidade oriental, é um ser incivilizável, resistente e refractário a todo progresso; corrompendo a sociedade, que o admite em seu seio, em lugar de aperfeiçoar-se». Onde e quando terá tido Rebouças alguma experiência com emigrantes chineses, para lhes dedicar tal aversão? Talvez na própria África? Ou terá obtido essas *informações* dos seus amigos americanos, que sempre receberam mal, desprezaram e maltrataram os emigrantes chineses?

Outro ponto curioso e contraditório é que Rebouças, lá da África, mais de uma vez faz elogios ao sistema colonial inglês.

De qualquer forma, o continente mártir não representou para Rebouças a fonte de labor e inspiração que ele esperara. Mormente a África dos portugueses, onde ele depressa se deve ter desenganado de qualquer possibilidade de trabalho, pois entre Moçambique, Quilimane, Beira, Inhambone e Lourenço Marques, passou ao todo menos

de dois meses, de abril a maio de 1892. Da África Portuguesa parte o brasileiro para um país onde o negro que ele era deveria ter medo de chegar, mas onde o «europeu» que ele era também poderia ter esperanças de encontrar o que deveria estar a lhes fazer muita falta: civilização. E assim embarcou de Lourenço Marques para o Transvaal. África do Sul. Lá vive sucessivamente em Barbeton, até setembro; vai depois para King William Town, e para Queenstown onde fica até julho de 1893. Abandona, então definitivamente a África. Embarca para Ilha da Madeira, onde subsiste com grande dificuldade e mesmo penúria; em Funchal reside até sua morte. Doente, muito pobre, desiludido, tudo faz crer que se tenha suicidado. Certa manhã, bem cedo, seu corpo foi encontrado «debaixo de uma rocha íngreme e alta de 60 metros, em frente ao Hotel onde vivia.»

É de lamentar que, aparentemente os organizadores do Diário tenham levado a extremos os seus cuidados puritanos, expurgando o Diário de qualquer referência de ordem sentimental. Nessas notas, iniciadas quando Rebouças tinha apenas 27 anos, e nas quais falava sobre quaisquer outros assuntos com despreocupada franqueza, não se lê não só a menor referência sentimental, não aparece nelas sequer um único nome de mulher.

Ou estaremos acusando injustamente os organizadores do Diário e o excesso puritano tenha partido do próprio Rebouças, que espontaneamente fez a censura? Talvez a sua condição de homem de côr, embora bem recebido e bem tratado a todos os outros respeitos na sociedade imperial, lhe traçasse um limite intransponível, no que se referisse a ligações sentimentais dentro do mundo que freqüentava. E só lhe fossem permitidos amores com mulheres de baixa condição, que o envergonhavam.

Porém, o irmão Antônio, mais escuro e menos famoso e bem relacionado do que ele, casou com moça de boa família. Patrocínio, muitíssimo mais perto da senzala do que os Rebouças, desposou moça branca, filha de gente bem. Os organizadores do Diário não dão resposta a essas interrogações, que talvez estejam explicadas na parte omitida da publicação. Como também não explicam o total afastamento do mano José, depois do «banimento» do irmão mais velho, — aquele Jucá a quem André mostrava tanto carinho e a quem dedicara tanto tempo, ministrando-lhe aulas de línguas e matemática. Teriam rompido, os dois irmãos?

Ignoro se depois de 1938, o Diário e a Correspondência de André Rebouças foram publicados na íntegra; se o não foram é uma pena, uma lacuna que merece reparo sem demora.

A Biblioteca do Imperador

HÉLIO VIANNA

NÃO se ignora que um dos maiores benefícios da estada da Corte Portuguesa no Brasil foi a transformação da Biblioteca Real, particular, em pública, a partir de 1814, por determinação do benemérito Príncipe-Regente D. João.

Enriquecida por aquisições como a da Livraria do culto Ministro Conde da Barca (Antônio de Araújo de Azevedo), falecido em 1817. no Rio de Janeiro a deixou D. João VI quando, em 1821, voltou para Portugal.

Transformada, com a Independência, em Biblioteca Imperial e Pública, depois, como até hoje. Nacional, bem valeu as libras esterlinas por ela pagas, de acordo com a Convenção Adicional ao Tratado de Reconhecimento, de 1825.

LIVROS E MANUSCRITOS DE D. PEDRO I E DA IMPERATRIZ D. LEOPOLDINA

Embora não fosse o que se diz um *letrado*, naturalmente possuiu livros o inteligente e sempre curioso e ativo D. Pedro I. Provavelmente mais do que de, a estudiosa Imperatriz D. Leopoldina. Procedem do primeiro Imperador do Brasil, por exemplo, as coleções de jornais de seu tempo, hoje pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Seriam estas as bases da maior Biblioteca Particular no Brasil reunida no século passado, a do Imperador D. Pedro II. Aliás uma das maiores, dentre as até agora reunidas por brasileiros. No caso, o que também é considerado o mais eminente.

Antes de deixar seu pai o Brasil, depois da Abdicação ao Trono, em abril de 1831, ainda a bordo da nau inglesa Warspife, redigiu disposições relativas aos bens que aqui possuía e deixava, ou desejava que fossem enviados à Europa, para onde se retirava.

Uma de suas notas manuscritas, nessa ocasião redigidas, hoje no Arquivo do Museu Imperial, de Petrópolis, expressamente mencionou:

«Lípros do Imperador — livros que ficaram em mão do Peçanha, sobre contas do Barbacena. — Todos os livros e pastas que existem nos dois armários do Gabinete antigo. — Todos os livros e mapas existentes, quer no meu quarto, quer na Biblioteca, bem como os grandes livros encadernados em papelão côr de rosa, com estampas de anti-güidades, etc. — Livros, desenhos, mapas completos, que estiverem na Biblioteca» (1) .

Se não podemos saber se foram remetidos para França, depois para Portugal, todos os livros, mapas e manuscritos citados, pelo menos sabemos que estes últimos o foram. Pois so voltaram ao Brasil, enviados a D. Pedro II por ordem de sua madrastra, a Imperatriz-Viúva D. Amélia, Duquesa de Bragança, depois da morte desta, em Lisboa, 1873 (2). Não é, portanto, exata, a informação de fonte diplomática, imprecisamente indicada por Tobias Monteiro, de que D. Pedro, nos últimos dias em que permaneceu a bordo, no porto do Rio de Janeiro, «não deu nenhum cuidado aos seus papéis e deixou em São Cristóvão grande número que poderia comprometer muita gente» (3).

Além desses livros pertencentes ao primeiro Imperador, e que teriam ficado no Palácio da Quinta da Boa Vista, outros, que pertenceram à falecida Imperatriz D. Leopoldina, figuraram entre os que passaram ao filho e herdeiro de ambos, D. Pedro II. Sabe-se que sua mãe, relativamente culta, para a época, interessava-se por estudos de História Natural. Adquiria livros, conforme contas de livreiros, que se guardam no Arquivo da Família Imperial, em Petrópolis. Um deles, o francês Pedro Plancher, fundador do *Espectador Brasileiro*, de 1824. e do *Jornal do Comerção*, de 1827 (4). E cópias manuscritas de obras raras, feitas e vendidas por José Maria de Andrade Cardoso(5). Bibliotecário da Imperatriz foi seu patrício Roque Schfich, pai do brasileiro Barão de Capanema. No Paço de São Cristóvão, sua Livraria

(1) Documento catalogado em II-POB. 1831. Fam. do. 1-42, no Arquivo do Museu Imperial.

(2) HELIO VIANNA — "A crise ministerial de 1830 — preliminar da Abdicação de D. Pedro I". em *D. Pedro I e D. Pedro II — Acréscimos às suas Biografias* (São Paulo. 1966). pág. 65, "D. Amélia e o Arquivo de D. Pedro I", Folhetim do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 3 de outubro de 1969.

(3) TOBIAS MONTEIRO — *História do Império — O Primeiro Reinado*, tomo II (Rio. 1946). pág. 344.

(4) Helio VIANNA — "Novos documentos sobre o Fundador do *Jornal do Comércio*", no mesmo Jornal, de 13 de março de 1960.

(5) HELIO VIANNA — "História de um folheto celebre (II)". Folhetim do *Jornal do Comércio*, de 6 de outubro de 1961; "Um famoso panfleto de 1821 . nos Capítulos de *História Luso-Brasileira*, ed. da Academia Português» da Hiitorlo (Lisboa. 1968). págs. 271/273.

A BIBLIOTECA DO IMPERADOR

se guardava em sala especial, conforme esclarecimento do bisneto, o Príncipe D. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha (6).

NAS REGÊNCIAS

Durante as Regências da Menoridade de D. Pedro II, encarnar-se-iam da aquisição de livros destinados à sua educação, e das irmãs que permaneceram no Brasil, os respectivos professores e Preceptor, o carmelita Frei Pedro de Santa Mariana, depois Bispo de Crisópolis. Todos sob a direção dos Tutores das imperiais crianças, o Conselheiro José Bonifácio de Andrade e Silva, apenas de 1831 a 1833. o Marquês de Itanhaém, até 1840 (7).

Não é impossível que ao tempo da segunda Regência Una. a de Pedro de Araújo Lima, depois Marquês de Olinda, tenha sido tentada a compra, para o Palácio de São Cristóvão, da boa Biblioteca que em São João d'El-Rei havia reunido o então Deputado mineiro Batista Caetano de Almeida (1797/1839). É o que depreendemos de carta do competente advogado da Casa Imperial, o ex-sacerdote Caetano Alberto Soares, dirigida ao respectivo Mordomo, Paulo Barbosa da Silva. Na qual foi sugerido o seguinte texto, que pode referir-se àquela venda: «Para evitar todo o motivo de reclamação, o Mordomo da Casa Imperial, ou a pessoa por ele autorizada, assine termo em juízo, com o suplicante, para estar pela avaliação que fizer o Árbitro ou Árbitros, nomeado pelo Juiz, a quem para isso fôr requerido, sem que na nomeação concorram os interessados» (8). Talvez a morte de Batista Caetano, ou outros motivos, tenham obstado essa compra. Permaneceu naquela cidade a referida Biblioteca, agora em vias de ter sede adequada, a ser construída pela Prefeitura Municipal, sua proprietária (9).

Em contas de despesas com a educação de D. Pedro II e suas irmãs D. Januária e D. Francisca (depois Condessa d'Áquila e Princesa de Joinville, respectivamente), de 30 de junho de 1840. portanto às vésperas da antecipação da Maioridade do Imperador, competiam a livros de História Natural — 722\$000; a volumes de Ciências e Belas-Letras (*sic*) — 640\$000; a Dicionários de Línguas e Botânica — 324\$000 (10).

(6) HÉLIO VIANNA — "As Belas-Artes nos Paços Imperiais", no boletim *Cultura*, do Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, nº 8, de fevereiro de 1968. pág. 46.

(7) ALBERTO RANGEL — *A Educação do Príncipe* (Rio. 1945), passim.

(8) Original na "Correspondência de Autoridades com a Mordomia da Casa Imperial", pertencente ao Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans-Bragança, gemilmente posta a nossa disposição.

(9) Conforme nosso parecer no Conselho Federal de Cultura, publicado em seu boletim *Cultura*, cit., nº 5, de novembro de 1967. págs. 84/85.

(10) ALBERTO RANGEL — op. cit., pág. 247.

HÉLIO VIANNA

DEPOIS DA MAIORIDADE

Elevado ao Trono aos quatorze anos e meio de idade, continuou D. Pedro II sua preparação cultural, quase como auto-didata, embora ainda continuasse a ouvir antigos professores, como Cândido José de Araújo Viana (depois Visconde e Marquês de Sapucaí) e Felix-Emílio Taunay (Barão de Taunay).

Para a aquisição de livros no exterior, servia-se do Ministério dos Negócios Estrangeiros e de nossos representantes em Paris, como provam cópias de ofícios do primeiro titular dessa pasta, em seu efetivo Reinado. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois Visconde de Sepetiba, que se guardam na Seção de Manuscritos da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional (11).

Continuou, portanto, o Imperador a estudar, depois de entrar no exercício de suas funções majestáticas, embora sem a regularidade a que antes estava sujeito. Assim, em seu primeiro *Diário* conhecido, datado de 27 de agosto de 1840, há referência a sua ida à «casa das lições» (12). No seguinte, relativo aos festejos de seu 15º aniversário, de 2/5 de dezembro do mesmo ano, assinalou ter-lhe lido trecho da *Vida dos Ilustres Contemporâneos*, o Dr. Tomás Gomes dos Santos. Até o fim de sua vida, como atestam os *Diários* de 1890/1891, manteve o costume de ouvir leituras (13).

Já a 23 de julho de 1842, segundo aniversário de sua Maioridade, em resposta ao discurso do representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, declarou D. Pedro II, em seu *Diário íntimo*: «Amigo dos livros, protegê-lo-ei sempre» (14). Promessa que integralmente cumpriu.

Pensionista e correspondente do Imperador em Paris, nos primeiros tempos de seu longo Reinado, foi o Dr. Caetano Lopes de Moura, antigo médico de Exércitos napoleônicos, autor das *Harmonias da Criação*. Informava-o das novidades literárias: para ele copiava, nas Bibliotecas, trabalhos interessantes ao Brasil. Foi quem descreveu e enviou, em 1847/1848, cópias de mapas de *Atlas* da então Biblioteca Real francesa, hoje Nacional, de autoria do «cosmógrafo» português

(11) HÉLIO VIANNA — "Visconde de Sepetiba", separata de *Centenário de Petrópolis — Trabalhos da Comissão*, vol. VII (Petrópolis, 1943), pág. 156, nota 98; nos *Estudos de História Imperial* (S. Paulo, 1950), pág. 87, nota 98.

(12) HÉLIO VIANNA — "Primeiros Diários de D. Pedro II (1840 e 1842)", em *D. Pedro I e D. Pedro II*, cit., pág. 113.

(13) Idem, pág. 119 e nota 38; "Diários do Exílio de D. Pedro II (1889/1891)", idem, págs. 286, 276.

(14) Idem, "Primeiros Diários de D. Pedro II (1840 e 1842)", pág. 125.

A BIBLIOTECA DO IMPERADOR

João Teixeira Albernaz. Depois de tanto interesse para a solução questão de limites do Amapá, com a Guiana Francesa (15).

Do mesmo «cosmógrafo» são os mapas do *Livro que dá Razão de Estado do Brasil* de autoria do Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno, precioso códice desde 1855 depositado por D. Pedro II no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (16).

Ainda em 1854, de Paris mandou um pacote de livros ao Imperador] o Dr. Caetano Lopes de Moura, conforme carta que se guarda no Arquivo da Mordomia da Casa Imperial, hoje pertencente ao Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans-Bragança, bisneto de D. Pedro II.

Do ano seguinte, 1855, há um curioso depoimento sobre a remessa, não só de livros e mapas destinados à Biblioteca do Imperador, como de amostras de minerais. Trata-se de um ofício do Cônsul-Geral do Brasil em Dresde, o prussiano que aqui já residira, João Diogo Sturz (17), dirigido ao Mordomo da Casa Imperial.

De acordo com seus termos, enviara ele, pelo porto de Hamburgo, três caixas contendo minerais (Formação carvoeira, amostras de linho e de minério de ferro), uma com mapas e libros (sic). Quanto a estes, em singular redação recomendava que deveriam ser entregues «tais quais», mormente os *libros*, folhetos e Circulares impressas, «ao I.S. Bibliotecário de Sua Majestade o Imperador (18), com a sugestão, da minha parte, da grande conveniência do mesmo Sr. Bibliotecário abster-se de abrir estas caixas, ou quaisquer outros embrulhos de livros, folhetos ou outros impressos por este Consulado endereçados à Biblio-

(15) HÉLIO VIANNA — "Análise cartográfica", na "Introdução" à edição crítica do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil — 1612*", do Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno (Recife, 1958), págs. 74/76.

A propósito do Dr. Caetano Lopes de Moura, pode ser registrado que D. Pedro II sempre pagou a conservação de seu túmulo, no Cemitério du Père Lachaise, em Paris, conforme contas da Legação do Brasil em França, em sua Correspondência com a Mordomia da Casa Imperial.

(16) Além do texto, anotado, do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, mencionado na nota 15, acima, em edição comemorativa do Tricentenário da Restauração Pernambucana, de 1954, — deve ser mencionada a edição fac-similar da mesma obra, com os mapas, em 1968 realizada pelo Instituto Nacional do Livro, do Rio de Janeiro, em comemoração do Quinto Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral. Contém "Notícia Histórico-Bibliográfica" e legendas dos mapas, pelo Capitão-de-Fragata Max Justo Guedes.

(17) Sturz já estava no Brasil em 1824; veio da Inglaterra em 1836. (Conforme os *Registros de Estrangeiros*, de 1823 a 1830 e de 1831/1839, publicados pelo Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro, em 1961 e 1962, págs. 222 e 482 respectivamente. Foi Consul-Geral do Brasil na Prússia, a partir de 1843, conforme consta dos *Relatórios dos Ministros dos Negócios Estrangeiros*: no *Almanaque de* itumti Encarregado da Biblioteca Particular de Sua Majestade n

teca Imperial, senão *na presença de Sua Majestade o Imperador*, pois consta-me que assim não aconteça *{sic}*, o que me parece ser muito contrário ao desejo presumível de S. M. o Imperador, sendo mui decerto contrário ao meu, por experiências feitas já em anos anteriores, e até ainda no tempo da Menoridade de Sua Majestade, — quanto *(sic)*, não somente o Sr. Bibliotecário, mas ainda outras pessoas do Paço, ar roga ram de si *{sic}* a autoridade de críticos das obras que deviam ou não deviam ser entregues a S. M. o Imperador. — Na certeza de que V. Excia., achando razoável o meu petitório, pelo qual eu, ao menos daqui por diante me quisera segurar alguma certeza da chegada das obras que eu remeti e desde uma série de bem quinze anos (19) e que continuo de remeter, com o destino à Biblioteca de S. M. o Imperador, com a esperança de assim alcançar as mãos de sua Augusta Pessoa, já que não me fica outro modo algum para me procurar esta certeza, porque essa Imperial Mordomia parece que nunca acusa recebimento*.

Avizou, também, que de todas as suas remessas, sempre pagara os respectivos fretes. Portanto, se alguém os reclamasse, seria «mera impostura ou fraude contra o Tesouro de Sua Majestade o Imperador».

Adiante, em nota datada de Paris, acrescentou que havia enviado, por intermédio da casa Francis Furst (20), do Rio de Janeiro, 18 livros novos e 10 mapas novos, por ele escolhidos, de «assuntos geográficos e Ciência Natural». Além da obra *Theses et Causes Celebres du Droit Maritime et Fluvuie*, de Capry (21).

No mesmo ano da carta do Cônsul Sturz, 1855, da Europa regressou ao Brasil e reassumiu a direção da Mordomia da Casa Imperial o seu antigo titular. Conselheiro Paulo Barbosa da Silva. A ele passaram a ser dirigidos maços e pacotes de impressos, mapas, folhetos e livros destinados ao Imperador, como veremos através da Correspondência das Legações do Brasil no estrangeiro, dirigidas à Mordomia.

D. PEDRO II NA BIBLIOTECA IMPERIAL E PÚBLICA

Também recorria o Imperador à Biblioteca Imperial e Pública, depois Nacional, quando queria consultar alguma publicação não existente na sua, particular.

É o que documenta um bilhete seu, de 1844 ou 1845, dirigido a um servidor da Casa Imperial, talvez o próprio Mordomo Paulo Bar-

(19) Portanto, desde 1840. Curiosa, mas dependente de prova, a asserção do missivista, de que, mesmo depois da Maioridade do Imperador, ainda ousariam censurar obras a ele destinadas.

(20) Francis. Furst, Drummond & Cia., estabelecidos na Rua do SoMo n (Depois Rua General Câmara hoje um dos lados da Avenida Presidente vergo próximo à Candelária).

(21) Offido no Consulado-Geral do Brasil na Saxônia, de 8 de outubro o 1855. porém em papel do Consulado-Geral na Sardenha, guardndo entre Legação Brasileira em Berlim, na Correspondência da Mordomia da Casa com as Legações no estrangeiro.

A BIBLIOTECA DO IMPERADOR

bosa da Silva, que se guarda na parte do Arquivo da Família hoje do Museu Imperial. Nele mandou pedir ao então de nossa Casa dos Livros, Cônego Januário da Cunha Barbosa. Projeto do Bispo Azeredo Coutinho sobre Instrução». Tratar talvez, dos *Estatutos do Seminário de Olinda*, de 1798, ou de : *Discurso sobre o Estado Atual das Minas do Brasil*, de 1804. no q aconselhou a criação de Escolas de Mineralogia em várias Capít nias(22). Idéia, esta, que D. Pedro II realizaria em 1875. com « criação da Escola de Minas, de Ouro Preto.

O Imperador, de acordo com o depoimento de um antigo sócio do Instituto Histórico, recolhido por Vieira Fazenda, era freqüentador daquela Biblioteca, quando ainda se achava instalada no antigo Convento dos Carmelitas, entre o Paço da Cidade, a Capela Imperial e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo: «Na Sexta-Feira da Paixão, assitia ele, da tribuna do Carmo, à saída da Procissão do Enterro. Esta, como é sabido, fazia um percurso de várias horas. No intervalo, até recolher o préstito, o Imperador voltava aos livros, para de nôvo vir à Igreja ouvir o Sermão de Lágrimas» (23).

Note-se que a Biblioteca Imperial e Pública somente em 1853 teve edifício próprio. Anos depois, ficou devendo seu ressurgimento ao Imperador, na opinião de seu Diretor de 1870 a 1882, Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, em 1888 Barão de Ramiz, com Grandeza(24).

A BIBLIOTECA DO IMPERADOR DESCRITA PELO PADRE PINTO DE CAMPOS

Em 1862/1863, na revista *O Fatur*, do Rio de Janeiro, dirigida pelo escritor português Faustino Xavier de Novais, publicou o Padre (depois Monsenhor) Joaquim Pinto de Campos, escritor e político pernambucano, uma biografia intitulada «O Senhor D. Pedro II — Imperador do Brasil».

Em seu nº II, de outubro de 1862. com alguma imaginação assim descreveu a Biblioteca Particular de Sua Majestade: «A sua casa predileta no Paço é a vasta sala, que para livraria mandou construir, com todas as condições desejáveis, na parte mais elevada do Palácio, própria para estudo pelo isolamento, pelo sossego, pelo festivo e magnífico horizonte que de suas janelas se descortina, e sobretudo pela multiplicidade de elementos de estudo, que naquele acadêmico recinto se

(22) HELIO VIANNA — "Cartas inéditas de D. Pedro II (1841/1891)" em *D. Pedro I e D. Pedro II*, cit., pág. 286.

de 1907. RA PAZBANDA — "A Real Biblioteca", crônica de 24 de novembro *Anttqtajlilus c Memórias do Rio de Janeiro*, vol. IV na *Revista do tnamuto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 93. de 1923. vol. 147, pág. 235.

*Intit(Si)*12£1*2* GA; vAo T. "co> Im|*rador e « Instrução, Publica", na Revista do •mimfuto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 98. 2º de 1925. vol. 152. nº 368

acham reunidos: — profusão de atlas, mapas, desenhos, esculturas, manuscritos, livros» (25).

Neste ponto, acrescentou o biógrafo a seguinte nota: «A livreria particular do Imperador é numerosa e escolhida. De dia em dia se vai enriquecendo, porquanto Sua Majestade tem agentes seus, especiais, em Paris e Lisboa, com ordem geral para lhe remeterem, apenas saem à luz, tôdas as obras de importância, e em qualquer idioma, que na Europa se forem publicando». Confirma, em parte, essa afirmação, o documento do Arquivo Imperial que assim começa: «Na qualidade de agente de antiguidades de literatura da Imperial Biblioteca de Vossa Majestade, para que fui nomeado por Portaria da Mordomia-Mor da Imperial Casa de Vossa Majestade, datada de 7 de junho de 1872»... Nêle, em 1878, por 300\$000 fortes, o livreiro lisboeta Joaquim Monteiro de Campos ofereceu à venda uma coleção de 296 opúsculos dos Reinados de D. João IV, D. Afonso VI e outros assuntos, citados ou omitidos pelos bibliógrafos Inocêncio e Figanière (26).

«A restante parte dêste pavilhão» — prosseguiu Pinto de Campos — «é consagrada a um Museu, Sala de Física, Observatório Astronômico, Gabinete Telegráfico e idênticas pertenças» (27).

A seguir, registrou o biógrafo, em seu estilo um tanto pomposo e oratório, que «nesse templo das letras, nessa Biblioteca» recebia o Imperador os brasileiros e estrangeiros a que desejava distinguir, com êles entregando-se às «mais amenas práticas literárias». A propósito, ousou resumir, entre aspas, um dêsses «quase familiares colóquios», no qual teria D. Pedro resumido suas preferências de leitura. Em primeiro lugar a *Bíblia*, depois Tucídides, Virgílio, Horácio, Dante (de que conservaria, de memória, os mais notáveis Cantos). E ainda Bossuet, os cdássicos portugueses — João de Barros, Vieira, os dois Bernardes, Camões, Lucena, Frei Luis de Sousa; dos contemporâneos, Alexandre Herculano e Antônio Feliciano de Castilho (28).

Entretanto, não gostou o Imperador da liberdade tomada pelo biógrafo e a êle mesmo o disse, quando o visitou no dia 7 de outubro de 1862, logo depois do aparecimento do segundo número de *O Futuro*. Assim o registrou em seu *Diário*, que anotamos: — «Veio cá o Pinto de Campos. Observei-lhe as inexatidões que há na biografia que êle

(25) *O Futuro*, cit., n° II, de outubro de 1862, capítulo IV, pág. 45; *O Senhor D. Pedro II — Imperador do Brasil* (Pôrto, 1871), pág. 23. Na publicação em folheto, com uma «Advertência» de Camilo Castelo Branco, houve cortes, não na parte referente à Biblioteca de D. Pedro II.

(26) Arquivo da Família Imperial, no Museu Imperial, de Petrópolis, maço 179, documento 8.184, no "Inventário" de Alberto Rangel, de quando o Arquivo se encontrava no Castelo d'Eu, em França.

(27) O Observatório Astronômico do Imperador ficava sobre o Torreão do Norte. Desapareceu quando se fizeram as obras para adaptação do Palácio para servir de sede ao Museu Nacional. Pode ser visto em fotografia de Marc Perrez, dessa época, reproduzida em nossa *História do Brasil*, 7ª edição (S. Paulo, 1970), vol. II, entre as págs. 176/177.

A BIBLIOTECA DO IMPERADOR

escreve, sobretudo imaginando discursos meus, a modo de Tito Lívio». Também aludiu às suas diferentes opiniões políticas, assinalando: «Creio que não foi contente» (29). Várias vezes deixou de escolhê-lo Senador, embora fôsse antigo Deputado. Descontente, retirou-se o sacerdote político para a Europa, onde, antes de morrer, teve ocasião de reconciliar-se com o soberano, segundo consta (30).

A propósito da Biblioteca Particular de D. Pedro II, convém registrar que, ao terminar o Império, invadira várias outras salas do Paço de São Cristóvão. É o que se deduz da descrição do conteúdo artístico desse Palácio, feita por seu neto D. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha, que publicamos. De acordo com a mesma, além da «Grande Sala da Biblioteca (dividida em três partes)» havia outra, antes desta, e pelo menos mais cinco, em que também se guardavam livros (31). O mesmo ocorreria no Paço da Cidade, de cujo Almo-xarifado ainda se transferiram «diversos mapas», quando se desocupou o edifício, em março de 1890 (32). E no Palácio de Verão, em Petrópolis, onde, em novembro de 1889, encontraram-se 830 volumes encadernados e em brochura, conforme o «Arrolamento» feito depois da Proclamação da República (33).

BIBLIOTECARIOS DE SUA MAJESTADE

Durante trinta e um anos, de 1853 até 1884, quando faleceu, foi Encarregado da Biblioteca Particular de Sua Majestade o Imperador, o Conselheiro Dr. Francisco José do Canto e Melo Castro Mascarenhas. Anteriormente, já era Criado Particular de D. Pedro II, e é provável que já exercesse aquelas funções, que até aquele primeiro ano mencionado não tinham titular na lista dos funcionários da Mordomia da Casa Imperial.

Doutor em Medicina, Lente de sua Faculdade, no edifício desta, como no Paço da Cidade, era encontrado, segundo os *Almanaques de Laemmert*, embora residisse na Rua de Paula Matos n° 25-A, e trabalhasse, principalmente, na Quinta da Boa Vista, no Torreão do Norte, onde ficava a Biblioteca do Imperador, encimada pelo Observatório Astronômico (34).

(28) Na revista *O Futuro*, cit., págs. 45/51; no folheto portuense, págs. 24/29.

(29) D. Pedro II — *Diário de 1862*, separata do *Anuário do Museu Imperial*, de Petrópolis, vol. XVII, de 1956 (Rio, 1960), pág. 225.

(30) SOLIMÓNIO LEITE — *Uma Figura do Império — Monsenhor Pinto de Campos* (Rio, 1925), págs. 125/126.

(31) Conforme o texto de D. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha, cit. na nota 6, págs. 36, 37, 38, 42, 46 (Biblioteca da Imperatriz D. Leopoldina), 50.

(32) Conforme a relação do conteúdo do Paço da Cidade, oficialmente feita, quando de sua transferência para o Palácio de São Cristóvão. Ao assunto dedicaremos trabalho especial.

(33) Conforme o "Arrolamento do Palácio de Petrópolis, em novembro de 1889", trabalho ainda inédito, baseado em documento oficial, pertencente ao Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans-Bragança, que gentilmente o colocou à nossa disposição.

(34) Conforme nota 27, acima.

HÉLIO VIANNA

Conforme o *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, de Sacramento Blake, publicou, em 1852, uma tese sobre as causas de morte súbita; e, em 1866, a *Memória Histórica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1865*. Foi Comendador da Ordem da Rosa, Cavaleiro da de Cristo (35).

Nos últimos anos de vida, teve como Ajudante quem o sucederia no cargo, Inácio Augusto César Rapôso. O qual, impressionado com a Proclamação da República, a ida, para o exílio, da Família Imperial, e, principalmente, segundo consta, com os roubos depois de 15 de novembro de 1889 registrados na Biblioteca e no Paço, suicidou-se no início de 1890, atirando-se sob as rodas de um trem, próximo à antiga estação de São Cristóvão, que servia à Quinta. Acontecimento que muito chocou ao Imperador, conforme registrou este, em seus *Diários*, relativos aos períodos de 27 de março a 12 de junho e de 13 de junho a 7 de agosto de 1890 (36).

Convém notar que, separado da Biblioteca, tinha Encarregado especial o Museu e Gabinete de Física e Mineralogia do Imperador, também na Quinta da Boa Vista, conforme consta das listas do pessoal que servia a Mordomia da Casa Imperial, anualmente publicada nos *Almanaques de Lacmert*.

NOVOS ESTUDOS NO PAÇO

Alguns anos depois do casamento do Imperador, a preocupação com os estudos das filhas, D. Isabel Cristina e D. Leopoldina Teresa, fez com que novamente fôsse o Paço de São Cristóvão utilizado como local de aulas regulares. Como já havia sido, para ele e as irmãs.

Da educação das Princesas, durante quase nove anos, de 1856 a 1864, encarregou-se a Dama do Palácio e titular francesa Condêssa de Barral, a brasileira D. Luísa Margarida Portugal de Barros. Entre os professores, além do próprio D. Pedro II, contavam-se seu antigo mestre, então Visconde de Sapucaí, o Conselheiro Cândido Batista de Oliveira, um dos brasileiros mais ilustrados de seu tempo, Guilherme Schüch de Capanema (depois Barão de Capanema), e outros.

Inclusive o alemão Fernando Koch, depois Preceptor, em França, do filho da Condêssa de Barral e da Pedra Branca, Dominique. Quando na Europa, era habitual comprador e remetente de livros de interesse do Imperador. *Regressando ao Brasil, tornou-se auxiliar de estudos deste, de grego e hebraico, até falecer em Petrópolis, 1874.*

Depois dele, auxiliou D. Pedro II em seus estudos outro alemão, o Dr. Carlos Henning, que o acompanhou na viagem aos Estados Unidos e Europa, em 1876/1877. Também por seu intermédio, compraram-se livros para a Biblioteca Imperial.

(35) *Dicionário cit.*, vol. III, do Rio de Janeiro, 1895, pág. 17.

(36) HÉLIO VIANNA — "Diários do Exílio de D. Pedro II (1889/1891)", em *D. Pedro I e D. Pedro II*, cit., págs. 267/268.

A BIBLIOTECA DO IMPERADOR

Professor de árabe do Imperador, foi o Ministro da *Áustria* no Rio de Janeiro, entre 1875 e 1882, Barão Gustavo von Schreiner.

Em 1886, contratou D. Pedro II, para auxiliá-lo em seus estudos literários e lingüísticos, o sábio orientalista Dr. Cristiano Frederico Seybold, com quem continuou estudando mesmo no exílio (37).

Será curioso lembrar que o Imperador teve de defender até seus estudos, contra injustificados ataques de um panfletário, Zenin (Albino dos Santos Pereira), em artigo, depois em folheto intitulado *Tipo Político — D. Pedro d'Alcântara*, de 1880 (38).

AQUISIÇÕES EM LEILÕES, PARA A BIBLIOTECA DO IMPERADOR

Para a aquisição de livros, mapas e manuscritos destinados à sua Biblioteca Particular, mandava-os o Imperador arrematar em leilões realizados no Rio de Janeiro e Lisboa.

É o que atesta, no primeiro caso, um de seus bilhetes não datados, certamente de 1864, dirigido ao Mordomo da Casa Imperial, Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, no qual daquilo encarregava ao respectivo Ajudante, Dr. Antônio d'Araújo Ferreira Jacobina, conhecedor do que faltava em seus armários e estantes:

«Sr. Paulo

«Hoje, às 4 da tarde, há leilão dos livros da Biblioteca do Amorim, em que provavelmente s'encontrarão alguns livros portugueses interessantes, e diga de minha parte ao Jacobina que veja se compra para mim os que lhe parecerem mais interessantes. Há muitos que pertenceram ao Garrett e talvez tenham notas por letra dêle. Os jornais de hoje falam dêste leilão.

«D. Pedro 2º» (39).

O «Amorim», a cujo leilão de livros se referia o Imperador, era o escritor português Francisco Gomes de Amorim (1827/1891), na mocidade residente no Grão-Pará, realmente antigo amigo de Almeida Garrett, de quem foi biógrafo.

Falhou, porém, desta vez, a tentativa do Imperador de conseguir livros e autógrafos garrettianos. Já possuía, entretanto, o agradecimento do Visconde de Almeida Garrett à grã-cruz da Ordem da Rosa, com que o galardoara em 1852 (40). Porque, embora realmente tivesse

(37) Aos últimos professores de D. Pedro II dedicaremos estudo especial.

(38) Publicamos sua resposta no livro cit. — *D. Pedro I e D. Pedro II*, cap. "D. Pedro II responde a um panfletário (1880)", págs. 248/257.

(39) Original pertencente à Sra. Carmem Rabelo Penido Monteiro, neta do Dr. Jacobina; cópia fornecida pelo Dr. Américo Jacobina Lacombe, também neto do Ajudante do Mordomo.

(40) ALCINDO SODRÊ — "Pedro II e Intelectuais portugueses", no *Armário do Museu Imperial*, de Petrópolis, volume VIII, de 1947, págs. 91/92.

Amorim enviado ao Rio de Janeiro uma parte de sua Biblioteca, para ser vendida por 1:472\$552 fortes (moeda portuguesa), ao Retiro Literário Português, ao Gabinete Português de Leitura, ou a outra instituição, ou mesmo no leilão citado por D. Pedro II, impediu essa venda o Secretário do Retiro, o bibliófilo luso-brasileiro Francisco Ramos Paz (1838/1919). O qual, com amigos, conseguiu sua devolução ao proprietário, em Portugal, acompanhada de certa importância em dinheiro, talvez a mesma desejada pelo vendedor, a título de presente de seus admiradores e amigos do Brasil.

Pouco depois de acusar e calorosamente agradecer a recepção de seus livros, voltou Amorim a oferecer ao Retiro a venda de dois tomos de manuscritos garrettianos, compreendendo o poema *Magriço*, a tragédia *Lucrecia*, fragmentos do drama *Atala* e de *Sofonisba*, um *Elogio Dramático* e uma pequena paródia (41).

Por outra via, obteve o Imperador um original de Garrett, o da peça teatral *Um Noivado no Dajundo ou Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso*, oferta de F. Palha (42). E também o original da carta por ele dirigida ao então jovem escritor brasileiro Alvaro Teixeira de Macedo (1807/1850), a propósito de seu poema «misto», isto é, herói-cômico, *A Festa do Baldo* (43).

Se D. Pedro II não conseguiu comprar livros e manuscritos no frustrado leilão de Gomes de Amorim, pôde adquirir peças que pertenceram ao seu correspondente, o bibliógrafo português Inocêncio Francisco da Silva (1810/1876), no leilão em Lisboa realizado depois de sua morte. Nêle adquiriu, sem dúvida, dois códices de poesias do

(41) No tomo II de seus *Versos Efêmeros* (Lisboa, 1866), transcreveu Amorim sua carta a Ramos Paz, já publicada na *Gazeta de Portugal* de 13 de julho de 1864, que pediu fosse reproduzida no Rio de Janeiro, no *Jornal do Comércio* e no *Correio Mercantil*. "A generosidade de portugueses e brasileiros obstou a que a venda se efetuasse" — comentou Inocêncio Francisco da Silva, no *Dicionário Bibliográfico Português*, vol. 9^o (Lisboa, 1870), pág. 279. Decisiva, a propósito, a intervenção de Ramos Paz, conforme seu biógrafo e amigo João Capistrano de Abreu, que aludiu ao "caso da Biblioteca de Gomes de Amorim, resgatada e restituída ao pupilo e futuro biógrafo de Garrett". Em "Francisco Ramos Paz", no *Suplemento ao Catálogo da Biblioteca de Francisco Ramos Paz* (Rio, 1920), pág. V; transcrito em *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, 2^a Série (Rio, 1932), pág. 208. Cartas a respeito, de Gomes de Amorim a Ramos Paz, guardam-se no acervo deste, na Seção de Manuscritos da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

(42) N^o 191, do *Catálogo C. de Códices e Livros Manuscritos*, do "Inventário dos inestimáveis documentos históricos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil, no Castelo d'Eu, em França", organizado por Alberto Rangel, nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LV, de 1933 (Rio, 1939). Embora aí se diga: "oferecido por Flaminio Palha" deve referir-se a Francisco ou Fernando Palha. O autógrafo, hoje pertencente ao Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans-Bragança, traz, na capa encadernada, apenas a indicação impressa: "F. Palha".

(43) Datada apenas "de julho 21", é o n^o 12 do códice 221, dos Manuscritos da Biblioteca do Imperador, a que dedicaremos estudo especial. Reproduziu-se em reedição do Rio de Janeiro, 1888, de *A Festa do Baldo*. Consta das *Obras Completas de Garrett*, vol. I (Pôrto, 1963), pág. 650.

A BIBLIOTECA DO IMPERADOR

famoso poeta satírico baiano Gregório de Matos Guerra (1623/1693), hoje pertencentes à Seção de Manuscritos da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Prova-o a perfeita coincidência entre os mesmos e a descrição que deles fez o anterior possuidor, em seu *Dicionário Bibliográfico Português*: «o primeiro com introdução biográfica do poeta, pelo Licenciado Manuel Pereira, com 214 páginas; o segundo com 456 páginas» (44). Foram, com o códice que pertenceu a Camilo Castelo Branco, adiante mencionado, aproveitados nas duas últimas edições das *Obras* de Gregório: a da Academia Brasileira de Letras, do Rio de Janeiro, de 1923/1933, organizada por Afrânio Peixoto, em seis volumes; a da Livraria Janaina, do Salvador, com auxílio do governo da Bahia, do Salvador, 1969, em sete volumes, arbitrariamente preparados pelo Sr. James Amado, como «Crônica do viver baiano seiscentista».

Ainda no leilão de Inocência, ou dêle diretamente, comprou o Imperador a *Catástrofe de Portugal — Nascimento de D. Afonso VI: Cartas de Alexandre de Gusmão*; oito tomos de *Obras* do Marquês de Pombal, de sua época, a êle atribuídas ou referentes; um códice de *Obras poéticas* contra êle; polêmica entre professores da Universidade de Coimbra. Todos manuscritos.

Outro importante leilão lisboeta de livros, a que concorreu o Imperador do Brasil, por intermédio do nosso Ministro em Portugal, Barão de Japurá, foi o da rica Livraria do 5º Marquês de Castelo Melhor, em 1879. Em janeiro desse ano, por intermédio da Mordomia da Casa Imperial, ao monarca enviou aquêle diplomata o respectivo *Catálogo*. Para o leilão, em março, prontamente determinou a compra de uma peça cartográfica de grande interesse para o nosso país. Mas, por deficiência de sua descrição, por uma diferença de apenas 100\$000 portugueses, deixou de obtê-la.

É o que se vê no ofício de 6 de março daquele ano, em que o representante brasileiro nos seguintes termos deu conta ao então Mordomo da Casa Imperial, Conselheiro Barão de Nogueira da Gama, de malôgro de sua incumbência:

«Cumpre-me participar a V. Excia. que no leilão da Biblioteca do Marquês de Castelo Melhor foi ontem arrematado o lote nº 165; para essa aquisição V. Excia. me havia autorizado a mandar lançar até a quantia de 400\$000; e tenho o sentimento de acrescentar que não foi possível adquiri-lo, pois atingiu ao exagerado preço de Libras 49.

«A maior parte desses manuscritos tem sido arrematados por preços elevadíssimos, porque, em consequência das queixas da imprensa, por se ter permitido que os valiosos documentos da Biblioteca de Inocência saíssem do Reino, a Biblioteca Nacional e a Academia Real das Ciências mandaram, repre-

(44) *Op. cit.*, tomo 3º (Lisboa, 1859), pág. 166

Amorim enviado ao Rio de Janeiro uma parte de sua Biblioteca, para ser vendida por 1:472\$552 fortes (moeda portuguesa), ao Retiro Literário Português, ao Gabinete Português de Leitura, ou a outra instituição, ou mesmo no leilão citado por D. Pedro II, impediu essa venda o Secretário do Retiro, o bibliófilo luso-brasileiro Francisco Ramos Paz (1838/1919). O qual, com amigos, conseguiu sua devolução ao proprietário, em Portugal, acompanhada de certa importância em dinheiro, talvez a mesma desejada pelo vendedor, a título de presente de seus admiradores e amigos do Brasil.

Pouco depois de acusar e calorosamente agradecer a recepção de seus livros, voltou Amorim a oferecer ao Retiro a venda de dois tomos de manuscritos garretianos, compreendendo o poema *Magriço*, a tragédia *Lucrécia*, fragmentos do drama *Atala* e de *Sofonisba*, um *Elogio Dramático* e uma pequena paródia (41).

Por outra via, obteve o Imperador um original de Garrett, o da peça teatral *Um Noivado no Dáfundo* ou *Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso*, oferta de F. Palha (42). E também o original da carta por ele dirigida ao então jovem escritor brasileiro Álvaro Teixeira de Macedo (1807/1850), a propósito de seu poema «misto», isto é, herói-cômico, *A Festa do Baldo* (43).

Se D. Pedro II não conseguiu comprar livros e manuscritos no frustrado leilão de Gomes de Amorim, pôde adquirir peças que pertenceram ao seu correspondente, o bibliógrafo português Inocêncio Francisco da Silva (1810/1876), no leilão em Lisboa realizado depois de sua morte. Nêle adquiriu, sem dúvida, dois códices de poesias do

(41) No tomo II de seus *Versos Efêmeros* (Lisboa, 1866), transcreveu Amorim sua carta a Ramos Paz, já publicada na *Gazeta de Portugal* de 13 de julho de 1864, que pediu fosse reproduzida no Rio de Janeiro, no *Jornal do Comércio* e no *Correio Mercantil*. "A generosidade de portugueses e brasileiros obstou a que a venda se efetuasse" — comentou Inocêncio Francisco da Silva, no *Dicionário Bibliográfico Português*, vol. 9º (Lisboa, 1870), pág. 279. Decisiva, a propósito, a intervenção de Ramos Paz, conforme seu biógrafo e amigo João Capistrano de Abreu, que aludiu ao "caso da Biblioteca de Gomes de Amorim, resgatada e restituída ao pupilo e futuro biógrafo de Garrett". Em "Francisco Ramos Paz", no *Suplemento ao Catálogo da Biblioteca de Francisco Ramos Paz* (Rio, 1920), pág. V; transcrito em *Ensaios e Estudos (Crítica e História)*, 2ª Série (Rio, 1932), pág. 208. Cartas a respeito, de Gomes de Amorim a Ramos Paz, guardam-se no acervo deste, na Seção de Manuscritos da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

(42) N° 191, do Catálogo C. de "Códices e Livros Manuscritos", do "Inventário dos inestimáveis documentos históricos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil, no Castelo d'Eu, em França", organizado por Alberto Rangel; nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. LV, de 1933 (Rio, 1939). Embora aí se diga: "oferecido por Flaminio Palha" deve referir-se a Francisco ou Fernando Palha. O autógrafo, hoje pertencente ao Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans-Bragança, traz, na capa encadernada, apenas a indicação impressa: "F. Palha".

(43) Datada apenas "de julho 21", é o n° 12 do códice 221, dos Manuscritos da Biblioteca do Imperador, a que dedicaremos estudo especial. Reproduziu-se em reedição do Rio de Janeiro, 1888, de *A Festa do Baldo*. Consta das *Obras Completas* de Garrett, vol. I (Porto, 1963), pág. 650.

A BIBLIOTECA DO IMPERADOR

famoso poeta satírico baiano Gregório de Matos Guerra (1623/1693), hoje pertencentes à Seção de Manuscritos da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Prova-o a perfeita coincidência entre os mesmos e a descrição que deles fez o anterior possuidor, em seu *Dicionário Bibliográfico Português*: «o primeiro com introdução biográfica do poeta, pelo Licenciado Manuel Pereira, com 214 páginas; o segundo com 456 páginas» (44). Foram, com o códice que pertenceu a Camilo Castelo Branco, adiante mencionado, aproveitados nas duas últimas edições das *Obras de Gregório*: a da Academia Brasileira de Letras, do Rio de Janeiro, de 1923-1933, organizada por Afrânio Peixoto, em seis volumes; a da Livraria Janaina, do Salvador, com auxílio do governo da Bahia, do Salvador, 1969, em sete volumes, arbitrariamente preparados pelo Sr. James Amado, como «Crônica do viver baiano seiscentista».

Ainda no leilão de Inocêncio, ou dele diretamente, comprou o Imperador a *Catástrofe de Portugal — Nascimento de D. Afonso VI. Contas de Alexandre de Gusmão*: oito tomos de *Obras do Marquês de Pombal*, de sua época, a ele atribuídas ou referentes: um códice de *Obras poéticas contra ele*; polêmica entre professores da Universidade de Coimbra. Todos manuscritos.

Outro importante leilão lisboeta de livros a que concorreu o Imperador do Brasil, por intermédio do nosso Ministro em Portugal, Barão de Japurá, foi o da rica Livraria do 5.º Marquês de Castelo Melhor, em 1879. Em janeiro desse ano, por intermédio da Mordomia da Casa Imperial, ao monarca enviou aquele diplomata o respectivo *Catálogo*. Para o leilão, em março, prontamente determinei a compra de uma peça cartográfica de grande interesse para o nosso país. Mas, por deficiência de sua descrição, por uma diferença de apenas 100\$000 portuguêses, deixou de obtê-la.

É o que se vê no ofício de 6 de março daquele ano em que o representante brasileiro nos seguintes termos deu conta ao então Mordomo da Casa Imperial, Conselheiro Barão de Nequeira da Cama, de malôgro de sua incumbência:

«Cumpre-me participar a V. Excia. que no leilão da Biblioteca do Marquês de Castelo Melhor foi ontem arrematado o lote n.º 165, para essa aquisição V. Excia. me havia autorizado a mandar lançar até a quantia de 600\$000, e tenho o sentimento de acrescentar que não foi possível adquirir-lo, pois atingiu ao exagerado preço de 1.000\$000».

«A maior parte desses manuscritos tem sido arrematados por preços elevadíssimos, porque em consequência das queixas da imprensa por se ter permitido que os valiosos documentos da Biblioteca de Inocêncio passassem do Reino à Biblioteca Nacional e a Academia Real das Ciências mandaram repre-

(44) *Op. cit.*, tomo 3, Lisboa, 1893, p. 30. *Ibid.*

I sentadas pelo Sr. Silva Filho arrema» (segue-se um trecho dilacerado, na parte inferior do ofício) «tar muitos a todo o preço; e, além disso, particulares, como o Duque de Palmela, o Sr. Fernando Palha e o livreiro Rodrigues, pagaram alto preço por alguns. O Duque pagou Libras 100 pelo lote nº 254 (45); o Sr. Palha ficou com dois pois (*sic*) Libras 50 cada um; e o lote n' 165 foi arrematado pelo livreiro Rodrigues por Libras 49 (46).

«O manuscrito (se tal denominação merece), pelo qual mandei lançar dentro dos limites ordenados, e que subiu, como fica dito, a Libras 49, equivalentes, atualmente, a muito mais de 500\$000 da nossa moeda, não tem mais texto que o do seu título e consiste de 35 mapas da Carta do Brasil, iluminadas, mas no meu entender, muito longe de serem perfeitamente executadas, como diz o *Catálogo* (47).

«O título é o seguinte, exatamente reproduzido: — ESTADO DO BRASIL — COLIGIDO» (segue-se o trecho dilacerado, na parte inferior da folha, concluindo ao alto da página seguinte) POR JOÃO TEIXEIRA ALBERNAZ. COSMÓGRAFO DE SUA MAJESTADE — ANO 1631 (48).

«Na planta do Estado do Gran Pará (*sic*), acha-se, pouco acima do Cabo do Norte, o Rio de Vicente Pinçon (*sic*), tendo na entrada, à margem direita, uma coluna, com o escudo português, sobreposta por um globo e cruz» (49).

Bastaria essa última constatação, para que se pudesse avaliar o grande valor, para a questão brasileira de fronteiras com a Guiana Francesa, do referido mapa. Entretanto, o próprio Barão de Japurá, foi autor de uma *Memória sobre os limites entre o Império do Brasil e a Guiana Francesa*, de que existe cópia na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, segundo Brito Aranha (50).

Se perdemos a ocasião de trazer para o Brasil, para a Biblioteca do Imperador, em 1879, mais este notável *Atlas*, por causa de pequena

(45) *Breve Tratado de Marinharia e outros trabalhos náuticos*.
(46) O citado *Estado do Brasil*, de João Teixeira Albernaz, Atlas de 1631.
(47) É ingênua a afirmação do diplomata, ao pretender que não seriam "perfeitamente executadas" cartas geográficas datadas de 1631, embora da autoria de eminente cartógrafo.
(48) O trecho omitido pelo estrago do papel é o que diz: "coligido das mais sérias notícias que pôde juntar Dom Jerônimo de Ataíde. Por João Teixeira Albernaz", etc. D. Jerônimo de Ataíde era Donatário da Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus.
(49) Original na Correspondência da Legação do Brasil em Portugal com a Mordomia da Casa Imperial, ano de 1879. Gentilmente pôsto à nossa disposição pelo Príncipe D. Pedro Gastão de Orleans-Bragança.
(50) Suplemento ao *Dicionário Bibliográfico Português*, de Inocêncio Francisco da Silva, tomo 17º (Lisboa, 1894), págs. 59/61.

diferença de preço. — muito mais caro nos saiu ele. Já em 1930, no *Catálogo nº 546*, da *Bibliotheca Brasiliensis ou Manuscritos, Livros Antigos e Gravuras sobre o Brasil*, dos livreiros londrinos Maggs Bros., apareceu muito bem descrito e pôsto à venda por 950 Libras esterlinas. Treze anos depois, quando, graças à diligência do erudito e benemérito Luís Camilo de Oliveira Neto, foi adquirido para a Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, por ele tivemos de pagar alguns milhares de libras.. Mas valeu a pena, porque ali foi objeto de acurados estudos de Jaime Cortesão (51), da Sra. Isa Adonias (52) e do Comandante Max Justo Guedes (53).

Entretanto, se D. Pedro II não conseguiu arrematar, então, o *Atlas de João Teixeira Albernaz*, pôde a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro adquirir, no mesmo leilão da Livraria do Marquês de Castelo Melhor, nada menos que 41 lotes de Manuscritos, que a 10 de maio de 1879 deram entrada na respectiva Seção, conforme consta do registro competente, e também do *Catálogo da Exposição Permanente de Cimélios* da instituição, de 1885, em texto de José Alexandre Teixeira de Melo, no «Esbôço Histórico» da mesma Seção (54).

Dentre eles, alguns de grande valor, como o códice *Pernambuco* (nº 227 daquele *Catálogo*) e o *Cartapácio de Vários Papéis Manuscritos* (55). Dêles, há muitos anos já nos aproveitamos, em estudos dedicados a «Albuquerque — Senhores de Pernambuco», *Matias de Albuquerque* (de 1943) e «Bento Maciel Parente, Soldado, Sertanista e Administrador». Todos posteriormente reunidos em nossos *Estudos de História Colonial* (São Paulo, 1948).

Também do segundo leilão de livros que pertenceram a Camilo Castelo Branco, (o primeiro fôra em 1870), realizado em Lisboa, dezembro de 1883, terá participado o Imperador do Brasil, conforme se verificará na comparação que se faça, do conteúdo de sua Biblioteca Particular, com o *Catálogo da Preciosa Livraria do Eminentíssimo Escriitor Camilo Castelo Branco*, naquele ano impresso pela casa editôra de Matos Moreira & Cardoso, encarregada dessa venda.

Assim, seu lote nº 1.856, um códice de «Poesias do Dr. Gregório de Matos Guerra, poeta brasileiro. Inéditas. Vol. in-4º, 319 páginas, numeradas só no anverso». «Inéditas», então, em parte, porque só no ano anterior, 1882, saíra no Rio de Janeiro incompletíssimo volume de versos do chamado «Bôca do Inferno». Pertence, hoje, essa «colêânea» à nossa Biblioteca Nacional.

(51) A serem incluídos em *A História do Brasil nos Velhos Mapas*, no 2º vol. pois da obra só saiu o 1º, no Rio de Janeiro, 1965.

(52) Em *As Peças Raras da Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores* (Rio, 1956), págs. 8/11.

(53) Em obra a ser publicada.

(54) *Op. cit.*, pág. 465.

(55) Catalogados, respectivamente, sob as indicações: 1 — 2 — 35 e 4 — 3 — 5.

Ou o lote nº 1.915, relativo ao *Brasil*, e «contendo Regimentos, Decretos, Cartas, etc.» Inclusive o «Voto do Padre Antônio Vieira, sobre as dúvidas dos moradores de São Paulo, acerca da administração dos índios — 1691» (aliás de 1694). Dêste importante parecer, conforme já tivemos ocasião de divulgar, possuía esta ou outra cópia o Imperador. Que também pode ser o respectivo original (56).

A «BIBLIOTECA AMERICANA», DE MARTIUS, INCORPORADA
A DO IMPERADOR

Entre as boas compras de obras relativas ao Brasil e à América, na Europa mandadas fazer por D. Pedro II, figura a da «Biblioteca Americana», de seu amigo, o sábio bávaro Dr. Carlos Frederico Filipe von Martius, falecido em 1868.

Segundo Max Fleiuss, constava essa coleção de 600 obras, em várias linguas, referentes, tôdas, ao Nôvo Continente (57). Seria interessante identificar, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Museu Nacional, herdeiros da Livraria Particular do Imperador, os livros que pertenceram ao ilustre cientista, coautor da *Viagem ao Brasil*, com seu patricio João Batista von Spix.

Isto porque, datado de 1848, litografadas em 54 páginas, em Munique, existe, e a Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional possui, um raro exemplar do *Catalogue de la Bibliothèque Américaine de Mr. de Martius*, contendo a lista de 366 obras, que vão desde a *Quatuor Americi Vesputii Navigationes*, de 1507, até as *Leis e Decretos do Império do Brasil*, de 1822 a 1836, estas em dez volumes. Pertence à Coleção Benedito Ottoni, organizada por José Carlos Rodrigues (em cuja *Biblioteca Brasiliense* teve o nº 1.561), por Júlio Benedito Ottoni doada à instituição.

As edições alemãs da *Flora Brasiliensis*, inicialmente sob a direção de Martius, subsidiadas por nosso Imperador, adiante nos referiremos.

O «AMIGO DOS LIVROS» EM VIAGENS

Em suas viagens pelo Brasil e no estrangeiro, não se descuidava D. Pedro II de visitar Bibliotecas e livreiros, examinando o que possuíam de interesse para o nosso país e para sua Biblioteca Particular.

Assim, em 1872, na Biblioteca Pública Municipal, do Porto, «patenteou conhecimentos de um exímio bibliófilo, interessando-se muito ao

(56) Nº 6 do citado código nº 221, do Catálogo C, de «Códice e Livros Manuscritos», do «Inventário» de Alberto Rangel. Note-se que em sua publicação no vol. LV dos *Anais da Biblioteca Nacional*, a pág. 507, houve falta de uma linha, achando-se truncada a composição.

(57) MAX FLEIUSS — «D. Pedro II e o Instituto Histórico», artigo no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, a 2 de dezembro de 1925, Centenário do Nascimento do Imperador; transcrito na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 98, de 1925, vol. 152, pág. 846.

A BIBLIOTECA DO IMPERADOR

ver alguns dos raros exemplares impressos e manuscritos que lhe mostrou o Sr. Eduardo Augusto Allen» (58).

Em 1877, em Nápoles, viu um manuscrito seiscentista, *Descrizione del Brasile*, em cuja pista se colocaram, nove anos depois, dois pesquisadores do vulto de João Capistrano de Abreu e José Maria da Silva Paranhos Júnior, depois Barão do Rio Branco (59).

Em cartas posteriores àquela segunda viagem à Europa, que publicaremos, esforçou-se por conseguir, por intermédio de sua amiga, a Condessa de Barral e da Pedra Branca, e de diplomata brasileiro em Roma, a cópia de manuscrito do Padre José de Anchieta, existente na Biblioteca de Vaticano (60).

No Brasil, em 1881, visitando a rica Biblioteca do Colégio do Caraça, em Minas Gerais, em maio de 1960 quase totalmente destruída por um incêndio, nela chamou a sua atenção a *Crônica de São Jerônimo*, de Euzébio Panfílio, Bispo de Cesaréia, de 1483, que lhe foi ofertada pelo Superior do educandário, o lazarista Padre Júlio José Clavelin. Encontra-se, como outros incunábulo que foram da Biblioteca Particular de Sua Majestade, na Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, convenientemente preservada. Um jornalista abelhudo, a propósito tentou propalar que D. Pedro II havia *biçado* a obra do «Pai da História Eclesiástica». Mas, em nossa Casa dos Livros, está para ser vista, por quem quiser, a dedicatória, manuscrita, com que foi fidalgamente oferecida, ao imperial visitante (61).

DEPOIS DA GUERRA DO PARAGUAI

Depois do casamento de suas filhas, graves contingências da política exterior do Brasil passaram a constituir a principal preocupação do Imperador, embora não chegassem a extinguir seu constante interesse pela cultura nacional e própria, esta sempre reforçada pelos livros que constantemente comprava, recebia, remetidos por autores e editores, e lia sempre, até com sacrifício de sua saúde.

O conflito com o Uruguai, seguido da Guerra do Paraguai, longa e difícil, de 1864 a 1870, fizeram com que em quase seis anos, ficassem totalmente brancos os cabelos, antes louros, do apenas quarentão D. Pedro II.

(58) JOSÉ ALBERTO CÔRTE REAL, ANTÔNIO DA SILVA ROCHA e AUGUSTO MENDES SIMÕES DE CASTRO — *Viagem dos Imperadores do Brasil em Portugal* (Coimbra, 1872), pág. 105.

(59) HELIO VIANNA — *Capistrano de Abreu, Ensaio Bibliográfico* (Rio, 1955), pág. 21.

(60) Conforme cartas ainda inéditas, antes pertencentes ao historiador Tobias Monteiro, hoje da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

(61) «Diário da Viagem do Imperador a Minas — 1881», no *Anuário do Museu Imperial*, de Petrópolis, vol. XVIII, de 1957 (Petrópolis, 1964), pág. 97. — Helio Vianna — «D. Pedro II e o incunábulo do Caraça», na *Revista do Livro*, do Instituto Nacional do Livro, do Rio de Janeiro, nº 33, do 2º trimestre de 1968, págs. 135/139.

A prova de que nem por aquêles motivo deixou inteiramente de lado as ciências e a literatura, encontramos, por exemplo, neste recado enviado ao ex-Professor, de quem empre se dizia «discípulo e amigo», o então Visconde, depois Marquês de Sapucaí, a propósito do poema *Colombo*, de 1866, a êle dedicado: «Quero que o Pôrto-alegre saiba que o som de sua lira muito bem consolou, no meio do estrondo da guerra e das desafinações políticas» (62).

Também estas, como a publicação, no ano seguinte, por Tito Franco de Almeida, de *O Conselheiro Francisco José Furtado — Biografia e Estudo de História Política Contemporânea*, ofereceram oportunidade para que o Imperador se defendesse, em notas marginais, de acusações ali a êle feitas, além de corrigir fatos erroneamente apresentados. Anotações, estas, muito importantes para o restabelecimento da verdade histórica, quanto à parte até então já transcorrida, de seu Reinado. Ao assunto voltaremos, quando examinarmos, em trabalho especial, os muitos livros por D. Pedro II anotados.

Terminada a Guerra do Paraguai, pôde o Imperador viajar, pela primeira vez, à Europa e Egito. Excursionou desde 25 de maio de 1871 até 30 de março de 1872, durante pouco mais de dez meses.

Viagem, esta, de profundas conseqüências em sua formação cultural. Porque, se as atenções pela literatura e pelos estudos científicos, nêle já eram muito sensíveis, daí por diante passaram a constituir, depois de seu amor pelo Brasil e o desejo de servi-lo acima de tudo, a razão principal de sua vida, de intelectual ocasionalmente colocado sôbre um Trono.

Se, até essa época suas ligações espirituais, não apenas livrescas, mas também pessoais e por correspondência, eram mais com escritores brasileiros e portugueses, passaram a sê-lo também com franceses, italianos, alemães e outros europeus. Basta lembrar que nessa primeira viagem visitou, em Portugal, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco e o Visconde de Castilho, êste já conhecido do Rio de Janeiro, Mendes Leal, Inocêncio Francisco da Silva. Na Alemanha, conheceu Ricardo Wagner. Na Itália, estêve com Manzoni, de quem traduziu a ode «O 5 de Maio». Na França, com Pasteur e Mistral. Na Inglaterra, visitou a casa de seu muito admirado Walter Scott. Teve como guia, em parte da viagem, o Conde Artur de Gobineau, já amigo do Brasil, onde representava a França. Conheceu, assim, diretamente, aquêles e aquilo que, até êsse tempo, só conhecia de estudos e de livros, de aulas de professôres que o ensinaram a amar o belo entre êles, confessadamente, o francês Félix-Emílio Taunay, Barão de Taunay. Ou os clássicos lusitanos, com Araújo Viana, Visconde de Sapucaí. Para êle, certamente, aquelas visitas teriam sido mais importantes que as

(62) Editorial do Centenário do Nascimento de D. Pedro II, publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 2 de dezembro de 1925, reproduzido na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 98, de 1925, vol. 152, pág. 552.

A BIBLIOTECA DO IMPERADOR

também feitas a Reis e Imperadores, à Rainha Vitória, ao Papa da época e seu sucessor (Pio IX e Leão XIII), ao Presidente Thiers, a Ministros como Disraeli, Gladstone e Bismarck.

Enormes seriam as conseqüências dessa viagem, para a Biblioteca Particular de Sua Majestade. Dai por diante em mais intenso ritmo constantemente ampliada, conforme abundantemente atesta a Correspondência da Mordomia da Casa Imperial com as Legações e Consulados do Brasil na Europa. Documentação, esta, em dezenove pacotes, com milhares de manuscritos, que examinamos peça por peça, graças à gentileza de seu possuidor, Sua Alteza o Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans-Bragança, bisneto de D. Pedro II. Se, até 1868, coube a direção daquela Repartição ao Conselheiro Paulo Barbosa da Silva (com a interrupção de 1846 a 1855, quando esteve em funções diplomáticas), dali por diante, até ao fim de nossa Monarquia, passou ao Conselheiro Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama, em 1872 Barão, em 1888 Visconde, com as honras de Grandeza, de Nogueira da Gama.

NOVAS AQUISIÇÕES DE LIVROS. PARA A BIBLIOTECA DO IMPERADOR

Na avalanche de livros adquiridos pelo Imperador, depois de sua primeira viagem à Europa até a saída do Brasil, em novembro de 1889, deveríamos distinguir os que lhe foram ofertados, principalmente por seus autores, pessoas a eles ligadas, ou que de algum modo quisessem agradar a um soberano tão interessado pelas letras, ciências e artes, dos que comprou a livreiros e a outras entidades, inclusive aos editores. Fazia-o, quase sempre, por intermédio de nossos agentes diplomáticos e consulares na Europa e países da América. Quando os recebia como oferta, habitualmente escrevia no verso do ofício respectivo da Legação ou Consulado à Mordomia — «Agradecer». As vezes, acrescentando mais algumas palavras de comentário. Se não era o caso, marcava os papéis com um «X», quase sempre a lápis, o que significava a ordem de arquivar.

Nesse terreno, como veremos, não poderia ser evitada a intromissão dos interesseiros caçadores de condecorações ou de dinheiro. Se a estes muitas vezes atendia, o mesmo não acontecia com aquêles, aos quais votava especial antipatia. Mandava que se dirigissem ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Apenas a título de exemplo, nunca de levantamento, mesmo aproximado, indicaremos as aquisições que nos pareceram mais importantes, colhidas do imenso material fornecido pela Correspondência das Legações e Consulados com a Mordomia da Casa Imperial.

Dentre as nossas representações na Europa, cabe o primeiro lugar, no assunto, à de França. Não só pe'la notória preferência do Imperador pelas letras e ciências francesas, sobretudo depois de sua primeira viagem à Europa, como pelo fato de à Legação em Paris competir o pagamento das contas que as demais lhe encaminhavam. Isto, para centralizar as

HÉLIO VIANNA

remessas de ordens de pagamento que constantemente fazia a Mordomia. Escrupuloso como era, em questões de dinheiro, jamais permitia o Imperador que suas despesas particulares fôsem pagas pelo Estado. Para isso dispunha da verba global de sua dotação legal, cuja distribuição exclusivamente cabia à Mordomia.

França — A Legação do Brasil em Paris por muitos anos foi dirigida pelo 1º Barão e Visconde de Itajubá (Conselheiro Marcos Antônio de Araújo). Em suas ausências, servia como Encarregado de Negócios o filho, Marcos Antônio de Araújo e Abreu, em 1883 intitulado 2º Barão de Itajubá. Depois daquele, foi Ministro brasileiro em França outro bom diplomata, o Barão, mais tarde Visconde de Arinos (Conselheiro Tomás Fortunato de Brito).

D. Pedro II, como se sabe, em 1875 foi eleito sócio correspondente da Academia de Ciências do Instituto de França, em sua Seção de Geografia. Passou, em 1877, à categoria de associado estrangeiro da instituição.

Sem obedecer à ordem cronológica, registraremos, a seguir, alguns fatos relativos a escritores e livros franceses, de interêsse para a História da maior Biblioteca Particular brasileira do século XIX: a de D. Pedro II.

Em 1879, ao Imperador do Brasil enviou a viúva de Thiers os primeiros volumes dos *Discursos Parlamentares* do marido. D. Pedro com êle havia estado em Versailles, 1871, quando era o Presidente da terceira República Francesa. Também em 1879 contribuiu, com 500 francos para a estátua que em sua honra seria erigida em Saint-Germain-en-Laye. No mesmo ano, pela Legação na Itália, recebeu a biografia de Thiers, redigida pelo russo Barão A. de Bieberstein, residente em Gênova, ex-oficial do Exército de França.

Um notável francês que não deixava de enviar suas obras ao Imperador era o Visconde, depois Conde Ferdinand de Lesseps (1805/1894), o abridor do Canal de Suez. Êste seu colega no Instituto era daqueles a quem D. Pedro II respondia pessoalmente, agradecendo os volumes que recebia.

A outros, para êle desconhecidos, fazia-o por intermédio de nossos agentes diplomáticos.

Mandando-lhe um livro *Madame Planat de la Faye* (da família do negociador do casamento da Imperatriz D. Amélia), com outros, anotou em officio do Ministro em Paris: «Recebi e hei-de agradecer às pessoas que mandaram os livros».

Intelectual francês que sempre remetia as publicações da Academia de Ciências, Artes e Belas-Letras, de Dijon (a que também pertencia o Imperador), era Henri Chevreul. Dêste recebeu, em 1884, um retrato fotográfico, oferecido por intermédio do Dr. Daubrée, Diretor da Escola de Minas, de Paris, mais um remetente de livros a D. Pedro. Retrato.

aquêle, de grande formato, em 1891 reenviado à Europa com os quadros, objetos de arte, móveis, etc., pertencentes à Família Imperial, conforme relação que publicamos (63). A Chevreul coube receber o Imperador no Instituto de França. Como a Daubrée competiu traçar seu elogio fúnebre. Naquela recepção, mencionou Chevreul ter D. Pedro conseguido criar, no Rio de Janeiro, lhamas que mandou vir do Chile, em 1868 (64). Também em homenagem a Chevreul, adquiriu o Imperador, por 500 francos, a medalha mandada cunhar por ocasião de sua morte. Pagou-a por intermédio de Brongniart, do Gabinete de Entomologia do Museu de História Natural — mais um remetente de livros destinados à Biblioteca de São Cristóvão.

A mais citada oferta de livro francês a D. Pedro II, embora nem sempre com exatidão, foi a em 1877 feita por Vitor Hugo, por ocasião da visita que lhe fez o nosso monarca. A de *L'Art d'être Grand-Père*. Simples a dedicatória, como desejaram: «A Don Pedro d'Alcantara — Victor Hugo». Mais significativa a indicação inscrita no envelope da fotografia também oferecida pelo poeta, que o Imperador recortou e colou na primeira fôlha do livro, hoje pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, abaixo da citada dedicatória: «À Celui qui a pour ancêtre Marc-Aurèle». O que tem sido muitas vezes mudado para *neto* ou *filho*; e erroneamente datado, tanto de «1871» como de «1879».

Tão grande era o interesse do Imperador pelo vate, que do escultor Ernest Marietti aceitou um baixo-relêvo de busto que dêle fizera. Como em carta, achando-se doente e em dificuldades financeiras, solicitou o artista auxílio e condecoração, quanto a esta respondeu o Ministro Barão de Arinos não ser o caso de concessão do gênero. Quanto àquele, despachou D. Pedro II: «Informar sobre o que se lhe poderá dar d'uma vez». O que certamente se fez, como em outros casos.

Também em 1887, conhecendo a viúva E. Roiffé a amizade do Imperador por Vitor Hugo, de que lhe falava o marido, mandou àquele cartas do poeta, e uma brochura do falecido, igualmente solicitando auxílio monetário. Ao diplomata perguntou D. Pedro: «Quanto?» — «200 francos», foi a resposta de Arinos, seguida da concordância imperial: «Sim».

Ainda quanto a Hugo, convém assinalar ter sido o Imperador imediato assinante de suas *Obras Completas*, começadas a publicar logo depois de sua morte, a terminar, provavelmente, em 1889. Teve razão, portanto, o irreverente poeta Murilo Mendes, ao atribuir ao monarca, no momento da deposição, a recomendação para que não bulissem na-

(63) No «Acervo artístico imperial em 1891 enviado à França», no boletim *Cultura*, do Conselho Federal de Cultura, do Rio de Janeiro, nº 20, de fevereiro de 1969, pág. 45.

(64) Conforme officio de 20 de janeiro de 1869, do Ministro do Brasil no Chile, Francisco Xavier da Costa Aguiar d'Andrada (depois Barão de Aguiar d'Andrada), ao Mordomo da Casa Imperial, camarista Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama.

queles volumes... Entretanto, não foram êles os que realmente mandou buscar na Biblioteca de São Cristóvão, para a viagem do exílio. Como todos sabem, preferiu a preciosa segunda edição dos *Lusíadas*, de 1572, hoje pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e, o que muitos ignoram, também o *Decameron*, de Bocaccio...

A Frei João de São Boaventura Cardoso, o frade emigrado português que lhe deu aquêlê volume em que há a duvidosa inscrição: «Luís de Camões seo dono», aqui estudado por José Feliciano de Castilho (nos *Anais da Biblioteca Nacional*, 1880/1881, vol. VIII), teria dado a Ordem de Cristo, uma caixa de ouro, com diamantes, nomeado Pregador da Capela Imperial, além de para êle ter conseguido uma importante freguesia em Santa Catarina, de acôrdo com a informação do aliás nem sempre fidedigno biógrafo Padre Pinto de Campos (65).

Se os exemplos antes apontados são de escritores franceses mais conhecidos, que enviavam livros a D. Pedro II, numerosos foram outros que também o fizeram, por intermédio da Legação do Brasil em Paris, ou diretamente. Entre êles, em 1873, P. P. Dehérain, que com o Imperador se desencontrara, no Museu de História Natural da capital francesa; o Engenheiro Marítimo Dislère, Secretário do Conselho de Obras da Marinha, autor de obra sôbre a *Marinha Encouraçada*; P. B. Xarla, nosso Vice-Cônsul em Nice, que mandou livro sôbre as *Orquídeas da Flora regional*; do Barão Artur de Rothschild recebeu, em 1874, a *Histoire de la Poste aux Lettres*. Em 1877, enviou-lhe o Dr. Darenberg, Redator, do *Journal des Débats*, trabalho seu, que a Faculdade de Medicina havia coroadado. Lembrando, ao mesmo tempo, que, quando estêve em Paris, conversara o Imperador com seu pai, sôbre Literatura Médica, condecorando-o. Ao que anotou D. Pedro: «Recebi e agradeço muito, sobretudo pelo que me diz de seu pai». P. Hervé, de Poitiers, remetendo-lhe seu opúsculo *Sôbre os deveres sociais do rico e do pobre*, assinalou que o «desejaria dedicar ao soberano mais erudito e mais esclarecido de nossa época», também amigo de França. O que, como de costume, mandou agradecer pelo Ministro Itajubá. E. Roller, de Paris, escreveu que, quando o Imperador estêve na Haia, entregou-lhe algumas páginas de seu trabalho, em hebraico, sôbre *A Guerra Franco-Alemã e os dois Sítios de Paris, 1870-1871*. Pronto o livro, enviou-o, mandando D. Pedro agradecê-lo pelo Cônsul brasileiro naquela capital. A Félix Colin du Paradis, Cônsul da República Dominicana em Nancy, mandou agradecer o *Nobiliaire de Lorraine et de Barrois*. A Ch. de Péserat, fêz o mesmo, quanto a um *Avant-Projet d'Écoles Communales*. A J. Becquié de Peyreville, a ópera *Le Lion devenu vicieux*. Por intermédio do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, recebeu, dos Drs. Dujardin-Beaumetz e Audigé, obra sôbre *La Puissance Toxique des Alcools*. Do Secretário da Câmara dos Deputados francesa, Camille Sée, recebeu, pela Legação, trabalho sôbre o ensino secundário das me-

(65) Monsenhor JOAQUIM PINTO DE CAMPOS — *O Senhor D. Pedro II — Imperador do Brasil* (Pôrto, 1871), cit., págs. 90/91.

A BIBLIOTECA DO IMPERADOR

ninas — que agradeceu, salientando muito ter-lhe interessado sua leitura. Outro conhecido de viagem à França, de cuja conversa se lembrava, do qual também recebeu livro, foi o Tenente da Marinha de Magnac, de Brest. De Alfred Ditte, Professor da Faculdade de Medicina de Caen, recebeu o *Traité Élémentaire d'Analyse Quantitative*, com mapas anexos. Frédéric Febvre, societário da Comédie Française, desta enviou-lhe *Album*, dedicado ao Príncipe de Gales, futuro Rei Eduardo VII. Agradeceu-o, como «lembrança das interessantes representações da Comédie Française». De J. Deschamps, de Ruão, a *Voyage à travers mon Atelier*. Do Marquês de Nadaillac — *Les Premiers Hommes et les Temps Préhistoriques*; de Pompyeo Gener — *La Mort et le Diable*; de Charles François, livro sobre o Barão Taylor; da Viscondessa de Janzé, uma biografia de *Berryer*, esta oferecida à Imperatriz D. Teresa Cristina Maria. Do Dr. Companyo, trabalho *Sobre a Organização do Serviço Sanitário da Companhia do Canal Interocênico do Panamá*, a de Lesseps. De J. Le Baron, *Lésions Ossuses de l'Homme Préhistorique en France et en Algérie*. De Fernand Desportes e Léon Lefebvre, obra sobre *Ciência Penitenciária*, apresentada ao Conselho Supremo de Prisões e a um Congresso, em Estocolmo. Do Abade Vigneron, livro sobre a *China Central*. Do Dr. René Bittard des Portes, obra *Sur le Serment*. A Charles Henry, mandou agradecer volume ofertado: *L'Encaustique et les autres procédés de Peinture chez les Anciens*. A G. Maurouard, Diretor da Fábrica de Pólvora do Ministério da Guerra de França, o *Traité sur la Poudre et les Explosifs* e um *Mémorial des Poudres et Salpêtres*. A J. C. Richaud e Charles d'Ile, da Comissão dos Jogos Florais da Provença, a obra *Fêtes Latines Internationales de Forcalquier et de Gap*, mandando-lhes dizer que ainda se lembrava da visita de Frederico Mistral. Contribuiu, aliás, o Imperador, regularmente, para as Festas do Felibrige. Outros agradecimentos ainda em 1884 mandou fazer a A. D. Lang'ois pela primeira parte de sua *Carta Geral da Argélia*; a B. Girard, pelo *Souvenir d'une Campagne dans le Levant — Les Côtes de la Syrie et de l'Asie Mineure*; a A. Hamon, por seu *Estudo sobre as Águas Potáveis*; a Julien Piot, por *Le Violon et son Mécanisme*; ao Dr. De Tommasi por seus trabalhos sobre a *Electricidade*; a Jules Herbillon, por um mapa da *Nova Caledônia*; a Jacques Morgan, pela *Geologie de la Bohême*; ao Barão de Bave, por *L'Archeologie Préhistorique*; ao Dr. A. F. de Roquebrune, pelos primeiros fascículos da *Faune de la Senegambie*; a Artur Desjardins, do Instituto de França, sua memória sobre *La Suppression de la Course*; a Auguste Gerassut, uma *Carta Comográfica*; ao Dr. Gruby, obra sobre *Sociétés et Matériel de Secours aux Blessés Militaires*; a C. Perronet, brochura *Du Magnetisme Animal*; a Willens, livro sobre o *Senado da Republica Romana*; a Gaston Plante, suas *Recherches sur l'Electricité*. A Félix, Gaillard mandou agradecer impressos que enviou, acrescentando muito se lembrar da visita que fizera a Plouhannel.

Paramos aqui esta lista, em que omitimos nomes de autores cujas obras, também remetidas ao Imperador, não tiveram seus títulos mencio-

nados na Correspondência da Legação em Paris com a Mordomia da Casa Imperial, quase sempre anotada, a lápis, por D. Pedro II. Poderíamos continuar a relação, para os anos seguintes, até o fim de nosso Império. Não o fazemos porque julgamos serem suficientes os exemplos apontados, para mostrar a variedade dos temas das obras pelos autores ofertadas ao monarca.

PERIÓDICOS FRANCESES ASSINADOS PELO IMPERADOR — Também dará idéia da grande quantidade e variedade de jornais e revistas francesas assinadas por D. Pedro II, a seguinte lista, referente aos anos de 1885/1886: *Journal d'Hygiene*, do Dr. Pietra Santa; *Revue Contemporaine*; *Le Petit Moniteur Universel*; *Journal Officiel*; *Journal des Débats*; *Le Constitutionnel*; *Le Charivari*; *Revue des Deux-Mondes* (a predileta dos intelectuais brasileiros da época); *Journal des Demoiselles*; *Revue Britannique*; *Correspondant*; *Journal Amusant*; *L'Artiste*; *Annales de Chimie et de Physique*; *Nouvelles Annales de Mathématique*; *Comptes Rendus de l'Académie des Sciences*; idem, da *Académie des Sciences Morales*; idem, da *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*; *Société Géologique*; *Revue d'Anthropologie*; *L'Illustration*; *Romania*; *Modes Parisiennes*; *Journal des Savants*; *Revue Archeologique*; *L'Economiste Français*; *Les Mondes*; *Gazette de France*; *Gazette Archeologique*; *Revue Orientale et Americaine*; *Revue des Questions Historiques*; *Annales de l'Extrême Orient*; *La Lumière Electrique*; *La Nouvelle Revue*; *Journal Asiatique*; *Le Gaulois*; *Les Français*; *L'Astronomie*; *L'Illustration Horticole*; *Revue Politique et Litteraire*; *Revue Scientifique*; *L'Exploration*; *Gazette Geographique*; *Revue Critique*; *La Decade*; *Moniteur Universel*; *Revue des Etudes Juives*. Uma fatura da Livraria do Editor Ernest Leroux, a partir do *Journal Officiel*, acima citado, para 1886, alcançou o total de 1.403,15 francos. Para o ano de 1887, 1.409,35 francos. Acrescentem-se: *Génie Civil*; *Magazine*, *Tremplin*; *Revue du Monde Latin*; *Les Matinées Espagnoles*; *L'Éleveur*; *Guide Scientifique*. Como oferta, recebeu o Imperador, *Arquivos Comerciais*, *Anais da Indústria Francesa*, *Anais do Museu Guimdt*, *Revue de l'Histoire des Religions*.

Com tantas remessas, muitas quais por intermédio da Legação em Paris, outras diretamente, naquelas avultavam as despesas postais dos numerosos maços constantemente enviados.

Apesar da quantidade dos periódicos recebidos, não se poderá duvidar que sua leitura constituía uma das preferidas ocupações do soberano. Para comprová-lo, basta lembrar, de acôrdo com o testemunho de seu genro, o Conde d'Eu, que, mesmo durante as incertezas do dia 16 de novembro de 1889, «passou grande parte de seu tempo a ler uma de suas pequenas revistas científicas» (66).

(66) «A disposição do Imperador e a Viagem para o Exílio», carta do Conde d'Eu à Condessa de Barral, escrita a bordo do vapor *Alagoas*, indo do Rio de Janeiro para São Vicente (Cabo Verde), de 19 de novembro de 1889, publicado no *Anuário do Museu Imperial*, de Petrópolis, vol. XV, de 1954 (Rio, 1957), pág. 232, com introdução e notas do Sr. Lourenço Luis Lacombe.

PORTUGAL — Se os escritores portugueses tiveram tanta importância na formação intelectual do Imperador, natural é que da terra de seu pai e antepassados da linha masculina, continuasse diretamente recebendo muitas publicações, não por intermédio da Legação brasileira em França. Principalmente depois que visitou Portugal, em 1871, 1872 e 1877.

Mesmo um diplomata brasileiro que ali servira apenas em sua mocidade, mais portuguesa que brasileira, o historiador Francisco Adolfo de Varnhaegen, quando já Barão de Porto Seguro e Ministro em Viena, por intermédio de nosso Encarregado de Negócios em Lisboa, Júlio H. de Mele e A'vim, em 1873 mandou a D. Pedro II um exemplar de obra que em Lisboa fizera imprimir: os *Colóquios dos Simples e Drogas e Coisas Medicinaes da India*, de Garcia da Orta.

Um livreiro de Pórt, Ernesto Chardron, da Livraria Internacional, pe'o nosso Cônsul Rabelo enviou partes da grande *Crestomatia* que então publicava, com a colaboração de Adolfo Coelho.

Dos Açôres, remetia suas publicações em 1877, Ernesto do Canto, fundador do *Arquivo dos Açôres*.

No ano seguinte, aceitou o Imperador o titulo de Protetor da Empresa Ed'tora Serões Românticos, de Lisboa, que começou a publicar uma Biblioteca Ilustrada Luso-Brasileira.

Também brasileiros residentes em Portugal da'i mandavam a D. Pedro II suas obras. Como fêz o Barão de Marajó, a quem em 1884 mandou agradecer sua *Amazônia*, recomendando ao diplomata Caetano Maria de Paiva Lopes Gama dissesse àquele titular ter lido com interesse a parte de seu trabalho publicada em Paris.

No ano seguinte, pe'o Conde de Aljezur, amigo do Imperador, enviou o Cônsul-Geral em Lisboa, Paulo Pôrto-alegre, filho e sucessor, no cargo do pai, o Barão de Santo Ângelo, o manuscrito de obra sobre agricultura, escrito por infelizmente oficial de nossa Marinha de Guerra, Francisco Pereira Dutra, emigrado para a África Portuguesa, em 1867 falecido em Luanda, Angola. Agradecendo-o, comentou D. Pedro II: «Conheci muito Dutra, com quem falei diversas vêzes, a respeito de suas viagens».

Também em 1885, agradeceu livros recebidos de João Bonança e Ramalho Ortigão. Dêste, uma coletânea de artigos publicados no Brasil. Sem qualquer ressentimento pelas impertinências a seu respeito contidas nas levianas *Farpas*.

Do orienta'ista Guilherme de Vasconce'os Abreu, em 1887 mandou vir obras enunciadas pelo Cônsul Paulo Pôrto-alegre.

Dados, todos estes procedentes, como os relativos à França, e os que se seguem, referentes a outros países, coligidos na já várias vêzes citada Correspondência das Legações e Consulados do Brasil no es-

trangeiro. com a Mordomia da Casa Imperial, que tivemos em nosso poder, por gentileza do Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans-Bragança, repetimos.

Quanto às participações do Imperador em leilões de livros e manuscritos portugueses, das Livrarias do bibliôgrafo Inocêncio Francisco da Silva, 5º Marquês de Castelo Melhor e Camilo Castelo Branco, — já foram mencionadas em capítulo anterior.

ITÁLIA — Da Itália, muitos foram os escritores que enviaram suas obras ao Imperador do Brasil, que também as adquiria, quando de seu interesse. Tanto dos Reinos da Sardenha e Piemonte, das Duas Sicílias, como dos Estados Pontifícios, antes e depois da unificação da península.

Amigo de Alexandre Manzoni, de quem traduziu a ode «O 5 de Maio», com prazer recebeu D. Pedro suas obras, em 1870, enviadas pelo Abade Caccia. Que também mandou as suas, por intermédio do ativo Cônsul brasileiro em Gênova, César Persiani, depois Barão de Itiúba.

Também a Ginevra Bastianelli mandou agradecer álbum que organizou em memória do mesmo poeta, quando de sua morte. Igualmente mandou assinar a *Rivista. Etrópéa*. pedindo os números que continham art'go: de Cario Morbio. sobre o admirado Manroni.

Outro amigo italiano de D. Pedro [J], César Cantu, enviou-lhe, pelo Ministro brasileiro 1º Barão de Javari, carta e o Opúsculo *Monti. e Veta che fu sua*. Recebendo-o, mandou dizer que diretamente responderia ao autor.

Professores de Universidades italianas, foram freqüentes nas remessas de suas obras ao nosso Imperador. Dos mais diferentes assuntos de literatura e ciências, como já vimos quanto à França. Assim, vários das de Bolonha, Pisa, Lucena Nápolis, Messina. Do Professor Luis Setteabrini, muito apreciou suas *Lições de Literatura*. Ao Professor Antônio Guaiberto de Marzo, pagou o Vice-Cônsul do Brasil em Florença, por conta de D. Pedro II, 160 francos por seus *Comentários à Divina Comédia*, obra, como já vimos muito de sua preferência. Do Professor Costantino Triantafillis, de Venesa, agradeceu trabalho sobre *Maquiavel*. sobre o qual já lera referências favoráveis em revistas italianas. Também mandou assinar o *Dicionário Biográfico de Literatura Contemporânea*, em Florença publicado sob a direção de seu conhecido, Professor Ângelo de Gubernatis.

Mas não só professores de grau superior homenagearam o soberano brasileiro. Dosoenico Ionata, Mestre-Escola de GugKonesi, Província de Molise, escreveu que, quando o Imperador visitou Nápolis. apresentou-lhe seu trabalho: *Tributo di un Italiano, ossia Storia dei Brasilej nacrata ai giovane de lie scuole italiani*. Um Opúsculo sobre e Brasil recebeu do Padre Giovanni Dulcetti, de Borgo Larno, Calábria.

Outra amizade italiana do Imperador era a famosa atriz Adelaide Ristori, Marquesa Capranica dei Grillo, sua correspondente e ofertante de obra de sua autoria.

Por intermédio da Legação do Brasil junto à Santa Sé, muitos sacerdotes enviaram trabalhos seus, ao Imperador, religiosas ou profanas. Tanto de Cardiais, como Pitra, autor de *Manuale di Genealogia per la Storia del Medio Evo e Moderna*, como de simples párocos rurais.

Grandes obras italianas de seu tempo, adquiriu D. Pedro II. *La Basiliche de Saint Marc à Venise*, em vários volumes, uma delas. As do Abade Luigi Tosti, em 21 tomos, com a História de Monte Cassino, de Bonifácio VIII e seu tempo, a Liga Lombarda. Abelardo e seu tempo, e Concílio de Constança, o Cisma Grego, a Condessa Matilde e os Pontífices, Prolegômenos à História Universal da Igreja, Psaltério, Mea'ech ou o Livro do Povo, Uril, Torquato Tasso e o Beneditinos Cassinenses, Escritos Vários, afinal um estudo sobre o autor.

Da Real Academia de Lincei recebia obras, que agradecia.

ESPAÑHA — Quando o futuro Visconde de Pôrto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen, foi representante do Brasil na Espanha, grande foi a correspondência que manteve com o Imperador, inclusive de interesse literário. Como está em parte inédita, tendo escapado às cartas dele publicadas no *Anuário do Museu Imperial*, vol. IX, de 1948, e ao tomo de sua *Correspondência Ativa*, eruditamente coligido por Clado Ribeiro de Lessa, editado pelo Instituto Nacional do Livro, — ao assunto dedicaremos trabalho especial, para sua revelação.

Da Espanha destacaram-se as remessas, para a Biblioteca do Imperador feitas pela Real Academia Espanhola. Inclusive da ata de sessão a que assistiu, em Madrid. Como da 12ª edição do *Diccionario de la Lengua Castellana*.

BÉLGICA — Dentre os livros por D. Pedro II mandados comprar na Bélgica, salienta-se a *Histoire de la Vaccine ou Monument a Jenner, le Bienfaiteur de l'Humanité*, do Professor Emérito da Universidade de Gand, Dr. Burggraave. Que também outras obras a ê'e enviou agradecidas por intermédio do Ministro do Brasil, Conde de Villeneuve.

Obras sobre Astronomia, Eletricidade, *Medicina da Infância*, *Justiça e Disciplina nos Exércitos Romanos e da Idade Média*, figuram entre as recebidas da Bélgica. Como *Boletins* da Sociedade de Geografia, de Antuérpia.

As vêzes ocorriam extravios, como o de que, ao Ministro Villeneuve, queixou-se o Marquês de Coligny, Correspondente do Instituto de França. Pela Legação brasileira em Paris, havia enviado suas *Recherches Theoriques et Experiences sur les Oscillations de l'Eau, les Ondes et les Machines Hydrauliques à Colonnes Liquides Oscillantes*, bem como uma *Memória sobre a antiga Ponte de Cherburgo*, — e não conseguiu saber se haviam chegado a seu destino, embora o perguntasse ao Ministro francês no Rio de Janeiro, Conde Amelot, e a Emmanuel Liáis, Diretor de nosso Observatório Astronômico.

INGLATERRA — Pagas pela Legação em Paris, comprou D. Pedro II publicações inglesas, também as recebendo enviadas pelos autores.

ou por Ministros brasileiros em Londres. Inclusive, edições oficiais. Ou de entidades culturais e científicas, como o Museu Britânico, a Sociedade Geográfica a Associação Britânica para o Adiantamento da Ciência e a Real Sociedade Asiática da Grã-Bretanha. Desta última, recebeu exemplares dos *Vedas Sâscritos*, oferecidos em nome do governo da Índia.

Tendo o Imperador visitado, em Edinburgo, a General Register House, recebeu os primeiros volumes dos *National Manuscripts of Scotland*.

Remetidas pelo diplomata Barão do Penedo, recebeu *The Revised Version of the New Testament*, publicações sobre a Índia, Astronomia, Ornitologia, *The Martyrs to the Catholic Faith*, *The Illustrated History of Ergand* (em nove volumes), trabalhos de um Congresso de Orientalistas.

A própria Rainha Vitória mandou entregar-lhe dois volumes: *More leaves — Letters of Princess Alice*. «Hei-de agradecer à Rainha», anotou o Imperador.

A Arthur Kinloch, mandou agradecer livro sobre *Lorde Byron*.

ALEMANHA — Embora a grande maioria de ofertantes de livros a D. Pedro II fôsse constituída de admiradores de seus méritos e soberano interessado nas ciências, letras e artes, já vimos que entre eles também apareciam alguns interesseiros, visando a obtenção de condecorações, presentes, etc. Excepcionalmente, houve um que afetou nada querer: o historiador das artes então modernas, o polonês Conde Raczyński, conforme a seguinte curiosa carta dirigida ao nosso Cônsul-Geral na Prússia, Manuel de Araujo Porto-alegre o pintor e poeta depois Barão de Santo Ângelo:

«Berlim, 19 de junho, 1860

«Senhor

«Tive muitas vezes de servir de portador de cartas de autores que oferecem seus livros aos soberanos e esperam condecorações ou presentes, para ter horror dessas espécies de pretensões e especulações. Queira, portanto, considerar os dois exemplares de minha obra sobre a arte moderna, como sendo oferta de minha parte, em testemunho do prazer que tive de conhecê-lo. Se, em seguida, como me exprimi a idéia, Sua Majestade o Imperador consente em aceitar um desses exemplares, daí me virá uma honra muito superior ao valor de meu trabalho, e não desejo nenhum outro testemunho do gênero daqueles que mencionei acima» (67).

A carta era dirigida a Porto-alegre como «Diretor do Museu Etnográfico e Artístico do Rio de Janeiro». Realmente, embora Cônsul.

(67) Original em *Album da Baronesa de Santo Ângelo*, no Museu Imperial, de Petrópolis, pág. 56. O Conde Raczyński foi autor de *Les Arts em Portugal* e de um *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*.

AGENCE LITTÉRAIRE ORIENTALE & AMÉRICAINNE

Ernest Leroux, Editeur

LIBRAIRIE DE LA SOCIÉTÉ ASIATIQUE,
DE L'ÉCOLE DES LANGUES ORIENTALES VIVANTES, DE L'ÉCOLE DU LOUVRE, ETC.

RUE BONAPARTE, 28

Fourni à M. le Ministre de l'Instruction Publique & des Beaux-Arts

PARIS, le 10 Mars 1887

Revue Archéologique mensuel, 25 fr.	Abonnement pour 1887,		
Journal Asiatique mensuel, 25 fr.			
Revue Critique trimestriel, 25 fr.			
Revue d'Éthnographie trimestriel, 25 fr.	1 Journal Officiel		40 25
REVUE DE L'ÉCOLE DES LANGUES ORIENTALES VIVANTES, 25 fr.	1 - de Débat		72 10
REVUE DE L'ÉCOLE DU LOUVRE trimestriel, 25 fr.	1 - L'Économiste		48 10
Revue Egyptologique trimestriel, 25 fr.	1 - L'Éclair		72 10
Revue d'Assyriologie et d'Archéologie Orientale trimestriel, 25 fr.	1 Revue des Deux Mondes		50 10
RECUEIL D'ARCHÉOLOGIE ORIENTALE 2 volumes, 25 fr.	1 Journal de Demours		25 10
PUBLICATIONS	1 Album Britannique		52 10
de la Société Asiatique,	1 L'Économiste		35 10
de l'École des Langues,	1 Journal Asiatique		17 10
de l'École du Louvre,	1 - L'Éclair		50 10
de la Société de l'Orient Latin	1 Annuaire de l'Égypte et de l'Asie		30 10
du Musée Guimet,	1 Atlas de l'Égypte et de l'Asie		15 10
de la Mission Archéologique du Caire,	1 Comptes rendus de l'Académie		20 10
de l'École des Lettres d'Alger	1 Société Géologique de France		20 10
des Facultés des Lettres de Bordeaux et Toulouse, de Lyon, de Caen, de Poitiers, de Clermont.	1 Revue d'Anthropologie		25 10
BIBLIOTHÈQUE ORIENTALE 5 volumes publiés	1 Journal de l'Égypte		36 10
BIBLIOTHÈQUE CLASSIQUE 5 volumes publiés	1 Comptes rendus de l'Académie		20 10
BIBLIOTHÈQUE ASIATIQUE 5 volumes publiés	1 - de l'Égypte et de l'Asie		2
Collections de Contes et Contes populaires	1 Revue		20 10
Recueil de Voyages et de découvertes géographiques			164 15

*Reprodução da primeira página da futura
de assinatura de periódicos franceses do ano
de 1887. destinados à Biblioteca Particular do
Imperador D. Pedro II. No verso da página
aqui reproduzida, constam mais 26
ções. com o respectivo preço total,
francos, e o competente recibo selado,
pelo livreiro Ernest Leroux.*

A BIBLIOTECA DO IMPERADOR

ainda era Diretor titular da Seção de Numismática e Artes Literais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas, do Museu Nacional. Além de Pintor da Imperial Câmara.

O mais notável correspondente alemão do Imperador, foi o sábio naturalista bávaro Carlos Frederico Fiipe von Martius, que não chegou a conhecer pessoalmente, pois faleceu em 1868. Antes e depois desse milésimo, de Munique e Hamburgo eram encaminhados ao Brasil os successivos fascículos de nossa maior obra científica, até hoje publicada, a princípio sob a sua direção: a *Flora Brasiliensis*, subsidiada por D. Pedro II. De 1855, é um ofício de nosso Cônsul na segunda dessas cidades, José Lúcio Corrêa, dirigido ao então Mordomo da Casa Imperial, Conselheiro Paulo Barbosa da Silva, tratando de uma dessas remessas. Inclusive quanto ao pagamento das respectivas despesas e exemplares destinados ao Dr. Freire Alemão, naturalista brasileiro, e ao então Capitão Guilherme Schüch de Capanema, depois Barão de Capanema, amigo do Imperador.

William Heine, que no Congresso de Geografia, reunido em Antuérpia, 1871, tivera ocasião de conversar com D. Pedro, sobre a tão discutida abertura de um Canal do Atlântico ao Pacifico a começar do istmo de Darien, na Co'ômbia, sobre o assunto a êle escreveu, por intermédio do Ministro brasileiro em Ber'ím, Barão de Jauru. Também por êste, enviou trabalhos seus o Ministro da Grécia na capital alemã, Rango. Do mesmo Heine mandou o Imperador comprar sua obra sobre o Japão.

Dos mais diversos gêneros eram, como sempre, os livros recebidos da Alemanha. Do Professor Pitachner, de Munique, sobre o *Céu Estrelado e Marte*; do Professor Esmatck, de Kiel, sobre *Cirurgia Militar*; do poeta Wilhelm von Is'ine de Cassel, sobre *Johanna d'Arc, Himmen und Erde*; de Gerhard Rohfs, de Weimar, álbum de fotografias tomadas em expedição ao Deserto da Libia. Além de estatísticas officiais berlineses, *Anais da Sociedade de Antropologia, Etnografia e História Primitiva* e da *Academia de Ciências*, de Berlim. Uma edição especial da *Goethe's Italianische Reise*. Em muitos volumes, a *Correspondência de Frederico, o Grande*.

As Coleções Sabouroff e Ivanoff, figuraram, durante alguns anos, nas remessas de seus fascículos. De que também eu dou o Barão, depois Visconde de Paraguaçu, nosso nôvo Cônsul em Hamburgo.

Egiptólogo amador, comprou D. Pedro *Das Egyptisch Todtenbuch*, de Naville. Interessado na Grécia antiga, adquiriu obra sobre *Mikensische Vasen*.

De Frederico Israel, recebeu livro de sentenças do *Talmud* e da literatura rabínica. E assinou, de Stephan Marug, *Ritual e Leis do Judaísmo*, conforme prospecto de Basileia, Suíça.

Admirador de Wagner, de Nicolau Oesterlein recebeu livrinho sobre *Museu do músico* e o *Catálogo de sua Biblioteca*.

AUSTRIA-HUNGRIA — Filho de austriaca, era natural que pelo Império chefiado por seu primo Francisco José se interessasse o Imperador do Brasil.

Daí o bom número de obras de autores austriacos, de publicações oficiais e de entidades científicas de Viena, Budapesth, Praga e outras cidades, por êle recebidas ou adquiridas. Inclusive obras de professores cientistas, poetas.

Como do primo Arquiduque Luis Salvador, que agradecería pessoalmente, conforme anotou. Ou do Grão-Duque de Toscana, obra aliás destinada à Imperatriz D. Teresa Cristina Maria. De Diretor da Biblioteca do Fideicomisso da Família Imperial e Real, recebeu livro publicado sob os auspícios do Arquiduque Leopoldo. E outro, em que colaborou o Arquiduque Rodolfo. Como volume de viagens do Duque Filipe de Saxe-Coburgo. Também pretendia publicar trabalho, de que D. Pedro recebeu prospecto, o Arquiduque João de Toscana.

HOLANDA — Por intermédio da Legação brasileira nos Países-Baixos, recebeu o Imperador publicações do Observatório Meteorológico de Utrecht; outras, da Sociedade Holandesa de Ciências, de Harlem.

Também recebeu as *Atas do 6º Congresso de Orientalistas*, reunido em Leide, de que era D. Pedro II membro honorário.

RÚSSIA — Apesar da distância também da Rússia recebeu publicações a Biblioteca Particular do Imperador do Brasil.

Tendo ido ao Império dos Csares, de volta recebeu de São Petersburgo cinco caixas, inclusive de livros, enviadas por nosso Ministro, Barão de A handra. Vieram por intermédio do então Barão de Paraguaçu, Cônsul em Hamburgo.

Gustav Roos, Delegado Estrangeiro da The Nordenfelt Guns and Ammunition Co. Ltd. de Londres, da capital russa mandou a D. Pedro, pela Legação brasileira, então a cargo de A. S. Teixeira de Macedo, brochura intitulada *Emploi des Mitrailleuses et Canons à tir rapide dans Armes de Terre et de la Marine*.

ESTADOS UNIDOS — Um trabalho sobre a *Vitória Régia*, em 1855 enviado pelo Ministro Carvalho Moreira (depois Barão do Penedo) foi o primeiro livro norte-americano de que consta a remessa ao Imperador do Brasil, pela Legação em Washington.

Conhecidas são as boas relações por êle mantidas com o suíço-americano Luis Agassiz e o poeta Longfellow. Carta dêste, e da viúva daquele, a também escritora Elisabeth Cary Agassiz figuram nas remessas à Mordomia da Casa Imperial. O próprio Agassiz havia mandado a D. Pedro folhetos do Instituto de Zoologia Comparada, do Harvard College, de Cambridge, Massachusetts.

De Harriette B. Stowe foi a remessa do famoso *The Uncle Tom Cabin*, que a princípio se deu como não recebido, mas que depois se agradeceu.

Caixas com livros remeteu o Smithsonian Institute, inclusive de seu Bureau of Ethnology. Como volumes da Anthropological Society.

A BIBLIOTECA DO IMPERADOR

Mandou o Imperador comprar a *Encyclopedia Americana*, de 25 volumes, por 255 dólares.

Também recebia o *American Journal of Mathematics*. E a *Literary Life*.

Da morte do Presidente Garfield recebeu o Imperador jornais, oferecidos por Alfred B. Smith, enviados por intermédio do diplomata J. G. Amara Valente. A *Biografia* do Presidente William Lloyd Garrison, mandaram seus filhos Wendell Phillip e Francis Jackson.

ARGENTINA — Conhecidas são as boas relações, inclusive intellectuais, pelo Imperador mantidas com os ilustres Presidentes argentinos Bartolomeu Mitre e Domingos F. Sarmiento.

De Buenos Aires recebia estatísticas e outras publicações. Interessar-lhe-iam, por exemplo, a *Dictadura del Mariscal López ó sea Album Histórico*, de Jacinto V. Vicencio, de 1879. E uma obra sobre Educação e modelos de bancos escolares, de A. van Gelderen. Dêste agradeceu, por intermédio de nosso Ministro Leone Martiniano de Alencar, depois Barão de Alencar, um *Nuevo Método para Aprender el Alemán*. De Francisco Lagomaggiore — *El Autógrafo Americano — Sección Peruana*.

PAISES DO PACÍFICO E VENEZUELA — De notáveis escritores chilenos recebeu livros D. Pedro II. Assim, do jurisconsulto Jacinto Chacon, os três tomos de sua *Exposición Razonada y Estudio Comparativo del Código Civil Chileno, Los Conflictos entre la Iglesia y el Estado, La Ley Electoral al alcance de todos*. Do «inesgotável» Benjamin Vicuña Mackenna, o *Libro del Cobre i del Carbon de Piedra en Chile*. Depois de sua morte, a *Corona Fúnebre a la Memoria de Benjamin Vicuña Mackenna*. Do historiador Diogo Barros Araña, sua notável *Historia General de Chile*. E outros livros chilenos.

A todos, como de costume, mandava agradecer por nossos representantes diplomáticos.

Do Peru, ao Imperador remeteu o Ministro Henrique de Barros Cavalcanti de Lacerda um exemplar do *Concurso Literário Celebrado en Honor de Santa Rosa de Lima*.

Da Colômbia, mandou sua *Aritmética*, Indalecio Liestano.

Da Venezuela, recebeu e agradeceu três exemplares de *La Fé Cristiana*, de Amenodoro Urdaneta, Cavaleiro da Ordem Piaña, obra em defesa da Igreja contra os cismas.

De Simón B. O'Leary, os dez tomos das *Memórias do General O'Leary* (68).

(68) Quase todas as informações contidas no longo capítulo intitulado «Novas aquisições para a Biblioteca do Imperador» foram coligidas, conforme já se afirmou, na Correspondência da Mordomia da Casa Imperial com as Legações e Consulados do Brasil no estrangeiro, gentilmente posta à nossa disposição por Sua Alteza o Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans-Bragança.

PUBLICAÇÕES SOBRE O BRASIL, APARECIDAS NO ESTRANGEIRO

Grande era o interesse do Imperador pe'as publicações referentes ao Brasil, appareciads no estrangeiro. Por isso, se não as recebia dos próprios autores ou editôres, ou por iniciativa dos diplomatas conhecedores daquella predileção, determinava sua compra, por intermédio da Mordomia da Casa Imperial.

Assim, em 1863, ao Mordomo Conselhe'ro Paulo Barbosa da Silva, enviou Francisco Xavier da Costa Aguiar d'Andrada (depois Barão de Aguiar d'Andrada), então Encarregado de Negócios do Brasil na Inglaterra, como oferta sua, a D. Pedro II um exemplar dos *South American Sketches*, de Thomas Woodbine Hinchliff. Comentou que «o imparcial autor dessa obra, maravilhado pela be'za natural da América Meridional, descreveu com côres vivas as agradáveis impressões de sua viagem ao Brasil e ao Rio da Prata. A magnificência da Baía do Rio de Janeiro e das colinas e montanhas que a cercam, mereceu-lhe especial atenção. A importância, porém, que ligo a êsse livre, consiste, principalmente, além da oportunidade de sua publicação (69) na descrição vantajosa que faz, da condição do escravo no Brasil. Na mesma ocasião em que aqui se aventava a questão dos africanos livres, apresenta-se a opinião insuspeita de um viajante inglês, advogado em Londres e membro de uma Sociedade Científica, declarando, com o testemunho de sua própria observação, confirmada pelas informações de seus compatriotas, residentes no Império. — que é preferível a condição da escravatura no Brasil à da classe dos trabalhadores agricultores na Europa».

Também livreiros interessados em obter o titulo de Fornecedores da Casa Imperial, ofereciam obras que poderiam interessar à Biblioteca Particular de Sua Majestade. Assim, em 1871, Bernard Quar'tch estabelecido em Picadilly, recomendado pe'lo Capitão Richard F. Burton, escritor e ex-Cônsul inglês em Santos, ofereceu ao Mordomo Nogueira da Gama o folheto de Cristóbal de Acuña — *Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas*, de 1639, editado em Madrid, 1641, por apenas £ 12 — 12.

Da Alemanha, em 1872, enviou Platzman, Cava'eiro da Ordem da Rosa uma cópia da *Arte de Gramática da Lingua mais usada na Costa do Brasil*, de autoria do Padre José de Anchieta, existent na Biblioteca de Dresde. Depois, em 1874, por intermédio da Legação brasileira em Berlim e do Consulado em Hamburgo, remeteu seu exemplar impresso e outro do que sôbre e'la escreveu em alemão. Aquella cópia que teve o nº 99 no Catálogo C, dos Códices do «Inventário» dos Manuscritos da Biblioteca do Imperador, quando êstes se encontravam no Castelo d'Eu, em França, está, hoje, em Petrópolis, com o Príncipe D. Pedro Gastão de Orleans-Bragança, bisneto de D. Pedro II. Em 1933, o então Director da Biblioteca Nacional, Rodolfo Garcia, nela procurando e encon-

(69) A oportunidade a que se referiu o diplomata, era a chamada «Questão Christie», então vigente entre o Brasil e a Grã-Bretanha.

trando as respectivas matrizes do fac-símile da *Gramática anchietana*, reeditou-a.

Um ofício do Ministro do Brasil na Alemanha, de 2 de abril de 1873, dirigido ao Mordomo Barão de Nogueira da Gama, esclarece importante fato de nossa Bibliografia Histórica Militar: «Por um dos vapôres da linha de Hamburgo e intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros nessa Côrte acabo de ter a honra de enviar a Vossa Exce.ª, para a Biblioteca de Sua Majestade O Imperador, dois exemplares do segundo volume da *História* de nossa Guerra contra o Paraguai. — No meu ofício de 17 de abril do ano próximo passado (70), com o qual remeti o mesmo número de exemplares do primeiro volume, expus as razões que me induziram a fazer publicar aquela obra, confiando-a a um escritor conhecido e cuja posição social oferece tôda garantia de imparcialidade. Esta circunstância era essencial, para que tivesse valor, aos olhos do público estrangeiro, a refutação das calúnias que contra nós se tinham assoalhado, sobretudo em Inglaterra e França».

Assinou o ofício o Ministro Barão de Jauru, a quem, como se vê, ficamos devendo a iniciativa da publicação dessa importante obra de Ludwig Schneider (1808/1878), depois notavelmente anotada pelo Barão do Rio Branco (71). Convém lembrar que César Sauvã Viana de Lima, em 1873 intitulado Barão de Jauru, era, em novembro e dezembro de 1864, o representante do Brasil no Paraguai, que teve de enfrentar o início das absurdas hostilidades pe'lo Ditador Solano López então inopinadamente rompidas contra o nosso país.

Em 1875, por intermédio do Ministro em Londres, Barão do Penedo, mandou livros do já citado Capitão Richard F. Burton, destinados ao Imperador, sua mulher, Isabel A. Burton.

Talvez *The Captivity of Hans Staden of Hesse in A. D. 1547-1555, among the Wild Tribes of Eastern Brazil*, traduzido por Albert Tostal, Esq., do Rio de Janeiro, anotado por R. F. Burton, publicação da Hakluyt Society, Londres, 1874.

Da Legação na Bélgica, quando chefiada pelo então Barão de Arinos, recebeu D. Pedro II o livro do Conde de Ursel, sobre suas viagens na América do Sul.

Recebendo o Imperador, em 1879, dos editôres franceses Aillaud, Guillard & Cia., o *Dicionário Francês-Português*, do Conselheiro F. de

(70) Não consta, o citado ofício, da Correspondência da Legação do Brasil na Alemanha com a Mordomia da Casa Imperial.

(71) Infelizmente, não pôde o Ministério das Relações Exteriores reeditar, na Coleção das Obras do Barão do Rio Branco, comemorativa do Centenário de seu Nascimento, transcorrido em 1945, a *Guerra da Triplíce Aliança contra o Governo da República do Paraguai*, de autoria de L. Schneider, por terem sucessivamente falecido os quatro encarregados da revisão e atualização das notas do Barão: Tenente-Coronel Mário Barreto, o General Emílio Fernandes de Sousa Docca, o historiador Aurélio Pôrto, o General Deoclécio De Paranhos Antunes.

Castro Freire, mandou o nosso representante em Paris «agradecer ao Aillaud, que tão bons serviços tem prestado à literatura de língua portuguesa».

Saindo, na capital francesa, em 1881, o jornal *Le Brésil*, mandou declarar que o lera «com muito prazer».

Em 1886, determinou que se agradecesse a E. Levasseur, do Instituto de França, e a C. Delagrave, o *Mapa Mural do Brasil*, de que lhe enviaram dois exemplares.

No mesmo ano, ao Mordomo Barão de Nogueira da Gama, mandou o Barão do Penedo, Ministro em Londres, a obra do engenheiro inglês James, William Wells, seu conhecido, intitulada *Exploring and Traveling — 3.000 Miles through Brazil*, rica em observações interessantes sobre o nosso país. Veio acompanhada de carta do autor, aqui residente durante dezessete anos. Como de costume, mandou o Imperador que se agradecesse a oferta.

Outros exemplos poderiam ser apontados, do interesse de nosso monarca, por publicações referentes ao Brasil, aparecidas no estrangeiro, através da vasta Correspondência das Legações e Consulados brasileiros, mantida com a Mordomia da Casa Imperial.

FREQÜENTADORES DA BIBLIOTECA DO IMPERADOR

Em sua biografia de D. Pedro II, primeiramente publicada na revista *O Futuro*, de 1862/1863, depois em folheto aparecido no Pôrto, 1871, assegurou Monsenhor Pinto de Campos que em sua Biblioteca costumava êle «receber, algumas vèzes, os nacionais e estrangeiros sábios, a quem deseja distinguir, nas mais amenas práticas literárias. Em tais ocasiões, totalmente desaparece o superior, desvelando-se para só parecer igual; o imperante para só dar lugar ao sábio. É nessas tranqüilas palestras, isentas de todo o cerimonial, e em que o cidadão hierarquicamente mais obscuro é pôsto tanto à sua vontade, como se estivesse a sós com um seu confrade em letras, que o Imperador mostra, em frase desambiciosa, mas com o maior brilho de idéias, a vastidão de seu saber em todos os ramos dos conhecimentos humanos; conversação sempre variada, sólida, instrutiva, suavíssima» (72).

Tirando-se os exageros do panegírico, sabe-se ser verdadeiro o fato apontado.

Também se conhecem os poucos íntimos que tinham livre acesso aos gabinetes particulares do Imperador: seu antigo Professor, Visconde e Marquês de Sapucaí e aquêle que é justamente apontado como seu mais íntimo amigo, embora seja relativamente cerimoniosa a longa correspondência que trocaram, que em breve anotaremos: o Barão e Visconde de

(72) JOAQUIM PINTO DE CAMPOS — *op. cit.* pág. 24.

A BIBLIOTECA DO IMPERADOR

Bom Retiro (73). Talvez, também, outro amigo, ao qual sempre auxiliou e prestigiou, desde sua educação na Europa: Guilherme Schüch de Capanema, Barão de Capanema (1824/1908) (74).

Dentre os intelectuais que também freqüentaram a Biblioteca Particular de Sua Majestade Imperial, disso deixando valiosos depoimentos, distinguem-se dois: o Conde Arthur de Gobineau, Ministro de França no Rio de Janeiro em 1869/1870, notável escritor, cientista e artista; e o poeta e Conselheiro João Cardoso de Menezes e Sousa, em 1883 Barão de Paranapiacaba.

O primeiro, recebido em sala próxima à Biblioteca, em suas recordações e cartas reunidas pelo Professor Georges Raeders, registrou suas excelentes impressões das numerosas entrevistas literárias e científicas mantidas com o imperial amigo (75).

Quanto ao Barão de Paranapiacaba, tendo examinado traduções e comentado leituras com D. Pedro II, embora se defendesse da acusação de ter sido seu protegido, de suas conversas deixou minucioso relato no «Prefácio» à sua transladação poética da versão que em prosa fez o Imperador do *Prometeu Acorrentado*, de Ésquilo, posteriormente publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (76).

Também freqüentou a Biblioteca do Imperador o poeta Múcio Scoevola Lopes Teixeira, nascido no Rio Grande do Sul, 1858, pois durante três anos, a partir de 1885, residiu no Palácio de São Cristóvão, exatamente no Torreão do Norte, onde se localizava aquela Livraria. Ali, a ele coube auxiliar ao Imperador, na preparação e revisão do volume das *Hugonianas*, coletânea brasileira de traduções de poesias de Vitor Hugo, organizada em sua homenagem, naquele ano de seu falecimento (77).

(73) Sobre o livre acesso de Sapucaí e Bom Retiro pela porta do Torreão do Sul, a dos aposentos íntimos de D. Pedro II, conforme Helio Vianna — «O Imperador visto pelo Almojarife (II)»; (êste, Eduardo Marcelino da Paixão, último a exercer o cargo na Casa Imperial); Folhetim no *Jornal do Comércio*, de 14 de julho de 1967.

Quanto à correspondência entre D. Pedro II e o Visconde de Bom Retiro, publicá-la-emos de acôrdo com os originaes pertencentes ao Arquivo da Família Imperial, hoje do Museu Imperial, de Petrópolis; do Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro; da Seção de Manuscritos da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Todos copiados por diligência do Arquivo Nacional.

(74) «Cartas de D. Pedro II ao Barão de Capanema», apresentadas, e anotadas pelo Sr. Lourenço Luis Lacombe, publicaram-se no *Anuário do Museu Imperial*, vol. V, de 1944, págs. 189/202.

(75) GEORGES RAEDERS — *Le Comte de Gobineau au Brésil* (Paris, 1934) passim; *D. Pedro II e o Conde de Gobineau*. Correspondência inédita (São Paulo, 1938) passim; *D. Pedro II e os Sábios Franceses* (Rio, 1944), pág. 78.

(76) Primeiramente publicada no Rio de Janeiro, 1897, em livro dedicado à memória de D. Pedro II; depois, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 67, de 1904, vol. 110; e tomo 68, de 1905, vol. 112.

(77) MÚCIO TEIXEIRA — *O Imperador visto de perto* (Rio, 1917), passim; e *O Negro da Quinta Imperial* (Rio, 1927), págs. VII, 204, 205, 220/223.

A D. Pedro II, como editor de obras alheias e autor postumamente publicado, pretendemos dedicar trabalho especial.

INCUNÁBULOS DA BIBLIOTECA PARTICULAR DE SUA MAJESTADE

Por ocasião do Centenário do Nascimento do Imperador», no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, publicou substancioso artigo sobre «D. Pedro II e os seus livros», Aurélio Lopes de Souza, antigo Bibliotecário e, várias vezes, Diretor interino de nossa Casa dos Livros.

Assinalou, então, que, embora se não tratasse de Biblioteca especializada, continha grande número de obras raras, edições *princeps*, cimélias, mas não incunábulo (78).

Neste ponto enganou-se o dedicado funcionário, que conhecemos em 1931, quando Chefe da antiga Seção de Estampas, hoje de Iconografia, onde nos mostrou belos Álbuns e litografias que haviam pertencido ao Imperador.

Além da *Crônica de São Jerônimo*, do Bispo de Cesaréia, Eusébio Panfílio, de 1483, ganha na visita ao mineiro Colégio do Caraça, em 1881, conforme narramos no capítulo relativo a «O Amigo dos Livros em viagens», outros incunábulo constam da Coleção D. Teresa Cristina Maria, de livros que foram de D. Pedro II, hoje da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Na *Exposição de Incunábulo* ali realizada quando Diretor o Professor Celso Cunha, figuraram dessa procedência, uma *Cosmografia* de Ptolomeu, de Ulm, 1486; e um *Esopo*, de Augsburg, 1497. (Conforme o citado *Catálogo*, pág. 9).

Outras preciosidades da citada Coleção, constam do *Catálogo dos Incunábulo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, organizado pela Bibliotecária Sra. Rosemarie Erika Horch, publicado em 1957. Inclusive a *Opera cum Commentaris*, de Quintus Horatius Flacus, de Venesa, 1498 (79).

Com este estudo, acreditamos ter contribuído para esclarecer um pouco a História da maior e mais rica de nossas Bibliotecas Particulares do século XIX: a do Imperador D. Pedro II. Longe estamos de supor que tenhamos encerrado o assunto. Tanto assim que outros trabalhos a seu respeito temos em preparo. Além dos laterais, aqui já anunciados, mais os seguintes, em continuação a *este*: «Doação da Biblioteca de D. Pedro II» e «Manuscritos da Biblioteca do Imperador». Para realizá-los, repetimos, foi imprescindível o gentil auxílio de Sua Alteza o Príncipe D. Pedro Gastão de Orléans-Bragança, bisneto do *Magnânimo*.

(78) AURÉLIO LOPES DE SOUSA — *artigo* citado, de 2 de dezembro de 1925, transcrito na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo VB, ano, vol. 152 (Ro, 1927), pág. 581. „„„„ c|

(79) HELO VIANNA — «D. Pedro II e o Incunábulo do Caraça», cit. na *now* «pág. 137, nota 6.

Bocage e o Brasil

PEDRO CALMON

OS biógrafos de Bocage destacam naturalmente como seus amigos generosos os arrolados por ele, na "*sua mui perigosa enfermidade*". Dedicou-lhes "improvisos" repassados de gratidão.

Entre esses parceiros da dor (que o não abandonaram na hora . "*da justiça e do Desengano*") há dois *brasileiros*, o botânico padre mestre frei José Mariano da Conceição Veloso e o desembargador da Relação do Porto Vicente José Ferreira Cardoso, notável, mais tarde, por seu livro "*Que é o Código Civil*".

Os outros amigos *brasileiros* do poeta, principalmente de 1798 a 1801, ficaram em ingrato esquecimento.

Convém mencioná-los. Porque através deles a poesia bocageana se insere na literatura do "outro hemisfério" da Língua portuguesa, que na juventude *Elmano* conheceu.

Comparou-se melancolicamente a Camões...

Camões, grande Camões, quão semelhante

Acho teu fado ao meu, quando os cotejo! (1)

Nisso foi mais feliz do que o mestre.

Não atravessou o mar *de longo*, adivinhando a "quarta parte nova".

A nau *Nossa Senhora da Vida. Santo Antônio e Madalena*, em que, guarda-marinha, ia para a Índia, escalou no Rio de Janeiro.

Aqui devia embarcar o vice-rei, Francisco da Cunha Meneses, que acabava de concluir o quadriênio de governo em São Paulo.

Graças a esta circunstância gozou Bocage uns folgados dias cariocas, que a hospitalidade franca de Luix de Vasconcelos (estendendo à guarnição os obséquios feitos ao colega), tornaria mais amáveis.

(1) *Poesias*, I, pág. 53, edição de Rebelo da Silva, Lisboa, 1853.

PEDRO CALMON

Nem lhe faltaram seduções e enlevos.

Agradeceu:

Ó ditoso Brasil, província bela,
Que vês na mão do herói, que te domina,
Toda a força d'Aquela
A que o rápido Tejo a frente inclina:
Vem de nôvo com férvidos louvores.
Vem atçar meus trêmulos clamores!

Vem... Mas basta. Canção, que mais pretendes?
Onde vais arrojarte? Ah, não prossigas:
Duns dons, que mal compreendes
Que poderão dizer, por mais que digas?
Não escapas dos assuntos, que proclamas;
Só pertence aos Camões falar dos Gamas. (2)

"*Em uma das casas da Ilha Seca (entre a Vala e a rua da Pedreira) | esteve hospedado o poeta Manuel Maria Barboza du Bocage,*" (3)

Melo Moraes e José Feliciano de Castilho localizam-na no lugar denominado *Ilha Seca*; entre as ruas da Viola e São Joaquim; por trás da igreja de Santa Rita. Consultado por Olavo Bilac, no ano do centenário da morte de Bocage (1905), chegou Vieira Fazenda à conclusão de que morou o poeta, não na *Ilha Seca*, mas num sobrado da vizinha rua da Candelária, segundo tradição oral transmitida por um velho negociante do bairro, o barão de Guaratiba. (4)

Palpita-nos que fosse mesmo na *Ilha* que ali, outrora, emergia dos pântanos em que mergulhava a *cidade baixa*; pela inspiração da *Ilha dos Amores*, que voluptuosamente lhe flutua nos versos *cariocas*.

Comparem-se os quadros.

Camões:

... Os fortes mancebos que na praia,
Punham os pés de terra cubiçosos...

Bocage:

*Pus finalmente os pés onde murmura
O plácido janeiro, em cuja areia
Jazia entre delícias e ternura.
Ali, como nas margens da Ulisséia,
Prendendo corações, brincavam, riam,
Os filhinhos gentis de Citeréia.*

(2) *Poesias*, II, págs. 153-4.

(3) Rodolfo Garcia, anotando o *Almanaque de 1792*, *Anais da Biblioteca Nacional*, LIX, pág. 222.

(4) Vieira Fazenda, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 89, vol. 143, pág. 289 (1924). O barão lembrava-se do lugar, *ibid.*, pág. 292.

Mil graças que a vangloria trocariam
Em vergonhosa inveja à tua vista.
Usurpar-te meus cultos presumiam;
Eis olham como fácil a conquista;
Mas a fé me acompanha, a fé me alenta
E a constância me dá com que resista.

Foi entre os calores de março e as noites azuis de maio.

Saiu a nau do Tejo a 4 de fevereiro, alcançou Moçambique (a autêntica *ilha dos Amores*, para a qual Bocage não tem palavra) a 2 de setembro, fundeu em Goa (o vice-rei a bordo) em 28 de outubro. (5)

Preferia ter ficado "*nos serros do Brasil*"... (6)

Nos serros do Brasil diz certo autor havia
Lima namoradeira, uma sagaz bugia.
Milhões de chichisbéus pela taful guinchavam.

Gostaria de ficar servindo nesta Praça, sob o "poder suave" de
Luiz de Vasconcelos...

Surdo o Fado a meus ais, a minhas mágoas
Deste ameno pais me quis distante;
Manda que eu busque as águas
Onde se banha o válido Gigante...

"*Mas inda lá nesses lugares brancos*", lembraria, "*na tépida margem do limpo janeiro*", o procônsul que lhe afagou a lira ("*Vasconcelos, aquêle — Que de um sorriso, ô Musa, honrou teu canto*"). (7)

Presentia os padecimentos na Índia, "*in illo tempore cidade*", "república de loucos" em que os pais arrogantes desdenhavam as riquezas do Marata, "*que do Grão Turco os réditos são poucos*", mas

... casando as filhas, quem diria
que o dote consistisse em quatro côcos,
um cofre, dez bajus e a senhoria?

Não suportou em Goa os deveres do ofício.
Na realidade, o dever horrorizava-o.
Desertou. (8)

(5) A. C. Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica das Moedas...*, pág. 338, Lisboa, 1880.

(6) *Poesias*, III, pág. 207.

(7) *Ode ao Ilm. Sr. Luís de Vasconcelos*, *Poesias*, II, pág. 42.

(8) Descobriu-se em Goa uma conjuração de nativos, entre os quais o padre Caetano Vitorino de Faria, que, do convento dos Paulistas, onde o meteram preso, fugiu para o estrangeiro. Acabou em França: o misterioso padre Faria do "*Conde de Monte Cristo*", de Alexandre Dumas...

PEDRO CALMON

Repatriou-se.

Deixaram-no em pas adulando os potentados, acadêmico (B/mano-Sadino) e inimigo da *Nova Arcádia*, na Lisboa devota de 1790.

Propôs uma vez o próprio epitáfio, miniatura fiel de sua boêmia:

Aqui dorme Bocage o sorrateiro:
Passou vida folgada e milagrosa;
Comeu, bebeu, folgou sem ter dinheiro. (9)

A invasão turbulenta do *lundum chorado* indignou-o; opôs-lhe a *Ode*; a correta *Ode* em rimas cultas. Tomou a si a *moda*, a *modinha*, os modinheiros da escola do Beneficiado Domingos Caldas Barbosa, posto pelo conde de Pombeiro na presidência da sua academia. Filinto Elísio e ele, cobriram de doestos o rival do outro-lado-da-água, com a "*turba americana*", "*neto da rainha Ginga*", mascando farinha; *onrango-otango*. ca/re, *bugio*, *mono* adestrado por "*bruxa insolente*", com o "*dom das trovas...*" (10)

Na *guerra de poetas* — o café c/o *Nicola* contra o salão do Conde — resvalou Bocage para o insulto.

Vaiou longamente "o esreri? Coriefo/i. o *vão Belmiro*"; a pobreza de espírito, a repetição de imagens, a filãuda, jeitos e trejeitos do mestiço que, de pinho nas unhas — *pio/a de Lereno* — assaltara rison liana em te a corte. A austera corte da Sr* D. Maria I, muito ocupada em construir a basílica da Estrela.

Filinto metia à bulha o "fulo Caldas", que

Imita Anacreonte em versos, quanto
Negro peru na alvura ao brando cisne!

Bocage:

Eis que entre os lusos o animal sem rabo
Prole se aclama da rainha Ginga.
O seu benigno Apoio é o diabo.

Recorreu a uma reminiscência de Gregório de Matos, para fechar o soneto descritivo:

Um bando de comparsas logo açode,
Do fofo Conde ao nôvo Talaveiras;
Improvisa berrando o rouco bode.

(9) *Soneto* XCIII, da coletânea de 1840 que citamos adiante.

(10) *Poesias*, I, pág. 341 (e *Poesias Eróticas*, nova edição, Paris, 1915, pág. 128).

Aplaudem de continuo as frioleiras
Belmiro em ditirambo, o ex-frade em ode.
Eis aqui de Lereno as quartas-feiras. (IIJ

Detestou a viola. Para mal de seus pecados, além do padre <
com a guitarra, mandou-lhe o Rio de Janeiro Joaquim ManueJ. c
O cavaquinho!

O soneto II (da coletânea de Antônio Maria do Couto, *Po
Satíricas Inéditas de Manuel Maria Barbosa du Bocage*, segunda edição
— sem primeira — Lisboa, 1840) é:

"A um Brasileiro tocador de machete {em que era insigne} mas
mui presunçoso c namorador, por nome J. M. e mulato, a radice.
N.B. Este titulo é mesmo de Bocage."

I Outro soneto figura na *Opera Omnia*, "a um célebre mulato Joaquim
Manuel grande tocador de viola e improvisador de modinhas". (12)

Quando acompanhas d'infernais caretas
Insipido lundum, ou o fandango,
Não passo tal sofrer, eu ardo, eu zango,
Que no auge do assombro te intrometas.

Crespo Hérion, Orfeu de carapinha,
Já de sobejo tens fartado a gana
No seio da formosa pátria minha.

Com o faro da chulice americana
Para o cálido sul cortando a linha,
Vai cevar-te no côco e na banana.

Ou então:

Êsse cabra, ou cabrão, que anda na berra,
Que mamou no Brasil surra e mais surra,
O vil estafador da vil bandurra,
O perro, que nas cordas nunca emperra:
.....

Machete — é cavaquinho.

No *Essai Estatistique* (1822) informa Balbi: "Joaquim Manuel,
mulato do Rio de raro talento, tocava pequena viola francesa de sua
invenção chamada cavaquinho." (13)

(11) *Poesias*, I, pág. 350, Gregório de Matos, *Satírica*, IV (soneto XIV):
"E eis aqui a cidade da Bahia".

(12) Também *Poesias* (ed. de Rebelo da Silva, I, págs. 364-5; Ernani Cidade,
Opera Omnia, I, pág. 93, Lisboa, 1969).

(13) *Essai Estatistique*, pág. CCVIII, Paris, 1822.

Ao seu "raro talento na guitarra" alude o viajante Louis de Freycinet, que esteve no Rio em 1817 e em 1820.

Os dois sonetos de Bocage mostram que o trovador carioca passou a sua arte pelas ladeiras de Lisboa. Galgou os palcos portugueses, prova Mozart de Araújo, que na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Madrid achou duas partituras "de violines, viola, voz y bajo" (Quem quer comprar qu'eu vendo e O meu manso gado), a primeira cantada por Claudina Rosa no Teatro do Salitre, de Joaquim Manuel Brasileiro. (14) Segismundo Neukomm (já falecido Joaquim Manuel, pois o seu nome não aparece na relação de subscritores da *Notícia Histórica da Vida e Obras de José Haydn*, memória de Le Breton traduzida por um amador e oferecida ao seu discípulo predileto) (15) recolheu-lhe 20 peças, que publicou em Paris, em 1824. A glória!...

Não se pense que a incompatibilidade de Bocage com os violeiros fluminenses se estendesse aos... brasileiros. Era aquilo um caso pessoal; de grupos concorrentes travados de razões literárias no mais ruidoso duelo de mofinas e pilhérias que ainda se travou ao Rocio, entre o palácio lúgubre dos Estaus (que daria lugar ao alvo Teatro de D. Maria II) e o arco pombalino dos quarteirões reconstruídos.

Foi então que Beckford o viu, de olhos esbraseados, escoltando fidalgos que o socorriam. (16) Dessa companhia útil transitava para a sociedade "dos filósofos". Dera de fumar. Às vezes embriagava-se. (17) O *ex-frade*, José Agostinho de Macedo, evoca-o (desapiedado) a sair do cemitério, "inda na bôca — inda na mão sustêm cigarro e copo... — Era o vadio, glosador Bocage..." (18) Pensara em suicídio.

Despe o vil manto, que pertence ao nada!
Mas eu tremo!... Que escuto!... É a Verdade,
É ela, é ela que do céu me brada:
Ó terrível pregão da eternidade! (19)

Derivou para a insolência.

Rompeu (epigramático) com o trono e o altar.

(14) Mozart de Araújo, *Segismundo Neukomm*, na *Revista Brasileira de Cultura*, número 1, pág. 71 (1969).

(15) *Notícia Histórica da Vida e Obras de José Haydn...* pág. V, Rio, 1820 (exemplar no Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro).

(16) *Italy: with sketches of Spain and Portugal*, II, pág. 204 (1834).

(17) Antônio Maria do Couto, *Memórias sobre a vida de M. M. Barbosa du Bocage*, pág. 31, Lisboa, 1806.

(18) Rebelo da Silva, em *Poesias* (de Bocage), VI, pág. 22; *Estudo Literário*.

(19) *Poesias*, I, pág. 171.

BOCAGE E O BRASIL

A vitória de Napoleão na Itália, abalando a velha estrutura da Europa, deslumbrou-o; cantou freneticamente a liberdade.

Liberdade onde estás? Quem te demora?
Quem faz que teu influxo em nós não caia?

Pina Manique, Intendente Geral da Polícia, que até então o deixara poetar à vontade, impacientou-se. Nem era só a autoridade civil. A inquisição alertou-a. Não podia consentir que o blasfemo continuasse impune, à porta do Nicola, desafiando o Santo Ofício, do outro lado da praça. A gente de Pina Manique prendeu-o quando se preparava para fugir; a bordo do bergantim *Aviso*, de partida para a Bahia (onde chegou em outubro de 1798). (20)

Três meses sofreu Bocage a escura reclusão nos Estaus, "encarcerado e solitário", (21) protestando inocência; a pedir por secretos emissários aos amigos que dali o tirassem; a êsses amigos influentes, que o removeram da masmorra ("o zéfiro macio aqui não voa") para o arejado mosteiro de São Bento.

Nestes claustros topou com "um prêso de Estado do julgado levantamento de Minas Gerais".

Identificamo-lo. O Inconfidente José de Resende Costa.

Foi talvez o primeiro brasileiro (fora da "turba americana" da briga dos poetas) que Bocage tratou. Amparara-o no destêrro (conta Justiniano José da Rocha biografando o marquês de Baependi, porventura o segundo dessa nova roda) — pelo conterrâneo Manuel Jacinto Nogueira da Gama, (22) pessoa da intimidade de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

O estadista — não esqueçamos — tinha a sua costela mineira.

Era bisneto por linha materna de emboaba. Herdara ao pai, D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho, o morgado instituído pelo bisavô Matias Barbosa (nome do *Roteiro* de Antonil, 1711), em que entrou, até 1776, a fazenda de São Mateus, ou do *Registro de Matias Barbosa*, então vendida ao coronel Manuel do Vale Amado (sôgro, em 1803,

(20) *Inventário dos Documentos (Bahia)*, Bibl. Nac., IV, pág. 40.

(21) *Poesias*, I, pág. 200. Protestou inocência:

Mas sempre sobranceiro à baixa trama,
Das pátrias justas leis me é doce o peso,
Amo a religião, e aspiro à fama.

É o que o acusavam de desprezar: o jôgo do Rei e do Deus!
(Soneto XXXIX).

(22) *Biografia do marquês de Baependi*, Rio, 1851.

Ao seu "raro talento na guitarra" alude o viajante Louis de Freycinet, que esteve no Rio em 1817 e em 1820.

Os dois sonetos de Bocage mostram que o trovador carioca passou a sua arte pelas ladeiras de Lisboa. Galgou os palcos portugueses, prova Mozart de Araújo, que na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional de Madrid achou duas partituras "de violines, viola, voz y bajo" (Quem quer comprar qu'eu vendo e O meu manso gado), a primeira cantada por Claudina Rosa no Teatro do Salitre, de Joaquim Manuel Brasileiro. (14) Segismundo Neukomm (já falecido Joaquim Manuel, pois o seu nome não aparece na relação de subscritores da *Notícia Histórica da Vida e Obras de José Haydn*, memória de Le Breton traduzida por um amador e oferecida ao seu discípulo predileto) (15) recolheu-lhe 20 peças, que publicou em Paris, em 1824. A glória!...

Não se pense que a incompatibilidade de Bocage com os violeiros fluminenses se estendesse aos... *brasileiros*. Era aquilo um caso pessoal; de grupos concorrentes travados de razões literárias no mais ruidoso duelo de mofinas e pilhérias que ainda se travou ao Rocio, entre o palácio lúgubre dos Estaus (que daria lugar ao alvo Teatro de D. Maria II) e o arco pombalino dos quarteirões reconstruídos.

Foi então que Beckford o viu, de olhos esbraseados, escoltando fidalgos que o socorriam. (16) Dessa companhia útil transitava para a sociedade "dos filósofos". Dera de fumar. Às vezes embriagava-se. (17) O *ex-frade*, José Agostinho de Macedo, evoca-o (desapiedado) a sair do cemitério, "inda na bôca — inda na mão sustêm cigarro e copo... — Era o vadio, glosador Bocage..." (18) Pensara em suicídio.

Despe o vil manto, que pertence ao nada!
Mas eu tremo!... Que escuto!... É a Verdade,
É ela, é ela que do céu me brada:
Ó terrível pregão da eternidade! (19)

Derivou para a insolência.

Rompeu (epigramático) com o trono e o altar.

(14) Mozart de Araújo, *Segismundo Neukomm*, na *Revista Brasileira de Cultura*, número 1, pág. 71 (1969).

(15) *Notícia Histórica da Vida e Obras de José Haydn*..., pág. V, Rio, 1820 (exemplar no Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro).

(16) *Italy: with sketches of Spain and Portugal*, II, pág. 204 (1834).

(17) Antônio Maria do Couto, *Memórias sobre a vida de M. M. Barbosa du Bocage*, pág. 31, Lisboa, 1806.

(18) Rebelo da Silva, em *Poesias* (de Bocage), VI, pág. 22: *Estudo Literário*.

(19) *Poesias*, I, pág. 171.

BOCAGE E O BRASIL

A vitória de Napoleão na Itália, abalando a velha estrutura da Europa, deslumbrou-o; cantou freneticamente a *liberdade*.

Liberdade onde estás? Quem te demora?
Quem faz que teu influxo em nós não caia?

Pina Manique, Intendente Geral da Polícia, que até então o deixara poetar à vontade, impacientou-se. Nem era só a autoridade civil. A inquisição alertou-a. Não podia consentir que o blasfemo continuasse impune, à porta do Nicola, desafiando o Santo Ofício, do outro lado da praça. A gente de Pina Manique prendeu-o quando se preparava para fugir; a bordo do bergantim *Aviso*, de partida para a Bania (onde chegou em outubro de 1798). (20)

Três meses sofreu Bocage a escura reclusão nos Estaus, "*encarcerado e solitário*". (21) protestando inocência; a pedir por secretos emissários aos amigos que dali o tirassem; a esses amigos infuentes, que o removeram da masmorra ("*o zéfiro macio aqui não voa*") para o arejado mosteiro de São Bento.

Nestes claustros topou com "*um preso de Estado do julgado levantamento de Minas Gerais*".

Identificamo-lo. O Inconfidente José de Resende Costa.

Foi talvez o primeiro brasileiro (fora da "*turba americana*" da *briga dos poetas*) que Bocage tratou. Amparara-o no desterro (conta Justiniano José da Rocha biografando o marquês de Baependi, porventura o segundo dessa nova *roda*) — pelo conterrâneo Manuel Jacinto Nogueira da Gama, (22) pessoa da intimidade de D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

O estadista — não esqueçamos — tinha a sua costela mineira.

Era bisneto por linha materna de *emboaba*. Herdara ao pai, D. Francisco Inocência de Sousa Coutinho, o morgado instituído pelo bisavô Matias Barbosa (nome do *Roteiro* de Antonil, 1711), em que entrou, até 1776, a fazenda de São Mateus, ou do *Registro de Matias Barbosa*, então vendida ao coronel Manuel do Vale Amado (sogro, em 1803.

(20) *Inventário dos Documentos (Bahia)*, Bibl. Nac., IV, pág. 40.

(21) *Poesias*, I, pág. 200. Protestou inocência:

 Mas sempre, sobranceiro à baixa trama,
 Das pátrias justas leis me é doce o peso,
 Amo a religião, e aspiro à fama.

É o que o acusavam de desprezar o João do Rei e de Deus!
(Soneto XXXIX).

(22) *Biografia do marquês de Baependi*, Rio, 1851.

do irmão de Manuel Jacinto, o coronel José Inácio Nogueira da Gama). (23)

Por sua correspondência de Minas ou pelas relações de família, em que inevitavelmente entraria o padre José Basílio da Gama, primo de Manuel Jacinto, conheceu D. Rodrigo o môço estudante em Coimbra. Recebeu-o em sua casa. Seria, no fim (assevera Justiniano José da Rocha) seu melhor amigo.

Temos outro testemunho da importância que o futuro marquês de Baependi adquire ao pé do poderoso ministro. Nas *Memórias*, diz o visconde de São Leopoldo: "Encontrando-me um dia com Antônio Carlos, meu patricio e amigo, que igualmente vivia desempregado, referiu-me que Manuel Jacinto Nogueira da Gama o convidara a entrar de colaborador em um estabelecimento literário e tipográfico que se ia fundar junto a Arronches, em a quinta do Manique, no sitio denominado do Arco do Cego. A direção do estabelecimento criado sob as vistas e proteção do ministro de Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho era confiada ao padre-mestre frei José Mariano da Conceição Veloso, natural de Minas Gerais, religioso capucho do Rio de Janeiro. Este instruído naturalista estava, como pensionista do Estado, incumbido de procurar companheiros, que o coadjuvassem naquela empresa literária. As vantagens oferecidas eram aposentamento no edifício, compreendendo as despesas de mesa e, sobretudo, o conhecimento de nossas habilitações pelo govêrno; tínhamos por obrigação fazer a tradução das obras que nos designassem, principalmente das linguas francesa e inglêsa, nas quais éramos bastante versados. O convite de Antônio Carlos era de aceitar-se sem hesitações; e assim o fiz. Entrei pois para o estabelecimento do Arco do Cego, mudando-me para a quinta do Manique em o 1º de agosto de 1799; e aí me empreguei na tradução e publicação de obras literárias até 20 de junho de 1801 em que deixei êsse serviço." (24) Nêle ingressou Bocage em junho de 1800; um ano antes de Hipólito José da Costa.

(23) Veja-se Visconde de Nogueira da Gama (filho de José Inácio), *Minhas Memórias*, pág. 144, Rio, 1893, e sobre a sesmaria (título da filha, viúva, de Manuel do Vale Amado: baronesa de São Mateus), nota de Rodolfo Garcia (a quem fornecemos elementos do arquivo de família), *História Geral do Brasil*, de Varnhagen, 3ª ed., IV, págs. 41-4. Não se estranhe a admissão de Manuel Jacinto na amizade do futuro conde de Linhares nem nos altos postos que ocupou, desde a inspetoria geral das minas para o qual veio despachado a 1 de junho de 1801. Chegou a ser, no Rio, o melhor amigo de D. Rodrigo, assevera Justiniano José da Rocha. É considerado com razão o organizador do tesouro nacional. Casou no Rio com uma das filhas de Brás Carneiro Leão. Foram seus cunhados Paulo Fernandes Viana e o visconde de Cachoeira. Sua sobrinha (filha do desembargador Paulo Fernandes) seria a duquesa de Caxias. É o marquês de Baependi, marechal senador e ministro do primeiro reinado; pai do conde de Baependi, senador e presidente de província do segundo reinado.

(24) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, XXXVII, 2ª parte, pág. 15.

BOCAGE E O BRASIL

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada foi levado à tipografia de frei Veloso por Manuel Jacinto Nogueira da Gama.

E Bocage?

Bocage — com fortes razões supomos que lá entrou pela mão do baiano José Francisco Cardoso: o segundo *Josino*.

O primeiro (ao contrário do que pensa Mário Domingues, em *Bocage, a sua Vida e a sua Época*) é José Francisco de Carvalho, confidente de *Gertrúria*, dez anos antes de aparecer o outro em Lisboa.

Eis, amigo, a recente novidade
Que da remota Goa ao Tejo envio
Nas marchas, débeis asas da Saudade. (25)

*
* *

Elmanistas brasileiros, cita Teófilo Braga apenas aquêl mestre de gramática latina na Bahia (José Francisco Cardoso) e o comprovinciano marechal Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, autor de quatro sonetos estimáveis.

Não se contentaria com tão poucos, se tivesse pôsto os olhos nas *Recordações Biográficas de Ladislão de Figueiredo e Melo*, coligidas por seu neto, Evaristo Ladislão e Silva (Bahia, 1866).

"Para Lisboa haviam ido seus amigos Paulo José de Melo Azevedo e Brito, que faleceu Veador de S.M. a Imperatriz do Brasil e José Francisco Cardoso de Moraes, e lá reunidos (os três) eram freqüentados pelo insigne poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage, de quem tão afeiçoado ficou que repetia sempre diversas de suas obras que recomendou à memória." Lembra-se de um mote sôfregamente glosado por Elmano: o picaresco, *enxame de velhos frades...*

A José Francisco Cardoso exalta Bocage no verso grandiloquo:
Revive em ti, Josino, a lacia Musa. (26)

(25) Elmano a Josino, *Poesias*, III, pág. 17. Mário Domingues: "era êle José Francisco Cardoso, homem cultíssimo..." *Bocage, a sua Vida e a sua Época*, pág. 104, Lisboa, 1962. Gomes Monteiro (*Bocage, êsse desconhecido...*, pág. 72, Lisboa) diz certo: José Francisco de Carvalho. O outro, Cardoso, como documentalmente provamos, surgiu na metrópole em 1798. Acamaradou-se com *Elmano* na oportunidade de lhe traduzir o poema, destinado a fazer a fortuna dos dois. Afinal de um só, o autor, que ganhou o cartório. Varnhagen, *Florilégio da Poesia Brasileira*, 2º tomo (Luiz Paulino), Lisboa, 1850. De Teófilo: *Bocage*, pág. 506, Lisboa, 1902. Acrescente-se ao grupo brasileiro o magnânimo frei Veloso, a quem ("deplorável nauta" lançado na "ignota praia", o poeta pediu "asilo e sombra". *Poesias*, III, págs. 122-3; Dedicatória do drama *A Virtude Laureada*, 1805, nota de Rebelo da Silva, *ibid.*, III, pág. 409.

(26) *As Plantas*, de Ricardo Castel, prólogo do tradutor, *Poesias*, V, pág. 109.

De volta à terra natal, o professor de gramática latina continuou assim apelidado.

Abram-se as *Poesias* de João Gualberto Ferreira dos Santos Reis (Bahia, 1827): *Aos anos do Ilm. Sr. José Francisco Cardoso de Moraes,*

Do meu José celebrat os anos... (27)

A José... (28)

Por motivos diferentes emigraram o lente e o farmacêutico. Este, fugindo à devassa aberta na Bahia em 1797, para apurar a *francesia* (denunciada por Manuel Antônio de Jesus) de "alguns militares do Regimento Novo e um boticário...". O boticário era João Ladislão de Figueiredo e Melo, nascido em 1772 em Cachoeira do Paraguaçu, aprendiz, na farta botica dos beneditinos, galardoado em 1789 com carta provisional, prospero no ofício, dado a leituras revolucionárias e colhido afinal nas malhas do processo, feito a ilustrados homens da terra que receberam com muita festa o jacobino capitão Larcher.

Engana-se Evaristo Ladislão e Silva, contando que se entredou na confusão em que, pela primeira vez, repontam as opiniões radicais do *doutor Barata*. É patente o anacronismo. A excitação causada na Bahia pela chegada do capitão (mal sucedido na missão de comunicar aos moradores da ilha Maurícia que a Convenção Francesa abolira a escravidão nas colônias) — antecedeu de um ano a *Inconfidência* chamada dos *alcaides*, porque dois deles, como Tiradentes, morreram enforcados. Entre os mentores do levante nativista, (semelhante no fundo ao de São Domingos, com a sua raiz nas *senzalas*: conflito social e racial que em 1798 alarmara Francisco de Miranda) (29) figura o *bacharel cirurgião* Cipriano Barata... (30)

Quando se abriu na Bahia a sindicância, de que resultaram as execuções (20 de agosto), já o *boticário* estava em Lisboa (7 de julho de 1798).

Entre 1796 e 97 por lá andou o capitão Larcher; com ele, uma aventureira famosa, madame d'Entremeuse.

Os papéis do tempo aludem a brêndes imprudentes, proferidos por alguns dos mais notáveis sujeitos do lugar, em banquetes noturnos oferecidos ao estrangeiro. Sabe-se hoje que a maçonaria baiana se instituiu nessas reuniões juvenis. Não tardou a perseguição à sucia indiscreta. No mesmo barco (o *boticário*, para se pôr a salvo, o professor, para melhorar de vida) passaram à metrópole João Ladislão e José

(27) *Poesias de João Gualberto Ferreira dos Santos Reis*, pág. 90, Bahia, 1827.

(28) *Poesias de João Gualberto*, citadas, pág. 19. Também págs. 31, 90, 122, 126, 137 (referências a José Francisco Cardoso).

(29) Eleazar Cordova-Bello, *La Independencia de Haiti y su influencia en Hispanoamérica*, pág. 163, Caracas, 1967.

(30) *Nossa História do Brasil*, pág. 1.341 (José Olympio Editora).

Francisco Cardoso. Tornaram-se amigos: *A Expedição de Trípoli* alimentou ... os três. Tinha o apêndice prosaico do requerimento. É a Epístola XIX: "Ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho", por Bocage, traduzida do latim de José Francisco Cardoso. (31).

Comparamo-la com a petição em que *Josino* suplicou a recompensa dos 12 anos em que, árduamente, ensinou a sua latinidade. Contém todo o alegado... em verso virgiliano! (32)

Não convenceria sem o poema, em que o ministro é majestosamente louvado:

Eis Coutinho!... Eis o antigo gênio acorda;
Eis nova geração com êle assoma.
Para Marté e Nereu sábia academia
Cultiva cidadãos... (33)

Intitula-se Canto sôbre as façanhas dos Portuguezes na Expedição de Trípoli: composto na língua latina e oferecido ao Sereníssimo Príncipe D. João, por José Francisco Cardoso e traduzido por M.M. de B. du Bocage, ano de 1800."

D. Rodrigo encomendou a frei Veloso a versão portuguesa e a publicação do poema. Entendemos que, já acamaradado com Bocage, *Josino* lhe transferiu o encargo.

Na mesma ocasião — junho de 1800 — lucrou *Elmano* o emprêgo na tipografia do Arco do Cego. Cardoso o officio de Escrivão da Chancelaria da Bahia (vitalicio, 200\$ anuais), João Ladisláo a subrogação da magra sinecura, enquanto não a pudesse servir o titular. Diz, incontentável, José Francisco Cardoso, que era pouca coisa: "há mais de dois anos esgotado de meios e arruinado de fortuna, se faz sobretudo atendivel pela felicidade que teve de subir até aos louvores de V.A.R. no Poema latino sôbre a gloriosa Expedição de Trípoli, honrado com a real accitação..." (34) Juntava certidão do governador D. Rodrigo José de Meneses que lhe confirmava os serviços. Gostaria de ser equiparado a outro lente, o preclaro José da Silva Lisboa! D. Rodrigo aumentou-lhe o ordenado, de 150\$, e diminuiu-lhe o trabalho, autorizando-o a ensinar apenas aos alunos mais adiantados... (35)

Bom *Josino*, chama Bocage a Cardoso, em nota ao prólogo de *As Plantas de Delille*. (36). Um quarto de século mais tarde (sem o ter

(31) *Poesias*, III, pág. 88.

(32) Docs. ms., Arquivo Histórico Ultramarino (ined.), Lisboa.

(33) *Poesias*, II, pág. 242 (*Cantos*, IV).

(34) Requerimento, ms., Arq. Hist. Ultramarino.

(35) Docs. ms., Arq. Hist. Ultramarino.

(36) *Poesias*, V, pág. 395.

lido) fala Ferdinand Dénis do preterido da fama; e induzido pelo reparo S. Delatour passou a francês o poema. Concluiu, melancólico, que não valera a pena... (37) A tradução deu nome ao autor. Nome, pão e adversários; como o rancoroso frei Agostinho de Macedo:

A par dêsse Cardoso, dêsse indigno
 las sendo, Manuel, alguma cousa;
 Mas sempre um filho honrado à casa torna.

O fato é que o mestre de gramática (aquinhado com a escrivania em que logo encartou o amigo João Ladisláo) (38) lhe tomou as dores, e atirou ao *ex-frade* a décima formidável, *Ao Parnaso quer subir...*

A autoria não é duvidosa. Estranhável é que Rebelo da Silva escrevesse (em 1853): "ignora-se o autor, mas era de certo poeta costumado a conversar com as musas". (39) Porque nas *Poesias Satíricas Inéditas* de Bocage, impressas em 1840, depõe Antônio Maria do Couto: "o meu colega Cardoso da Bahia, o Autor do "Canto" à paz de Tripoli, que Bocage traduziu, fêz a seguinte Décima originalíssima, que, por que se não perca e ter a maior conexão com a notícia, vulgarizamos.

Ao Parnaso quer subir
 Nôvo rival de Camões,
 E das loucas pretensões
 As Musas se põem a rir.
 Apolo, sem se afligir,
 Dest'arte diz ao casmurro:
 Pode entrar, que o não empurro,
 Não me vem causar abalo,
 Já cá sustento um cavalo,
 Sustentarei mais um burro." (40)

(37) F. Dénis, *Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal suivi du résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*, 1826; S. Delatour, *Tripoli*, trad. française, Paris, 1847, precedido da resenha do caso decantado.

(38) João Ladisláo foi nomeado no impedimento do titular (José Francisco Cardoso) por um ano, 7 de agosto de 1800. Estava na Bahia a 21 de agosto de 1801. Era dado como sem habilidade ou expediente para o cargo (4 de maio de 1801), e daí se lhe embargar a posse (Anais da Bibl. Nac., Docs. Ultramarinos, Bahia), o que para êle foi providencial, pois prosperou na botica, esta se tornou a melhor da cidade (testemunhou o conde dos Arcos) e com o seu negócio, e mais o engenho de açúcar, o farmacêutico fruiu honrada e merecida prosperidade. Não a teria chumbado à cadeira de escrevente... Outra notoriedade adquirida por João Ladisláo de Figueiredo e Melo. As suas três filhas ganharam carta provisória para exercer a mesma profissão: foram as primeiras brasileiras boticárias.

(39) *Poesias* (de Bocage), *Estudo literário*, VI, pág. 361.

(40) *Poesias Satíricas Inéditas*, pág. 67, nota, 2ª ed. (1840). Veja-se Inocêncio, *Dicionário Bio-bibliográfico*, IV, pág. 336. Curioso é que o famigerado padre Ignácio José de Macedo, o da *Idade de Ouro*, se atribui a autoria da décima em *O Velho Liberal do Douro* nº 55, pág. 530, 1834. *Treslia...*

BOCAJE E o BRASIL

Provável é que João Ladislão, Luiz Paulino e José Francisco Cardoso tivessem apresentado Bocage ao tenente-coronel José Inácio Acciaivoli, casado, havia pouco, com a mais rica viúva da Bahia, essa para quem escreveu "*A Concórdia entre Amor e Fortuna, drama para música, em um só ato, dedicado aos anos da Ilustríssima Senhora D. Ana Joaquina Cardoso Accioli, natural da Bahia.*" (41)

A peça sugere um suntuoso jardim. Nada menos do que o do palácio do conde da Ega, à Junqueira, diz-nos Antônio Augusto de Aguiar (na *biografia do marquês de Barbacena*): alugado pelo tenente-coronel para os dois anos em que residiu em Lisboa, 1801 e 1802. Pouco depois da mãe (viúva do "mais abonado negociante nesta praça", informa o governador e capitão general), a filha, Ana Constança Guilhermina de Castro Cardoso, casou com outro tenente-coronel, amigo do padraсто, Felisberto Caldeira Brant Pontes. Seria marquesa de Barbacena. A *concórdia de Amor e Fortuna* teve por ninho fidalgo o palácio da Junqueira, que a condessa da Ega e o general Junot fariam especialmente famoso em 1808.

Saguão azulejado, escadaria nobre, uma deliciosa sala oval, dão para os pátios versalhescos, que conservam (agora, Arquivo Histórico Ultramarino) as galantes minúcias da era barroca em que, por modelos análogos, se traçavam os parques de Queluz.

Foi para tão belos sitios (e tão amáveis anfitriões) que Bocage encenou o *drama* num único ato.

Isso no período mais tranqüilo, quase afortunado, de sua vida tempestuosa; o capítulo *brasileiro* em que o fio da amizade une e movimenta várias figuras ilustres de outra história. A história das letras do lado-de-cá do mar comum!

[41] O drama inclui-se nas *Obras de Bocage* desde a edição de 1849, III, pag. 91. Antônio Cardoso dos Santos (ora "um dos negociantes mais grossos desta cidade" (exercia o governador a 9 de janeiro de 1799), além de Tesoureiro Geral e Deputado da Junta da Administração da Real Fazenda, em que lhe sucedeu o filho, Pedro Antônio Cardoso dos Santos. O tenente coronel Acciaivoli ainda em 1796 era ajudante de ordens do governo. Anais da Bibl. Nac., citados. Será um dos pessoais ilustres da Bahia ao tempo da Independência. D. Ana Joaquina e depois o genro, Felisberto Caldeira, moraram na casa rica dos Barris, onde em 1805 o futuro marquês de Barbacena recebeu o príncipe Jerônimo Bonaparte. Construiu-a Antônio Cardoso dos Santos.

As Raízes e o Desenvolvimento da Cultura Brasileira

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

SOMOS frutos diretos e indiretos da chamada europeização da terra, europeização que devemos entender como aquêlê episódio admirável da expansão que a Europa realizou, a principiar de fins do século XV, visando mares, terras, humanidades, culturas e sôbre êsses mares, terras, humanidades e culturas passando a impor o seu primado. Empreendimento de proporções inexcêdíveis até o presente como façanha humana, dêle resultou tôda uma série de valôres, atitudes, comportamentos, manifestações culturais de tôda espécie, alterações de estruturas, verdadeira mudança operada no mundo em crescimento físico, revolução que atingiu e envolveu todos os aspectos da ação criadora dos homens. Venceram-se, na oportunidade, as distâncias, ao mesmo tempo em que se vinculavam, por laços de solidez inequívoca, as multidões sociais e as culturas variadas, exóticas, que viviam, senão em conflito, mas em evidente autonomia pelo desconhecimento, em que se elaboravam, uma das outras. O interrelacionamento que ia principiar, proporcionando o enriquecimento de tôda a espécie humana com os valôres que a distinguem como fôrça criadora de motivos materiais e estéticos, dava ao universo, realmente, com a emprêsa hercúlea, de que "Os Lusíadas" são o ato lírico que a define, a unidade de que êle próprio não tinha noção exata. Os contactos tímidos, as notícias, também sem o alicerce de uma verdade intangível, inconteste, notícias que se afirmavam em têrmos quase que de imaginativa impulsiva, eram contactos que não deixavam ver, com segurança, a imensidade do espaço terrestre e a variedade impressionante de sua paisagem e de sua humanidade, como obra inexplicável se considerarmos o gigantismo de tudo aquilo.

Se nos dias que correm ficamos atônitos com a emprêsa de contacto do homem com os outros planêtas, na viagem espacial que dignifica a espécie humana, imaginemos o que teria ocorrido quando os primeiros

aventureiros dos oceanos em descobrimento trouxeram a notícia palpável, exata, materializável, de que havia outras terras, outros mares, outras floras, outras faunas, outras gentes, outras religiões e outras culturas, que diferiam profundamente daquelas a que todos os da Europa estavam habituados, confirmando-se, assim, aquelas noções vagas a que nos referimos e agora eram constatadas. Ora, essa façanha, sem símile, insistimos, era uma realização da Europa, que já se afirmara no domínio físico e social de sua própria natureza e agora procurava, na expansão, a nova perspectiva de que carecia para satisfazer-se em suas ambições e manifestações de superioridade material e espiritual. Porque, na arrojada aventura dos mares novos e das terras em descobrimento, ia buscar valores e transmitir valores. Sua superioridade era, porém, manifesta. Porque dispunha dos meios efetivos, necessários àquele comportamento, recebendo, incorporando, transmitindo.

Trazidos ao conhecimento do mundo no período mais intenso da europeização, por obra de Portugal, pioneiro no negócio rendoso dos descobrimentos, somos, por conseguinte, um fruto maduro dessa europeização. Com a circunstância, registre-se logo, de que na formação de nossa cultura não entraram, apenas, os elementos que marcavam a presença européia, por intermédio de Portugal, mas, igualmente, os elementos que distinguem a humanidade pré-européia, a humanidade negra africana, trazida na condição de escrava, e, por fim, os outros estoques europeus e asiáticos que nos chegaram depois do século XVIII.

A participação de todos importaria, de imediato, na elaboração de um vasto contingente de valores, que constituiriam o que poderemos denominar, um tanto ousadamente, de cultura brasileira. Nossa cultura, portanto, não seria uma cultura isolada, diferenciada de tôdas as demais, como se fôsse possível afirmarmos que as culturas podem existir, ou existem, ufanas dessa autonomia, dessa diferença soberana, de um isolamento permanente, ou mesmo passageiro, quando na verdade, pelos contactos que mantêm entre si, alteram-se, na dinâmica natural e necessária. Nossa cultura, conseqüentemente, será uma cultura mestiça, elaborada e em elaboração permanente, com uma riqueza impressionante de valores, motivos, que recebemos, incorporamos e dissolvemos no cadinho imenso, admirável mesmo, que é o Brasil, o de ontem e o de hoje.

A princípio, as culturas eram aquelas pré-européias, as dos grupos aborígenes que habitavam a terra, culturas também variadas, umas mais ricas em valores materiais e espirituais e outras menos ricas. Diferenciadas, porém, como as culturas importadas com os africanos negros. Porque não havia um aborígene, na América que seria portuguesa, como também não havia na África ao sul do Saara em mãos de Portugal. O que havia era justamente aborígenes, diferenciados, como os antropólogos já esclareceram suficientemente. Em modos de conduzir-nos, em manifestações da vida diária, em atitudes, hábitos alimentares, expressões de uso corrente, denominações regionais, topó-

nimos, antropônimos, nomes da fauna, da flora, técnicos de atividades econômicas, dolência no ir e vir, um mundo de expressões de nossa existência física, material e espiritual, essas culturas impregnaram-nos do tônus que nos caracteriza e nos faz distintos talvez ainda imprecisos no conjunto das manifestações criadoras. Nem somos tristes por herança cultural, nem somos os eternos carnavalescos que muitos imaginam como a característica que nos define como povo e como unidade cultural. Diéques Júnior, Hegon Schaden, Eduardo Galvão, Arthur Ramos, Herbert Baldus, Darcy Ribeiro, René Ribeiro, Nina Rodrigues, Roquette Pinto, Alfred Metraux, Matos Câmara, Edson Carneiro, Gilberto Freyre e muitos outros, em série ponderável de estudos, ensaios, pesquisas, já nos comunicaram o que foi e ainda constitui essa participação exótica, talvez possamos dizer, de aborígenes americanos e de negros africanos, todos, insísimos, variados, muito variados, em suas características culturais, assinalando e contribuindo, em consequência, para a conclusão de que a cultura que estamos elaborando é uma cultura mestiça, rica em valores materiais e espirituais.

A tese não é, todavia, uma tese sustentada unicamente entre nós.

Ela tem adeptos nas outras nações latinas do continente, onde essa mestiçagem se processou e processa não apenas naqueles fundamentos étnicos mais visíveis, como ocorreu também entre nós, mas naquelas outras manifestações da mestiçagem, representadas nos quadros da vida cultural. Ainda há pouco, em curso professado na Universidade Nacional Autónoma do México, acerca das características da cultura nacional mexicana, Leopoldo Zea, o grande Leopoldo Zea, dizia-se hesitante na definição do que fosse a cultura nacional mexicana. E explicava que as diferenciações, lá mesmo, entre os vários grupos nacionais, e em face da variedade de contribuições recebidas de grupos alienígenas, eram tais que ele tinha dúvidas em concluir ou definir o que fosse a cultura nacional de sua pátria. O debate, mobilizando inteligências, não terminou: uns, sustentando que as culturas do Novo Mundo, aquêle nascido da empresa espanhola, era de cepa espanhola e nunca de cepa indígena regional; outros, afirmando tese contrária e afeiçoando-se à superioridade dos estoques indígenas sobre os de Espanha; outros, por fim, como nós, preferindo aceitar como verdade insofismável a mestiçagem cultural. Enrique de Gandía, como Júlio Icaza Tigerino, negam a intensidade da presença indígena americana, preferindo a preponderância das raízes espanholas. Gandía vai ao exagero de afirmar que os aborígenes do continente nada significaram nesse particular. Tudo fora empresa de Espanha, nos três séculos de sua dominação política. Alvaró Gomez Hurtado, na teimosa fidelidade ao espanholismo, nega também qualquer contribuição do indigenismo a que tanto se apegam mexicanos e peruanos. Os exageros são inadmissíveis no exame de um tema da grandeza deste tema. Daí por que não será aqui que iremos examina-lo, em pretendida profundidade. Queremos

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

apenas aflorá-lo no que êle importa para que haja uma compreensão menos rápida ou mais exata do que pretendemos possa ser considerado como cultura brasileira, de suas raízes, de seu conteúdo, de sua dinâmica, à sua atualidade mais evidente.

Caberá aqui, por isso mesmo, explicar o que entendemos por cultura, a fim de que possamos prosseguir no inventário rapidíssimo de seu surgimento e de sua evolução no Brasil. Para não nos alongarmos, consideremos como cultura, seguindo as correntes mais atuais da antropologia cultural, tôdas as manifestações que reflitam o espirito de criatividade de um grupo social. Assim, quando êle organiza suas instituições politicas, disciplinando sua conduta social, quando constrói os caminhos, os centros urbanos, domina a natureza, vencendo dificuldades naturais, extrai dessa mesma natureza os elementos condicionantes de sua vida, canta e narra seu passado e define sua presença atuante nos quadros do mundo, quando, finalmente, erige os monumentos estéticos, representados nas obras de arte material, de arte lirica, e através da língua que adotou, ou foi criado, escreveu as páginas de sua aventura espiritual, está criando cultura e definindo-se culturalmente. Nesse infinito movimento de criatividade, há que registrar, ainda, os contactos que se fazem entre as culturas, e, por conseguinte, as contribuições que se transferem e enriquecem e transformam.

Ora, não somos uma coletividade que se tenha ou venha elaborando sem contactos com outras coletividades. Ao contrário, nessa elaboração vem sendo caracterizada justamente pela existência desse contacto, que se realiza desde os primeiros dias de nossa vivência social. Aborígenes americanos, negros africanos, portugueses do Reino, das ilhas e do próprio Oriente distante, que de lá também vieram valores humanos que resultavam da experiência portuguesa no seu império asiático, compuseram a contribuição inicial para a formação da sociedade que se criava. A mestiçagem foi intensa, ora condicionada ao incentivo do poder público, ora clandestina e obstinadamente promovida por iniciativa, casada e amorosa, de homens e de mulheres, daqueles estoques étnicos. De todo modo, um processo de vinculação de sangue que levaria à formulação de um novo tipo social, o mestiço, que se enriqueceria, posteriormente, com a participação dos outros elementos étnicos e culturais, a que já nos referimos, elementos que nos chegaram depois do ato de D. João abrindo o Brasil à presença universal. Todo esse relacionamento, que há quase quinhentos anos se vem verificando com os resultados mais evidentes, assegura a conclusão de que, sendo povo mestiço, o que não se verifica ou determina apenas pela pigmentação da pele, mas por todo um vasto lastro de contribuições da mais variada espécie, a cultura que construímos, é cultura mestiça. Não se diga que, por tal, somos inferiores aos outros povos, que se afirmam libertos do pecado da mestiçagem. Será difícil comprovar a existência de povo que se possa manter isento de contactos que levam à transculturação e à

AS RAÍZES E O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA BRASILEIRA

mistura de étnias. Ademais, a tese da inferioridade dos mestiços é tese desmoralizada, de um racismo que se enterra ou se destrói a cada minuto que decorre.

Chegou, porém, o momento de esclarecermos em que termos e volume podemos assinalar como as culturas primitivas de nossa formação compareceram e explicam a cultura brasileira. Já indiquei a existência de valores representativos que nos ficaram da presença de aborígenes americanos e negros africanos. O volume inventariado é imenso e em tal extensão que muito de nosso comportamento, resultante da contribuição deles, incorporou-se como uma constante de que não nos apercebemos para distingui-los como tal.

No particular dos motivos estéticos e da incorporação de valores literários, representados na língua e nas outras manifestações da inteligência criadora, a contribuição mais profunda, mais intensa e mais importante para explicar-nos durante três séculos é a contribuição de Portugal. E essa começou com a ordenação política, de que decorreu tudo mais. Porque, criada a área, sob sua soberania, criação que foi rápida e imensa, a base física, que é o suporte material de nossa ordenação espiritual, elaboradas, no decorrer de trezentos anos, a sociedade e a economia tropical e de exploração de produtos naturais, a vida espiritual, que se foi vivendo, se não teve aquele esplendor que se podia encontrar no Reino, não foi uma vivência descolorida, pobre, sem expressão.

Portugal, à época, estava participando do Renascimento, que se distingue não unicamente como um regresso às formas estéticas do passado clássico. Portugal contribuiu para o Renascimento com as descobertas, que ampliam o espaço universal, possibilitam o contacto com novas humanidades, com outras naturezas, reformulando o conhecimento geográfico em todas as formas por que o entendamos. Essa contribuição é incessante e imensa, quantitativamente. Renova, realmente, o espírito europeu, dando-lhe novos elementos que o enriquecem e lhe valem como estímulo. Portugal fala língua que se afirma pela forma gramatical e literária. É a língua imperial que representa a Europa na tarefa de ampliação do ecumeno. Possui a Universidade, que lhe forma os agentes da renovação cultural, e lhe assegura a posse do pessoal de melhor nível para as empresas do Estado e para as iniciativas privadas. No balanço a que se der, acerca do que representou essa contribuição portuguesa, o haver daquele povo ibérico é amplíssimo. É sobre todos os variadíssimos aspectos da empresa espiritual.

No Brasil, os começos da atividade intelectual, se nos quisermos limitar a esse ângulo do problema de nossa cultura em seus primeiros passos, estiveram a cargo dos Religiosos, que vinham incorporar as multidões gentias, assegurar as bases étnicas da sociedade e criar, com a escola, o núcleo inicial da sociedade que não se vinculava unicamente ao negócio material. As escolas de Jesuítas, Franciscanos, Carmelitas,

Mercedários, Oratorianos, Beneditinos e Regulares, serviram ao desbravamento das inteligências da colônia. Nelas se formaram todos os nossos espíritos, antes dos lances dramáticos do Consulado de Pombal, quando as escolas laicas substituíram as escolas mantidas pelas congregações católicas, com os recursos do Estado, recursos muito modestos, é certo, mas nem por isso deixando de ocorrer como decorrência da transferência de competências, ou antes, de competência atribuída, por dever de governo, às Organizações Religiosas. Ensino simples, mas que em alguns pontos foi acrescido da preparação de artífices, necessários na construção da colônia. A escola pombalina estêve a cargo de professores vindos do Reino ou escolhidos na própria colônia. Foi mais ampla, pois compreendia ler e escrever, gramática latina, retórica, grego e filosofia, mas em número menor. Sobre ela escreveram-se já algumas contribuições interessantes, como a de Hêlio Vianna, Laerte Ramos de Carvalho e José Ferreira Carrato. Esse ensino completava-se, em grau médio, nos Seminários, como os de Belém, São Luiz, Olinda, este o mais famoso, centro ativo na formação dos que iriam conduzir as explosões nativistas e republicanas no Nordeste, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Mariana. Em muito menor escala, os conventos das freiras. Os que tinham posses e visavam à Universidade deviam procurar Coimbra. Nunca pude compreender porque Portugal ignorou a importância e a grandeza da criação da Universidade na colônia. O exemplo de Espanha estava vivo como uma lição admirável de superioridade cultural. Por que? pergunto sempre, sem a resposta convincente. Outros, mais aquinhoados, buscavam Montpellier. Diplomavam-se em Medicina. Inventariou-os o historiador Xavier Pedrosa. Os que dali saíram, já no século XVIII, seriam porém agentes de uma nova ordem que se procurava estruturar, na área política e no campo ideológico. Em Coimbra, os que se diplomavam foram em número expressivo — entre 1772 e 1822 formaram-se 866 em direito, ciências naturais e matemática. Uma ou outra iniciativa de escolarização diferente alcançou muito pouco êxito. Limitou-se a aulas de fortificação, artilharia e matemática aplicada. Com a escola, houve igualmente a biblioteca dos conventos, naturalmente bibliotecas fechadas, mas igualmente as bibliotecas particulares, que se foram organizando, nelas encontrando-se o livro de toda espécie, inclusive aquele proibido pela autoridade como perigoso às instituições religiosas e ao sistema político vigente, no caso o absolutismo de Estado. Sobre essas bibliotecas escreveu interessante ensaio o saudoso erudito Clado Ribeiro de Lessa, não sendo de desprezar-se o de Eduardo Freireiro, acerca do "Diabo na livraria do Cônego", isto é, a livraria herética, do ponto de vista ideológico político-filosófico, em poder do cônego Luís Vieira, um dos artífices do movimento da inconfidência em Minas Gerais. Voltaire era lido. Como Rousseau, e os livros sobre a independência norteamericana. Inventários e testamentos indicam a existência de bibliotecas privadas, o que significa que na colônia, em particular no século XVIII, havia a curiosidade pelo que se escrevia lá fora e servia ao esclarecimento

de muitos dos que compunham a sociedade brasileira de então. Livros vendiam-se muitas vezes por determinação de Lisboa. A censura era, porém, diligente na fiscalização. E autores brasileiros, ou não, sofreram-lhe os rigores, como foi o caso de Feliciano Bittencourt e de Antonil, com "O Brasil por suas drogas e Minas". Os livros eram impressos no Reino. A tipografia não existiu na colônia. As tentativas feitas não lograram sucesso. Sobre o assunto, além dos excelentes estudos de Carlos Rizini, o Conselho Federal de Cultura publicará volumosa obra de Marcelo e Cibele Ipanema, cobrindo toda a atividade tipográfica e jornalística no Brasil, dessas iniciativas frustradas aos êxitos nas Províncias depois da vinda da família real portuguesa.

O estudo e o louvor à terra constituía, então, o motivo fundamental dos que escreviam no Brasil. Durante os três primeiros séculos, toda essa literatura, em prosa e em verso, tem como tema o Brasil, nas suas riquezas, nas suas particularidades, nas características que o definiam como espaço, como natureza e já como façanha dos homens. Elaboram-se a Flora Fluminense, a Flora Pernambucana, respectivamente de Frei Veloso e de Arruda Câmara. Elaboram-se genealogias, histórias e descritivos particulares das Capitânicas, história dos feitos de Ordens Religiosas, histórias gerais do futuro império, a de Frei Vicente do Salvador e a de Rocha Pita. Um cronista oficial para os assuntos do Brasil era designado: Diogo Gomes Carneiro, que parece não se ter desincumbido da tarefa. Realizara-se vasto trabalho de indagação científica com a "Viagem Filosófica", de Alexandre Rodrigues Ferreira, naturalista baiano que percorreria a Amazônia e Mato Grosso, para estudá-los como área de interesse botânico, zoológico, geográfico e antropológico. Nesse particular da identificação da natureza regional, seria trabalho pioneiro uma "História das Plantas e Animais do Maranhão", que só hoje conhecemos, em edição de nossos dias, da autoria de Frei Cristóvão de Lisboa. O que poderemos denominar de exotismo literário encontrava, nessa produção que se fazia no Brasil, um capítulo viçoso. Como também poderemos nela encontrar as raízes do nacionalismo em crescimento visível. Tal nacionalismo vai espontar, no entanto, mais claramente, como sentimento de amor à terra, nas associações que se organizam, sob proteção de governantes ou por determinação dos que as integram. São as Academias, ao estilo da época. Homens de espírito mais avançado reúnem-se para estudar, louvar e compor a inteligência sobre a terra. Nessas Academias, encontramos uma nova seiva que se integrava no movimento de idéias que será o iluminismo.

As formas do barroco haviam encontrado ambiente no Brasil, entre outros, através da produção intelectual nas Minas Gerais, como evidenciou, recentemente, Afonso Ávila. A obra artística do Aleijadinho estava porém impregnada do que marcava o barroco como expressão artística. Os toques pessoais do artista em nada contradiziam o barroco no que ele possuía de fundamental. Toda a arte anterior, no velho

estilo manuelino ou gótico português, manifestado nas igrejas, de grande e de pequeno porte, nas casas de câmara, nos edifícios onde funcionavam os governos das Capitâneas, nos solares e mesmo casas de fazenda, as Casas Grandes da área açucareira, tudo significando a influência que vinha de Portugal, aqui tomava corpo nas mãos e no engenho criador dos artistas, leigos ou religiosos, como fora o caso de um Ataíde ou do grupo dos beneditinos da Bahia e do Rio de Janeiro. Ao barroco, ia seguir-se a fase revolucionária, de que alguns pretendem que as manifestações do Aleijadinho já constituam uma primeira demonstração pela liberdade de movimentos que se pode verificar no artista. O iluminismo, sucedendo ao barroco, encontraria no Brasil campo imenso. Como no restante da América ibérica, aquela que os espanhóis estavam criando. Os Arcades mineiros são um primeiro movimento de autonomia. E as "Cartas Chilenas" o documento expressivo desse estado de espírito.

As linhas mestras do pensamento novo estariam nas páginas do que se escreveria, de então em diante, no Brasil ainda sob soberania de Portugal. Os homens que compunham a ideologia nova, a penetrar por toda parte, provocando, com o movimento renovador de idéias, o anseio pela reestruturação da sociedade do sistema absolutista, eram, como já vimos, lidos e talvez discutidos aqui, como podemos suspeitar do que se apurou nas devassas levadas a efeito na Bahia, no Rio de Janeiro, nas Minas, e se constatar também nos pronunciamentos de governantes, alarmados com a expansão que a doutrina herética, se assim a considerarmos face aos regimens políticos existentes, estava tomando na colônia. As Academias, pela maneira brusca e violenta por que as autoridades as impediram de funcionamento regular, seriam, está visto, a área mais impetuosa ou mais atuante nesse particular. Se o que elaborou não apresenta um caráter revolucionário visível, e isso em breve ficará totalmente decidido com a publicação de todo o imenso documentário de sua atuação, a cargo da Universidade de São Paulo, sob a direção técnica de Aderaldo Castelo, na obra copiosa, que formará dez tomos, encontraremos elementos capazes de permitir que nos certifiquemos do que era, a essa altura, a vida intelectual no Brasil, um Brasil, que se afanava no estudo e no exame de suas condicionantes. Porque o nosso iluminismo, como era também o academicismo, distinguia-se, ou tomava forma própria, entre nós, na preocupação que havia no tocante ao conhecimento realístico do que representávamos, do que nos caracterizava, do que valíamos como expressão de natureza, rica ou pobre, e como empresa já alcançada, em resultados positivos, pela ação do homem aqui nascido ou aqui em plena atividade. Sobre o assunto escreveu ensaio da maior valia a historiadora paulista Maria Odete da Silva Dias.

Faz-se necessário registrar, sem mais demora, o fato de que as gerações brasileiras eram, então, as que mais se credenciavam em Portugal. Nossa presença na administração do Reino já se fazia

constante e abundante. A Reforma da Universidade de Coimbra estava atribuída a um brasileiro, D. Francisco de Lemos. Sua defesa posterior a outro brasileiro, o Bispo Azeredo Coutinho, que criara o Seminário de Olinda. Brasileiros eram professores, chamados a gerir cátedras ou a dirigir operações científicas, no ultramar. Uma geração brasileira tinha em suas mãos os destinos da cultura e da vida nacional. Formávamos os melhores quadros do país. Pina Manique, escrevendo ao Capitão General que dirigia a Amazônia, a propósito de dois moços que, idos de Belém, haviam se revelado nos cursos que faziam, dizia-lhe que lhe mandasse outros daquele tipo, mas que, tanto os que já estavam lá como os outros, não regressariam ao Brasil porque eram necessários no Reino. A esse tempo, os estrangeirados, que não haviam nascido no Brasil, começavam a minar o velho organismo político, ideológico, cultural, de Portugal. Minavam e atuavam no sentido da mudança. Quando, encerrado o consulado de Pombal, a reação ao reformismo do Marquês tentou a destruição do que ele realizara, na Universidade, não teve êxito o movimento. Ainda um brasileiro, Melo Franco, em catilinária contra o sistema que se procurava restaurar, afirmou que o que se postulava era um "Reino da Estupidez".

Ora, se o Brasil a essa altura manifestava a posse de uma inteligência tão viva, como aceitar a tese de que não progredíamos, continuávamos colônia de simples exploração, sem condições para aspirar à alteração do sistema político vigorante? As inconfidências, os pronunciamentos e o exame que fazíamos continuamente, em todas as Capitânicas, do que éramos e do que, em consequência, poderíamos ser, nesse particular acompanhando movimento idêntico que se observava na América Espanhola, não seriam suficientes para demonstrar que estávamos alcançando um grau de desenvolvimento que se fazia necessário, quanto antes, considerar? Na correspondência que as autoridades portuguesas escreviam para Lisboa, já se podia verificar o receio que elas sentiam. Quando o Conde de Linhares, rompendo com o conservadorismo da Corte, elaborou as considerações que visavam reformular a estrutura do império ultramarino português, e esse império era agora fundamentalmente o Brasil, evidentemente, como o estadista, pensava ou reflexionava em termos de realidade, de que ele se apercebera, e para enfrentá-lo o que se impunha seria a política nova de aproximação com essa realidade e não mais a política modorrenta e insensível de um passado retrógrado, que devia ser esquecido. O balanço que Silva Dias escreveu, com tanta lucidez, sobre o movimento de idéias que Portugal experimentara através sua longa existência, procurando contestar os que limitam, no tempo, esse movimento, está precisando ser ampliado com o capítulo especial acerca da presença brasileira na fase de renovação. Ernani Cidade, quando nos deu os saborosos capítulos da história da Inteligência portuguesa pela contribuição do império, abriu o caminho para essa compreensão mais lúcida do que era a nossa contribuição. Faz-se imperativo, no entanto, que essa contribuição seja

apreciada no que importava como demonstrativo da formação de um pensamento e de uma ideologia nacionalista, que estaria ainda subterrânea, mas tomava fôlego continuamente. Havia, no Brasil, o que Machado de Assis assinalava, e Afrânio Coutinho utilizou com tanta profundidade, para explicar nossas raízes ideológicas, o "instinto de nacionalidade", Certo. E todo esse complexo não poderia servir mesmo de conteúdo a um outro instinto, o de civilização diferente, a civilização brasileira, de raízes européias, indígenas americanas e africanas, voltemos a nossas reflexões iniciais?

País continente, o Brasil era e continua sendo país arquipélago. A regionalização brasileira, sem ferir o sentido de unidade que nos move em todos os momentos, enriquece o patrimônio cultural, como Diegues Júnior, em obra clássica, as "Regiões Culturais Brasileiras", já demonstrou com tanta objetividade, essa regionalização, conseqüente à distinção fisiográfica tão flagrante e ao distanciamento que ocorreu no período da formação territorial, social e econômica da fase colonial. Ao contrário do que sucederia nos Estados Unidos, que não conheceram o problema porque toda a expansão se processou sem a interrupção ou os desligamentos que encontramos no mesmo episódio no Brasil, pois que deixávamos as bases no Atlântico para mergulhar no sertão imenso sem a preocupação de ir fazendo a ocupação do espaço sem deixar vazios, com esse procedimento insensível demos origem à regionalização, que só hoje, através da política de integração, pela vinculação mais ordenada dos espaços sociais e culturais, estamos encerrando. Encerrando não para destruir o que ela possui de significativo como expressão local, mas como eventual força negativa da unidade.

À chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, para fundar o império sulamericano, o Brasil dispunha, assim, de uma situação toda especial. A imprensa regia, a biblioteca nacional, as edições que se começaram a fazer aqui, os cursos superiores que se instalaram, o ensino artístico, o polimento da sociedade, a urbanização mais intensiva que se abriu, as relações diretas com o mundo através da abertura dos portos, as novidades de toda espécie que chegavam com os estrangeiros, que não mais foram proibidos de desembarcar e permanecer no Brasil, os serviços administrativos de alta categoria, com o que se preparava a geração de servidores para o outro império em elaboração, tudo falava claro sobre os dias de renovação que se preludiavam.

A revolução liberal de 1820, que a certos aspectos significava um protesto da burguesia européia, contra a posição brasileira, que deixara de ser colônia para transformação em Reino, com todas as características de nação soberana, deu origem à literatura de conteúdo político que circulou por todo o novo Império. Escreveu-se largamente, em debate em que se aferiam nossos direitos à vivência autônoma, as excelências do velho e do novo regime, numa positiva evidência de que éramos lidos naquelas novidades, que já haviam alcançado os mais distantes pontos da pátria. Bastará registrar um episódio — o panfleto de João

Cândido de Deus e Silva, Ouvidor no Piauí, e figura que se distinguira, posteriormente, nos sucessos políticos da independência e na vida parlamentar conseqüente. No panfleto, o magistrado sustentava a conveniência da aceitação do novo sistema democrático. Estava então localizado em Oeiras, fora de contacto com o mundo, inclusive aquele que era o Brasil nascente na sua condição soberana. Não será válido o exemplo, para justificar a tese de que já éramos lidos e sabidos na doutrina que se julgara nociva, fizera a independência das colônias britânicas, do Haiti, mudara inteiramente a vida francesa, abolindo a monarquia autoritária, absolutista, hereditária, e provocava a explosão que estava pondo fim à dominação da Espanha na sua América?

A independência ocorreu. A Constituinte em que os brasileiros das Províncias se reuniram para transmitir os anseios delas e definir competências de governantes, disciplinando a sociedade, no seu aspecto político, se não foi a constituinte que revelasse a inteligência brasileira em seus melhores personagens, não foi, no entanto., uma assembléia desfigurada pela pobreza intelectual de seus integrantes. As críticas que lhe fizeram os analistas de seu procedimento são críticas em que se ignorou o período em que atuavam os constituintes, período de contundente paixão, a impedir o raciocínio tranqüilo, essencial para a aventura de um texto legal daquela importância e portanto para permitir o pronunciamento mais retumbante de seus componentes. Não será demais, todavia, lembrar que tanto o diploma em discussão como o que se transformaria, por ato do Imperador, em Constituição do Brasil Imperial, refletem a atualização, dos que os elaboraram, com o pensamento novo, do iluminismo, e não com os sentimentos do absolutismo, decadente apesar dos esforços que na Europa se tentavam para mantê-lo em vigor.

Os textos legais que se decretaram ou expediram mais tarde, completando o aparelhamento do Estado, foram instrumentos, de certo modo, a respirar o ar renovado que o liberalismo introduzira. Acelerou-se o processo de desenvolvimento cultural que o Brasil passou a experimentar. A inteligência nacional não encontrava mais limitações de qualquer espécie. O estudo do que éramos realmente não se interrompeu nem se procedeu sob limitações. A contribuição estrangeira para esse conhecimento começou a ocorrer intensamente. A ciência estrangeira passou a participar vigorosamente do arejamento que se registrava. Deixávamos de ser uma área submissa a padrões impostos ou aceitos sem a liberdade de escolha, senão às ocultas, como sucedera até então, para adotarmos os padrões que escolhíamos livremente. A influência francesa, inglesa, alemã, italiana, posteriormente, ou mais recentemente, a norte-americana, passou a constituir uma influencia que nos enriqueceu no patrimônio cui tu vol. Os modelos que nos proporcionavam tinham acolhida constante. Não vamos fazer aqui a história desse episódio, que ainda não se interrompeu. Queríamos apenas indicá-lo para que pudéssemos ter uma idéia exata de como o nosso desenvolvimento cultural teve prosseguimento dentro de um novo contexto sem que em nenhum momento houvesse interrupção.

Aos cursos de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, seguiram-se os cursos jurídicos de Olinda e São Paulo, a escola de minas de Ouro Preto e a politécnica do Rio. A Biblioteca Nacional seguiram-se bibliotecas provinciais. Entrou em funcionamento o Museu Nacional Criaram-se as Escolas Normais para a formação de professorado primário. Estabeleceram-se os Liceus nas Províncias para a formação humanística. O Imperial Colégio de Pedro Segundo visava não apenas à preparação dos que desejassem o ingresso nas Academias, mas um princípio de formação humanística, sob a República devidamente constituído com as Faculdades de Filosofia. A esse movimento nacional de formação de quadros acompanhou a ilustração das elites sociais o teatro passou a constituir uma área de polimento, de refinamento do gosto, com companhias nacionais e estrangeiras que se exibiam na Corte e nas capitais da Província. A imprensa periódica, como as revistas ilustradas e de divulgação cultural, começaram a circular. Fizeram-se os primeiros inventários da nossa produção intelectual. Criaram-se editoras, para lançamento dos livros dos escritores brasileiros. As Associações literárias amudaram-se. Fundou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a mais antiga associação especializada do gênero, no continente. Um intenso movimento, não apenas de renovação, mas de criação, cobriu todo o país. E com ele, o prosseguimento da investigação acerca do que éramos como espaço e como fruto da ação humana. A investigação científica amudando-se, com a exploração pormenorizada do território, facilitada pela expansão interna das populações, que se transferiam continuamente, de região a região, deixando o litoral onde se elaborara a civilização durante três séculos. A Amazônia fez-se maior peia presença da multidão nordestina. A imigração estrangeira, trazendo os contingentes numéricos, trouxe também novos estoques culturais, que se foram transferindo e incorporando como suceuera, nos idos coloniais, com aqueles três estoques iniciais. O século XIX levara o Brasil a ingressar na comunidade cultural do mundo. O balanço dessa atividade importa em reconhecimento de que realmente contribuíamos nessa área criadora defmua. Inaaa ignorávamos uo que ocoma no exterior. Nossa contribuição, aliás, sobrelevava a de todo o restante da América Latina. A temática brasileira continuava a servir de conteúdo a romancistas e poetas. O estudo do passado histórico, à luz da documentação dos arquivos, em organização, tomava vulto. A Academia Nacional de Medicina, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em seus campos próprios, exerceram atividades invulgar. A civilização material, sob o Império, apresentou um relevo maior: estradas de ferro e novas unidades urbanas, estas fruto da ocupação do território, construções de edifícios públicos, na Corte e nas Províncias. Procedeu-se a interpretação da realidade nacional, na análise aguda de Tavares Bastos e Joaquim Nabuco. As ideologias de toda natureza foram discutidas, aceitas, negadas, sem que ocorresse o conlrô.c da manifestação cio pensamento. O Imperador era um defensor da liberdade de opinião,

reagindo sempre a quantos desejavam conter os excessos dos que previam, sugeriam ou desaprovavam a própria mudança das instituições políticas.

Com a primeira república, sob a influência do binômio café-borracha, o atividade cultural também se beneficiou. Se não houve a adoção de um sistema institucional visando ao processo cultural por parte do poder público, nem por isso deixou ele de assegurar condições a que esse processo se ativasse. A partir da segunda República, porém, essa participação do Estado se fez mais ponderante. A iniciativa privada também se tornou mais ativa. Coleções como a Brasileira e a Documentos Brasileiros e anteriormente os Movimentos Modernistas do Nordeste e de São Paulo, o movimento de Cataguases, falavam eloqüentemente. As instituições governamentais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Conselho Nacional de Pesquisas, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Serviço Nacional do Teatro, o Serviço Nacional do Cinema, o Instituto do Livro, o Instituto Joaquim Nabuco, a Comissão Nacional de Energia Atômica, o Instituto Osvaldo Cruz, o Instituto Brasileiro de Pesquisas Bibliográficas, o Museu de Belas Artes, do Rio de Janeiro, o Museu Histórico Nacional, este criado ainda na Primeira República, o Museu do Ouro, o Museu das Missões, o Museu da República, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, a Campanha de Defesa do Folclore, em suas áreas próprias, ao lado de instituições estaduais como o Museu Paraense Emílio Goeldi, o Museu Paulista, o Instituto de Pesquisas Biológicas de São Paulo, para referir apenas exemplos de participação dos Estados, são uma resposta positiva aos que indagam ou duvidam da existência de um propósito oficial, federal e estadual, visando ao que já poderemos denominar de fundamento para uma política cultural no país. A criação do Ministério da Educação e Cultura, a que se vinculam os organismos federais, constituiu outra demonstração positiva da preocupação governamental, para que se dinamizasse o processo de desenvolvimento cultural. Some-se a essas iniciativas e decisões oficiais, o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal e a Fundação Nacional do Índio, a que se atribuíram a defesa do patrimônio vegetal e do humano, este representado pelos grupos indígenas, e teremos um quadro exato da presença do Estado. Iniciativas privadas são a Academia Brasileira de Letras, Academia Brasileira de Ciências, as academias de letras estaduais, os institutos históricos e geográficos estaduais, as Bienais de Artes e agora de Letras de São Paulo, o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, a Fundação para Defesa e Conservação da Natureza. Algumas estatísticas, para exemplificar, como a que se refere ao número de bibliotecas existentes no país, pode servir a esse demonstrativo: em 1967, navio, em pleno funcionamento, 11.946 bibliotecas, sendo 2.1 São Paulo, 1.906 em Minas Gerais, **1.364** no Rio Grande do Sul e 1364 em Santa Catarina. Entre 1937 e 1967, essas bibliotecas haviam recebido, por doação do governo federal, 3.334.503 volumes. Entre

1966 e 67. mais 349.973 volumes. Em 1968, até julho, essas doações haviam atingido os 79.836 volumes. Segundo o Grupo Executivo da Indústria do Livro a produção anual aproximada da indústria brasileira editorial eleva-se a cerca de 60 milhões de exemplares. As importações de livros estrangeiros, em 1968, atingiram 12,8 milhões de dólares e foram, na maior parte, livros técnicos e científicos. Dos Estados Unidos, o Brasil importou, naquele ano, 6,8 milhões de dólares em livros. Em ordem decrescente, foram os seguintes os outros países que mais exportaram livros para o Brasil: Portugal, (traduções), Espanha, França, Argentina, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental, México e Japão.

O movimento editorial brasileiro alcançava, igualmente, Índices expressivos, sendo de assinalar que o mercado restringia-se, praticamente, ao mercado nacional, face à dificuldade criada à difusão pela língua, praticamente, reduzida no seu uso, a Portugal, Brasil e a territórios africanos do ultramar português. Mesmo assim, as edições, que anteriormente se reauziam a mil e poucos mais de exemplares de qualquer livro nacional, passou a números muito mais elevados. As segundas e terceiras edições de autores brasileiros deixaram de constituir casos raros. No particular da formação de quadros, dado que o país se transformava rapidamente com a industrialização, passando a compor uma nova tônica de progresso, os institutos de pesquisa também deixaram de constituir novidade sensacional. As Universidades não entram na linha de preocupação governamental durante um largo espaço de tempo. Tentativas, isoladas, aqui e ali, valiam como verdadeiras ousadias. Pedro Segundo, em sua última "Fala", dirigida ao Parlamento, sugerira a criação de duas — uma para o norte e outra para o sul. Na atualidade, uma vasta rede de Universidades cobre toda a extensão de nosso território, contribuindo para a ativação cultural do Brasil. Um inventário, o primeiro que se faz em profundidade, da autoria de Clóvis Costa, relativo à atividade e à nossa contribuição para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia dará, dentro de muito pouco tempo, uma notícia pormenorizada do que importa essa contribuição, acelerada no decorrer dos dois grandes conflitos mundiais, conflitos responsáveis, em muitos aspectos, por várias das reformas que nos marcaram nas décadas a partir de 1914. Em "A Cultura Brasileira", Fernando de Azevedo deu o balanço do que a distinguiu e do que a enriquecia. Em "Regiões Culturais do Brasil", Diegues Júnior, registrou as particularidades do arquipélago do paia continente que é o Brasil. Em "As Ciências no Brasil», um grupo de especialistas procedeu a uma Indicação sumaria do que representamos em vários campos da inteligência pragmática, Em "Artes no Brasil" sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, examinou-se o que esse patrimônio artístico representa em nossa vida espiritual e de como ele já deixou nossos limites físico-políticos para expandir-se sob aplausos e espanto do resto do mundo. Brasília não é uma outra comprovação, nitidíssima, de nosso vigor no façanha da urbanização em novos termos e outra visualidade? No obra

AS RAÍZES E O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA BRASI

de Gilberto Freyre, a grande interpretação cultural do Brasil vem sendo realizada com a maior precisão, como na de Alberto Torres. Euclides da Cunha, Oliveira Viana.

O Conselho Federal de Cultura, que tenho a honra de presidir por decisão de meus pares, é hoje o instrumento legal para a elaboração da política cultural do Brasil. Quando dizemos política cultural em nenhum momento estamos imaginando que essa política cultural signifique uma disciplina, prejudicial à liberdade de criação. O que se pretende é fixar as linhas centrais, dentro das quais, e sob a égide do Estado, o processo cultural brasileiro seja acelerado, incentivado e garantido. O Plano Nacional de Cultura, que elaborou, como a reformulação das instituições de cultura, a legislação de defesa dos direitos do autor, a legislação visando impedir a imigração de documentos de interesse histórico e de bibliotecas, essenciais ao patrimônio espiritual, como o «Atlas Cultural», no gênero a primeira obra com os propósitos que ambiciona, e por fim a "História da Cultura Brasileira", em seus aspectos fundamentais, constituem a participação que o Conselho vem dando na execução dos propósitos oficiais.

A cultura brasileira, em suas raízes mais distantes como em seu desenvolvimento, não ficou, evidentemente, nem seria isso possível indicada na extensão e na clareza necessárias. O que aqui propusemos visou apenas propô-la na sua temática mais evidente. Porque, na realidade, o Brasil já se pode hoje considerar parte ponderável da empresa universal de criação de cultura. Estamos saindo da condição de país subdesenvolvido. A integração brasileira se está fazendo, na estratégia oficial, também pela integração cultural.

A Dialética Aristotélica e o Princípio de Contradição

ALMIR DE ANDRADE

A estruturação do tempo é dialética e se apoia na oposição entre o passar e o durar. A estruturação do movimento é dialética e se manifesta na oposição entre contínuo e descontínuo, finito e infinito. A estruturação do átomo, da matéria e de todo o Universo é também dialética e se processa por meio de um equilíbrio de contrários entre forças positivas e negativas, movimentos de profundidade e movimentos de superfície. É dialética, por fim, a estrutura do pensamento, inclusive na evidência de que só podemos conhecer e entender claramente alguma coisa quando apreendemos, simultânea e sucessivamente, o que ela é e o que não é, a sua realidade e a do seu contrário.

Ao pensamento dialético, todavia, não é essencial apenas o reconhecimento da estrutura do ser como jogo e equilíbrio de contrários, mas também a procura de um princípio de *ordem, unidade, permanência e totalização*. Os contrários só se aquietam e adquirem forma estável quando se fundem na unidade de um mesmo princípio de organização. As partes só se realizam plenamente e cumprem o seu destino quando se integram num todo, que não só as engloba enquanto partes, mas também lhes empresta sentido novo como rocio *organizado*.

Hegel foi o grande «teorizado» do pensamento dialético. E até hoje, quando se fala em «filosofia dialética», poucos se lembram das prodigiosas conquistas da ciência que a comprovam e nas quais ressalta, para espanto e regozijo nosso, a imagem dialética de um mundo, cujas forças, sedentas de coerência e harmonia, se acomodam e se ajustam num perene equilíbrio de contrários. É falar-se em «dialética» — c, desde logo, toda a gente se reporta a tese hegeliana e à sua estruturação teórica, mais tarde desdobrada em duas alas inimigas, a «direita hegeliana» e a «esquerda hegeliana», ambas, porém, vinculadas pelo método a fonte original. Se a direita hegeliana, para salvar o «espi-

rito» da doutrina de Hegel, muitas vezes violou-lhe as regras do método, a esquerda hegeliana — através das escolas de Feuerbach, Enqels, Karl Marx, Lenine e Mao-Tse-Tung, que formam o corpo do *materialismo dialético* — viu-se obrigada a repudiar-lhe o espírito, para reter-lhe ortodoxamente o «método», a técnica dialética de pensar, já agora vinculada às condições materiais da luta pela vida, no complexo mecanismo da produção industrial.

Há uma questão fundamental e grave, todavia, que hoje se apresenta como decisiva para os destinos das culturas do Ocidente: a de apurar se a filosofia dialética, para a qual se inclinam, implícita ou explicitamente, as principais correntes do pensamento moderno e a própria ciência, na crescente ampliação de suas conquistas no infinitamente grande e no infinitamente pequeno, terá que sempre e necessariamente «escolher» entre a direita ou a esquerda hegelianas e apoiar-se nas contraditórias bases por Hegel formuladas. Sem contestar-lhe o mérito de haver pela primeira vez ensaiado gigantesco esforço de sistematização da dialética na história do pensamento, cumpre investigar, com serena lucidez e imparcial discernimento, se não há melhor maneira — menos contraditória, mais simples, menos obscura, mais transparente e lógica — de expressar os mesmos fatos que impõem a necessidade do critério *dialético* na compreensão e na explicação do real.

De mais a mais, não haverá, no cerne das premissas hegelianas, fundamental contradição de conceitos, que, longe de justificar e racionalizar a *contradição*, como Hegel o pretendeu, tornando-a a essência mesma da realidade do ser, produz, entretanto, o efeito oposto — e de uma contradição que a si mesma se destrói e arrasta, nessa auto-destruição, todo o arcabouço lógico de qualquer filosofia e os próprios instrumentos de trabalho da inteligência humana? No perene devir hegeliano em que nunca pode o ser ser o que é, mas tão-sòmente o que vem a ser. posto que todo ser é e não é ao mesmo tempo — não se percebe algo alucinante, que transpassa as fronteiras de qualquer inteligibilidade possível e nos condena a um ilogismo sem limite ou remissão? Se todo instante que passa deixou de ser quando passou, e, ao me deter para defini-lo, não é mais ele o que encontro, porém o que dele resultou através do *vír-a-ser*; se, no instante mesmo em que princípio a pensar na coisa que se faz presente, já o presente se desvaneceu, antes *de* eu poder retê-lo, ou sequer fotografá-lo; se todo ato de pensar ou perceber o que quer que seja, no momento presente, é mero flagrante fugitivo entre duas sombras, uma que se esvai no momento que passou, outra que despontou no momento que está vindo; e se, quando noto o que se contém no instante que veio, já ele se foi e outro avança no seu rastro, para também fugir e dar lugar a outros, e outros, e mais outros, que se sucedem sem descanso, cada qual surgindo de improvisado e escapulindo a galope — então, até mesmo expressão verbal, indispensável à formulação e comunicação do penso-

mento, qualquer que ela seja, já perdeu de vista o seu objeto antes de enunciar-se a segunda sílaba da palavra destinada a nomeá-lo e estará falando indubitavelmente do passado quando enunciar-se a última..

Sem dúvida, cabe à dialética de Hegel grande parte de responsabilidade na disseminação do «mal das contradições» em que se debate o mundo e na proliferação de todas as tendências que, hoje, nos conduzem à «lógica do absurdo» e aos tremendos conflitos de antagonismos inconciliáveis que arrastam indivíduos, classes e nações, levando-os, consciente ou inconscientemente, ao trágico dilema de Camus___o dá escolha entre a revolta e o suicídio. Entronizar a contradição como suprema lei da vida, considerá-la imanente a todo ser — é precipitar-se desde o início num maremoto de incontáveis tendências, onde todo esforço posterior de unificação e de síntese está fadado ao malogro, ante o impacto de resistências dificilmente superáveis.

Não nos antecipemos, todavia, a uma crítica que não pode ser improvisada, mas deverá resultar do exame sereno e objetivo dos termos do problema, tal como os equacionou a filosofia de Hegel. Não se combate um sistema pelos seus efeitos, mas pelas suas bases. Estas é que deverão ser apreciadas e analisadas com rigor, a fim de apurar-se até que ponto são válidas e em que medida são falhas.

Antes, porém, de estudar a dialética de Hegel, convém deter-nos por alguns instantes na apreciação crítica de outra doutrina que a antecedeu cerca de vinte e dois séculos e que, de modo geral, não se tem incluído na história do pensamento dialético, mas que, não obstante, a ela deve pertencer com toda a propriedade e justiça, não só porque firmou teses essencialmente dialéticas, mas também porque nos sugere a possibilidade de roteiro mais seguro e mais lógico para obter a sistematização da dialética. Referimo-nos à doutrina de Aristóteles.

Há uma razão de ordem lógica para apreciarmos o aspecto dialético da filosofia de Aristóteles como introdução ao estudo da dialética de Hegel. É que este último teve que sacrificar o princípio de contradição para firmar as bases da sua dialética; ao passo que Aristóteles, sem haver desenvolvido propriamente um sistema dialético, nos dá exemplo vivo de como *é possível* construir uma filosofia dialética *sem ferir o princípio de contradição*. E é a admirável lição deste exemplo que devemos assimilar e meditar, como fonte inspiradora de desenvolvimentos futuros.

Por dois motivos tem sido Aristóteles posto à margem da evolução da filosofia dialética, na opinião de vários historiadores: I) porque nos deu uma definição da dialética, moldada no conceito platônica que nada tem a ver com o que hoje chamamos filosofia dialética; II) porque ostensivamente colocou-se em posição hostil à dialética de Heráclito e à de todos os seus predecessores que haviam descrito a realidade do ser como jogo de contrários, acusando-os de violarem o princípio

de contradição e contestando-lhes as teses precisamente em nome deste princípio. Examinemos rapidamente esses dois argumentos.

De fato, em diferentes passagens de suas obras, Aristóteles contrapôs a dialética à filosofia e à sofística, considerando-a meio de conhecimento inferior ao filosófico. No seu entender, a dialética é simples preparação crítica do saber, que lida com meras probabilidades, ou simples meio de testar, de experimentar aquilo que, para a filosofia, é objeto de conhecimento e de demonstração positiva.¹ Tal como a sofística, não passa de «aparência» de filosofia. É evidente, porém, que ele se refere, em todos esses trechos, à dialética no sentido em que a tomavam Platão e a maioria dos filósofos do seu tempo, isto é, como discussão baseada no diálogo, em que dois ou mais contendores argumentam de parte a parte e mutuamente se contestam, procurando chegar à verdade. Nada tem de comum a dialética assim definida com o que aqui consideramos dialética.²

Muito mais sério é o argumento que se baseia na contestação por ele oposta às doutrinas dialéticas em nome do princípio de contradição. Insurge-se principalmente contra Heráclito, Crátilo,³ Protágoras, Anaxágoras, ou Megáricos e os Sofistas, cujas concepções, na medida em que ferem a invulnerabilidade daquele princípio, se destroem a si mesmas.⁴ E à justificação e defesa do princípio de contradição é consagrado todo o Livro IV da *Metafísica*. Dois atributos contrários, diz ele, não poderão jamais existir ao mesmo tempo no mesmo objeto, a não ser que o afetem de modo diferente, ou que nele se encontrem acidentalmente. Ora, todas as filosofias que afirmam a coexistência do ser com o não ser e que aceitam a possibilidade de uma coisa ser o que é e, ao mesmo tempo, o contrário do que é, são logicamente insustentáveis. Tem-se, dessa maneira, a impressão de que a Aristóteles repugnava quaisquer idéias que se pudessem enquadrar no que hoje chamamos dialética, isto é, numa concepção do real em que este se descreva como coexistência e equilíbrio de contrários.

Coube-lhe o indiscutível mérito de ter sido o primeiro a formular o princípio de contradição — a que chamou o mais fundamental dos princípios, ou o princípio de todos os princípios. Na *Metafísica*, este

(1) Sobre a definição aristotélica da *dialética* e sua oposição à filosofia e à sofística, veja-se, especialmente: ARISTÓTELES, *Metafísica*, III, 2. 1004b 16-30. No último volume da *Lógica*, ele menciona a *dialética* entre os quatro gêneros de argumentação, denominando *dialéticos* os argumentos que se baseiam nas opiniões comumente aceitas, visando levá-las à contradição: ARISTÓTELES, *Refutações do Sofista*, 1. 2, 165a 39 até 165b 4.

(2) Excelente e minucioso estudo da dialética de Platão se encontra em: MICHELLE LÓSAcco, *Storia della Dialectica*, Parte I, *Periodo Greco*, Leo S. Olschki Editore, Pirenze, 1922. Capítulos IX, X, XI e XII. págs. 122-230.

(3) Na *Metafísica*, III, 5. 1010a 9-15, comenta Aristóteles que, se Heráclito formulou a *mal** radical de todas as doutrinas, Crátilo ainda foi além, visto que censurava Heráclito por ter dito que ninguém podia banhar-se duas vezes nas mesmas Águas de um rio. No seu entender, ninguém poderia ali banhar-se uma vez sequer

(4) Veja-se, particularmente: *Metafísica*, III, 8, 1012b H-18.

vem enunciado duas vezes, com redações diferentes, cada uma das quais devemos conhecer e confrontar, para que seja dirimida de uma vez por todas a dúvida levantada por alguns intérpretes neoescolásticos acerca da presença do *tempo* nessa definição. A primeira redação aristotélica aparece no Livro IV da *Metafísica*, nos seguintes termos: «É impossível que o mesmo atributo pertença e não pertença ao mesmo tempo e da mesma maneira à mesma coisa». ⁶ A segunda está no Livro XI do mesmo tratado: «Há, nas coisas que existem, um princípio que não pode ser falseado, mas que, pelo contrário, devemos sempre tomar por verdadeiro, a saber: não é possível que a mesma coisa, num só e mesmo tempo, seja e não seja». ⁶ A principal diferença entre as duas redações está nas palavras usadas por Aristóteles para exprimir a idéia de *ao mesmo tempo*, que, no Livro IV, se expressa pelo advérbio *háma*, que tanto pode significar «ao mesmo tempo» como, simplesmente, «de uma vez», «conjuntamente»; ao passo que, no Livro XI, se traduz positiva e literalmente pelo substantivo *chrónos*, «tempo».

Todos os intérpretes e comentadores de Aristóteles, na antiguidade e Idade Média, verteram *háma* por *ao mesmo tempo* e consideraram a idéia do tempo constantemente vinculada ao princípio de contradição. Em fins do século XVIII, Leibniz modificou o enunciado do princípio, dando-lhe feição inteiramente *formalista*, capaz de ser utilizada em qualquer tipo de raciocínio, independentemente da indagação sobre sua origem ou gênese; e resumiu-o na fórmula *A não é não-A*, cuja inversão nos dá o chamado princípio de identidade: *A = A*. ⁷ E um século mais tarde, na *Crítica da Razão Pura*, Kant considerou esse aspecto formal como o único legítimo, ou legitimamente pensável, e firmemente defendeu a tese de que se deveria banir para sempre do princípio de contradição a idéia do tempo, por lhe ser, além de inadequada, inútil. ⁸ Daí para cá, com o crescente desenvolvimento da

(5) ARISTÓTELES, *Metafísica*, IV. 3. 1005b 19-21.

(6) ARISTÓTELES, *Metafísica*, XI. 5. 1061b 34-36 e 1062a 1-2.

(7) Essas e outras investigações de Leibniz, precursoras da moderna lógica formal, foram publicadas pela primeira vez em Leipzig no ano de 1666, in: COTTFRB* DO GUILIBLMO LBIBNUZX). *Dissertatio de Arte Combinatória*, in qua ex Arithmeticae fundamentis *Complicationum ac Transpositionum* Doctrina novis praeceptis exstruuntur. et usque ad universum Scientiarum orbem ostenditur. nova etiam *Artis Meditandi* seu *Logicae Inventionis* sententia sparguntur, apud Joh. Simon Fleckium et John Polycarp. Scuboldum in Platea Nicolaea. Lipsiae. A. M. DC. LXVI. publ. na íntegra em fac-símile na recente coletânea: HOTT WILHEIM LEIRNZ. *Die philosophischen Schriften, herausgegeben von C. J. Gerhardt* Georg Olms Verlagsbuchhandlung, Hildesheim, 1967. 7. Rttnden. vol. IV. p-vgs. 27-104. E foram retomadas, mais tarde, em diversos trabalhos, reunidos sob o título *Scientia Generalis: Characterística*, na mesma coletânea, vol. VII. págs. 1-247.

(8) A expressão *ao mesmo tempo*, diz Kant, é desnecessária no princípio de contradição, porque este se anota em rasões puramente formais, que só interessam à lógica, nunca à ontologia. IMMANUEL KAN. KRITIK Der *reinen Vernunft*, ebemaline Kehrbachne Auagnbe, neu herausgg. von Dr. Ravnund Schmldr. 2. Aufl. Philipp Rociam. Lelpitg. 1933 "Der transzendentalen Anarytik" II. Burfc "Das Svs-ten der Grundaatte der relnen Veratandet", I Abschnltt, págs. 249-250.

lógica formal e do critério «formalista» na expressão dos conceitos filosóficos, essa posição aparentemente se generalizou, a ponto de atualmente, a maioria dos dicionários de filosofia omitirem a idéia do tempo no enunciado do princípio de contradição.

Oportunamente apreciaremos as conseqüências dessa generalização! do critério formal e em que medida se podem, ou não, considerar válidas as definições que *omitem* a idéia do tempo. Por enquanto, registremos apenas o fato relevante de haver Kant preparado o terreno para Hegel: pois o ser e o tempo se acham de tal maneira vinculados um ao outro, que basta negar, ou simplesmente desconhecer a presença do tempo, isto é, a *simultaneidade temporal*, no princípio de contradição, para que no mesmo instante se desfaça toda e qualquer parede divisória entre os contrários e desapareça toda possibilidade de essencial discriminação entre ser e não-ser.

Que haja Kant dissecado o princípio aristotélico, privando-o de uma de suas partes essenciais, compreende-se, tendo em vista o critério geral apriorístico que orientou toda a sua pesquisa filosófica. O que não se justifica, todavia, é que autênticos representantes do moderno pensamento aristotélico-tomista queiram seguir-lhe as pegadas, fazendo retroceder à «intenção» aristotélica a tese kantiana e esforçando-se por atribuir ao próprio Aristóteles o cuidado de omitir no princípio de contradição a idéia do tempo. O mais caloroso defensor dessa interpretação do texto aristotélico é o Cardeal Mercier; e tão frágil nos parece o argumento, que talvez não merecesse sequer ser levado a sério, não fora a grande autoridade de quem o formula, como professor catedrático, que foi, de Filosofia Aristotélico-Tomista na Universidade de Louvain e um dos mais eminentes líderes do pensamento católico nas primeiras décadas deste século. Ironizando «os que se julgam fiéis intérpretes do texto aristotélico» quando expressam o princípio de contradição pela sentença: Uma só e mesma coisa não pode ser e não ser *ao mesmo tempo*, afirma peremptoriamente o ilustre prelado que, utilizando o advérbio *háma*, Aristóteles nunca teve a intenção de referir-se ao tempo, e que este vocábulo deve ser traduzido, não por *ao mesmo tempo*, mas sempre por expressões tais como á *la fois*, *conjuntamente* (ou o espanhol *a la vez*, o alemão *zugleich*, o inglês *together*), etc, já que «o princípio de contradição independe do tempo», bastando, para sustentá-lo, a razão lógico-formal e ontológica de que um mesmo sujeito não pode receber conjuntamente atributos contraditórios de caráter essencial.⁹

Labora Mercier em duplo equívoco: primeiro, quando postula que o princípio de contradição prescinde do tempo; segundo, quando teme-

(9) "O princípio de contradição prescinde do tempo", é o título do parágrafo onde o Cardeal Mercier trata do assunto: Cardenal D. J. MERCIER, *Metafísica General u Ontologia*, trad. española de D. Francisco Gallach Palés, Nueva Biblioteca Filosófica (Espasa Calpe), Madrid, 1935, 3 vols., vol. II, págs. 57-59.

rariamente sustenta que o *háma* de Aristóteles contém apenas a idéia formal de «união» ou «conjunção» e não pode ser traduzido por ao *mesmo tempo*. Quanto ao primeiro ponto, temos procurado precisamente demonstrar o contrário e a tese será examinada noutra ocasião. Quanto ao segundo, que é precisamente o ponto fraco da argumentação cardinalícia, só se pode explicar pelo açodamento em atribuir a Aristóteles um conceito formalístico ao jeito kantiano, que impediu Mercier de verificar que no próprio texto das obras do filósofo se acha o desmentido.

Realmente, se em todo o Livro IV da *Metafísica* emprega Aristóteles, sistematicamente, o advérbio *háma*, de duplo sentido, já o capítulo 5 do Livro XI desse mesmo tratado se inicia com o emprêgo da expressão literal *tón antón chrón*, onde o substantivo *tempo* aparece com todas as letras, não deixando mais no espírito do leitor nenhuma dúvida de que, ao utilizar no Livro IV o advérbio *háma*, Aristóteles tinha em vista, exatamente, a *simultaneidade no tempo*.

Pode justificar-se o silêncio de Mercier em relação a esta passagem, de tão meridiana clareza, se levarmos em conta que ela figura entre os capítulos do Livro XI da *Metafísica* cuja autenticidade foi posta em dúvida por vários intérpretes de incontestável autoridade, como Rose,¹⁰ Christ¹¹ e Natorp¹². Teria parecido talvez ao mestre de Louvain que, sendo a definição do Livro XI obra de algum copista ou discípulo inexperto, deveria prevalecer a terminologia do Livro IV, onde, diz ele, Aristóteles «teve o cuidado» de avitar o emprêgo da palavra *tempo*, usando um advérbio que, por isso mesmo, deveria ser tomado no seu

(10) V. ROSE, *De Aristotelis librorum ordine et auctoritate*, Berlin, 1854.

(11) W. CHRIST, *Studia in Aristotelis libros Metaphysicos collata*, Berlin, 1833.

(12) P. NATORP, *Ueber Aristoteles Metaphysik K 1-8*, publ. in "Archiven für Geschichte der Philosophie", I, 1888.

(13) Mesmo sob o aspecto puramente linguístico, não nos parece acertada a conclusão do Cardeal Mercier. Se o advérbio *háma* tem dois sentidos, um temporal, e outro não-temporal, seriam precisas razões muito fortes para decidir-se o intérprete por um único desses dois sentidos, com exclusão do outro. De mais a mais, não é verdade que, mesmo na linguagem antiga, o advérbio *háma* tenha o sentido principal de "conjuntamente", "a la vez", "a la fois": antes parece que tenha sido este o seu sentido secundário e acessório. Os mais seguros e consagrados dicionários, como o clássico dicionário greco-inglês da Universidade de Oxford, dão-nos claramente a entender que a significação de *ao mesmo tempo* é que deve figurar em primeiro plano. Vejamos o que dizem os especialistas sobre o verbo *háma*: A. Adv. at once; at the same time, mostly of Time... (...) II. together, at once, both, without direct reference to time... (...) IV. abs. with Verb. at one and the same time. — B. Prep. with dat. (freq. with part. added) at the same time with, together with...": HENRY GEORGE LIDDELL & ROBERT SCOTT, *A Greek-English Lexicon*, rev. augm. by Sir Henry Stuart Jones & Roederick McKenzie, in the co-operation of many scholars, 9th. ed. reprinted, At the Clarendon Press, Oxford 1968, pp. 75. — "I. adv. 1. ensemble, tout à la fois... (...). 2. avec idée de temps, en même temps... (...). II. prép. avec le dat.: 1. en même temps que, avec... (...). 2. en compagnie de, avec... (...). 3. pareille-

segundo sentido de «conjunção» puramente formal de dois termos.¹³ Esta outra questão — de saber se é ou não autêntica a citada passagem do Livro XI da *Metafísica* — escapa à nossa competência. Observemos simplesmente que: I) a maioria das edições modernas da *Metafísica* aceita a autenticidade desse Livro; II) autêntico também o considera a voz autorizada de Werner Jaeger, o grande renovador dos estu-

ment à, de même que...": M. A. BAILEY, *Dictionnaire Grec-Français*, red. avec le concours de M. E. Egger, 14e. ed. Libr. Hachette, Paris, 1930, pg. 91. — "Adv. at the same time, Lat. simul (...), at the same time with (with dat.)"; FRANCIS H. FOBES, *Philosophical Greek, an introduction* The University of Chicago Press, 4th. ed., Chicago-London, 1965, pgs. 77 e 267. — "I. adv. juntamente, ao mesmo tempo. II. prep. juntamente com, o mesmo que, como: ISIDRO PEREIRA, S. J., *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*, 3ª ed., Livr. Apostolado da Imprensa, Porto, 1961, pg. 29. — "Junto, logo, logo que, ao mesmo tempo": RUDOLF BÖLTING, *Dicionário Grego-Português*, publ. do Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1941, pg. 35. — "Adv., juntamente, com, ao mesmo tempo": JOSÉ INEZ LOURO, *O Grego Aplicado à Linguagem Científica*, Editora Educação Nacional, Porto, 1940, pg. 275. — No grego moderno, embora sejam de uso mais frequente outros advérbios significando "ao mesmo tempo", "juntamente", como *mazi* e *synáma* (vid. ANDRÉ MIRABEL, *Grammaire du Grec Moderne*, Libr. C. Klincksieck, Paris, 1949, pg. 183), mesmo assim se conserva o termo *hama* no sentido de relação tipicamente temporal, embora algum tanto modificado: "*hama adv.*, as soon as when, if": J. T. PRING, *The Oxford Dictionary of Modern Greek*, At the Clarendon Press, Oxford, 1965, pg. 9. E, na pátria de origem, tão pacificamente se aceita, ainda hoje, a aceção de *ao mesmo tempo* dada ad advérbio *hama* na época e na obra aristotélicas, que a moderna edição da *Metafísica*, publicada em Atenas em 1953 pela Biblioteca "Papyrus", com explicação e comentários do texto feito à margem em grego moderno, sob a direção do Prof. Andreas Dalezios, da cadeira de Filosofia na Universidade de Iena, transcreve literalmente para a linguagem moderna do seu país o texto do Livro IV, 3, 1005b 19-21, substituindo o termo aristotélico *hama* por *synchronos*, que significa, positiva e insofismavelmente, *sincronicamente, simultaneamente, ao mesmo tempo*: «É impossível que um só e mesmo atributo pertença e não pertença *simultaneamente* (ou *ao mesmo tempo*) ao mesmo sujeito e sob o mesmo aspecto (ou a mesma relação)". Fato da maior relevância, que parece confirmar plenamente a tese defendida aqui — a de que o ser e o tempo estão indissolúvelmente vinculados na própria natureza e essência das coisas — é que, não somente o advérbio grego *hama*, porém a maioria dos termos que, nas línguas do tronco ariano, exprimem a idéia de *simultaneidade* e as demais vinculadas ao tempo, têm a mesma origem lingüística que as idéias vinculadas ao ser e que exprimem sua *unidade, identidade, semelhança*, etc. De fato, aquele advérbio grego está etimologicamente ligado ao sânscrito *sámah*, com substituição da sibilante *sa* pelo *ha* aspirado, e derivam ambos da raiz indo-européia *sem*, da qual provêm, igualmente, as palavras latinas *semel*, de uma vez, *simul*, simultaneamente, ao mesmo tempo, *semper* sempre, eternamente, *similis*, semelhante, *similitudo*, semelhança, *semi*, meio, metade, *assimilare*, assimilar, *simulare*, simular; as palavras francesas *simultané*, simultâneo, ao mesmo tempo, *simultanément*, simultaneidade, *semblable*, semelhante, *ensemble*, conjunto, *ressembler*, assemelhar-se, *simple*, simples, *simuler*, simular; as inglesas *simultaneous*, simultâneo, ao mesmo tempo, *simplify*, simplificar, *similitude*, semelhança, *resemble*, parecer-se, *assemble*, reunir, *same*, o mesmo, *sameness*, identidade mesmice, *some*, alguns; as alemãs *sammeln*, reunir, *zusammen*, juntamente, ao mesmo tempo, *sämtlich*, todos juntos; as italianas *sempre*, sempre, *simultáneo*, simultâneo, ao mesmo tempo, *simile*, semelhante, *insieme*, junto, *simigliare*, parecer-se; as portuguesas *sempre*, simultâneo, simultaneidade, *similar*, semelhante, *singular*, simular, *simples*, etc. Vid.: R. GRANSAINES D'HAUTERIVÉ, *Dictionnaire des Racines des Langues Europeennes*, Libr. Larousse, Paris, 1948, pgs. 185-6: —

dos aristotélicos em nossa época,¹¹ que julga poder afirmá-lo pelo exame acurado da linguagem, do estilo e do pensamento usados no texto que possuem o tom caracteristicamente aristotélico; III) finalmente, se fôr autêntico o capítulo 5 do Livro XI. que se inicia com o enunciado do princípio de contradição, o problema interpretativo estará definitivamente resolvido pela autoridade do próprio Aristóteles, que ali se refere ao *tempo*, usando o substantivo *chrónos*.

Mas, se *não* fôr autêntico o mencionado trecho do Livro XI da *Metafísica*, ainda assim estará encerrada a controvérsia «contra» a opinião do Cardeal Mercier, mais uma vez pela autoridade do próprio Aristóteles, que noutra obra, cuja autenticidade jamais foi contestada — as *Refutações dos Sofistas*, último volume do *Organum* ou da *Lógica*, genuína e imortal criação do Estagirita — usa a expressão em tó *antô chróno, ao mesmo tempo*, para indicar uma das condições necessárias à existência de contradição; e, apenas oito linhas adiante, reproduz o mesmo pensamento, já agora empregando, como perfeito e indiscutível sinônimo de *ao mesmo tempo*, o advérbio *háma* usado no Livro IV da *Metafísica*. " Prova manifesta e insofismável de que, no seu pensamento, *háma* nunca pretendeu significar outra coisa senão ao *mesmo tempo*.

À primeira vista, essas considerações poderiam parecer dispensáveis: pois, no que concerne à validade do princípio de contradição, pouco importa averiguar se a «intenção» de Aristóteles foi incluir ou excluir do seu enunciado a idéia do tempo. Se ficar provado que o tempo é inseparável do ser, *ipso facto* aquele deverá constituir elemento integrante da definição deste e, conseqüentemente, elemento imprescindível ao enunciado do princípio de contradição, qualquer que tenha sido a «intenção» do filósofo que pela primeira vez o formulou. Não obstan-

Eric PARTRIDGE, *Origins: a short etymological dictionary of Modern English*. 3th. ed., Routledge & Kegan Paul, London. 1961, verbete "*same*", pgs. 584-85. Estudo, ao nosso ver, interessantíssimo, para a comprovação da tese aqui defendida, poderia ser tentado algum dia pela análise comparativa da fabulosa quantidade de palavras que, na língua sânscrita — onde melhor se conservaram as raízes do tronco indo-europeu — se formam à custa do prefixo *sam*, que ocupam nada menos de 70 páginas de três colunas no grande dicionário de Sir MONIER MONIER-WILLIAMS. *A Sanskrit-English Dictionary, etymologically and philologically arranged, with special reference to cognate Indo-European Languages*, new ed. greatly enlarg. and improved with the collaboration of Prof. E. Leumann & Prof. C. Cappeller and other scholars, At the Clarendon Press, Oxford. 1964, pgs. 1111-1180 — onde as significações, todas vinculadas as idéias de "unidade", "união", "junção", "identidade", se distribuem por imensa variedade de ações e objetos, uns com nítida expressão de *coexistência espacial*, outros de *simultaneidade temporal*, outros de *semelhança* ou *identidade essencial*, outros simplesmente de *proximidade* ou *coincidência temporopacial*.

(14) WERNER JAEGER. *Aristóteles: Grundlegung einer Geschichte seiner Entwicklung*, Weidmann, 3. Aufl., Zurich, 1967, pgs. 216-222.

(14a) ARISTÓTELES. *Refutações dos Sofistas*. V, 167 a 27 e 34. respectivamente.

te, o esclarecimento que acaba de ser feito possui relevante interesse histórico e é nosso dever restaurar a verdade sobre o passado e fazer justiça aos pensamentos e propósitos dos que contribuíram de alguma forma para o progresso da cultura.

Mas a convicção aristotélica da imprescindibilidade do tempo para sustentar o princípio de contradição ultrapassa o terreno puramente verbal. E é justamente essa convicção que o lança, de improviso, no campo da verdadeira e autêntica dialética — a despeito de conspirarem as aparências para que pensemos de outro modo. Efetivamente, defendendo a invulnerabilidade do princípio de contradição, vai de mansinho penetrando no estonteante «jogo dos contrários» que se manifesta em todas as coisas e alcança, como veremos, a conclusão surpreendente de que todo vir-a-ser, isto é, toda mudança de ser para não-ser e de não-ser para ser, é uma passagem para o contrário e que somente quando são contrárias é que duas coisas podem agir mutuamente uma sobre a outra! E como concilia este resultado com o princípio de contradição? Invocando o *tempo* — já agora, todavia, sem mencioná-lo expressamente. Nada impede que uma só e mesma coisa seja e não seja — desde que as duas situações contrárias não ocorram ao mesmo *tempo*. E qual a única maneira disto acontecer, sem que haja simultaneidade no tempo? Juntando os contrários num momento da existência do ser, em que este tem apenas a *potência* de vir a ser algo; e separando-os num outro *momento* em que essa potência já se definiu por um dos contrários e em que o ser em ato só pode ser o que realmente é, e nunca, quando ainda em *ato*, o contrário do que é, embora o fosse e ainda o seja *em potência*. A fundamental distinção entre ato e potência, chave-mestra de toda a metafísica de Aristóteles, é, na verdade, silenciosa e habilíssima introdução da idéia do *tempo* na realidade do *ser*.

Efetivamente, tudo indica — e as próprias palavras o estão dizendo — que, na clássica distinção aristotélica entre ato e potência, o que há de essencial é precisamente a intervenção do tempo. *Atualizar* uma potência, afinal, outra coisa não é senão *realizá-la*, torná-la *atual e presente na ordem do tempo*, como atributo ou qualidade *existente* no momento de *agora* — qualidade ou atributo que, *antes*, quando era simples potência, significava apenas projeto, planificação para o futuro, algo que, para vir a ser o que podia *ser*, carecia ainda de um agente capaz de movê-lo e transformá-lo. E como definia Aristóteles essa passagem da potência para o ato, ou do que *antea* era meramente potencial para o que *agora* é plenamente atual? Como *movimento*. O movimento aristotélico é exatamente isso, e nada mais do que issos a *atualização* de uma potência, através da qual esta passa a ter *existência real*, e não apenas potencial — tanto assim que, de simples *matéria* informe que era, adquire *forma*. Somente *em ato* é que o ser se afirma como existindo realmente, na plenitude *do* seu destino. Ora, não há movimento sem tempo - - reconhece-o o próprio Aristóteles, nem há tempo sem movimento. Assim, na sua mais íntima significação

ontológica, como transformação que ocorre dentro do ser, quando este passa da potência para o ato, o movimento é um processo que tem lugar *no tempo*: pode-se dizer, com toda a propriedade, que o ato, em relação à *potência*, está em situação idêntica à do *presente* em relação ao *passado* e ao *futuro*, no sentido de que toda potência, *antes* de atualizar-se, é mera *projeção para o futuro*, no típico sentido heideggeriano da expressão, e, *depois* de atualizada, é um *passado*, que deixou de constituir simples *projeto* de ser para *existir* como ser.

Essa interpretação da metafísica aristotélica não é apenas legítima, em face das premissas em que se baseia: é também a única que nos parece capaz de abarcar o pensamento de Aristóteles na totalidade das suas ramificações e na profundidade da sua essência. E a prova está no audacioso vôo *dialético* a que a sua filosofia se lançou em ocasiões diversas: pois somente a aceitação pacífica da *simultaneidade temporal*, para a caracterização dos atributos essenciais à definição do ser poderá explicar que dois contrários se reúnam num mesmo ser em *potência*, embora seja impossível que nele coexistam em ato — salvaguardando-se, em ambos os momentos, a integridade e a universalidade do princípio de contradição, que, para Aristóteles, era condição *sine qua non* de qualquer investigação filosófica, e mesmo de qualquer atividade racional.

A adesão aristotélica a algumas teses fundamentais do pensamento dialético — a coexistência dos contrários, o processo do dever como passagem de ser para não-ser e de não-ser para ser, etc. se encontra perfeitamente caracterizada em várias das suas obras mais importantes: o *Organum*, a *Física*, a *Metafísica*, *Da Geração e Corrupção*, e até mesmo no tratado *Da Alma*. O seu antecessor Heráclito, pregando a doutrina do perpétuo vir-a-ser, admitira o princípio da «identidade dos contrários», que no começo do século XIX seria retomado por Hegel. Refutando-o e retificando-o, estabelece Aristóteles o princípio da «identidade da substância», sempre uma e sempre a mesma. Esclarece, todavia, não haver nisto nenhum impedimento a que, na mesma substância, se reúnam atributos contrários, nem tão pouco que a substância, embora una e idêntica a si mesma, se transforme em outra, ou sirva de suporte a contrários. Vejamos onde e como ele empreende essa viagem pelos jardins da dialética.

No primeiro tratado da *Lógica*, após haver definido a substância e declarado que «é próprio das substâncias não ter contrários»,¹⁵ esclarece imediatamente, poucas linhas adiante: «Parece que a propriedade mais característica da substância é receber contrários, embora se conserve a mesma e numericamente uma».¹⁶ Isto é, a substância não *tem* contrários, mas recebe-os em si, sem prejuízo da sua unidade e identidade. E depois de citar vários exemplos, reafirma o mesmo coneci-

(15) ARISTÓTELES, *Categorias*. V, 3b 25.

(16) ARISTÓTELES, *Ibidem*. V, 4a 10-11.

to em palavras incisivas, deixando bem claro que, no seu pensamento são as *transformações da própria substância* que lhe dão atributos contrários, embora ela permaneça una e sempre a mesma, enquanto essas transformações são meramente acidentais e não lhe afetam a essência. «Dessa maneira, pois», conclui «*é próprio da substância receber em si (ou servir de suporte a) contrários, em virtude de uma transformação dela mesma*».¹⁷

Na *Metafísica*, avança mais um passo e admite, não apenas a substância é capaz de receber atributos contrários, mas que as substâncias e os seres se constituem a partir de contrários, ou, pelo menos, são tratados por princípios contrários,¹⁸ sendo que «*todos os contrários se reportam ao ser e ao não-ser, ao uno e ao múltiplo*»,¹⁹ De maneira que — prossegue — «*todas as coisas, ou são contrárias ou se originam de contrários; e os princípios dos contrários são o uno e o múltiplo*».²⁰ E não apenas o uno e o múltiplo, mas também o ser e o não-ser são princípios de contrariedade. Assim, «*pode suceder que a mesma coisa seja e não seja ao mesmo tempo; não, todavia, no que diz respeito ao seu próprio ser, mas somente no sentido de que, em potência*» é admissível que os contrários estejam ao mesmo tempo na mesma coisa, em *ato* não».²¹

Aqui, ele expõe o miolo da sua doutrina. Todas as substâncias admitem contrários e podem servir de suporte a contrários. Nos *Tópicos*, quinto tratado da *Lógica*, dedica um capítulo inteiro à análise das «seis maneiras» distintas pelas quais podem os contrários combinar-se;²² e, em seguida, repete os dois conceitos essenciais que estão presentes nas outras obras: que «a mesma coisa é capaz de receber contrários»,²³ e que, não obstante, «é impossível que atributos contrários pertençam ao mesmo tempo à mesma coisa».²⁴ Ora, se todas as coisas admitem contrários e estes aparecem nelas ao mesmo tempo, é evidente que só há uma solução: que surjam os contrários em tempos diferentes, ou em diferentes momentos do tempo. Assim estará resguardado o princípio de contradição (e seria impossível que isto acontecesse se, para Aristóteles, o tempo *não* estivesse incluído naquele,

(17) ARISTÓTELES, *Ibidem*, V, 4b 2-3.

(18) Nessa passagem, ele se refere à opinião comum a quase todos os filósofos do seu tempo; e não só a menciona, mas também a endossa: ARISTÓTELES, *Metafísica*, IV, 2, 1004b 33-35.

(19) ARISTÓTELES, *Ibidem*, IV, 2, 1004b 31-32.

(20) ARISTÓTELES, *Ibidem*, IV, 2, 1005a 4-6.

(21) ARISTÓTELES, *Ibidem*, IV, 5, 37-40.

(22) ARISTÓTELES, *Tópicos*, Livro II, capítulo VII, 112b 27 até 113b 14.

(23) ARISTÓTELES, *Tópicos*, II, 7, 113a 35.

(24) ARISTÓTELES, *Tópicos* II, 7, 113a 23. Diversas adições à coexistência dos contrários se encontram também in: ARISTÓTELES, *De Anima*, especialmente in 405b 13, 407b 30, 411a 3, 416a 31, 416b 6, 417a 32, 417b 3, 422b 11, 427a 7, 427b 6, 430b 23.

A DIALÉTICA ÀRISTOTÉLICA E O PRINCÍPIO DE CONTRADIÇÃO

como pretende o Cardeal Mercier) e estará também explicado o processo *dialético* (já agora no atual sentido post-hegeliano, e não no aristotélico) da coexistência dos contrários num só e mesmo ser. É a fundamental distinção metafísica entre ato e *potência* — considerados como *diversos momentos do tempo-de-ser do mesmo ser* — que permite a Aristóteles conciliar o princípio dialético da passagem e intercâmbio dos contrários com o princípio lógico e ontológico de não-contradição.

B também evidente que esse tempo-de-ser, cujos diferentes momentos se distribuem entre o ser-em-potência e o ser-em-ato — isto é, entre o ser como simples projeção para adiante ou possibilidade-de-ser-para-o-futuro e o ser-realmente-existente no instante de agora — não pode exprimir apenas aquele tempo-de-suceder reconhecido pela física, que flui por *fora* do ser, delineando o passado, o presente e o futuro, mas tem que traduzir algo intrínseco, imanente ao próprio ser, algo que está *contido* na sua essência ou natureza e que, *enquanto* (noção temporal) se manifesta unicamente em potência, ainda *não é* tudo o que pode vir a ser, mas que, *quando se atualiza* (outro momento do seu tempo-de-ser) e aparece como ser-em-ato, já cumpriu total ou parcialmente o seu destino e veio a sear *realmente* o que podia ou devia ser.

A concepção dialética de Aristóteles se completa com a doutrina do *dever*, a que se consagra todo o tratado *Da Geração e Corrupção*. Que o *dever*, ou o processo pelo qual as coisas se geram e se destroem, passando de não-ser para ser e de ser para não-ser, está intimamente ligado à discriminação entre ser-em-ato e ser-em-potência, acentua-o o próprio Aristóteles, desde as primeiras páginas. Se alguma coisa é gerada ou vem a ser, diz ele, não podendo vir a ser do nada, mas tendo sempre que vir a ser de alguma coisa, é evidente que existe necessariamente substância, na qual a coisa que está sendo gerada já preexistia em *potência* e que, no ato da geração e em virtude da própria transformação que a determina, vem a existir em ato; ora, todo vir-a-ser de alguma coisa (geração) significa o deixar-de-ser de outra (corrupção ou destruição), assim como tudo o que deixa de ser dá lugar a outro que vem a ser; de modo que o contínuo processo da geração e corrupção de todos os seres é o processo mesmo pelo qual o ser passa para não-ser e o não-ser para ser.²⁵

Como e em virtude do que, porém, pode uma coisa deixar de ser *o*, que é e vir a ser o que não é? É evidente que toda mudança se processa através de um movimento e todo movimento significa passagem da potência para o ato. É contínuo o processo do *dever*, porque é contínuo o movimento; e é contínua a passagem de ser para não-ser e de não-ser para ser, porque toda substância material é capaz de receber atributos contrários e, quando se trata das substâncias mesmas, que não têm contrários, o vir-a-ser ou a geração de uma exprime sempre o deixar-de-ser

(25) ARISTÓTELES, *Da Geração e Corrupção*, Livro I. capítulo 3, 317a 33 ate 319b 5.

ou a destruição da outra, e vice-versa, «Ora, se o ser existente, na sua essência, ou é ou não é, o que vem a ser provém do não-ser: e não só o que vem a ser provém do não-ser, mas, da mesma maneira, o que deixa de ser (ou o que se destrói) passa para o não-ser».²⁶

Mas, sendo a mudança nos atributos do ser diferente da mudança de um ser para outro, convém reservar o nome da geração (e corrupção) para as mudanças da segunda espécie e chamar alteração às da primeira, quando o ser ou a substância se conserva a mesma na sua essência, mas se convertem nos contrários os seus atributos. Em ambos os casos há movimentos, transformações, mudanças. No caso de alteração, porém, o ser persiste essencialmente o mesmo, enquanto mudam seus atributos ou qualidades; no caso de geração e corrupção, é o próprio ser que se transforma «como um todo» e que, na sua essência vem a ser outro, ou passa para o nada.²⁷

Lembre-mos, todavia, de que, para Aristóteles, todo movimento pressupunha um motor. Coerentemente, toda mudança ou transformação, operada num ser em virtude de um movimento, precisaria ter um agente e um paciente. Assim, o tratado *Da Geração e Corrupção* discute longamente esse problema:²⁸ onde, como e quando pode algo ser agente ou paciente de certa mudança, e em que condições se efetua o «contato» entre agente e paciente, que é absolutamente necessário ao movimento. Chega então à conclusão de que duas coisas não podem agir mutuamente uma sobre a outra, a não ser que tenham algo de semelhante e, ao mesmo tempo, algo de contrário. Tomemos para exemplo o ato quotidiano de «conhecer» alguma coisa, que é próprio da consciência humana. No processo do conhecimento, diz ele, o objeto tem função ativa e o sujeito passiva: um é agente, outro é paciente. São, por conseguinte, *contrárias* as suas potencialidades respectivas. Ora, como pode um só e mesmo ato realizar simultaneamente duas potencialidades contrárias? Justamente por isso, responde: *por serem contrárias é que duas coisas podem agir reciprocamente uma sobre a outra*. O semelhante não pode ser afetado pelo semelhante enquanto semelhante; por outro lado, uma coisa não pode agir sobre outra se forem completa e absolutamente contrárias. Para que haja ação do agente sobre o paciente, é preciso que eles não sejam nem absolutamente semelhantes, nem absolutamente contrários; é preciso, pelo menos, que sejam semelhantes quanto ao gênero, mas dessemelhantes e contrários quanto à espécie.²⁹ Pois, «a não ser que duas coisas sejam contrárias, ou se originem de contrários, uma não pode

(26) ARISTÓTELES, *Da Geração e Corrupção*, I, 3, 319a 26-28.

(27) Vid.: ARISTÓTELES, *Da Geração e Corrupção*, Livro I, capítulo 4, de 319b 5 até 320a 4.

(28) A ele são inteiramente dedicados os capítulos 6, 7, 8 e 9 do Livro I, de 322b 1 até 327a 29.

(29) ARISTÓTELES, *Da Geração e Corrupção*, I, 7, 323b 16 até 324b 24.

modificar a condição natural da outra»³⁰ Por que? A resposta é imediata: «Porque agente e paciente são contrários um ao outro o *vir-a-ser* é uma passagem para o contrário; e é necessário que paciente se transforme no agente, pois é dessa maneira que se processa o *vir-a-ser* para o contrário».³¹

A parte restante do Livro I e todo o Livro II do tratado *Da Geração e Corrupção* constituem desenvolvimentos dessa idéia. A inofismável e taxativa afirmação de que *todo vir-a-ser é uma passagem para o contrário* é repetida pelo menos quatro vezes.³² Todos os seres naturais, conclui Aristóteles, estão sujeitos ao processo da geração e corrupção, ou seja, em linguagem mais atual, ao *processo do devir*, pois todos eles «tem a possibilidade de ser e de não ser,³³ isto é, em certo momento existem, noutro momento não existem, de maneira que tanto o *vir-a-ser* (geração) como o *deixar-de-ser* (corrupção) se manifestam necessariamente naquelas coisas que podem ser e não ser».³⁴

Prosseguindo na mesma ordem de raciocínios, nos capítulos finais do Livro II do mesmo tratado, reúne na unidade de um mesmo conceito a tese eminentemente dialética do processo do devir à idéia, lançada incidentalmente na *Física*, da eternidade do movimento. Geração e corrupção se originam do movimento; portanto, o movimento antecede, ou, literalmente, «a ação de mover-se é anterior ao *vir-a-ser*».³⁵ Ora, para onde quer que nos voltemos, o processo do devir está presente no seio da Natureza e parece nunca ter fim. Portanto, «se o *vir-a-ser* (geração) e o *deixar-de-ser* (corrupção) são necessariamente contínuos e eternos, existe algo eternamente movendo-se».³⁶ Por outro lado, o processo do devir se desdobra continuamente e incessantemente no tempo; e «se o tempo é contínuo, deve ser contínuo também o movimento, pois é impossível que haja tempo sem movimento»;³⁷ e se o tempo é eterno, será também eterno o movimento.³⁸ Logicamente, portanto, a continuidade e a eternidade do processo do devir acarreta a continuidade e a eternidade do tempo e do movimento, e

(30) ARISTÓTELES, *Ibidem*, I, 7, 323b 29-30.

(31) ARISTÓTELES, *Ibidem*, I, 7, 324a 12-14.

(32) ARISTÓTELES, *Ibidem*; além da passagem citada na nota anterior, mais as seguintes 331a 14; 332a 7; 335a 7.

(33) *Ibidem*, II, 9, 335a 33-34.

(34) *Ibidem*, II, 9, 335b 4-6.

(35) *Ibidem*, II, 10, 336a 24. Afirma logo em seguida que "a ação de mover-se (ou o movimento) é a causa do *vir-a-ser*", *ibid.* a 26.

(36) *Ibidem*, II, 10, 336a 35 336b 1.

(37) *Ibidem*, II, 10, 337a 23-24.

(38) Na *Física* é que Aristóteles desenvolve esse tema, especialmente no Livro VIII, 250b 11 até 253a 21. Em *Da Geração e Corrupção*, II, 10, 336a 15 e seqs., retorna ao mesmo tema, lembrando a demonstração feita na *Física* e observando que, provada a eternidade do movimento, o processo do devir também terá que ser contínuo e ininterrupto.

vice-versa — pois, para Aristóteles» tanto o vir-a-ser como o movimento parecem constituir processos cíclicos,³⁹ já que a única forma durável de movimento continuo é o circular.

Tivemos oportunidade de observar que — a despeito da atitude heróica de salvar a qualquer preço o princípio de contradição - Aristóteles não pôde fugir (tal a força da fraqueza humana...) à evidente contradição entre o seu conceito da eternidade do tempo e do movimento e a descrição que de ambos faz na *Física* e na *Metafísica*. Pois! se o movimento é simples e transitória passagem da potência para ato e deve cessar tão logo o ser se realize por inteiro; se só persiste enquanto persiste a ação de um motor externo, indispensável à sua geração e manutenção; se, finalmente, todo movimento é sinal de inacabamento, imperfeição — como poderá ter a perfeição da eternidade? E se o tempo, número e medida do movimento, se concebe apenas como acidente de um sujeito e pressupõe, tal como o movimento, a potência de mover-se na própria coisa que se move — efêmera e mortal como o são todos os seres naturais — como pode ser eterno? A escolástica medieval corrigiria essa contradição, estabelecendo a irreduzível discriminação entre o eterno e o *temporal*.⁴⁰ Mas, com isso, em vez de ficar resolvido o problema, foi desviado do verdadeiro sentido que lhe havia dado a visão espontânea e primitiva do Estagirita.

Já notamos que, nos últimos quarenta anos, especialmente depois das importantes pesquisas de Werner Jaeger,⁴¹ tomaram novo rumo os estudos sobre a obra de Aristóteles e a própria interpretação da sua doutrina — que durante mais de quinze séculos esteve a cargo ou sob a orientação ortodoxa dos comentadores medievais, escolásticos e neo-escolásticos, preocupados sempre em adaptá-la às exigências da filosofia e da teologia cristãs. Além de Jaeger, outros trabalhos mais recentes, aos quais já tivemos ocasião de referir-nos — como, por exem-

(39) Vid.: *Da Geração e Corrupção*, II, 10, 336b 25 e seqs.

(40) "Quia dato quod tempus semper fuerit", escreve São Tomaz de Aquino. "et semper futurum sit, secundum positionem eorum qui motum caeli ponunt sempiternum, adhuc remanebit differentia inter aeternitatem et tempus, ut dicit Boetius, ex hoc quod aeternitas est tota simul, quod tempori non convenit; et iterum quia aeternitas est mensura esse permanentis, tempus vero est mensura motus"; S. THOMAE AQUINATIS, *Summa Theologica*, dilig. emendata de Rubeis, Billuart et Aliorum. Ex Officina Libr. Marietti, Taurini (Itália), 1938, 6 vols., I, Qu. X, art. IV (vol. I, pg. 54).

(41) WERNER JAEGER, *Studien zur Entstehungsgeschichte der Aristoteles*, Weidmann, 3. Aufl., Zürich, 1965 (a 1ª edição e de Berlin, 1912); WERNER JAEGER, *Aristoteles: Grundlegung einer Geschichte seiner Entwicklung*, Weidmann, 3. Aufl., Zürich, 1967 (1ª edição no mesmo editor, Berlin, 1923). "Der Widerspruch in seinem Denken", observa Jaeger na segunda das obras citadas (pg. 379), "den zu überwinden er nicht mehr die Kraft hatte, ist nur die Folge der tieferliegenden, unerbittlichen Logik seiner gesamten Entwicklung, und das muss uns mit ihm aussöhnen"; pois, de qualquer maneira (pg. 393); "jene Zeiten, wo er mit der Wahrheit selbst identisch war, sind vergangen".

plo. os de J. Owens em 1951⁴² e de Pierre Aubenque em 1962⁴³ — lideram o ingente esforço contemporâneo de crítica erudita.⁴⁴ que libertando Aristóteles da sistematização clássica medieval, nô-lo mostram como homem do seu tempo, vivendo-lhe os problemas e as inquietudes — e, por isso mesmo, cheio de contradições, hesitações, pesquisas inacabadas, mas ainda assim gigantesco e magnífico no esplendor do seu gênio. Longe de diminuir em valor, o autêntico Aristóteles, ressaltado pela crítica moderna, avulta muito mais aos nossos olhos se mais intimamente se identifica com os nossos próprios problemas de angústias. Dele nos separam dois mil e trezentos anos de progressos acumulados pela ciência em todos os domínios que o engenho humano pode abarcar; e o mundo contemporâneo exige novas idéias e novos princípios, igualmente simples, claros e lógicos como os que se perpetuaram em suas obras. Uma glória, porém, caberá sempre ao Estagirita: é que separado, no tempo físico, por vinte e três séculos da civilização atual, na realidade se encontra, no campo intelectual, à curta distância de apenas alguns instantes do verdadeiro sentido de tudo o que hoje se tem esmiuçado e descoberto na paisagem do mundo. Teria sido, talvez, o autêntico filósofo de duas eras — a sua e a nossa — se dispusesse do patrimônio de experiências que hoje possuímos. No dia em que as gerações atuais se libertarem da estéril, servil e juvenil volúpia de glorificação do nôvo e o bom senso recordar-lhes que, no contínuo e multiseccular esforço humano de racionalização do real, nunca houve momentos inúteis, nem conquistas que não deixassem frutos duradouros — talvez alguém se lembre de aplicar com absoluta justeza à doutrina de Aristóteles a frase escolhida pelo matemático Jacques Bernoulli para legenda do seu próprio mausoléu na Basiléia: *eadem mutata resurgo*.

Os dois planos diferentes e antagônicos em que se colocou Aristóteles, de um lado na concepção física e metafísica do tempo e do movimento, de outro na concepção dialética da eternidade do devir e do próprio movimento, criaram-lhe dificuldades aparentemente insuperáveis.

(42) J. OWENS, C.S.S.R., *The Doctrine of Being in the Aristotelian Metaphysics: a study in the Greek background of mediaeval thought*, Pontif. Institute of Mediaeval Studies, Toronto, 1951.

(43) PIERRE AUBENQUE, *Le Problème de l'Être chez Aristote: essai sur la problématique aristotélicienne*, Presses Universitaires de France, 2e. ed., rev., Paris, 1966.

(44) Para uma visão global dos resultados atuais da crítica erudita, que vem dando sentido nôvo à obra de Aristóteles, podem consultar-se, além dos livros citados nas notas precedentes: PAUL MORAUX, *L'Évolution d'Aristote*, capit. inicial de *Aristote et Saint Thomas d'Aquin*, Éditions Nauwelaerts, Louvain-Paris, 1957; — AUGUSTIN MANSION, *La Genèse de l'œuvre d'Aristote d'après les travaux récents*, in "Revue Néoscholastique de Philosophie", XXIX, 1927; — ANTON-HERMANN CHROUST, *The First Thirty Years of Modern Aristotelian Scholarship*, in "Classica et Mediaevalis", XXIV, 1963; — e, especialmente, a recente coletânea de PAUL MORAUX (herausgg. von...), *Aristoteles in der neueren Forschung*, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt, 1968, — além de outros volumes que estão sendo editados por subscrição, na coleção "Wege der Forschung" desta última editora alemã, e que vão saindo periodicamente.

Na verdade, o patrimônio de idéias e experiências que a cultura do seu tempo lhe oferecia não podia sugerir-lhe qualquer salda para semelhante impasse. Somente vinte séculos mais tarde, ou seja, no começo do século XVII da era cristã, as experiências de Galileu, enriquecidas com os descobrimentos de Copérnico no campo da astronomia permitiriam à nova física proclamar pela primeira vez a autonomia existencial! do movimento e reconhecer, pelo princípio da inércia, que o movimento não carece de motor, mas, ao contrário, tende a conservar-se indefinidamente, se uma força exterior não o vier perturbar. Não tendo meios de se antecipar a esta solução, viu-se Aristóteles obrigado a assumir: I) posição falsa, para explicar a causa-primeira da continuidade do devir e da eternidade do movimento: II) posição omissa no desenvolvimento da tese dialética, que a contemplação da Natureza lhe impunha, mas que os próprios fundamentos da sua filosofia não lhe facultavam levar avante. Examinemos rapidamente esses dois aspectos.

Partindo do lugar-comum, não só da filosofia, mas também da crença popular da sua época, de que não havia movimento sem um motor, que o provocasse e o sustentasse, caiu o Estagirito noutra contradição ainda mais gritante: a de conceber um primeiro-motor de todo movimento, que seria necessariamente imóvel, isto é, um motor capaz de mover sem mover-se. Já analisámos os termos dessa contradição e mostramos porque a tese é hoje insustentável. Somente a idéia ingênua e primitiva de que todo movimento exige um motor poderia ter dado foros de racionalidade ao conceito, em si mesmo contraditório, de um motor imóvel capaz de gerar um movimento, sem se mover ele próprio para movimentar o seu móvel. Pois se não foram eternamente movidas as coisas que em certo momento se movem e tem que haver outro ser capaz de efetuar o primeiro movimento necessário para movê-las; e se, de grau em grau, chegarmos ao instante em que é movido o primeiro móvel pelo ato movente do primeiro motor, é claro que tal instante só poderá ser ponto remoto e inatingível do infinito, já que o primeiro motor seria também outro movimento, ou, pelo menos, algo que se põe em movimento para movimentar o seu móvel. Do contrário não o moveria.

Não é aqui local oportuno para nos demorarmos neste aspecto do problema. Antes de prosseguir, todavia, cabe uma advertência. A sustentabilidade da *teae* aristotelica do primeiro motor não implica absolutamente na eliminação da pesquisa a que ela se propôs, nem importa em negar a *existência*, ou mesmo a conveniência de explicação racional para o processo do devir e para a eternidade do movimento. Ao contrário: se Aristóteles, partindo da premissa errônea de que todo movimento exigia um *motor*, tanto para causá-lo como para preservá-lo, teve que aceitar a idéia de um primeiro motor imóvel de todo movimento, hoje, com os dados e conclusões *que* enriquecem o patrimônio cultural do século XX e, sobretudo, com a generalidade do princípio da linéris. que impeliria o movimento a prolongar-se e perdurar ao infinito se não achasse resistência, teremos fatalmente que defrontar-nos

A DIALÉTICA ARISTOTÉLICA E O PRINCÍPIO DE CONTRADIÇÃO

algum dia — sem qualquer possibilidade de hesitação ou de recuo — com a nova e luminosa evidência de que a finitude do mundo, condicionada não só pelo entrecruzamento de movimentos contrários e pela heterogeneidade dos coexistentes, mas também pelo fato de que todo movimento constante e uniforme tende a infinitizar-se, na mesma medida em que todo ser tende a temporalizar-se, nos conduz inelutavelmente à unidade e constância de um *princípio infinito e eterno de movimento*, que, longe de ser primeiro motor imóvel, é um primeiro princípio, sim, mas de *energia criadora* e de *atividade perene*, que *coexiste*, mas *não se confunde*, com o Universo das coisas finitas, no qual estas se integram, como movimentos transitórios e finitos no eterno fluir de um movimento infinito.

A segunda das dificuldades de Aristóteles — que o impediu de desenvolver e completar a concepção dialética da continuidade e eternidade do devir, cujos germes, como acabamos de ver, estão presentes nas suas obras mais importantes — pode-se afirmar que retardou por mais de dois mil anos a evolução da filosofia dialética. De uma coisa, porém, podemos estar certos: que a verdadeira e autêntica *dialética* deita raízes muito profundas na história do pensamento e que o seu primeiro impulso gerador foi dado, realmente, não apenas pelo obscuro e reticente Teráclito de Efêso, como toda a gente o proclama, mas também, e sobretudo, pela maior e mais robusta das inteligências da antiguidade clássica, por aquêle que pela primeira vez logrou racionalizar, num sistema filosófico logicamente estruturado e até onde possível coerente, as mais duradouras conquistas do realismo experimental obtidas pelos Gregos na grande época da maior revolução técnica e científica que a História conheceu antes da Revolução Industrial do século XVIII — a maravilhosa época de esplendor da Idade do Ferro.

O que em Heráclito e Aristóteles ficara inacabado, dispôs-se a completá-lo, e desenvolvê-lo até as últimas conseqüências práticas e teóricas, o gênio filosófico de Hegel. Mas pode Hegel comparar-se a vulcão em plena força eruptiva, gerado em meio à tempestuosa efervescência do *Sturn und Drang* — que da rejuvenescida Alemanha de Schiller e de Goethe iria levar ao resto do mundo a mensagem de uma nova era. Se Goethe soube extrair da revolução romântica o princípio de ordem, unidade e totalização que se encarnaria na temática de sua arte e nas grandes linhas da sua filosofia da vida, sempre atenta em discernir o eterno no transitório e o infinito no finito, Hegel deixou-se arrastar pela correnteza irrefreável dos antagonismos inconciliáveis e, quando pretendeu colher um princípio absoluto de unidade no incessante marulhar de incontroláveis e contraditórios impulsos, só encontrou a pálida sombra de uma «Idéia», que se dissiparia com os primeiros ventos da crítica ferina e arguta dos seus próprios discípulos — deixando, no vazio resultante dessa dissipação, apenas a implacável luta dos contrários que jamais teria fim nem solução, a não ser pelas regras do seu próprio jôgo, isto é, em termos de luta e de contradição.

O erro básico de Hegel, quando se propôs edificar pela primeira vez um sistema acabado e completo de filosofia dialética, foi não ter assimilado a grande lição de Aristóteles: a consagração e o respeito à inviolabilidade do princípio de contradição. Isto foi, na verdade, o que restou de efetivamente útil e duradouro da rápida incursão aristotélica pelas regiões da dialética: a tentativa e o exemplo de buscar explicação racional para o eterno fluir do movimento e para a coexistência dos contrários, sem ferir o princípio de contradição — já que sem este nada se sustenta na inteligência do homem.

Essa defesa consciente, voluntária, sistemática e infatigável da não-contradição, como sustentáculo da integridade, riqueza e força da inteligência humana na conquista do mundo e de si mesma, jamais será empanada, ou depreciada, pela inevitável contingência daquele outro tipo de contradição, involuntária e inconsciente, a que estamos todos sujeitos -- seres falíveis e imperfeitos que somos. Desta não pôde Aristóteles fugir, como nunca o poderá qualquer de nós. Por mais que se descubram, todavia, contradições não desejadas, não programadas e não percebidas na sua atitude intelectual, nenhuma delas lhe arrebatará nem diminuirá o justo título de pioneiro e campeão na secular e interminável batalha pela emancipação e triunfo dos valores supremos do espírito, que tem permitido ao homem desvendar pela ciência os segredos do Universo e conduzir, cada vez mais lúcida e conscientemente, o seu próprio destino.

letras

A Estréia Literária de José de Alencar

R. MAGALHÃES JÚNIOR

REALIZANDO pesquisas para uma biografia de José de Alencar, chegamos a uma curiosa conclusão a respeito de sua estréia literária: tudo quanto foi escrito até aqui a tal respeito está errado. Mas o erro é muito desculpável, se levarmos em conta o fato de que foi o próprio romancista quem colocou os seus biógrafos, bibliógrafos e autores de sinopses cronológicas de sua vida em pistas falsas. A origem de todas as confusões está no que Alencar escreveu em *Como e Porque Sou Romancista*, com a data de maio de 1873 — dois anos após os cerrados ataques que sofreu de José Feliciano de Castilho e de Franklin Távora, nas *Questões do Dia* — mas só publicado pòstumamente, em 1893, por diligência de seu filho, Mário de Alencar. Aí diz o romancista: «Fundamos, os primeiranistas de 1846, uma revista semanal com o título — *Ensaaios Literários*. E citou os primitivos colaboradores do periódico, pessoas de destaque na vida pública, sem referir-se, no entanto, a alguns outros, que só deixaram nome nas letras, como Manuel Antônio Alvares de Azevedo e Bernardo Guimarães, por exemplo.

Não identificou Alencar a sua colaboração nessa publicação, mas deu uma pista aos futuros biógrafos. Entretanto, escrevendo quase trinta anos após os fatos, o escritor não foi verdadeiro, por duas vezes, em tão poucas palavras. É que a revista *Ensaaios Literários* não foi fundada pelos primeiranistas de 1846, mas pelos já segundanistas da Academia de Direito de São Paulo, em setembro de 1847, e não se tratava de uma publicação semanal, mas simplesmente de um mensário. Baseando-se no escrito de seu ilustre primo, Araripe Júnior escreveu em *José de Alencar (Perfil Literário)*: "Apesar de seu retraimento calculado, José de Alencar, durante os tempos de acadêmico, chegou a publicar alguns artigos em um jornal intitulado *Ensaaios*, precisamente no primeiro ano do curso, em que de ordinário o estudante eleva-se sobre as asas de uma desmesurada confiança em si." Dal para cá, muitos têm repetido a mesma coisa.

Arthur Mota, no primeiro levantamento da bibliografia de José de Alencar, publicado na *Revista* da Academia Brasileira de Letras, e. pos-

teriormente. em seu livro *José de Alencar — (O escritor e o político) -- Sua vida e sua obra*. editado por F. Brigueit 6 Cia. em 1921. assinala-
Colaboração em jornais e revistas: «Ensaio Literários» (S. Paulo) 3 546: A Pátria de Camarão, — Questões de Estilo». Nem a data da publicação está certa, nem os títulos apresentados correspondem aos escritos de José de Alencar nos *Ensaio Literários*.

No mesmo erro incidiria Manuel Cavalcanti Proença, a quem o crítico Afrânio Coutinho incumbiu de organizar os quatro volumes das obras completas de Alencar publicadas pela Editora Aguilar. Na *Cronologia* constante do volume primeiro, lê-se à página 118: «1846 —José de Alencar matricula-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Os mineiristas de Direito, entre os quais José de Alencar, fundam a revista *Ensaio Literários*: nela o futuro romancista publica uma biografia do índio Camarão (o Poti de *hacema*) e um artigo «Questões de Estilo»

É quase a repetição do que está na bibliografia de Artur Mota, com e omissão do título atribuído ao trabalho sobre Poti. Passemos por alto sobre a troca da denominação que então tinha a Academia de São Paulo, transformada em Faculdade, tal como acontece com a de Olinda, na mesma Cronologia. O que se verifica é a persistência da versão errônea divulgada pelo próprio Alencar, de cuja palavra ninguém se atrevia a duvidar.

Raimundo de Meneses, em *José de Alencar {Literato e Político}*, apresentando como apêndice dessa obra a mais minuciosa e documentada cronologia da vida de seu biografado, também registra, com a mesma boa-fé dos demais: "1846. José se matricula na Academia, entre trinta calouros. Funda, com alguns colegas do 1º ano, uma revista semanal *Ensaio Literários*, onde escreve *A Pátria de Camarão* e *Questões de Estilo*." Verifica-se que o diligente membro da Academia Paulista de Letras e autor do recente *Dicionário Literário Brasileiro*, esforço de pesquisa realmente notável aceitou como boa tanto a palavra de Alencar como a de Arthur Mota. Dai a declaração de tratar-se de revista semanal e os títulos que não correspondem aos trabalhos publicados, assim como a designação do ano de 1846 como o da publicação dos primeiros escritos de Alencar.

As transcrições feitas não tem o intuito antipático de dar quinau era ninguém mas apenas de demonstrar como os erros em matéria de bibliografia podem repetir-se indefinidamente, quando não são consultadas as fontes, em pesquisa direta, ou quando elas «ocasseiam, não se encontrando so fácil alcance dos pesquisadores. Em erros como esse pode qualquer pessoa incidir. E quantos fi não terei cometido, com igual dote de boa-fé?

Raimundo de Meneses, alias, poderia ser corrigido o equívoco de A ar, se não tivesse confiado por demais, como cearense que é na palavra de outro cearense e dos mais ilustres. Na página 60 de seu livro.

mercidamente premiado pela Academia Brasileira de Letras ele escreveu as mesmas informações que constariam, ao fim do livro da cronologia. Mas aí colocou uma nota, sob o nº 39, e diz ao pé da página: *Ensaios Literários* (847) -. Relativamente à existência e data da publicação deste jornal, escrevemos o Dr. Alfredo de Toledo "A data da sua publicação deve ser fixada em 1847. Sacramento Blake afirmando na página 413 do tomo 1º do seu *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* que Bernardo Guimarães, em 1847, escreveu vários artigos non *Ensaios Literários* de São Paulo, deixa fora de dúvida a existência desse jornal naquela época. O Catálogo da Biblioteca da Faculdade de Direito, mencionando o nº 1 de 1847, confirma por completo a conclusão tirada dos Informes de Sacramento Blake. *A Imprensa Periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*, por Afonso A. de Freitas — São Paulo — 1915. A nota sob o nº 39 acrescenta, ainda: "Inocência assinala para os *Ensaios* as datas de 1846 e 1848. Blake as datas de 1847 e 1850. Brito Broca não encontra um só exemplar na Biblioteca Nacional. Arthur Mota procura-os, em vão, na Biblioteca Municipal de São Paulo e Faculdade de Direito».

Vê-se que existia uma charada bibliográfica por decifrar, empenhando-se nisso pesquisadores mal sucedidos, por circunstâncias diversas, e assim acabou por preponderar a palavra de Alencar quanto à periodicidade: *semanal*, e quanto ao ano: 1846. É provável, porém, que Brito Broca se tivesse despreocupado de procurar os *Ensaios Literários* na seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional, para cujo acervo costumam subir as publicações com mais de um século, ou cujas coleções exigem maior cuidado, a fim de preservá-las do desgaste a que estão sujeitas as que se encontram no catálogo geral da seção de periódicos. Pois, na verdade, na Seção de Obras Raras existe uma coleção, com algumas falhas, mas em muito bom estado, à disposição de quem a deseje consultar. Nessa coleção, vemos que, realmente a publicação *Ensaios Literários* surgiu em setembro de 1847, mas nesse ano José de Alencar nada nela escreveu sob a sua assinatura, limitando-se a colaborações anônimas, na seção charadística, em verso (numa das edições, uma charada, em quatro quadras, traz a assinatura de *Alencar*). Só no ano seguinte, quando já se encontrava estudando em Olinda, onde fez os exames do terceiro ano de direito, é que Alencar escreveu o seu primeiro trabalho para *Ensaios literários*, sob cujo título se encontrava esta declaração: «Jornal de uma associação de acadêmicos.

rol, portanto, aos 19 anos que José de Alencar publicou o seu primeiro trabalho» o qual trouxe como assinatura a sílaba inicial do seu nono, — Al — com a declaração, entre parênteses, de «sócio corresp.» - o que se explica por sua presença em Olinda, distante dos companheiros com quem fundara a publicação acadêmica. Esse artigo é muito importante, porque já revela as preocupações de Alencar com a natureza das preocupações que iriam fazer dele um dos grandes paisagistas da nossa literatura. O trabalho em questão intitula-se *Botémf t* tem

como subtítulo *A Carnaúba*. Acreditamos valer a pena a sua transcrição integral:

«A carnaúba pertence à bela e majestosa família das palmeiras: é linda de ver-se. quando reverdece com as primeiras águas do inverno: - seu tronco delgado, esbelto. e direito sobe à altura de 50 palmos e mais no seu estado de perfeito crescimento: — sua ramagem é uma lindíssima coroa de palmas alequeadas de verde-mar, que imitam o murmúrio do regato, quando a viração roça por elas. — Esta palmeira; multiplica-se com facilidade prodigiosa: — nos sertões de Pernambuco e Ceará há várzeas imensas de carnaúbas estendidas por grande distância de léguas, beirando as margens areientas dos córregos, e dos rios. - Tem uma força de vegetação robusta e poderosa, o que atesta além de tudo a sua longa caducidade: — nestes tempos de longa e ardente seca quando entra a calma por nossas planícies áridas, quando nem orvalho verde o céu nas quentes noites de estio. a carnaúba abre suas palmas verdes e brilhantes entre a vegetação murcha e triste, como no seio das misérias d'alma sorri um pensamento de esperança: — nestes tempos de desolação e indigência, a carnaúba é a amiga, e a companheira do pobre morador dos campos: — é ela que dá-lhe o sustento, porque estes homens rústicos soidos a viver à custa de seu braço e com o suor de seu rosto não sabem mendigar: — eles cortam as palmeiras pequenas que ainda rastejam pelo chão, e tiram-lhe o miolo verde, tenro, e composto de uma polpa amarelecida: — este miolo é ralado como a mandioca; da massa extrai-se uma goma muito alva e agradável, preferível à araruta: — da polpa que resta fazem farinha que apesar de grossa supre maravilhosamente as necessidades urgentes daquele tempo: — desta árvore ainda os pobres aproveitam para alimento o fruto: — comem a massa exterior que é uma polpa negra semelhante à das tâmaras, e o caroço, que é oleoso, usam torrâ-lo, para tomá-lo à guisa de café: — é aromático e saboroso, e mais medicinal que o de Moca. (*)

A carnaúba serve para construções: — quando é cortada madura e posta sobre coberta enxuta, dura séculos: — ainda hoje existem no Aracati casas de sobrado construídas de carnaúba, que datam da primeira povoação deste lugar: — e até agora não precisaram de reparos, nem de concertos. Esta palmeira só por si basta à construção de uma casa: — ainda nestes tempos de agora se encontra amiúde por essas nossas várzeas e sertões do Norte, muitas dessas casinhas campestres. singelas e rústicas, que são habitadas por gente pobre, e de Índios: - são estas casinhas construídas com muita arte. e curiosidade. Os esteios e a cumieira são tirados do tronco: — o teto é da palha tão bem arranjado que não se incomoda o morador com esses chuviros temíveis que desabam sobre as campinas nos começos do inverno; — as paredes

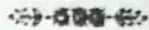
(*) Nesta última seca que houve no Ceará, o povo das vizinhanças da capital devastou em pouco mais de um mês uma várzea de carnaúba de 4 léguas de extensão, que há a alguma distância da cidade. (Nota de Alencar)



ENSAYOS LITTERARIOS.

JORNAL

DE UMA ASSOCIAÇÃO DE ACADEMICOS



BOTANICA.

A Carnaúba.

A carnaúba pertence á bella e magestosa familia das palmeiras; é linda de ver-se, quando reverdece com as primeiras agoas do inverno:—seo tronco delgado, esbelto, e direito sobe á altura de 50 palmos e mais no seo estado de perfeito crescimento:—sua ramagem é uma lindissima corôa de palmas alequeadas—de verde mar, que imitam o murmúrio do regato, quando a viração roça por ellas.—Esta palmeira multiplica-se com facilidade prodigiosa:—nos sertões de Pernambuco e Ceará ha varzeas immensas de carnaúbas extendidas por grande distancia de legoas, beirando as margens areentas dos corregos, e dos rios.—Tem uma força de vegetação robusta e poderosa, o que attesta alem de tudo a sua longa caducidade:—nestes tempos de longa e ardente sêcca, quando entra a calma por nossas planicies aridas, quando nem orvalho verte do ceo nas quentes noites do estio, a carnaúba abre suas palmas verdes e brilhantes entre a vegetação murcha e triste, como no seio das miserias d'alma sorri um pensamento de esperanza:—nestes tempos de desolação e indigencia, a carnaúba é a amiga, e a companheira do pobre morador dos campos:—é ella que da-lhe o sustento, porque estes homens rusticos soidos a viver á custa de seo braço e com o suor de seo rosto não sabem mendigar:—elles cortão as palmeiras pequenas que ainda rastejão pelo chão, e tirão-lhe o miolo verde, tenro, e composto de uma polpa amarellecenta:—este miolo é ralado como a mandioca; da massa extrae-se uma gomma muito alva e agradável, preferivel á araruta:—da polpa que resta fazem farinha que apesar de grossa suppre maravilhosamente as necessidades urgentes d'a-

Fac-simile da página de abertura da revista *Ensaio Literários*, com o primeiro artigo de José de Alencar (número de Abril de 1848).

são construídas des ripas do tronco amarradas em xadrez, e entrelaçadas com palha para resguardo do tempo: — as folhas das janelas e das portas são feitas dos talos (pecíolos) arranjados com tal arte que não deixem frestas. E nestas casas todas construídas de carnaúba, são ainda as lascas do tronco, ou a palha seca que arde no fogo, para cozinhar a ceia do lavrador que anda no seu trabalho: — e quando volta à noite é à beira do fogo e sobre a esteira de carnaúba que ele descansa os membros fatigados.

E não são estas as únicas utilidades que presta esta palmeira: — nela nada se desperdiça, desde a raiz até o olho. — Do miolo, quando seco, servem-se para bengalas e outros misteres que envernizados são de lindo efeito pelo trançado das fibras negras que semelhem a tartaruga (*). Da folha fazem-se esteiras, e vassouras, e da Cortiça dos talos, rolhas para garrafas. — A palma quando ainda fechada tem pelos interstícios do leque um camada de visgo branco, que se despega insensivelmente quando o leque começa a abrir: — é o que chamam cera de carnaúba. — Para extraí-la, cortam-se as palmas ainda fechadas e depositam-se numa vasilha onde se possa colher o pó sutilíssimo, que vão despegando de si à proporção que secam. — A cera de carnaúba é fortíssima: — costumam derretê-la com duas partes de sebo, e aplicá-la ao fabrico de velas, que são bem conhecidas no comércio: — no Ceará onde se tem usado, e aperfeiçoado com algum proveito esta indústria, já conseguiram fabricar veles de cera pura da carnaúba, e estas são excelentes na luz, e pouco cedem ao espermacete, com a vantagem de durar muito mais; — são, na verdade, muito quebradiças, que a cera com ser demasiado forte, dá-lhes uma consistência vitrea e quase granítica.

A vida da carnaúba é longa de séculos: — a sua infância tardia e vagarosa dura meio século. — À proporção que o tronco cresce, os pecíolos lhe vão ficando agarrados como uma cercadura de espinhos, de modo que neste tempo o tronco representa ordinariamente uma grossura de 10 palmos, — aos 30 anos o crescimento pára, e começa o tronco a limpar-se, despegando os pecíolos secos: — quando o tronco está inteiramente nu e liso, a carnaúba é uma árvore secular. — Mesmo no nosso interior onde a vida do homem é extremamente dilatada, causa admiração quando alguém diz vendo alguma carnaúba que já caduca de velha, e cujo olho começam a roer os periquitos: — *aquela carnaúba eu ui* nascer.

Caracteres *Botânicos* — Não nos foi possível à falta de tempo e instrumentos estudar todos os caracteres botânicos da carnaúba: — no tempo em que fizemos estas poucas observações, já havia passado de muito a época florescente desta palmeira: — no fruto colhemos alguns caracteres, os que nos era possível apreciar a olho nu; e uma das observações que havemos por mais importante foi achar no fruto o ponto

(*) . A raiz applicam o usos medicinais, e é remédio para queixas de peito.
(Nota de Alencar)

seminal, o que nos dava a conhecer o modo de procriação desta árvore por que nem achamos quem informasse a este respeito nem pudemos fazer a experiência.

O tronco da carnaúba é lenhoso. — composto de fibras duras e entrelaçadas: — é liso e direito: — no estado de perfeito crescimento tem 3,1/2 palmos de grossura e 50 de comprimento. — As folhas (Linn., *palma*) são alequeadas, verdes, glabras. e lisas: — os pecíolos são corticosos. cobertos de espinhos, e chatos; têm 3 a 4 palmos de comprimento, e nascem em roda do olho da palmeira. — A raiz da carnaúba é fibrosa e emaranhada como a do Coqueiro (Linn., *radia fibrata, retiformes*): — suas fibras aliás muito finas (*linearia*) são bastante rijas e fortes, e se estendem em roda de um tronco num raio de 20 pés e mais: — a isso atribui-se com muita razão a existência sempre constante dessa palmeira em tempos de dilatadíssima seca quando passa sem chover 3 e 4 anos: e é que sendo suas raízes muito longas e profundíssimas chupam maior porção de umidades do que as outras árvores. — A essa contextura particular das raízes da carnaúba deve-se o ela viver sempre em terrenos sólidos e duros: — e esta qualidade pode ser aproveitada com imensa utilidade para consolidar o terreno nos caminhos e estradas, arenosos e fofos.

O fruto da carnaúba é pequeno e negro como uma ameixa, e tem a forma de uma cabacinha: dá em longas grinaldas de cachos que contêm ordinariamente mais de cem frutas ligadas a uma haste que nasce do olho da palmeira. — O pericarpo (drupa) é negro e polposo, e adocicado, coberto de uma casca áspera e granítica, contida numa película fina, lisa. e glabra. — Dentro do pericarpo se contém a semente: a semente é caroço (*nux*): este caroço contém três tegumentos próprios bem distintos à vista: — o primeiro (o externo) é um casulo duro. granítico, guebradtço. muito grosso à proporção dos outros: tem a côr esbranquiçada; é de fôrma oval. formando na ponta um embigo com três capsulazinhas por onde deve germinar a plânfula seminal: — o segundo (vesícula) é uma membrana finíssima e transparente, macia e sulcada por diversas veias esverdeadas: — está ligada o 3º tegumento Interno que rodeia os cotiledones: — este é uma massa esverdeada umedecida por um humor gelatinoso que penetra até o âmago dos cotiledones por certas Incisões particulares. — A medula da semente é alva. adstringente, amargosa e compacta. (*)

Al. (sócio corresp.)

Eis aí o *primitivo* escrito de José de Alencar nos *Ensaios Literários*, excluída a contribuição que possa ter dado anonimamente, como charadista. gosto que lhe foi taculcado por um parente, o padre e deputado Carlos Peixoto de Alencar. Tal escrito saiu no número do mês de abril

(*) Cumpre-nos notar, para não faltar à exatidão que estas observações foram feitas sobre frutos **que ainda não** estavam completamente maduros. (*Nota de Alencar*)

de 1848. No ano seguinte, aos 20 anos, publicava Alencar o segundo artigo, cujo título exato é o de *Traços biográficos/Sôbre a Vida de D. Antônio Felipe Camarão*. O próprio Alencar não deu a seu trabalho, saído no número de maio, o caráter de novidade, pois começava com estas palavras: «Não vai talvez grande mérito no recopilar a história, e extrair dela uma biografia». Mas acrescentava: «Tenho que será de utilidade recadar das folhas carcomidas dos cronistas de nossos tempos coloniais, de comum pouco lidos e considerados, os fatos importantes, e as coisas grandes de um homem que nos merece gloriosas recordações, etc. Alencar dá nesse artigo as fontes a que recorreu: Frei Rafael de Jesus, autor do *Castrioto Lusitano*, e Brito Freire. Há no artigo uma passagem sobremodo interessante: aquela em que Alencar analisa os processos de redução dos indígenas mediante o emprêgo de dois elementos: o religioso e o militar, isto é. a guerra e a missão.

Diz Alencar: «Defeitos e bem grandes cresciam com a realização exclusiva destes dois princípios. Os missionários jesuítas, e os outros que os tinham por modelo na prática da Religião, eram em demasia severos e rígidos: — não cuidavam de proceder na catequese dos índios lenta e gradualmente, como era de razão, e tinham por vantagem a brevidade, como se para Deus o tempo fosse em (*sic*) alguma coisa. - Seu pensamento de civilização se consumava no tempo breve, na condição fraco: — o índio passava de uma vida selvagem a uma vida social sem transição, e saía das matas com o passo com que entrava na cidade. — O mal que resultava disto, não hei mister dizer: — os missionários faziam com a palavra, e desfaziam com a ação, como se Deus falara inspirações por sua boca, e o homem obrara erros à sua conta. O elemento militar era guerra: — então a destruição fazia a vez da pregação, o sangue a vez do batismo. — Se um pensamento superior fosse em alguma coisa no acordo destes princípios, com a destruição do que havia neles de mau, um elemento regenerador, cheio de seiva e alento, nasceria daí, e não sofreríamos na infância esses achaques de decrepitude que a velha Europa nos herdou. — Porém, como é sabido, as coisas, no Brasil, sempre correram em muito desprezo no ânimo dos Reis de Portugal. O elemento militar dominou: — destruiu-se uma nação valente e guerreira, inteligente e industriosa, em guerra exterminadora, às vezes iníqua e traiçoeira; — o Brasil comprou a sua colonização com o sangue de seus filhos, com o ouro de suas entranhas. — No desenvolvimento da história todos estes princípios que marcam uma revolução têm uma ação e uma reação: a ação é um fato consumado, já tido, entrado no domínio da história, e sujeito ao juízo da posteridade: — julgamos dele. -- A ação é um fato contemporâneo em que se envolvem os homens da geração presente: — neste nos calamos e esperamos: - - o futuro decida. Algumas vezes o principio religioso fugia ao principio destruidor da guerra: — o missionário fazia-se sertões a dentro, e a palavra da Religião conquistava uma alma a Deus, um homem à civilização, um cidadão à pátria: — o índio inteligente e bravo trazido à sociedade, copiava sua

vida pelo exemplo dos homens virtuosos./ Camarão é o representante desses homens regenerados, é o tipo do índio civilizado./ Graves considerações e profundas deve despertar este fato a quem sujeitar à crítica a história do nosso país. — Nós o apontamos, simplesmente, e deixamos ao historiador o seu desenvolvimento».

O artigo estava datado de «S. Paulo, 20 de maio de 1849 e trazia como assinatura apenas *Alencar*. Sob a assinatura, esta indicação: «Continuar-se-á».

I Na coleção existente na Biblioteca Nacional faltam os números imediatamente posteriores ao que publicou esse trabalho. Mas uma nota ao pé da página 10 nos faz saber que o jovem Alencar tinha o plano de levar adiante os seus *Traços biográficos*: «Depois de concluído este nosso trabalho, contamos dar à estampa a biografia de Henrique Dias: — talvez a crítica nos culpe de mania por estas coisas velhas e antiquadas: — carregaremos de bom grado com a inculpação, porque nesta época em que vamos vivendo, em que tanto se espera do futuro, em que o modernismo é tudo, não será de balde que sejamos estudados nas coisas velhas, porque estas antiguidades que realmente são, se tornam novidades». Teria chegado Alencar a escrever essa outra biografia? Não temos elementos para afirmar se ele ficou apenas na intenção de biografar o grande capitão negro da guerra com os holandeses. Quanto à biografia de Poti. ou D. Antônio Felipe Camarão, parece trabalho quase completo e bem arrematado, pouco mais tendo o autor a acrescentar-lhe.

* * *

O terceiro artigo, apontado nas cronologias, bibliografias e dicionários literários como *Questões de Estão* liga-se aos dois outros de maneira interessante. Vemos que Alencar, entre os 18 e 20 anos, já estava como colaborador dos *Ensaio Literários* impregnado das impressões visuais, dos conceitos históricos e dos valores estilísticos que iriam predominar em sua opulenta obra de ficcionista. E principalmente com relação a uma de suas obras-primas, a «lenda indígena» *Iracema*, misto de romance e de poema em prosa. Lá estão os carnaúbaís, como fundo da paisagem. Lá está o índio Poti como um dos personagens. E lá está o estilo que nele já era uma viva preocupação. Tal artigo, repetimos, não tem o título com que vem sendo erroneamente arrolado» Seu verdadeiro título é *O Estilo na Literatura Brasileira*, muito mais amplo e ambicioso. Em seguida ao título, vinham estes subtítulos: *Expressão do Estilo. — Estilo clássico e quinhentista. Estilo moderno. — Renascimento do estilo quinhentista: — Filinto Elísio. — Escritores portugueses modernos: — Castilho — Garret — A. Herculano — Mendes Leal. — Gaticismos. Fr. Francisco de S. Luis. — Escritores brasileiros — Qual o estilo que mais se harmoniza com a nova literatura.»*

Lamentavelmente, só existe na coleção da Biblioteca Nacional o número em que, em 1850, saiu a primeira parte do artigo, em mês que não podemos precisar, por ter sido arrancada a capa de revista. Mas,

ao rim desta, vem a designação da tipografia, que era, então, a do governo da Província de São Paulo, e a indicação do ano. Acreditamos ser de interesse para os leitores destas notas o conhecimento integral da primeira parte do artigo:

«A palavra é a reflexão, o eco do pensamento: — na nossa língua portuguesa, tão rica de expressão, ela reveste as idéias de uns toques suaves, de uma melodia sonora que encanta: — e os lábios acham certo prazer indefinido em repetir a frase doce e maviosa de um escritor de bonito estilo. Sua alma se mira enlevada mente na dicção, e dá-lhe uma expressão íntima e verdadeira: suas palavras parecem sorrir docemente com os enleios do coração, palpitar com as incertezas, suspirar tristemente com as mágoas e aflições: e sua frase é singela e meiga como o perfume dos sentimentos doces, ou solene e ardente como os ecos das paixões fortes e veementes. Há escritores que meneiam tão bem a palavra, que materializam nos seus acentos a expressão, o tom do pensamento. Garret falando no estilo da poesia disse: — «Imitar com o som mecânico das vozes a harmonia íntima da idéia, suprir com as vibrações que só podem ferir a alma pelo órgão dos ouvidos, a vida, o movimento, as cores, as formas dos quadros naturais, eis aí a superioridade da poesia, a vantagem que tem sobre as outras belas-artes: — mas quanto difícil é perceber e executar esse delicadíssimo ponto!»

Nem são elas as únicas vantagens do estilo: — ele favorece muito a compreensão, e fácil inteligência das idéias. — Quando lemos uma obra escrita em lindo estilo, em dicção pura e corrente, o espírito parece que se abre espontaneamente sem esforço e sem meditação à percepção do pensamento, às aspirações do sentimento — a imaginação se embala deliciosamente na cadência da frase; e as idéias revestidas dessa fórmula encantadora, dessa auréola de palavras belas e sonoras se gravam com maior facilidade na memória, e mais custam esquecer.

A língua portuguesa degenerada pela invasão dos Mouros na Península, começou a depurar-se pelo século 15. — O cultivo das línguas clássicas, introduzido com a reorganização da Universidade de Coimbra em tempos do reinado do Senhor Rei D. João 3º contribuiu muito para o aperfeiçoamento da língua ⁽¹⁾. Foi o tempo das mais brilhantes glórias literárias para Portugal: — as obras clássicas de J. de Barros, Diogo Couto, Azurara, Lucena, Arrais. Fr. Heitor Pinto. Camões e Ferreira, são em abono do que dissemos,

O estilo desses escritores, comumente chamado *estilo quinhentista*, é considerado como o verdadeiro, o puro e clássico da língua portuguesa. Não somos estudados nesses clássicos de nossa língua, quanto era de nossa vontade para os analisarmos especialmente no seu estilo: — apelamos para o que a respeito escreveram penas de mestres ⁽²⁾. Alguma coisa que temos lido nestes mestres da língua, nos chegou para colher do estilo de literatura do 15º século a sua feição geral, seus tons e cores locais, e sua expressão pura e genuína, e essa *solenidade clássica* ⁽³⁾ que lhe dá um cunho de nacionalidade.

O estilo quinhentista é lento e truncado: — seus períodos *arredondados ao modo latino*, encadeiam numa fórmula breve, rápida e concisa o pensamento, e não lhe permite dar largas a todo o seu desenvolvimento: — sua frase é solta, e desligada, e falta-lhe esta ondulante flexibilidade, essa expressão abundante e rica do estilo moderno que desenha todos os tons, todas as nuances ⁽⁴⁾ do pensamento. Mas em compensação, há nesse modo de escrever um caráter de solenidade sublime: essa mesma fórmula curta em que ele enclausura o pensamento, parece concentrar todas as suas forças numa expressão de energia admirável: sua expressão é solta e truncada, mas cheia dessa simplicidade majestosa e doce da frase bíblica: — sua palavra forte e severa respira os acentos profundos (*) dessa fé austera, dessa convicção inabalável dos homens antigos.

Há, no estilo moderno, uma fluidez, uma plasticidade admirável: — a frase corre solta com o pensamento, e se expande em toda a sua força de expressão, em todas as suas linguagens: — a imaginação se retraça ao vivo cismas e enlevos na vivacidade, na animação da frase moderna.

Entre esses dois estilos, qual escolher, como mais conveniente para refletir a expressão de nossa literatura?

O estilo antigo não pode renascer em nossa literatura brasileira com suas cores, seus tons clássicos: — nascido nos tempos da fé, heroísmo dos Portugueses, ele conservou essa forma inamovível e inflexível das crenças profundas, das convicções inabaláveis: — naquela época de certo dera ela a expressão aberta do pensamento. Hoje as idéias caminham delirantes, várias, e desvairadas, não se poderiam conter na forma rápida, breve do período antigo: — e além disso a expressão ardente e animada de nossa literatura não casa com essa lenta e pausada inflexão da frase antiga. Nunca a dicção do estilo quinhentista poderia exprimir com a doce facilidade do espírito, uma cena encantada da nossa terra, um suave retiro de nossas florestas, uma tarde pura de nossos céus, com esses tons maviosos, com esses timbres sonoros que lhe reflete o sol descaindo no ocidente: — a precisão da elocução antiga martirizaria os enlevos de nossas almas, nossas diversas inspirações entusiásticas, profundas como o seio de nossas florestas, e como os abismos de nossas montanhas, inquietas e delirantes como o menear das orlas de nossas moitas: — a frase clássica gelaria os toques abrasados de nossa poesia ardente, vacilante, (*sic*) com a frieza de austeridade de sua palavra rígida e severa.

Não vamos entretanto com aqueles que desprezam por demais o: *estilo* quinhentista, e o têm em esquecimento profundo, file encerra *muitas* belezas, muitas elegâncias de nossa língua portuguesa, que renasce com esmero e cuidado, dá ao estilo moderno um encanto supremo. Há frases cheias de bela singeleza e naturalidade, palavras doces e suaves que parecem materializar o pensamento, e que desvanecem a imaginação de encanto. - - E nas flores mimosas da língua podem ainda verter perfumes, embalsamados com os ardores de nossa poesia, coloridos com a expressão brasileira tão vivaz e tão brilhante.

Ainda em alguns casos o estilo antigo pode ser bem aceito. Há gêneros de composição literária, em que a expressão desse estilo reveste o pensamento e as idéias de uma côr antiga e austera, e como que empresta-lhe (* *) o respeito, e autoridade das coisas velhas.

Nossas crônicas, nossas tradições de tempos coloniais, devem ser escritas nesse estilo: — até mesmo seria natural e encantador apreciar os contrastes desse estilo, com a expressão indígena. — Castilho escreveu suas poesias na dicção moderna, porém, escolheu para os seus *Quadros Históricos*, a expressão severa com que falavam os homens que ele pintava: — ele constituía-se como órgão que refletia só ecos das palavras».

* * *

Termina aqui a primeira parte do artigo, assinado com o nome de *Alencar* e levando, em seguida, a indicação *contínua*. Vão aqui as notas, do autor, numeradas, e nossas, com asteriscos:

(1) *Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa*.

2) Filinto Elísio — na sua *Arte Poética* — e Garrett — na *História da Língua Portuguesa*.

(3) Garrett.

(4) Esta palavra é francesa, e reprovada por Francisco Manuel: — porém a necessidade a tem admitido em nossa língua e eu uso dela, com a autoridade de Fr. Francisco de S. Luís, no seu *Glossário*.

(*) No texto está *proponde*, em vez de *profundo*. Fizemos a correrão de um óbvio erro de revisão.

(**) No texto está *reverte* em vez de *reveste*, e *emprestar-lhe*, em vez de *empresta-lhe*. Além disso, modificamos — como é evidente, a ortografia do autor, fazendo ligeiras alterações: coesa .onde se lia *cousa*. acrescentando um «t» a Garret, que Alencar sempre grafou com um só «t», etc.

* * *

Vemos que a lição desse artigo foi seguida por Alencar, que usou de uma forma estilística moderna solta e abasileirada em seus romances da vida contemporânea — *A Pata da Gazela*, *Sonhos de Ouro*. *Lucíola*. *Diva* — e de outra, mais antiquada, com certo travo de lusitanismo. em obras como *As Minas de Prata* e o *Garatuja*. Por isso mesmo, esse terceiro escrito de Alencar. *O estilo na literatura brasileira* é importante para a interpretação de sua posição em nossa literatura e para a explicação de de seus caminhos. Tem o caráter de apontamentos escritos para uso próprio, para fixar uma intenção relativa ao seu futuro literário.

Antes de encerrar estas notas, impõe-se uma retificação, ainda, a Sacramento Blake, Inocêncio. Afonso A. de Freitas e quantos se tenham ocupado em fixar as datas limites, da publicação da revista *Ensaio*s

Literários. Ela não se limitou ao período de 1847 ao de 1850 (alguns dão até período menor), ano em que Alencar deixou a Academia de São Paulo, formado em direito, aos 21 anos. A revista *Ensaios Literários* perdurou até 1864. O que ninguém levou em conta foi o fato de ter continuado, depois de 1850, com ligeira alteração no frontispício. Ao sair, trazia o de *Ensaios Literários* e a indicação *jornal de uma associação de acadêmicos*. Depois, essa indicação foi abreviada para *jornal acadêmico*. Em seguida, a associação *de acadêmicos* adquiriu um título e aprovou estatutos, passando a chamar-se Ateneu Paulistano. E a revista continuou a sair com o título de *Ensaios Literários* e, por baixo, do *Ateneu Paulistano*. Mas não há dúvida de que se trata da mesma revista, pois ainda que tenha passado a sair de dois em dois meses, tido breves períodos de interrupção na publicação e haja mudado de tipografia, ela guardou não só o título de *Ensaios Literários* como a mesma orientação editorial e as mesmas características gráficas, a começar pelas capas, impressas sempre em papel colorido, azul, rosa, verde, etc., o que mudava de número para número. E, ainda, a declaração de 1ª série, 2ª série, 3ª série e 4ª série, aplicada aos respectivos trimestres ou semestres de publicação. Cada três números representavam uma série. Mais, ainda: no seu primeiro número, — nº 1. 1ª série, — de setembro de 1847, já trazia *Ensaios Literários* em sua capa este dístico do poeta inglês Alexander Pope, o famoso autor do *Roubo da Madeixa*:

*Shall he alone, whom rational we call
Be pleased with nothing, if not blessed with all.*

Esse dístico de Pope é repetido sistematicamente em todos os números da revista *Ensaios Literários do Ateneu Paulistano*, que, além disso, numa nota editorial, diz ser a continuação da anterior. Isso justifica perfeitamente que o catálogo da seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional reúna as respectivas fichas (em número de três) existentes em separado numa ficha única, assinalando, apenas que, a partir de 1851, a referida publicação passou a chamar-se do Ateneu Paulistano.

Osmar Pimentel e a Nossa Crítica de Poesia

CASSIANO RICARDO

«Senhor Osmar Pimentel, nosso nôvo Colega:

Sois paulista do Vale do Paraíba, com nostalgia da Mantiqueira. Também eu, e com que emoção. Minha cidade é irmã de vossa Lorena, na História e no caráter da geografia. Somos, portanto, irmãos pela mesma paisagem e graça que nos concedeu a fortuna.

O AMOR A BELEZA

Agora vamos viver na mesma casa de cultura e amizade que é esta Academia. Em contato uns com os outros, o espiritual permanente nos coloca face a face, diante da vida.

Há aqui dentro os que aprendem a arte de envelhecer, amavelmente, sem se fazer notar; ou de não notar que os demais também envelhecem, ou envelhecerão um dia, agraciados com a juventude acadêmica. O amor à Beleza nos coloca na situação daquele homem que ficou velho sem o saber, porque ouvindo o canto do pássaro.

Algo, porém, de grave nos une para o compromisso mais alto que é o do prestígio da instituição a que pertencemos. De modo que o vosso pensamento sobre as duas culturas em renovado diálogo — humanismo e ciência — bem como no setor específico da invenção literária, constitui por si a direção certa que tomais na Casa de que hoje vindes a fazer parte.

A ACADMEIA E 22

Enganam-se os que supõem esta Academia avessa aos problemas estéticos de vanguarda. Os exemplos que há pouco apontastes provam

(*) (Palavras de Saudação ao nôvo "imortal", na Academia Paulista de Letras)

que não. porque incluem os rebeldes de 22: Mário de Andrade, Menotti Del Picchia, Cândido Mota Filho, Guilherme de Almeida.

Entre eles citastes Oswald de Andrade que se candidatou não! a esta mas à outra, a Academia Brasileira, numa carta famosa, na qual prometia descer de pára-quadras sobre a Casa de Machado de Assis. Fui testemunha pessoal do seu desejo; ou melhor, fui o único a votar no nome do genial autor de «Serafim Ponte-Grande». E sei que ele, embora «blagueur» incorrigível, gostaria também de pertencer à Paulista. Por que não?

A verdade é que os mais antiacadêmicos, como Oswald, alimentam o desejo secreto de serem acadêmicos. Ainda há poucos dias, era Ionesco, tremendamente antiacadêmico, o eleito para a Academia Francesa e se manifestando satisfeitíssimo de o ter sido.

Como se vê, nem as Academias menosprezam os novos; nem os novos desdenham das Academias.

UM RETRATO EXATO

Ditas estas palavras, à guisa de preâmbulo, para a saudação que a Academia me incumbiu de vos dirigir, quero expressar-vos a excelente impressão que nos causas tes com o vosso discurso de posse. O perfil de Paulo Nogueira Filho, como figura humana, político de idéias avançadas, escritor de estilo sóbrio, correto, adequado aos temas dos seus livros — não raro admiráveis —, foi por vós poderosamente xilogravado, e com mão de mestre.

Não esqueceste um ângulo, sequer, da sua sedutora fisionomia intelectual, do seu labor como homem de empresa, do historiador honesto e claro que ele foi, da lição pioneira que está na obra múltipla que realizou em favor do Brasil na busca de solução para os nossos problemas cruciais.

Era Paulo muito paulista — dissestes — pra deixar de trabalhar. Acrescentarei que possuía ele a mística do trabalho em seu mais fascinante sentido social, redoirando-lhe a ação aquilo que Charles Morgau chamou «poesia da experiência humana».

A «santidade do trabalho» terá sido o seu emblema, na vida particular como na pública.

Para isso — bem o lembrastes — herdou o exemplo do avô, o carlyleano José Paulino. Herdou ainda, digo eu, a nobreza dos velhos habitantes de S. Paulo de Piratininga, orgulhosos de mostrar — como rezam os documentos — as mãos calejadas.

O CRITICO E O ESTILISTA

Senhor Osmar Pimentel:

Sois - - e eu já tive ocasião de dizer - - justamente aplaudido como um dos mais argutos e bem informados críticos literários do Brasil.

Assim vos consideram nomes da categoria de Carlos Drummond de Andrade, Otto Maria Carpeaux, Gilberto Freyre, Cecília Meireles, Mauro Mota, Moisés Vellinho, pra citar apenas intelectuais não nascidos em São Paulo.

Vossa obra original é constituída por vários livros, como «Apostamentos de Leitura», «A Lâmpada e o Passado», «Direito e Sociologia». *A Norma Jurídica e o Fator Econômico», «São Paulo. Povo e instituições» (este em colaboração com o ilustre prof. Freitas Marcondes) e «A Cruz e o Martelo» --último da série.

Toda ela versa sobre temas e conceitos de suma atualidade no mundo das idéias e notadamente na literatura, em que sois mestre incontestável. Dois traços comuns a todos os vossos trabalhos: o do estilista e o do crítico. Dono de um estilo próprio, que é marca intransferível da vossa personalidade; isto é, dono da língua que é nossa mas que toma, em vosso caso, um caráter de raro bom gosto nas palavras e no modo de utilizá-las; na arte de escrever, exprimir e veicular conceitos que não conhecem o lugar comum porque a serviço de uma primorosa educação estética. Sois bem a prova de que certo gramaticalismo simplório e rabujento nada tem mais que fazer diante da estilística, como diria esse grande Biólogo moderno que se chamou Matoso Câmara Júnior.

Não que desdenheis da gramática, não; mas porque vos colocais acima das categorias gramaticais pra valorizar a palavra em seus elementos afetivos (como o entende um Karl Vessler) e construir a frase com o fascínio da forma capaz de aprimorar a dicção artística e até mesmo poética em seu alto sentido.

O estilo então não é o homem; o homem é quem cria o estilo. Uma espécie de «mot total» ou de dialeto lírico transfigurado de que ainda agora nos destes a prova em vossa formosa oração de posse.

MESTRES PREFERIDOS

Sei que vos iniciastes com os mestres franceses, encontrando neles a clareza expositiva, a lucidez dos Juízos de valor. Taine, primeiro; depois Thibaudet — este já com um gênero de crítica sensível mas universitária. Depois vem o vosso mestre de idéias, Julien Benda (na época), que foi decisivo acontecimento intelectual na vossa vida. Mas a análise puramente estilística, formal, não satisfez ainda ao vosso ideário crítico.

A crítica literária inglesa é que viria a tornar-se para vós a mais profunda e objetiva de hoje, com Richards. Entretanto, confessais que a leitura ao estudo pioneiro de Phillip Weelmright sobre a linguagem da poesia é que vos deu, pela primeira vez, idéia válida das dimensões do fenômeno poético sob perspectiva crítica.

O vosso essencial centro de interesse é hoje a pesquisa da criação original em literatura, nas artes e nas ciências.

CASSIANO RICARDO

"TUPI OR NOT TUPI"

Será o tupi uma lingua morta?

A pergunta poderá parecer impertinente a esta altura de minha saudação. Escrevendo sobre o «Curso de Tupi Antigo» do padre Lemos Barbosa, tivestes ocasião de dizer que o trabalho em apreço nos dá a impressão de um idioma vivo e, sob certo aspecto, atual.

Fostes prudente, a meu ver, na ressalva, como de boa suspicácia foi aludirdes ao «tupi or not tupi» de Oswald de Andrade, do manifesto antropofágico.

Não me parece despidendo (como se diz em linguagem acadêmica) um ligeiro acréscimo a tão sedutor tema, hoje.

Sabe-se que grande parte do Movimento Modernista de 22 foi neo-indianista. O próprio Oswald inseriu na sua obra um poema tupi que Couto de Magalhães havia recolhido em «O Selvagem»:

«Catíti *catiti*
Imara Notiã
Notiã Imara
Ipeju»

O grupo «Anta», com Valdomiro Silveira, Plínio Salgado e Raul Bopp, estudou e aprendeu tupi em plena década da Semana de Arte Moderna. Mário de Andrade foi indianista em «Macunaíma» e em «Toada do Pai do Mato». Guilherme de Almeida num dos trechos do poema «Raça»; Manuel Bandeira em «Cunhantã»; Menotti dei Píchia num poema de «Chuva de Pedra», em que fala do Caapora espavexitando com o seu cachimbo os deuses gregos; e Raul Bopp, em «Cobra Norato».

O grupo «Anta» e a «Antropofagia» se me afiguram provas de um tupi então vivo ou, pelo menos, revivido com os estudos da língua e da contribuição com que abalou a fonética lusa, cooperando também enormemente pra nossa riqueza vocabular ainda hoje vigente.

SILVAMOONLAKE & TAPIRAÇUUAÇATAMAUARA

Mas, não é só. Adota-se, num de nossos experimentos de vanguarda, o «silvmoonlake» (silva/silver + moon + lake/like) de Joyce; silver, prata; moon, lua; lake, lago; vai-se ver, a fonte da «palavra montagem» estava aqui mesmo, na lingua tupi ou primitiva:

Boi, por ex.: — pareceu ao nosso índio, grande como a anta (tapir), mastigador como o veado (çuu) de grandes chifres (aça) e por fim, estrangeiro que vem comer em nossa casa (tamauara) e assim recebeu, por imaginação visual, sintético-ideogrâmicamente, o vistoso nome de «tapiraçuuatamauara».

9 Busca o vanguardismo de 62 em Gomringer, ou em Gertrude Stein, o recurso da «reduplicação»; vai-se ver, já estava em «uatu-u-u-u-u» dos nossos botocudos. Água corrente (uatu) configurando oceano (u-u-u-u) como num poema concreto «areia areia areia» configurando deserto e «árvore árvore árvore» configurando floresta.

Diferença — a repetição de sílabas:

«uatu u-u-u-u»

ao invés de palavras. Mas o processo é o mesmo, geltáltico.

Dáí as redundâncias e a ostensiva qualidade fônica já do neoindianismo dos poetas de 22, como em «Berimbau», de Manuel Bandeira:

*«Chama o saci si si si si,
ui ui ui ui ui uiva a Iara.
A mameluca é uma maluca.
Saiu sozinha da maloca.
O boto bate — bite bite...
Quem ofendeu a mameluca?
Foi o boto.»*

Buscou-se a «coísficação» da palavra em Francis Ponge; vai-se ver, já estava na língua tupi em que o «objeto e palavra se identificam fisicamente» inseparáveis («is close to the object that two are identified», como diria Mathiessen). Idioma substantivo, com a vantagem de não incorrer no «substantivo totalitário» de hoje, de que nos fala Marcuse.

Revive-se agora a teoria dos sinais, sob forma mecânica; vai-se ver, já os sinais fazem parte da comunicação tribal, inclusive do tupi.

A todo momento estamos pronunciando palavras tupis em nossa fala cotidiana: Ipiranga, Sumaré, Tietê, Anhembi, Anhangabau, etc. sem contar os topônimos que enxameiam na geografia nacional, como demonstra Teodoro Sampaio.

Mesmo como língua ainda em pleno uso e função, convém advertir, iremos encontrá-la entre os indígenas de Araribá, aqueles com os quais, em nosso Estado, o etnólogo Curt Nimuendajú manteve contato até pouco tempo antes de falecer.

Há evidências mais recentes ainda, como a do tupi (nheengatu) falado hoje não só por índios mas até, como se sabe, pelos caboclos de toda a Amazônia.

A vossa ressalva de que o tupi do padre Barbosa parece uma língua viva, tem, pois, inteira razão de ser. Nem é só na Amazônia que vamos localizar o grupo tupi. No meio-oeste do Brasil também: e isso se comprova com o notável trabalho de pesquisa de campo, rigorosamente positivo da sociedade e da cultura tapirapé, como uma totalidade, realizado pelo prof. Herbert Baldus (veja-se o seu livro «Tapirapé_____tribo tupi do Brasil Central»). No Brasil todo» ou a tupis, ou, no mínimo, tupi-guaranis, formam pequenos, mas represen-

tativos, grupos sociais, possuidores de cultura própria (valores, significados, atitudes, tradições, técnicas e divisão de trabalho, padrões de comportamento, usos e costumes).

I Entre eles a língua tupi continua sendo empregada, ao lado do português acabocladado que às vezes falam pra se comunicar com o branco da civilização.

Morta que estivesse pra nós, revivida teria sido para o neo-indianismo de 22 e viva continua pra nossos irmãos da selva. Enquanto existir um grupo social com organização e cultura própria que use uma língua própria, não se pode dizer, logicamente, que essa língua estu morta.

Será um grupo vivo falando uma língua viva.

«O SANTUÁRIO». DE FAULKNER

A ficção moderna, desde Faulkner a Joyce, vos é familiar e objeto de vários estudos, ricos de agudeza.

Os que leram Faulkner (devo acrescentar) se queixam da sua impolidez. da sua perversidade narrativa mas talvez o façam porque não compreendem as razões secretas — direi melhor poéticas — que o terão levado a assim proceder. Não raro arrebatava ele a Proust a palma dos períodos intermináveis e escreve, por ex., uma frase que ocupa mais de seis páginas de «Go Down, Moses»; às vezes, como frisei em «A Poesia na Técnica do Romance», é propositadamente obscuro, qual um Mallarmé americano. Outras vezes a crítica lhe põe em dúvida a concepção de tempo. Mas a sua significação profunda — como alguém já perguntou — não se situará além do falso e do verdadeiro? acima das categorias estéticas usuais?

Em «Santuário», alega-se. batiza ele uma história sórdida. Daí a fórmula célebre segundo a qual com «Santuário» a tragédia grega irrompe no drama policial.

Pois bem. Na revisão crítica, que estais escrevendo, sei que o famoso e tão mal compreendido romance falkneriano é por vós encarado sob justa perspectiva, ainda não versada pela crítica de língua inglesa ou francesa.

A QUESTÃO PIRANDELIANA

Tanto, porém, abordais a questão «tupi or not tupi» oswaldiana como a pírandeliana, não menos instigante, não menos provocante.

Sabeis também provocar (sem dar muito na vista) e tanto entráis - bom valeparaibano que sois — no mundo mágico do selvagem come no mundo pirandeliano que considerais alheio a qualquer sofis-

ticação interior, antes, dotado de uma espécie de alma primitiva, mais próxima da rude linguagem sincera da vida.

Os marionetes foram a sedução mágica do então menino Pirandelo único, mas dissociado dos «seis personagens em busca do autor». Como o nosso currupira, que muda de rosto (creio que pelo menos seis vezes por dia) pra ser sempre um só, segundo a fábula indígena.

Estudastes admiravelmente a vida e a obra do irrequieto escrito? num dos capítulos de «A Cruz e o Martelo»; aludistes ao ataque crítico de Pirandelo a Croce, cuja estética lhe pareceu abstrata, manca e rudimentar; uma estética intelectual, apenas cheia de sofismas e contradições. Sei que no curso sobre o inexcelsível siciliano, realizado em São Paulo, em 1967, como me fez notar Lourdes Fonseca Ricardo, que lá esteve, como jornalista que é, destes duas aulas que constituíram alta e variadíssima demonstração de cultura e visão crítica marcada por inconfundível senso de equilíbrio na explicitação dos pontos fundamentais da obra e do homem Pirandelo.

A máxima preferida por Pirandelo talvez provenha de Montaigne. Em «L'Avernaria de Bobbio» o autor de «O Falecido Matias Pascal» coloca o primeiro volume dos «Essais», do celebre francês, sobre os olhos do personagem, destacando o trecho em que ele afirma: «É loucura trazer o verdadeiro e o falso até o nível da nossa compreensão.»

É o que se deduz, por ex., de «Cosi é, se vi pare», um jogo da realidade com a aparência, ou seja, um jogo de equívocos por si mesmo recreativo e recreativo, senão altamente poético.

A "RAIVA DIALÉTICA"

Não só os marionetes ficaram marcando o espírito de Pirandelo desde a meninice. Há muito mais. Em vossas aulas sobre a personalidade e a obra do escritor italiano que revolucionou toda a problemática do teatro mundial de sua época, influenciando até o teatro mais moderno (um Ionesco, um Brecht) com o clima que Morpurgo chama de «raiva dialética, onde os personagens «ragionano spesso insaziabilmente: per veder sempre piu a fondo» — nessas aulas, dizia eu, levantastes com rara argúcia um ponto fundamental para a compreensão do fenômeno pirandeliiano: os seus três desconcertantes encontros com a Verdade. O episódio de «La Madonnina», o do velório aparentemente vazio e, por último» o terrível drama do «biglietto d'amore» que a esposa encontrou, por acaso, no bolso do sobretudo do escritor.

Destaco um dos episódios: o do menino Pirandelo» sozinho, no velório deserto, à hora do almoço, diante do mistério da morte, mas Perturbado, minutos depois, ao descobrir que atrás do painel coberto de crepe o guarda oficial e a namorada se beijavam segredando ternuras.

As duas faces da verdade que sempre o atormentaram lá estavam: uma, a solidão, o solilóquio diante da eternidade; a outra, o diálogo com a vida.

CASSIANO RICARDO

Lembre-se apenas aquela passagem da população operária de Balbec indo espiar, pela parede de vidro, como num aquário, os convivas do banquete: gente luxuosa tão estranha para os pobres como a dos peixes e moluscos. Uma questão social (escreve Proust) de saber se a parede de vidro protegerá sempre o festim dos animais maravilhosos ou não irá colhê-los em seu aquário e devorá-los.

Sobre a imagética proustiana, em abono do que dizeis, recorro à sua conhecida metáfora, aquela referente aos livros de Bergotte, após sua morte, e que pareciam anjos de asas abertas anunciando a ressurreição.

A vossa análise é bem mais complexa mas estou apenas mencionando alguns dos dados que tiveram em vossa crítica a valorização, o realce que mereciam.

OUTROS ESTUDOS

Os estudos que reunistes em livro são, em geral, dignos de referência na homenagem que a Academia vos presta.

Impossível fazê-lo, nesta simples visão retrospectiva. Mencionarei apenas «Euclides da Cunha, o Homem e a Obra», em que analisais os erros da crítica indígena em torno de «Os Sertões» cujo autor elaborou a primeira teoria científica e trágica da civilização brasileira. Razão de sobra vos assiste, aí, em afirmar que «Os Sertões» são obra de arte e ciência, a um só tempo: a ciência e a arte se completam na descrição insólita do real e do social, no conflito só agora compreendido (e até certo ponto corrigido) entre o litoral e o sertão. Mencionarei também, o vosso estudo «O Crítico de Arte» sobre o importante trabalho «Teatro em Progresso» de Décio de Almeida Prado; e mais o «Salvagem Palmeira do Mundo», sobre a esplêndida versão italiana do «Corpo de Baile» de Guimarães Rosa, assinada por Edoardo Bizzari, ilustre tradutor, num sentido também estético e criativo, de vários livros brasileiros, hoje na língua de Dante; o estudo «Freud: 25 Anos Depois», em que focalizais as conseqüências negativas oriundas do rompimento das relações entre o autor de «Cinco Lições Sobre a Psicanálise» e C.G. Jung, o mestre do «inconsciente coletivo».

O CRITICO DE POESIA

Vossa principal especialização — ia eu dizendo — no setor da crítica, é o da crítica de poesia.

Tendo sido dos primeiros, nos idos de 1940, a escrever, no Brasil, sobre o «new criticism» anglo-americano, não vos limitastes ao enfoque apenas informacional. Ao contrário, criticastes o próprio «new criticism», apontando-lhe os méritos e os senões. E de tal forma o fizestes que o nosso Sérgio Buarque de Holanda, cuja autoridade na matéria ninguém contesta, realçou, em artigo publicado no «Diário

de Notícias», do Rio, o fato de o haverdes feito criativamente; o que vem a ser; sem nenhuma subserviência intelectual à nova metodologia da crítica literária.

Resultado: não desprezais, no julgamento crítico, uma atitude inicial impressionista, a fim de apreciar a obra em exame pela repercussão que ela vos causa, de acordo com o grau de cultura e sensibilidade de que sois dotado. Só depois dessa impressão inicial é que entráis na estrutura do poema, na inspecção dos valores formais que o integram, na exegese do que ele possa apresentar de obscuro, naquele jogo do intelecto com as palavras que é a logopéia poundiana.

Natural o apreço que dispensais à técnica imagística, à comunicação, à informação, à linguagem como instrumento de investigação poética; mesmo porque «poetry is a kind of language». Então vossa crítica se estende à complexidade do poema de hoje, nunca dissociada do fenômeno poético em si, daquele dom que existe no âmago de cada criatura e a que Cassirer chama de uma condição humana prototípica. Amais a Beleza, como a ama vosso companheiro Péricles E. da Silva Ramos, que é o nosso valeparaibano «grego» como sois valeparaibano nascido na Guanabara, mas de Lorena, onde desabrochou a vossa sensibilidade poética nativa, que fez da Poesia uma suprema forma de Beleza.

POESIA E FINGIMENTO

Aludistes, em vosso estudo sobre «Experiência em Poesia», à poesia como «fingimento», baseando-vos em Shakespeare, quando dizeis: «Pode ler-se no Shakespeare de «As you like it»:

Andrey — I do not know what poetical is. Is it honest in deed and word? Is it a true thing?

Andrey — Eu não sei o que é poesia. Será ela sincera em ação e palavra? Será ela uma coisa verdadeira?

Touchstone — No truly; for the truest poetry is the most feigning.»

Touchstone — Não realmente; porque a poesia mais verdadeira é a mais fingida.»

Não parece razoável (perguntais) admitir que Pessoa tenha apreendido, nesse fragmento, a doutrina da poesia como fingimento e, por isso mesmo, do poeta como fingidor? E respondeis: «Creio que sim».

Está aqui um ponto onde me permito lembrar que muito antes de Shakespeare, o marquês de Santillana, em carta que enviou ao condestável de Portugal, como se vê no apêndice III ao I volume das «Obras Completas» de Menendez y Pelayo, perguntava: «que coisa é a poesia (que em nossa vulgar gaia ciência chamamos) senão um fingimento de coisas úteis?

Isto ao tempo do medievo.

CASSIANO RICARDO

Creio, pois, que se Fernando Pessoa aludiu a alguém foi talvez ao Marquês de Santillana, não a Shakespeare.

Afinal, será o poeta um fingidor?

O que me parece certo é que, mesmo quando finge, cria ele uma situação humana que será verdadeira para quem o lê. A verdade se não está então no que o poeta finge sentir, estará no leitor em cuja sensibilidade o «fingido» passa a ser verdadeiro.

O CRÍTICO DE "JEREMIAS"

Gostarei contudo de dar um testemunho pessoal do que a vossa crítica. Tenho em mim as marcas do que ela é.

Fui investigado em minhas intenções mais ocultas por vossa análise espectral e formal, esta última na concepção de «Jeremias Sem Chorar» como poema esférico-rolante.

É que vossa crítica não se limitou ao exame exterior do poema; entrou no seu contexto e chegou às regiões adormecidas do meu mundo interior — como o fizestes ainda no «Soneto da Ausente» em que falo da minha Rosamusa.

O amável repto que me lançais a respeito de uma «teoria do ritmo» na poesia de vanguarda e outro sobre o «tempo poético» muito me seduziu. Tentarei uma resposta nas notas que escrevi para meu próximo e novo poema «Os Sobreviventes».

A GERAÇÃO DE 45

Em «A Geração de 45» soubestes compreender-lhe, em lúcida síntese, o ideário poético e estético e situar, cuidadosamente, os seus valores representativos entre os quais Péricles E. da Silva Ramos, o grande teórico do novo ciclo modernista. Ai figuram, com acerto, os nomes de João Cabral de Melo Neto, Domingos Carvalho da Silva, Afonso Felix de Sousa, André Carneiro, Cassiano Nunes, Afrânio Zucoloto, Ciro Pimentel, Paulo Mendes de Almeida, Geraldo Vidigal, Idelma Ribeiro de Faria, Ledo Ivo, Mário da Silva Brito, João Acioli, Renata Pallotini (entre outros, é evidente).

Nem deixastes de reconhecer como de repercussão nacional o concretismo e praxis que sucederam a 45.

Mas há, nesse estudo, em que crítica e justiça se fazem irmãs de ofício — uma observação que ainda gostarei de citar: a do risco que corre certa poesia de parecer e até ser pura reportagem ritmada com algum efeito lírico. Seria um caso de «proesia», apenas, isto é, «texto lírico que já não sendo prosa ainda não é poesia».

Pareceu-me magistral a observação em favor justamente do poema que não seja outra coisa senão poema considerado em sua autonomia»

OSMAR PIMENTEL E A NOSSA CRÍTICA DE POESIA

ou melhor: que não seja apenas «proesia»; «proesia do vosso «achado: espécie de prosa ambígua, furtacor.

Foi o que também pretendi em modesto ensaio — o poema como poema; corpo verbal específico da poesia.

Conheceis todas as teorias vigentes, relativas à especialidade que adotastes — porque, a bem dizer, sois um verdadeiro poeta como crítico; sabeis discernir bem o ponto onde a crítica e poesia se fazem heterônimas; sabeis que não há poeta digno desse nome que não seja um crítico de si mesmo, como afirmei há pouco, — pela autognose e pela renovação formal.

TRAÇOS BIOGRÁFICOS

Senhor Governador, meus caros colegas, exmas. senhoras e meus senhores:

Osmar Pimentel nasceu no Estado da Guanabara. Mas, com menos de um ano de idade, foi residir em Lorena, no Vale do Paraíba paulista. Ali fez o curso primário e secundário, no Ginásio São Joaquim.

Crê dever à cidade e ao ginásio a formação e delineamento de sua personalidade literária. A cidade — situada no belo Vale - despertou-lhe a sensibilidade para a poesia e permitiu-lhe iniciar-se, ainda adolescente, no jornalismo interiorano.

Teve, desde menino, paixão pela leitura. O primeiro livro lido, por sugestão de um amigo do seu pai, foi «O crime do Padre Amaro». Leu esse romance, aos 13 anos, três vezes consecutivas. E começou a «devorar» os livros da biblioteca da unidade militar da cidade, onde o pai era tenente.

Matriculando-se, em 1933, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, foi um dos que renovaram a chamada literatura acadêmica, trazendo-a do soneto em forma de fôrma (tão diferente do soneto moderno) e do acrostico, para a poesia atual, inspirada, em grande parte, no modernismo de 22. Foi Osmar Pimentel quem saudou Gilberto Freyre, por ocasião da conferência que o mestre pronunciou em São Paulo sobre «Menos Doutrina, mais Análise».

Fêz jornalismo — especialmente jornalismo de idéias literárias - em diversos órgãos de imprensa paulistanos, de alguns dos quais, «Folha da Manhã», «Jornal da Manhã». «Jornal de São Paulo» - tornou crítico literário efetivo,

CONCLUSÃO

Sr. Osmar Pimentel:

Já vai longa esta saudação ao nôvo acadêmico, que vira trazer a cata Casa a contribuição de sua inteligência e saber.

CASSIANO RICARDO

E que terá, estou certo, ao lado de Octacílio de Carvalho Lopes mestre Fernando de Azevedo, Afrânio do Amaral, Francisco Marins Ernesto Leme, José Soares de Melo, Luís Martins, enfim de todos os ilustres colegas que fazem parte desta Casa, papel de máxima relevância no desenvolvimento do nosso programa cultural, posto em termos de um melhor entrosamento com os problemas profissionais e direitos do escritor na sociedade de hoje.

Cabe-me — é um dever de consciência — agradecer agora as palavras por demais benévolas mas consagradoras com que me distinguistes no final de vossa primorosa oração.

Entendeis que o escritor autêntico, aquele que escreve porque precisa viver em liberdade de espírito, é sempre o anti-Macunaíma. Precisa antes de mais nada, de ter caráter. Caráter de estilo e de pessoa humana.

Esse caráter é que não vos falta. sr. Osmar Pimentel,

Sei. portanto, aferir a importância do que dizeis, acima das conjunturas de amizade e companheirismo.

Recebei, com as boas vindas da Academia, o meu comovido abraço fraternal e valeparaibano.

O "Satyricon"

ANDRADE MURICY

LUCRÉCIO é de profundeza vertiginosa. O saber antigo, nebuloso e de livre amplitude, refletindo as ânsias mentais do mundo clássico, tudo tornado homogêneo, é o que vem a ser o *De natura rerum*. A complementação de Lucrécio na representação da alma romana reside em Juvenal. A obra deste é simplesmente isto: ritmos trágicos numa sátira tremenda. A paixão que a sacode, tem a majestade dos grandes impulsos de fatalidade, porém não a brutalidade da avalanche- Juvenal é de maior intensidade de vida que Lucrécio, e tanta quanto Tácito. Se não é mais humano que ambos, sobreleva-os em impetuosidade. Sátira ríspida, na sua heróica severidade.

Não tem as transigências apenas irônicas do bom gosto de Petrônio, nem a mordacidade mundana de Marcial. Distancia-se destes na proporção em que se distancia o gênio do talento. Entretanto, o seu sarcasmo, — revolta e imenso asco, — não desmerece o protesto, como que setinoso, do elegante Petrônio: «a personagem que melhor sintetizava o seu tempo, o *homem honesto* desse reino de imoralidade transcendente», como deste disse Renan. A sátira de Marcial e a de Juvenal feriam em cheio; os atingidos remordiam-se no desespero de se verem emplastrados em estrondoso ridículo. Ambos os poetas, um com a sua altaneria, outro com a sua graça mordente, atacavam diretamente. O alcance da sátira de Petrônio foi menos patente aos seus contemporâneos. Tácito não faz referência ao *Satyricon*, mas somente a uma obra escrita *in extremis*, tendente a desmascarar a fisionomia secreta de Nero, e que não pode ser aquele romance longo e trabalhoso. Uma obra de últimos momentos seria necessariamente rápida sinopse, viva talvez, mesmo brilhante, mas sempre uma sinopse. O *Satyricon* não é citado pelos escritores imediatamente posteriores a Petrônio. Desse fato resultaram dúvidas acerca da autoria e da época da composição da obra. A rápida biografia de Petrônio que se encontra em Tácito, referências de Plínio, de Plutarco, de outros, determinam-lhe linhas de caráter absolutamente análogas às que se pode depreender da leitura de seus trabalhos. A personalidade de Caio Petrônio.

arbiter elegantiorum na corte de Nero, adapta-se às qualidades de virtude e aos defeitos característicos da obra. Como diz Gastão Boissier (*L'opposition sous les Césars*), ela se ajusta ao homem e o homem a ela. Aliás a controvérsia a tal respeito estabelecida não poderá ter desenlace seguro e convincente enquanto não fôr tratado o assunto à luz de documentos novos. Os que pude conhecer não lograram convencer-me contra a identidade do Petrônio de Tácito e até do de Sienkiewicz com o autor do *Satyricon*. A outra questão a da determinação da época da composição, é complementar e dependente da primeira. Observa De Guerle que, quando da sua publicação, este romance não devera ter causado funda impressão, visto como não se encontra ecos de seu sucesso na literatura contemporânea. Deve ter passado relativamente despercebido, e isso porque, nada ou quase nada violento, cheio de amáveis tolerâncias, cortesão hábil, Petrônio parece nem tanto fazer sátira. Evidencia certo prazer em expor ao vivo vícios satisfeitos, cêpticamente apreciados.

O ilustre satírico mostra mal disfarçada simpatia pelos excessos de sua época (exceto em matéria puramente artística) e se, ainda assim, satiriza, é por um certo instinto de natural altivez e retidão, que a pressão do meio deletério e a educação transbordante de prejuízos não conseguiram apagar totalmente. Entretanto, à parte esta impressão que a obra deixa, a de ser apenas parcial e moderadamente satírica, a vida é opulenta em toda ela, e de um caricatural maneiroso e espiritual. A trama descosida do conjunto é aviventada quase sempre por uma esplêndida verve ferina. O «banquete de Trimalcão», assombrosamente feroz em sua jovialidade dolorosa, dum ferocidade que Rabelais não comportaria, apavora pelo estadeamento brutal, a ostentação de todos os refinamentos e de todas as degradações dum civilização que, tendo chegado ao apogeu de força e de fruições de toda ordem, começa fatalmente a decair. É nesse quadro que o poder satírico de Petrônio assume maior aspereza, uma vivacidade mais tóxica, um mais vivo colorido grotesco. Sob o ponto de vista do interesse de nossa ética atual, essa curiosa cena apresenta não poucos pormenores análogos aos de inúmeros eventos de hoje, o que em outras passagens do livro encontramos repetidas vezes. As anedotas da «matrona de Êfeso» e do velho «Eumolpo em Pérgamo» são as mais acordes com a «maneira» geral da sátira petroniana. No entanto, nelas, o autor limita-se à narração dos acontecimentos, pondo nisso risonho comprazimento. Da obra satírica de Petrônio ressalta que ele nem mesmo visava ferir pela norma geral da sátira, isto é, pelo princípio do *ridendo castigat mores*. Se não há no *Satyricon* a rispidez grandiosa de Juvenal, também a ironia à maneira dos *epigramas* de Marcial não é nele de uso freqüente, Petrônio satirizava sem esquivar de toda a crueldade, mas sem ênfase agressiva. Fazia-o expondo-nos, sem sobrecargas de comentários, simples e vivazmente, as cenas cotidianas a que assistia. É difícilmo interpretar satisfatoriamente as agitações morais nos períodos de transição. Torna-se necessário, para tanto, possuir alma completa. Somente os grandes e íntegros temperamentos de artista ou filósofo têm a ciência

O "SATYRICON"

da perfeita expressão. E observe-se que portento reside no simples ato de criação artística ou filosófica: passar todo o universo através de uma alma como por um cadinho rústico, e vê-lo sair após, na obra d arte ou de pensamento, por assim dizer humanado, e como renovado pela exaltação desse mesmo espírito que teve a glória de, por instantes, contê-lo todo. Assim, se o *Satyricon* ainda consegue interessar *tão* vivamente a um homem de hoje, (1) moldado por quase vinte séculos de tradição moral cristã, é porque tem tal vitalidade que através dele sentimos o turbilhão perturbador, o ambiente de animalidade e os requintes intelectuais da Roma dos Césares, — e um odor acre, quente, sensual. Ao mesmo tempo, percebe-se a tristeza e a esterilidade que reinavam na essência de toda essa trepidação carnal. Nesse hino altífluquo de transbordante alegria de viver há um fundo de apreensão, como denunciando a consciência de uma condenação iminente. A tumultuosa orgia dos espíritos e dos corpos não impedia que transparecesse aos observadores sagazes o vazio trágico por elas ocultado. Petrônio faz reviver no *Satyricon* a índole do seu tempo. Daí o admirar-se como um *capo-lavoro* esse romance, de elegância tantas vezes obscena. O contato que temos por seu intermédio com a sociedade que esgotava os últimos recursos vitais do mundo antigo não é mais completa através nenhuma outra obra, e até mesmo das dos gênios superiores, como Tácito e Juvenal. Pelo próprio fato de Petrônio ser por vezes transigente e aprovador, há mais verdade imediata no *Satyricon* do que nos trabalhos dos satíricos apaixonados e impiedosos. Juvenal, épico impetuoso, exagera, naturalmente. Marcial é cheio de paliativos mais ou menos amáveis. Daí a superioridade de Petrônio, do ponto de vista da estrita representação da realidade. Ficando no meio têrmo, perde em originalidade o que adquire em veracidade. Petrônio estava em esplêndidas condições para fazer sátira moderada. Nada da sua vida o exacerbava a ponto de forçá-lo a verter bilis e fel em seus escritos. As suas grandes riquezas tornavam-no independente. Tinha reputação de bom administrador. Vivendo na intimidade do imperador, a quem dominava pelo prestígio da sua elegância, tinha à disposição um vasto material para experimentações satíricas que, sem dúvida, atenuava com sua consumada cortesia. Requentado, os ridículos que o rodeavam ressaltavam-lhe facilmente aos olhos. Belo, distinto, havia necessariamente de merecer o favor das mulheres, como conquistava o povo pelas suas atitudes. Rico, frutava todos os gozos em seu tempo imaginados. Fazendo sátira pelo seu espírito de apurado bom gosto ofendido pela grosseria dos contemporâneos, tirando da sua natureza de artista a exaltação bastante para comunicar vida ao seu trabalho. — pôde produzir esse *Satyricon*, monumento d'arte e de lascívia, de tão precioso valor documental.

A obra não ressuma amargor. No perpassar tumultuoso de suas cenas convulsas há, em essência, uma serenidade que quase parece

(1) *A repercussão que teve o filme de Fellini levou-me a exumar dentre meus velhos papéis este pequeno estudo.*

cinismo e que se baseia em peculiaríssima graciosidade. Se tem maleabilidades e transigências como homem, como autor é impiedoso: vergasta indigna-se. «Quanta gente, meus jovens amigos (escreve ele), se deixa seduzir pelos atrativos da poesia! Apenas conseguem equilibrar um verso em seus pés e afogar alguns sentimentos ternos em um vão delírio de palavras, e já crêem estar no cume do Hélicon. É assim que, muitas vezes, desanimado das fadigas do foro, muito advogado procura um asilo no templo das musas como num porto mais tranqüilo e seguro, Insensato! Acredita que é mais fácil compor um poema do que escrever um arrazoado realçado por conceitosinhos cintilantes! Um espírito superior não se lisonjeia assim, pois sabe que o gênio não pode conceber nem realizar obra alguma realmente grande se não houver fecundado seu espírito em longos estudos. Nesse sentido encontram-se, espalhadas pelo romance, dissertações brilhantes, quase sempre sensatas. No «banquete de Trimaltião», a mais movimentada orgia da Literatura, há tiradas satíricas fulgurantes, declamações enfáticas, rasgos de uma graça pérfida, de par com horríveis requintes e absoluta liberdade de costumes. O seguinte trecho» de uma atualidade flagrante, é digno de memória: «Poder-se-ia sofrer semelhante ênfase se ela nos ensinasse o caminho da eloquência; mas esse estilo empolado, essa algaravia conceituosa para nada servem... O que torna os nossos estudantes néscios rematados é que nada de quanto ouvem e vêem nas escolas lhes dá exata idéia de nossa maneira de viver. Enche-se-lhes a cabeça com histórias de piratas que, emboscados em ribeiras, preparam cadeias para seus cativos; de tiranos, cujas bárbaras sentenças condenam filhos a decapitar seus próprios pais; de oráculos votando à morte três virgens ou mais, para salvar a cidade da peste. E isso num dilúvio de melfluos e bem arredondados períodos: atos e palavras todos salpicados de sésamo e dormideira. Nutridos de semelhantes sandices, como podem formar o seu gosto? Tanto quanto possa cheirar a âmbar quem ande pelas cozinhas. No que vos pese, ó retóricos, é de vós que data a decadência da oratória! Reduzindo o discurso a uma harmonia pueril, eles a converteram num corpo inanimado. Não se dedicava a mocidade a tais declarações quanto Sófocles e Eurípides levaram ao teatro uma nova linguagem. Não afogava os germes do talento nenhum pedante entre o pó das classes escolares, quando Píndaro e seus nove rivais entoavam cantos dignos de Homero. Sem falar nos poetas, não me parece que Platão e Demóstenes se houvessem dedicado a exercícios desse gênero. Semelhante a uma pudica donzela, a verdadeira eloquência dispensa os adornos, contentando-se, simples e modesta, com a própria natural beleza».

Esses sarcasmos, de que o livro está cheio, não têm, vê-se, a veemência apaixonado de Juvenal. Neste estruturado romance, há mais *inteligência* do que *sentimento*. A sátira é predominantemente intelectual em Petrônio, que, no entanto, por sua natureza, era um gozador do prazer, e isso largamente, à maneira dionisíaca, cheia da ebriez idealista requintada que D'Annunzio preconiza em *II Fuoco*. Se a necessidade de flagelar os homens do seu tempo e seus costumes

fosse nele violenta e irresistível, não estaria o seu livro marchetado, como está, de pequenas fábulas em verso, e não conteria um longo, e aliás bem feito, poema épico: «Carmen de Bello Civili». Além disso, talvez certas passagens não tivessem sido escritas tão deleitosamente como o foi a aventura de Eumolpo era Pérgamo (Caps. LXXXV, VI e VII). Serve ainda à demonstração dessas minhas asserções a graça tão eficaz com que o elegante clássico narra a anedota arqui — célebre da «Viúva de Êfeso», que, apesar de sua celebridade reproduzimos:

«Havia em Êfeso uma mulher de tal reputação de Castidade, que as mulheres dos arredores procuravam conhecer, cheias de curiosidade, tal maravilha. Ficou viúva, e, não se conformando com as ordinárias demonstrações de dor, — como caminhar de cabelo solta no cortejo fúnebre, ou arranhar o seio ante os circunstantes. — quiz ainda acompanhar o cadáver à sua última mansão, guardá-lo na cripta em que, segundo o costume grego, foi sepultado, e chorá-lo noite e dia. Tamanha era a sua aflição que nem amigos nem parentes puderam dissuadi-la do seu propósito. Queria deixar-se morrer de fome na cripta. Os próprios magistrados tiveram que retirar-se depois de uma última tentativa para convencê-la. Todos já choravam como se morta fosse a mulher que dava tão raro exemplo de fidelidade e que havia cinco «dias não tomava alimento. Uma serva fiel acompanhava-a no triste retiro, juntando as suas às lágrimas da ama, e reavivando a chama da lâmpada colocada sobre o sarcófago sempre que ela ameaçava extinguir-se. Não se falava na cidade senão nesse sublime devotamento. e os homens de todas as classes se lhe referiam como a um raríssimo exemplo de Castidade e amor conjugai. Por esse tempo aconteceu mandar a justiça crucificar alguns ladrões próximo da cripta onde a mulher chorava a sua viuvez recente. Na noite seguinte, o soldado — que guardava essas cruces a fim de evitar que roubassem os corpos para lhes dar sepultura, viu brilhar uma luz entre os túmulos e ouvir os gemidos de nossa viúva. Cedendo à curiosidade, quis inteirar-se do que haveria. Desceu ao subterrâneo. Quando viu uma mulher de tão soberana formosura deteve-se, assombrado, como se se encontrasse diante de um espectro ou de surpreendente visão. Logo, porém, o aspecto do cadáver estendido em cima de uma pedra e da mulher chorosa e tendo no rosto vincos sanguinolentos deixados pelas unhas, dissipou-lhe a ilusão e apercebeu-se de que se tratava de uma viúva inconsolável.

«Começou por levar à sepultura a sua frugal ceia, e exortou a bela aflita a que não se deixasse dominar mais tempo por uma dor inútil e por prantos estéreis.

— A morte — disse-lhe — é o termo comum de quanto existe: o túmulo é para todos o último asilo.

«Esgotou, enfim, todos os lugares comuns que se empregam para curar ns feridas da alma. Mas tais conselhos, dados por um desconhecido, irritavam ainda mais o pesar da viúva, que, no maior dos

dessesperos. arranhava os seios e arrancava os cabelos. Não se dem o soldado por vencido e insistiu no oferecimento do jantar. Enfim, a criada, seduzida sem dúvida pelo odor do vinho, não pôde resistir a tão obscuro convite e estendeu a mão para os alimentos. Depois de restaurar as forças com ligeira refeição, lutou por sua vez contra a teimosia da ama.

— De que vos servirá — disse-lhe — deixar-vos perecer à fome enterrar-vos viva, devolver à eternidade uma alma que ela ainda não-reclamou? Que serviço prestais com isso ao defunto? Voltei à vida, desfarei-vos de um preconceito muito comum em nosso sexo, desde que o podeis, gozai a luz dos céus. Êste cada vez diz-vos bem quão grato é viver. Ouvi quem vos aconselha a viver.

A pobre viúva, extenuada por tão prolongada abstinência, deixou-sé-venccr e bebeu e comeu com a mesma avidez da serva.

«É sabido que um apetite satisfeito desperta outros desejos. O soldado, encorajado pelo primeiro sucesso, empregou para triunfar da virtude da viúva, argumentos semelhantes aos aduzidos para levá-la a comer. O soldado era jovem, inteligente e de excelente parecer, o que já havia sido notado pela viúva castíssima e pudica. A criada, por gratidão, incitava-a deixar-se vencer. Enfim, para resumir: depois de se haver rendido às necessidades de estômago, cedeu também às do coração. Estiveram juntos não somente nessa noite, que foi a das suas núpcias improvisadas, mas ainda nas duas seguintes. Todavia, tiveram o cuidado de fechar a porta do túmulo, para que parentes ou amigos que viessem a passar por ali julgassem a viúva morta de dor sobre o corpo do esposo. O soldado, encantado pela beleza da amante e pelo mistério dos seus amores, comprava de dia tudo do melhor que seus recursos permitiam, e logo que se fazia noite transportava tais compras ao monumento funerário. Entretanto os pais de um dos ladrões, não] o vendo mais vigiado, roubaram-lhe o corpo durante a noite e o sepultaram. Imagine-se o terror do pobre soldado, que apenas pensava no prazer, quando viu vazia uma das cruzes. Espavorido pelo suplício que o esperava correu à viúva e comunicou-lhe o ocorrido.

— «Não esperarei que me condenem, e meu gládio, antecipando a sentença do juiz, punira tal negligência. A única cousa que te peço é que me concedas asilo neste túmulo. Coloca teu amante ao lado do teu esposo, — disse ele.»

«A mulher, tão compassiva quanto casta respondeu:

— Não me permitam os deuses ter de chorar tua morte após a sua. É preferível crucificar o morto a deixar morrer o vivo.

«Em seguida a estas belas palavras exigiu que se tirasse o corpo do marido do esquife e se o prendesse à cruz vazia. Apressou-se o soldado em obedecer às indicações da prudentíssima e virtuosa mulher. No dia seguinte o povo admirava o prodígio de haver um morto voltado espontaneamente à cruz.*

O "SATYRICON"

O *humour* transfundido nesta fábula é evidência o cunho original da sátira de Petrônio. Por ela se vê: essa sátira não é produto de uma austeridade indignada, e sim dos atributos morais relativamente cômodos que Tácito empresta ao seu autor: «Consagrava o dia ao sono e a noite aos deveres e prazeres. Era um cortesão apto tanto para a volúpia quanto para os negócios. Se outros adquirem renome pelo trabalho, ele, entretanto, o adquiriu pela languidez e elegância. Não tinha reputação de debochado, mas de sabido em prazeres. O descuido e abandono que transpareciam em suas ações e palavras, davam-lhe um ar de simplicidade de que elas tiravam uma graça nova. Entretanto, feito procônsul na Bythinia e em seguida cônsul, deu provas de vigor e capacidade. Depois, voltando aos vícios ou à sua simulação calculada, foi admitido na corte como favorito predileto. Tornou-se ali o árbitro do bom gosto e nada se decidia sem seu sufrágio». (*Anais-Liber XVI*). Este rápido perfil tem sua completação na descrição, que o próprio Tácito nos proporciona, das circunstâncias do seu fim. Ameaçado de morte sob o pretexto de ter tomado parte na conspiração de Pisão, «abriu as veias, depois cerrou-as, tornando logo a abri-las, falando aos amigos e escutando-os. Mas nos assuntos escolhidos para a palestra nada de sério e nenhuma ostentação de coragem, nenhuma reflexão sobre a imortalidade da alma e nem máximas filosóficas. Não queria ouvir senão versos leves e fáceis. Recompensou alguns escravos e castigou outros. Foi mesmo além: adormeceu, para que a morte parecesse natural. Não procurou, como fazia a maior parte das vítimas do tirano, elogiar e adular em testamento Nero, Tigelino ou qualquer outro poderoso. Ao contrário, com os nomes de jovens impudicos e de mulheres perdidas, traçou a narrativa dos deboches de Nero e seus monstruosos refinamentos, enviando-lhe fechado esse escrito. Depois do que, quebrou o anel sinete, a fim de evitar que dele se servissem para fazer vítimas» (*Anais — loco cit.*).

Tal homem não poderia, em tempos normais e favoráveis, fazer sátira amarga. Admito que a epístola escrita *in extremis* a Nero fosse terrível e que se aproximasse daquela, graciosíssima, que lhe atribui Sienkiewicz no *Quo Vadis*. A emergência que ditara essa carta fora excepcional. Somente raciocinando desta maneira é possível compreender com a necessária justeza o caráter da sátira que o *Satyricon* representa.

Não procuro fazer a exegese da obra de Petrônio. A crítica das obras da antigüidade clássica não pode e nem deve ser feita pelos que, como nós brasileiros, se encontram afastados das fontes da erudição nesse sentido, e também devido à inexistência entre nós de cursos regulares de literatura. Como bem diz NESTOR VÍTOR, nosso grande ensaísta literário, toda erudição entre nós é forçosamente de segunda mão, bebida através de pesquisas nos documentos originais feitas pelos letrados europeus. E pois, não se deve ver no *Satyricon* uma simples caricatura diretamente traçada à vista dum dado modelo. É possível que algumas de suas personagens tenham sido apanhadas do natural. Nem mesmo é

verossímil que o livro seja uma sátira a Nero, como têm suposto quase todos os seus críticos. Estamos, neste ponto, acordes com JOSÉ VERÍSSIMO. Diz ele na breve notícia anteposta à edição Garnier da tradução francesa de Hêguin de Guerle: «Mas parece inútil tentativa procurar a chave deste romance picaresco. Muitos viram nele um ataque formal a Nero, na figura de Trimalcião. Ninguém o admite mais... Como quer que seja, a opinião geralmente aceita é que o romance é uma imagem exagerada ou piorada, segundo o costume dos satíricos, da época de Nero ou das mais próximas, se pode ser piorada a feição geral de tais tempos» (Homens e Coisas *Estrangeiras* — 3ª série). O ilustre crítico tem razão: de qualquer modo como se o encare relativamente ao seu objetivo, o *Satyricon* é uma das representações mais vivas, coloridas e salientes que possuímos, da decadência romana.

Certas das circunstâncias morais dessa fase da história da humanidade são a tal ponto análogas às dos nossos tempos, que o quadro encerrado no *Satyricon* nos atrai irresistivelmente a atenção. Essa patente analogia leva-nos a investigar em nossa sociedade os fenômenos de ordem moral que sejam caracteristicamente *sinais dos tempos*, na expressão bíblica. Senão, analisemos ligeiramente os aspectos morais e espirituais da época da composição do romance de Petrónio. A sociedade romana vinha da Roma austera, frugal dos primeiros reis e da República. A «lei das doze tábuas» conservava o povo submisso a uma disciplina social pura e severa. Todo cidadão era em seu lar o sumo sacerdote, o patriarca. A matrona tinha o seu mais alto símbolo nas figuras enormes de Lucrecia e de Cornélia, a mãe dos Gracos. Os homens votavam culto íntimo a Numa Pompílio, o rei-sábio, a Servio Túlio, o rei-povo, e a Catão, a virtude inflexível e abusiva. Aconteceu, porém, Roma assenhorear-se da Grécia. Esta, dominada politicamente, insinuou-se aos poucos na vida artística e mesmo na familiar da sua vencedora. Começou por dominar a intelectualidade. Sutil, refinado, já decadente, o pensamento grego passou para os romanos, ávidos dos vãos a que se recusavam seus espíritos observadores e práticos, e, com essas asas de empréstimo, a literatura latina atirou-se a todas as ousadias. Desde logo os requintes de que estava repleta a arte vrega penetraram também na mentalidade romana, com eles transiundindo-se certo ânimo de extremada complacência, que foi muito favorável à implantação, até então impossível, de todos os desregramentos. Daí os costumes ressentirem-se de desvios gravíssimos e mesmo de totais alheia mentos do senso moral. O amor chamado pela posteridade grego ou Socrático, nascido, na Hellade, do absolutismo do sentimento euntmíco, segundo Taine, foi uma das maiores características amorais introduzidas pelos gregos. Outrossim, tendo os romanos por desprezível mister o exercício do comércio, tal prática era monopolizada pelos escravos, libertos e estrangeiros. Estes últimos, mesmo humilhados, equiparados, quase, aos escravos, e obrigados a se fazerem proteger e representar por um cidadão romano, estabeleciam-se em Roma, seguros de auferirem fabulosos ganhos. Dava-se que quase todos eram asiáticos

ou levantinos, e, como tais, profundamente sensuais. Muitos eram adestrados e sapientes na arte de afagar e transcender a animalidade. Por seu lado, o exército romano, logo que o imperialismo se fez base da política externa de Roma, penetrou nas longínquas regiões bárbaras do Oriente, e de lá trouxe quanto lhe transmitiram os hábeis mestres do amor oriental, Com a convergência desses elementos vários, Roma inclinou-se nos descomedimentos. O pensamento continuou intenso, sem fugir, entretanto, às máculas da sociedade de que era expressão e intérprete. Houve ainda caracteres impolutos. Entre poucos: Marco-Aurélio, esse *semideus*. no dizer de NESTOR VÍTOR. A arte teve vãos largos com Lucrédo, com Virgílio, com Horácio, com Lucano. Poderosa plêiade a dos juristas máximos: Papiniano. Ulpiano; mestres pensadores: Séneca, Plínio, o Moço, Cícero; historiadores: César e principalmente Tácito, e Tito Lívio, e Suetônio...

Esse brilho intelectual apenas confirma a observação de G. Le Bon, de que o apogeu mental não acarreta necessariamente a coexistência de um nível moral idêntica mente elevado (*Lois psychologiques ao Vévolution des peuples*). Enquanto o espírito se mantinha, assim, cintilante, a ética sofria abalos sucessivos. Os ânimos traços, os meros instintivos, os anormais deram largas ao impudor. A opinião pública bem cedo deixou de reagir. A mulher, o mais firme fator da tradição e seu guardião mais abnegado e sincero, cedeu afinal às injunções do ambiente turbado (Bagneux de Villeneuve). E o desbragamento foi completo. Não existia freio capaz de conter tal desvairamento. A religião morria. A família era um único grande incesto. A vida social toda tornava-se inconsciente. Apenas o receio do ridículo influiria nos espíritos de fino gosto, contendo-os. O delírio animal proclamava alto um retrocesso ou um fim. Eram tais e tão normais a corrupção e a inversão dos instintos que pareciam constituir realmente *sinais dos tempos*. Como Roma era a metrópole do mundo conhecido, como toda a força e todo o pensamento do orbe pareciam nela residirem, acreditar-se-ia que a sua queda importaria na do universo.

Entretanto, às baixas camadas do povo romano chegava lentamente uma seiva nova e redentora. Começava a aparecer no horizonte espiritual dos tristes e dos oprimidos, dos que custeavam com seu corpo e com seu mourejar as orgias e a lascívia dos patrícios, como um halo deslumbrante, radiando em torno do orbe. prenunciando os novos tempos e a libertação da alma humana. Enquanto se enfarava na saciedade. Roma mal pressentia a revolução espiritual que se operava em seu seio. Resumindo seus goros intelectuais num oco refinamento, o romano desinteressava-se da verdadeira grande arte. Fatigava-o a moral que lhe vedava fáceis volúplns, então necessárias devido ao inveteramento dos hábitos.

O *Satyricon* regista casos em que aparecem espécimes humanos semelhantes a Inúmeros dentre os com que quotidianamente nos acotovelamos. Análogas às desse romance, muitas cenas passam se em nossos dias, A significação desse romance será, como vimos vendo, a de que contém muito do caráter degenerativo das sociedades, e, parti-

cularmente. da nossa também. Hoje há inumeráveis Gitons, Ascylos, Eumolpos e Encolpos, mais Trimalciões, do que se possa presumir, Naquela livre ronda da sensualidade, o ideal limitava-se às paixões em paroxismo egoístico. A ânsia de gozo compelia os homens para a obsessão da fruição imediata.

Pascal dá-nos, em cunho límpido de medalha, esta das suas *Pensées*: Sans Jésus-Christ le monde ne subsisterait pas, car il faudrait ou qu'il fût détruit ou qu'il fût comme un enfer.>

Sob aquele torvelinho sombrio caldeava-se o espírito heróico do idealismo cristão. Quando os anfiteatros receberam os novos místicos, muitos de Roma terão tido ingênuo espanto ante o deslumbramento que os Mártires traziam nos olhos. Estes mostravam luzeiros inesperados e fontes frescas.

Apesar de todo o trágico e o pânico destes dias que vivemos, por que Maeterlinck. testemunha heróica do esmagamento da sua Bélgica, terá podido escrever esta advertência? — «Não esqueçamos que vivemos em dias fecundos e decisivos, fi provável que os nossos pósteros nos invejem a aurora que estamos atravessando sem nela atentarmos.» («Les Rameaux d'Olivier», em *Le Double Jardin*).

O Espelho e a Lâmpada

(Uma Introdução a Machado de Assis)

RÀYMUNDO FAORO

- 1 — A mimese: problema de teoria da literatura e de sociologia.
- 2 — Um realista contra o realismo.
- 3 — Um moralista analisa a história e a sociedade. Estilização da sociedade.

1

Não se cuida de explicar a obra de Machado de Assis como decorrente de fatores sociais. Seria voltar a um caminho exaustivamente percorrido, caminho cheio de interrogações e dúvidas, velho de um século. Trata-se de outro problema, alheio ao «acesso extrínseco ao estudo da literatura» (1), que reduziria a criação artística ao ordenamento de condições sociais, econômicas ou políticas do escritor. Para a valoração estética da obra pouco importa se ela traduz fielmente o tempo histórico, se ela se limita a mostrar a classe social do escritor ou se este «traiu» seu estrato político. O que importa, na fronteira entre sociologia e literatura, com a exploração de métodos de um e outro campo, é a verdade do mundo que o escritor pressupõe ou descreve. Estudo de conteúdo literário» em suma: a boa ou má representação da realidade por meio da obra de arte. É a questão da mimese, suscitada por Platão no X Livro da República, objeto dos estudos de Erich Auerbach (2) e de Abrams, responsável, o último, pelo título (3).

A teoria da investigação histórica não afasta a obra de arte da categoria de fonte. Preocupa-a, todavia, o controle da carga subjetiva, que a deformaria arbitrariamente ou lhe daria tonalidade sem compromisso com a realidade. (4) Sem tais cautelas, na crítica hegeliana e

(1) RENE WELLEK E AUSTIN WARREN — *Teoria Literária* — 4ª ed. Madri, 1966 — pág. 88.

(2) MIMKSIS — Paris. 1968 — pág. 549.

(3) M.H. ABRAMS — *El Espejo y la Limpata* — B. Aires. s/a.

(4) José HONÓRIO RODRIGUES - *Teoria da História do Brasil* - 1ª ed.. Págs. 131 o 240,

de Taine identifica-se o valor artístico de uma obra com sua «verdade social», «efeito e causa do valor artístico». A literatura seria a essência da história e não seu reflexo: tanto melhor a obra quanto mais profundamente expressa a realidade. (5) Ao historiador ou ao sociólogo com sua timidez de medir, fato a fato, as condições sociais, se oporia o místico, empolgado por uma teoria global da arte e da sociedade. O critério de verdade se deslocaria do confronto entre a representação artística e o mundo acontecimento, pesado com o auxílio de outras balanças ou fontes, para a intuição estética, indefinível, misteriosa.

Aí está toda a dificuldade: no critério de apreciação da realidade. Há o critério místico, há o critério do escrupuloso historiador ou do cauteloso sociólogo. Entre a realidade e sua representação se interpõe o processo de criação artística, que não é mera imitação, mesmo porque a imitação nem sempre é possível. Dentro do espelho que reflete há a lâmpada, que constrói, altera, ordena e deforma. É o que, modestamente, o historiador e o sociólogo chamam de fator subjetivo. Mesmo no campo da sociologia, com tintas menos rubras, há os racionalistas apegados aos dados objetivos, e há os intuicionistas que vêem no conhecimento da realidade da obra de arte a expressão pura dos fatos, sem distorções sistematizadoras. «The problem — escreve Florian Znaniecki — (6) of the validity of literature as source of sociological information has been raised and discussed only quite recently by sociologists. There is a marked conflict between two points of view: that of the radical rationalist who would like to make sociology independent of any data which are tainted with «subjectivism» and cannot be made absolutely impersonal; and that of the intuitionist who stands for the theoretic importance of a «direct» knowledge of reality, treats rationalization as worthless abstract schematism, and considers a glimpse of genius as worth more than all the careful plodding of pedants.»

A pedra de toque do aproveitamento da literatura para a reconstrução teórica da sociedade seria a objetividade. O romance, o teatro dariam a imagem subjetiva da realidade, de mistura com o arbítrio da apreciação individual. A descrição do fato social, por subjetivo, valeria para o romancista, mas seria diferente sob o ponto de vista do historiador. Os dados colhidos pelo sociólogo, depurados e sistematizados, estariam livres dessa mácula. Daí se seguiria que a prova literária teria caráter auxiliar. O dado literário seria provisional; hipótese, às vezes de grande mérito ou pioneira, sujeita a correções e confrontos com outras fontes, «Consequently — nota o citado Znaniecki — literary evidence can be *utilized* only as auxiliary evidence, but *in* this character it may indeed be useful. The scientist has no right *to* accept the artist's presentation as an inductive basis for any generalization in the same way as cases observed by himself or by another scientist, but he may use this presentation as a help in his own induction. The fact *in* that In the

(5) *in* Rene WELLEK e AUSTIN WARREN — obra cit. - pág. 114.

(6) *The Method of Sociology* — N. York. 1934 pág. 194

O ESPELHO E A LÂMPADA

social field the artist, particularly the dramatist and the novelist, has often played the part of a pioneer who opens up new domains for observation. The sociologist who follows him may find his trail uncertain, irregular, dangerous, and have to substitute a straighter, broader and safer road instead; nevertheless, the earlier landmarks may be of the greatest service for provisional orientation. Many a sociological problem has already been, and many more will yet be suggested by works of art, for the literary genius often sees first the importance of facts neglected and ignored by the theorist pursuing his doctrine.» (7)

Não há dúvida que Znaniecki representa bem a visão dos sociólogos diante do problema. Pressupõe a sociologia, na sua versão habitual e mais constante, a veracidade do fato, medida de acordo com leis, que formariam um sistema. Traduz uma orientação própria às ciências naturais, positivista nos fundamentos e no contexto. Esquece o que há de mais importante nas ciências sociais: a relevância cultural do dado. A significação de um fenômeno cultural não se deriva de leis nem de fatos quantitativamente medidos, mas depende de valores. A hipótese é a lei, e tem valor como hipótese, e não como resultado. O objeto da investigação está pré-determinado pela sua significação diante de um valor, transformando-o em objeto cultural. Em lugar de leis, as configurações culturais podem se fixar em padrões menos rígidos, de conteúdo diverso, os tipos ideais. Pôde, dentro de tal orientação, afirmar Max Weber que o conhecimento da cultura submete-se a específicos pontos de vista, ditados pela conexão entre a realidade e o valor. (8) Certo, há a conexão de valores, de que ora se trata, e o julgamento de valor, que diz se uma coisa é boa ou má. A objetividade, afastada de sua oposição ao subjetivismo, diz respeito à primeira, banindo o julgamento de valor, vinculado à apreciação, esta sim subjetiva, acerca da impressão sobre uma coisa. A cultura está submersa numa realidade infinita de fatos; num dia, ocorrem mil coisas, desde um acidente de trabalho sem conseqüência até a morte de César. A história gravou, entretanto, a última, orientada por valores, sem que se permita dizer se o ato é criminoso ou patriótico, hipótese, esta, de julgamento de valor. Esta escolha, a seleção de um fato entre fatos sem número, define o valor cultural relevante. Ora, esta tarefa, tantas vezes desdenhada da sociologia de escola ou da historiografia oficial, adquire maior vivacidade na obra do romancista ou do escultor. Uma obra de arte, imersa numa realidade, trai sempre, com maior ou menor fidelidade, sem expressar seu valor estético (ao contrário de Hegel e Taine), certos valores, que são relevantes para o destino dos personagens. Aqui, e somente aqui, há diferença entre o historiador e o romancista, diferença de ponto de vista, de acento sobre os fatos: enquanto o historiador se situa no contexto de um campo de pessoas reais, o romancista preocupa-se com suas criações idéias. Nem sempre

(7) PLOMAN ZNANUCKI — obra cit. — págs. 196 e 197.

(8) MAX WIEBER — *Methodologisch Schriftcn* — Frankfurt am Main. 1968 - Pág. 54.

há a coincidência entre a verdade de um e a verdade de outro, qual é preciso internamente avaliar, para reconstruir idealmente a sociedade. Avaliação e não confronto, sem a predominância de quaisquer dos critérios, que versam sobre destinos diferentes. Trata-se de fixar a melhor ou a mais compreensiva das apreciações, sob a luz de valores que, note-se, variam com o tempo e as idades. O resultado há de ser um só: a visão de uma cultura ou de um momento cultural. A afirmação importa na renúncia a uma objetividade válida para todos, sem que isso, ao traduzir subjetivismo, configure arbítrio. Há retratos diversos do mesmo destino, sem que o homem deixe de ser o mesmo. Jacob Burckhardt pôde escrever, em sua monumental obra acerca do Renascimento, obra que utiliza largamente o depoimento da literatura e das demais artes: «No vasto mar, no qual nos lançamos, são muitas as direções e os caminhos, e facilmente os estudos, sobre os quais se baseou este trabalho, nas mãos de outro, poderiam ser elaborados e tratados de modo diferente, dando lugar a conclusões diversas.» (9) É o risco inevitável de quem abandona o artificialismo das convenções históricas, em proveito da vida limpa de preconceitos, culturalmente iluminada. A lâmpada, deformadora da imagem no espelho, arde também na história e na sociologia. Negá-la equivaleria a esconder certos pressupostos das ciências sociais, sem anulá-los. Seria esforço inútil de escamoteamento, arte mágica que esfalfou os positivistas e os naturalistas do século passado.

Ao reconhecer a conexão de valores na realidade, deve-se reconhecer que a lâmpada brilha com outra intensidade na obra de arte. Há distorções próprias da literatura, que, reduzidas à simplicidade das linhas, carreará o material ao historiador e ao sociólogo. A literatura deforma a realidade, não raro intencionalmente. Atrás da imagem quebrada, recolhendo as peças conexas, estará a realidade, tal como vista pelo escritor. De duas maneiras, a realidade sofre um processo de transmutação na obra de arte: pelo lado do estilo, que seleciona o material, banindo e realçando certas particularidades do mundo e da vida social, e na própria realidade apresentada, tratada artisticamente para despertar a visão perdida no hábito, no automatismo e no embotamento da coisa repetidamente vista.

A separação dos estilos, dominante até o aparecimento dos grandes realistas do século XIX, Stendhal, Balzac, Flaubert e Tolstoi, mas que deixou sulcos na arte contemporânea, impedia que os motivos comuns aparecessem junto dos assuntos nobres e elevados. «Tout ce qui est vulgairement réaliste. le quotidien tout entier, ne supporte qu'une représentation comique; on n'en doit pas approfondir les problèmes virtuels. Un tel prince fixe d'étroites limites au réalisme, et on peut dire, en prenant le mot réalisme en un sens plus strict, qu'il ôtait à la littérature toute possibilité de prendre au sérieux le métier [et les *ttât* de la vie quotidienne — commerçants, artisans, paysans,

(9) *Die Kultur der Renaissance in Italien* — Berlin, 1928 — pág. 1.

esclaves —, le décor de la vie quotidienne — maison, atelier, boutique champ —, les circonstances de la vie quotidienne, — mariage, naissance d'un enfant, travail, nourriture —, bref toute possibilité de prendre au sérieux le peuple et la vie du peuple.> (10) Talvez, escondida sob uma técnica literária, se apresente, na separação dos estilos, o preconceito de classe ou de estamento. As camadas superiores da sociedade não vêem as categorias dominadas, que não desempenham papel saliente nas decisões políticas. É a tese sustentada por Lukács, não sem certo unilateralismo e com muito dogmatismo. (11) O fato é que a realidade se apresentava mutilada, reconstruída sobre fragmentos iluminados, com desprezo de amplos setores da sociedade. O artesão, o comerciante, o empregado, com seus destinos medíocres, nada tinham a fazer na companhia de príncipes e duques, ou de pessoas sem fortuna, mas aureoladas por uma causa convencionalmente elevada.

As coisas e as situações vistas todos os dias perdem o poder de se destacar na percepção. A mais bela paisagem do mundo, a baía de Guanabara, tantas vezes estilizada na literatura, para quem diariamente a tem sob os olhos, acaba por desaparecer, sucumbindo no hábito. As coisas e as situações submergem na automatização do hábito, perdem suas cores, adquirem a tonalidade cinzenta do quotidiano. Para reanimar a percepção embotada, para reavivar a sensação do objeto como visão e não como reconhecimento, (12) a arte cuida de singularizar o objeto, exagerando-lhe o relevo ou deformando-lhe a aparência. A duração da percepção há de ser prolongada, por meio da singularização ou estranheza do objeto, ou por via de um refinamento ou barbarização da forma. Em qualquer uma das circunstâncias, a realidade se apresenta deformada, na sua representação, em processo de infidelidade provocada. Compraz-se o escritor em descrever um segmento do mundo como se o visse pela primeira vez, como se o estivesse descobrindo aos seus próprios olhos. Acentua detalhes ou traços aparentemente insignificantes, esquece aspectos tidos como essenciais, evocando, com aparência ingênua ou rebuscada, o trivial acontecimento sob a côr rubra da novidade.

Há, na percepção artística do mundo, na separação dos estilos e na intencional singularização do objeto, uma conexão de valores, cuidadosamente selecionada sob certa perspectiva. A perspectiva é a estética, destinada a provocar a emoção que a arte é capaz de dar. Dentro dela há a referência a alguma coisa que se comunica, suscetível de provocar a atenção do leitor ou do espectador, de lhe determinar a consciência de que a representação é verdadeira, como expansão da realidade. Acontece que a arte se produz dentro da história e só por ela se dirige de homem a homem. O valor de representação é

(10) ERICH AUBRECHT — obra cit. pág. 42.

(11) G. LUKÁCS — *Balzac et le Réalisme Français* — Paris, 1967 — pág. 14.

(12) VIKTOR SKLIOWSKI — *Theorie der Prosa* — Frankfurt am Main, 1966 — pág. 14.

assim, comum ao historiador e ao escritor, e, por meio dele, se percebe o momento do mundo. O historiador não aprecia esteticamente mundo, não faz julgamento de valor, mas pode apropriar-se do contexto cultural que o escritor ou o poeta sentiram e expressaram. Com base no *Roman de la Rose* pôde Huizinga reconstruir a forma do amor na idade média em declínio, sem contar o imenso material literário de que se serviu para estruturar sua obra. (13) As naturalistas, que elaboram os fatos sob a neutralidade das leis, cegos para os valores, se opõem os historiadores para os quais a história não é outra coisa senão a trajetória do destino humano no mundo.

«O autor dirá que não podia alterar a realidade dos fatos; mas esta resposta é de poeta, é de artista? Se a missão do romancista fosse copiar os fatos, tais quais eles se dão na vida, a arte era uma coisa inútil; a memória substituiria a imaginação; o *Culto* do Dever deitaria abaixo Corínia, Adolfo, Manon Lescaut. O poeta daria a demissão, e o cronista tomaria a direção do Parnaso. Demais, o autor podia, sem alterar os fatos, fazer obra de artista, criar em vez de repetir; ... (III. 856) (14)

As coordenadas de uma obra de arte estão traçadas conscientemente, na concepção estética de Machado de Assis. Nem cópia nem alteração dos fatos; entre a cópia e a deformação se interpõe a criação. Há alguma coisa de misterioso e místico no relevo dado à criação artística, que pode desviar o fato do puro reflexo sem alterá-lo. O mistério é inseparável da obra de arte, da sua magia e originalidade. Mas, nem por isso é ele incompreensível, embora não se possa reduzir a conceitos, na clássica fórmula de Kant. (15) A realidade se apreende fielmente, sem copismo, sem servilismo a uma enganadora objetividade, sem o preconceito da neutralidade. O fato está em conexão com o mundo exterior, mas sofre a reformulação estética, para que valha como arte, sem desdém à sua existência histórica. É a perspectiva dos grandes realistas do século XIX.

(13) J. HUIZINGA — *The Waning of the Middle Ages* — N. York, 1954 — págs. 115 e segs. Também: G.M. TREVELYAN — *English Social History* — Londres, 1950 — "All who crave to know what their ancestors were like, will find an inexhaustible fount of joy and instruction in literature, to which time has added an historical interest not dreamt of by the authors." (219) No Brasil, com êxito, utilizaram a literatura na apreciação do momento histórico: GILBERTO FREYRE — *Casa Grande e Senzala* — Rio, 1946 — págs. 42, 43 e 609; PEDRO CALMON — *História Social do Brasil* — São Paulo, 1940 — 2º tomo — págs. 217 e 218; CARLOS DANTE DE MORAIS — *Figuras e Ciclos da História Rio-Grandense* — Porto Alegre, 1959 — pág. 137.

(14) As transcrições de Machado de Assis são da edição da *Obra Completa* — Editora José Aguilar Ltda., 1959. O número romano indica o volume e o arábico a página.

(15) I. KANT — *Die Drei Kritiken* — Alfred Kröner Verlag — Stuttgart — 1964 — pág. 289.

Realista, Machado de Assis não amava o realismo escola, como o representavam as obras de Zola e Eça de Queirós. «Voltamos os olhos para a realidade, mas excluíamos o Realismo, assim não sacrificaremos a verdade estética.» (III, 922) A principal objeção contra o realismo é que dizia demais, penetrando a realidade de modo excessivamente amplo e superficial, sem guardar-lhe as linhas essenciais, lógica e coerentemente. Contra os «estafados retratos do Romantismo decadente» (IH, 922), sem repelir o Romantismo, do qual se conserva enamorado (III, 589, 849), confessa-se um híbrido em arte. «As minhas opiniões sobre o teatro são ecléticas em absoluto. Não subscrevo, em sua totalidade, as máximas da escola realista, nem aceito, em toda a sua plenitude, a escola das abstrações românticas.» (III, 849). Aborrecia, na verdade, não o romantismo, mas o ultra-romantismo, substituído o último, pelo ultra-realismo. Os dois «ultras» pareciam-lhe detestáveis, deformadores da realidade. Muita «mercadoria deteriorada» incorporou a literatura nacional, embelezada pelo falso manto do romantismo. Era o ultra-romantismo: «Todos sabem que a bandeira do Romantismo cobriu muita mercadoria deteriorada; a idéia da reforma foi levada até aos últimos limites, foi mesmo além deles, e daí nasceu essa coisa híbrida que ainda hoje se escreve, e que, por falta de mais decente designação, chama-se Ultra-romantismo. A cena brasileira, à exceção de algumas peças excelentes, apresentou aos olhos do público uma larga série de obras monstruosas, criações informes, sem nexo, sem arte, sem gosto, nuvens negras que escureceram desde logo a aurora da revolução romântica. Quanto mais o público as aplaudia, mais requintava a inventiva dos poetas; até que a arte, já trucidada pelos maus imitadores, foi empolgada por especuladores excelentes, que fizeram da extravagância dramática um meio de existência.» (III, 873) Admirava, sem preconceito de escola, as obras de José de Alencar. Herculano e Garret (III, 918), recomendando-as como sadios modelos a serem imitados. Suas sátiras não alvejam o romantismo, mas o ultra-romantismo. Em «A Chinela Turca», a peça do major Lopo Alves tecia-se de extravagante urdidura que o romantismo degenerado produziu: «Havia logo no primeiro quadro, espécie de prólogo, uma criança roubada à família, um envenenamento, dois embuçados, a ponta de um punhal e quantidade de adjetivos não menos afiados que o punhal. No segundo quadro dava-se conta da morte de um dos embuçados, que devia ressuscitar no terceiro, para ser preso no quinto, e matar o tirano do sétimo. Além da morte aparente do embuçado, havia no segundo quadro o rapto da menina, já então moça de dezessete anos, um monólogo que parecia durar igual prazo, e o roubo de um testamento.» (II, 296) O autor dos «Goivos e Camélias» (em «Aurora sem Dia») é da mesma escola. «Luiz Tinoco confessava singelamente no mundo que fora invadido do cepticismo byroniano, que tragara até às fezes a taça do infortúnio, e que para ele a vida tinha escrita na porta a inscrição dantesca. ... Uma vez, agastando-se com a sua amada, — pessoa que ainda não existia. — aconteceu-lhe dizer que o clima fluminense podia produzir monstros da mesma espécie, do mesmo

modo que o sol italiano dourava os cabelos da menina Aspásia.» (II, 220) O estilo desganhado não era particular ao teatro e à poesia. Introduziu-se no debate político, com as mesmas frases grandes, ornado de troços e adjetivos, estilo inchado e ra malhudo. O período final da estréia de Luís Tinoco rezava assim:

«Releve o poder — hipócrita e sanhudo, — que eu lhe diga muito humildemente que não temo o desprezo nem o martírio. Moisés conduzindo os hebreus à terra da promessa, não teve a fortuna de entrar nela: é o símbolo do escritor que leva os homens à regeneração moral e política, sem lhe transpor as portas de ouro. Que poderia eu temer? Prometeu atado ao Cáucaço, Sócrates bebendo a cicuta, Cristo expirando na cruz. Savonarola indo ao suplício, John Brown esperneando na forca, são os grandes apóstolos da luz, o exemplo e o conforto dos que amam a verdade, o remorso dos tiranos, e o terremoto do despotismo.» (II, 227)

A deformação ultra-romântica não se confunde com o romantismo. Seria possível, e até necessariamente compatível com a escola, a reprodução artística da realidade. Não era o romantismo incoerente com a realidade. Era-o, porém, o ultra-romantismo, como o realismo de escola, que nomeia também de ultra-realismo. (III, 873) O romantismo permaneceu na sua carne, como alguma coisa de eterno: «É desenganar. Gente que mamou o leite romântico, pode meter o dente no rosbife naturalista; mas em lhe cheirando a teta gótica e oriental, deixa o melhor pedaço de carne para correr à bebida da infância.» (III, 589) Impedia-lhe o resvalo no ultra-romantismo o senso de observação, a reprodução sem copismo do mundo. Graças a esse tempero, o romantismo co-existiria com o realismo, sem cair nos *ultras*. dentro das fronteiras de um Stendhal, Balzac, Herculano, Garret e José de Alencar, santos de sua devoção. Ama os observadores «de pulso» (III, 688), como Coelho Neto, no qual vê o romancista casado com o historiador, «no sentido de contar a vida das almas e dos costumes.» (III, 688) «Possui (Coelho Neto) o senso da vida exterior. Dá-nos a floresta, com os seus rumores e silêncios, com os seus bichos e rios, e pinta-nos um caboclo que, por menos que os olhos estejam acostumados a ele, reconhecerão que é um caboclo.» (III, 779) Orgulhoso da literatura nacional, na qual não esquece a imaturidade, reconhece-lhe a capacidade de transmitir a vida brasileira. «Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro.» (III, 815) ... «Não faltam aos nossos romancistas qualidades de observação e de análise, e um estrangeiro não familiar com os nossos costumes achará muita página instrutiva.» (III, 818)

Se o romantismo se coaduna com os dotes de observação de seus escritores, e se essa é a qualidade que os impede de esquecer ou fraudar a realidade, tudo levaria Machado de Assis ao realismo. A

observação, aos seus olhos, seria superficial e precipitada. Realidade tem poucas afinidades com realismo. O grande risco a que se expõe a escola realista é o copismo, gênero de atividade aquém da literatura, «Se fora (Eça de Queirós) simples copista, o dever da crítica era deixá-lo, sem defesa, nas mãos do entusiasmo cego, que acabaria por matá-lo.» (III, 913) Malgrado seu talento, sua capacidade de idealização (restos românticos?), Eça de Queirós estaria tiranizado pela escola. «Era realismo implacável, conseqüente, lógico, levado à puerilidade e à obscuridade. Víamos aparecer na nossa língua um realista sem rebuço, sem atenuação, sem melindres, resoluto a vibrar o co-martelo no mármore da outra escola, que aos olhos do Sr. Eça de Queirós parecia uma simples ruína, uma tradição acabada. Não se conhecia no nosso idioma aquela reprodução fotográfica e servil das coisas mínimas e ignóbeis. Pela primeira vez, aparecia um livro em que o escuro e o digamos o próprio termo, pois tratamos de repelir a doutrina, não o talento, e menos o homem — em que o escuro e o torpe eram tratados com um carinho minucioso e relacionados com uma exação de inventário. ... Pois que havia de fazer a maioria, senão admirar a fidelidade de um autor, que não esquece nada, e não oculta nada? Porque a nova poética é isto, e só chegará à perfeição no dia em que nos disser o número exato dos fios de que se compõe um lenço de cambraia ou um esfregão de cozinha.» (III, 914) O número dos fios de um esfregão de cozinha estaria fora da literatura. A fotografia estaria em lugar do quadro; a memória substituiria a imaginação. A escola preocupar-se-ia em excesso com o espelho, desdenhando a lâmpada.

Não se pode negar que a reprodução da realidade, para quem não alheia da arte a observação, dá-se, na escola realista, com melhor perfeição do que no romantismo. O romantismo, à custa de imaginação e fantasia, transformaria um lenço num símbolo. Para o realismo lenço é lenço, ou no combate que lhe move Machado, o lenço é uma reunião de fios. As duas coisas estariam erradas, não corresponderiam à realidade. Ao reduzir o lenço aos fios, o principal cede ao acessório: no campo da ação, o incidente ocupa o primeiro plano. (III, 920) O escritor limitar-se-ia a copiar os fatos, sem selecioná-los, coordená-los à própria visão. Escandaliza-o — força é reconhecê-lo — o amor ao detalhe lascivo do romancista, sua queda para o obscuro. Lança-lhe, no seu próprio campo, a eiva de contraditório: preocupado com a realidade, não viu toda a realidade. «Há atos íntimos e ínfimos, vícios ocultos, secreções sociais que não podem ser preteridas nessa exposição de todas as coisas. Se são naturais para que escondê-las?» (III, 923) A realidade fotograficamente exposta, além de incoerente, além de desconexa, leva apenas ao caos, e na artificial reconstrução, sem lógica interno, que é a verdade da arte. Com essa verdade não supõe o romantismo incompatível, como incompatível com ela seria o realismo.

Ao apanhar Eça de Queirós em contradição — quer dizer tudo, mas esconde alguma coisa — não responde Machado de Assis a si próprio.

Por que não dizer alguma coisa, se esta coisa existe ? Limita-se a inverter os termos do raciocínio, fígado numa dificuldade insolúvel. «Um dos meus contentores louva o livro do Sr. Eça de Queirós, por dizer a verdade, e atribui a algum hipócrita a máxima de que nem todas as verdades se dizem. Vejo que confunde a arte com a moral; vejo mais que se combate a si próprio. Se todas as verdades se dizem, por que excluir algumas ?» (III, 922)

Sim, por que excluir algumas verdades ? Certo. Eça exclui muitas mas Machado quer ignorar ainda maior número. Esconde-se a verdade, e nem todas se dizem, porque muitas são inebriantes. Não importam à perspectiva escolhida, que restringe, no infinito número de acontecimentos, aqueles que se prestam ao sentido do valor proposto. A exclusão de Machado tem, todavia outras raízes, confessadamente outras raízes. O realismo amontoa fatos, diz demais, sem dizer tudo despreocupado do nexos. Diz demais, por outro lado, impulsionado pelo preconceito de escola — quando devia dizer menos. Há aqui, vivo um dogma romântico, que, apesar de seu conteúdo realista, escamoteia muitas verdades, que não devem ser ditas. A separação dos estilos, herdada do classicismo e do romantismo, impede, obsta a visualização de certas realidades, que são irrelevantes literariamente, embora verdadeiras no mundo quotidiano. Em Alencar, escritor de sua devoção, entra no teatro a sociedade polida; o moleque, sob a côr cômica, apropria-se da cena de maneira como que ilegítima. (III, 882) Na ficção machadeana, salvo um ou outro quadro trágico («Pai contra Mãe»), os personagens principais têm definido «status» social; os humildes, empregados, marinheiros ou domésticos, têm atrás de si a sombra do cômico ou do grotesco. O que parece a certos olhos desprevenidos calculado desdém pela classe inferior, traço de malignidade de um mulato que se elevou da pobreza ao primeiro lugar na república das letras, nada é mais do que um velho preconceito literário, do qual os românticos não se libertaram, com os grandes escritores do século XIX, Stendhal, Balzac ou Flaubert, onde o povo mal aparece, ou, se aparece, mancha-o a luz do desfavorecimento. (16)

O realismo reproduziria fatos sem seleção valorativa. Perdia-se no emaranhado das coisas irrelevantes, preocupado com a descrição, obscurecendo a narração. É o reino do detalhe, da particularidade, do ínfimo. Na sua crítica ao realismo escola. Machado vibra uma nota percutida mais tarde por Lukács, no seu ensaio *Narrar ou Descrever?*»

«Agora, começa a florescer — escreve Hebbel — por toda parte o incidental e o acessório: a lama das botas que Napoleão usava no momento da sua derrota é descrita com o mesmo tremebundo escrúpulo com que se descreve o conflito abatido sobre o vulto do herói...»

«Hebbel discerne, aqui, agudamente, o outro perigo fundamental que é imanente à descrição: o perigo de que as particularidades se tomem

(16) ERICH AUERBACH — obra cit. — págs. 491, 492.

autônomas. Com a perda da verdadeira arte de contar, as particularidades deixam de ser portadoras de momentos concretos da ação, os pormenores adquirem um significado que não depende mais da ação, ou do destino dos homens que agem. Com isso, perde-se toda e qualquer ligação artística com o conjunto da composição.» (17)

A crítica machadeana, ao lado da agudeza com que mostra as vísceras da escola realista, trai a concepção romântica de arte, que lhe parece mais compatível com o realismo do que aquela. Sthendal seria, apesar de romântico, mais fiel à realidade que Zola. A seleção a perspectiva se lança sobre os fatos, vinculando-os à ação. De outro lado, há o preconceito do próprio estilo, que deforma o mundo e a sociedade. Há realidades que o romântico não vê, e porque não vê, para ele não existem; e há realidades que vê alteradas, distorcidas por insuficiente luz. O escravo — quando não o toca a tragédia, na única ocasião que isso acontece («Pai contra Mãe») — aparece sob o lado cômico, como o Prudêncio das «Memórias Póstumas de Brás Cubas». A triste sorte de Prudêncio, cavalo do menino Brás Cubas, (I, 427) pagem do moço capitalista e ocioso, acaba liberto, como matéria de um capítulo alegre, quando se desfaz, num escravo seu, das pancadas recebidas em outro tempo. «Exteriormente, era tórvo o episódio do Valongo; mas só exteriormente. Logo que meti mais dentro a faca do raciocínio achei-lhe um miolo gaiato, fino, e até profundo. Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas, — transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-se sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir, desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia-lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto!» (I, 486)

História pungente é a de D. Plácida, que, por necessidade, aceita o papel de protetora dos amores de Virgínia e Brás Cubas. «Doia-lhe o ofício»: um pecúlio de cinco contos apazigua-lhe a consciência. «D. Plácida agradeceu-me com lágrimas nos olhos, e nunca mais deixou de rezar por mim, todas as noites, diante de uma imagem da Virgem, que tinha no quarto. Foi assim que lhe acabou o nojo.» (VI, 487) O desfecho cômico — calcado no seu humorismo — mostra o deslocamento da constrangida senhora numa sociedade elegante. Outro exemplo? o modesto funcionário público, o Camilo de «Jogo do Bicho» (II, 1.085), com seus duzentos mil réis por mês a fazer proezas para equilibrar o orçamento doméstico. A situação desgraçada do humilde empregado do arsenal, com seus lances dolorosos, o filho, a preta que os servia de graça, o comovente jantar de família — tudo serviu de material para o «humour», o cômico e o engraçado. Ainda outro exemplo? Leia-se a pequena tragédia «Pai contra Mãe» (II, 640). As viciasi-

tudes de Cândido Neves, vagando de emprêgo a emprêgo, o singelo I casamento, a hesitação de engeitar o filho — esses episódios não estão coloridos por algo de brincalhão, de zombeteiro? É o Pádua («Dom Casmurro»), pai de Capitu, administrador interino, funcionário, público modesto? O compassivo Pádua, que mima o amor nascente de Capitu' e Bentinho, mereceria a sorte que lhe destina o romancista, sorte de escarnecido, zombado, com «o sabor póstumo das glórias interinas»? A galeria é imensa, o quadro é sempre o mesmo. A separação de estilo impõe, na fina sociedade machadeana, o banimento dos humildes, dos modestos, dos remediados, confinando-os ao ridículo.

«Um Cromwell ou um Bonaparte, acrescentava ele, por isso mesmo que os queima a ambição do poder, lã chegam à fina força ou pela escada da direita, ou pela da esquerda». (I, 536)

Quem assim pensa é o moralista, não o historiador. Nenhum contexto social impede ou favorece uma carreira, se o sentimento a determina. O homem quebra todas as limitações, rompe as cadeias da sociedade, atravessa os obstáculos para impor suas paixões. Nada há ao lado ou dentro do homem que lhe embarece a expressão de suas forças íntimas. Só não é ele dono de seu destino, porque o destino, ele próprio uma divindade, tece seus fios para aprisionar o passo dos mortais.

Pareceria, à primeira vista, que essa concepção se oporia ao Humanitas. A objeção atinge a caricatura, não a realidade. Na caricatura, Humanitas é uma força alheia ao homem, a ele superior, que o impele, condiciona e determina. Equipara-se à imagem da sociedade, ao sabor naturalista do século XIX, com leis rígidas, inflexíveis, a orientar a ação humana. Contra o esquematismo doutrinário (cfr. III, 584), há na teoria do Humanitas outra essência: «Nota que eu não faço do homem um simples veículo de Humanitas; não, ele é ao mesmo tempo veículo, cocheiro e passageiro; ele é o próprio Humanitas reduzido;» (I, 522)

A história do mundo é a história das paixões que se entredevoram. O delírio de Brás Cubas é o testemunho da eterna luta da humanidade; reduzida aos sentimentos que se digladiam ao longo dos séculos: «Aí vinham a cobiça que devora, a cólera que inflama, a inveja que baba, e a enxada e a pena, úmidas de suor, e a ambição, a fome, a vaidade, a melancolia, a riqueza, o amor, e todos agitavam o homem, como um chocalho, até destruí-lo, como um farrapo.» (I, 423)

Moralista não quer dizer moralizador. «Cette science morale est quelque chose qui n'a guère affaire à la morale, mais beaucoup affaire à par contre avec les moeurs. mores, c'est-à-dire avec les genrea de vie et les maaières d'être de l'homrae dans leur purê réallté de fait, laquelle beut aussi bien être «immorale», Les moralistes ne sont ni des éducateurs, ni des professeurs d'éthique. Ce sont des observateuri, oesann-rystes. des peintres de l'homme. Ils se trouvent devant une tache in-

O ESPELHO E A LÂMPADA

finie. Leur étude s'applique à toute la complication de la nature contradictoire et de la condition banale et concrète de l'homme, qui ne se montre que quand l'éthique se retire pour laisser le champ libre à l'observation non prévenue du réel.» (18)

Os costumes se reduzem, na visão do mundo do moralista, às paixões e aos sentimentos. Não são expressões de forças sociais, ou de relações e instituições capazes de constranger o homem, ditando-lhe conduta alheia às suas inspirações originais. A conduta forçada, imposta pelas circunstâncias, é algo, aos seus olhos, de inumano, de pecaminoso, de impuro. A prosperidade ou a ruína dos impérios depende das qualidades do príncipe, das suas paixões ou do seu amor à glória. (19)

Esta é ainda, a maneira de Voltaire escrever a história, o amado e o admirado Voltaire de Machado.

Machado de Assis gravita em torno do núcleo da concepção moralista da história. Em Montaigne e Pascal, sobretudo em Pascoal, (20) foi buscar a idéia da falta de coerência da história, de sua marcha caprichosa, ondulante e incerta. O acaso — nome moderno do destino — guia todas as coisas. «Le nez de Cléopâtre: s'il eut été plus court, toute la face de la terre aurait changé.» (21)

Seria falso, entretanto, pôr na obra de Machado de Assis o tecido não crítico da concepção moralista da sociedade. O fundo de seu pensamento é de um moralista. No contexto da ação dos homens outras forças atuam, — tem disso consciência, quase acordando do sono geocêntrico, ptolomaico. Embora não sinta o homem submerso e envolvido numa teia universal, composta de elementos sociais e econômicos, esta realidade está presente em sua obra, como algo de verdadeiro e ao mesmo tempo de terrível e sinistro. Augusto Meyer, em página de grande beleza, (22) percebeu a dualidade da concepção machadeana do homem, autêntico em si mesmo, extraviado na sociedade. A inspiração, embora desviada em direções modernas, impregnadas de naturalismo, pode ser buscada em Pascal. Que será o homem? Será o costume — o mundo social, na significação machadeana — o homem, ou será a natureza um primeiro costume? «La coutume est une seconde nature, qui détruit la première. Mais qu'est-ce que nature? Pourquoi la coutume n'est-elle pas naturelle? J'ai grand peur que cette nature ne soit elle-même qu'une première coutume, com me la coutume. est une seconde nature.» (23)

(18) HUGO FRIEDEWICH — *Montaigne* — Paris, 1968 — pág. 13.

(19) E. AUBRBACH — obra cit — pág. 381.

(20) Destaca bem esse aspecto Afrânio Coutinho — *A Filosofia de Machado de Assis e outros ensaios* — Rio, 1959 - págs. 62 e segs.

(21) PASCAL — *Pensées* — Ed. Gelumard, 1936, — n° 180.

(22) A. Meyer — *MACHADO DE ASSIS* — Rio, 1958 — págs. 63 « segs.

(23) PASCAL — *Idem* — n° 120 — Ver *Montaigne* — *Essais*. L. I. C. XXIII —: Les loix de la conscience, que nous disons oaltre de nature. nalsent de la coutume.»

A explicação do homem e da sociedade, esta aderida ao homem, suando-lhe a seiva e a vida. está em «O Espelho» (II, 341). «Cada criatura traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora outra que olha de fora para dentro... A alma exterior pode ser um espírito, um fluido, um homem, muitos homens, um objeto, uma operação. Há casos, por exemplo, em que um simples botão de camisa é a alma exterior da pessoa; — e assim também a polca, o voltarete, um livro uma máquina, um par de botas, uma cavatina, um tambor, etc. Está claro que o ofício dessa é transmitir a vida, como a primeira; as duas completam o homem, que é, metafisicamente falando, uma laranja. Quem perde uma das metades, perde naturalmente metade da existência e casos há, não raros, em que a perda da alma exterior, implica a da existência inteira. Shylock, por exemplo. A alma exterior daquele judeu eram os seus ducados; perdê-los equivalia a morrer. «Nunca mais verei o meu ouro, diz ele a Tubal: *é um punhal que me enterras no coração.* Vejam bem esta frase: a perda dos ducados, alma exterior, era a morte para ele. Agora, é preciso saber que a alma exterior não é sempre a mesma...

«— Não ?

«— Não. senhor; muda de natureza e de estado. Não aludo a certas almas absorventes, como a pátria, com a qual disse Camões que morria, e o poder, que foi a alma exterior de César e de Cromwell. São almas enérgicas e exclusivas; mas há outras, embora enérgicas, de natureza mudável. Há cavalheiros, por exemplo, cuja alma exterior, nos primeiros anos, foi um chocalho ou um cavalinho de pau, e mais tarde uma provedoria de irmandade, suponhamos. Pela minha parte, conheço uma senhora. — e na verdade, gentilíssima, — que muda de alma exterior cinco, seis vezes por ano. Durante a estação lírica é a ópera; cessando a estação, a alma exterior substitui-se por outra; um concerto, um baile do Cassino, a Rua do Ouvidor. Petrópolis...» (II, 342, 343).

Jacobina, o filósofo e personagem do conto, teve ele próprio sua alma exterior enérgica e exclusiva. Nomeado alferes da guarda nacional deixou-se contaminar pelo «alferismo». (24) «O alferes eliminou o homem. Durante alguns dias as duas naturezas equilibraram-se; mas não tardou que a primitiva cedesse à outra; ficou-me uma parte mínima de humanidade. Aconteceu então que a alma exterior, que era dantes o sol, o ar, o campo, os olhos das moças, mudou de natureza, e passou a ser a cortesia e os rapapés da casa, tudo o que me falava do posto, nada do que me falava do homem. A única parte do cidadão que ficou comigo foi aquela que entendia com o exercício da patente; a outra dispersou-se no ar e no passado.» (II, 343)

A alma exterior vive na suas relações com o mundo; ela só existe porque os outros existem. Não se nutre da alma interior, nem com ela

(24) AUGUSTO MEYER — obra cit. — pág. 65.

se comunica; antes a estrangula, reduzindo-a a um espectro. Seu reino é o da opinião dos homens, das suas homenagens, dos seus louvores ou da Sua inveja. Um dia, Jacobina se encontra só, desamparado da adulação dos escravos e da admiração da família. «Tinha uma *sensação* inexplicável. Era como um defunto andando, um sonâmbulo, um boneco mecânico. Dormindo, era outra coisa. O sono dava-me alívio, não pela razão comum de ser irmão da morte, mas por outra. O choque posso explicar assim esse fenômeno: — o sono, eliminando a necessidade de uma alma exterior, deixava atuar a alma interior. Nos sonhos, fardava-me orgulhosamente, no meio da família e dos amigos, que me elogiavam o garbo, que me chamavam alferes; vinha um amigo de nossa casa, e prometia-me o posto de tenente, outro o de capitão ou major: e tudo isso fazia-me viver. Mas quando acordava, dia claro, esvaía-se com o sono, a consciência do meu ser nôvo e único, — porque a alma interior perdia a ação exclusiva, e ficava dependente da outra, que teimara em não tornar... Não tornava. Eu saía fora, a um lado e outro, a ver se descobria algum sinal de regresso. Soeur *Anne*, soeur *Arme*. *ne vois tu rien venir ?* Nada, coisa nenhuma; tal qual como na lenda francesa. Nada mais que a poeira da estrada e o capinzal dos morros. Voltava para casa, nervoso, desesperado, estirava-me no canapé da sala.» (II, 345) Sem a farda, o espelho não lhe transmitia a imagem: «O próprio vidro parecia com jura do com o resto do universo; não estampou a figura nítida e inteira, mas vaga, esfumada, difusa, sombra de sombra.» (II, 346) A farda lhe reconstituiu a antiga forma, deu-lhe a alma exterior, confundida com a sua existência. A sociedade é algo de exterior — uma alma, na teoria de Jacobina —, exterioridade forte e vigorosa, que mascara e dá movimento ao boneco humano.

A alma exterior é a sociedade, nas convenções e nos costumes. Abafa e desfigura a alma interior, reduzindo o homem, com o protesto velado, mas veemente, do moralista, a um tecido de relações sociais, existente no plano do outro homem. A predominância dessa realidade, que se apresenta como alguma coisa de nôvo e de estranho à essência humana, todos os dias ganha em vulto e corpo. Saint-Simon e Stendhal mostram, nos seus quadros da sociedade, como contribuição moderna e nova, que um véu global, composto de fatores e forças sociais, econômicas e políticas se cosem à natureza humana, transtornando a velha concepção. O receio de Pascal — «*J'ai grand peur que cette nature ne soit elle même qu'une première coutume. comme La coutume est une seconde nature*» — passa do campo das suspeitas para o campo da verdade estranha, monstruosa. «Considerarei o caso, e entendi que, se uma coisa pode existir na opinião, sem existir na realidade, e existir na realidade, sem existir na opinião, a conclusão é que das duas existências para leias a única necessária é a da opinião, não a da realidade, que é apenas conveniente. Tão depressa fiz este achado especulativo, como dei graças a Deus do favor especial, e determinei-me a verificá-lo por experiências; o que alcancei, em mais de um caso, que não relato, por vos não tomar o tempo. Para compreender a eficácia do meu sis-

tema, basta adverti que os grilos não podem nascer do ar e das folhas de coqueiro, na conjunção da lua nova, e por outro lado. o principio de vida futura não está em uma certa gota de sangue de vaca: mas Patimau e Languru, varões astutos, com tal arte souberam meter estas duas idéias no ânimo da multidão, que hoje desfrutam a nomeada de grandes físicos e maiores filósofos, e têm consigo pessoas capazes de dar a vida por ele.» (II, 322 — «O Segredo do Bonzo»).

O passo seguinte a esta descoberta da alma exterior e que só ela importa, com desprezo das virtudes intimas. Sente-se, na observação oculta, o hábito do moralista decepcionado, com toques moralizadores. A glória — que é a glória senão o nome em evidência, proclamado pelas turbas, conservado na memória? Nada é ela além da impressão que deperta. Esta é a teoria do *emplasto Brás Cubas*, chave de todas as ambições do inventor malgrado: ele dá a fortuna e a nomeada (I, 416). A nomeada é o nome da velha e heróica glória, nome nôvo para uma realidade nova. O antigo lado falso da glória é seu verdadeiro estofo. A virtude perde o posto em favor do nome nos jornais, «do cartaz, do foguete de lágrimas». «Essa idéia era nada menos que a invenção de um medicamento sublime, um emplasto anti-hipocondríaco, destinado a aliviar a nossa melancólica humanidade. Na petição de privilégio que então redigi, chamei a atenção do governo para esse resultado, verdadeiramente cristão. Todavia, não neguei aos amigos as vantagens pecuniárias que deviam resultar da distribuição de um produto de tamanhos e tão profundos efeitos. Agora, porém, que estou cá do outor lado da vida, posso confessar tudo: o que me influiu principalmente foi o gosto de ver impressos nos jornais, mostradores, folhetos, esquinas, e enfim nas caixinhas do remédio, estas três palavras: *Emplasto Brás Cubas*. Para que negá-lo? Eu tinha a paixão do anuído, do cartaz, do foguete de lágrimas. Talvez os modestos me argúam esse defeito; fio, porém, que esse talento me hão de reconhecer os hábeis. Assim, a minha idéia trazia duas faces, como as medalhas, uma virada para o público, outra para mim. De um lado, filantropia e lucro; de outro lado, sede de nomeada. Digamos: — amor da glória.» (I, 416) Esta teoria não a goza o autor sem remorsos, ou sem o discreto puxão de orelhas moralizador. Um tio de Brás Cubas, Cônego, dizia que o amor da glória temporal era a perdição das almas, que só devem cobiçar a glória eterna.» (I, 416) Não há outra censura: a virtude, caída do céu, não se refugiou na consciência. A consciência tornou-se um fio da vida exterior, fio esfarrapado, composto de letras de jornal e da opinião das gentes. Fora da nomeada, do nome soprado à força de clarins, existe o nada, a vil obscuridade. A obscuridade, o temor da obscuridade, o abismo da obscuridade é um dos motivos chaves de Machado, coerentemente com a concepção da sociedade como alma exterior, animada de glória e brilho. «Doía-me vê-lo vegetar os seus mais belos anos numa obscuridade relativa». (Helena — I, 211) «Não se deixe apodrecer na obscuridade, que é a mais fria das sepulturas,...» (Jaia Garcia — I, 340) «Teme a obscuridade, Brás; foge do que é ínfimo. Olha que os homens

valem por diferentes modos, e que o mais seguro de todos é valer pela opinião dos outros homens.» (I, 451) «Mas, qualquer que seja a profissão da tua escolha, o meu desejo é que te faças grande e ilustre, ou pelo menos notável, que te levantes acima da obscuridade comum». (II, 288 — «Teoria do Medalhão»). Note-se, na última transcrição, a nuance, a diferença de grau: grande e ilustre não é a mesma *coisa* que notável. O ouro se distingue, afinal de contas, do dourado. São restos da alma interior, na sua aliança perdida com as virtudes religiosas.

Ainda uma conseqüência já denunciada nas entrelinhas. A sociedade compõe o homem pela opinião, pelos juízos das relações externas. Nenhuma virtude superior a distingue, modera ou diferencia. Isso significa, além da agonia da consciência como juiz das ações, o desaparecimento de uma estrutura social que modela os valores sociais por critérios de honra e prestígio. Morre o estamento — comunidade fundada em tradições e convenções — e nasce a classe social, de livre ascensão, aberta a todas as ambições. Inaugura-se a luta pela vida com instrumentos novos; em lugar do critério de honra e serviço, com o prestígio daí decorrente, aparece a notabilidade criada pelo jornal, pela praça pública e pelo mercado. Brás Cubas com seu emplasto e a ciência do Bonzo são as armas para esta luta, descrita com o simulacro da sátira e do «humour». A propaganda substitui a verdade; a opinião desbanca a realidade, que, em conflito com a opinião, perde a existência. O jornal, os mostradores, as esquinas, a matraca dos tempos coloniais fazem reputações, improvisam as grandezas e abatem as celebridades. Extrai o moralista, marcado de moraliza dor, as últimas conseqüências da sociedade em aparecimento, implacavelmente. A opinião, fórum onde os homens se elevam da obscuridade, sofre todas as distorções, confundidas a verdade e a mentira no mesmo saco, ou no mesmo abismo, ou no mesmo caos. Com o espírito com que Titané («O Segredo do Bonzo» — II, 320) vende suas alparcas, um vereador de Itaguaí «desfrutava a reputação de perfeito educador de cobras e macacos, e aliás nunca domesticara um só desses bichos; mas, tinha o cuidado de fazer trabalhar a matraca todos os meses. E dizem a crônicas que algumas pessoas afirmavam ter visto cascavéis dançando no peito do vereador; afirmação perfeitamente falsa, mas só devida à absoluta confiança no sistema. Verdade, verdade; nem toda as instituições do antigo regime mereciam o desprezo do nosso século.» (II, 262, 263 — «O Alienista»). Na política, a doutrina é a mãe da demagogia, que gera Bernardino, antecipação dos modernos incitadores de multidões (II, 563 — «O Dicionário»). Pomada, o bonzo de Fechéu, capital do reino de Bungo, explica a doutrina, que é essência do emplasto Brás Cubas:

«— Haveis de entender, começou ele, que a virtude e o saber têm duas existências paralelas, uma no sujeito que as possui, outra no espírito dos que o ouvem ou contemplam. Se puserdes as mais sublimes virtudes e os mais profundos conhecimentos em um sujeito solitário, remoto de todo contato com outros homens, é como se eles não existissem.

Os frutos de uma laranjeira, sé ninguém os gostar, não valem nada; ou,, por outras palavras, mais enérgicas, não há espetáculo sem espectador.» (II, 321, 322 — «O Segredo do Bonzo»)

Esta a doutrina que tomou o nome de seu autor, o pomadismo. A comunicação, inventada para aproximar os homens, transforma-se em monstro autônomo, em máquina que empulha e corrompe. O produto coroado e modelar do pomadismo é o medalhão, filho da publicidade, da inópia mental e do conformismo às idéias recebidas. A transcrição é longa e diz tudo:

«A publicidade é uma dona loureira e senhoril. que tu debes re-questar à força de pequenos mimos, confeitos, almofadinhas, cousas miúdas, que antes exprimem a constância do afeto do que o atrevimento e a ambição. Que D. Quixote solicite os favores dela mediante ações heróicas ou custosas, é um sestro próprio desse ilustre lunático. O verdadeiro medalhão tem outra política. Longe de inventar um *Tratado Científico da Criação dos Carneiros*, compra um carneiro e dá-o aos amigos sob a forma de um jantar, cuja notícia não pode ser indiferente aos seus concidadãos. Uma notícia traz outra; cinco, dez, vinte vezes põe o teu nome ante os olhos do mundo. Comissões ou deputações para felicitar um agraciado, um benemérito, um forasteiro, têm singulares merecimentos, e assim as irmandades e associações diversas, sejam mitológicas, cinegéticas ou coreográficas. Os sucessos de certa ordem, embora de pouca monta, podem ser trazidos a lume, contanto que ponham em relevo a tua pessoa. É difícil, come tempo, muito tempo, leva anos, paciência, trabalho, e felizes os que chegam a entrar na terra prometida! Os que lá não penetram, engole-os a obscuridade. Mas os que triunfam! E tu triunfares, crê-me. Verás cair as muralhas de Jerico ao som das trompas sagradas. Só então poderes dizer que estás fixado. Começa nesse dia a tua fase de ornamento indispensável, de figura obrigada, de rótulo. Acabou-se a necessidade de farejar ocasiões, comissões, irmandades; elas virão ter contigo, com o seu ar pesadão e cru de substantivos desajetivados, e tu serás o adjetivo dessas orações opacas, o *odorífero* das flores, o *anilado* dos céus, o *prestímo* dos cidadãos, o *noticioso* e o *suculento* dos relatórios. E ser isso é o principal, porque o adjetivo é a alma do idioma, e sua porção idealista e metafísica. O substantivo é a realidade nua e crua, é o naturalismo do vocabulário.» (II. 291. 292 — «Teoria do Medalhão»).

Com esse material, — paixões, sentimentos, costumes e convenções — se faz a história. Não se encontra uma realidade global, na qual o homem conduz e é conduzido, com estruturas que penetram na alma. Há um tecido ondulante e frouxo, exterior e sinistro ao destino humano, que lhe anula a natureza e lhe ameaça a grandeza. Que lhe nega a virtude e o constrange ao vício, cercando de pressões um autômato que resiste, esperneia e protesta. «Viva pois a história, a volúvel história que dá para tudo.» Mas — «deixemos história com seus caprichos de dama elegante.» (I, 418) A grande luta pelas eminências sociais se

resume afinal numa falsidade. Sem as notícias nos jornais, o cumprimento dos amigos, as homenagens públicas, de que valeria o suspirado título de barão de Santos («Esaú e Jacó») ? Tudo se reduz — títulos, nomeada, glória — a uma peça do mecanismo que distribui o louvor escrito ou o louvor proclamado nas esquinas e nos salões; Implícito está aí o efeito de uma transformação social, registrada numa obscura passagem de Brás Cubas: a arraia-miúda acolheu-se à sombra de castelo feudal; o castelo caiu e a arraia ficou. «Verdade é que se fez graúda e castelã...» (I, 418)

Verdade que a sociedade, na fixação histórica de um momento ou nas suas transformações, não é obra do capricho. A alma exterior, incompreendida no jogo das grandes forças que a movem, dispersa nos elementos que a compõem, tem sua coerência própria. Substituí Machado a simetria sociológica, já notada por Stendhal, Balzac e Zola, a uma construção. É a estilização da sociedade — redução da realidade exterior à vontade humana, com formas e modelos artificialmente fixados. Acentue-se, ainda que ocioso, que Machado não desconhecia nem negava a armadura social. Descreveu-a mais de uma vez, percebendo-a entremeada do sentimento de pesar e assombro. O que lhe faltava, e isto o enquadra na linha dos moralistas, era a compreensão da realidade social, como totalidade, nascida nas relações exteriores e impregnada na vida interior. Mais de uma vez, reconheceu a pressão das circunstâncias impostas pela sociedade, circunstâncias não raro autônomas. Desculpou, numa ocasião, bem que algo ironicamente, a mão pesada de Cotrim no trato dos escravos porque não se poderia «atribuir à índole original de um homem o que é puro efeito das relações sociais.» (I, 527) O tráfico exigia maneiras duras e habituara os homens a tratar a mercadoria humana sem piedade ou sentimentalismo. Dirá, ao mesmo propósito, que «a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel.» (II, 639) Contra o reformismo apoiado apenas na lei, na lei sem correspondência com os fatos, advertia que não se chegaria jamais «a aviventar uma instituição, se esta não corresponder exatamente às condições morais e mentais da sociedade.» «Há — lembrava — uma série de fatores, que a lei não substitui e esses são o estado mental da nação, os seu costumes, a sua infância constitucional.» (III, 437) A estilização partia, por consequência, de fatos e realidades sociais, apurados na observação das coisas e na conduta dos homens. O que a distingue da construção social, decorrente de uma compreensão global, é a predominância dos sentimentos e das virtudes na ação coletiva. Persiste nela — diga-se ainda uma vez — o moralismo, mitigado embora com a sociedade sentida e percebida como resistência à vontade do homem, o homem ingenuamente vestido de rei da criação.

A estilização fixa algumas condutas constantes, repetições de relações sociais, e as traduz em modelos. Em primeiro lugar, as convenções e os preconceitos sociais são alguma coisa que custa negar ou transpor. «A vida não é uma egloga virgiliana, é uma convenção natural, que se não aceita com restrições, nem se infringe sem penalidades. Há

duas naturezas, e a natureza social é tão imperiosa como a outra. Não se contrariam, completam-se: são as duas metades do homem...» (I, 321, 322) Sobre esta palavra, edifica-se o romance «Iaiá Garcia», ditando alianças e contrariando sentimentos. O prosaísmo dos constrangimentos, formados na «convenção natural», se opõe à poesia da vida livre, vida da égloga virgiliana. É a oposição entre o belo e o necessário, com o predomínio do necessário. Depois, é a vez dos tipos de convivência —entre marido e mulher, entre pais e filhos, entre empregados e patrões, entre fidalgos e dependentes, entre escravos e senhores. Obedecem todos a um tipo permanente, cujos padrões não se infringem sem penalidades, impunemente. Finalmente, há os resultados das instituições que se impõem ao respeito público, mesmo quando mesclados de charlatanismo e empulhação. É o momento do bonzo e do medalhão, Filhos do prestígio social, tecido artificialmente na viciosa manipulação dos instrumentos de comunicação. Tudo. convenções, tipos de convivência, secreção das instituições modelam e articulam a sociedade, estí-

Hizando-a. (25)

... (25) Ponto de vista diverso de Astrojildo Pereira que equipara a reconstrução social de Machado ao do historiador moderno. — in *Astrojildo Pereira — Machado de Assis* — Rio, s/d — pág. 38.

patrimônio histórico e **artístico**

Situação do Patrimônio Histórico e Artístico no Brasil e o "Compromisso de Brasília"

MÁRIO BARATA

A INICIATIVA tomada pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura de promover o *Encontro de Brasília* com os Governadores de Estados e dirigentes de várias repartições e entidades de caráter cultural, a fim de promover o estudo e o entrosamento necessários à preservação (e, em muitos casos, ao salvamento de iminente naufrágio) do patrimônio histórico, artístico e paisagístico do país, foi extremamente importante e louvável e poderá vir a marcar uma etapa da retomada de consciência nacional em face desse problema essencial à continuidade brasileira.

O artigo 23 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção desse patrimônio através de Serviço criado em 1936, já determinava, como Disposição Geral, que «o Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto». O apelo aos Estados agora feito era portanto previsto e justificou-se, na medida em que não implicar necessariamente na permanência da competente Diretoria Federal em seu estado atual de precariedade de recursos e de pessoal técnico e administrativo.

A situação da defesa desse patrimônio cultural] chegou a um impasse fundamental devido precisamente à escassez de verbas da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (mesmo levando em conta a eventual e futura contribuição dos Estados e Municípios) e à falta de técnicos e operários especializados, na aludida repartição, bem como nos Museus e arquivos, uma vez que, como disse o dedicado e exemplar responsável pela DPHAN no Nordeste, o Engenheiro Ayrton Carvalho.

MÁRIO BARATA

não houve renovação e muito menos ampliação dos quadros, além de não serem convidativos os salários, diante dos exaustivos e imensos trabalhos a realizar. O arquiteto Renato Soeiro, Diretor da Repartição especializada do Ministério e membro do Conselho Federal de Cultura já havia indicado que de cerca de um arquiteto para menos de 10 monumentos a cuidar, nos anos 40, se havia passado, infelizmente, de um para mais de 30, na década 60.

VALORES E «VIA-CRUCIS» DO ACERVO MONUMENTAL BRASILEIRO

A administração de Rodrigo M. F. de Andrade à frente da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, contando com funcionários do nível de Mário de Andrade, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade. Gilberto Freyre, Sylvio de Vasconcellos, Ayrton Carvalho, Luis Saia Joaquim Cardoso e Augusto Meyer entre tantos outros foi o fator mais forte para que melhor se conhecesse o valor estético e cultural dos monumentos históricos e artísticos do país e a sua preponderância na afirmação de nacionalidade, ao lado da língua e das tradições. O Brasil possui acervo significativo de obras — sobretudo arquitetônicas — dos séculos XVII, XVIII e XIX, no passado, indo dos estilos barroco ao néo-clássico, e da atual centúria através de acentuada criatividade moderna. Das igrejas de Belém do Pará às ruínas jesuíticas das Missões orientais do Rio Uruguai é impressionante o testemunho da presença brasileira, em grande parte de inspiração ou elaboração lusa, ligada a estilos europeus de época — mormente a Itália, à Espanha e à França — e com assomos de força excepcional» como em casos do rococó mineiro, Mas se a atividade artística foi e é surpreendente no país, a sua preservação material e a difusão de seus valores culturais através do livro e do ensino foram sempre escassas, devido às condições de subdesenvolvimento econômico e correspondentes insuficiências metodológicas para a compreensão e utilização do acervo criado. Da destruição assustadora de monumentos e objetos de valor cultural, ocorrida entre nós e agravada com o crescimento e expansão urbana do país. O desenvolvimento desordenado e a especulação imobiliária desmantelaram e destruíram implacavelmente grande parte da arquitetura civil, incluindo-se peças valiosas que deveriam ter sido preservadas e cuja conservação e mesmo proposição realista de tombamento estiveram acima das forças limitadas da equipe pouco numerosa e disposta de poucos recursos financeiros da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Os interessados em história e arte assistiram assim, mesmo nos últimos 40 anos, ao esfacelar-se e à pulverização de um patrimônio precioso e insubstituível, cuja significação e riqueza a maioria desconhece, e cuja «via-crucis» atingia as demolições da Sá da Bahia e do Palácio das Belas Artes de Grandjean de Montigny, no Rio, e culminava com o incêndio doloroso do Paço do Saldanha (no Salvador) e a destruição por ganância de edifícios significativos do século XIX, no Rio de Ja-

SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NO BRASIL
E O "COMPROMISSO DE BRASÍLIA"

neiro, Só a educação generalizada poderia - - no dizer de Ro M. F. de Andrade em sua última fala em público, mês e meio ante falecer — criar a consciência pública que deteria os fatores que conduzem a destruição de grande parte da riqueza cultural brasileira. A mesma insuficiência coletiva vem dilapidando rapidamente — como tem acentuado o paisagista Roberto Burle Marx, no Conselho Federal de Cultura e na imprensa — os valores naturais do país, nas montanhas, nas restingas, praias, lagoas, rios e florestas.

O grosso do acervo — qualitativamente falando — felizmente salvo, com dificuldade pela DPHAN, desde 1936, incluindo-se nela a cidade-monumento de Ouro Preto, ao lado de Olinda, Parati, Alcântara e São Cristóvão e conjuntos urbanos de Salvador e talvez de Belém do Pará (este em estudos para tombamento) é em si notável e tem justificado o interesse de estudiosos estrangeiros desde Robert Smtth e Germain Bazin a Mario Buschiazzo e Graziano Gasparini — sem falar nos portugueses... um pouco país da criança — e de instituições como a UNESCO e a OEA. A investigação e o estudo em torno desse material não se processa é verdade, no âmbito nacional, com a mesma intensidade e organização, excetuada a própria DPHAN na maior parte de sua vigência.

Acentue-se ainda, a bem da verdade, que mesmo esse *acervo seletivo*, devido à existência de edificações de vulto, tem exigido para obras de reconstrução, manutenção ou simples estabilização recursos financeiros que normalmente têm estado fora das possibilidades imediatas da DPHAN. Todos os relatórios da Repartição têm mostrado o paulatino e mesmo crescente pericimento desse patrimônio de bens culturais, móveis e imóveis, no Brasil. Finalmente, os Podêres Públicos estão tentando um surto de condições favoráveis a sua defesa e isso deve ser levado em conta de uma das mais úteis e benéficas determinações do governo, no país.

DIFICULDADES A SUPERAR NA AÇÃO DA DIRETORIA DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

No relatório final da aludida Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, relativo a 1969, vem referido no item 8.1 — que a «situação precária em dotações e em pessoal técnico e administrativo foi exposta às autoridades superiores quando dos estudos para a reformulação dos órgãos de cultura,

«Recursos extra-orçamentários como os ali indicados e outros trarão condições para permitir a adequada proteção do acervo cultural brasileiro. Preservado e revalorizado com fins culturais, turísticos e econômicos devolverá ao país, com lucros, todo o capital que em seu benefício tiver sido investido, ao resguardo de interesses turísticos mal orientados ou de um desenvolvimento urbano ou rural sem planejamento.

MÁRIO BARATA

«Em 1937, quando da expedição do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro, vários aspectos do problema da preservação do patrimônio cultural brasileiro eram inexistentes, e constituem hoje, entretanto, verdadeiro desafio:

- a) a solicitação intensa das regiões possuidoras de bens de interesse turístico sem a necessária reformulação de suas estruturas sociais e econômicas (Ouro Preto, Mariana, Parati, Alcântara, etc);
- b) a realização de obras públicas de comprovado interesse nacional sem o recomendável acerto com a DPHAN, a fim de evitar-se prejuízo dos bens de valor cultural de suas imediações (novas rodovias, barragens, pontes, viadutos, etc);
- c) a expansão dos núcleos urbanos e rurais tombados e a implantação de importantes complexos industriais nos mesmos ou nas suas proximidades imediatas;
- d) o ilegal e inconveniente aproveitamento para fins comerciais de formações e jazidas arqueológicas e pré-históricas;
- e) o interesse crescente e inescrupuloso do comércio de antigüidades no país quando baseado no roubo ou transações ilícitas.

Tal situação agrava-se em decorrência:

- 1º — do estado das estruturas e materiais originais dos mais importantes monumentos dos séculos XVII e XVIII em consequência do limite de autoproteção desses materiais, limite esse estimado no máximo em 300 anos para os elementos de madeira, nos países de clima tropical;
- 2º — da escassês de técnicos especializados em serviços de recuperação de monumentos e obras de talha e pintura, arqueólogos e conservadores de museus, em consequência principalmente da baixa remuneração conferida a esses especialistas; e
- 3º — do controle insuficiente do acervo das igrejas e do comércio de antigüidades.»

Relativamente à defesa do patrimônio histórico, artístico e natural do Brasil, o pensamento do Conselho Federal de Cultura, de acordo com proposições levadas pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a esse órgão, e expendido durante a Reunião de Brasília, é o seguinte:

Criação de serviços regionais de proteção do patrimônio histórico e artístico com atribuições idênticas às do órgão federal especializado e ao mesmo vinculado quanto à orientação técnica, artística e científica;

Previsão orçamentária dos Estados para atendimento aos serviços e às atividades relacionadas com a criação dos serviços regionais, acrescida de participação de outras receitas ou taxas, bem como a necessária

SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NO
E o "COMPROMISSO DE BRASÍLIA"

cooperação financeira em programa de âmbito nacional relativas a conjuntos de monumentos localizados nos respectivos territórios;

Participação financeira do Estado nos trabalhos de levantamento dos monumentos e das artes menores com o objetivo precípuo de dar execução ao inventário dos monumentos e das artes menores do País de que se encarregará a DPHAN;

Inclusão de técnicos especializados para constituir a equipe técnica dos serviços regionais;

Providências do Estado, no setor em que ainda não dispuser de instalações adequadas para a guarda, reprodução mecânica (micro filmagem), preservação, classificação e divulgação do seu patrimônio cultural e natural. Que cada Estado institua seu museu, seu arquivo, sua biblioteca, seu parque, e estimule a criação de casas de cultura;

Conservação permanente dos bens tombados e de seu aproveitamento e agenciamento de preferência para fins culturais e turísticos;

Defesa permanente dos túmulos históricos e artísticos e monumentos funerários;

Entrosamento com o órgão federal especializado, com o fim de determinar providências reguladoras e complementares à legislação federal relativas ao comércio de antigüidades e de obras de arte;

Estabelecimento de legislação própria, visando a proporcionar benefícios aos proprietários de bens tombados;

Reunião anual dos chefes dos patrimônios estaduais na sede da DPHAN, a fim de manter entrosamento e diretrizes de orientação desejadas nos serviços específicos no País;

Extensão das medidas de cooperação e de financiamento preconizadas aos municípios tombados ou possuidores de conjuntos e monumentos tombados significativos; e

Efetivação das medidas recomendadas com a assinatura de convênios entre os Estados, órgãos da administração pública federal especializados e o MEC. através da DPHAN e o CFC.

Foi elaborado pela DPHAN com o concurso do Conselho Federal de Cultura anteprojeto de lei visando a:

- a) utilização conveniente dos monumentos tombados;
- b) ambientação adequada nas proximidades dos mesmos;
- c) conciliação da iniciativa de grandes obras de valor cultural;
- d) proteção de monumentos funerários;
- c) exportação de obras de arte;
- f) estímulos fiscais e financiamento.

MÁRIO BARATA

EXEMPLO DE ATIVIDADES PRIORITÁRIAS NUM SETOR DO NOSSO PATRIMÔNIO CULTURAL: O NORDESTE

Em relação às atividades em curso para resolver problemas já equacionados de proteção ou adequação de monumentos antigos ou instrumentos culturais correlacionados escolhemos como exemplo a situação do Nordeste (2º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) chefiado pelo Engenheiro Ayrton Carvalho, já citado. De seu relatório preparatório para o *Encontro de Brasília*, dirigido em 25 de março último ao Diretor-Geral da Repartição, o competente especialista pernambucano informava entre outras coisas o seguinte:

«De um modo geral, não há prioridades a serem estabelecidas, em os nossos serviços, desde que o acervo tombado pela DPHAN é de alta qualidade, a merecer o maior cuidado e zelo da parte dos vários Distritos. Mas, em vista das recomendações emanadas dessa Direção-Geral, podemos citar as obras seguintes, como prioritárias:

PARQUE NACIONAL DE GUARARAPES

«Trata-se de uma iniciativa inconcluso, que mereceu o apreço e o interesse do saudoso Presidente Marechal Castelo Branco, o qual desapropriou e pagou o *campus* onde se travaram as memoráveis batalhas, tão significativas para a história do País e onde se pretendeu instalar um *Parque Nacional*. Até o presente, não foi passada a escritura definitiva do terreno e a remoção daqueles que invadiram, ilegalmente, a área. não foi objeto de qualquer providência. O Exército Nacional iniciou a demarcação da área com postes de concreto e arame farpado, obra, todavia, que não chegou a ser concluída. A área, com cerca de 225 hectares, deveria ser reflorestada com espécies nativas, o que, inevitavelmente beneficiaria toda a região, inclusive a Capital, já que a área está situada dentro do chamado *Grande Recife*.

MUSEU DA ABOLIÇÃO

«Antigo *Sobrado grande da Madalena*, onde residiu o Conselheiro JOÃO ALFREDO, de participação notável no ato da Abolição, foi escolhido para sede do futuro Museu da Abolição, de iniciativa do Governo Federal. As obras estão em andamento, desde vários exercícios, mas ainda se encontra longe de sua conclusão. Há necessidade da realização de trabalhos assás dispendiosos: renovação de cerca de 200m² de azulejos portugueses, de difícil aquisição, cujas características, ademais, não podem ser exatamente reproduzidas no país, segundo já tivemos ocasião de verificar em se tratando da restauração de um prédio do Século XIX. seria interessante a permissão para importação — embora exista indústria similar no país — com o que obteríamos a perfeita restauração das paredes externas do monumento; de resto, o aquisição no estrangeiro — Portugal — seria economicamente mais vantajosa, fi necessário, ainda.

SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NO BRASIL
E o "COMPROMISSO DE BRASÍLIA"

a obra de revestimento interno de todas as paredes do pavimento térreo; pintura geral; calçadas; instalação de água e esgoto; reconstrução da dependência onde deverá funcionar o laboratório de restauração, pousada e casa do zelador; por fim, construção de um jardim, numa área aproximada de 0,5 hectare, jardim, este, que poderia ser projetado pelo arquiteto paisagista Roberto Burle Marx, notável especialista, que, certamente, lhe daria características comuns aos jardins de casas residenciais, no século XIX.

ESCORREGAMENTO DOS MORROS DE OLINDA

«Serviço de alta importância, que deveria, de longa data, ter sido convenientemente enfrentado é o do escorregamento dos morros de Olinda, objeto, em certa época de vários comentários na imprensa do Sul, sem falar no farto noticiário aparecido em jornais desta Capital, que vez por outra, voltam ao assunto que é, inequivocamente, de superior valia. Os trabalhos que teriam de ser realizados para proteção do patrimônio cultural, artístico e histórico, existente em Olinda, exigiam verbas muito altas, motivo por que, ultimados os trabalhos de pesquisas, empreendidos por vários técnicos e organizações especializadas, permaneceu, tudo na mesma situação, pois dinheiro não houve para enfrentar obra tão urgente. E já se passaram vinte anos, com agravamento do problema e a urgente ameaça, cada vez mais séria, para os monumentos da vizinha cidade, todos do mais alto gabarito. Em 1956, o professor Ângelo José Costa, por solicitação deste 1º Distrito, realizou importantes estudos, dos quais resultaram uma Comunicação, apresentada ao X Congresso Brasileiro de Geologia, reunido no Rio de Janeiro, entre 4 e 10 de novembro daquele ano. O professor Milton Vargas, da Universidade de São Paulo, ainda por solicitação deste serviço, através do professor Pelôpidas Silveira, deteve-se no estudo do problema, apresentando, por fim, um parecer, no qual sugere as razões do fenômeno, atribuindo-o a um fluxo plástico do núcleo argiloso das colinas. O Ministério de Viação e Obras Públicas, preocupado com a gravidade do problema encarregou, por intermédio do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, a firma Engenharia e Tecnologia de Solos e Materiais S.A. — Tecnosolo, para efetuar estudos especiais sobre o assunto e fornecer sugestões para evitar-se o escorregamento dos morros daquela cidade. Dois relatórios foram apresentados, o primeiro da autoria do saudoso geólogo Luciano de Moraes, concluindo-se pela necessidade imediata de o problema ser enfrentado com a realização de injeções, destinadas ao preenchimento dos vazios e à impermeabilização do maciço.

É urgente, urgentíssimo, na verdade, que as atuais condições sejam atacadas com os providências cabíveis, uma vez que se agravam os problemas de conservação dos monumentos ali existentes. Posso citar o caso do Convento de Nossa Senhora das Neves, cuja sacristia apresenta

MÁRIO BARATA

fraturas, com deslocamento do piso; há, ainda, a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e o Mosteiro de São Bento, monumentos importantíssimos, como sabe Vossa Senhoria, para o nosso patrimônio cultural, que apresentam, também, rachaduras que, cada vez mais, se agravam. Esta é obra prioritária, de grande vulto, sem dúvida, mas que precisa, quanto antes ser iniciada, se não desejarmos o perecimento, já não de um monumento, mas, na verdade, de um largo patrimônio, representado por obras seculares, de grande valor artístico e histórico, numa cidade que é, ela própria, tombada. Ora, em se tratando de obra especializada, creio aconselhável a consulta, no momento, a firmas do gênero, de sólida reputação, às quais seriam afetos novos estudos do problema, rogando-se a apresentação de orçamentos atualizados, para realização da necessária proteção aos morros e aos monumentos ali existentes.

IGREJA DE SÃO GONÇALO GARCIA, PENEDO, ALAGOAS

«Daríamos, em Alagoas, prioridade a esse belo monumento, que está a precisar de uma restauração conveniente, principalmente no seu magnífico frontispício, com a remoção dos grotescos coroamentos das torres, a fim de ser restabelecida a feição primitiva do templo. O resultado plástico de tal obra seria, na verdade, notável, dando à população local e aos turistas e viajantes, prova de trabalho benéfico de proteção em favor do belo monumento, empreendido pela DPHAN.

IGREJA DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO. MARECHAL
DEODORO. ALAGOAS

«É aconselhável a restauração dos belos altares desse monumento-mor e capela lateral — os quais correspondem ao segundo Período Brasileiro, de acordo com a classificação Lúcio Costa; obra de inestimável valor, está a exigir prioridade no seu tratamento, em relação a tantas outras obras existentes dentro do âmbito deste Distrito e, particularmente, no Estado de Alagoas.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA GUIA,
CABEDELO. SANTA RITA. PARAIBA

«Há necessidade de ser protegida essa magnífica Igreja, contra o perigo da erosão, já que se encontra situada bem próximo a uma íngreme escarpa, de mais de trinta metros de altura, escarpa que deverá ser garantida por meio de vegetação e drenagem.

FORTALEZA DE SANTA CATARINA. CABEDELO, PARAIBA

«Nenhum outro monumento de interesse histórico mais importante, dos existentes no Estado da Paraíba, do que a Fortaleza de Santa Catarina. A DPHAN poderia, aproveitando o movimento que ora anima a população do vizinho Estado, às voltas com a meritória campanha

SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NO BRASIL
E o "COMPROMISSO DE BRASÍLIA"

no sentido de serem angariados meios para o restauro daquela Fortaleza, reservar verbas para tais obras que, com efeito se tornaram urgentes, dado o estado em que se encontra o monumento, vítima do agravo de pessoas alheias à sua importância e ao seu significado e que, constantemente, estão a concorrer para que se agrave a sua ruína.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, ACARI.
RIO GRANDE DO NORTE

No Estado do Rio Grande do Norte é mister dar preferência aos trabalhos de restauro completo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, tanto em referência à parte estrutural, como no que diz respeito à suntuária, que é de alta valia.

IGREJA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE,
RIO GRANDE DO NORTE

Outro monumento que deverá ser preferido, em relação aos demais existentes no Estado do Rio Grande do Norte, para trabalhos de restauração, a que faz jus pelas suas importantes características históricas e artísticas. O presente monumento, bem como o anterior já são objeto de trabalhos de restauro por parte deste Distrito.

Não quero terminar, senhor Diretor, sem lembrar a Vossa Senhoria que a reunião proposta pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e Cultura com os governadores estaduais, poderia ser aproveitada para um movimento junto aos governos estaduais e prefeituras municipais, no sentido de uma maior participação desses poderes junto aos Distritos da DPHAN, evitando-se delongas e prejuízos, como, agora mesmo, acontece em relação ao Forte de Pau Amarelo, cujo belo jardim, projetado pelo arquiteto paisagista Roberto Burle Marx, ainda não foi construído pois se encontra na dependência de solução por parte da Prefeitura Municipal de Paulista, a qual, ilegalmente, permitiu o loteamento da área onde será o mesmo localizado.

Quero, outrossim, deixar bem claro que existem, dentro da área deste 1º Distrito, inúmeras outras obras importantíssimas, algumas em andamento, que precisam, quanto antes, da ação da DPHAN. Lembro, por exemplo, a magnífica Igreja de Nossa Senhora do Carmo, cujo grande conjunto está a exigir a conclusão de obras de grande latitude.

É conveniente lembrar que as obras relacionadas neste ofício não estão dispostas em ordem de prioridade.

INFORMAÇÕES OFICIAIS DE MINAS GERAIS E DO ESTADO DO RIO
NO «ENCONTRO DE BRASÍLIA»

Conforme resumiu o «O Estado de São Paulo», o governo de Minas reuniu mim documento de oito laudas as sugestões e informações

MÁRIO BARATA

que o Secretário da Educação. Heráclito Mourão de Miranda, levou a Brasília, para o encontro com o Ministro da Educação. O documento, dividido em três partes — História. Folclore e Turismo — conclui que «a tradição, longe de significar estagnação de esforços, contribuí, em tudo, para o desenvolvimento.»

O documento relaciona alguns aspectos principais do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional existentes em Minas, admite que as providências até agora adotadas para sua conservação não atingiram o objetivo desejado e defende a necessidade de que, além de Ouro Preto, outras cidades históricas precisam ser mais divulgadas e cuidadas: Diamantina. São João del Rei. Ouro Branco, Sabará, Caeté, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Santa Rita Durão, Mariana, Congonhas do Campo. Camargos, Cachoeira do Campo e o Serro.

Acrescenta que a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional restaurou igrejas em quase todas as cidades históricas de Minas e pôs sob sua proteção alguns edifícios tombados, «mas sempre lutou com a exigüidade de verbas, conseqüência muitas vezes da falta de compenetração da importância do assunto por parte do poder público. Esta reunião demonstra claramente radical mudança da mentalidade». Preconiza a seguir a criação do Serviço Estadual de Patrimônio, para atuar principalmente nas cidades de Grão Mongol, Mariana, Sabará. Ouro Preto. São João del Rei, Caeté. Diamantina, Congonhas do Campo e Tiradentes.

A mais antiga instituição cultural de Minas é o seu arquivo público, no qual estão guardados documentos fundamentais da História do Brasil e cujo prédio está agora sendo recuperado, em Belo Horizonte. O arquivo público já deixou de publicar a sua revista, vinda do século XIX, que era um dos elementos mais importantes na difusão de assuntos históricos e correlatos no Estado. Segundo o anuário estatístico, que relaciona 18 museus existentes em Minas, não se sabe com certeza o número de arquivos históricos em funcionamento no Estado.

Em Diamantina, o texto citado destaca o conjunto de arquitetura civil de conteúdo artístico e a paisagem que circunda a cidade; em Tiradentes, a sua matriz, com destaque para o artesanato de prata; em São João del Rei, as igrejas e os locais em que lutaram paulistas e emboabas; em Sabará, o Museu do Ouro, o Teatro Borba Gato e várias igrejas; em Caeté, o museu regional, as capelas do Rosário e do Bonfim e a matriz, na qual o Aleijadinho teria executado suas primeiras obras; em Barão de Cocais, a matriz; em Santa Bárbara, as pinturas de Ataíde e o Colégio Caraça; em Santa Rita Durão, a capela rococó do Rosário.

O documento termina afirmando que «insistimos na importância do turismo como preservador da tradição e como indústria lucrativa. Quando ele alcançar entre nós o desenvolvimento desejado, teremos crescer cada vez mais o valor do passado, cuja significação nós natural.

SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NO BRASIL
E o "COMPROMISSO DE BRASÍLIA"

negligenciamos e só passamos a compreender depois que os de fora o vêm exaltar.»

A criação do Museu Histórico do Estado do Rio e melhor e mais eficiente tratamento para a cidade de Parati, que forma um dos maiores conjuntos arquitetônicos históricos tombados pelo Patrimônio Nacional, foram as principais reivindicações que o Governo fluminense pleiteou no encontro sobre o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional *realizado* em Brasília.

Para que o Estado do Rio disponha de meios para dar melhor assistência aos problemas relacionados com o patrimônio cultural fluminense, a delegação do Estado do Rio defendeu ainda a criação do Serviço do Patrimônio Histórico do Estado, cujo anteprojeto já foi aprovado pelo Conselho Estadual de Cultura. Terá por finalidade promover o levantamento, documentação fotográfica, catalogação, tombamento, defesa, conservação, fiscalização, estudo, divulgação e enriquecimento do patrimônio artístico fluminense.

ASPECTOS DA DEFESA DO PATRIMÔNIO NA BAHIA

O Governador Luiz Vianna Filho criou no Salvador a «Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia», que recebe para suas atividades, 2,5% dos «royalties» do petróleo extraído da Bahia.

Pela mesma Fundação foi contratado o arquiteto Fernando Machado Leal para orientar tecnicamente o projeto de preservação do belo conjunto do Pelourinho, na capital do Estado, projeto apoiado pela UNESCO e em vias de ser estudado, para eventual cooperação no mesmo, pela O.E.A.

De 9 de outubro de 1969 é o Decreto da Prefeitura Municipal do Salvador delimitando zonas de proteção do núcleo histórico, artístico e paisagístico da cidade, através de trabalho feito por equipe de técnicos tendo à frente o arquiteto Paulo de Azevedo, inspirado em sugestões da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Considera o atual Diretor desta Repartição tratar-se da «mais valiosa contribuição emprestada pelo poder público municipal em qualquer tempo, à preservação de aspectos tradicionais da Bahia». Nela se incorporam os resultados dos primeiros estudos feitos para a fase inicial do «projeto Pelourinho», evitando a deterioração desse conjunto. Estabeleceram-se três zonas de proteção com as designações: «de proteção rigorosa», de «simples preservação» de «proteção da paisagem». O artigo 5º determina que nos sub-distritos da Sé e do Passo deverão localizar-se, preferencialmente, certos tipos de atividades, incluindo-se hotéis, agências de turismo, gabriel de arte e artesanato, acomodações para artistas, cinemas e teatros de bolso. Em relação à paisagem são fixados gabaritos convenientes e áreas *non-aedificandi*. Essa lei abrange trechos urbanos não tombados pela DPHAN nominalmente, o que é exemplo a destacar de intervenção

e cooperação municipal neste terreno. Todas as ruas de contorno ou fixação de áreas são indicadas minuciosamente no Decreto. A comissão de controle é formada de três membros, um deles representando a citada Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em relação a hotel ou pousada em área útil à visitação do Pelourinho foi feito projeto por Fernando Machado Leal de adaptação de parte do Convento do Carmo, de acordo com sugestão inicial de Guilherme de Zéndgui, deixando-se ali local para exposição de peças do século XVIII e não se alterando a disposição e espaço das celas monacais. A concretização dessa adaptação foi confiada a José Carlos Prado. Possivelmente convidar-se-á especialista português com experiência das belas *pousadas* adaptadas em velhos monumentos lusos, a vir à Bahia, para intercâmbio de opiniões a respeito dos trabalhos. Talvez o próprio arquiteto Fernando Peres, ilustre e competente Diretor dos Monumentos Nacionais, naquele país, cujos últimos trabalhos equivalentes, em Extremos, são magníficos.

O «Projeto Pelourinho» foi dividido em três etapas para a sua execução, já estando em curso o ataque à primeira, que alcançará 180 edificações e será precedido pelo levantamento sócio-econômico do conjunto, na atualidade, e por estudos do sistema de águas, esgotos, telefones e luz aconselhável para o setor. O inquérito populacional indicará as possibilidades ou exigência de remoção dos habitantes.

A área inicial em questão situa-se no início do conjunto ao lado do Terreiro, incorporando a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

O total do Pelourinho abrange cerca de 1.000 edificações. Nessa zona situar-se-á a sede da Fundação, a qual já está tocando para a frente a restauração do prédio do Paço do Saldanha (é evidente que sem os seus notáveis azulejos, tristemente perdidos para sempre) a fim de ali localizar parte do Museu do Estado, cujo acervo especificamente artístico voltará à antiga casa do Governador Góes Calmon, onde foi fundado e esteve muito tempo sob a direção do saudoso mestre José Valladares. A Fundação também está levando a cabo a transformação em Museu Regional do Recôncavo do belíssimo Engenho Freguesia, adquirido à família de José Wanderley de Araújo Pinho, emérito historiador do monumento e antigo Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

CONTRIBUIÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL A OBRA DA DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

A tônica fundamental do *Encontro de Brasília* foi o assentamento de bases para expansão e cooperação estadual e municipal à preservação de nosso patrimônio histórico, artístico e paisagístico, ajuda prevista desde 1937, mas raramente esboçada até recentemente.

No momento atual, para essa colaboração já existem órgãos em São Paulo (através do *Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico*, no qual estão trabalhando estudiosos como o



SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NO BRASIL
E o "COMPROMISSO DE BRASÍLIA"

Professor Nestor Goulart Reis), na Bahia, setor da *Fundação* aludida há pouco), no Paraná e na Guanabara (Divisões do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado), órgão equivalente está proposto na Assembléia de Santa Catarina e em estudos para mensagem à Assembléia Legislativa, pelos Governos do Pará e do Rio de Janeiro.

A atividade decorrente do *Compromisso de Brasília* a respeito da proteção ao patrimônio histórico, artístico e paisagístico nacional *está* se saldando, pelo momento, com o esforço do Diretor da competente Repartição do Ministério da Educação e Cultura em contactar sucessivamente todos os governantes estaduais e de territórios, a fim de obter a concretização dos empenhos estabelecidos na Capital Federal a favor dessa preservação, iniciando-se em muitos casos pela criação de organismos oficiais especializados.

Por outro lado espera-se o necessário e imprescindível aumento das verbas federais para a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sem isso, o *Compromisso* resultaria numa utopia. A citada Repartição é o eixo de toda a engrenagem em questão e se ela não fôr forte e com numeroso pessoal, o real passo avante que a situação requer, com urgência devida à correspondente gravidade, não será suficiente ou convenientemente dado. Anote-se que essa visão do problema exteriorizou-se bastante durante e após o *Encontro*, havendo editorialista bastante significativo, no Rio de Janeiro, observado: «Achamos, no entanto, que a DPHAN, sólidamente implantada por Rodrigo Mello Franco de Andrade, deve concentrar mais autoridade e mais verbas para prosseguir em sua obra de defender o tesouro artístico da nação».

No plano da legislação atinente ao assunto em geral, foi preparado projeto pelo Conselho Federal de Cultura, atualmente em outros órgãos do Ministério da Educação e Cultura.

Isso não obsta e não diminui a ênfase que se tornara necessário fazer e o Ministro de Estado da Educação e Cultura bem o compreendeu, em torno da «necessidade da cooperação dos Estados e Municípios, aos quais, também, deveria caber a conservação dos monumentos situados dentro das áreas respectivas, com que o se tornaria menos árdua a nossa missão, já tão agravada com a falta de pessoal e o pequeno vulto das verbas consignadas para tão largas obras» — no dizer de Ayrton Carvalho.

ESSÊNCIA DO COMPROMISSO DE BRASÍLIA

A cooperação acima referida é a base e o propósito maior do *Compromisso de Brasília*, assinado aos 3 de abril de 1970 pelos participantes credenciados do Encontro, inclusive, pessoalmente, pelos Governadores do Pará, Maranhão, Acre, Sergipe, Minas Gerais, Ceará e Distrito Federal, e por Secretários de Educação Estaduais representando outros Governadores. Mas as conclusões sobre o ensino relativo aos monumentos

artísticos em diversos graus e tipos de educação e a decisão de criarem-se cursos de pós-graduação visando a formação de arquitetos especializados - o primeiro a ocorrer na Universidade de São Paulo — devendo-se talvez seguir cursos para mão-de-obra especializada, nos próprios Estados e Regiões, como pediu Ayrton Carvalho), estão entre as decisões do maior interesse, ao lado das recomendações de proteção à natureza, até agora bastante descuidada no país, como acentuaram Roberto Burle Marx e Newton Carneiro. O patrimônio paisagístico e arqueológico dos terrenos de marinha mereceu menção especial, pedindo-se «oportuna legislação que subordine as concessões nessas áreas à audiência prévia dos órgãos incumbidos de defesa dos bens históricos e artísticos», decisão que representou importante abertura em campo no qual a urgência da ação recomendada se faz grave. Basta recordar — como se o fez no Encontro — o desaparecimento rápido da flora na região da orla marítima e lacustre entre Maricá-Saquarema e Cabo Frio, tão próxima da cidade do Rio de Janeiro e que era área característica e de beleza extraordinária, atualmente em vias de deterioração por falta de conhecimento ou de respeito pelos valores naturais da região.

A recomendação de utilização preferencial para os imóveis tomados é outro *desideratum* que poderá ser alcançado e tem importância no caso.

No final, citando a própria Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, voltaremos à valia fundamental da difusão do respeito e compreensão dos monumentos e bens históricos, artísticos e paisagísticos na educação do povo, através do ensino — desde o primário — e do utilização dos meios de comunicação de massas.

No tocante à articulação das decisões do *Encontro*, expostas em 23 recomendações deve anotar-se que, para o nosso parecer, de ordem pessoal, faltou a indicação que relacionasse o estudo e amor do passado artístico ao seu necessário entrosamento com a atividade criadora do presente e do futuro, num encadear de renovações sucessivas. O culto a um passado isolado, estanque, é insuficiente, no mundo moderno. Falamos aqui com 31 anos de experiência direta ou de estudos sobre a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico no Brasil e no exterior.

Tinha razão o Ministro Jarbas Passarinho ao dizer, quando de sua primeira visita ao Conselho Federal de Cultura, que «não me voltava para o passado com obstinação porque, se o fizesse, estaria de costas para o futuro e prefiro estar de frente para o futuro do meu País» (Cultura, no 29. p. 11-UC.F.C. M. E. C Rio de Janeiro).

Terminemos destacando, de documento não muito anterior ao Encontro *de Brasília* — de estudo do atual Diretor da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sobre os atuação desse órgão — o seguinte trecho:

A atualização da estrutura da DPHAN e dos recursos que lhe são necessários, é indispensável ao cumprimento de

SITUAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NO BRASIL
E o "COMPROMISSO DE BRASÍLIA"

suas obrigações sempre acrescidas depois de 1937. É matéria em pauta e objeto de cuidadosos estudos por parte dos responsáveis pela reformulação administrativa do país.

Alcançada essa atualização, inclusive com a renovação e ampliação dos quadros de especialistas em conservação e restauração de monumentos e obras de arte e em técnica de museus, é tarefa prioritária o amplo esclarecimento, através de todos os meios de divulgação contemporânea, do que representam esses bens como valores culturais, como elementos de consolidação da nacionalidade, e como fatores geradores de riquezas, uma vez integrados criteriosamente nos planos nacionais de cultura, turismo e desenvolvimento.

Em resumo: a documentação, defesa, preservação e valorização do acervo de arte, de interesse histórico, arqueológico e paisagístico do país, que se realiza em decorrência de dispositivo constitucional e leis específicas, é trabalho a ser acelerado em virtude das condições precárias em que grande parte desse acervo se encontra, não só devido à deficiência dos meios concedidos, como também em consequência de iniciativas inadequadas, inclusive de órgãos da administração pública. Só a consciência do real significado desses bens garantir-lhes-à o respeito necessário. Esse conhecimento poderia ser iniciado desde os primeiros currículos de ensino, aumentado sistemática e gradativamente nos demais níveis até constituir matéria especializada em cursos universitários e pós-universitários.

calendário cultural

Calendário Cultural de 1970

QUARTO TRIMESTRE

OUTUBRO

- 12 — SESQUICENTENÁRIO DA CRIAÇÃO DA REAL ACADEMIA DE DESENHO. PINTURA. ESCULTURA E ARQUITETURA CIVIL, NO RIO DE JANEIRO.

Em 12 de outubro de 1820 foi promulgado o Decreto de D. João VI, que criou a Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, na cidade do Rio de Janeiro.

- 18 — QUARTO CENTENÁRIO DE FALECIMENTO DO Pe. MANOEL DA NÓBREGA.

O Padre Manoel da Nóbrega faleceu aos dezoito dias do mês de outubro de 1570, no Rio de Janeiro, depois de ter dedicado a sua vida em prol da amizade entre os Índios, pacificando e ganhando a confiança destes e dos portugueses colonizadores. Pouco se sabe a respeito do seu nascimento, e dos seus primeiros passos na vida.

NOVEMBRO

- 13 — CINQUENTENÁRIO DE FALECIMENTO DO PROFESSOR ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO.

Carneiro Ribeiro nasceu no dia 12 de setembro de 1839, em Itaparica (BA) e faleceu aos treze dias do mês de novembro de 1920, na cidade de Salvador, Capital da Bahia. Exerceu por mais de meio século o magistério **na** sua **terra, tando** sido o orientador de diversas gerações baianas, c mestre de diversos intelectuais desde Castro Alves

CALENDÁRIO CULTURAL

a Rui Barbosa. Com este último teve ruidosa polêmica depois de ter sido encarregado de dar ao projeto do Código Civil a sua redação final.

Dia 23 — SESQUICENTENÁRIO DA CRIAÇÃO DA ACADEMIA DAS ARTES, NO RIO DE JANEIRO.

Em 23 de novembro de 1820 foi promulgado o Decreto de D. João VI fundando a Academia das Artes, no Rio de Janeiro, amparando assim o curso de Belas Artes instituído por Decreto de 12 de agosto de 1816.

DEZEMBRO

Dia 2 — CENTENÁRIO DA PRIMEIRA REPRESENTAÇÃO DE "O GUARANI". NO BRASIL.

A ópera "O Guarani", do compositor Carlos Gomes, inspirada no romance homônimo de José de Alencar teve a sua primeira representação pública em Milão, na Itália, em 19 de março de 1870, e foi representada no Brasil aos dois dias do mês de dezembro do mesmo ano.

Dia 25 — SETENTA-E-CINCO ANOS DO FALECIMENTO DE RAUL POMPÉIA.

Raul d'Ávila Pompéia nasceu no dia 12 de abril de 1863, em Angra dos Reis (RJ) e faleceu aos vinte-e-cinco dias do mês de dezembro de 1895, aos 32 anos de idade. Exerceu vários cargos públicos, entre estes o de Diretor da Biblioteca Nacional, e foi professor de Mitologia da Escola Nacional de Belas Artes. Iniciou-se na literatura com o romance *Uma Tragédia no Amazonas* (1880), mas firmou-se definitivamente com *O Atheneu* que saiu a lume de impressão em 88. O seu nome está sempre fazendo parte de trabalhos da crítica que o estuda como um impressionista, um realista ou ainda um parnaso-simbolista.

(Notas de Luiz Antônio Barreto).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)